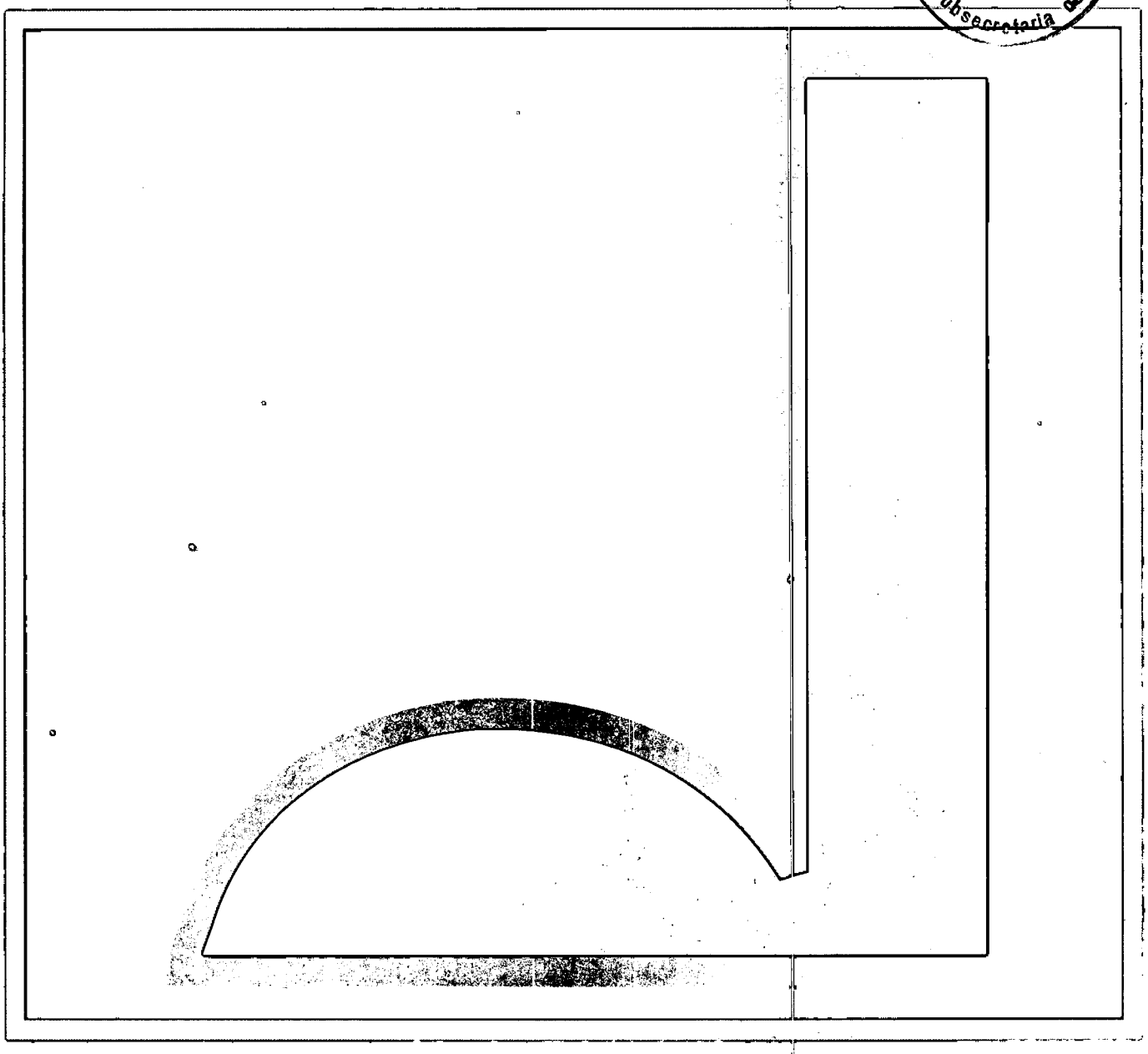
República Federativa do Brasil

SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Arquivo



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 220 TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1997 BRASÍLIA - DF

MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo - PSDB - RN

2º Vice Presidente
Júnia Marise - Bloco - MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio - PFL - TO

3º Secretário
Flaviano Melo - PMDB - AC

4º Secretário
Lucídio Portella - PPB - PI

Suplentes de Secretário

1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS
2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS
3º - Joel de Hollanda - PFL - PE
4º - Marluce Pinto - PMDB - RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma - PFL - SP

Corregedores - Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)

1º - Ramez Tebet - PMDB - MS
2º - Joel de Hollanda - PFL - PE
3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação : 16 e 23-11-95)
Nabor Junior - PMDB - AC
Waldeck Ornelas - PFL - BA
Emilia Fernandes - Bloco - RS
José Ignácio Ferreira - PSDB - AC
Lauro Campos - Bloco - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda - PSDB - DF
Vilson Kleinübing - PFL - SC
Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma
Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sergio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antonio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amim

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Odacir Soares

Atualizada em 12/11/97.

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

FLÁVIA MONDIN LEIVAS BISI
Diretora em exercício da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 180ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 1º DE DEZEMBRO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 206, de 1997 (nº 1.442/97, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1997 (nº 241/95, na Casa de origem), que revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa da mulher, sancionado e transformado na Lei nº 9.520, de 27 de novembro de 1997 26470

Nº 207, de 1997 (nº 1.443/97, na origem), de 27 de novembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1997 (nº 1.607/96, na Casa de origem), que revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais, sancionado e transformado na Lei nº 9.521, de 27 de novembro de 1997 26470

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde

Nº 1.536/97, de 26 de novembro último, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 886, de 1997, do Senador Gilberto Miranda 26470

1.2.3 – Proposta recebida da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 1997 (nº 173/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências (Reforma Administrativa) 26470

1.2.4 – Pareceres

Nº 787, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 26491

Nº 788, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária e dá outras providências 26499

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 208, de 1997 (nº 1.446/97, na origem), de 27 de novembro último, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 1º a 5 de dezembro de 1997, a fim de realizar visita de Estado ao Reino Unido 26505

Recebimento do Ofício nº 3.551/97, na origem, do Banco Central do Brasil, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de setembro do corrente ano **(Diversos, nº 61, de 1997)** 26505

Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os artigos 489 e 499 do Código Civil e dá outras providências, rejeitado em apreciação conclusiva pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao arquivo 26505

1.2.6 – Ofício

Nº 275/97, de 28 de novembro último, do Líder, em exercício, do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos 26505

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Inconformismo dos aposentados e pensionistas da União pela forma como está sendo feito o novo recadastramento no banco onde seus proventos são credenciados, proposto pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Repercussão do discurso proferido por S. Exa., na sessão da última sexta-feira, em que analisou o resultado da pesquisa promovida pela Unesco, em torno das atitudes, ações e reações da juventude de Brasí-

lia, um quadro que, em linhas gerais, pode ser observado em todas as outras capitais brasileiras. Saudando a iniciativa do Ministro da Justiça em aumentar o investimento no setor penitenciário brasileiro para 1998, e de constituir, conforme anunciado pela imprensa, uma comissão para estudar a reforma do Código Penal 26505

SENADOR *GERALDO MELO* – Considerações sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal com objetivo de conter a crise oriunda dos países asiáticos. Possibilidade da criação de mecanismos compensatórios, sem que seja alterada a atual política cambial, em defesa das exportações brasileiras, o que estimularia o sistema produtivo nacional. 26509

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Transcurso, hoje, do Dia Mundial de Luta Contra a AIDS. Realização, entre os dias 1º e 10 do corrente, em Kyoto, Japão, da Conferência Mundial sobre o Clima, que tem como objetivo estabilizar a concentração de gases que provocam o efeito estufa em níveis que não causem mudanças prejudiciais no clima. 26513

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessões conjuntas do Congresso Nacional, a realizarem-se hoje, às 19 horas, e amanhã, às 18 horas. 26519

Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas às seguintes matérias: 26519

Projeto de Resolução nº 153, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal de Anchieta – ES a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de trezentos e cinqüenta mil reais, cujos recursos, oriundos do FGTS, serão destinados à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta, naquele município. 26519

Projeto de Resolução nº 156, de 1997, que autoriza a União a celebrar contrato de financiamento com a empresa húngara Medicor Comercial S/A, no valor de cinqüenta milhões de dólares norte-americanos, destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministérios do Exército. 26519

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Considerações a respeito de Projeto de Lei nº 259, de 1997, de autoria de S. Exa., que cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências, visando alertar que o produto induz a violência. Importantes convênios a serem assinados pela Prefeitura de Caracaraí-RR, nas áreas de saúde e educação. Anúncio do início da construção do Aeroporto de Caracaraí. 26519

SENADOR *JOSÉ EDUARDO DUTRA* – Manifestando sua surpresa diante dos comentários do Presidente da República relativamente ao desemprego no Brasil, que desqualificou uma pesquisa realizada pelo Dieese. 26522

SENADOR *JOSÉ BIANCO* – Improbidade administrativa e corrupção que vêm permeando o atual Governo de Rondônia, destacando a situação caótica em que se encontram as unidades de saúde e os hospitais públicos do Estado. 26524

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA *BENEDITA DA SILVA* – Comentando aspectos do relatório apresentado pelo Senador Josaphat Marinho ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1984, que institui o Código Civil. 26525

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 26527

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 1º-12-97.

3 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional, no período de 1º a 30 de novembro de 1997, e correspondências expedidas. 26528

4 – ATAS DE COMISSÕES

4ª a 6ª Reuniões da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 263, de 1996, realizadas em 9, 16 e 22 de maio de 1996, respectivamente. 26660

3ª e 4ª Reuniões da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 367, de 1996, realizadas em 23 de setembro e 4 de dezembro de 1996, respectivamente. 26608

1ª e 2ª Reuniões da Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 367, de 1996, realizadas em 14 de maio e 10 de junho de 1997, respectivamente. 26634

5ª e 6ª Reuniões da Comissão Temporária, criada através do Requerimento nº 475, de 1996, destinada a definir uma política para o desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, realizadas em 23 de julho e 7 de agosto de 1997, respectivamente. 26663

3ª a 5ª Reuniões da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, realizadas em 3, 17 e 18 de junho de 1996, respectivamente. 26677

8ª Reunião (extraordinária) da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizada em 21 de outubro de 1997. 26770

2ª e 3ª Reuniões da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.599-38, de 1997, realizadas em 20 e 25 de novembro de 1997, respectivamente.. 26794

5 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 205, de 1997. 26795

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.581 a 3.589, de 1997. 26796

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 180ª Sessão Não Deliberativa em 1º de Dezembro de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Nabor Júnior
(Inicia-se a sessão às 14h 30min)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RESTITUINDO AUTÓGRAFOS DE PROJETOS DE LEI SANCIONADOS:

Nº 206, de 1997 (nº 1.442/97, na origem), de 27 de novembro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1997 (nº 241/95, na Casa de origem), que revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa da mulher, sancionado e transformado na Lei nº 9.520, de 27 de novembro de 1997; e

Nº 207, de 1997 (nº 1.443/97, na origem), de 27 de novembro último, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1997 (nº 1.607/96, na Casa de origem), que revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais, sancionado e transformado na Lei nº 9.521, de 27 de novembro de 1997.

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE

Nº 1.536/97, de 26 de novembro último, encaminhando as informações referentes aos quesitos constantes do Requerimento nº 886, de 1997, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram remetidas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

PROPOSTA RECEBIDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 1997 (Nº 173/95, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda constitucional:

Art. 1º Os incisos XIV e XXII do art. 21 e XXVII do art. 22 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Compete à União:

.....

XIV – prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio, bem como manter e organizar sua polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros militar;

.....

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

....."

"Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, nas diversas esferas de governo, para a administração pública direta, autárquica e fundacional, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

....."

Art. 2º O § 2º do art. 27 e os incisos V e VI do art. 29 da Constituição Federal passam a vigorar com a redação abaixo, inserindo-se no art. 28 o seguinte § 2º e renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

"Art. 27.....

.....

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

....."

"Art. 28. .....

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

§ 2º O subsídio do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I."

"Art. 29. .....

.....

V – subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI – subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados, Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

....."

Art. 3º O **caput**, os incisos I, II, V, VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XIX e o § 3º do art. 37 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se também ao mesmo artigo os seguintes §§ 7º a 9º:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, qualidade do serviço prestado e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

.....

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

.....

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

.....

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o art. 39, § 4º somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros de Supremo Tribunal Federal;

.....

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV – o subsídio e os vencimentos dos cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos arts. 37, XI e XIV, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

.....

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

.....

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

.....

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI deste artigo aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral."

Art. 4º O **caput** do art. 38 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

....."

Art. 5º O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observada:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitados para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servi-

dores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º deste artigo."

Art. 6º O art.41 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzindo ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

"Art. 7º O art. 48 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

"Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I."

Art. 8º Os incisos VII e VIII do art. 49 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

VII – fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII – fixar o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II,153, III, e 153, § 2º, I;

....."

Art. 9º O inciso IV do art. 51 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

.....

IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

....."

Art. 10. O inciso XIII do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

....."

Art. 11. O § 7º do art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57. .....

.....

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal."

Art. 12. O parágrafo únicc do art. 70 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70. .....

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

Art. 13. O § 3º do art. 73 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. .....

.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

....."

Art. 14. Os incisos V e VI do art. 93, o inciso III do art. 95 e a alínea b do inciso II do art. 96 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.93. .....

V – o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez e aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta e cinco anos de serviço, após dez anos de serviço público, sendo no mínimo cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

....."

"Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

.....

III – irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

....."

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares, dos juízos que lhes forem vinculados e do subsídio de seus membros, dos juízes , inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;

....."

Art. 15. o § 2º do art. 127 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 127. .....

.....

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política renumeratória e os planos de carreira; a Lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

....."

Art. 16. A alínea **c** do inciso I do § 5º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 128. .....

.....

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I – as seguintes garantias:

.....

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

.....

Art. 17. A Seção II do Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal passa a denominar-se "Da Advocacia Pública".

Art. 18. O art. 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Parágrafo único. Aos procuradores referidos no **caput** é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias."

Art. 19. O art. 135 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º"

Art. 20. O § 1º e seu inciso III e os §§ 2º e 3º do art. 144 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescido o artigo do seguinte § 9º:

"Art. 144. .....

.....

§ 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

.....

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

.....

§ 2º A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A Polícia Ferroviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

.....

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados no **caput** deste artigo será fixada na forma do art. 39, § 4º."

Art. 21. O **caput** do art. 167 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

"Art. 167. São vedados:

.....

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

....."

Art. 22. O art. 169 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida no **caput** para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais, ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º Para o cumprimento dos limites fixados com base no **caput** deste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar ali referida, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I – redução de pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores não estáveis, assim considerados aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior, fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação da demissão de servidores prevista no § 4º."

Art. 23. O § 1º do art. 173 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.173. .....

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias;

III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V – os mandatos, a avalição de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

....."

Art. 24. O inciso V do art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

....."

Art. 25. O art. 241 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos."

Art. 26. Até a instituição do fundo a que se refere o art. 21, XIV da Constituição Federal, compete à União manter os atuais compromissos financeiros com a prestação de serviços públicos do Distrito Federal.

Art. 27. No prazo de dois anos da promulgação desta emenda, as entidades da administração indireta terão seus estatutos revistos quanto à respectiva natureza jurídica, tendo em conta a finalidade e as competências efetivamente executadas.

Art. 28. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação desta emenda, elaborará lei de defesa do usuário de serviços públicos.

Art. 29. É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Art. 30. Os subsídios, vencimentos, remuneração, proventos da aposentadoria e pensões e quaisquer outras espécies remuneratórias adequar-se-ão, a partir da promulgação desta emenda, aos limites decorrentes da Constituição Federal, não se admitindo a percepção de excesso a qualquer título.

Art. 31. O projeto de lei complementar a que se refere o art. 163 da Constituição Federal será apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no prazo máximo de cento e oitenta dias da promulgação desta emenda.

Art. 32. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e ainda os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

§ 1º Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.

§ 2º Os servidores civis continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão da administração federal.

Art. 33. As leis previstas no inciso III, § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 da Constituição Federal estabelecerão critérios e garantias especiais para a demissão do servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que seja assegurado o contraditório em ampla defesa.

Art. 34. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

MENSAGEM Nº 886, DE 1995

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 60, inciso II, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Justiça, da Fazenda, da Previdência e Assistência Social, da Educação e do Desporto, da Administração Federal e Reforma do Estado e do Planejamento e Orçamento, o texto da proposta de emenda constitucional que "Modifica o Capítulo da Administração Pública, acrescenta normas às Disposições Constitucionais Gerais e estabelece normas de transição".

Brasília, 23 de agosto de 1995. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

PROPOSTA ORIGINAL

Modifica o Capítulo da Administração Pública acrescenta normas às Disposições Constitucionais Gerais e estabelece normas de transição.

Art. 1º É acrescentada, no inciso I do art. 37, da Constituição Federal, após a palavra "lei", a expressão "assim como aos estrangeiros na hipótese de autorização legal específica", passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37. .....

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros na hipótese de autorização legal específica;"

Art. 2º É dada nova redação ao inciso II do art. 37, da Constituição Federal, nos seguintes termos:

"Art. 37. .....

.....

II – a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos e a admissão em emprego público depende de aprovação em processo seletivo público, regulado em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;"

Art. 3º São acrescentados ao art. 37, da Constituição Federal, após o inciso XXI, dois incisos com a seguinte redação:

"Art. 37 .....

.....

XXII – lei complementar poderá permitir, nos concursos e processos seletivos públicos, a reserva de até vinte por cento das vagas para preenchimento, na mesma seleção, por ocupantes de cargos efetivos ou empregos no serviço público;

XXIII – somente mediante lei específica poderá ser elevada ou reajustada a remuneração, o vencimento, o soldo, o provento, a pensão, as gratificações ou quaisquer vantagens pecuniárias percebidas por ocupantes de cargos, empregos ou funções da administração direta, das autarquias e das fundações públicas;"

Art. 4º É substituído, no **caput** do art. 39, da Constituição Federal, o vocábulo "instituirão" pela expressão "poderão adotar", assim como a expressão "regime jurídico único" pela expressão "regimes jurídicos diferenciados para os seus servidores", e é acrescentado, após esta última expressão, o vocábulo "instituirão", passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar, no âmbito de sua competência, regimes jurídicos diferenciados para os seus servidores e instituirão planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."

Art. 5º É suprimido o § 1º do art. 39.

Art. 6º É acrescentada ao § 2º do art. 39, da Constituição Federal, após o vocábulo "servidores", a expressão "titulares de cargos e funções públicas"; é suprimida a remissão ao inciso VI do art. 7º, assim como é acrescentada, na parte final do dispositivo, após a remissão ao inciso XXX do art. 7º, a expressão "ressalvada, neste último, a vedação ao estabelecimento de critérios de admissão por motivo de idade", passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 . .....

.....

§ 2º Aplica-se aos servidores titulares de cargos e funções públicas o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII e XXX, ressalvada, neste último, a vedação ao estabelecimento de critérios de admissão por motivo de idade."

Art. 7º É suprimida, no inciso V do art. 206, da Constituição Federal, após a palavra "público", a expressão "de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União," passando o dispositivo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 206 . .....

.....

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público ou processo seletivo público;"

Art. 8º É alterado o art. 41, da Constituição Federal, e nele inseridos novos parágrafos e incisos, passando o artigo a ter a seguinte redação, com as renumerações necessárias:

"Art. 41. São estáveis, após cinco anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público, só podendo ocorrer a perda de cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – por desídia, improbidade ou qualquer outra falta grave, apurada mediante processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III – por insuficiência de desempenho no exercício de suas funções, apurada mediante processo administrativo específico em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa;

IV – por necessidade da administração pública, visando a redução ou reestruturação de quadros, bem como a adequação destes aos limites fixados com base no art. 169, observados os critérios de desligamento estabelecidos em lei complementar.

§ 1º Ao servidor estável desligado do serviço público por força do disposto nos incisos III e IV será assegurada indenização, na forma e gradação prevista em lei.

§ 2º Quando o desligamento do servidor ocorrer com fundamento no inciso IV, o cargo respectivo será considerado extinto, ficando vedada a criação de novo cargo para as mesmas funções durante o período de quatro anos.

§ 3º Ao servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado, definidas em lei complementar, cujo exercício exija garantias especiais contra a perda do cargo, não se aplica o disposto no inciso IV.

§ 4º É obrigatória, antes de completado o estágio probatório, como condição para a aquisição da estabilidade, a submissão do servidor nomeado para cargo efetivo à avaliação periódica e específica de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 5º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 6º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, e não tendo sido aplicado o disposto no inciso IV, o servidor estável ficará em disponibilidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, com remuneração proporcional ao tempo de serviço."

Art. 9º São acrescentados ao Título das Disposições Constitucionais Gerais, após o art. 246, quatro artigos, com a seguinte redação:

"Art. 247. Para o fim de implementar de modo coordenado funções e serviços, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer entre si:

I – consórcios públicos para a gestão associada de um ou mais serviços, inclusive mediante a instituição de órgãos e entidades intergovernamentais;

II – convênios de cooperação para execução de suas leis, serviços ou funções;

III – convênios para transferência total ou parcial de encargos e serviços, estabelecendo a lei complementar critérios para incorporação, remuneração ou cessão de pessoal, bens e instalações essenciais à continuidade dos serviços transferidos."

"Art. 248. As exigências previstas nos incisos XIX e XX do art. 37 não se aplicam à criação de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, quando decorrentes de processo de cisão, fusão ou incorporação realizada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização."

"Art. 249. O inciso XX do art. 37 não se aplica à criação de subsidiária de empresa pública e sociedade de economia mista cuja finalidade seja o desempenho de atividades diretamente relacionadas com as atividades da empresa matriz."

"Art. 250. Os servidores públicos, ativos e inativos, e seus pensionistas, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, indireta e fundacional de qualquer dos três Poderes, bem como os seus respectivos membros, não poderão receber dos cofres públicos remuneração, proventos da inatividade

ou pensões superiores, a qualquer título, à remuneração fixada, em espécie, para o Presidente da República, na forma do inciso VIII do art. 49."

Art. 10. Ficam acrescentados ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, após o art. 73, dois artigos, com a seguinte redação:

"Art. 74. Na ausência de norma legal específica, até que seja promulgada a lei a que se refere o inciso II do art. 37, os processos seletivos públicos poderão ser de provas, de títulos ou de provas e títulos, aplicando-se, no que couber, as regras de procedimento dos concursos públicos."

"Art. 75. Em nenhuma hipótese os proventos da inatividade dos agentes públicos, ou as pensões que lhes forem correspondentes, poderão exceder à remuneração percebida pelos agentes públicos em atividade, aplicando-se aos proventos e pensões os limites mencionados nos incisos XI e XII do art. 37, não se admitindo a percepção ou manutenção de excesso a qualquer título."

Art. 11. É assegurado aos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público, em exercício à data da promulgação desta Emenda, o estágio probatório pelo período de dois anos para a aquisição da estabilidade.

Art. 12. Aos servidores públicos federais que, à data da promulgação desta Emenda desenvolvam atividades transferidas pela União e seus ex-territórios não se aplica o inciso IV do art. 41.

Art. 13. Os servidores públicos federais que, à data da promulgação desta Emenda, desenvolvam atividades transferidas pela União a seus ex-territórios poderão ser incorporados aos quadros do respectivo Estado, mediante o convênio referido no inciso III do art. 247 das Disposições Constitucionais Gerais.

Art. 14. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 49/95

Brasília, 18 de agosto de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a proposta em anexo de emenda constitucional relativa às disposições que regem a administração pública, o regime jurídico e a disciplina da estabilidade dos servidores públicos civis.

Esta proposta se complementa com a emenda relativa às prerrogativas dos Poderes para a organização administrativa e para a fixação de vencimentos de seus servidores auxiliares.

Considerações Gerais

A crise do Estado está na raiz do período de prolongada estagnação econômica que o Brasil experimentou nos últimos quinze anos. Nas suas múltiplas facetas, esta crise se manifestou como crise fiscal, crise do modo de intervenção do Estado na economia e crise do próprio aparelho estatal. No que diz respeito a esta última dimensão, a capacidade de ação administrativa do Estado se deteriorou, enquanto prevalecia um enfoque equivocado que levou ao desmonte do aparelho estatal e ao desprestígio de sua burocracia.

Para este Governo, a reforma administrativa é componente indissociável do conjunto das mudanças constitucionais que está propondo à sociedade. São mudanças que conduzirão à reestruturação do Estado e à redefinição do seu papel e da sua forma de atuação, para que se possa alcançar um equacionamento consistente e duradouro da crise.

O revigoramento da capacidade de gestão, de formulação e de implementação de políticas nos aparatos estatais será determinante para a retomada do desenvolvimento econômico e o atendimento às demandas da cidadania por um serviço público de melhor qualidade. Além disso, o aumento da eficiência do aparelho do Estado é essencial para a superação definitiva da crise fiscal.

A revisão de dispositivos constitucionais não esgota a reforma administrativa, mas representa etapa imprescindível ao seu sucesso, promovendo a atualização de normas, concomitante à remoção de constrangimentos legais que hoje entravam a implantação de novos princípios modelos e técnicos de gestão.

No difícil contexto do retorno à democracia, que em nosso país foi simultâneo à crise financeira do Estado, a Constituição de 1988 corporificou uma concepção de administração pública verticalizada, hierárquica, rígida, que favoreceu a proliferação de controle muitas vezes desnecessários. Cumpre agora, reavaliar algumas das opções e modelos adotados, assimilando novos conceitos que reorientem a ação estatal em direção à eficiência e á qualidade dos servidores prestados ao cidadão.

A revisão de dispositivos constitucionais e inúmeras outras mudanças na esfera jurídico-legal que

a acompanharão, estão direcionadas para o delineamento de condições propícias à implantação de novos formatos organizacionais e institucionais, à revisão de rotinas e procedimentos e à substituição dos controles formais pela avaliação permanente de resultados.

Coerente com estes propósitos, Sr. Presidente, acreditamos que as emendas constitucionais ora apresentadas venham a contribuir decisivamente para o revigoramento da administração pública com impactos positivos sobre o conjunto da ação governamental e sobre a sociedade. Como resultados esperados da reforma administrativa, vale destacar o seguinte:

• *incorporar a dimensão da eficiência na administração pública:* o aparelho de Estado deverá se revelar apto a gerar mais benefícios na forma de prestação de serviço à sociedade com os recursos disponíveis, em respeito ao cidadão contribuinte;

• *contribuir para o equilíbrio das contas públicas:* as esferas de Governo que enfrentam o desequilíbrio das contas públicas disporão de maior liberdade para a adoção de medidas efetivas de redução de seus quadros de pessoal, obedecidos critérios que evitem a utilização abusiva ou persecutória de tais dispositivos;

• *viabilizar o federalismo administrativo:* a introdução de novos formatos institucionais para a gestão em regime de cooperação dos serviços públicos, envolvendo a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e a remoção de obstáculos legais á transferência de bens e de pessoal, aprofundarão a aplicação dos preceitos do federalismo na administração pública, particularmente no que tange à descentralização dos serviços públicos;

• *romper com formatos jurídicos e institucionais rígidos e uniformizadores:* a reforma constitucional permitirá a implantação de um novo desenho estrutural na Administração Pública brasileira que contemplará a diferenciação e a inovação no tratamento de estruturas, formas jurídicas e métodos de gestão e de controle, particularmente no que tange ao regime jurídico dos servidores, aos mecanismos de recrutamento de quadros e à política remuneratória;

• *enfatizar a qualidade e o desempenho nos serviços públicos:* a assimilação pelo serviço público da centralidade do cidadão e da importância da continua superação de metas de desempenho, conjugada com a retirada de controles e obstruções legais desnecessários, repercutirá na melhoria dos serviços públicos.

Em relação ao servidor público, não se intenciona penalizá-lo ou suprimir direitos mas atualizar dispositivos legais, remover excessos e, sobretudo, propiciar condições à introdução de novas formas de gestão que valorizem a sua profissionalização. Nesse sentido, ressalta-se os seguintes resultados esperados:

• *recuperar o respeito e a imagem do servidor perante a sociedade:* a flexibilização da estabilidade, a introdução de mecanismos de avaliação e a possibilidade de equacionamento das situações de excesso de quadros deverão contribuir para o revigoramento da imagem do servidor público perante a opinião pública e para a assimilação de uma nova postura profissional;

• *estimular o desenvolvimento profissional dos servidores:* a permissão da reserva de vagas nos concursos e processos seletivos repercutirá na movimentação dos servidores e facilitará o seu adequado reposicionamento dentro da administração;

• *melhorar as condições de trabalho:* as flexibilizações introduzidas propiciarão a assimilação de novos métodos e técnicas de gestão, criando condições para substancial melhoria dos padrões gerenciais no serviço público, beneficiando os próprios servidores.

A Emenda

Os dispositivos abrangidos por esta emenda constitucional têm como ênfase a revisão dos princípios e normas que regem a administração pública e o regime jurídico dos servidores, com a finalidade de remover constrangimentos legais e rever procedimentos relativos à admissão de pessoal, política remuneratória, estabilidade e descentralização de funções e serviços para estados e municípios.

No que tange à revisão das disposições gerais que afetam a administração pública, fica autorizada a suspensão da exigência de nacionalidade brasileira como requisito para o acesso a cargos, empregos e funções públicas, nos casos a serem definidos em lei. A medida beneficiára, em particular, as instituições de ensino e de pesquisa, que se ressentem das amarras constitucionais que hoje impossibilitam a atração de profissionais estrangeiros especializados para a ocupação de funções permanentes.

Os procedimentos do concurso público poderão ser redefinidos e melhor adaptados aos casos de recrutamento para admissão em emprego público, com a introdução, no texto constitucional do "processo seletivo público". Os procedimentos inerentes ao concurso têm se revelado demasiadamente lentos e rígidos para o recrutamento de empregados que não

contem com a prerrogativa da estabilidade, ou nas situações em que há necessidade de perfis profissionais altamente especializados, ou com experiência e qualificação muito específicas. Cumpre observar, entretanto, que a figura do processo seletivo deverá propiciar a simplificação de rotinas e a redução de prazos, mantida expressamente a impessoalidade nos procedimentos de seleção e o seu caráter público.

Poderão ser destinados até vinte por cento das vagas nos concursos ou processos seletivos aos servidores que sejam detentores de cargos efetivos ou empregos. A reserva de vagas para os servidores públicos, de forma limitada e rigorosamente regulamentada, passa a ser admitida com o propósito de oferecer uma motivação ao desenvolvimento profissional dos servidores.

Em relação à política remuneratória, foi acrescentado aos princípios aplicáveis à administração pública dispositivo relativo à obrigatoriedade de aprovação, mediante projeto de lei específico, de qualquer modalidade de reajuste, aumento ou concessão de vantagens aos servidores. A medida impossibilitará a concessão de vantagens pela via de resoluções administrativas, conferindo maior transparência e uniformidade de procedimentos no tratamento das remunerações no setor público.

A aplicação dos tetos de remuneração dos servidores públicos previstos no atual texto constitucional passa a alcançar, de forma mandatória, os inativos. É proposta disposição transitória que enquadra os proventos e pensões aos limites de remuneração aplicados aos servidores ativos. Será viabilizada, dessa forma, a imediata reversão de inúmeras e onerosas situações de percepção de remuneração acima do teto constitucional.

Com o objetivo de agilizar a reorganização das empresas públicas e sociedades de economia mista com vistas à implementação do Programa Nacional de Desestatização, foi removida a exigência de aprovação legislativa para a criação de empresas estatais, exclusivamente nas situações em que as circunstâncias da privatização recomendem o desmembramento daquelas já existentes. Considera-se que o controle previsto no texto constitucional é desnecessário e enrijecedor quando aplicado aos processos de privatização em curso.

Ainda em relação à gestão das empresas estatais, a supressão da exigência de autorização legislativa para a criação de subsidiárias de empresa pública e sociedade de economia mista vem conferir maior autonomia e agilidade para o bom desempenho nas condições de mercado.

Esta flexibilização, contudo, só se aplicará às situações em que a subsidiária tenha como finalidade o desenvolvimento de atividades econômicas similares às da empresa matriz.

Como disposição geral a ser incluída no texto constitucional e posteriormente regulamentada em lei complementar, prevê-se a adoção de diferentes formas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para a organização e gestão de funções e serviços. De particular importância será a permissão da incorporação ou cessão, entre as esferas de governo, de quadros de pessoal, bens e instalações, mediante convênios para transferência total ou parcial de encargos e serviços. A implantação de todas as modalidades de cooperação propostas dependerá sempre da voluntária adesão das partes envolvidas, respeitando-se a autonomia das Unidades da Federação.

O dispositivo agilizará, através da remoção de impecilhos legais, o processo de redefinição de encargos e responsabilidades entre as esferas federal, estadual e municipal. No caso específico da União, será possível negociar a transferência de atividades, pessoal e patrimônio afetados pela descentralização da gestão de serviços públicos. Ao mesmo tempo, proporcionará aos Estados e Municípios a possibilidade de imediato acesso aos recursos humanos, imóveis e equipamentos indispensáveis à continuidade dos serviços transferidos.

Foi revista a previsão constitucional relativa à adoção compulsória de regime jurídico único para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações. Quando de sua implantação, o regime único representou uma tentativa de restabelecer o controle sobre a gestão dos recursos humanos no serviço público. A proliferação de entidades na administração indireta, em paralelo com uma variedade e superposição de regimes jurídicos e situações funcionais entre os servidores, demandava uma ampla ação no sentido da reorganização dos quadros do Estado.

A opção adotada na Constituição de 1988, contudo, se caracterizou pela ênfase num formato uniformizador, rígido e centralista, representando verdadeira reversão em relação às estratégias descentralizadoras que, no passado, haviam inspirado a adoção, pela administração pública, das figuras jurídicas da autarquia e da fundação.

A implantação do regime jurídico único, nesse sentido, impôs pesada restrição legal à autonomia e flexibilidade de gestão imprescindíveis à administração indireta, realimentando as tendências no sentido de um tratamento indiferenciado em relação à administração direta. Além disso, estendeu a Estados e Municípios o mandamento centralizador e uniformizante, retirando-lhes a possibilidade de encontrar soluções próprias e diferenciadas para a organização de seus quadros.

A diversidade de regimes jurídicos para os servidores públicos é requisito que em muito facilitaria a implantação de uma nova arquitetura jurídico-institucional que possibilite à administração pública brasileira a sua reorganização em sintonia com as modernas técnicas e conceitos no campo da administração.

Esta nova arquitetura tem como diretriz básica o resgate da autonomia e da flexibilidade de gestão nas áreas responsáveis pela prestação de serviços públicos. Pretende-se que, a partir das modificações promovidas no texto constitucional, seja possível a definição de regimes jurídicos diferenciados para os servidores, conforme a natureza do órgão ou entidade a que se vinculem.

Dessa forma, as autarquias e fundações poderão contar com regimes específicos de trabalho, que atendam à necessidade de maior agilidade no recrutamento e na dispensa de quadros, mantidas as devidas garantias e a impessoalidade e legalidade próprios do serviço público. Além disso, a critério de cada esfera de governo, poder-se-á adotar o regime celetista, nas situações em que for julgado mais conveniente.

Também dentro do mesmo propósito de ampliar margens de autonomia gerencial, é removida do texto constitucional a referência à obrigatoriedade de adoção de um regime jurídico único abrangendo todas as instituições de ensino mantidas pela União.

A referência à isonomia de vencimentos entre os servidores foi suprimida do texto constitucional. Pretende-se que o tema venha a merecer adequado e oportuno equacionamento como componente inerente a uma consistente política de recursos humanos e não como direito subjetivo do servidor, que sujeita a administração a todo tipo de pressões e demandas por equiparação de vencimentos.

A abertura da possibilidade de adoção de requisitos de idade para admissão ao serviço público vem facultar à administração, no interesse da maior eficiência e racionalidade de custos, inibir o ingresso de quadros envelhecidos que permanecerão pouco tempo no serviço do Estado, fazendo jus, entretanto, a todos os direitos inerentes à aposentadoria do servidor público. Ressalte-se que as restrições de idade não serão obrigatórias, podendo ser utilizadas em função das características de cada cargo ou área de atividade.

Outra importante modificação sugerida ao texto constitucional refere-se à flexibilização da estabilidade do servidor público. Historicamente, o instituto da estabilidade representou uma inovação da administração burocrática com o propósito de combater a administração patrimonialista e o uso da demissão como instrumento político.

Como qualquer norma legal, as características deste instituto carecem hoje de uma atualização que o compatibilize com a necessidade de implantação de técnicas de gestão voltadas para a eficiência e o desempenho. Além disso, a própria modernização política e social concorreu para a consolidação da distinção entre as esferas pública e privada e para tornar mais acurada a fiscalização pela sociedade contra eventuais abusos.

A moldura legal vigente permitiu a generalizada e indiscriminada atribuição de rígida estabelidade a todos os servidores na administração direta, nas autarquis e nas fundações. A flexibilização desse instituto, nos termos em que está sendo proposta, permitirá a sua aplicação diferenciada e graduada conforme as características institucionais e de gestão de cada segmento da administração. Será, também, instrumento adequado para, atendido o interesse público, equacionar situaçoes em que se verifique excesso de quadros.

Não se propugna, portanto, a extinção da estabilidade. Entende-se como suficiente a sua regulamentação em dois níveis: de forma rígida, para as categorias que desenvolvam funções exclusivas de Estado e de forma flexível, para os demais funcionários. A estabilidade rígida permitirá a dispensa do servidor por falta grave ou por insuficiência de desempenho, mediante processo administrativo ou judicial. A estabilidade flexível comportará, além das hipóteses anteriores, a possibilidade de desligamento do servidor por necessidade da administração, decorrente de excesso de quadros ou de processos de restruturação organizacional.

O novo tratamento conferido à estabilidade terá ainda como consequência a generalização, nas legislações que vierem a regulamentar os dispositivos modificados, da implantação de mecanismos de avaliação de desempenho dos servidores, contemplando a previsão da hipótese de afastamento do cargo

naqueles casos de comprovada e contumaz ineficiência.

Em relação ao desligamento por necessidade administrativa, ele poderá ser motivado com vistas à redução ou restruturação de quadros, ou para o atendimento aos limites de despesas com pessoal determinados pelo art. 169 da Constituição e recentemente regulamentados na Lei Complementar nº 82/95. Cumpre observar a propósito, que o ônus representado pelos gastos com pessoal face às receitas disponíveis afeta hoje, com extrema gravidade, a muitos Estados e Municípios que se vêem impossibilitados de implementar seus programas de governo.

A concessão desta nova prerrogativa ao administrador será acompanhada de limitações ao seu uso abusivo ou persecutório. Assim o cargo ocupado pelo servidor desligado será automaticamente extinto e lei complementar poderá estipular critérios e salvaguardas adicionais. Ademais, Será assegurada indenização ao servidor, conforme gradação e critérios a serem detalhados em lei, nos casos de desligamento por necessidade da administração ou por insuficiência de desempenho.

Ficou expressamente ressalvada, entretanto, a aplicação dos dispositivos relativos à perda do cargo por necessidade administrativa no caso dos servidores estáveis ocupantes de cargo efetivo, que desenvolvam atividades exclusivas de Estado, conforme vierem a ser definidas na legislação.

O instituto da disponibilidade remunerada foi revisto, prevendo-se expressamente a percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o reaproveitamento do servidor em cargo de mesma natureza atributiva. A readequação proposta visa reforçar a sua viabilidade como instrumento destinado a facilitar processos de reorganização administrativa, podendo ser empregado alternativamente ao desligamento do servidor.

Também em relação aos requisitos para a concessão da estabilidade procurou-se uma mais clara e determinante vinculação a mecanismos de avaliação, com a exigência de realização de avaliação do servidor por comissão específica. O prazo do estágio probatório foi estendido para cinco anos e a aquisição da estabilidade, ao seu final, fica condicionada à avaliação do servidor por comissão instituída com esta finalidade.

São estas medidas, Sr. Presidente, que constituem parte do conjunto proposto de mudanças constitucionais que visam transformar a administração pública brasileira em poderoso instrumento do desenvolvimento econômico e social, consoante as diretrizes e objetivos do programa de governo.

Respeitosamente. – **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Justiça – **Pedro Sampaio Malan,** Ministro de Estado da Fazenda – **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social – **Paulo Renato Souza,** Ministro de Estado da Educação e do Desporto – **Luiz Carlos Bresser Pereira,** Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado – **José Serra,** Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

.....

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

.....

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família para os seus dependentes;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior no mínimo em cinqüenta por cento à do normal;

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural;

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à Previdência Social.

.....

*Art. 21. Compete à União:

.....

XIV – organizar e manter a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e a ferroviárias federais, bem como a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos Territórios;

.....

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

.....

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

.....

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subseqüente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

.....

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subseqüente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

Parágrafo único. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.

.....

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

.....

V – remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI – a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV – durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V – os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei;

VI – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar;

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X – a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;

XI – a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministro de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 39, § 1º;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV – os vencimentos dos servidores públicos, civis e militares, são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os arts. 37, XI, XII, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público;

XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao Erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao Erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 38. Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

.....

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º Aplica-se a esses servidores o disposto no art. 7º, IV, VI, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XII, XXIII e XXX.

.....

Art. 41. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens de domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos, e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

VII – fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subseqüente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VIII – fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

.....

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

.....

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.

.....

Art. 70. A Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

.....

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

.....

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.

.....

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

.....

V – os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI – a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

.....

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

.....

III – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

I – exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;

II – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo;

III – dedicar-se a atividade político-partidária.

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....

b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

.....

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

.....

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

.....

Art. 128. O Ministério Público abrange:

.....

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I – as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

.....

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, observado o disposto no art. 135.

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Parágrafo único. Lei Complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Art. 135. Às carreiras disciplinadas neste Título aplicam-se o princípio do art. 37, XII, e o art. 39, § 1º.

.....

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

.....

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

.....

III – exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

.....

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

.....

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

.....

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

.....

III – renda e proventos de qualquer natureza;

.....

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I – será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

.....

Art. 167. São vedados:

I – o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo;

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, **a** e **b**, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

.....

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 3º A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a Sociedade.

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

§ 5º A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

.....

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

.....

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

.....

Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 787, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon e outro Senhores Senadores que "Altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

1 – Introdução

O Senhor Senador Pedro Simon e outros Senadores signatários, no exercício da competência que lhes é conferida pelo art. 60, inciso I, da Constituição Federal, apresentam proposta de Emenda à Constituição que tenciona alterar o § 2º do artigo 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A proposta elaborada pelos Senadores signatários visa a manter na base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, a totalidade da arrecadação do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, para efeito da incidência dos 22,5% destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (art. 159, I, b da C.F.). Desta forma, evitar-se-ia que parte dos recursos destinados ao FPM sejam transferidos ao Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, como determina o art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em justificativa à proposta, os Senhores Senadores argumentam que "em sua quase totalidade, os municípios vivem preocupante quadro de desajuste fiscal, significando que a redução de suas receitas, em uma intervenção de caráter conjuntural, agravará, ainda mais, o déficit municipal".

Para uma perfeita compreensão do intuito da Proposta de Emenda Constitucional em análise, faz-se necessário esclarecer que a contribuição dos Municípios ao Fundo de Estabilização Fiscal tem se dado por meio da redução da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, definido pelo art. 159 da Constituição Federal, mais precisamente pelas desvinculações fixadas pelos incisos I, II combinado com o §

5º, e § 2º do art. 72 do ADCT. Tais dispositivos do ADCT determinam que são recursos do fundo:

a) o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre pagamentos efetuados, a qualquer título, pela União, inclusive suas autarquias e fundações, não se computando a citada arrecadação para o cálculo das transferências aos fundos de participação e aos fundos constitucionais, nem das despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino;

b) o montante limitado a 5,6% da arrecadação do IR (parcela da receita do tributo decorrente das alterações produzidas pelas Leis nºs 8.848, 8.849, de 1994, e modificações posteriores), não se computando tal parcela para fins de cálculo das transferências ao fundos de participação e aos fundos constitucionais, nem das despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino;

Em outras palavras, como o Imposto de Renda faz parte da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios, a destinação de parte desse imposto para o FEF implica em redução dos repasses a esses Entes Públicos.

2 – Situação Atual do Fundo de Estabilização Fiscal

Antes do advento da Emenda Constitucional nº 17, de 1997 (que prorrogou a vigência do FEF até o final de 1999), o **caput** do art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinava o dia 30 de junho de 1997 como a data de término da vigência do Fundo de Estabilização Fiscal. O Poder Executivo, argumentando que ainda persistia o quadro de restrições que levou à criação do FEF, remeteu ao Congresso Nacional a Mensagem nº 449/97, na Câmara dos Deputados (nº 275/97, na origem), que submeteu à apreciação do Poder Legislativo proposta de Emenda à Constituição que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, visando à prorrogação do FEF até o final de 1999.

Em obediência ao **caput** do artigo 64 da Constituição Federal, a tramitação da PEC proposta pelo Poder Executivo teve início na Câmara dos Deputados. Após os dois turnos de discussão e votação, a Câmara acrescentou à proposta original do Executivo três artigos determinando que a União efetue repasses aos Municípios visando à redução das perdas desses Entes com o FEF. As inovações introduzidas pela Câmara dos Deputados foram ratificadas pelo Senado Federal, que aprovou o texto com uma pequena Emenda de Redação, resultando na Emenda Constitucional nº 17, de 1997. Sendo assim, o FEF vigerá até o final de 1999 com os mecanismos de compensação de perdas dos Municípios introduzidos pelo Congresso Nacional.

3 – Contribuições dos Municípios ao FEF

Os Municípios contribuirão com o fundo, por meio da redução da base de cálculo do FPM, com os seguintes valores:

CONTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS AO FEF

R$ milhões

Imposto	2º Sem. 1997	1998	1999
(1) – Cálculo do FPM sem o FEF			
(A) – IR Total (isento de restituições)	16.531,4	35.647,0	38.304,2
(B) – IPI (isento de restituições)	8.870,1	19.481,0	22.517,3
(C) – TOTAL = (A+B)	25.401,5	55.1128,0	60.821,6
FPM = 22,5% de (C)	**5.715,3**	**12.403,8**	**13.684,9**
(2) – Cálculo do FPM com o FEF			
(A) – IR Total (isento de restituições)	16.531,4	35.647,0	38.304,2
(B) – IPI (isento de restituições)	8.870,1	19.481,0	22.517,3
(D) – IR Fonte – União	1.289,4	2.780,5	2.987,7
(E) – 5,6% (A-C)	853,5	1.840,5	1.977,7
(F) – TOTAL (A+B-D-E)	23.258,5	50.507,0	55.856,1
FPM = 22,5% de (F)	**5.233,2**	**11.364,1**	**12.567,6**
(3) – Contribuições dos Mun. ao FEF = (1) – (2)	482,2	1.039,7	1.117,2
(4) Repasses aos Munc. (art. 3º da Emenda)	237,8	616,2	882,9
1,56% de (A-D)	237,8	-	-
1,875% de (A-D)	-	616,2	-
2,50% de (A-D)	-	-	882,9
(5) Contribuição líquida dos Mun. ao FEF (3)-(4)	244,4	423,5	234,3
(6) – Previsão de Arrecadação Total do FEF	16.926,3	33.874,7	36.399,8
%da Contribuição dos Mun. no FEF = (5)/(6)	1,445	1,25%	0,64%

VALORES CORRENTES

FONTE: Previsão de arrecadação do IR e IPI para o 2º Semestre de 1997: SRF/MF.

Previsão de arrecadação do IR e IPI para 1998: Proposta de LOA para 1998.

IR e IPI para 1999: utilizado o mesmo índice de crescimento projetado para o período 1997-1998.

FEF para 2º sem. 1997: AOFF/CD

FEF para 1998: utilizado o valor constante da proposta de LOA para 1998.

FEF para 1999: utilizado o mesmo índice de crescimento do IR para o período 1997 – 1998.

II – Voto

De acordo com os dados apresentados pela tabela anterior, a contribuição dos Municípios para o FEF representará 1,44%, 1,25% e 0,64%, respectivamente, do total a ser arrecadado pelo fundo no 2º semestre de 1997, em 1998 e em 1999. Em contrapartida, analisando-se a participação do FPM no total das receitas municipais, verifica-se que os recursos transferidos por esse fundo representam mais da metade de toda a receita de aproximadamente 55,5% dos municípios brasileiros, tornando-se de fundamental importância para o equilíbrio financeiro desses Entes.

Ressalta-se que os Municípios, de forma diversa da União e dos Estados, possuem limitados mecanismos de alavancagem de receitas, aumentando ainda mais sua dependência das transferências constitucionais. Cabe ainda lembrar que, enquanto os Estados têm suas dívidas renegociadas por meio da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, os Municípios constatam o aumento de seus dispêndios com juros e encargos de obrigações junto aos credores, principalmente devido à atual política monetária praticada pela União.

Portanto, nada mais justo do que retirar mais este "peso das costas" dos já sofridos Municípios brasileiros, excluindo do FEF quaisquer receitas destinadas a esses Entes Federativos. Cabe salientar que essa medida, de um lado, importaria uma redução insignificante dos recursos do FEF e, de outra parte, representaria um alívio para a penosa situação financeira em que se encontram os Municípios brasileiros.

Quanto à constitucionalidade da proposição, observa-se que, de acordo com o art. 60, I, da Constituição Federal, o Senador Pedro Simon e demais Senadores signatários da proposta são parte legítima para propor Emenda à Constituição, não se encontrando o País em vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, além de que a proposta não tende a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico bem como a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Porém, analisando a redação da Proposta de Emenda Constitucional nº 37, de 1997, observa-se equívoco que necessita de reparo: o **caput** do § 2º faz referência aos incisos I, II, III e IV, enquanto que a redação adequada, objetivando apenas retirar do FEF a parcela destinada ao FPM, deveria fazer referência aos incisos I, II, III e V, como na redação original do parágrafo.

Outro ponto da proposta que merece reparo diz respeito aos repasses aos Municípios preconizados pela Emenda Constitucional nº 17, de 1997. Com o fim das contribuições dos Municípios ao FEF, não há que se falar mais em repasses a esses Entes visando a compensá-los pelas perdas com o FEF. Portanto, os arts. 3º e 5º da Emenda Constitucional nº 17, de 1997, que regulamentam tais repasses, devem ser revogados.

Sendo assim, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1997, na forma do substitutivo anexo.

EMENDA Nº 1 – CCJ
SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 1997
(1º Signatário: Senador Pedro Simon)

Altera o § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do § 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V, serão previamente deduzidas da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais ou legais de que tratam os arts. 159, I, **a** e **c**, 212 e 239 da Constituição."

Art. 2º Revogam-se os arts. 3º e 5º da Emenda Constitucional nº 17, de 1997.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 1997. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Otoniel Machado** – **Jáder Barbalho** – **Romeu Tuma** – **Esperidião Amin** – **Albino Boaventura** – **Beni Veras** – **Pedro Simon** – **Freitas Neto** – **Jefferson Péres** – **Emilia Fernandes** – **Odacir Soares** – **Júnia Marise** – **Carlos Patrocínio** – **Regina Assumpção** – **Coutinho Jorge** – **José Bianco** – **Onofre Quinan** – **José Agripino** – **João França** – **Levy Dias** – **Casildo Maldaner** – **José Eduardo Dutra** – **Humberto Lucena** – **Gilberto Miranda** – **Edison Lobão** – **Nabor Júnior** – **Josaphat Marinho** – **Eduardo Suplicy** – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Flaviano Melo** – **Geraldo Melo** – **Renan Calheiros** – **Gerson Camata** – **Osmar Dias** – **Sebastião Rocha** – **Antonio Carlos Valadares**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PEC 37/97 (Parecer)

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO	/			ROMERO JUCÁ			
JOSÉ BIANCO	/			JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA				FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO	/			BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	/			GILBERTO MIRANDA			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				VAGO			
JOSÉ FOGAÇA				NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON			/	FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES	/			SERGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA				JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA	/			JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	/			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)	/			ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)	/			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTES-PPB	SIM	NÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	/			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	/			ODACIR SOARES			

TOTAL 12 SIM 11 NÃO — ABS 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17

Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. É instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, incluindo a complementação do recurso de que trata o § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social."

Art. 2º O inciso V do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III, deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 a 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária posterior, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza;"

Art. 3º A União repassará aos Municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, tal como considerado na constituição dos fundos de que trata o art. 159, I, da Constituição, excluída a parcela referida no art. 72, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes percentuais:

I – um inteiro e cinqüenta e seis centésimos por cento, no período de 1º de julho de 1997, a 31 de dezembro de 1997;

II – um inteiro e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 1998;

III – dois inteiros e cinco décimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O repasse dos recursos de que trata este artigo obedecerá à mesma periodicidade e aos mesmos critérios de repartição e normas, adotadas no Fundo de Participação dos Municípios, observado o disposto no art. 160 da Constituição.

Art. 4º Os efeitos do disposto nos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pelos arts. 1º e 2º desta Emenda, são retroativos a 1º de julho de 1997.

Parágrafo único. As parcelas de recursos destinados ao Fundo de Estabilização Fiscal e entregues na forma do art. 159, I, da Constituição, no período compreendido entre 1º de julho de 1997 e a data de promulgação desta Emenda, serão deduzidas das cotas subsequentes, limitada a dedução a um décimo do valor total entregues em cada mês.

Art. 5º Observado o disposto no artigo anterior a União aplicará as disposições do art. 3º desta Emenda, retroativamente a 1º de julho de 1997.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 1997.

Mesa do Senado Federal – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – Senador **Geraldo Melo**, 1º Vice-Presidente – Senadora **Júnia Marise**, 2º Vice-Presidente – Senador **Ronaldo Cunha Lima**, 1º Secretário – Senador **Carlos Patrocínio**, 2º Secretário – Senador **Flaviano Melo**, 3º Secretário.

Mesa da Câmara dos Deputados – Deputado **Michel Temer**, Presidente – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente – Deputado **Severino Cavalcanti**, 2º Vice-Presidente – Deputado **Ubiratan Aguiar**, 1º Secretário – Deputado **Nelson Trad**,

2º Secretário – Deputado **Paulo Paim**, 3º Secretário – Deputado **Efraim Morais**, 4º Secretário.

LEI Nº 8.848, DE 28 DE JANEIRO DE 1994.

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.849, DE 28 DE JANEIRO DE 1994

Altera a Legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.894, DE 21 DE JUNHO DE 1994

Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários e dá outras providências.

.....

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10, DE 1996

Altera os arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. Fica instituído nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive de liquidação de passivo previdenciário e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social.

§ 1º Ao Fundo criado por este artigo não se aplica o disposto na parte final do inciso II do § 9º do art. 165 da Constituição.

§ 2º O Fundo criado por este artigo passa a ser denominado Fundo de Estabilização Fiscal a partir do início do exercício financeiro de 1996.

§ 3º O Poder Executivo publicará demonstrativo da execução orçamentária, de periodicidade bimestral, no qual se discriminarão as fontes e usos do Fundo criado por este artigo."

Art. 2º O art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72. Integram o Fundo Social de Emergência:

I – .....

II – a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e provento de qualquer natureza e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, decorrentes das alterações produzidas pela Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994 e pelas Leis nºs. 8.849 e 8.848, ambas de 28 de janeiro de 1994 e modificações posteriores:

III – a parcela do produto da arrecadação resultante da elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro dos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a qual nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, passa a ser de trinta por cento, sujeita a alteração por lei ordinária, mantidas as demais normas da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

IV – vinte por cento do produto de arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, já instituídos ou a serem criados, excetuado o previsto nos incisos I, II e III, observado o disposto nos §§ 3º e 4º;

V – a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970,

devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim no período de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza; e

VI – .....

§ 1º – .....

.....

§ 2º As parcelas de que tratam os inciso I, II, III e V, serão previamente deduzidas da base de cálculo de qualquer vinculação ou participação constitucional ou legal, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 159, 212 e 239 da Constituição.

§ 3º A parcela de que trata o inciso IV será previamente deduzida da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais previstas nos arts. 153, § 5º, 157, II, 212 e 239 da Constituição.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos recursos previstos nos arts. 158, II e 159 da Constituição.

§ 5º A parcela dos recursos provenientes do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, destinada ao Fundo Social de Emergência, nos termos do inciso II deste artigo, não poderá exceder a cinco inteiros e seis décimos por cento do total do produto da sua arrecadação."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de março de 1996.

A Mesa da Câmara dos Deputados: **Luis Eduardo,** Presidente – **Ronaldo Perim,** 1º Vice-Presidente – **Beto Mansur,** 2º Vice-Presidente – **Wilson Campos,** 1º Secretário – **Leopoldo Bessone,** 2º Secretário – **Benedito Domingos,** 3º Secretário – **João Henrique,** 4º Secretário.

A Mesa do Senado Federal: **José Sarney,** Presidente – **Teotonio Vilela Filho,** 1º Vice-Presidente – **Júlio Campos,** 2º Vice-Presidente – **Odacir Soares,** 1º Secretário – **Renan Calheiros,** 2º Secretário – **Levy Dias,** 3º Secretário – **Ernandes Amorim,** 4º Secretário.

DO 4-3-96.

REDAÇÃO ORIGINAL

Art. 71:

"Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social.

Parágrafo Único. Ao Fundo criado por este artigo não se aplica, no exercício financeiro de 1994, o disposto na parte final do inciso II do § 9º do art. 165 da Constituição.

Art. 72:

I – .....

II – a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre propriedade territorial rural, do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários, decorrente das alterações produzidas pela Medida Provisória nº 419 e pelas Leis nºs 8.847, 8.849 e 8.848, todas de 28 de janeiro de 1994, estendendo-se a vigência da última delas até 31 de dezembro de 1995;

III – a parcela do produto da arrecadação resultante da elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro dos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a qual, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, passa a ser de trinta por cento, mantidas as demais normas da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

IV – vinte por cento do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, excetuado o previsto nos incisos I, II e III;

V – a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 e

1995, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;

.....

§ 1º As alíquotas e a base de cálculo previstas nos incisos III e V aplicar-se-ão a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores à promulgação desta Emenda.

§ 2º As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V serão previamente deduzidas da base de cálculo de qualquer vinculação ou participação constitucional ou legal, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 158, II, 159, 212 e 239 da Constituição.

§ 3º A parcela de que trata o inciso IV será previamente deduzida da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais previstas nos arts. 153, § 5º, 157, II, 158, II, 212 e 239 da Constituição.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos recursos previstos no art. 159 da Constituição.

§ 5º A parcela dos recursos provenientes do imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, destinada ao Fundo Social de Emergência, nos termos do inciso II deste artigo, não poderá exceder:

I – no caso do imposto sobre propriedade territorial rural, a oitenta e seis inteiros e dois décimos por cento do total do produto da sua arrecadação;

II – no caso do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, a cinco inteiros e seis décimos por cento do total do produto da sua arrecadação."

EMENDA CONSTITUCIONAL DE REVISÃO Nº 1, DE 1994

A Mesa do Congresso Nacional, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulga a seguinte emenda constitucional:

Art. 1º Ficam incluídos os arts. 71, 72 e 73 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

"Art. 71. Fica instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e outros programas de relevante interesse econômico e social.

Parágrafo único. Ao Fundo criado por este artigo não se aplica, no exercício financeiro de 1994, o disposto na parte final do inciso II do § 9º do art. 165 da Constituição.

Art. 72. Integram o Fundo Social de Emergência:

I – o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre pagamentos efetuados, a qualquer título, pela União, inclusive suas autarquias e fundações;

II – a parcela do produto da arrecadação do imposto sobre propriedade territorial rural, do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, decorrente das alterações produzidas pela Medida Provisória nº 419 e pelas Leis nºs 8.847, 8.848,8.849 todas de 28 de janeiro de 1994, estendendo-se a vigência da última delas até 31 de dezembro de 1995;

III – a parcela do produto da arrecadação resultante da elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro dos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a qual, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, passa a ser de trinta por cento, mantidas as demais normas da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

IV – vinte por cento do produto da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União, excetuado o previsto nos incisos I, II e III;

V – a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calcula-

da, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

VI – outras receitas previstas em lei específica.

§ 1º As alíquotas e a base de cálculo previstos nos incisos III e V aplicar-se-ão a partir do primeiro dia do mês seguinte aos noventa dias posteriores à promulgação desta Emenda.

§ 2º As parcelas de que tratam os incisos I, II, III e V serão previamente deduzidas da base de cálculo de qualquer vinculação ou participação constitucional ou legal, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 158, II, 159, 212 e 239 da Constituição.

§ 3º A parcela de que trata o inciso IV será previamente deduzida da base de cálculo das vinculações ou participações constitucionais previstas nos arts. 153, § 5º, 157, II, 158, II, 212 e 239 da Constituição.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos recursos previstos no art. 159 da Constituição.

§ 5º A parcela dos recursos provenientes do imposto sobre propriedade territorial rural e do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, destinada ao Fundo Social de Emergência, nos termos do inciso II deste artigo, não poderá exceder:

I – no caso do imposto sobre propriedade territorial rural, a oitenta e seis inteiros e dois décimos por cento do total do produto de sua arrecadação;

II – no caso do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, a cinco inteiros e seis décimos por cento do total do produto da sua arrecadação.

Art. 73. Na regulação do Fundo Social de Emergência não poderá ser utilizado o instrumento previsto no inciso V do art. 59 da Constituição."

Art. 2º Fica revogado o § 4º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 3, de 1993.

Art. 3º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de março de 1994.

A Mesa do Congresso Nacional: **Humberto Lucena**, Presidente – **Adylson Motta**, 1º Vice-Presidente – **Levy Dias**, 2º Vice-Presidente – **Wilson Campos**, 1º Secretário – **Nabor Júniro**, 2º Secretário – **Aécio Neves**, 3º Secretário – **Nelson Wedekin**, 4º Secretário.

DO 2-3-94.

PARECER Nº 788, DE 1997

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores que "Convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, altera o art. 55 da Constituição Federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária e dá outras providências".

Relator: Senador Jefferson Péres

I – Relatório

A proposta de emenda à Constituição em epígrafe estabelece que "no dia 03 de outubro de 1998, simultaneamente às eleições federais, mediante plebiscito, o eleitorado decidirá sobre a realização ou não de revisão constitucional" (art. 1º, **caput**).

Prevê ainda que "se aprovada, a revisão constitucional será realizada durante a primeira sessão legislativa da legislatura a ser iniciada em 15 de fevereiro de 1999, sem o recesso previsto no art. 57 da Constituição Federal, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unilateral" (**idem**, § 1º), devendo ser observado "o disposto no § 4º do art. 60 da Constituição Federal" (**idem**, § 2º).

Determina que "as alterações introduzidas na Constituição Federal pela revisão constitucional de que trata esta Emenda só serão promulgadas se aprovadas em referendo a realizar-se cento e vinte dias após o encerramento dos trabalhos revisórios" (**idem**, § 3º).

Pretende modificar o **caput** e o § 3º do art. 55 da Constituição Federal para prever a perda do mandato do Deputado e Senador "que se desfiliar do partido pelo qual se elegeu" a ser "declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político apresentado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa" (art. 2º). Essa alteração de-

verá entrar em vigor seis meses após a realização do referendo a que se refere o projeto em seu art. 1º (art. 4º).

Dispõe em seu art. 3º que "o Congresso Nacional regulamentará o plebiscito e o referendo previstos no art. 1º mediante decreto legislativo".

É o relatório.

II – Voto

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF) determina em seu art. 356 que a proposta de emenda à Constituição será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para emitir parecer.

A omissão do Regimento Interno quanto à natureza do referido parecer impõe a conclusão de que cabe à CCJ decidir sobre a admissibilidade da proposta de emenda à Constituição e também quanto à regimentalidade e ao mérito da matéria.

No referente à admissibilidade da proposta – que também envolve aspectos quanto à sua constitucionalidade – não há reparos a fazer em razão de sua conformidade ao previsto na Carta de 1988 e ao Regimento Interno, ou seja, o número de Senadores subscritores superior ao mínimo exigido de um terço dos membros da Casa (art. 60, I, da CF); o País não se encontra "na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio" (art. 60, § 1º, da CF e art. 354, § 2º do RISF), a proposta não tende "a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais" (art. 60, § 4º, da CF e art. 354, § 1º do RISF), além de não ser "matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada" na atual sessão legislativa (art. 60, § 5º, da CF e art. 373 do RISF).

Quanto ao mérito, estou entre aqueles que entendem que a dinâmica da sociedade exige modificações do texto constitucional para adaptá-lo ao novo cenário internacional de franca integração de mercados e, também, para enfrentar os problemas internos, a partir da discussão e da adoção de fórmulas constitucionais criativas que venham a suprir as deficiências da Carta de 1988, mormente nos aspectos político-institucionais.

O Estado de direito democrático que prevalece entre nós, onde são amplas e irrestritas as liberdades políticas e de opinião, permite-nos discutir uma revisão constitucional sem que haja qualquer ameaça aos direitos e garantias individuais.

Ademais, a nossa Carta Política caracteriza-se por ser um texto analítico que constitucionalizou muitos assuntos que, via de regra, são tratados em legislação infraconstitucional em outros países ou mesmo em nossas Constituições anteriores. Tal prolixidade só é superada pela Constituição da Índia que, no entanto, é um país com sérias divisões étnicas e regionais, ao contrário do Brasil, de difícil acomodação em face da maior diversidade de interesses locais.

A ampla constitucionalização de matérias que não são relacionadas aos fundamentos do Estado brasileiro sujeita à Carta de 1988 ao envelhecimento precoce, pois a velocidade de mudança dos fatos econômicos e, por conseqüência, dos sociais e políticos, não podem aguardar a demorada e penosa maturação dos acordos interpartidários ou mesmo no interior das siglas partidárias, máxime quando se trata de emenda à Constituição, cujo processo legislativo é bastante complexo em razão de exigir, para sua aprovação, a concordância de três quintos dos membros de cada Casa em dois turnos de deliberação.

Não obstante as conquistas da Constituição de 1988, para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, constata-se que muitos privilégios foram mantidos ou até mesmo ampliados e estendidos a determinados setores da sociedade, o que representa um estorvo à realização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previsto em seu art. 3º – "construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação".

Alega-se freqüentemente em defesa da permanência das normas constitucionais o exemplo da Constituição dos Estados Unidos da América que, ao longo de dois séculos foi emendada apenas vinte e sete vezes. Tal argumento é de certo modo falacioso em razão de o sistema constitucional norte-americano permitir constante atualização interpretativa – ao permitir a mutação constitucional sem alteração do texto da Constituição – mediante o mecanismo denominado **construction** realizado pela Corte Suprema. Ademais, pelo menos uma dezena de emendas constitucionais fundamentais daquela Constituição foi aprovada na primeira década de sua vigência.

Assim, esta forma como está sendo proposta a revisão constitucional, condicionando-a a aprovação plebiscitária e com as restrições fixadas pelas cláusulas pétreas (art. 60, § 4º da Constituição Federal),

deve, ao meu ver, ter o apoio de todos os que praticam a tolerância política e abominam o dogmatismo e a demagogia que tantos prejuízos tem causado às sociedades que querem romper com o atraso social e econômico.

Não podem as gerações atual e futura ser impedidas de decidir sobre os seus destinos, privando-as de exercitar o seu direito de alterar a Constituição sempre que esta passar a se constituir em estorvo à plena realização material e espiritual do cidadão, posto que a história humana caracteriza-se pelo eterno criar, enquanto que a petrificação do Direito nem sequer pode ser cogitada, pois admiti-la é negar a lógica da marcha da humanidade.

Se não tenho dúvida quanto ao elevado mérito da proposta em análise, o mesmo não se dá quanto aos seus aspectos regimentais.

A proposta trata em seu art. 2º de matéria relativa à perda do mandato de Deputados e Senadores no caso de infidelidade partidária. De acordo com o art. 371 do RISF "é vedada a apresentação de proposta que objetive alterar dispositivos sem correlação direta entre si". Desse modo, em obediência às normas regimentais, sou compelido a extirpar da proposta esse segundo conteúdo, o qual, não resta dúvida, é destituído de conexão direta com o assunto tratado na primeira parte (art. 1º).

Devo, no entanto, fazer um pequeno reparo quanto à data da realização do plebiscito para adaptá-la ao que determina a Emenda Constitucional nº 16, de 1997, que fixou a data das eleições, em primeiro turno, no primeiro domingo de outubro. No ano eleitoral de 1998 esse dia será 4 de outubro, e não 3 de outubro, e também para prever uma eventual prorrogação da sessão legislativa até o início da seguinte.

No substitutivo ora apresentado, decidimos manter o fulcro da proposta do senador Pedro Simon, qual seja, a convocação de uma assembléia nacional revisora, a ser legitimada diante plebiscito. Deixamos de fora, assim, a convocação de um referendo, para aprovar as mudanças feitas na Constituição, bem como a criação do instituto da fidelidade partidária. Não nos parece conveniente sua inclusão nesta etapa do processo legislativo. Entretanto, tendo em vista a relevância de ambas as medidas, é de todo recomendável que figurem necessariamente na pauta do futuro Congresso revisor.

Diante do exposto, opino pela apresentação do seguinte substitutivo, nos termos do art. 133, **c**, 3, combinado com o art. 372 do Regimento Interno, à Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1997:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50 (SUBSTITUTIVO), DE 1997

Convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Será convocado, simultaneamente à realização das eleições de 1998, um plebiscito em que o eleitor decidirá sobre a revisão constitucional.

§ 1º Se aprovada, a revisão constitucional será realizada durante a primeira sessão legislativa da legislatura a ser iniciada em 15 de fevereiro de 1999, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

§ 2º Não será admitido qualquer recesso durante a sessão legislativa a que se refere o parágrafo anterior, a qual poderá estender-se até o início da sessão legislativa seguinte, desde que a prorrogação seja aprovada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

§ 3º Os trabalhos da revisão constitucional observarão o disposto no § 4º do art. 60 da Constituição Federal

Art. 2º O Congresso Nacional regulará o plebiscito previsto no artigo anterior mediante decreto legislativo.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 1997. – Senador **Bernardo Cabral**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Onofre Quinan – Freitas Neto – Nabor Júnior – Otoniel Machado – Júnia Marise – Jader Barbalho – Casildo Maldaner – Gilberto Miranda – José Agripino – Eduardo Suplicy – João França – Josaphat Marinho**, vencido – **Carlos Patrocínio – Lúcio Alcântara** (abstenção) – **Romeu Tuma – José Fogaça – Esperidião Amin – Beni Veras – Emilia Fernandes – Humberto Lucena – José Ignácio Ferreira – José Bianco – Regina Assumpção – Albino Boaventura – Renan Calheiros – Levy Dias – Francelino Pereira – José Eduardo Dutra**, (c/ressalvas) – **Flaviano Melo – Pedro Simon**, (abstenção) – **Bello Parga – Gerson Camata – Sebastião Rocha – Antonio Carlos Valadares**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PEC 50/97 (Parecer)

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GUILHERME PALMEIRA				ÉLCIO ALVARES			
EDISON LOBÃO				ROMERO JUCÁ			
JOSÉ BIANCO	/			JOSÉ AGRIPINO			
BERNARDO CABRAL				HUGO NAPOLEÃO			
FRANCELINO PEREIRA	/			FREITAS NETO			
JOSAPHAT MARINHO		/		BELLO PARGA			
ROMEU TUMA	/			GILBERTO MIRANDA			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO				VAGO			
JOSÉ FOGAÇA	/			NEY SUASSUNA			
ROBERTO REQUIÃO				CARLOS BEZERRA			
RAMEZ TEBET				CASILDO MALDANER			
PEDRO SIMON			/	FERNANDO BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				GILVAN BORGES			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES	/			SÉRGIO MACHADO			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	/			JOSÉ SERRA			
LÚCIO ALCÂNTARA			/	JOSÉ ROBERTO ARRUDA			
BENI VERAS	/			OSMAR DIAS			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES(PSB)				ADEMIR ANDRADE (PSB)			
ROBERTO FREIRE (PPS)				SEBASTIÃO ROCHA (PDT)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)	/			MARINA SILVA (PT)			
TITULARES - PPB	SIM	NÃO		SUPLENTES-PPB	SIM	NÃO	
ESPERIDIÃO AMIN	/			LEVY DIAS			
EPITÁCIO CAFETEIRA				LEOMAR QUINTANILHA			
TITULARES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PTB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
REGINA ASSUMPÇÃO	/			ODACIR SOARES			

TOTAL 13 **SIM** 10 **NÃO** 1 **ABS** 2 **SALA DAS REUNIÕES, EM** 19 / 11 / 97

Senador Bernardo Cabral
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50., DE 1996.

Esta proposta de emenda constitucional, que tem como primeiro signatário o Ilustre Senador Pedro Simon, suscita a reflexão sobre um tensão entre dois valores fundamentais de nossa ordem constitucional: a rigidez do texto da lei Básica (existência de limitações à mudança constitucional), como elemento assecuratório da estabilidade e primazia do Estatuto Fundamental e a soberania popular como emanação fundante do próprio poder político e, portanto, fonte de toda a criação constituinte. Em outras palavras abre-se a discussão acerca da possibilidade de superação de limitações à reforma da Carta Constitucional pela recorrência a modalidades de exercício da democracia direta legitimamente admitidas, a saber, o plebiscito e o referendo (cf. art. 1º, parágrafo único e art. 14, inciso I e II CF).

Poder-se-ia, adicionalmente, introduzir no debate o tema da juridicidade da proposição, tendo em vista que o art. 14 da Constituição Federal estaria a demandar a edição de legislação infraconstitucional, para que se exerça a soberania popular, pela via democrática direta. Se é certo que o referido dispositivo, no que pertine à prática plebiscitária e do referendo, de fato, não é autoaplicável, não podemos, em sentido diametralmente oposto, sustentar a natureza de norma constitucional de eficácia limitada desse dispositivo, isto é, o sobrestamento de sua aplicabilidade até que a devida lei ordinária disponha sobre a matéria. A simples constatação fática da realização do plebiscito de 21 de abril de 1993 sobre forma e sistema de governo (cf. art. 2º ADCT e Emenda Constitucional nº 2, de 1992) leva-nos á afirmação da natureza de norma constitucional de eficácia contida, que, consoante a melhor doutrina, autoriza a ampla aplicabilidade de regra constitucional de direito até ulterior regulação extensível ou restringível sobre a questão (v., a propósito, José Afonso Silva, *Aplicabilidade das Normas Constitucionais,* São Paulo, Forense, 1968).

Na medida em que reconhecemos a possibilidade jurídica de que, independentemente de regulação, é constitucional mente cabível o exercício do plebiscito e do referendo, seria insensato de nossa parte atribuir maior importância ao princípio de rigidez do texto constitucional do que ao primado da soberania popular. O ponto ideal de equilíbrio está em considerar a relevância da rigidez, subordinando-a, porém, à soberania popular. Cremos que o art. 1º, § 1º da proposição resolve parcialmente á questão, ao afirmar a vedação de revisão quanto ás limitações materiais explícitas. Entretanto, não se pode olvidar, nese passo, a necessidade de consideração, para efeito de proibição da ação revisional irresponsável, das chamadas limitações constitucionais implícitas que, não listadas no § 4º do art. 60 da Constituição, despontam, aqui a acolá no texto constitucional como obstáculo à reforma constitucional (v., a propósito, Nelson de Souza Sampaio, *O Poder de Reforma Constitucional,* Salvador, Progresso, 1954, p. 92).

Outrossim, considerando ser imperioso o referendo popular, para fins de ratificação e ligitimação do labor constituinte revisional (realizado, afinal, com quorum deliberativo excepcional rebaixado), cremos ser despiciendo proceder a um arrolamento amplo de limitações materiais, tal como ocorreu as revisões constitucionais portuguesas de 1982 (art. 290, Lei Constitucional nº 1, de 30-9-82; e art. 288 Lei Constitucional nº 1, de 8-7-89). Consignamos, dessa forma, nossa discordância com o relator que, neste particular, suprime a necessidade de referendo, para efeito de homologação popular do texto constitucional revisado, como condição de sua eficácia jurídica.

Manifestamos, ainda, nosso entendimento de que as alterações sugeridas quanto ao art. 55 são pertinentes e correlatas à matéria em tela. É que, para maior autenticidade da representação político-partidária na atividade constituinte, urge que, antes mesmo da instalação dos trabalhos revisionais, afirme-se a essência partidária do mandato parlamentar.

Finalmente, para que não pairem dúvidas quanto à constitucionalidade da redação dada ao art. 3º da proposição, à luz do referido art. 14, combinado com as emendas constitucionais nº 2, de 1992 e 4 de 1993, pensamos ser aconselhável uma modificação na redação dada ao art. 3º da proposição.

Ante o exposto, somos pela aprovação da matéria, na forma da proposta original, com as emendas abaixo relacionadas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao § 2º do art. 1º da proposição a seguinte redação:

"Art. 1º.....

§ 2º Não serão objeto de revisão:

I – as matérias constantes do § 4º do art. 60 da Constituição;

II – as disposições relativas ao exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular;

III – as disposições referentes à titularidade do poder e ao processo de emenda à Constituição."

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 3º da proposição a seguinte redação:

"Art. 3º Inexistindo lei que disponha sobre a realização de plebiscito e de referendo, o Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções necessárias à realização da consulta plebiscitária e do referendo a que se refere esta Emenda Constitucional."

Sala das Sessões, de novembro de 1997. – Senador **José Eduardo Dutra.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 16, DE 1997

Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O § 5º do art. 14, o **caput** do art. 28, inciso II do art. 29, o **caput** do art. 77 e o art. 82 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.14. .....

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente."

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no penúltimo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77."

"Art.29. .....

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devem suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores."

"Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente."

"Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de junho de 1997.

A Mesa da Câmara dos Deputados: **Michel Temer**, Presidente – **Heráclito Fortes** – 1º Vice-Presidente – **Severino Cavalcanti**, 2º Vice-Presidente – **Ubiratan Aguiar** 1º Secretário – **Nelson Trad**, 2º Secretário – **Efraim Morais**, 4º Secretário.

A Mesa do Senado Federal: **Antonio Carlos Magalhães** Presidente – **Geraldo Melo**, 1º Vice-Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, 1º Secretário – **Carlos Patrocínio**, 2º Secretário – **Flaviano Melo**, 3º Secretário – **Lucídio Portella**, 4º Secretário.

Do 5-6-97

Redação Original

"Art.14. .....

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subseqüente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito."

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subseqüente, observado quanto ao mais, o disposto no art. 77."

"Art.29. .....

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77 no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores."

"Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente."

"Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subseqüente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição."

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 208, de 1997 (nº 1.446/97,na origem), de 27 de novembro último, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 1º a 5 de dezembro de 1997, a fim de realizar visita de Estado ao Reino Unido.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº 3.551/97 (na origem), encaminhando dados referentes à dívida dos Governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de setembro do corrente ano. **(Diversos nº 61, de 1997)**

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotou-se, sexta-feira última, o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera os arts. 489 e 499 do Código Civil e dá outras providências.

A matéria foi rejeitada, em apreciação conclusiva, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1° Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF. Nº 275/97-GLPFL

Brasília, 28 de novembro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência a substituição do Senador Romeu Tuma pela Senador Bello Parga, como Titular, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Atenciosamente, – Senador **Edison Lobão**, Líder do PFL no Senado Federal, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a substituição solicitada.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de abordar o tema para cuja apreciação eu me inscrevi na presente Sessão, vejo-me na obrigação de fazer uma denúncia formal sobre os sérios problemas que estão atingindo os beneficiários inativos do Serviço Público Federal, particularmente no Acre, onde os sofrimentos inerentes às próprias dificuldades causadas pela idade avançada são agravados pelas imensas deficiências de transporte, assistência médico-social e outras tristes peculiaridades do Estado. O Governo Federal, por meio do Ministério da Administração e Reforma do Estado, de-

terminou que os aposentados os pensionistas da União se submetessem a um recadastramento no banco onde seus proventos são creditados.

A determinação do Governo já fora efetivamente cumprida, com imensos sacrifícios pelos idosos, nos meses de junho e julho: milhares de antigos servidores e sucessores de outros já falecidos tiveram de comparecer ao Banco do Brasil e a outros estabelecimentos bancários, sob pena de verem interrompidos os pagamentos de seus parcos proventos ou pensões. Parece, entretanto, que os burocratas insensíveis do Governo acharam pouco porque agora mesmo, passados três ou quatro meses, esses cidadãos e essas senhoras receberam a intimação para fazer em tudo novamente, porque os resultados daquele censo não agradaram aos donos da máquina previdenciária, bancária e burocrática – que, sem qualquer sensibilidade ou respeito pela idade das vítimas de sua frieza, limitaram-se a dizer que não valeu nada daquilo e que todos necessitam se submeter a novo cadastramento.

É revoltante ver pela mídia e acompanhar pelo relato dos amigos essa triste situação, que conseguiu até mesmo quebrar a serenidade e fazer aflorar o inconformismo das vítimas das filas em vários Estados da Federação, desde Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais até os menores, como o meu Acre. Cidadãos chocados e indignados me ligaram no fim de semana, narrando o sofrimento de mais de 500 funcionário aposentados e pensionistas, que estão procurando a Delegacia do Ministério da Fazenda para fazerem o recadastramento. Ou se submetem a essa humilhação cruel ou verão suspenso o pagamento de seus proventos já agora, no mês de dezembro.

Tenho em mãos e ponho à disposição de V. Exªs, como exemplo da situação vexatória que denuncio, o comprovante de um desses recadastramentos, feito perante o Banco do Brasil, no dia 08 de julho de 1997. Refere-se a uma funcionária do ex-Território Federal Acre, cuja aposentadoria é paga pela Delegacia do Ministério da Fazenda, em Rio Branco, e transferida para Brasília, pelo Banco do Brasil.

Parece incrível, mas a realidade é que mal se passaram dois anos desde que esses aposentados e pensionistas já se haviam recadastrado, juntamente com os funcionários dos ex-Territórios. Agora, começou tudo de novo, a maratona nas madrugadas, os maus tratos das longas viagens, a tortura das filas e o tratamento áspero por parte de Servidores também estressados pelas ameaças que pairam sobre suas próprias cabeças.

Para a nova ficha, desta vez junto ao Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, a Caixa Econômica e outros estabelecimentos de crédito, está sendo exigida a apresentação de todos os documentos pessoais: carteira de identidade, CPF, cópia do contracheque e um formulário bancário, que muitos acham difícil de ser preenchido. Acontece que esse recadastramento não está sendo levado em consideração pela repartição competente, que é a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, no Estado do Acre, onde se amontoam 500 funcionários que tentam regularizar sua situação para não ficarem sem o pagamento dos vencimentos e do 13º salário, no mês de dezembro. Isso está causando um verdadeiro caos e gerando o mais justificável protesto.

Ora, sabemos que os Servidores da União não têm recebido reajuste salarial há três anos, nem os da ativa, muito menos os inativos.

Tanta insensibilidade provoca dois sentimentos: primeiro, o de revolta com o sofrimento gratuito e cruel infligido a pessoas de idade avançada e saúde quase sempre combalida; o segundo, de preocupação quanto à imagem do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual tenho apoiado plenamente no Congresso Nacional. Fica difícil, todavia, esperar simpatia por parte desses veteranos pensionistas e ex-funcionários durante as eleições do próximo ano. Tenho quase certeza absoluta de que a grande maioria votará contra o atual Governo, não só pela falta de reajuste de salários durante três anos, em que tivemos uma inflação de, pelo menos, 25%, mas, também, por causa dessas situações humilhantes que impõem a pessoas de idade avançada; pessoas, às vezes, que residem em outra cidade, em outro município.

Existem casos, Sr. Presidente, de funcionários aposentados e hoje residentes em Fortaleza, Belém, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo que , agora, estão sendo obrigados a se deslocar até Rio Branco ou mandar uma procuração para fazer o recadastramento – um recadastramento para repetir o que já foi feito anteriormente, no Banco do Brasil ou em outro estabelecimento de crédito.

Isso é um abuso!

Impõem-se providências para acabar com tal humilhação, promovida por técnicos e burocratas do Governo sobre humildes funcionários públicos e seus dependentes, pessoas com idade de 65, 70, 75 e 80 anos – como vimos na televisão -, sofrendo em salas insalubres o desespero de regularizar a situa-

ção e salvar o pagamento dos seus proventos – um desespero que se torna mais pungente quando consideramos a época em que ele é imposto, o fim de ano, o período natalino.

O povo do Acre exige um tratamento mais condigno para esses pobres funcionários e seus sucessores, que dedicaram 30, 35 anos de suas vidas para o Governo, para autarquias ou outros órgãos também de responsabilidade da União. E que, agora, em vez do carinho e do respeito merecidos, estão recebendo humilhações, submetendo-se às provações de um novo recadastramento, quando, há pouco mais de três meses, já o fizeram perante o Banco do Brasil.

O pior, Sr. Presidente, é que ninguém assume a responsabilidade pelo descalabro. Pergunte-se ao Banco do Brasil, ele diz que recolheu toda a documentação e encaminhou para o MARE; o MARE diz que a responsabilidade é do Ministério da Fazenda; o Ministério da Fazenda diz que errado foi o Banco do Brasil, que cometeu falhas no preenchimento do formulário de recadastramento. Ninguém consegue saber a quem atribuir a responsabilidade por essa situação, que está causando desassossego e a mais justificada revolta em milhares e milhares de pessoas com idade bastante avançada.

Quero formular um veemente apelo ao Ministério da Administração, ao Ministério da Fazenda, ao Banco do Brasil – ou seja lá quem for, até mesmo ao próprio Presidente da República!, para pôr termo a essa situação, para que os velhos funcionários não continuem a ser humilhados do jeito que estão sendo.

Ora, uma repartição como a Delegacia do Ministério do Trabalho no Acre, que possui apenas 20 a 30 funcionários, não tem como atender a 500 pessoas que dormem na fila, madrugando, para fazer o seu recadastramento – o mesmo recadastramento que já fizeram no Banco do Brasil, há poucos meses.

Esta foi a preliminar do discurso que vou proferir nesta tarde, dando prosseguimento à abordagem do tema que me trouxe à tribuna na última sexta-feira.

Fiquei muito satisfeito porque tão logo concluí o meu pronunciamento – com muita honra para mim, também era V. Exª quem presidia a sessão -, ao chegar ao meu Gabinete, já havia duas ou três mensagens, via Internet, tecendo comentários sobre o pronunciamento que eu havia feito aqui da tribuna do Senado Federal. Isso demonstra que a Rádio e a TV Senado estão funcionando, e a população está acompanhando o nosso trabalho, motivo de orgulho não só para mim, mas também para todos os Senadores e para esta Casa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cumpro o dever de retornar ao tema assumido na sessão da última sexta-feira, quando analisei os resultados da pesquisa promovida pela Unesco em torno das atitudes, ações e reações da juventude de Brasília, um quadro que, em linhas gerais, pode ser observado em todas as outras capitais brasileiras.

E o faço com dupla satisfação: pela repercussão obtida junto à opinião pública e aos cidadãos, e pela constatação do bom funcionamento do sistema de mensagens através da Internet, gerenciado pelo nosso Prodasen, com a habitual competência.

As mensagens que citei foram enviadas, respectivamente, pelo Sr. Ricardo Pierri e pelo Sr. Fernando Pedroso. Ambos expressaram franca e objetivamente seus pontos de vista, os quais, mesmo não perfilando integralmente, recebo com satisfação e reconhecimento. Agradeço principalmente a lembrança, feita pelo segundo, de um dos mais sábios provérbios de Salomão: "Ensina à criança no caminho em que deve andar e ainda quando for velho não se desviará dele". Sim, porque somente por meio da educação conseguiremos superar os graves problemas sociais que hoje afligem a sociedade brasileira, particularmente suas camadas mais jovens.

Nunca podemos perder de vista, entretanto, a realidade de que estamos face a um problema com dois aspectos distintos e concorrentes: a explosão da violência urbana e a participação significativa da juventude nesse fenômeno.

Para que as duas faces dessa perversa distorção sejam exemplarmente atendidas, exigem-se tanto as providências de resultado imediato quanto as medidas perenes, de resultados mais demorados, embora mais eficazes e duradouros.

A doença da sociedade, como todo mal profundamente enraizado, cobra remédios fortes e de pronta ação, para deter a verdadeira hemorragia que tem roubado tantas vidas e levado o mais desesperado temor aos cidadãos de bem. E, ao mesmo tempo, devem ser prescritos tratamentos de longo prazo, para consolidar a cura e evitar recaídas.

A situação de emergência tem na impunidade seu maior vírus, pois quem atenta contra a vida, o patrimônio e os valores individuais e coletivos tem quase a certeza de não pagar por seus delitos – principalmente se portar sobrenome poderoso ou condições financeiras de custear bons causídicos, especialistas em descobrir brechas e erros no sempre precário sistema policial-judiciário nacional. Sim, porque a maioria dos processos morre nas gavetas das varas atopetadas de papel ou são fulmina-

dos por pequenos defeitos, no cipoal das questiúnculas de trâmite ou de instrução.

E, quando há julgamento e condenação, surge o drama tenebroso dos presídios congestionados, da sordidez das penitenciárias, das delegacias transformadas em subumanos depósitos de pessoas aviltadas. Por isso mesmo, considerando que a questão é essencialmente educacional e cultural, não posso deixar de dar atenção ao aspecto da repressão ao crime e aos criminosos, garantindo-lhes, ao mesmo tempo, que não ficarão impunes, mas terão condições mínimas de dignidade para o cumprimento das penas a que forem condenados.

Por isso, quero saudar hoje a informação que recebi do Ministério da Justiça, que promete investir amplamente no setor penitenciário em 1988: quase R$200 milhões, dos quais R$35 milhões serão repassados aos Estados para obras de construção, ampliação, reforma e equipamento de unidades prisionais.

Vejo, com particular satisfação, que a maior fatia dos recursos está reservada para a implantação de penitenciárias federais em todo o País através do chamado "Projeto Zero Déficit", que será gerenciado diretamente pelo Departamento Penitenciário Nacional e representará o acréscimo de 6.160 vagas ao sistema, as quais, somadas às que serão criadas nas unidades de jurisdição estadual, garantem o acolhimento de novos 8.781 apenados.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero concluir este breve porém importante registro com a angústia nacional em torno da impunidade dos macrodeliqüentes, dos criminosos que roubam dezenas, milhares, milhões de pessoas com seus golpes no mercado econômico-financeiro e na administração pública.

O Sr. Ramez Tebet – V. Exª permite-me um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR – Tem V. Exª a palavra.

O Sr. Ramez Tebet – Senador Nabor Júnior, solicito o aparte no instante em que V. Exª está concluindo o seu importante pronunciamento. Não fui daqueles que tiveram o privilégio de estar presente na sessão de sexta-feira quando V. Exª iniciou a abordagem de tão palpitante tema, que envolve toda a sociedade brasileira, atingida pela violência, que cada vez mais recrudesce, põe em risco a vida do cidadão e deixa em pânico as famílias brasileiras. Hoje, todavia, tenho a oportunidade de acompanhar esse importante pronunciamento de V. Exª e quero dizer que, sem dúvida nenhuma, concordo com a sua afirmativa de que, mediante o processo educacional e a eliminação das causas sociais, poderemos contribuir para diminuir a violência no território nacional. A par disso, V. Exª aborda outro aspecto ligado à violência: a impunidade, que grassa cada vez mais no Brasil. A impunidade, sem dúvida nenhuma, estimula a prática de atos violentos que culminam na prática de crimes hediondos que se sucedem em todos os Estados da Federação. Quando aborda o problema da impunidade, V. Exª fala da criança, do adolescente, da juventude. Cumpre ao Senado da República começar a meditar sobre o tema. Acabamos de votar o Código Civil, no qual a maioridade foi reduzida para 18 anos, e o Código Penal brasileiro considera penalmente responsável o ser humano a partir dos 18 anos, mas, entre 18 e 21 anos, o cidadão que delinqüir terá sua pena atenuada. Está na hora de repensarmos o assunto, Senador Nabor Júnior, e analisarmos as diversas emendas constitucionais que tramitam nesta Casa, tentando a redução da maioridade penal. Aos 16 anos, já é facultado ao jovem o exercício de um dos mais sagrados direitos da cidadania: o de escolher os nossos governantes. Talvez fosse interessante começarmos a analisar uma dessas emendas que diminui a maioridade penal, estabelecendo 16 anos, sendo que entre 16 e 18 o cidadão terá direito à atenuação da pena. Essa era a contribuição que gostaria de dar ao importante pronunciamento que V. Exª faz a respeito de uma questão tão complexa e que envolve a promiscuidade que existe nos presídios brasileiros, que estão superlotados. Tudo está a exigir de nós, legisladores, e da sociedade urgentes providências. Quero congratular-me com V. Exª.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço o aparte de V. Exª. A propósito, gostaria de lembrar que o jornal **O Globo**, na edição de ontem, publicou matéria dando conta de que o Ministério da Justiça está constituindo uma comissão para estudar a reforma do Código Penal brasileiro.

Um dos professores da PUC do Rio de Janeiro – não estou certo se do Rio ou de São Paulo – já apresentou algumas sugestões para o novo Código Penal. Uma delas seria a redução da idade para a responsabilização penal do cidadão. E ele alega exatamente isso, ou seja, antes o jovem votava aos 18 anos de idade, depois, a idade foi reduzida para 16 anos. Portanto, que seja responsável criminalmente também nessa idade.

Mas o Ministro Íris Rezende, com prudência e sabedoria, está tendendo a ampliar bastante a discussão do tema, pois ele é muito importante. Vai de-

morar muito a tramitação dessa matéria no Congresso Nacional. A intenção do Ministro Íris Rezende é não só colher subsídios dessa comissão que vai ser nomeada, como também de todos os segmentos da sociedade brasileira, para que o novo Código Penal traduza a realidade atual e não a de muitos anos passados, ou seja, aquela existente quando ocorreu a última reforma do Código Penal.

Agradeço o aparte de V. Exª.

Senador Romero Jucá, com muito prazer, concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Romero Jucá (PFL – RR) – Senador Nabor Júnior, eu não poderia deixar de registrar, diante do brilhante pronunciamento de V. Exª, que o Senado já se antecipou a essa discussão sobre a mudança da legislação brasileira no tocante ao Código Penal e também sobre a maioridade penal. Participamos da votação do novo Código Civil, que ocorreu num final de semana. Foi brilhante o trabalho de todo o Plenário desta Casa, especificamente o do nobre Senador Josaphat Marinho, que honrou as tradições do Senado brasileiro. Queria lembrar que sobre esta questão específica da responsabilidade penal aos dezesseis anos, já tramita nesta Casa um projeto de lei da minha autoria. Temos visto o recrudescimento da violência no País, temos visto a necessidade de combater, inclusive, a questão do tráfico de drogas e temos visto, também, que, muitas vezes, jovens têm sido usados nos assaltos à mão armada. Efetivamente, se um jovem de dezesseis anos pode votar, se um jovem de dezesseis anos pode pilotar avião – esse foi um dos exemplos que dei no meu projeto, e o Senador Presidente desta sessão, Senador Geraldo Melo, tem especialização neste assunto e pode confirmar isso -, se um jovem de pode votar, não é justo que mate alguém, que trafique drogas, que ele seqüestre e que não possa ser punido por isso. Portanto espero que, paralelamente à discussão dessa matéria proposta pelo Ministério da Justiça , o Senado também discuta e vote o meu projeto, já em tramitação, que diminui a maioridade penal de 18 anos para 16 anos. Essa medida é bastante salutar para a realidade em que vivemos no Brasil. Meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a V. Exª a oportuna contribuição que deu ao meu modesto discurso.

Vou concluir, Sr. Presidente, retomando a análise das perspectivas que se abrem com a criação de novas vagas no sistema prisional brasileiro, particularmente a instituição de penitenciárias federais.

É de esperar-se que as novas prisões venham efetivar acolher os responsáveis também pelas infrações submetidas à jurisdição federal, porque não podemos nos restringir às críticas aos jovens, à sua alienação, a seus atentados contra a vida de pobres e até mesmo de companheiros, porque o conceito de segurança pública atinge patamares mais elevados, os de segurança social, a garantia aos cidadãos de que os seus direitos, sua poupança, suas prerrogativas como membros da nacionalidade serão integralmente respeitados por todos e o merecido e exemplar castigo será aplicado àqueles que atentarem contra elas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Convido o Senador Nabor Júnior para assumir a Presidência, a fim de que eu tenha a oportunidade de ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, por cessão do Senador Freitas Neto, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar desejo tranquilizá-los, informando que os papéis que aqui se encontram não representam o texto de um discurso com o qual eu esteja ameaçando esta Casa. São apenas alguns documentos que eventualmente poderei utilizar.

Nos últimos dias, o debate nacional, inclusive nesta Casa, foi dominado por um tema mais ou menos constante, que foi a discussão em torno das medidas econômicas propostas ao País no chamado pacote econômico, uma expressão meio antipática e meio fora de moda, mas que simplifica muito a citação do conjunto de medidas. Particularmente em relação ao Senado, muitas discussões se travaram após a presença, indiscutivelmente competente e brilhante, dos Ministros Pedro Malan e Antonio Kandir, que aqui estiveram há dois finais de semana.

Acredito que se quisermos examinar essa questão com a frieza que a responsabilidade do assunto exige de nós, precisamos consignar, inicialmente, o reconhecimento da sociedade à competência com que as autoridades da área econômica têm se havido até agora, pois, na realidade, não se pode esconder – o mais ferrenho adversário do Governo não o faria – o êxito que, de um modo geral, pode ser atribuído à implantação e ao gerenciamento do dia-a-dia do Plano Real.

Esse acerto é tanto mais notável se ele é contemporâneo de um processo de globalização, um

processo desconhecido de todos. Talvez esteja na tentativa de falar sobre ele, na tentativa de trazer manifestações prospectivas sobre ele, na tentativa de dizer como é que ele vai acontecer. Talvez esteja aí o erro não apenas dos economistas que comandam o gerenciamento do programa econômico do Brasil, mas dos economistas em geral, que se atrevem a falar sobre alguma coisa que é nova para a humanidade, e que por isso mesmo é alguma coisa sobre a qual é preciso ter prudência antes de dizer o que é que vai acontecer e que forma vai tomar.

De toda maneira, isso não torna menor a homenagem que, ao iniciar meu pronunciamento, prestei àqueles que têm sabido conduzir o processo até aqui, preservando para a sociedade a conquista fundamental da reforma econômica e do Plano Real, que é a estabilidade de preços; quem comprou um pãozinho por um preço há três anos, continua comprando por um preço parecido três anos depois.

Na realidade, todos estamos aprendendo com o processo de globalização e humildemente devemos reconhecer que a humanidade aprende restabelecendo o velho processo indígena da observação e do erro. Por isso é preciso termos compreensão para os equívocos que muitas vezes ocorrem.

Com a graça e a mordacidade de sempre, o Deputado Delfim Netto, uma vez, muito antes do Plano Real, falando sobre alguns equívocos dos administradores da economia, dizia que a diferença entre a economia e as ciências exatas é que nas ciências exatas uma reação química que se fazia misturando dois elementos, há dois mil anos, dava sempre um resultado previsível: dois átomos de hidrogênio combinados com um de oxigênio sempre produzem água. Em economia, os átomos aprendem, dizia o Ministro, e uma reação que produz um resultado hoje, depois de repetida, reiterada, a recorrência aos mesmos instrumentos termina ensinando os átomos a se defenderem deles. O que quero dizer com isso é que não há nessa matéria verdades absolutas. Na verdade, a tarefa dos gerentes da economia é uma tarefa mais difícil do que muitas outras.

Lembro-me do que dizia recentemente um amigo que tenho em Natal, comentando o processo político, que o fascina muito: uma das dificuldades dos políticos é que eles vivem jogando xadrez, um jogo difícil por si mesmo e muito mais na atividade política, em que as peças do jogo raciocinam e além disso se movem com seus próprios pés. Essa verdade que se aplica ao processo político aplica-se muito mais ao processo econômico.

O que se tem a fazer é provocar uma série de estímulos e desestímulos para permitir que as coisas aconteçam ou deixem de acontecer, para que aconteçam em determinado grau ou com determinada intensidade, para que aconteçam com maior ou com menor intensidade. E é aí que, de vez em quando, se chega a alguns equívocos.

A grande responsabilidade que temos agora é garantir, Sr. Presidente, que a inserção do Brasil no processo de globalização, que fazemos todos nós com bom senso, é verdade, com competência, como acabo de proclamar, e que, indiscutivelmente, tem marcado a conduta de todos, mas com a consciência de que aqui e ali nos atrevemos a jogar um jogo cujas regras vão mudando a cada dia ou vão sendo elaboradas à medida que o tempo passa. Temos de aceitar o fato de que pode haver equívocos, que não há verdades absolutas, embora haja necessidades indiscutíveis. Nesse campo, praticamente qualquer medida que se tome terá efeitos desejáveis e efeitos indesejáveis, será apoiada por alguns setores, será combatida por outros setores.

Houve um tempo da minha vida, Senador Ramez Tebet, eu era jovem, em que andei estudando fora do Brasil. Tive um professor que, um dia, nos colocou a todos numa situação muito constrangedora: Ele era um desses monstros sagrados da economia latino-americana e estava para proferir, no México, uma série de conferências para um grupo de estudantes de assuntos econômicos da América Latina inteira. Entrou na sala, dirigiu-se a todos nós e fez a seguinte pergunta: Quem aqui é a favor da inflação? Quem é contra a inflação? Quem acha que a inflação não tem nenhuma importância, existe ou deixa de existir?

Cada um de nós procurou uma maneira de não ser sequer notado, porque ninguém queria dar opinião ou resposta à sua pergunta. Ele, por sua vez, tranqüilizou-nos com este comentário: Não tenham constrangimento, senhores. Qualquer que seja a sua resposta, estarão na companhia dos melhores economistas do mundo. O que ele estava querendo nos ensinar é que aquela matéria, exatamente a inflação, essa odienta espoliadora da pobreza, da miséria, essa produtora do mais cruel, do mais nefando, do mais regressivo de todos os impostos, mesmo ela, mesmo a inflação merece cuidados de importantes segmentos de pensadores na economia mundial, que entendem que ela, em uma determinada dose, é saudável, não é tão cruel assim.

Isso tudo estou dizendo para chegar concretamente a uma questão de que muito se está falando

agora, qual seja, a dos movimentos que seriam necessários introduzir no câmbio no Brasil. De minha parte, sei que mexer no câmbio é, como qualquer outra medida, capaz de provocar efeitos desejáveis, como o estímulo que pode produzir às exportações, e efeitos indesejáveis, como a passagem de um recado inadequado à população, quebrando-lhe a confiança no Real ou sugerindo que um processo de inflação esteja recomeçando.

Não é diferente do movimento que se faz, por exemplo, com a taxa de juros. No caso das medidas que acabamos de tomar quanto à taxa de juros, o movimento que fizemos foi necessário e importante e tinha de ser feito naquela hora para remeter -como eu disse aqui num pronunciamento anterior – um recado redondo, pronto e acabado para fora do Brasil. Os efeitos desejáveis foram alcançados na hora em que se anunciou que a taxa de juros ia sofrer uma elevação daquela magnitude.

Os efeitos indesejáveis começaram no dia seguinte, porquanto essa taxa de juros, no nível em que se encontra, passa a incorporar à despesa pública um componente que a transforma na mais importante aplicação do dinheiro público do País. Se fosse para permanecer por doze meses, iríamos ter uma despesa com o pagamento de juros, pelo Tesouro Nacional, superior a R$ 50 bilhões em 1998. Entretanto – e nisso os Ministros Malan e Kandir foram tremendamente enfáticos aqui -, o Governo sabe, todos sabemos e todos desejamos que essa taxa de juros seja derrubada o mais rapidamente possível. Ela teve efeito positivo para fora do Brasil, e a sua derrubada pode ter efeitos perigosos para dentro do Brasil se for feita com grande velocidade, na medida em que sinalize que todas as crises e preocupações econômicas acabaram, que se pode iniciar um processo de aceleração e aquecimento do mercado. Isso, ao meu ver, significa que ela será derrubada porque todos queremos derrubá-la. Significa, talvez, que o aumento tenha sido excessivo, e significa, talvez, que ela terá de ser reduzida mais lentamente do que inicialmente se supunha.

É doloroso em relação à taxa de juros. Como muitos já disseram aqui no Senado, o juro é o preço do dinheiro. E esse é um preço que, quando acrescido como agora está sendo, assegura um ganho instantâneo para o sistema bancário, para o sistema financeiro. Não sei se não estava na hora, da mesma forma como parte dos aumentos e revisões de preços que se instituíram, por exemplo, em relação ao álcool, se a mesma apropriação por parte do Governo não se deveria fazer em relação ao aumento que o mercado não exigia na taxa de juros.

Sr. Presidente, o tema que me traz aqui não é a taxa de juros, mas a taxa de câmbio.

Quero concordar com os economistas de todas as correntes deste País. Eles têm dito que, mesmo que seja necessário alterar-se a política de bandas cambiais, no que pertine à amplitude das bandas ou ao ritmo de modificação da taxa de câmbio, seria uma irresponsabilidade e uma insensatez fazê-lo agora. Ouvi isso de economistas que estão à direita do Governo e que fazem oposição a ele, como o Ministro Delfim Netto, como também ouvi de economistas que estão à esquerda do Governo e que merecem o respeito de todos nós, inclusive o meu, como é o caso do economista Aloizio Mercadante. Nenhum deles defende que se mexa nessa política de câmbio neste momento.

No entanto, Sr. Presidente, todos sabemos que essa é uma questão que deverá ser examinada. E ela não pode ser examinada com a simplicidade de apenas se pegar a taxa de câmbio e permitir que ela suba, como uma forma de estimular as exportações.

Por isso, penso que aqui, neste momento, era preciso que nos debruçássemos sobre a experiência do resto do mundo. Não quero irritar o Ministro da Fazenda, pois me lembro da reação de S. Exª quando alguém fez uma observação que lhe parecia sugerir algum tipo de protecionismo para a economia nacional. Lembro-me da veemência do Ministro Malan, respondendo que "não voltaremos ao protecionismo". Não é isso que estou propondo. Que tipo de protecionismo eu iria propor? O protecionismo norte-americano não, porque ele é grande demais. O protecionismo dos Estados Unidos é tão grande que, evidentemente, está fora das nossas cogitações. Basta perguntar aos exportadores de suco de laranja ou de açúcar do Brasil, ou aos que pretenderam ser exportadores de álcool para o mercado americano, que eles lhes darão boa idéia sobre o protecionismo econômico que existe naquele País. O protecionismo isolado desse ou daquele país da Europa não poderia propor, mas é preciso que nos debrucemos, por exemplo, sobre a política cambial que se aplica aos produtos agrícolas dentro da Comunidade Européia.

Como é possível, com o preço da terra que se cobra na França, que alguém possa ter ainda hoje cinqüenta, sessenta ou cem hectares de terra destinados à criação de gado limosin, ou ao plantio de uva para fazer os vinhos de que a França não abre mão, ou à criação de gado leiteiro para permitir que

os queijos franceses continuem a existir? Como se poderia imaginar que haja na Suíça, de um lado e de outro das estradas principais, o gado pastando? A que preço está sendo feita aquela atividade? A que custo, levando-se em conta o preço do metro quadrado de terra na Suíça, na Áustria, na França ou na Inglaterra?

Uma política de proteção a essas atividades existe há muito tempo.

Trago algumas tabelas – é o que está nos documentos ameaçadores que pareciam a extensão do meu discurso – que mostram o seguinte. Desde 1979, com a aprovação do Relatório **Delors**, quando a comunidade européia decidiu criar seu sistema monetário próprio e caminhar na implantação de uma moeda única. Admitindo-se que a partir de 1º de julho de 2002 as moedas dos países membros que sejam aceitos no sistema monetário único perderão o seu poder liberatório?

A partir do momento em que isso foi feito foi preciso compatibilizar as grandes doutrinas econômicas que estão por trás da formação desse modelo com a necessidade de manter a proteção aos produtores agrícolas da Europa. O que se faz naquele continente? Existe um tipo de moeda que denominam **green currencies** que são as moedas verdes. São as moedas que derivam da venda de produtos oriundos do setor rural.

Essas moedas têm a capacidade de gerar uma quantidade de unidades monetárias que representam o ouro, têm uma taxa de câmbio em relação ao ouro diferente das taxas de câmbio do mercado. Tenho em mãos uma tabela com as cotações que vigoraram na Europa entre os dias 21 e 27 de novembro de 1997. Em todas as moedas dos países que em seguida citarei, existe a chamada **green rate**, ou seja, a taxa que se aplica a essas moedas ao amparo dessa política, e a **average market rate**, que é a taxa média do mercado.

Há, em seguida, uma coluna que mostra exatamente qual é a diferença em dinheiro na moeda de cada país, que se aplica a essa diferença da taxa de câmbio entre o valor em dinheiro da **green rate** e o valor de mercado para a mesma moeda.

Não se trata de países cuja economia esteja sendo administrada por um troglodita. Os países que integram essa política são os seguintes: Bélgica e Luxemburgo – representando um país –, Alemanha, Holanda, Reino Unido, Dinamarca, França, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal, Suécia, Áustria e Finlândia.

Com este pronunciamento, quero assinalar dois pontos importantes a serem introduzidos no processo de discussão ao qual todos hoje nos dedicamos. O primeiro ponto é o reconhecimento nacional de que é necessário instituir mecanismos capazes de estimular as exportações brasileiras. E que esses mecanismos não precisem ser necessariamente uma mudança na taxa de câmbio, segundo padrões clássicos, da mesma forma que a Comunidade Européia de Nações, para lidar com a sua prioridade econômica, com o seu problema econômico, precisou ter essa política, porque isso era um problema dela, ou seja, o de resolver a continuidade da sua produção rural.

Temos o mesmo direito de instituir uma política própria para resolver o nosso, que não é exatamente o mesmo problema deles. O que precisamos, de fato, não é criar mecanismos compensatórios como esse para pagar ou valorizar apenas produtos oriundos do setor rural, mas podemos criar mecanismos compensatórios especiais, como faz, e eu acabo de demonstrar, a Comunidade Européia, para retribuir cada unidade de divisa que venha a ser gerada pelas exportações. O que é uma coisa diferente da taxa de câmbio do mercado para o fechamento de operações em moedas estrangeiras.

Para concluir o segundo ponto que desejo colocar, eu gostaria de dizer que isso não representa uma volta a um protecionismo primitivo, mas apenas a decisão soberana que poderemos tomar a qualquer momento, atendendo aos interesses da estrutura produtiva nacional com o mesmo desembaraço, com a mesma autoridade técnica com que os cientistas econômicos europeus e as autoridades econômicas européias tomaram na hora de defender seus próprios interesses.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Ouço V. Exª com muito prazer, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Geraldo Melo, enquanto V. Exª tecia considerações a respeito de teorias econômicas, dos economistas, eu preferi ouvir seu discurso calado, aprendendo com as palavras de V. Exª.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – É muita gentileza de V. Exª.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Mas quando V. Exª entra no cerne do seu pronunciamento, defendendo os produtos primários brasileiros, não posso deixar que V. Exª encerre seu pronunciamen-

to sem que tenha o decidido, embora modesto, apoio de seu colega aqui do Senado da República.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Muito honra e engrandece o meu pronunciamento.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Conheço o preço de leite, Senador Geraldo Melo. Posso não conhecer as grandes teorias econômicas, mas preço dos produtos primários, sofrimento do trabalhador rural, o preço do leite produzido aqui no Brasil, quando, agora, os produtores de leite se movimentam e onde os grandes vão buscar esse produto ao preço de dezesseis, dezessete ou dezoito centavos, num mundo globalizado. Senador Geraldo Melo, tenho que aplaudir V. Exª, que tem a coragem de dizer que precisamos sim adotar políticas de incentivo e de proteção. Não podemos ter receio da palavra proteção quando se trata de defender os produtos nacionais, os produtos básicos, os produtos indispensáveis. Num país da dimensão continental do Brasil, eminentemente agrícola ainda como o Brasil é, apesar dos progressos industriais, não podemos ficar vermelhos, não. Muito ao contrário: temos que falar de viva voz, como V. Exª está falando, com lógica, com precisão, como conhecedor do assunto, que é preciso estabelecer política de incentivo e de proteção àqueles que produzem no campo. Parabenizo V. Exª, ainda mais quando V. Exª, com a sabedoria que todos reconhecemos, diz que para se fazer isso não é preciso mexer na taxa de câmbio, não; é só ir lá e conceder o crédito de que o nosso homem do campo está necessitando. Quero parabenizar V. Exª.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Encerrando as minhas palavras, queria assinalar que existe, portanto, uma possibilidade concreta de serem criados mecanismos compensatórios em favor das atividades produtivas voltadas para a exportação, capazes de dar a resposta que a economia nacional exige hoje, porque o grande problema é que, para lidar com a vulnerabilidade de economias como a nossa, sujeitas, como esteve, a sobressaltos e percalços pelo simples fato de que a Bolsa de Hong Kong, lá nos confins do mundo, tremeu em determinado momento, sabemos que a segurança e a estabilidade do nosso programa consiste em termos um estoque alto de reservas. Ao contrário do que muitos diziam, foram as reservas o único recurso eficaz que, de fato, pudemos usar no momento da crise. E foi a benção de termos um estoque alto de reservas que nos fez atravessar aquele momento de dificuldade.

Já que passamos o **rubicond**, está na hora de verificarmos que precisamos instituir mecanismos capazes de acelerar a formação das reservas, não importando que se diga que as exportações estão crescendo a 10%, a 12%, a 15%. São taxas muito boas, mas, sendo insuficientes para garantir a eliminação do déficit, exigem que algo mais seja feito.

O que eu trouxe para debate foi uma contribuição, para que alguém possa refletir na possibilidade de se fazer, em relação ao setor exportador do País, algo parecido com os mecanismos das **green currencies**, que são adotadas pela Comunidade Européia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, o Sr. Nabor Júnior deixa à cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, dividirei o tempo que me é concedido para abordar dois assuntos que, por coincidência, nesta data, estão chamando a atenção de todos aqueles que se preocupam com dois problemas enfrentados pela humanidade. Primeiro, hoje foi o dia escolhido pela Organização Mundial da Saúde para ser o Dia Mundial da Luta Contra a AIDS; segundo, estampada nos jornais está a notícia sobre a reunião iniciada hoje, em Kyoto, no Japão.

O curioso é que exatamente no dia 31 de outubro, há mais de um mês, o **Jornal do Senado** estampava esta manchete: Cabral: dilema ambiental é o mesmo de 92. Em discurso, eu chamava a atenção para a reunião prevista para o Japão, que traria – como está a trazer – questões que preocupam o mundo inteiro. A notícia se inicia da seguinte forma:

> O Senador Bernardo Cabral (PFL – AM) lamentou ontem, em plenário, que às vésperas da Conferência Mundial sobre o Clima, programada para dezembro, na cidade japonesa de Kyoto, os países que participaram da Eco-92, no Rio de Janeiro, ainda não tenham chegado a um consenso sobre quais gases poluentes devem ter a produção limitada. Esses países têm propostas muito diferentes sobre a redução que deve acontecer na emissão de poluentes.

Até parecia para um mais desavisado que estamos apenas preocupados com o clima e com o efeito estufa, já que o assunto vem-se arrastando desde 1992.

Talvez porque nos preocupasse muito essa matéria, por volta de 1988 e 1989, levei ao então Embaixador Nogueira Batista – embaixador brasileiro junto à ONU – uma proposta perfeita, irretocável, de autoria do Professor Samuel Benchimol, para criação do que ele chamou de Imposto Internacional sobre Poluição. Aos países que mais haviam contribuído para o efeito estufa seria aplicado o imposto, em função daqueles que se preocupavam em não levar ao mundo essa emissão de gases poluentes.

Lembro-me de que o Embaixador Nogueira Batista apresentou essa proposta – eu estava presente à reunião -, e os países mais fortes, evidentemente, com assento naquele Conselho, não deixaram que a idéia medrasse, evoluísse. Hoje, quase dez anos depois, vejo, com tristeza, que a União Européia propõe a redução de 15% na emissão de gases poluentes até o ano 2010, e o faz de maneira linear, o que é recusado – peço a atenção dos Srs. Senadores – pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e até mesmo pelos estados árabes, sem falar nos países em desenvolvimento.

Tenho aqui um quadro de consumo de combustíveis fósseis e produção de cimento, ainda de 1994, que lerei para deixar registrado nos Anais do Senado e eventualmente para conhecimento de um ou outro Senador. Creio que todos já têm noção do que se passa, mas vale a pena citar.

É o seguinte o consumo de combustíveis fósseis dos países, em milhões de toneladas por ano, em ordem decrescente: Estados Unidos, 1.387; Rússia, 441; China, 400; Japão, 300; Índia, 236; Alemanha, 220; Reino Unido, 149; Canadá, 122; Ucrânia, 111; Itália, 107; México, 97,7; França, 88,2; Austrália, 75,9; Coréia do Norte,71; o 15º e último país dessa escala é o Brasil, com 64,4.

Basta que se leia a notícia publicada na **Folha de S.Paulo** de ontem, para que se entenda que o objetivo deste pronunciamento é ressaltar quem paga:

> Os EUA vêm insistindo em que países ricos ou pobres arquem com os custos das medidas necessárias para reduzir as emissões.
>
> Só nos EUA, o custo está sendo avaliado em 0,6 % a 1% do seu PIB. Em dólares, dá algo entre US$50 bilhões e US$90 bilhões.

Veja, Sr. Presidente, que não se trata de uma reunião em torno do aquecimento climático; isso não diz respeito apenas à ecologia. Estamos diante de um monumental interesse econômico-financeiro que não permite a nós, dos chamados países em desenvolvimento, reclamar em nosso favor, embora não estejamos gerando o efeito estufa na mesma proporção dos países altamente industrializados.

O nosso receio, Sr. Presidente, é o de que esse dilema ambiental continue o mesmo de 1992. O mais grave é que já os ricos e pobres divergem sobre o chamado clima.

Há manchetes de duas e de oito colunas. Uma diz: Conferência fixa meta contra aquecimento; e a outra: Ricos e pobres divergem sobre clima. Ora, essa Conferência, que está sendo realizada em Kyoto, no Japão, que vai do dia 1º ao dia 10 deste, que contará com a participação dos 165 países signatários da Convenção sobre mudança climática, que passou a vigorar em 21 de março de 1994, tem hoje o objetivo de estabilizar a concentração de gases que provocam o efeito estufa em níveis que não causem mudanças prejudiciais no clima. Espero, praza aos céus que de lá não saiam esses países profundamente cabisbaixos sem que se encontre uma solução.

Chamo a atenção de V. Exªs para um outro ponto, em que se diz que os Governos de quatro países – África do Sul, Alemanha, Brasil e Cingapura – lançaram, no fim de semana, o que está sendo chamado de proposta-ponte para tentar quebrar o impasse em torno da Conferência do Clima – destaque-se a frase -, ameaçada de total fracasso. A proposta fica mais ou menos a meio caminho das duas grandes fontes do impasse. Há divergências sobre a limitação da emissão de gases e sobre quem paga o custo da redução. E, aqui, volto exatamente para aquilo que dizia no dia 30 de outubro, ou seja, que apenas a Alemanha e a Inglaterra realmente modificaram suas matrizes energéticas e reduziram suas emissões poluentes de 1990 e para cá.

Os países não têm tomado nenhuma medida efetiva, nem chegam a consenso, porque os interesses envolvidos – volto a repisar – são inimagináveis.

Só este dado que representa a quantidade do PIB em dólar, algo entre US$50 bilhões e US$90 bilhões, nos Estados Unidos, dá bem uma idéia, ainda que panorâmica, do que possa ser essa repercussão.

Ainda, Sr. Presidente, dentro desse entendimento das emissões de dióxido de carbono de alguns países, pedirei a V. Exª. que determine o regis-

tro nos Anais no nosso **Jornal do Senado**, para que não tome o tempo de V. Exª – sei que V. Exª. teve um fim de semana bastante alegre para todos nós; as notícias foram todas favoráveis -, de modo que, ao requerer isso, quero finalizar, dando um ligeiro toque sobre o Dia Mundial da Luta contra a AIDS.

Brasília está toda cheia de flâmulas e faixas, com o logotipo, chamando a atenção para as crianças, e o levantamento que tenho em mãos, trazido pela assessoria do Ministério da Saúde – a nossa Drª Glorinha, que trabalhou aqui conosco -, é que hoje, Sr. Presidente, cerca de mil crianças estão infectadas pelo HIV e, a cada dia, essa propagação, se não for contida, aumentará a mortalidade infantil em 75%.

Em nível mundial – e esse é um novo dado -, aproximadamente 9 milhões de crianças perderam suas mães por causa da AIDS. No Brasil, estima-se que, até o ano 2000, cerca de 26 mil crianças ficarão órfãs por causa dessa doença.

Estima-se, hoje, no Brasil, a existência de cerca de 170 mil crianças que são filhas de mulheres portadoras do vírus da AIDS. Isso tem um aumento significativo, Sr. Presidente, a partir do número de mulheres comprovadamente infectadas.

Hoje – e aqui há um dado pesquisado também por parte das Secretarias Municipais de Saúde -, quase a metade dos Municípios brasileiros, cerca de mais de dois mil, apresentam registros de caso de AIDS. E pasmem V. Exªs: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte e Santos, nessa ordem, são as cidades com os maiores registros de casos de AIDS. Isso não pode deixar de ser um dado preocupante, uma vez que, hoje, a AIDS já pode ser considerado como um problema de saúde pública e, portanto, da sociedade como um todo.

Não adianta procurar culpados. Culpados seremos todos nós se, por omissão, ficarmos apenas de longe, tendo conhecimento do problema mas indiferentes, muito pior será para essa geração que se aproxima.

Sei que V. Exª, Sr. Presidente, é medico, e como tal, tem a capacidade da identificação muito maior que nós outros, que não somos integrantes da equipe de Hipócrates, mas que, em verdade, em verdade, isto é um mal, uma chaga que se alastra pelo Brasil inteiro e da qual precisamos tomar consciência.

Sr. Presidente, no início do aparecimento da doença no Brasil, os casos identificados se localizavam na população com grau de escolaridade médio. Hoje, essa escolaridade já está na ordem de 63,8%. Em 1995, esse grupo representava apenas 31,2%. Quer dizer, menos da metade, o que demonstra que a doença vem se disseminando nos segmentos populacionais com grau educacional inferior e, muito mais, que está se deslocando para uma faixa maior da população de baixa renda.

Como se faz a comparação ou o paralelo, Sr. Presidente? Dizia-se, primeiramente que a AIDS tinha uma penetração maior nas camadas mais pobres. Hoje, em relação à mocidade que está no grau médio, começa-se a sentir que todos nós temos a necessidade de ampliar as ações, sobretudo as que têm o seu lado preventivo, a fim de que a população de baixa renda, as mulheres, a população do interior do País, os adolescentes e as crianças nas escolas, enfim, o povo em geral sinta que há ressonância nesta Casa de um problema tão grave.

E sendo hoje o Dia Mundial da Luta contra a AIDS, Sr. Presidente, sei que V. Exª, na qualidade de Presidente do Senado e do Congresso Nacional, associar-se-á a esta manifestação de solidariedade, menos pelas minhas palavras, mas mais porque o assunto encampado pela Organização Mundial de Saúde teria, como dizia o velho Vieira, que ecoar, porque até os penhascos ecoam, senão rebentariam de dor.

Sr. Presidente, tenho certeza de que V. Exª se incorporará a este modesto pronunciamento para dizer que o Congresso Nacional, em particular o Senado, estará atento a essa manifestação.

Quero trazer a minha solidariedade àqueles que lutam país afora ou mesmo no mundo afora em favor desse flagelo que agride, ataca e diminui a humanidade. É aquela velha história: a cada criança que morre, temos que lembrar a citação de Ernest Hemingway, no seu livro **Por quem os sinos dobram**, dos versos do poeta John Donne. Dizia o poeta: "A morte de cada ser humano me diminui, porque dele faço parte; por isso, não me pergunte por quem os sinos dobram; eles dobram por ti."

Cada criança que morre é um sino que dobra. E não queremos, Sr. Presidente, com a nossa apatia e com o nosso silêncio, deixar de registrar esta solidariedade. É o que faço nesta hora, certo de que encontrarei o eco junto a V. Exª.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. BERNARDO CABRAL EM SEU PRONUNCIAMENTO:

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. BERNARDO CABRAL EM SEU DISCURSO:

JORNAL DO SENADO - Sexta-feira, 31 de outubro de 1997

Reunião prevista para o Japão trará à baila as questões que preocupavam o mundo inteiro na Eco-92, lamenta o senador, temendo pelas próximas conclusões

Cabral: dilema ambiental é o mesmo de 92

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lamentou ontem, em plenário, que às vésperas da Conferência Mundial sobre o Clima, programada para dezembro, na cidade japonesa de Kyoto, os países que participaram da Eco-92, no Rio de Janeiro, ainda não tenham chegado sequer a um consenso sobre quais gases poluentes devem ter a produção limitada. Esses países têm propostas muito diferentes sobre a redução que deve acontecer na emissão de poluentes.

- A União Européia propõe a redução de 15% na emissão de poluentes até o ano 2010, de maneira linear, o que é recusado pelos EUA, Canadá, Austrália, Japão e até mesmo os Estados Árabes, sem falar nos países em desenvolvimento que teriam sua industrialização sufocada, entre eles o Brasil - disse.

Bernardo Cabral observou que as divergências são tamanhas que até o presidente Bill Clinton manifestou em sua recente visita ao Brasil, em conversa reservada com o presidente Fernando Henrique Cardoso, uma posição diferente dos empresários norte-americanos. De positivo, conforme o senador, há a consciência em todo o mundo de que alguma coisa tem de ser feita para conter a emissão de gases na atmosfera e, por conseqüência, o efeito estufa.

Cabral: de todos, só Alemanha e Inglaterra tomaram providências contra o efeito estufa

Na Eco-92, lembrou Cabral, os países industrializados se comprometeram a não ultrapassar os níveis de poluição da atmosfera existentes em 1990. "Apenas a Alemanha e a Inglaterra realmente modificaram suas matrizes energéticas e reduziram suas emissões poluentes de 1990 para cá", informou o senador.

Os países não tomam medidas efetivas e nem chegam a consenso porque "os interesses envolvidos são inimagináveis", segundo Bernardo Cabral.

A limitação de poluentes implica mudanças profundas nos fatores de produção, "obrigando o homem a repensar os métodos de geração de riquezas, com conseqüências diferenciadas em cada continente e país do planeta".

Apesar das dificuldades, o senador espera que em Kyoto os chefes de governo evitem "a chamada marcha da insensatez" e encontrem soluções para que sejam mantidas as condições de vida na terra.

FOLHAmundo
1º caderno ★ Página 22 ★ São Paulo, domingo, 30 de novembro de 1997
Tel.: (011) 224-3452. Fax: (011) 223-1644. E-mail: mundo@uol.com.br

Dezembro de 1997 DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Terça-feira 2 26517

EFEITO ESTUFA *Plano de África do Sul, Alemanha, Brasil e Cingapura tenta evitar fracasso de acordo sobre aquecimento global*

Ricos e pobres divergem sobre clima

CLÓVIS ROSSI
enviado especial a Londres

Os governos de quatro países (África do Sul, Alemanha, Brasil e Cingapura) lançaram no fim de semana o que está sendo chamado de "proposta-ponte" para tentar quebrar o impasse em torno da conferência do clima, ameaçada de total fracasso.

A proposta fica mais ou menos no meio do caminho das duas grandes fontes do impasse. Há divergências sobre a limitação da emissão de gases e sobre quem paga o custo dessa redução.

Metas

A UE propõe que a conferência fixe a meta de reduzir em 15%, até 2010, a emissão dos gases de estufa, em comparação com os índices de 1990. Os EUA querem apenas estabilizar o índice atual de emissões. Alegam que seria um grande avanço, pois se prevê que, sem medidas adicionais, o nível de gases aumentará 30% até 2010.

A "proposta-ponte" mantém a meta de redução de 15%, defendida pelos europeus, mas prevê uma "implementação flexível".

Quão flexível, fica para decidir durante a conferência.

Quem paga

Os EUA vêm insistindo em que países ricos ou pobres arquem com os custos das medidas necessárias para reduzir as emissões.

Só nos EUA, o custo está sendo avaliado em de 0,6% a 1% de seu PIB. Em dólares, dá algo entre US$ 50 bilhões e US$ 90 bilhões.

Os países em desenvolvimento apegam-se aos acordos da Eco 92, a grande conferência mundial sobre ambiente realizada no Rio de Janeiro, que joga toda a carga dos custos sobre os desenvolvidos.

Nesse ponto, a "proposta-ponte" também fica mais perto das pretensões dos países em desenvolvimento. Defende um fundo para a limpeza ambiental, que seria formado unicamente por contribuições do mundo rico.

Mas abre as portas para que, no futuro, haja "um esforço verdadeiramente global, de acordo com as responsabilidades que são comuns, embora diferenciadas de país para país".

É uma alusão velada ao fato de que os grandes emissores de dióxido de carbono, o principal gás responsável pelo aquecimento do clima global, são os países ricos.

Só Estados Unidos e Canadá respondem por 28% dessas emissões, sete vezes mais do que todos os países da América do Sul juntos.

O documento-ponte pede ainda a adoção de medidas para transferir tecnologia ambiental e dinheiro para que os países pobres possam cumprir os compromissos que vierem a assumir agora.

As avaliações sobre o aquecimento global variam das apocalípticas às moderadas. A mais recente é do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (Reino Unido): diz que, se as emissões de gás não forem limitadas, a temperatura aumentará entre 1 e 3,5 graus centígrados até 2010.

1 ■ 30 mundo domingo, 30 de novembro de 1997

EFEITO ESTUFA *Reunião de representantes de cerca de 160 países*

Conferência fixa meta

MAURÍCIO TUFFANI
Editor-assistente de Ciência

OTÁVIO DIAS
da Reportagem Local

Começa amanhã em Kyoto, no Japão, a reunião de representantes de cerca de 160 países que deverá definir, ao final de dez dias, o compromisso de controlar os gases poluentes causadores do aquecimento do planeta.

O encontro deverá polarizar países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O controle dos chamados gases-estufa (veja quadro abaixo), implica restrições às atividades industriais e ao consumo de carvão, petróleo e outros combustíveis.

Os países industrializados se propõem a limitar as suas emissões de gás carbônico a partir de 2010, enquanto a Austrália pretende aumentar os seus níveis. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, não querem limites.

A Convenção do Clima, assinada em 1992 durante a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), estabeleceu o controle dos gases-estufa a partir de 2000, mas isso não foi cumprido.

O novo prazo, em torno de 2010, foi estabelecido em reuniões realizadas em 1995 (Berlim, Alemanha) e em 1996 (Genebra, Suíça).

Organizações não-governamentais, que acompanham as negociações sobre o clima desde 1991, propõem que, a partir de 2010, os pa-

Cronologia

■ Durante a década de 70, começaram a surgir as primeiras revelações que apontavam para o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera.

■ Cientistas ambientalistas começaram a exigir medidas contra o aquecimento global. Nos anos seguintes, o assunto ganhou importância e diversos eventos conduziram à conferência sobre mudança climática que começa amanhã em Kyoto.

1988

■ Criado o Painel Intergovernamental sobre Mudança no Clima (IPCC), reunindo 2.000 cientistas de todo o mundo por determinação da Organização das Nações Unidas e da Organização Meteorológica Mundial.

1990

■ Pesquisadores investigam a possibilidade de a Terra estar caminhando para um aquecimento global e quais as suas consequências. Esse fenômeno natural

■ Divulgado o primeiro relatório do IPCC, que previu que os níveis de CO_2 poderiam [illegible]. Os pesquisadores também estimaram que a temperatura global aumentaria de 1,5°C a 4,5°C.

1992

■ O relatório influencia a decisão para a possibilidade de [illegible] que [illegible] [illegible] [illegible]

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Exª já falou pelo Senado. Conseqüentemente, qualquer palavra mais não importa, tendo em vista o brilho de seu discurso.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de conceder a palavra ao Senador Romero Jucá, quero lembrar aos Srs. Senadores que hoje há sessão conjunta do Congresso Nacional às 19 horas e que amanhã, às 18 horas, se iniciará a apreciação e a votação das medidas provisórias da ordem econômica em sessão já convocada do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Encerrou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 153, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal de Anchieta – ES a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal – CEF, no valor de trezentos e cinqüenta mil reais, cujos recursos, oriundos do FGTS, serão destinados à construção de unidades habitacionais no Conjunto Padre José de Anchieta, naquele Município.

– Projeto de Resolução nº 156, de 1997, que autoriza a União a celebrar contrato de financiamento com a empresa húngara Medicor Comercial S/A, no valor de cinqüenta milhões de dólares norte-americanos, destinados às Organizações Militares de Saúde do Ministério do Exército.

Não tendo recebido emendas, serão incluídos na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 9 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, resolvi falar deste lado da tribuna para ver se me contagio um pouco com a inspiração do Senador Bernardo Cabral, que me antecedeu e que tão brilhantemente falou das responsabilidades e da luta importante que deve ser travada com relação à AIDS no Brasil.

Trago hoje à Casa dois assuntos diferentes, Sr. Presidente; um assunto nacional, sobre um projeto que apresentei nesta Casa na sexta-feira, e um assunto local, que diz respeito ao meu Estado de Roraima e particularmente à Prefeitura Municipal de Caracaraí, segundo Município do Estado.

Meu projeto refere-se a um tema que tem sido levantado ultimamente com muita ênfase por políticos e principalmente pela mídia do nosso País: a questão da violência, violência essa que tem sido enfrentada de várias formas por esta Casa, com a discussão de projetos e a modernização da legislação. Vale ressaltar novamente o trabalho do Senador Josaphat Marinho, sobre o Código Civil, e a discussão de toda a sociedade, que busca caminhos alternativos para tentar equacionar a violência urbana, os ânimos exaltados, o exemplo violento do dia-a-dia.

Alguns Parlamentares chegaram a propor que se voltasse à censura, que se buscassem formas de censurar o que deve ou não ser veiculado na imprensa, o que deve ou não ser levado à sociedade. Particularmente, preocupei-me com essa questão porque entendo que voltar à censura seria um precedente que não deve ser aberto novamente, pelo menos nos moldes em que foi abordado. É difícil dizer o que se deve ou não ver, ouvir, falar ou fazer. Mais do que isso: é perigoso, porque a censura pode viciar, pode levar a um avanço cada vez maior da própria censura em prol dos bons costumes, contra a violência ou devido à conveniência política. De repente, podemos voltar a um passado que, felizmente, só existe em nossa memória.

Sr. Presidente, apresentei na sexta-feira um projeto que busca suscitar esse debate e levantar caminhos que considero inteligentes para resolver questões da violência em um país capitalista como o nosso, com uma economia de mercado ditada pelas regras do consumo, do dinheiro, da compra e da taxação. É o Projeto de Lei do Senado nº 259, que institui um selo, uma marca em produtos como brinquedos, fogos de artifício, roupas, filmes, revistas ou quaisquer outros que, de alguma maneira, possam desenvolver atitudes de caráter nocivo por parte dos seus usuários. Pretendo assim criar uma advertência em cada um desses produtos, com o selo: "Este produto incentiva a violência", como forma de alertar a sociedade sobre produtos que estimulem a violência. Alguns diriam que é um projeto romântico; mas é talvez um projeto inócuo, porque não tem repercussão direta na questão da economia de mercado a que me referi.

Entretanto, pretendo apresentar o segundo projeto, Sr. Presidente, que autoriza o Executivo a triplicar os impostos, a triplicar a carga tributária dos produtos que levem esse selo. Por que isso? Porque, em uma economia de mercado, ditada pelo consumo, pelos valores financeiros, aquele produto que for mais caro, aquele brinquedo que for mais caro, aquele filme que custar mais aos patrocinadores levarão fabricantes e consumidores a reconsiderarem a sua produção e consumo.

Anexei ao meu projeto matéria do **Jornal do Brasil** que diz: Jogo que incita violência será recolhido. Essa matéria se refere a um **video game**, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que a pontuação é auferida aos participantes por cada pessoa que é atropelada no jogo. O mais absurdo, Sr. Presidente, e seria engraçado, se não fosse trágico, é que ao atropelar velhinhas e crianças a pontuação é mais alta. Chegamos ao cúmulo desse tipo de incentivo.

E o que vai coibir esse tipo de produto? A proibição? Talvez não. Penso que uma taxação mais dura, uma carga tributária mais dura em produtos que incentivem a violência, sem dúvida nenhuma será uma regulação do mercado muito mais democrática do que a censura pura e simples de uma, duas ou três cabeças de burocratas do Governo Federal.

Registro a entrega do primeiro projeto e informo que até o final da semana estarei entregando a decorrência desse primeiro projeto que trata da questão da carga tributária dos produtos que contiverem o selo Este produto incentiva a violência, como forma de gerar debate sobre essa questão no Senado Federal. Tenho certeza de que esse não é um projeto pronto e acabado, Sr. Presidente, mas com ele estaremos incentivando as Srªs e os Srs. Senadores a contribuírem para buscarmos juntos caminhos alternativos, inteligentes e criativos que façam com que a sociedade brasileira se mobilize, marque posição e iniba a violência por outros caminhos que não a volta da censura, como alguns têm pregado no meio político.

O Sr. José Bianco (PFL – RO) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) – Ouço, com muita satisfação, o Senador José Bianco.

O Sr. José Bianco (PFL – RO) – Senador Romero Jucá, gostaria de registrar que, como V. Exª, também não sei se a proposta está pronta e acabada; não sei também quanto à legalidade dela. Mas não poderia deixar de cumprimentar V. Exª pela iniciativa corajosa e – eu diria – necessária. Precisamos buscar um limite para a violência, tão divulgada por todos os meios de comunicação, especialmente pela televisão. Certamente, hoje, mais de dois terços do que conseguimos ver pela televisão é um incentivo à violência e um chamamento, um incitamento ao jogo. Portanto, V. Exª é merecedor, sem dúvida nenhuma, de toda a nossa admiração e respeito. Cumprimentos pelo pronunciamento e pela iniciativa pelos projetos, certamente polêmicos. Mas creio que assim deve ser. Precisamos, realmente, começar a discutir o incitamento à violência nos meios de comunicação de forma mais amiúde e mais responsável. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL – RR) – Agradeço a V. Exª, Senador José Bianco, pelo aparte. Gostaria de registrar que, realmente, a preocupação é muito grande. Temos que buscar caminhos alternativos que procurem coibir esse tipo de comercialização da violência. No caso da televisão, por exemplo, o selo seria: Este filme incentiva a violência. Esses enlatados, muitas vezes de péssima qualidade, que mostram lutas, mortes, assassinatos, pagariam mais impostos. Talvez aí esteja um caminho para que tenhamos uma carga tributária menor para a classe média, para o trabalhador, e taxemos efetivamente aqueles produtos que fazem mal à sociedade brasileira.

Temos de cobrar caro pelos produtos que prejudicam a formação social da nossa população. O projeto fica colocado, Sr. Presidente, como contribuição. De um lado, ele busca atacar a violência, que tem sido massificada no nosso País; de outro, contribui para que não tenhamos, por causa da luta contra a violência, a volta da censura, que é um mecanismo que deve também ser renegado, tolhido, porque a vontade da censura não representa a vontade da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, tenho a satisfação de anunciar que o Município de Caracaraí, o segundo em população no meu Estado, por intermédio de seus representantes, a partir desta semana, com a presença aqui em Brasília do Prefeito Antonio Reis, dos Vereadores Estênio José da Silva, José Luís de Carvalho, Luís Rodrigues Pereira, Moisés Trindade, da Vereadora Cleonir Pessini, assinará convênios importantes para a área de educação, assistência social e saúde – com a Fundação Nacional de Saúde, com o Ministro César Albuquerque, no tocante ao enfrentamento do problema de saneamento e combate à malária no Município

Também gostaria de anunciar que, além de todos os convênios e obras, será iniciada uma obra que considero da maior importância para o Estado: a construção do Aeroporto de Caracaraí.

Atualmente, o Estado de Roraima possui apenas um aeroporto em condições de receber aviões a jato. Mas o Brigadeiro Roberto Oliveira de Carvalho, com a sensibilidade do Ministério da Aeronáutica e da Diretoria de Engenharia, por intermédio da Comara, já liberou recursos no valor de R$3.431.717,00 para a aquisição de material e recuperação das máquinas do Comara, a fim de que iniciemos, de imediato, a construção do Aeroporto da Caracaraí, que terá uma pista de 2.500m por 30m de largura com padrão noturno de balizamento e área de estacionamento que permitirá inclusive a movimentação de Boeings 747.

Sem dúvida nenhuma, o Aeroporto de Caracaraí, após sua conclusão, prevista para o final do ano de 1998, passará a ser uma alternativa importante para a segurança aérea de nosso Estado.

Sr. Presidente, além de registrar os importantes convênios que serão assinados no âmbito da saúde e da educação pelo Prefeito Antonio Reis e discutidos também em conjunto com os vereadores que nomeei, gostaria de enviar meu especial agradecimento à Comara, ao Ministério da Aeronáutica pela dotação de recursos, neste ano, R$3.400.000,00, como disse, e, no próximo, o restante dos R$12 milhões, pois o valor total da obra será de R$13.500.000,00.

Quero registrar ainda que a doação do terreno do aeroporto foi feita pela Prefeitura de Caracaraí, por iniciativa do Prefeito Antonio Reis. Portanto, fica aqui a nossa satisfação de registrar uma obra tão importante para o município e para o Estado.

Essa é mais uma ação importante do Ministério da Aeronáutica na Amazônia, que, sem dúvida alguma, ajudará a viabilizar o desenvolvimento de Caracaraí.

Gostaria, para finalizar, Sr. Presidente, de pedir a V. Exª que fizesse parte do meu pronunciamento a íntegra do projeto de lei que apresentei no Senado na sexta-feira, de nº 259, de 1997, que trata da criação do selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências, bem como de matéria do **Jornal do Brasil** que registra aquele triste jogo que incentiva a violência e o abalroamento de pedestres nos video games.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 259, DE 1997

Cria selo a ser fixado nos produtos que especifica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado selo com a advertência "Este Produto Incentiva a Violência", a ser afixado nas embalagens de brinquedos, fogos de artifício, roupas, filmes, revistas ou quaisquer outros produtos que, de alguma maneira, possam desenvolver atitudes de caráter nocivo ao comportamento social, por parte dos seus usuários.

Art. 2º A advertência de que trata o art. 1º também será utilizada quando se trata de filme veiculado por emissora de televisão, de rádio, ou por outro meio de comunicação, inclusive matéria publicada pela imprensa escrita, contendo propaganda daqueles produtos, casos em que o selo conterá a expressão "Esta Publicação ou Este Filme Incentiva a Violência".

Art. 3º As indústrias deverão se adequar a esta lei no prazo de um ano após sua publicação.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de noventa dias, a partir de sua entrada em vigor.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Tem crescido de maneira alarmante a onda de violência que assola o País, devido, em grande parte, à propaganda e venda maciça de produtos que, aparentemente, se destinam à diversão e ao lazer, mas trazem um potencial enorme de incitação a atos nocivos ao comportamento social, principalmente porque são dirigidos a crianças e adolescentes.

Estes jovens, ao tomar contato com artefatos que são imitações perfeitas dos que vêem no cinema e na televisão, tais como armas de fogo, semelhantes às utilizadas pelos bandidos nos assaltos, se sentem na condição de agir como aqueles, o mesmo acontecendo com publicações e programas veiculados pela televisão e pelo rádio.

Vem se cogitando, inclusive, implantar a censura prévia, com o objetivo de melhor controlar os abusos, o que seria, a meu ver, um retrocesso, diante das conquistas que o retorno ao Estado de Direito Democrático proporcionou ao País. Melhor do que censurar previamente é criar-se o selo de advertência, nos termos propostos, à semelhança, aliás, dos já existentes em relação às bebidas alcoólicas e ao tabaco.

Corrobora este fato a informação sobre a existência, no mercado interno, de um jogo em CD, em que é vencedor quem, ao volante de um carro, mais cometer violência contra pessoas e mais infringir as leis de trânsito. À guisa de ilustração, fiz juntar cópia da estarrecedora notícia.

Baseados nestes dados terrivelmente preocupantes é que venho propor aos meus nobres pares o anexo projeto de lei que cria um selo contendo a advertência de que "Este Produto Incentiva a Violência", a ser aposto nas embalagens de quaisquer produtos, publicações ou propagandas que possam vir a provocar atitudes nocivas ao convívio social.

O projeto prevê, também, a sua regulamentação pelo Poder Executivo, num prazo de sessenta dias após a sua transformação em lei, devendo as indústrias daqueles produtos se adaptarem a seus ditames dentro de um ano da sua promulgação.

JOGO QUE INCITA VIOLÊNCIA SERÁ RECOLHIDO

Governo faz acordo com o dono da empresa distribuidora de CD com corrida de carros que dá prêmio a motoristas assass

Jailton de Carvalho

Brasília – O ministro interino da Justiça, José de Jesus Filho, fez um acordo de cavalheiro com o presidente da Brasoft, Paulo Millet Roque, para que a empresa suspenda a venda do Carmageddon, considerado um dos mais violentos jogos em CD comercializados no país. Pelas regras do jogo – uma estanha corrida de automóveis – vence o motorista que atropelar e matar mais pedestres, entre crianças, mulheres grávidas, idosos e padres. Quando mais bárbaro o crime, maior o número de pontos.

Pelo acordo, a Bassoft se comprometeu a suspender a fabricação e a distribuição do CD. A empresa também prometeu negociar com revendedores e consumidores a substituição do produto já comercializado por outro que não promova o desrespeito às leis. Mas a portaria sobre a proibição da venda do CD só deverá ser publicada nos próximos dias. "Temos que acreditar na palavra dos homens", disse Jesus.

O diretor do Departamento Nacional de Trânsito, José Roberto Dias, também está disposto a ajudar a empresa. Segundo ele, o consumidor que tem o Carmageddon e pretende trocá-lo por outro CD pode procurar o Denatram. José Roberto negou, no entanto, que o governo esteja sendo condescendente com a Brasoft. Ele também não soube explicar se, ao difundir a violência, a Brasoft estaria incorrendo em apologia ao crime.

"Quem decidi isso é o Ministério Público. Eu só acho que isso incita a violência no trânsito." José Roberto acha que há outros jogos que exploram o uso da violência, mas sustenta que o governo não tem meios para combatê-los. "O que a gente pede é que as pessoas façam denúncias pelo telefone (061) 224-05-92", disse José Roberto. "Entendemos que não há crime algum. Crime é uma novela propagar o adultério", rebateu "Paulo Millet.

O Carmageddon consiste numa corrida de carros, mas quem vence não é o primeiro a chegar. O troféu é dado ao motorista que matar, com requinte de crueldade, pedestres e animais. O motorista assassino é premiado com bônus por "vigor" ou "efeito artístico", toda vez que matar mais de uma pessoa num único lance ou matar e estraçalhar os pedestres.

"Você já quis ser o bandido em vez do mocinho? Já pensou em estourar os miolos daquele motoqueiro que levou seu espelho retrovisor? Quem é que, preso no trânsito, não sente vontade de abrir caminho na marra? Pois Carmageddon vai deixar você fazer tudo isso e muitas outras maluquices", ensina a revista Brassof. "Os politicamente corretos vão odiar", acrescenta. O Carmageddon, lançado em julho, vendeu mais de 10 mil cópias. Cada CD custa R$ 56.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última quinta-feira, surpreendi-me com comentários do Presidente da República relativos ao desemprego no Brasil. O Presidente procurou desqualificar uma pesquisa do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, que apontava um índice de desemprego, em setembro, na grande São Paulo, da ordem de 16,5%.

O Presidente da República, pela sua trajetória de político e sociólogo, conhece muito bem a credibilidade que o DIEESE conquistou, ao longo da sua existência, pela seriedade com que efetua as suas pesquisas, tanto de índices inflacionários, quanto de índices de desemprego; enfim, de todas as estatísticas relativas às questões econômicas e sociais no Brasil.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que aquela pesquisa era irreal e que o DIEESE só havia chegado àqueles números porque considerou a faixa de idade em que foi pesquisado o desemprego – a partir dos dez anos.

Vi esse comentário transmitido pela televisão, e a câmara focalizou o Ministro Antonio Kandir, que esboçou um sorriso no momento em que o Presidente da República fez esse comentário. A impressão que tive foi que essas informações lhe foram passadas pelo próprio Ministro. Não sei se aí estava embutida uma certa divergência ou uma certa picuinha com o antecessor do Ministro Kandir, o Senador José Serra, porque, como foi depois divulgado pela imprensa, a metodologia utilizada na pesquisa sobre o desemprego foi definida em 85, e recebeu a participação ativa do Senador José Serra e, também, de outro Ministro do Governo Fernando Henrique, o Ministro Paulo Renato.

O Presidente da República cita a pesquisa do IBGE como a que oferece os resultados corretos sobre o desemprego no Brasil. Em primeiro lugar, temos de tecer alguns comentários sobre as metodologias.

A pesquisa do IBGE apresenta dois índices: 5,66% quando considera a chamada taxa de desemprego aberto – a pesquisa é feita apenas na semana anterior, ou seja, a pesquisa teve a duração de uma semana; e 6,13% quando considera o prazo de pesquisa por trinta dias, como é o prazo observado pelo Dieese. O IBGE, no caso da taxa de desemprego aberto, considera apenas as pessoas que não tenham auferido nenhum rendimento ao longo do mês ou da semana. Isso quer dizer que, se a pessoa está

desempregada, mas pintou o portão do vizinho e por isso recebeu R$10,00, está excluído da chamada taxa de desemprego aberto. Contudo o IBGE produz outro resultado, chamado taxa de desemprego oculto, que considera como taxa de desocupação a ocupação sem rendimento ou a ocupação com rendimentos inferiores a um salário mínimo. Dentro dessa taxa, o IBGE chega a um índice de 13,49%, muito próximo, portanto, ao índice do DIEESE, que é de 16%. Considerando que o índice do DIEESE se refere apenas à grande de São Paulo e o do IBGE – 13,49% – refere-se a várias regiões metropolitanas brasileiras, verificamos que o desemprego no Brasil está atingindo índices nunca vistos em nossa história. Mas, pelo jeito, o Presidente da República resolveu fechar os olhos a isso, mesmo porque é sempre mais cômodo criticar os resultados das pesquisas, em uma atitude semelhante àquela do cidadão que descobre o adultério da esposa e resolve pôr a culpa no sofá, mandando que o retirem da sala, no entendimento de que, em assim procedendo, evitará que isso continue a acontecer.

Sr. Presidente, ainda continuando essa discussão sobre o desemprego, encetada desde a emissão do pacote econômico que aumentou os juros, o que, sem dúvida alguma, irá aumentar ainda mais a taxa de desemprego no Brasil, temos a dizer que várias empresas de São Paulo estão dando férias coletivas a seus empregados, e as férias coletivas são uma espécie de ante-sala da demissão. De sua parte, a única medida que o Governo apresenta como solução para resolver o problema do desemprego no Brasil é o projeto que institui o chamado contrato temporário de trabalho, que está para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado,.

Na semana passada, vimos esta Casa, muito justamente, tecer elogios ao Senador Josaphat Marinho pela sua competência, pela sua cultura jurídica, pelo seu trabalho brilhante na elaboração do parecer ao projeto do novo Código Civil. Muito bem; o Senador Josaphat Marinho já fez uma declaração de voto, por escrito, sobre esse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no qual demonstra categoricamente que esse projeto é flagrantemente inconstitucional. Vamos ver como será o voto dos vários Senadores que aqui têm louvado os conhecimentos constitucionais e jurídicos do Senador Josaphat Marinho. Vamos ver como se comportarão durante a votação dessa matéria, tanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quanto no plenário do Senado.

Independentemente da questão constitucional, penso que o fato de o Senado ter demorado a votar esse projeto deu, e dará, ao Governo tempo de desistir da aprovação dessa matéria.

Esse projeto foi votado na Câmara dos Deputados e, salvo engano, o resultado foi muito equilibrado. Se fosse, por exemplo, uma proposta de emenda constitucional não teria sido aprovada, porque a votação foi de 20 e poucos votos. De lá para cá, alguns países que adotaram legislação semelhante a essa que está embutida no projeto de contrato temporário de trabalho, a partir da verificação prática dessas medidas, estão revogando-as.

Esse projeto se inspirou em legislação semelhante, que havia sido aprovada na Argentina e na Espanha, e os números, nesses dois países, mostraram que, apesar da introdução dessa chamada flexibilização da legislação trabalhista, o desemprego, nesses países, continuou aumentando, comprovando, na prática, a ineficácia de legislação semelhante para combater o desemprego.

A Espanha, por meio de dois decretos, revogou, recentemente, as medidas que havia tomado anteriormente, que introduziam mecanismos semelhantes ao desse projeto que está aqui no Senado.

A Argentina também, a partir da modificação da composição do Parlamento, com a vitória das oposições nas últimas eleições, já está trabalhando no sentido de revogar essas medidas, não por ideologia, mas porque elas se revelaram ineficazes no combate ao desemprego.

Como o Senado, até hoje, não votou essa matéria, tivemos tempo, inclusive, para comprovar essas modificações nas legislações de outros países. Como o projeto foi proposto visando copiar aquilo que havia sido implantado em outros países e como esses países, a partir da comprovação da ineficácia dessas medidas, as estão revogando, espero – o que, aliás, é o mais lógico -, já que o projeto foi feito pela iniciativa de copiar a legislação, que agora copiemos também as decisões da Espanha e da Argentina, que – repito – estão revogando essas legislações.

Espero que o Senado Federal não vote esse projeto ou o rejeite e o mande para o Arquivo, e passe a trabalhar no sentido de encontrar medidas mais eficazes no combate ao desemprego. Inclusive, espero que o Presidente da República, em vez de criticar o Congresso Nacional, como, aliás, tem sido uma constante em todas as suas visitas ao exterior – aproveite a sua visita à Inglaterra e se informe sobre algumas medidas que foram tomadas recentemente pelo Governo trabalhista inglês, como a que implantou o imposto sobre os

lucros das empresas privatizadas, cobrado apenas uma vez. No caso britânico, a previsão é arrecadar entre 5 e 6 bilhões de dólares, dinheiro que será aplicado exatamente em medidas que visam a combater o desemprego. Seria uma boa oportunidade para o Presidente da República obter informações sobre esse projeto que está sendo implantado na Inglaterra, para aplicá-lo no Brasil. Isso talvez fosse algo a ser copiado pelo nosso País. Não adianta tentar tapar o sol com a peneira, tentar esconder o aumento da taxa de desemprego no Brasil simplesmente criticando a metodologia empregada na pesquisa, o que, como já foi demonstrado pelo próprio DIEESE, não têm a mínima sustentação.

Infelizmente o Presidente da República acabou fazendo interpretações, talvez em virtude de informações recebidas do seu Ministro do Planejamento, que não encontravam nenhum respaldo na realidade. É estranho que o Presidente da República, como sociólogo, como alguém que conhecia a metodologia do DIEESE, tenha feito essas críticas. Depois, tais críticas acabaram caindo no vazio, o que, no meu entendimento, demonstra que essa metodologia, ao contrário do que o Presidente da República pensava, foi usada pelo DIESE porque tem respaldo, tem apoiamento, e não apenas para fazer oposição ao Governo. Ela, inclusive, foi desenvolvida por pessoas muito ligadas ao seu Governo e ao seu Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador José Bianco.

O SR. JOSÉ BIANCO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, durante esses anos que estou no Senado, tenho procurado evitar trazer as mazelas, os desmandos que têm caracterizado o Governo do meu Estado a este plenário. Mas, às vezes, se torna impossível nos mantermos omissos em relação ao que vem ocorrendo em Rondônia.

Lamento ter que fazer este registro, mas o Governo de Rondônia vem se destacando pela improbidade administrativa, pela corrupção, que se iniciou desde o primeiro mês de seu Governo, quando buscou, nas gavetas, projetos já esquecidos, para sobre eles fazer recair correção monetária, efetuando pagamentos de alguns milhões de reais nos meses de janeiro e fevereiro de 1995.

De lá para cá, Sr. Presidente, tem sido uma constante essa improbidade administrativa. Em seguida, ocorreu desvio de recursos da merenda escolar; depois houve denúncias seguidas de corrupção na Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia –, recentemente federalizada, culminando com o desvio de recursos do Tesouro do Estado no valor de R$900 mil, aparentemente destinados a uma campanha de saúde pública de combate à AIDS. Há pouco, desta tribuna, o eminente Senador Bernardo Cabral fez um pronunciamento de fôlego, como é de seu costume e de seu jaez, sobre AIDS, nesta oportunidade em que se comemora o Dia Nacional de Luta contra a AIDS. O incidente foi devidamente denunciado pelo Ministério Público, e, em razão disso, o Secretário de Comunicação do Governo esteve por duas vezes preso, tendo saído recentemente, há cerca de quinze, quando, pela segunda vez, ficado preso por mais de trinta dias.

Hoje, qualquer pessoa que for ao nosso Estado e ligar o aparelho de televisão terá a impressão de que Rondônia vive condições de país de Primeiro Mundo, porque a televisão mostra salas de aula absolutamente limpas, alunos uniformizados e professores pagos em dia e com os melhores salários do País.

Entretanto, a realidade é bem outra, como mostram as notícias dos jornais. Matéria publicada na edição de sexta-feira, 28 de novembro, do jornal mais antigo de Rondônia, **Alto Madeira**, sob o título "Sujeira no hospital", diz: "João Paulo II, Oswaldo Cruz e Cemetron ficam sem limpeza. Sem receber salários há três meses, os trabalhadores das empresas de limpeza que prestam serviço ao Hospital João Paulo II, Pólo Clínico Oswaldo Cruz e Cemetron promovem manifestação em frente à Secretaria de Fazenda hoje, como forma de chamar a atenção das autoridades para o problema. Segundo o presidente do sindicato da categoria, Luiz Augusto, os operários estão revoltados e dizem que só retornam ao trabalho depois de receber os salários".

Na edição de ontem do mesmo jornal Alto Madeira, temos a publicação do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia: Alerta às Autoridades.

> "O IV Encontro de Delegados e Representantes do Conselho Regional de Medicina, realizado nos dias 16 e 17 do corrente mês em Porto Velho, trouxe à tona novamente um problema crônico no Estado de Rondônia: a situação caótica em que se encontram as Unidades de Saúde e os Hospitais Públicos do Estado. (...) Em Porto Velho, o Cemetron continua sem condições de funcionamento: esgoto a céu aberto, enfermarias sujas, falta de medicamentos básicos, etc. O Pronto Socorro João Paulo II continua com graves problemas: superlotação, falta de medicamentos e material básico para atendimento; não fugindo também à regra o Hospital de Base com mais da metade dos seus leitos desativados".

É uma situação lastimável, mas o Governador insiste, ao invés de aplicar os poucos recursos do Estado na melhoria da situação da saúde, quer seja no interior como na capital, prefere gastar milhares de reais com uma propaganda intensiva e massiva, assim como em sua segurança pessoal, conforme recentemente suplementou o orçamento para destinar quase R$1 milhão para sua segurança e assistência pessoal.

Sr. Presidente, era o registro que eu gostaria de fazer, pedindo a transcrição nos Anais do Senado, na íntegra, da nota do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JOSÉ BIANCO EM SEU DISCURSO:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
DO ESTADO DE RONDÔNIA

IV ENCONTRO DE DELEGADOS
E REPRESENTANTES DO CRM – RO

ALERTA ÀS AUTORIDADES

O IV Encontro de Delegados e Representantes do Conselho Regional de Medicina, realizado nos dia 16 e 17 do corrente mês, em Porto Velho, trouxe à tona novamente um problema crônico no Estado de Rondônia: a situação caótica em que se encontram as Unidades de Saúde e os Hospitais Públicos do Estado. Denúncias graves foram feitas durante o encontro, como as precárias condições da Unidade Mista de Rolim de Moura onde pacientes no pós-operatório são internados no mesmo quarto de pacientes portadores das mais variadas patologias, correndo sério risco de contaminação. A Unidade tem capacidade para 60 leitos, sendo que devido a demanda, acolhe-se dois pacientes num mesmo leito, principalmente na pédiatria e na obstetrícia. Em Guajará-Mirim, o número de médicos para atender à população é insuficiente, ficando a comunidade à mercê de indivíduos sem a menor habilitação para o exercício da medicina.

Em Porto Velho o Cemetron continua sem condições de funcionamento: esgoto a céu aberto, enfermarias sujas, falta de medicamentos básicos etc. O Pronto-Socorro João Paulo II, continua com graves problemas: superlotação, falta de medicamentos e de material básico para atendimento; não fugindo também à regra o Hospital de Base com mais da metade dos seus leitos desativados.

O Conselho Regional de Medicina, cumprindo seu dever institucional de fiscalizar a qualidade da assistência médica prestada à população, alerta às autoridades do Estado, para que providências imediatas sejam adotadas para sanar o problema. Queremos que os responsáveis em prover a assistência médica à população cumpram com suas obrigações. Exigimos, como órgão de defesa da sociedade, que providências imediatas sejam adotadas. Confiamos que nosso alerta, alicerçado nos mais elementares direitos de cidadania, terá uma resposta positiva em prol da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Não há mais oradores inscritos.

A Srª Senadora Benedita da Silva encaminhou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei da Câmara nº 118/84, que Institui o Código Civil, de iniciativa do Presidente da República, encaminhada ao Congresso Nacional em 1975, acaba de ser aprovado no Senado Federal. Após nove anos de tramitação na Câmara dos Deputados, retorna agora àquela Casa.

São 2.073 artigos (desdobrados em inúmeros outros dispositivos). Foram apresentadas cerca de 336 emendas e o relator apresentou outras 148 emendas. O projeto apresenta aspectos de continuidade em relação ao Código Civil vigente (princípios gerais, direito das obrigações e contratos, direito das sucessões, direitos de posse). Outros, de transposição, modificação e consolidação de legislações esparsas, especialmente na área de direito comercial (personalidade jurídica das empresas e títulos de crédito). Outros, de adequação às alterações constitucionais entrementes ocorridas (direito de família e justificação da propriedade pela função social).

Há dois grandes méritos no projeto, após o relatório Josaphat Marinho:

1º) a linguagem foi atualizada e ao texto foi imprimido maior objetividade;

2º) na medida do possível, as matérias de direito processual foram retiradas, para que se fortalecesse a natureza de direito material do código.

Dentre as inovações, destacamos:

– redução da maioridade de 21 para 18 anos, idade em que a pessoa passa a ser considerada plenamente capaz para todos os atos civis, como se casar e abrir empresa;

– disciplina a função social da propriedade e do contrato, o que inexiste no Código atual;

Em relação ao Direito de Família, o texto consolida mudanças da Constituição quanto à igualdade

entre homens e mulheres no casamento e na aceitação da união estável. Também proporciona igualdade de direitos entre filhos, sejam eles naturais, legítimos, adotivos ou tidos em relação de adultério, como na Constituição. Acaba a autorização legal para o marido pedir a anulação do casamento, quando a mulher não é virgem. E a expressão pátrio poder é substituída pelo poder familiar.

O relatório apresentado pelo Senador Josaphat Marinho, aprovado ontem, foi altamente positivo. Entretanto, diversos poderiam ser os a questionamentos. Temas que, à época da aprovação do código na Câmara dos Deputados eram relevantes, como, por exemplo, a correção monetária, deixaram de sê-lo e foram retirados, ante posterior processo de desindexação da economia (todavia, o relator teve o cuidado de permitir a revisão dos valores e preços, pela via judicial, por motivos imprevisíveis). Os juros, quando não convencionados, não acompanharão, por lei, a regra programática do art. 192 da Constituição Federal (12% ao ano), mas os que forem praticados para pagamento de tributos federais. As regras de direito possessório mereceriam maior atenção e não mera repetição das atuais, em razão dos agudos conflitos sociais que, atualmente, se verificam no campo e na cidade, os quais sugerem uma adaptação do conceito de posse justa à função social dos bens, especialmente os imóveis.

Embora destacando pontos extremamente positivos do parecer, especialmente o esforço do relator, Senador Josaphat Marinho, algumas questões mereciam ser melhor discutidas.

1º) Em relação ao *art. 2º* como se sabe, por modernas técnicas cientificas, em que se destacam a Universidade de Washington (EUA) e o Instituto Roslin (Escócia) já é possível a concepção de mamíferos, inclusive um ser humano, por engenharia celular, sem que se recorra à fusão de células aplóides, isto é, um gameta masculino (espermatozóide) com um gameta feminino (óvulo). Por esses processos, é possível, por duplicação de células diplóides (todas as células humanas, exceto os gametas, são células diplóides, inclusive o ovo ou zigoto, ou seja, possuem *23 pares de cromossomos*), a formação de um novo ser humano com características idênticas a outro. Pela clonagem, o ser duplicado possui o código genético igual ao do possuidor/fornecedor da célula diplóide que lhe deu origem. Nesse caso, poderia gerar um impasse ético que a ordem jurídica deve repudiar, dadas as terríveis possibilidades, para a humanidade, advindas da proteção a fetos clonados, sob o manto de resguardo de direito de nascituros.

2º) o *artigo 981* que diz: O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real. Este dispositivo acaba com a chamada outorga uxória, em caso de alienação e gravação (Exemplo: hipoteca) de imóveis de empresas, sendo o empresário casado, qualquer que seja o regime de bens. Em outras palavras, deixa-se de exigir a autorização do cônjuge, para que ditas alienação ou gravação se realizem. O impasse que se constata é o seguinte: de um lado, é nítido o propósito de, com isso, desestimula-se a união estável (que prescinde da outorga uxória para os efeitos aqui examinados). De outro lado, é evidente que a situação do cônjuge e de seus descendentes fica muito mais vulnerável com a nova normatização. Em que pese a imperfeição relacional, já que o texto Josaphat Marinho é tecnicamente mais apurado, é preferível a redação original da Câmara dos Deputados à legitimar uma situação que gerará maior intranqüilidade no seio das famílias.

3º) De acordo com os *artigos 984, 985, 989 a 991*, (Da Sociedade) serão estes os dispositivos a reger a questão do convívio de pessoas de orientação homossexual. São as chamadas sociedades de fato, aqui consideradas sociedades simples, em confronto com as disposições relativas às sucessões, que definirão a prevalência e alcance dos interesses societários e hereditários nessa questão.

4º) *Os artigos 1.113 e 1.121* – Embora a capitulação refira-se a: Da Transformação, da Incorporação, da Fusão e Cisão das Sociedades, esta última não está devidamente conceituada e seu processamento e efeitos inexistem no texto codificado.

5º) *Art. 1.126* – Sociedade Nacional: a redação que, hoje, reveste-se de constitucionalidade é a do texto original da Câmara dos Deputados, em face da Emenda Constitucional nº 6/95 (revogação do art. 171 da Constituição Federal).

6º) *Art. 1.276* (da Perda da Propriedade) – Projeto do Senador Lauro Campo, já aprovado pelo Senado Federal e encaminhado à Câmara dos Deputados, arrecada o imóvel rural abandonado e o transfere ao patrimônio público, após dois anos de abandono (o tempo atual é de três anos). O relator elevou o prazo para cinco anos, o que nos parece demasiado, em vista da necessidade de estoques de terra para programas de colonização e reforma agrária.

7º) *Art. 1603,* inciso III – não está clara a situação da chamada barriga de aluguel, para efeito de definição da maternidade.

8º) O *artigo 1.636* gera controvérsias, pois estabelece a idade mínima para adoção aos 25 anos, quando o Estatuto da Criança e do Adolescentes prevê a idade mínima de 21 anos.

9º) Artigo sem número, antes do art. 1752, última sugestão do Relator para o Título Da União Estável)): Em relação ao concubinato, não estão ditos os efeitos jurídicos do concubinato.

10º) *Art. 1904* – Do Testamento Particular: pode haver questionamentos acerca da redução do número de testemunhas necessárias, de cinco para apenas três, como o quer o relator.

Gostaria de destacar a sensibilidade do Senador Josaphat Marinho em acatar duas questões por mim sugeridas:

1 – Apesar do texto aprovado estabelecer a idade mínima em 25 anos de idade para adoções no país, hoje fixada em 21 anos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o relator aceitou retirar a seguinte exigência: além dessa idade mínima, era preciso que o casal contabilizasse pelo menos cinco anos de união. Argumentamos que essa medida dificultaria as adoções, fazendo com que o tempo mínimo de união fosse rejeitado.

2 – Substituir as expressões retardamento mental e excepcionais, abandonadas há muito tempo porque são obsoletas e imprecisas, pelas denominações portador de necessidades especiais ou portadores de deficiência mental.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando ao Plenário que a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas e 30 minutos, terá a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

REQUERIMENTO Nº 991, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 991, de 1997, do Senador Gerson Camata, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1996, de sua autoria, que dispõe sobre a comercialização de produtos contidos em vasilhames, recipientes ou embalagens reutilizáveis e dá outras providências.

– 2 –

REQUERIMENTO Nº 1.000, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.000, de 1997, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 1996, de autoria do Senador José Serra, que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o interrelacionamento entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de serviços públicos de saneamento, e dá outras providências, além das Comissões constantes do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

– 3 –

REQUERIMENTO Nº 1.019, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.019, de 1997, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 111 e 231, de 1997, por versarem sobre alterações no Código Penal, referentes às penas privativas de liberdade e restritivas de direito.

– 4 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 151, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 151, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 748, de 1997, Relator: Senador Freitas Neto), que autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada nos contratos de cessão de crédito, confissão e novação de dívida e outras avenças, com interveniência da União, celebrados em 28 de agosto de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado do Piauí, e ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h28min.)

(O.S. 18631/97)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º-12-97
Segunda-Feira

15:30 – Sessão não deliberativa do Senado Federal
17:00 – Vereador José Izar, Líder do PFL na Câmara Municipal de São Paulo
19:00 – Sessão do Congresso Nacional

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 30 novembro de 1997

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República	7
De iniciativa da Câmara dos Deputados	3
Total	**10**

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1997 (nº 241/95, na Casa de origem), que *revoga dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1997 (nº 2.707/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.*

Sessão: 11.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1997 (nº 3.242/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.*

Sessão: 13.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1997 (nº 1.607/96, na Casa de origem), que *revoga o art. 27 do Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais* (previsão de futuro e práticas semelhantes).

Sessão: 13.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1997 (nº 2.899/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1996 (nº 387/91, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de menção do nome do dublador em espetáculos filmados ou televisados.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1997 (nº 2.683/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.*

Sessão: 21.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1997 (nº 1.086/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo.*

Sessão: 27.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1997 (nº 2.524/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre as férias dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas.*

Sessão: 27.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1997 (nº 4.259/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.*

Sessão: 27.11.97

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Presidente da República	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	16
De iniciativa do Senado Federal	17
Total	**34**

Projeto de Resolução nº 110, de 1997, que *denega autorização ao Município de Goioerê para contratar operação de crédito junto ao Banco do*

Estado do Paraná S.A. no valor de um milhão, quatrocentos e sessenta mil e duzentos reais, cujos recursos seriam destinados a obras de infra-estrutura urbana, bem como a aquisição de terrenos que seriam doados à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Sessão: 04.11.97

Projeto de Resolução nº 137, de 1997, que *autoriza o Estado da Bahia a conceder garantias às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, junto às instituições de crédito oficiais.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Resolução nº 138, de 1997, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a trezentos milhões de dólares americanos, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Restruturação e Descentralização de Rodovias Federais, a ser executado pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 1997 (nº 441/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 1997 (nº 452/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre a Concessão de Vistos para Viagens de Negócios, Investimentos e de Cobertura Jornalística, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coréia, em Brasília, em 11 de setembro de 1996.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 1997 (nº 398/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Constitutivo da Associação dos Países Produtores de Estanho, celebrado em 29 de março de 1983, em Londres.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 1997 (nº 412/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção sobre a Marcação de*

Explosivos Plásticos para fins de Detecção, assinada em Montreal, em 1º de março de 1991.

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 1997 (nº 387/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos relativo ao exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em Brasília, em 31 de julho de 1996.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1997 (nº 438/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacodependência, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, na Cidade do México, em 18 de novembro de 1996.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 1997 (nº 482/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, concluído em Genebra, em 26 de janeiro de 1994.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Resolução nº 142, de 1997, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *altera a Resolução nº 101, de 1997, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de cinqüenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil dólares norte-americanos equivalentes a cinqüenta e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais, a preços de 31 de maio de 1997, entre o Governo do Estado de Mato Grosso e o Istituto Bancario San Paolo di Torino S.p.A., destinada ao financiamento da construção de pontes de concreto no âmbito do Programa de Perenização das Travessias do Estado.*

Sessão: 11.11.97

Projeto de Resolução nº 146, de 1997, que *autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Santa Catarina para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no último bimestre de 1997.*

Sessão: 11.11.97

Projeto de Resolução nº 127, de 1997, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até trezentos e setenta e sete milhões, cinqüenta mil e trezentos e trinta e dois dólares norte-americanos, junto ao Brasilian American Merchant Bank destinada ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre a ser executado pelo Ministério do Exército.*

Sessão: 11.11.97

Projeto de Resolução nº 128, de 1997, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com o Brasilian American Merchant Bank, no valor equivalente a até duzentos e trinta e seis milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e quarenta dólares norte-americanos, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.*

Sessão: 11.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1997 (nº 301/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão deferida à Televisão Chapecó S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.*

Sessão: 12.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1997 (nº 302/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão deferida ao Sistema Clube de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Sessão: 12.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1997 (nº 303/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Taubaté Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na Cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.*

Sessão: 12.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1997 (nº 304/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Ribeirão Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Sessão: 12.11.97

Projeto de Resolução nº 148, de 1997, que *autoriza o Governo do Estado de Sergipe a realizar emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe - LFTS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997.*

Sessão: 13.11.97

Projeto de Resolução nº 132, de 1997, que *autoriza o Município de Linhares - ES a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de dois milhões e trezentos mil reais, para a realização de obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário e pavimentação de bairros do município.*

Sessão: 18.11.97

Projeto de Resolução nº 143, de 1997, que *autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF, seus débitos junto às instituições financeiras que especifica, com o aval da União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de cento e trinta e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e seis reais e sessenta e um centavos, apurado em 28 de fevereiro de 1997.*

Sessão: 18.11.97

Projeto de Resolução nº 144, de 1997, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao consórcio formado pelo Banque Paribas e o Barclays Bank PLC, no valor equivalente a até oito milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e trinta dólares norte-americanos e nove centavos, de principal, cujos recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa de Reaparelhamento da Marinha Brasileira.*

Sessão: 18.11.97

Projeto de Resolução nº 150, de 1997, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Reforma da Educação Profissional.*

Sessão: 18.11.97

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1997 (nº 449/97, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais*

Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal - FEF).

Sessão: 19.11.97

Projeto de Resolução nº 149, de 1997, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera o art. 13 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal* (destinação de 75% da receita de privatizações para pagamento de dívidas que especifica).

Sessão: 20.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1997 (nº 310/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio e Jornais do Ceará S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1997 (nº 311/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da Fundação Cultural de Quedas do Iguaçu (Rádio Municipal de Quedas do Iguaçu) para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 1997 (nº 326/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Londrina S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1997 (nº 327/96, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Azul Celeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Americana, Estado de São Paulo.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Resolução nº 147, de 1997, que *autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a até cinqüenta e um milhões de dólares norte-americanos, destinada a financiar parcialmente o Projeto de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia.*

Sessão: 20.11.97

Projeto de Resolução nº 86, de 1997, que *autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de refinanciamento de dívidas do Estado, consubstanciada nos contratos celebrados em 22 de maio de 1997, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.*

Sessão: 21.11.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1997 (nº 574/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Sessão: 21.11.97

Projeto de Resolução nº 154, de 1997, que *autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Governo do Estado do Ceará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de dólares norte-americanos) equivalentes a R$ 125.522.500,00 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), a preços de 29.08.97, bem como autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar a referida operação de crédito, destinando-se os recursos à execução do Programa Rodoviário do Estado do Ceará.*

Sessão: 27.11.97

Projeto de Resolução nº 155, de 1997, que *autoriza Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US$ 9.600.000,00 (nove milhões e seiscentos mil dólares americanos), equivalente a R$ 10.478.400,00 (dez milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e quatrocentos reais), em 29.08.97.*

Sessão: 27.11.97

MATÉRIAS APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa da Câmara dos Deputados	5
De iniciativa do Senado Federal	8
Total	**13**

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1996 (nº 177/95, na Casa de origem), que *altera o art. 2º da Lei nº 8.501, de 30 de*

novembro de 1992, que dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudo ou pesquisas científicas e dá outras providências.

Sessão: 04.11.97

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1996 (nº 465/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de indicação do número telefônico e do endereço do PROCON, por parte dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.*

Sessão: 04.11.97

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que *dá nova redação ao art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias.*

Sessão: 04.11.97

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1995 (nº 2.331/91, na Casa de origem), que *dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no Distrito de Joaquim Egídio, Município de Campinas, Estado de São Paulo.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 175, de 1997, de iniciativa da Comissão Parlamentar dos Títulos Públicos, que *dispõe sobre o endosso de cheques.*

Sessão: 04.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1997, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos, que *dispõe sobre a gestão das entidades fechadas de previdência privada e dá outras providências.*

Sessão: 04.11.97

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1996 (nº 667/95, na Casa de origem), que *autoriza o Governo Federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos Municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado a ações sócio-educativas.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1996 (nº 141/95, na Casa de origem), que *torna obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo em relação a determinadas patologias.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 198, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para submeter o servidor público a avaliação médica periódica.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 12.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1997, de autoria do Senador Osmar Dias, que *dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes, e dá outras providências.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 12.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1995, de autoria do Senador Fernando Bezerra, que *dispõe sobre o enquadramento dos juízes classistas temporários, como segurados, no Regime Geral da Previdência Social.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 14.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 1996, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dispõe sobre a aplicação de penalidades aos responsáveis e às instituições de saúde e de proteção social, públicas e privadas, bem como àquelas conveniadas com o Sistema Único de Saúde - SUS.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 14.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1997, de autoria do Senador Pedro Simon, que *autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S/A como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 19.11.97

MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	3
Total	**4**

Projeto de Lei do Senado nº 313, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que *regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de*

estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro.

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 199, de 1996, de autoria do Senador Ney Suassuna, *que altera o Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, introduzindo artigo que define crime de omissão no exercício do pátrio poder.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 12.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 1996, de autoria do Senador Onofre Quinan, que *dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos.*

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1995 (nº 3.180/92, na Casa de origem), que *disciplina a publicação das despesas com pessoal da União e dá outras providências.*

Sessão: 27.11.97

MATÉRIAS RETIRADAS PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal	6
Total	**6**

Projeto de Resolução nº 50, de 1996, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, que *altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 856, de 1997)

Sessão: 04.11.97

Projeto de Resolução nº 80, de 1996, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, que *altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 857, de 1997)

Sessão: 04.11.97

Projeto de Resolução nº 115, de 1996, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, que *altera a Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 858, de 1997)

Sessão: 04.11.97

Requerimento nº 1.037, de 1995, da Senadora Júnia Marise, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária para explicar, no Plenário desta Casa, as diretrizes da política agrícola adotada pelo Governo Federal.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 942, de 1997)

Sessão: 05.11.97

Requerimento nº 1.038, de 1995, do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando, nos termos regimentais, seja convocado o Ministro da Fazenda, a fim de prestar, perante o Plenário do Senado, depoimento sobre as demissões de servidores anunciadas pelo Banco do Brasil S.A.

(Retirado nos termos do Requerimento nº 943, de 1997)

Sessão: 05.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *dispõe sobre publicidade de quem detiver monopólio estatal*

(Retirado nos termos do Requerimento nº 946, de 1997)

Sessão: 20.11.97

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
De iniciativa do Senado Federal	4
Total	**6**

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 1995, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *cria a renda mínima na educação e dá outras providências.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1996, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que *cria o Programa de Bolsas de Estudo e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1996, de autoria do Senador Renan Calheiros, que *cria a Bolsa-Cidadão e dá outras providências.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1996 (nº 190/95, na Casa de origem), que *proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais, salvo em perímetros urbanos.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1996 (nº 302/95, na Casa de origem), que *dispõe sobre a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, nas condições que especifica.*

Sessão: 06.11.97

Projeto de Lei do Senado nº 44, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que *altera os arts. 926, 927 e 928 do Código de Processo Civil e dá outras providências.*

Sessão: 11.11.97

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 949, de 1997, dos Senadores Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Magalhães, solicitando, nos termos regimentais e de acordo

com as tradições da Casa, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do Embaixador Ítalo Zappa.

Sessão: 06.11.97

Requerimento nº 1.015, de 1997, dos Senadores Guilherme Palmeira e Antonio Carlos Magalhães, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Zózimo Barroso do Amaral.

Sessão: 20.11.97

Requerimento nº 1.025, de 1997, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens e voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e jornalista Antonio de Pádua Campos, com apresentação de condolências à família.

Sessão: 24.11.97

Requerimento nº 1.031, de 1997, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Madre Cristina Maria Sodré Dória, ocorrido neste 26 de novembro, na cidade de São Paulo.

Sessão: 26.11.97

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(1º a 30 de novembro de 1997)

Sessões não deliberativas	**6**
Sessões deliberativas ordinárias	**14**
Sessão deliberativa extraordinária	**1**
Total	**21**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(1º a 30 de novembro de 1997)

MATÉRIAS APROVADAS **57**

Projetos aprovados e enviados à sanção 10

Projetos aprovados e enviados à promulgação 34
- *Operações de crédito* *17*
- *Concessões de rádio e TV* *8*
- *Acordos Internacionais* *8*
- *Proposta de Emenda à Constituição* *1*

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 13
- *Projetos apreciados pelo Plenário* *8*
- *Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa* *5*

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO **16**

Matérias rejeitadas 4
- *Projetos apreciados pelo Plenário* *2*
- *Projetos apreciados pelas comissões, em decisão terminativa* *2*

Matérias retiradas pelo autor 6

Matérias prejudicadas 6

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS **73**

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(17 de fevereiro a 30 de novembro de 1997)

MATÉRIAS APROVADAS 327

Projetos aprovados e enviados à sanção 32

Projetos aprovados e enviados à promulgação 155
- *Operações de crédito 86*
- *Acordos internacionais 33*
- *Concessões de rádio e TV 28*
- *Suspensão de execução de norma jurídica 3*
- *Assuntos administrativos 2*
- *Propostas de Emenda à Constituição 3*

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 108
- *Projetos apreciados pelo Plenário 43*
- *Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa 63*
- *Propostas de Emenda à Constituição 2*

Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas 18

Mensagens relativas a escolha de Autoridades 14

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO 99

Matérias rejeitadas 39

Matérias retiradas pelo autor 22

Matérias prejudicadas 38

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS 426

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF/1.346/97	Senador Lúcio Alcântara	Solicita, para fins de instrução em resposta ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, subsídios no sentido de esclarecer a decisão que considerou de redação emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Calorização do Magistério.
SGM/441-A/97	Gerente de Biblioteca e Arquivo da Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais	Encaminha exemplares do Relatório Final da CPI dos Títulos Públicos.
SGM/453/97	Diretora Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal	Encaminha questionário enviado pelo parlamento espanhol acerca do desenvolvimento de uma rede ibero-americana de cooperação informática interparlamentar.

CONGRESSO NACIONAL - 1997
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 30 DE NOVEMBRO

PLNs - sancionados..... 08

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Novembro	428/97-CN (nº 838/97, na origem)	**PL nº 15/97-CN** Leitura 24-7-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 610.234,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Aprovado o substitutivo Lei nº 9.516, de 20-11-97 (DO 21-11-97)
Novembro	429/97-CN (nº 839/97, na origem)	**PL nº 16/97-CN** Leitura 24-7-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de R$ 2.600.000,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Lei nº 9.508, de 18-11-97 (DO 19-11-97)
Novembro	441/97-CN (nº 862/97, na origem)	**PL nº 18/97-CN** Leitura 5-8-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia, crédito suplementar no valor de R$ 26.897.396,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Aprovado o substitutivo Lei nº 9.517, de 20-11-97 (DO 21-11-97)
Novembro	442/97-CN (nº 863/97, na origem)	**PL nº 19/97-CN** Leitura 5-8-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor global de R$ 18.912.789,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Lei nº 9.509, de 18-11-97 (DO 19-11-97)
Novembro	443/97-CN (nº 864/97, na origem)	**PL nº 20/97-CN** Leitura 5-8-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R$ 4.120.720,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Lei nº 9.510, de 18-11-97 (DO 19-11-97)

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Novembro	481/97-CN (nº 922/97, na origem)	**PL nº 21/97-CN** Leitura 15-8-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito especial até o limite global de R$ 500.600,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Lei nº 9.511, de 18-11-97 (DO 19-11-97)
Novembro	483/97-CN (nº 924/97, na origem)	**PL nº 23/97-CN** Leitura 15-8-97	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R$ 14.161.896,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Lei nº 9.518, de 20-11-97 (DO 21-11-97)
Novembro	484/97-CN (nº 925/97, na origem)	**PL nº 24/97-CN** Leitura 15-8-97	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, empresa do Sistema ELETROBRÁS, crédito especial no valor de R$ 9.700.000,00, para os fins que especifica.	11-11-97, às 19 horas	Lei nº 9.512, de 18-11-97 (DO 19-11-97)

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 17 DE FEVEREIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 1997

PLVs - aprovados e sancionados	05
MPs - aprovadas e promulgadas	19
PLNs - transformados em lei	23
VETOS - rejeitados	18
Total de matérias apreciadas	65

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 330/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica que foram lidas, na sessão não deliberativa do Senado Federal, realizada dia 3-11-97, às quatorze horas e trinta minutos, as Mensagens nºs 649 a 685, de 1997-CN, encaminhando os Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 50 a 86, de 1997, respectivamente, e que foram despachadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Of. nº 370/97-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.620-SUPAR/C. Civil, em anexo, encaminhando cópia do Aviso nº 405, de 25-11-97, do Ministério do Planejamento e Orçamento, no qual solicita a substituição dos Anexos I a V, constantes do PL nº 82, de 1997-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 955.767.787,00, para os fins que especifica.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS RELATÓRIO DE ATIVIDADES MARÇO/NOVEMBRO-97

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

REUNIÕES CONVOCADAS.....47

REUNIÕES REALIZADAS 42

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 1997 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
APROVADOS			1	1				2	4
REJEITADOS			4				2		6
TOTAL			5	1			2	2	10

PROJETOS APRESENTADOS PELA COMISSÃO

PROJETOS DE RESOLUÇÃO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
TOTAL								1	1

PARECERES APRECIADOS - 1997
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO								1	1
PELA REJEIÇÃO			1				1		2
POR AUDIÊNCIA À CCJ			1						1
PELA PREJUDICIALIDADE						2			2
TOTAL			2			2	1	1	6

PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO				1				1	2
PELA REJEIÇÃO			1				1		2
TOTAL			1	1			1		4

PROJETOS DE RESOLUÇÃO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO								1	1
PELA REJEIÇÃO									
TOTAL									1

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO		2		1		1	1	1	6
TOTAL		2		1		1	1	1	6

EMENDAS DE PLENÁRIO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA REJEIÇÃO					1				1
TOTAL					1				1

PDS) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO		1							1
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES							1		1
TOTAL		1					1		3

(OFS) OFÍCIO"S"	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS	3	5	8	8	10	11	7	10	62
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS				1		1			2
PELO ARQUIVAMENTO								1	1
TOTAL	3	5	8	9	10	12	7	11	65

DIVERSOS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS					1	1	1		3
TOTAL					1	1	1		3

(MSF) MENSAGENS	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
APROVADAS NOS TERMOS DE PRS	5	3	3	2	5	3	4	2	23
APROVADAS NOS TERMOS DE PDS		3	2		1				6
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES		1			3				4
TOTAL	5	7	5	2	9	3	4	2	37

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CAE - 1997
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PARECERES	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	MAR NOV
PELA APROVAÇÃO		3		2		1	1	3	7
PELA REJEIÇÃO			2		1		2		5
PELO ARQUIVAMENTO								1	1
POR AUDIÊNCIA À CCJ			1						1
PELA PREJUDICIALIDADE						2			2
APROVADOS NOS TERMOS DE PRS	8	8	11	10	16	15	12	12	92
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS				1		1			2
APROVADOS NOS TERMOS DE PDS		3	2		1				6
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES					3		1		5
TOTAL	8	15	16	13	21	19	16	17	125

AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
08.04.97	MENSAGEM Nº 58, DE 1997 - Submetendo à apreciação do Senado Federal Para exercerem cargos de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE os Senhores - PAULO DYRCEU PINHEIRO e ARTHUR BARRIONUEVO FILHO.	
22.04.97	MENSAGEM Nº 87, DE 1997 - Programa de apoio à reestruturação ao ajuste Fiscal dos Estados, destinado à capitalização do Banco Credireal.	- PEDRO PULLEN PARENTE, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; - PAOLO ENRICO MARIA ZAGHEN, Diretor do Banco Central do Brasil; - JOÃO HERALDO LIMA, Secretário de Fazenda do Estado de MG.
24.06.97	PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 1997, que "cria o fundo de terras e dá outras providências".	- RAUL JUNGMANN, Ministro Extraordinário de Política Fundiária.

07.08.97	MENSAGEM Nº 136/97 - Submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Gustavo de Barroso Franco para o cargo de Presidente do BACEN.	
28.08.97	MENSAGEM Nº 141/97 - Submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Demosthenes Madureira de Pinho Neto para o cargo de Diretor da Área Internacional do BACEN.	
28.08.97	MENSAGEM Nº 142/97 - Submetendo à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Darcy da Silva Alves para o cargo de Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do BACEN.	
04.09.97	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER AS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL, RELATIVAS À QUESTÃO AGRÁRIA, ALÉM DO PROGRAMA CÉDULA DA TERRA.	PRESENTES OS SENHORES: MILTON SELIGMAN - PRESIDENTE DO INCRA; GILMAR MAURO - REPRESENTANTE DO MST; FRANCISCO URBANO - PRESIDENTE DA CONTAG E GILMAN VIANA RODRIGUES - VICE-PRESIDENTE DA CNA.
25.09.97	EXPOSIÇÃO DO SENHOR JOEL MENDES RENNÓ, PRESIDENTE DA PETROBRÁS, ACERCA DE CONTRATOS DO RAMO PETROQUÍMICO.	
09.10.97	PDS Nº 94/97 - Indica o Senhor Antonio Valmir Campelo Bezerra para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.	
21.10.97	AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36 DE 1997, QUE VERSA SOBRE O "SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO".	PRESENTES OS SENHORES: DEPUTADO LUIZ ROBERTO PONTE - PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO -CBIC; ANÉSIO ABDALLA - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE CRÉDITO

		IMOBILIÁRIO E POUPANÇA - ABECIP; MELHIM NAMEM CAHUD - ASSESSOR JURÍDICO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA - ABECIP; E MÁRCIO BAROUKEL BRAGA - DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG.
04.11.97	EXPOSIÇÃO DOS SENHORES PEDRO PARENTE, SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E SÉRGIO CUTOLO, PRESIDENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ACERCA DOS PROCESSOS DE CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS BRASILEIROS.	
27.11.97	EXPOSIÇÃO DOS SENHORES MIGUEL SALOMÃO E GIOVANE GIONEDIS, RESPECTIVAMENTE, SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO E FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ, OBJETIVANDO A INSTRUÇÃO DAS SOLICITAÇÕES DE CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DAQUELE ESTADO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL.	

SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

PRAZO FINAL PARA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO 17.11.97

DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES
26.08.97	INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO	
02.09.97	APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELO SENADOR VILSON KLEINÜBING, RELATOR DA SUBCOMISSÃO.	
09.09.97	AUDIÊNCIAS PUBLICAS SOBRE GUERRA FISCAL.	FERNANDO ANTONIO REZENDE DA SILVA - PRESIDENTE DO IPEA. RICARDO VARSANO - COORDENADOR GERAL DE ESTUDOS SETORIAIS DO IPEA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

REUNIÕES CONVOCADAS.....56

REUNIÕES REALIZADAS.....52

MATÉRIAS APRECIADAS EM CARÁTER TERMINATIVO - 1997
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
APROVADOS		16	7	2		3	20	06	54
REJEITADOS		3	5	2			04	1	15
OUTRAS CONCLUSÕES		4	3			1	05		13
TOTAL		23	15	4		4	29	7	82

PARECERES APRECIADOS - 1997
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PROJETOS DE LEI DO SENADO COMPLEMENTAR (PLS-COMPL.)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO								1	1
PELA REJEIÇÃO									
OUTRAS CONCLUSÕES									
TOTAL								1	1

PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO		7		5	2		08	9	31
PELA REJEIÇÃO			1						1
OUTRAS CONCLUSÕES		1	1				03		05
TOTAL		8	2	5	2		11	9	37

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO		3	2	1	1	3	02	2	14
PELA REJEIÇÃO		2	3						5
OUTRAS CONCLUSÕES OUTROS		5	1	1					7
TOTAL		10	6	2	1	3	02	2	26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO									
PELA REJEIÇÃO		1							1
OUTRAS CONCLUSÕES			1						1
TOTAL		1	1						2

OFÍCIO "S" (OF'S)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
APROVAÇÃO NOS TERMOS DE PRS		3							3
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS									
OUTRAS CONCLUSÕES		1							1
TOTAL		4							4

MENSAGENS (MSF)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
APROVAÇÃO NOS TERMOS DE PRS									
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES	1			2					3
OUTRAS CONCLUSÕES	1								1
TOTAL	2			2					4

PROJETOS DE RESOLUÇÃO (PRS)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO	1	3					1	2	7
PELA REJEIÇÃO									
OUTRAS CONCLUSÕES									
TOTAL	1	3					1	2	7

DIVERSOS/REQUERIMENTOS/CONSULTAS (DIV) (RQTº)(CON)	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO	1	2	3	2		1	1	1	11
PELA REJEIÇÃO				1					1
OUTRAS CONCLUSÕES		1							1
TOTAL	1	3	3	3		1	1	1	13

QUADRO CONSOLIDADO DOS PARECERES APRECIADOS PELA CCJ - 1997
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA

PARECERES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	TOTAL
PELA APROVAÇÃO	3	34	12	12	3	7	32	21	124
PELA REJEIÇÃO		6	9	3			4	1	23
ENCAMINHANDO A OUTRAS COMISSÕES		2				1			3
REJEITADOS NOS TERMOS DE PRS									
APROVADOS NOS TERMOS DE PDS	1			2					3
APROVANDO INDICAÇÃO DE AUTORIDADES									
OUTRAS CONCLUSÕES	1	12	3				8		24
TOTAL	5	54	24	17	3	7	44	22	176

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 263/96-SF, DESTINADA A ACOMPANHAR AS PROPOSTAS, TESES E OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS – HABITAT 2, QUE SERÁ REALIZADA EM ISTAMBUL, NO PERÍODO DE 3 A 14 DE JUNHO DE 1996.

4ª Reunião, realizada em 9-5-96

Às onze horas e vinte minutos do dia nove de maio do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Coutinho Jorge (Presidente), Júlio Campos, Casildo Maldaner, Gerson Camata, José Agripino, Espiridião Amim.e a Senhora Senadora Marina Silva. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a palestra do Senhor Durval Magalhães, Representante da Agência Brasileira de Cooperação junto à Comissão Nacional Pró-Habitat, ao qual concede a palavra. Encerrada a exposição, usaram da palavra para debater os Senadores Gerson Camata, Casildo Maldaner , Espiridião Amim. e Júlio Campos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, convocando a próxima a realizar-se dia 16 de maio, quinta-feira, às 11:00 horas, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal e, para constar, eu, Luiz Cláudio de Brito, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – Senador **Coutinho Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Havendo número legal, declaro aberta a reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Hoje, ouviremos o Dr. Durval Magalhães Fernandes, da Agência Brasileira de Cooperação.

Os três documentos oficiais que o Governo brasileiro está encaminhando ao encontro do **Habitat-2**, ou seja, o diagnóstico da realidade brasileira, já foram entregues a V. Exªs; inclusive, já houve uma reunião preliminar sobre o assunto. O Plano Nacional de Ação, tema que a Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento esteve aqui expondo, voltará na próxima semana para o detalhamento final, uma vez que ele não foi encaminhado, pois faltava-nos, ainda, o Item nº 3, que trata da cooperação internacional.

O Dr. Durval Magalhães vai nos mostrar, de forma bastante objetiva, uma síntese desse documento, que já foi encaminhado às Nações Unidas.

A nossa Comissão é bastante reduzida. Contamos, agora, com a presença do Relator, da nossa companheira Marina Silva. Portanto, vamos iniciar a exposição do Dr. Durval Magalhães Fernandes, representante da Agência ABC, sobre o terceiro item da proposta brasileira.

Concedo a palavra ao Dr. Durval Magalhães Fernandes.

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite que foi feito à ABC, para apresentar este capítulo da cooperação internacional, que integra o relatório nacional, a parte do diagnóstico.

Vou explicar qual a participação da Agência Brasileira de Cooperação no processo preparatório das conferências que configuram a agenda social das Nações Unidas. A ABC, a partir da Conferência de Cairo, a conferência de população de 1994, tem atuado junto ao Comitê Nacional como um núcleo de articulação técnica, com a função de viabilizar todas as atividades preparatórias.

Normalmente, nós elaboramos um projeto, conseguimos recursos junto às agências internacionais e mesmo parceiros nacionais. Esses recursos são alocados para a elaboração de textos, realização de seminários, viagens de consultores e acompanhamento das atividades preparatórias, realizadas tanto no âmbito do Governo federal, municipal ou estadual, ou mesmo de ONGs e outras entidades.

No caso específico da Conferência do **Habitat**, repetiu-se essa fórmula. É interessante registrar que o Comitê Nacional do **Habitat** é, em termos da participação da sociedade civil, o mais presente, considerando as organizações não governamentais, isto é, aquelas que não são apenas de governo, mas outras instituições com participação de grupos de prefeitos. Podemos dizer que, meio a meio, é um comitê bem mais amplo, comparado ao de Cairo, onde, sim-

plesmente, a sociedade civil era representada apenas por um membro. Na Conferência do **Habitat**, novamente a ABC participou, elaborando um projeto que viabilizou todas as atividades preparatórias.

Em relação ao capítulo específico da cooperação internacional, podemos distinguir dois aspectos da cooperação internacional. O primeiro deles seria o da cooperação técnica e o outro, da cooperação financeira.

No âmbito da ABC, a atuação é mais voltada para a cooperação técnica, tanto a cooperação bilateral e multilateral quanto a cooperação prestada. No caso da cooperação bilateral, trata-se normalmente de programas ou acordos celebrados entre o Brasil e outros países. Esses acordos prevêem uma cooperação, sempre recebida dos países em desenvolvimento, para a realização de projetos no Brasil em várias áreas.

No caso específico do **Habitat**, podemos levantar, como está no nosso relatório, os acordos que foram celebrados com a Alemanha, França e Itália. No caso da Alemanha, vale destacar o Projeto Prórenda, que desenvolve atividades no Rio Grande do Sul e em Fortaleza; no caso da França, o Programa de Políticas e Dinâmicas Urbanas, que desenvolve projetos em São Paulo, Ceará e em outros Estados. O projeto, no Ceará, chama mais a atenção porque recebeu o prêmio das Nações Unidas como prática bem sucedida. Falaremos mais detalhadamente sobre ele ao final.

A Itália desenvolve um projeto, na cidade de Belo Horizonte, chamado Alvorada, executado em convênio com a Associação dos Voluntários Italianos – AVIS. Há intenção de estendê-lo a Salvador.

A cooperação multilateral é feita entre agências multilaterais com o Governo brasileiro, fazendo parte também as Organizações Não-Governamentais. O maior provedor dessa área multilateral é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nesse aspecto, poderemos definir, claramente, uma atuação na área federal, onde a Sepurb – Secretaria de Política Urbana -, é um dos que recebe maior colaboração neste âmbito multilateral. Também será importante citar o projeto que permitiu a realização das atividades preparatórias do **Habitat**, que é financiado pelo Penud e executado pela ABC, que permitiram todas essas atividades que foram desenvolvidas até o momento. Acredito que teremos, pela última reunião do Comitê Nacional, algumas atividades **follow up** da Conferência.

No âmbito estadual, poderemos destacar a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano do Paraná, que recebem esse tipo de colaboração do PNUD, em número expressivo de projetos.

Outros organismos multilaterais colaboram nesse programa, entre eles a União Européia, que está iniciando o Programa Social II, que ainda está sendo discutido e, no próximo ano, provavelmente, será implantado, e que tem em vista a atuação na área de desfavelização da cidade de São Paulo; o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento -, através do Fundo de Pequenos Projetos, desenvolve também atividades multilaterais, sendo que, efetivamente, o grosso da atuação desse banco dar-se-á na área de cooperação financeira. Por último, teríamos o que chamamos de CTPD, que é a Cooperação prestada pelo Brasil. Todo esse processo de atividade preparatória demonstrou claramente que nosso País já tem capacidade técnica para poder atuar e colaborar com os países em desenvolvimento.

Nossa atuação se dá mais na área dos países da América Latina, incluindo-se o Caribe, e África, principalmente com os países de expressão portuguesa. Outros, obviamente, recebem alguma cooperação. Nesse aspecto, está sendo implantado o Fundo Brasileiro de Cooperação, que visa atuar junto aos países membros da OEA, onde o Brasil teria condições de prestar cooperação técnica. Essa, talvez, seria interessante especificar, porque se dá mais no envio de especialistas, troca de conhecimentos, algumas de práticas bem-sucedidas. Não se deve comparar o nível de volume de recursos com a cooperação multilateral, ou mesmo com a bilateral.

Temos também a área do Mercosul, onde o Brasil, apesar de não ter uma zona específica para tratar dos assuntos do **Habitat**, tem no saneamento e habitação várias comissões que são tratadas dentro da perspectiva de cooperação também prestada.

Por último, teríamos a cooperação financeira, em que os grandes atores seriam, no caso do Brasil, o BID e o Banco Mundial. Neste caso, em vez de prestarem cooperação técnica, financiam projetos com juros subsidiados, prazos de carência mais elevados e, com isso, conseguem atuar na área de saneamento e educação. Para que se tenha uma idéia, 66% dos recursos alocados, ano passado, para o Brasil, foram em áreas de interesse do **Habitat**.

Gostaria de falar um pouco do projeto que recebeu, da parte do **Habitat**, o prêmio de excelência pela melhoria das condições de vida. Esse projeto, que é desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza, o Governo do Estado do Ceará, em conjunto com as Prefeituras das cidades da região metropolitana de

Fortaleza, assim como com a participação ativa da comunidade, através das suas associações e mesmo de ONGs. Esse projeto tem cinco pequenos programas que atuam na experiência de habitação popular: Conselho de Integração de Programas de Urbanização, o Programa Comunidades, que, na realidade, é uma extensão desse segundo item, e um programa de melhoria das moradias de famílias de baixa renda.

O processo de seleção dessas práticas bem sucedidas envolveu um conjunto de 600 projetos apresentados no âmbito mundial. Foram selecionados 43; desses 43, um júri especial, presidido pelo Prefeito de Toronto, fez a escolha das 12 melhores práticas; e, dentre essas 12 melhores, o Brasil esteve representado por esse projeto, apoiado pelo Governo francês. No caso brasileiro essa é a prática que deve ser reproduzida, porque leva à melhoria da condição de vida.

Esse quadro mostra claramente quão importante é a cooperação técnica internacional, inclusive no aspecto daquela recebida pelo Governo brasileiro, para que possa implantar, através dos órgãos de governo ou mesmo de ONGs, atividades com o objetivo de melhorar a condição de vida da população.

É muito importante lembrar que há vários outros projetos desse tipo, mas, no caso de Fortaleza, atua na ponta. Não é um projeto voltado para a própria administração, seja a nível do Governo Federal ou Estadual. Atua na ponta, na comunidade e, com os recursos disponíveis, consegue fazer um efeito multiplicador, solucionando uma série de problemas. A comunidade decide qual o melhor caminho para utilizar a parcela dos recursos.

No caso da cooperação prestada hoje efetivamente, o Brasil tem condições. O transporte urbano, a coleta de lixo seletiva e uma série de outros projetos e de propostas de Curitiba são citados em praticamente todas as reuniões como uma prática que deve ser copiada em outros países.

Efetivamente, no que se refere ao Mercosul, teríamos uma grande possibilidade de atuar junto aos nossos parceiros, mesmo aqueles países que ainda não estão inseridos no Mercosul, mas que sabemos claramente que têm influência nas nossas atividades, como Chile, Bolívia e outros.

Agradeço a possibilidade desta participação e estarei à disposição dos Srs. Senadores para qualquer questão relativa à cooperação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Muito obrigado, Dr. Durval.

Lembro aos membros da Comissão que temos outra reunião hoje aqui, na Comissão Mista. O nosso dia de reunião não é hoje. Alteramos a nossa programação para excepcionalmente suprir a ausência de ontem, em função do projeto Sivam.

De qualquer forma, com a apresentação do Dr. Durval, concluímos todas as partes que o Governo brasileiro encaminhará para o grande encontro das Nações Unidas do **Habitat-2**.

Falta-nos, para a próxima semana, o fechamento, a discussão do plano de ação que ficou combinado com a secretária do Ministério do Planejamento, Drª. Maria Rocha. Então, na próxima semana, espero que tenhamos um fecho completo desse ciclo da documentação que interessa a nós, porque originará, como já combinamos, a continuidade da Comissão até dezembro deste ano, a definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano e metropolitano para o País. Esta Comissão continuará até dezembro do próximo ano. Portanto, o que o Brasil assinar em termos de compromisso e aceitar em termos de princípio, terá que adaptar ao País através de uma política interna. Isso já foi combinado.

A respeito do primeiro prêmio concedido exatamente à Prefeitura de Fortaleza e às ONGs ligadas ao programa que tem o apoio importante da ABC, informo que estão sendo convidados para trazer a sua apresentação, possivelmente não na próxima semana, mas na outra. As demais, como já combinamos, as sete selecionadas no Brasil, serão apresentadas posteriormente, portanto, na conclusão do **Habitat-2**.

Quero informá-los também que, além de presidir esta Comissão, sou o Vice-Presidente da Comissão do Congresso Nacional de Planos e Orçamentos e já incluí nas emendas da LDO todas as mudanças necessárias aos resultados do **Habitat-2**. Portanto, estão amarrados todos os resultados. Claro! Visão qualitativa, visão programática e de política.

Fiz todas as emendas e depois vou encaminhá-las à consideração da Comissão, porque o prazo fatal foi ontem. Não havia tempo, portanto, de conversar com V. Exªs antes. Mas como sou Vice-Presidente da Comissão, portanto tenho a flexibilidade de participar desses detalhes importantes, para mostrar, de qualquer maneira, que estamos nos preocupando não com a reunião do **Habitat-2**, mas com as conseqüências disso para uma política de desenvolvimento urbano do País.

Com essas considerações, passarei a palavra aos nossos permanentes e denodados companheiros, que sempre estão presentes.

Apesar de pequena a Comissão, o nosso Relator e o nosso Senador Gerson Camata são aqueles que participam ativamente de todos os encontros desta Comissão, que é altamente operacional por isso mesmo.

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Os meus cumprimentos a V. Exª, pela síntese que fez na sua exposição. É fascinante a atividade que realiza – e V. Exª citou isso -, na parte mais técnica do que financeira o estabelecimento de cooperações, não só dos países desenvolvidos para com o Brasil, mas também deste para com os outros países irmãos que estão em situação igual, ou até melhor, mas que não tiveram a idéia, no caso, por exemplo, dos transportes de Curitiba, que até Nova Iorque tenta copiar. Quer dizer, uma boa idéia é boa em qualquer lugar do mundo.

Vejo, hoje, esse espírito de abertura para a humanidade, abertura comercial, abertura tecnológica. Na verdade, tem que ser acima de tudo – e aí V. Exª atua exatamente nisso – humana; uma abertura não só no sentido de que um País cria mais emprego se vende ou se compra, se abre o seu mercado, se beneficia o consumidor; mas a partir do momento que abriga experiências humanas do outro País ou pode transmitir as suas experiências humanas. Essa é a grande necessidade da abertura que o mundo precisa hoje, talvez mais do que a comercial, que vai exatamente ao encontro de quem, nesse momento, precisa mais do apoio. Às vezes, idéias são muito mais importantes do que o econômico. Interessa bastante, por exemplo – vou fazer a pergunta, mas o Presidente antecipou que o pessoal de Fortaleza vem -, um programa que V. Exª acentuou consegue atuar na ponta.

Penso que o grande problema da administração pública brasileira é o de fazer, não sei se por que o Brasil é grande, mas, normalmente, vemos comumente isso: uma boa idéia, é bem engendrada, bem preparada, consegue o recurso, mas, lá na ponta, não se consegue agir da maneira que se desejava. Então, quando aparece um programa que já atua mais lá na ponta, já temos abertura até de uma possibilidade de se copiar esse tipo de ação.

O outro problema do Brasil, é que não podemos ter um programa só para o Brasil. A partir do momento em que conseguir ser estadualizado ou até municipalizado, a sua abrangência será maior, porque localmente a maneira de tratar aquele problema tem que ser diferente. Por exemplo, eu acho aquele programa de São Paulo, do Prefeito Paulo Maluf, genial, o Programa de Cingapura, que até deve ser copiado de Cingapura pelo seu nome. Mas é genial a idéia, é algo para resolver o problema de favela de Primeiro Mundo. Agora, se formos aplicá-lo no município de Vitória, não há condições, mas pode-se fazer uma coisa mais simples, mais pobre, mais adaptada à condição local.

Recordo-me de que, quando Governador do Espírito Santo, abri um concurso sobre a melhor maneira de se produzir uma casa de baixo custo. Então, havia o tamanho da casa e tal. E a casa de mais baixo custo foi aquela produzida numa vila de pescadores, onde conseguiram moer ostras, misturadas com barro e areia e fazer um determinado tipo de tijolo. A idéia era genial, tinha custo baixo, mas o problema para o Governo não era fazer a casa, mas arranjar ostras suficiente para fazer cinqüenta mil casas. No final, acabou sendo a casa de custo mais baixo aquela que um pedreiro mistura cimento com areia, bota lá os tijolinhos e usa aquele mesmo sistema antiqüíssimo, porque depois disso não houve grande evolução nas condições tecnológicas do Brasil.

Mas a minha pergunta é a seguinte: como é que vai direto para a ponta esse programa de Fortaleza que é patrocinado pelo Governo francês? Como é que ele consegue ir direto à ponta? Qual é o grau de intervenção da prefeitura? Como ele chega à ponta com mais possibilidades?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Concedo a palavra ao Dr. Durval Magalhães Fernandes.

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Nobre Senador, eu não falaria especificamente desse programa, mas ele dá uma idéia da dinâmica, de como atuar na ponta. O que acontece é que muitas vezes a proposta nasce na comunidade. No caso da cooperação internacional, o papel que nós exercemos, tipo ABC, é, uma vez recebendo a proposta, procurar a fonte que pode financiá-la. Exª lembrou programas estaduais, regionais e nacionais e tem sido uma política da ABC Posso até citar o caso do Fundo de População das Nações Unidas, que é uma agência que atua na área multilateral, cujo ciclo de programas com o Governo brasileiro estaria terminando neste ano e nós vamos começar a discussão para o próximo ciclo – 1997/2000 -, quando já se pensa em atuar com programas estaduais. Descemos um nível. Seria um programa nacional, mas com um forte componente estadual. Nos Estados, procuraríamos parceiros, não só nos órgãos governamentais, mas também nas ONGs.

Desculpe-me por falar muito em população, mas se trata do meu viés de formação, como demógrafo. Tivemos um projeto com um fundo chamado "Projeto Umbrella Mulher". Nesse projeto nós tínhamos alocado algo como US$400 mil e conseguimos atuar em trinta projetos desenvolvidos pelas comunidades. Os projetos eram no máximo de US$30 mil e conseguimos chegar a quase trinta projetos. Quer dizer, se multiplicássemos trinta mil por trinta projetos, teríamos US$900 mil. Com US$400 mil conseguimos atingir trinta. Era inacreditável observar a riqueza das informações que eram trazidas. Chamava muito a minha atenção a forma do orçamento, ou seja, enxuto, singelo e possível de ser executado.

Com relação a essas formas de atuação na ponta, nós, na ABC, temos como critério sempre privilegiar a atuação na ponta. Esse projeto de Fortaleza faz o mesmo, ou seja, com as comunidades decidiram qual a melhor forma de alocar os recursos. No caso, eles têm uma área e decidem o que construir lá. A comunidade constrói, também constrói algumas lojas que a associação aluga e começa a ter recursos para atuar e decidir depois onde colocar esses recursos – melhoria do sistema de abastecimento de água, melhoria do asfaltamento. Esse tipo de proposta vai surgindo da comunidade. Nossa função é exatamente esta: tentar, recebendo das comunidades, atuar. Nós atuamos muitas vezes também como órgão que elabora propostas.

V. Exª sabe, por exemplo, que em algumas regiões, algumas ONGs não têm o costume de atuar com agências internacionais. Nós intervimos também, procurando consultores que possam auxiliar na elaboração das propostas ou nós mesmo trabalhamos elaborando propostas, apresentamos as propostas e buscamos a fonte, porque sabemos que há financiamento dentro do programa e que é definido pelas linhas que o Governo brasileiro aponta para a atuação das agências internacionais. Essa é a dinâmica utilizada para se atuar na ponta, vamos dizer assim, com os projetos de cooperação, principalmente multilaterais.

O SR. GERSON CAMATA – V. Exª se referiu à cooperação também do Brasil para fora e, principalmente aos países africanos de língua portuguesa. Li recentemente algumas críticas à política externa brasileira com relação à África. De um lado, achei as críticas injustas e, de outro lado, ouvi algumas respostas do Itamaraty que achei incorretas, colocando a cooperação Brasil-África apenas no terreno comercial, quer dizer, no terreno em que o Brasil teria lucro.

Pensando, evidentemente, na situação que a África atravessa hoje, a visão da política externa não é só comercial, não é só consular. Ela é diplomática, e o Brasil é uma Nação afro-brasileira. Vemos, por exemplo, a Itália, que tem imigrantes italianos aqui, interessando-se em atuar nas áreas sociais do Brasil; a Alemanha e a França também. E não se vê – acho que é uma coisa com que o Brasil tem que se preocupar – uma atuação do Brasil, não digo em toda as áreas, mas em relação àquelas nações nossas irmãs, e somos um País que tem de 40 a 50% da população de origem africana. O Brasil deveria ter mais um interesse social até, não só com idéias. E vejo que o Governo brasileiro tem.

Atualmente, temos forças brasileiras ajudando o Programa de Paz de Angola. É um grande avanço da política diplomática brasileira. Até quando houve a decisão do Presidente, criticou-se o custo dessa missão, mas é uma missão importante. Estamos indo lá para quê? Irmãos nossos, que falam a nossa língua, dos quais descendem grande parte da população brasileira, estão tendo uma oportunidade, depois de tantos anos de confronto, de terem uma paz, e o Brasil vai-se colocar ali. Nessa área de idéias, no campo da habitação, no campo do urbanismo, o que o Brasil tem e que pode aportar para esses nossos irmãos, principalmente de Angola, de Moçambique, Cabo Verde e essas nações africanas?

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Senador, realmente, a atuação do Brasil, em termos de cooperação técnica, dentro da área da ABC, tem privilegiado, acho que por razões óbvias, um pouco mais Angola e Moçambique do que os outros países, mesmo que essa cooperação aconteça nos outros países.

O SR. GERSON CAMATA – Que são os mais necessitados.

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – São os mais necessitados. Mas poderíamos também destacar um outro aspecto que chamamos de cooperação técnica, mas ela acontece muito mais no âmbito de projetos de capacitação. Então, vários técnicos dos outros países, também, têm vindo ao Brasil: capacitam-se no País e retornam ao seu país de origem. É claro que o caso de Angola, a questão até mesmo da razão da Força de Paz Brasileira, no momento lá, o conflito está chegando a um ponto de resolução, felizmente. A partir daí, acredito, teríamos muito que atuar, não só na parte de transporte urbano, habitação principalmente e mais organização da comunidade. Em Moçambique, já temos uma atuação e, recentemente, eu diria que há uma semana,

houve uma missão técnica do Governo brasileiro, da qual participou o Diretor da ABC e a Coordenadora-Geral. Estiveram em Angola e Moçambique, conversando com as autoridades locais e levantando exatamente as possibilidades de atuação de cooperação técnica do Governo brasileiro com esses países. Isso foi realizado há poucos dias, há 2 semanas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Mais alguma coisa, Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA – Só uma observação, para se ver como é importante isso. Tenho observado esse espírito que o Brasil talvez agora comece a entender em relação aos países africanos de língua portuguesa. Conheço, por exemplo, duas congregações religiosas de origem italiana que atuam no Brasil e que têm mandado um sem-número de freiras, de leigos e até de sacerdotes para trabalharem lá, não só na área religiosa, mas na área social. Fora isso, organizações evangélicas brasileiras, como a Igreja Maranata e a Igreja Batista, que freqüentemente mandam para lá missionários com postos de saúde, que não vão atuar apenas na área religiosa. É claro que têm um interesse missionário, religioso, mas são organizações não-governamentais – claro, são religiosas – e talvez tenham uma visão mais aberta para esse tipo de prática social, que devemos ter para com esses nossos irmãos africanos, do que nós próprios, Governo. Aí, não é só o Poder Executivo. Todos nós. Aqui começa a abrir um pouco esse espaço pela agência que V. Exª preside.

Agradeço V. Exª pela colocação e pela idéia.

O SR. PRESIDENTE (Agripino Maia) – Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, nosso Relator.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas, Dr. Durval, na exposição que V. Sª fez, na verdade, há alguns casos que eu não conhecia, como vários projetos. Por exemplo, a Itália tem o Projeto Alvorada, que desenvolve em Salvador, em Belo Horizonte; há este que foi discutido pelo Senador Gerson Camata, da França em Fortaleza, e sobre o qual V. Sª havia feito a exposição. Há uma diversidade de países atuando com projetos no Brasil, de entidades não-governamentais, inclusive a Alemanha com o Projeto Pró-renda. Temos, no Brasil, algo semelhante. Alguns já defendem a instituição por lei, como o Senador Eduardo Suplicy, que defende uma renda complementar, um Pró-Renda.

Quanto a esse projeto da Alemanha, que, se não me engano, V. Sª falou, o Sul e mais um outro Estado têm, que tipo de atuação ele realiza?

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Sr. Senador, o que fizemos nesse pequeno resumo foi tentar retirar dos programas que são realizados aqueles componentes que estão ligados ao **Habitat**. Este Projeto Pró-Renda é bem amplo e desenvolvido pelos governos brasileiro e alemão em conjunto, que têm uma agência de cooperação chamada GTZ, que é a ABC da Alemanha, e desenvolve este projeto em várias regiões. Não é um projeto recente; já vem atuando em várias áreas, sempre tentando levar a geração de renda à comunidade.

Hoje, em Betim, há o que chamam de salão de encontro, que é um projeto financiado pelo Pró-Renda, onde a comunidade se organizou e capacitaram pessoas da comunidade que, com o seu trabalho, produzem uma série de produtos, artesanato, que é vendido nesse salão de encontro. Ao mesmo tempo, as crianças ficam numa creche, uma escolinha, onde aprendem a fazer com brinquedos aqueles produtos que seus pais fazem para a comercialização. Então, este projeto atua em várias áreas. O que fizemos aqui foi tentar retirar aquele componente que encontrávamos no programa, que estava vinculado às atividades previstas no **Habitat**. É um programa bem mais amplo e de uma longa duração com o Brasil.

O SR. CASILDO MALDANER – Não deixa de ser, de certo modo, como a Fundação Banco do Brasil, que atendia a pequenas comunidades do interior, lembro, formava associações e ensinava a...

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Fundec.

O SR. CASILDO MALDANER – Fundec, exato. Ensinavam a profissionalizar, a colocar uma pequena...

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Farinheira, fabricar farinha.

O SR. CASILDO MALDANER – Isso. Ajudava a desenvolver pequenas comunidades do interior.

Quero lhe agradecer, mas gostaria de frisar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não pude acompanhar todos os exemplos que V. Sª trouxe aqui, mas eu gostaria de aduzir dentro dessa linha, do prático, e vou dar o nome do autor – houve esse processo, que está perdurando e passando por várias administrações –, o Professor Ricardo Hoffman, de Santa Catarina, é um homem muito preocupado com essa questão da organização, da comunidade e da renda da comunidade, quer dizer, a apreciação da possibilidade de vocação de renda dessa comunida-

de por bairro, o sistema de informações. Quer dizer, essa concepção dele, em termos globais de um cidade, não foi montado ainda, mas o projeto integraria a SINE, informação de preço de produto, porque ainda existem diferenças monumentais de preço de uma mesma mercadoria de um mercado para outro.

Aquela informação estandardizada, perto dos terminais, muitas cidades já têm isso, mas também um computador. E, finalmente, com uma unidade de formação de mão-de-obra e geração de renda; a primeira que foi implementada o foi numa área invadida, na cidade de Florianópolis, área relativamente nobre, ia ser um loteamento de classe média, acabou sendo invadida, havia lá quinhentas e poucas casas, foram desapropriadas pela prefeitura, já de acordo com a Constituição Federal de 1988. Foi pago um certo valor, abatidas as invasões, o valor tinha que ser considerado porque o proprietário deixara invadir. Então foi depositada uma quantia, o juiz deu a imissão na posse e, no processo de arrumação urbana – que não tem nada de novidade, é o sistema tradicional: quem está fora não entra, quem está dentro não sai -, numera e acerta. Mas o mais importante é que foi reservada área para equipamento público e o primeiro a ser construído, num processo comunitário, foi o que na época denominou-se de CPT(?), Centro de Preparação para o Trabalho e Formação de Mão-de-Obra e Geração de Renda. Um nome compridíssimo. Tinha a ala feminina e masculina. E o que é que fazia? Vai vender placa de trânsito, tinha lá muito funileiro, encanador, gente que sabia lidar com lata e as mulheres com a máquina de costura. Quer dizer, foi ajudando aquele pessoal a gerar renda, não chegando a esse nível, que seria o ideal, chegar à criança. Inicialmente, pelo menos, não foi assim.

Assim, creio que, como referência até, o contato com o professor Ricardo Hoffman seria interessante, pois se enquadra nesse estudo do Pró-Renda, que o senhor mencionou e que hoje é a grande preocupação. Em face do desemprego, dessa mudança estrutural brutal, da instabilidade, da insegurança, da perda do emprego, da mudança do tipo de emprego, que está acontecendo em todos os lugares do mundo, acho que isso está muito vinculado a questão desses assentamentos urbanos, que o senhor trouxe como exemplo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, é só para complementar.

Conheço bem o professor Ricardo Hoffman. Em verdade, ele é bem dedicado a essa área, tem esses projetos. E acredito que dentro do espírito do Fundec...

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – É pena que ele não funcione hoje...

O SR. GERSON CAMATA – O Fundec aplicava um percentual do lucro do Banco do Brasil. Quando o Banco começou a dar prejuízo...

O SR. CASILDO MALDANER – Como começou a dar prejuízo, não tem mais. Mas, parece-me, essa seria uma fórmula, volto a reprisar para finalizar, sempre aperto a tecla da interiorização do desenvolvimento. O Banco do Brasil poderia ser um agente na interiorização do desenvolvimento, aí formaríamos uma espécie de dique para que o êxodo não acontecesse tanto, criando inchaços em outras cidades maiores, ou seja, seguraríamos o povo nas pequenas comunidades a fim de não se criarem maiores problemas nas cidades grandes, como os de saneamento, habitação, segurança, etc.

Parece-me que o Fundec, o Banco do Brasil, todas essas instituições seriam o meio para ajudar a desenvolver esses pequenos projetos que ajudariam a segurar, no campo do trabalho, do desenvolvimento, da saúde, até no campo do lazer, nas pequenas comunidades. Seriam como que uma espécie de diques para segurar o cidadão nas pequenas cidades e com isso teríamos um maior equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Antes de passar a palavra ao Dr. Durval Magalhães Fernandes, eu gostaria de lembrar aos Srs. Senadores que já ficou decidido que esta Comissão provavelmente será prorrogada até o final do ano por um simples fato: o Brasil vai assumir, o objetivo geral do **Habitat** é assumir compromissos, assumir princípios e compromissos no nível de Nações Unidas, significando internalizar uma política de desenvolvimento urbano, metropolitano, portanto, uma nova visão espacial do problema do desenvolvimento brasileiro. Isso significa dizer que, a partir do resultado da reunião do **Habitat-2**, temos que fechar uma política urbana que envolve, inclusive, essa que o Senador Casildo Maldaner insiste, ou seja, de que temos que tentar fortalecer os pequenos núcleos urbanos do interior, criando a infra-estrutura necessária a fim de evitarmos a migração para os grandes centros. Talvez essa seja uma das políticas implícitas a uma política global de desenvolvimento espacial brasileiro, a qual devemos propor ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

Acho que, terminada a reunião do **Habitat-2**, esta Comissão vai tratar da operacionalidade e da implementação dessas teses, dessas políticas em nível nacional. Inclusive, essa tese defendida aqui deverá ser internalizada através de uma política nacional.

Passo a palavra ao Dr. Durval Magalhães, para que emita suas conclusões.

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – É uma oportunidade muito interessante, talvez única, diria, essa discussão que se está fazendo em torno do **Habitat-2**.

É evidente que o Banco do Brasil não participa do comitê nacional, mas a Caixa Econômica Federal o faz. Em relação aos compromissos a ser assumidos pelo Brasil, acredito que essa proposta de política poderia ser implementada ou já discutida com esses atores que estarão presentes no comitê nacional, que são muito sensíveis.

A Caixa deu grande apoio às atividades preparatórias. Podemos dizer que, se não fosse o apoio dela, um ou outro seminário poderia não ser realizado. Entendo que é de suma importância essa atuação na ponta, e, falando em nome da direção da Agência Brasileira de Cooperação, penso que é muito importante termos a designação de políticas, de metas que deverão ser acompanhadas e alcançadas pelo Governo, tanto no aspecto do **Habitat**, ou mesmo de renda.

É claro que estaríamos à disposição para implementar propostas que fossem apresentadas à agência, buscar organismos de financiamento, sempre nesta linha do possível, atuando junto à comunidade para gerar renda, para gerar bem-estar à população, e essa população efetivamente, sabemos, é que tem que decidir os desígnios que deve seguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Queria lembrar, uma vez que falou-se aqui no problema do **Habitat-2** e na sua seqüência, que, no início da reunião, afirmei que já incluímos todas as propostas possíveis da alteração da LDO, no que diz respeito à inserção dos resultados do **Habitat-2**, porque o Governo, talvez por alguma omissão, não explicitou isso.

Gostaria de deixar claro que encaminharei a vocês, na próxima oportunidade, as propostas. Agora, lamentavelmente, sou Vice-Presidente da Comissão de Planos e Orçamento, possivelmente os anexos que compõem a LDO e que exigem exatamente prioridades, metas e que despendem capital devem ser suspensos da Comissão de Orçamento. Teremos que apresentar uma alternativa que defina, portanto, prioridades e metas, com o objetivo de obedecer à Constituição.

Esse é o aspecto global da questão. De qualquer maneira, as propostas de uma política urbana, os resultados que o Governo vai assumir com o **Habitat-2** na reunião das Nações Unidas têm que estar de alguma forma vinculados já à LDO. V. Exªs sabem que o Orçamento de 1997, programas e projetos de atividades só poderão ser explicitados e aprovados se na LDO estiverem explicitadas diretrizes desse tipo.

As emendas da LDO encerraram-se hoje, por isso que nos antecipamos e, claro, colocamos de uma forma geral, uma vez que a LDO é uma proposta mais qualitativa, se bem que ela exige prioridades e metas e despende capital. Mas as grandes linhas de política têm que ser amarradas, e já as amarramos, como precaução da própria comissão em relação ao que vai ser acordado e compromissado durante a reunião do **Habitat-2**.

Eram só essas informações que queria dar. Passo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, agora vou falar não como Senador apenas, mas como presidente de um partido político.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Gostaria de retificar essa agenda do dia 15 de maio. Estão previstas aqui sete experiências.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Não é verdade isso. Penso que houve um erro na impressão. Só queria dar uma explicação. Concluímos toda a apresentação dos três documentos que o Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se V. Exª me ouvir, não vai ter que explicar.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Só quero explicar, porque isso aqui é uma sugestão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se V. Exª me ouvir, não vai ter que explicar nada. Tenho uma sugestão objetiva e uma informação a prestar.

Pelo que sei, há 17 anos, o Brasil não recebe financiamento internacional para implementação de projeto habitacional. O Brasil não precisa de dinheiro para construir casas; no Brasil, não se está construindo casa.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Não precisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ou não se habilita, ou não precisa. Há 17 anos, não existe financiamento internacional para agências governamentais,

tais como as COHABs, o Ministério da Habitação, a Caixa Econômica Federal, no sentido de que haja a construção do interesse social. Para moradia, casa, projeto habitacional, não há financiamento. Para saneamento, há financiamento.

Repito: há 17 anos, não há esse tipo de financiamento. Esse é um fato histórico. A Seplan pode fornecer esse dado. Depois de 17 anos, apenas um projeto governamental conseguiu o aprovo do BID, que foi o Projeto Cingapura; vários projetos não-governamentais conseguiram esse aprovo.

Faço um apelo para que não se ignore esse fato quando se arrolarem experiências. Não considero que essa experiência seja perfeita. Deve-se até criticar, mas esse foi o único ou o primeiro projeto governamental a conseguir o aprovo do Ministério. Houve todo aquele trâmite que conhecemos: conseguir prioridade no Banco Central e no Ministério do Planejamento, para se obter um empréstimo de US$450 milhões, que, aliás, refere-se ao programa.

O BID já deu o aprovo. O projeto já está tecnicamente aprovado. Essa não é uma experiência brasileira, mas sim uma adaptação de um modelo universal a uma cidade grande.

Para concluir, quero dizer que esta é a primeira vez que recebemos financiamento internacional para a construção de projetos habitacionais... Qual era o nome daquele projeto do Rio de Janeiro? Projeto Cidade de Deus?

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que foi aquilo? Construíram um conjunto habitacional a trinta quilômetros de onde moravam as pessoas.

O SR. DURVAL MAGALHÃES FERNANDES – Estava situado mais longe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estava situado no mínimo a trinta quilômetros.

O que é o Projeto Cingapura? Nesse projeto, não se tira o sujeito do seu círculo. O sujeito está ali não por acaso, mas porque gosta do boteco da esquina ou porque trabalha por perto. Isso não é um mito, mas sim uma verdade. O sujeito se instala ali por várias razões.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Senador Esperidião Amin, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Concedo o aparte a V. Exª.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Por que a Comissão do **Habitat-2** não faz uma visita **in loco** ao Projeto Cingapura, situado em São Paulo, num final de semana?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sugiro irmos lá ou trazermos aqui...

O SR. JÚLIO CAMPOS – Penso que poderíamos fazer uma palestra naquele local.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Poderemos abrir um espaço para, no dia 15, o Secretário Lair Lenkrubel(?) vir até aqui. Depois, poderemos ir lá.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Senador Esperidião Amin, gostaria de prestar um esclarecimento a V. Exª, mostrando toda a metodologia do trabalho aprovada pela Comissão.

V. Exª tem toda razão quanto ao financiamento, mas quero voltar ao objetivo operacional da Comissão. Já vimos todos os itens que serão apresentados no **Habitat-2**. Mas o que consideramos mais importante é o plano de ação do Governo em termos de política urbana habitacional.

A Drª Maria Emília fez a sua apresentação. Na primeira reunião da Comissão, pedimos que ela entregasse o plano que não foi encaminhado e que, antes de fazê-lo, ouvisse a Comissão. Nesta semana, a Drª Maria Emília ficou de nos encaminhar os detalhes do plano, no qual há todas as propostas de política, inclusive as de financiamento. Na próxima reunião, deverá ser entregue o plano. A Drª Maria Emília discutirá conosco o plano global proposto pelo Governo; esse plano será utilizado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso nos quatro anos de mandato. Serão discutidas as propostas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sugiro que seja feito esse convite também.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Já convocamos a reunião com a Drª Maria Emília.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sugiro que seja convocado o Secretário Lair Lenkrubel(?).

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – A Drª Maria Emília nos dará uma visão global. Por outro lado, propusemos ouvir várias experiências de sucesso, que foram selecionadas em nível de Brasil e de Nações Unidas. Inclusive, a experiência realizada em Fortaleza foi escolhida e premiada entre as doze mais importantes do mundo.

Inicialmente, selecionamos sete experiências. Aqui está a relação das sete. Vamos chamar logo a primeira de Fortaleza, que tem uma experiência multissetorial interessante. Nossa idéia, para a próxima reunião, se for possível, seria trazer a Drª Maria Emília e essa experiência de Fortaleza.

Para as outras reuniões ficou combinado o seguinte: como a reunião do **Habitat** começa no final do mês, a Comissão não pararia. Pediríamos prorro-

gação do prazo da Comissão e ouviríamos essas experiências, incluindo a de Cingapura, de tal ordem que teríamos continuidade em nossos trabalhos. Sem nenhuma utopia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas estou fazendo uma proposta, Sr. Presidente, para ser ouvida no dia quinze. Queria que V. Exª ou decidisse ou submetesse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Podemos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A minha proposta é objetiva. No dia 15 desejo fazer um convite ao Secretário Lair. É aceitar ou não o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Podemos fazer o convite. Senador, entenda o que estou dizendo: tinham sido feitas à Comissão sete propostas. Escolheu-se entre elas a de Fortaleza. V. Exª está propondo mais uma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estou propondo que seja aditada à pauta do dia 15, além da presença de quem de direito, mais uma presença: a do Secretário Lair. Se ele vem ou não, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Quero informar a V. Exª que a prioridade seria a Drª Maria Emília porque falaremos sobre o plano global dos quatro anos, política de financiamento global. Viria uma outra experiência além da dela, porque mais de duas é impossível.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Viria um outro expositor?

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Não. Suspenderíamos isso, atenderíamos a sua proposta, não há possibilidade mais do que isso. Vamos ser realistas. Com a exposição da Drª Maria Emília vamos discutir o plano que vai ser encaminhado no **Habitat**. É de fundamental importância. Ficou combinado que as sete experiências seriam oportunamente ouvidas. Escolhemos uma na última reunião, seria Fortaleza. V. Exª está propondo mais uma, seria a oitava. Temos de ser operacionais, temos "n" comissões, e a experiência de Cingapura merecia uma reunião específica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nem estou pedindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Mas penso que é importante ouvir o Cingapura. Proponho que se mantenha o que estava previsto, porque temos que ter o **time** do **Habitat-2**. O que vai ser discutido no **Habitat-2**, o que vai ser apresentado é o plano de ação do Governo

O SR. JÚLIO CAMPOS – Faça uma reunião extraordinária no dia seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Farei reunião todo dia se for preciso, mas a realidade nossa é outra. Podíamos fazer o seguinte: ter uma reunião específica para a Drª Maria Emília só para fechar o Plano e poderíamos ter uma outra. Temos de ser realistas: é impossível discutirmos o plano de ação numa reunião e termos um projeto tão importante como o de Cingapura na mesma reunião, ou seja, temos que ter uma reunião específica para o projeto de Cingapura, como devemos ter uma para Fortaleza, para Natal, conforme foi combinado.

É correta a proposta do Senador Esperidião Amin – e inclusive falamos sobre isso na reunião passada. O que podemos fazer é uma reunião com a Drª Maria Emília para discutir o plano, exaurir o tema, propor alterações, porque o tempo é fundamental. Eles têm que encaminhar isso.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Sugiro até, Sr. Presidente, que antecipássemos o horário da reunião com a Drª Maria Emília, de onze horas para as dez horas ou nove e meia, porque é um assunto muito sério. Podíamos antecipar essa reunião em pelo menos uma hora, porque realmente é a matéria mais importante da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Concordo, mas temos que ser realistas, todos participamos no mesmo dia de várias comissões. Então podemos fazer, se a Comissão achar conveniente, a reunião na terça-feira ou na quarta com a Drª Maria Emília e, na quinta-feira, faríamos a reunião sobre Cingapura isoladamente. Temos de priorizar, ouvir com atenção um projeto da importância desse que a Drª Maria Emília vai apresentar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – No dia seguinte, então, faria uma reunião para apreciar Fortaleza e Cingapura.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Se for possível ouvir os dois, tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quem se prepara para fazer uma exposição desse tipo, técnica, tem que se preparar para fazer isso no máximo em vinte ou vinte e cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Pode sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quem se prepara, consegue fazer em vinte minutos; quem não se prepara, tem que fazer em dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Vamos tentar fazer o seguinte: V. Exªs delegariam à Presidência a incumbência, na próxima reunião, de tecnar o plano e, no dia seguinte, apreciaríamos as duas: a Fortaleza que já havia sido decidida e a proposta d...

Cingapura. Deixaríamos as demais que seriam feitas na conclusão do **Habitat-2**, porque essa reunião vai ter seqüência, a comissão temporária – vamos fazer uma proposta nesse sentido – vai existir até dezembro, e ouviremos todas as outras experiências.

Se V. Exªs estão de acordo, vamos cumprir essa pauta.

Além disso, quero lembrar que está aqui agendado o nome do Dr. Jorge Villenheim, Secretário-Geral. Ele não tem condição de sair da Turquia neste momento, e temos que entender isso. Então, lamentavelmente, ele não vem, seria importantíssimo, mas manteremos o convite. Após a reunião do **Habitat-2**, ele pode vir e trazer os resultados, que é o mais importante. Desse modo, poderia ser mantido o convite para depois da reunião do **Habitat-2**, porque seria uma incoerência já estamos só a duas semanas dessa grande reunião mundial.

Assim, na próxima semana, teremos a reunião para fechar o plano de ação no Brasil, no Ministério do Planejamento, na Secretaria Executiva da Política Urbana, e as duas experiências: a experiência de São Paulo e a experiência de Fortaleza.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir uma mudança. Já que o Dr. Jorge não pode vir ao Brasil já que se está na véspera do início daquela grande conferência, poderiam o Dr. Lair e o projeto de Fortaleza ficarem agendados para o dia 22 no horário normal.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Pode. Deixa-se, portanto, o de Cingapura sozinho. Não há problema.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Sugerimos também antecipar a reunião de 11h para as 10h, assim teríamos mais tempo para discutir já que se trata de um assunto muito importante.

Queremos lembrar que, no dia 29, na última reunião, o horário tem que ser antecipado, porque nesse dia dar-se-á o embarque da comissão que representará o Brasil em Istambul.

Há alguns momentos, tivemos uma reunião da Mesa Diretora do Senado em que estávamos estudando o nome dos representantes desta comissão. Parece-me que o cerimonial confirmou que a nossa comissão teria que se deslocar talvez dia 27 à noite ou dia 28 para chegar a tempo de participar do Foro do Parlamento, porque, nos dias 31 e 1º, será realizado esse foro dos parlamentares do mundo todo, discutindo o assunto da habitação. A instalação da reunião se dará no dia 3.

O SR. PRESIDENTE (Arlindo Porto) – Quero lembrar que, além da reunião oficial dos Governos, dos dias 3 a 14, teremos foros paralelos, como as outras reuniões internacionais têm. Haverá os foros de empresários, de parlamentares, de todas as entidades ligadas ao assunto. No dia 31 haverá é o foro maior do Parlamento. É claro que o nosso compromisso maior não é com o foro do Parlamento em si, que é um complemento; o nosso compromisso maior é com a reunião dos Governos, em que o Brasil apresentará as suas teses e assumirá os compromissos e os princípios.

Já tenho os compromissos e princípios preliminares, cujas cópias encaminharei a V. Exªs. O texto está em espanhol, mas é acessível a todos. Encaminharei a V. Exªs todos os princípios – é claro que deverão haver algumas modificações na reunião – e os compromissos que todos os países assinaram com o produto das reuniões preparatórias realizadas em Nova Iorque, em Genebra e em Nairobi*.

Se o Ministério do Planejamento encaminhar o esboço ou pelo menos a proposta final do plano de ação, para apreciarmos na reunião de quarta-feira, eu enviarei essa documentação a V. Exªs Temos de ser operacionais, já chegamos aqui com o plano na mão para conversar com a Drª Maria Emília e ela quer isso, porque ela já fez uma exposição geral. Ou esta Comissão é operacional ou não podemos funcionar. Ela é pequena para isso. Então, fica comunicado isso.

Agradeço a presença do Dr. Durval e a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h 06min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 263/96-SF, DESTINADA A ACOMPANHAR AS PROPOSTAS, TESES E OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS – HABITAT 2, QUE SERÁ REALIZADA EM ISTAMBUL, NO PERÍODO DE 3 A 14 DE JUNHO DE 1996.

5ª Reunião, realizada em 16-5-96

Às dez horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, "destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – HABITAT 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996".

Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Coutinho Jorge (Presidente), Júlio Campos, Gerson Camata, Casildo Maldaner, Espiridião Amin, Romero Jucá, Levy Dias e Lúcio Alcântara. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as palestras dos Senhores Lair Kreinbuh, Yves Cabannes e Patrick Bodart, sobre o tema Experiências Brasileiras. Após as exposições, usaram da palavra para debater os Senadores Gerson Camata, Casildo Maldaner , Espiridião Amim, Júlio Campos, Romero Jucá e Levy Dias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, convocando a próxima a realizar-se dia 22 de maio, às 11:00 horas, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – Senador **Coutinho Jorge**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Damos início a mais uma reunião da Comissão Especial destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos **Habitat-2**, que será realizada em Istambul, na Turquia, no período de 3 a 14 de junho de 1996.

Quero lembrar que, até a reunião passada, tivemos uma visão global das propostas brasileiras encaminhadas às Nações Unidas, restando-nos a aprovação final do plano de ação, pelo menos a tentativa do plano de ação do governo brasileiro, que será apresentado na próxima quarta-feira pelo Ministério do Planejamento. Possivelmente, a documentação final deverá ser entregue à Comissão na próxima sexta-feira, para que possamos dar a nossa contribuição e com isso talvez concluir o documento final, formal, que o Governo brasileiro enviará às Nações Unidas.

Também ficou acertado que esta Comissão ouvirá as experiências consideradas de sucesso na área urbana do País. Todos sabem que aquela organização decidiu recolher experiências a nível mundial, e cada país selecionará as suas experiências e encaminhará às Nações Unidas. O Brasil, como os senhores já sabem, selecionou dezenas de experiências. As Nações Unidas, entre as cem que recolheu, incluindo quatro experiências brasileiras consideradas exemplares, selecionou doze, consideradas as melhores para as Nações Unidas. Nesse sentido, vamos ter a apresentação dessa experiência eleita pelas Nações Unidas, que, formalmente, será anunciada na reunião da Turquia, que foi a experiência do Projeto Gret, em Fortaleza, Estado do Ceará, que será o segundo tema da apresentação de hoje, que envolve entidades não governamentais numa experiência altamente positiva e exemplar. Essa será a segunda apresentação da manhã de hoje. A primeira será uma experiência altamente gratificante no Brasil, voltada sobretudo às grandes cidades, que a é experiência do Projeto Cingapura em São Paulo, que a própria Comissão achou por bem ouvir, porque ela traz uma proposta interessantíssima para o problema urbano, para o problema habitacional brasileiro.

Os temas de hoje são significativos, eloqüentes, importantes, cada um na sua dimensão; e V. Exªs vão perceber essas dimensões, aparentemente díspares, altamentes importantes nos níveis em que são aplicadas.

A exposição sobre o Projeto Cingapura está sob a responsabilidade do Dr. Lair Kreinbuh, Secretário Municipal de Habitação da cidade de São Paulo, a quem convidamos para fazer para da Mesa.

Lembramos aos nossos companheiros de Senado que teremos ainda oito experiências a serem apresentadas aqui, possivelmente após a reunião da Turquia, considerando que haverá continuidade do funcionamento desta Comissão, que, em última análise, pretende discutir uma política urbana para o Brasil.

Com essas considerações, passo a palavra ao Dr. Lair Kreinbuh.

O SR. LAIR KREINBUH – Senhoras e senhores, bom dia.

Sr. Presidente, já tive o privilégio de discutir com V. Exª outros problemas ligados à habitação e principalmente ao meio ambiente num passado recente. Tenho o privilégio de hoje mostrar a V. Exªs uma prática que consideramos única no País.

Primeiro, eu queria justificar o nome. Por que Projeto Cingapura? O Projeto Cingapura foi desenvolvido em Cingapura, devido a grande dificuldade de remoção das pessoas. Cingapura é uma ilha com, no máximo, 3 milhões de habitantes. Em 1965, época próxima à criação do nosso Sistema Financeiro de Habitação, Cingapura criou um fundo e criou um modelo econômico. É por aí que temos que prio-

rizar a discussão. Desde aquela época, todo empregado de Cingapura recolhia e recolhe 10% do seu salário, nos moldes do Fundo de Garantia, e a empresa, os outros 10%, também nos moldes do Fundo de Garantia. Criaram um fundo com destinação única e específica para obras de habitação ou de infra-estrutura voltada diretamente à habitação. Quando o produto habitacional era privilegiado, fazia-se a infra-estrutura necessária. De 1964 até 1978, foi feito praticamente 70% do investimento necessário para abertura de vias, priorizando as famílias onde elas estavam. Cingapura, naquela época, importava água da Malásia, pagava por essa água. Hoje, Cingapura recebe água da Malásia pelos dutos e vende água tratada para a Malásia. Não precisa dizer a eficácia do porto, que tem um período de vinte minutos de descarga, no mínimo um décimo, equivalente ao melhor desempenho de portos brasileiros. A excelência do país mostra a perseverança, e perseverança no caminho certo.

Esse Projeto Cingapura veio a ser premiado em 1990 pela FIHAB ??? internacional, quando tivemos conhecimento efetivo do projeto e fomos buscar a experiência de Cingapura. O Projeto Cingapura não é de autoria nossa, não é de autoria do Prefeito Paulo Maluf, nem minha tampouco. Na verdade, é uma aglomeração de experiências, eu diria regionalizada para a realidade brasileira, principalmente para as grandes cidades. E não é a única solução para as grandes cidades. Entendemos que principalmente nas regiões metropolitanas o Projeto Cingapura podia ser aplicado.

Vou falar mais um pouco sobre Cingapura para entendermos o processo. Esse fundo foi criado e proveu os três milhões de habitantes do primeiro imóvel, imóvel simples, 38 a 45 m• no máximo. Hoje, toda família de Cingapura tem seu próprio imóvel. Em vinte anos, não se pagou um centavo de prestação. Considera-se que a pessoa, ao recolher os 10% do seu salário, já estava contribuindo para o fundo. Então não se paga prestação para esse imóvel. Evidentemente, no mercado formal, praticamente total, coisa que não se aplicaria num programa nosso.

A lei que criou o Sistema Financeiro de Habitação já previa – e nunca foi respeitada – que prevalecesse o financiamento a quem tinha Fundo de Garantia. Prevalecesse ou priorizasse o financiamento para quem tinha uma pequena poupança. Até hoje essa lei não é respeitada.

Então, temos que começar a repensar que tínhamos o caminho correto. Na época, o nosso sistema foi muito bem estudado, engendrado. O que acontece é que não houve eficácia: num projeto de 5 milhões de habitações financiadas pelo nosso Sistema Financeiro, apenas 1,5 milhão foram destinadas à população de baixa renda. Nesse período, de 1964 para cá, o Brasil cresceu 17 milhões de moradia. Financiou-se 5 milhões. Desses, 1,5 milhão é de baixa renda. O resto são **shopping centers**, casas de campo, etc. V. Exªs conhecem melhor do que ninguém. Se tivéssemos um projeto, um programa voltado para quem precisasse, talvez não tivéssemos a realidade de hoje. Mas mostrou-se, nesse Projeto Cingapura, a fixação das pessoas no próprio local.

Fazendo um estudo na Cidade de São Paulo, percebemos que 70% aproximadamente das favelas têm menos do que duzentos domicílios, o que significa que elas são densas em alguns trechos e, em outros, pulverizadas. São Paulo tem mais de 1.900 favelas e pequenos núcleos de favelas. Pela primeira vez na história, também em São Paulo, escrevemos uma política setorial de habitação. Nunca houve nessa cidade uma política que definisse a regra clara de, por exemplo, favelas com menos de cem domicílios. A nossa intenção seria a de retirar essas favelas, remanejando-as e transferindo-as para outro local. Quanto às favelas com mais de duzentos domicílios, por problemas fundiários, legais e políticos, com trabalho próximo e escola, é ingenuidade pensarmos que há possibilidade de mudá-las de lugar. Os senhores conhecem a experiência do Rio de Janeiro, na Vila Kennedy, na época do então Governador Lacerda. Em um final de semana, mudaram-se, com recursos internacionais – e foi a última vez que o Brasil teve recursos internacionais – as famílias todas, depredaram os imóveis, retiraram bacias, vasos; e elas voltaram para a favela na semana seguinte. Mostrou-se, com isso, que temos que fixar a população no local. Essas áreas, normalmente, são dominiais, com titularidade duvidosa, têm problemas com diversas interferências: são, às vezes, áreas do Estado, da União, de praças e de áreas verdes, ou seja, áreas públicas.

Contratamos uma pesquisa efetiva em todas as favelas de São Paulo para verificar qual o perfil de renda do favelado, se haveria uma demanda solvável, para imaginarmos um recurso com retorno de investimento. Descobriu-se que 48% da população favelada de São Paulo tem renda familiar superior a quatro salários mínimos, formal ou informal. Se o habitante da favela tem renda superior a quatro salários mínimos e se houver um programa, um produto habitacional de Governo Municipal, Estadual ou Federal, essas pessoas podem pagar. E aqueles que

não podem? Há 52% que não têm esse perfil de renda.

No mundo todo, apenas se resolve problema habitacional quando se resolve a questão da titularidade, do domínio do imóvel. Quanto a permissões de uso, muitas experiências têm sido feitas. Tenho ouvido o Governo Federal falar em locação social, carta de crédito. Desculpem-me, mas, das 800 mil pessoas que se interessaram, aproximadamente 60 mil inscreveram-se, 24 mil foram selecionadas e apenas duas foram contratadas. Isso é um absurdo, em termos da demanda, da necessidade, que, com valores inexequíveis, não são práticos.

O valor de R$3,5 mil de financiamento para a área urbana não se paga sequer o terreno. Houve um problema até, de uma certa forma, ingênuo no desenvolvimento desse trabalho. Definimos 243 núcleos de favela em São Paulo ou daqueles que poderiam ter essa condição. O procedimento é o seguinte: faz-se, em primeiro lugar, uma investigação, que chamamos de arrolamento. Nesse arrolamento, é feita uma identificação, caso a caso, família por família. Nessa hora, beneficia-se quem está morando no barraco e não o proprietário do barraco. Qualquer coisa por volta de 10% a 15% são famílias exploradas por traficantes, por senhorios ou por comerciantes que têm muito interesse em manter esse estágio. O grande enfrentamento que estou tendo nesse projeto é isso. E são todos expulsos depois pelas famílias organizadas.

Em uma favela **(?)**, havíamos arrolado 735 famílias e diversas igrejas, com diferentes crenças, credos. Essas famílias foram cadastradas. Identificamos uma área na própria favela – ou muito vizinha a ela – onde construímos o que é a grande diferencial do projeto. O Projeto Cingapura não é um projeto de habitação, mas de urbanização e de regularização fundiária de um bairro ou de uma região. Identificamos uma área que chamamos de "moradia provisória", na própria favela. Nessa "moradia provisória", colocamos todas as famílias, dentre aqueles que estavam arroladas, que, em primeiro lugar, estivessem em área de risco ou em área sujeita a deslizamento ou eventualmente à inundação; em segundo lugar, as famílias que estivessem em áreas onde seria aberta uma rua ou onde seria construído um prédio; em terceiro lugar – esse é o critério social -, aquelas famílias em que as mulheres seriam o cabeça do casal. Em São Paulo, quase 20% das mulheres moradoras em favelas são separadas. Há muitas famílias desagregadas. O homem sai da favela e vai para cortiços, e a mulher fica com três, quatro, cinco filhos e não pode trabalhar pelo medo que tem de deixar os filhos sozinhos, devido aos riscos existentes.

Então, priorizamos, através desses quatro critérios, as famílias que vão, em primeiro lugar, para a "moradia provisória", que é o grande diferencial desse projeto. As famílias saem, num primeiro momento, desses barracos e vão para a "moradia provisória". Sempre digo que conseguimos tirar o homem da favela, mas nem sempre conseguimos tirar a favela do homem.

Nesse momento, por no mínimo quatro e por no máximo oito meses, são dadas lições mínimas de cidadania, de dignidade, ensinando condições básicas, como coleta de lixo, como viver em condomínio no futuro. Esse é o grande diferencial do projeto. Fizemos uma série de cartilhas, e vou deixar algumas com esta Comissão. Infelizmente, eu tinha um equipamento de multimídia, mas, por um problema de voltagem, perdi a oportunidade de mostrá-lo. Mas vou deixar uma cartilha simples com os senhores e, para a Comissão, vou deixar todo o manual e a cartilha que orienta as pessoas previamente e que mostra como a comunidade participa do projeto e da definição do projeto.

Enquanto essas pessoas estão recebendo essas lições de dignidade e de cidadania, começamos a executar o prédio. Assim que o primeiro prédio estiver pronto, mudamos aquelas famílias que teriam prioridade da "moradia provisória" para o prédio, e assim sucessivamente. Vai-se demolindo o barraco e vai-se construindo moradias, e assim por diante.

Vejam os senhores que se trata de um processo lento. Se se tratasse de um projeto de habitação, levaria quatro meses, mas, por conta da dificuldade, como não se tem condições de se entrar com um equipamento grande, não se pode entrar com um **dragline**, por exemplo, para canalizar um córrego, tem que entrar com uma retroescavadeira, porque toda essa condição técnica é o grande dificultador do processo.

Desta forma, a duração desse projeto é de doze a dezoito meses, quando poderia ser de quatro meses. Trata-se, com isso, de um projeto um pouco mais caro do que uma construção convencional, pois há os custos da "moradia provisória" e os custos indiretos da construção civil. Porém, mesmo sendo um pouco mais caro, ainda está muito aquém de qualquer custo de obra. Atualmente, o valor praticado é equivalente a R$14,5 mil por unidade, por apartamento de 42 metros quadrados. Isso representa

R$360,00 por metro quadrado. Há um controle de qualidade muito bom.

Uma das características desse projeto é que o gerenciamento não está apenas por conta do Poder Público, mas feito em convênio com a FIESP e a Federação do Comércio, e queremos que a sociedade nos ajude a fiscalizar esse controle. Todo o material do Cingapura está de acordo com a ABNT.

O SR. ROMERO JUCÁ – Todos os custos estão inseridos nesse total?

O SR. LAIR KREINBUH – Todos estão. Mas não estão incluídos eventuais custos, como, por exemplo, fiscalização de um córrego, pois trata-se de um custo de infra-estrutura. Todos os outros custos estão inseridos nesse cálculo.

O importante é que o BID, Banco Interamericano, aprovou na oitava missão, conseguimos aprovar, em todas as reuniões do COFIEX, no Governo passado e neste Governo por duas vezes. Estou indo a Washington no mês que vem para acertar os detalhes do contrato que pretendemos assinar até agosto, no valor de US$250 milhões, sendo US$140 por conta do Banco Interamericano e US$105 por conta da Prefeitura de São Paulo.

Trata-se de um projeto de duração de seis anos, que irá entrar seguramente nas gestões seguintes e um pouco da na outra também até para que fique claro que o BID entendeu que esse projeto é modelo para a América do Sul. Srs. Senadores, esse projeto não tem paternidade, não é nosso. Esse projeto tem grande êxito no mundo inteiro, foi aprovado, em 1990, pela FIHABS(?), aprovado pelo BID, é modelo para a América do Sul toda; na Colômbia. Estão desenvolvendo projeto parecido; em Lima, no Peru, estão desenvolvendo projeto parecido com o nosso, então, por que nosso projeto não entrou no **Habitat**? Eu diria para V. Exªs que meramente por interesses políticos de quem está manipulando essa comissão, porque não é possível, coincidência ou não, ter-se apenas projetos ligados à administração do PT, entrando nesse projeto **Habitat**.

Não reputo os projetos do PT ruins, não; são projetos bons, muito interessantes até, mas não são projetos de êxito. Quais os mutirões que acabaram em São Paulo? Não terminamos um mutirão sequer feito pela administração passada, e há 54 para os quais estou liberando verbas assiduamente. Não vou entrar no mérito, não vim aqui para discutir o mutirão, vim aqui para expor o Projeto Cingapura.

Esse projeto começou em 1994, praticamente. Temos, hoje, três mil unidades entregues à população, 8 mil em fase muito adiantada de construção – nos próximos 3 ou 4 meses estarão prontas; estamos com 7 mil em início de obra, sem considerar o Banco Interamericano. Eu queria mostrar um dado para V. Exªs que acho fundamental e pode ser que repensemos a habitação.

Das três mil unidades entregues, o nível de inadimplência do Projeto Cingapura, de um ano e meio para cá, foi de duas pessoas. As prestações de R$57,00, até agora, passarão para R$64,00, com esse aumento proporcional de 10% a 12% que vamos incorporar no nosso Projeto, porque nossos custos aumentaram. Nessa prestação de R$57,00 nesse Projeto, tenho dois inadimplentes.

As pessoas são tão assíduas, e o pessoal mais pobre é muito mais assíduo. Inadimplente é só rico, porque o pobre paga, ele faz um sacrifício muito grande para pagar.

Dos dois inadimplentes, fui investigar o porquê. Um, efetivamente, teve uma série de problemas e não pôde pagar. Está na segunda prestação atrasada. O segundo recebeu o carnê feito pela Cohab; ele tem o número 20, que é o dia do vencimento, e o zero do computador é um zero cortado. E ele me disse: "Como, doutor? Eu paguei um dia antes, paguei dia 27". Ele confundiu o zero cortado com o oito. Então, vejam como é o grau de assiduidade de controle que temos. Não sei se vamos continuar nesse processo.

O SR. ROMERO JUCÁ – E o nível de transferência de imóveis?

O SR. LAIR KREINBUH – Se possibilitássemos a venda de imóvel, teríamos que fazer um **dumping**, e as pessoas entrariam no Projeto para se cadastrar e depois venderiam ou trocariam o imóvel por qualquer outro barraco. Desse modo estimularíamos novas invasões. Por isso é proibida, por três anos, a venda.

A experiência mundial feita até em Hong Kong mostrou que mais de três anos fica muito complicado, mesmo porque eu diria sobre a pesquisa do BID. Tínhamos um perfil de renda, em uma das favelas, de três salários mínimos de renda familiar, depois da pesquisa idônea, segundo os economistas que nos pediram, o perfil de renda mudou para oito. Por quê? O cidadão passa a ter endereço e, passando a ter endereço, ele tem crédito. Dessa forma não há discriminação da sociedade em empregar alguém que more em uma favela. Ele passa a ter emprego formal.

Em todo esse depoimento sobre a renda familiar, há numa relação de pessoas que saíram do mercado informal para o formal, mas, infelizmente,

não tivemos condições de mostrar para V. Exªs. Mandarei esse relatório para os membros desta Comissão, demostrando como se passou de 3 para 8 salários mínimos. Imaginem o que ganham, o efetivo que existe.

Entregamos o prédio, muito simples. É uma construção simples, de 42 metros quadrados. Em cada um desses folhetos aqui há uma planta. São dois dormitórios, uma sala pequena, uma cozinha e uma pequena área de serviço.

O SR. *(Não Identificado)* – São quantos cômodos?

O SR. LAIR KREINBUH – Por enquanto são 4 andares; térreo, mais 4 andares. São, no total, 20 apartamentos e privilegiam as pessoas idosas ou deficientes físicos nos andares térreos. Em função da exigüidade de áreas em São Paulo e a não-condição de se ter áreas disponíveis, a tendência, agora, será de tentarmos verticalizar as próximas concorrências que fizermos. Agora vamos iniciar a obra, serão prédios de 10 andares.

Sofri uma crítica pelo meio universitário onde milito muito como professor de Pós-graduação em Urbanismo. Meus colegas comentaram que pobre não sabe usar elevador. É um preconceito. O que é complicado num prédio de apartamentos em se ter elevador é o custo da energia elétrica do elevador, do condomínio. Não é a questão do elevador, porque na hora que se divide o preço de um elevador que custa R$25 mil, um elevador mais simples, se dividirmos pelo número de unidades, dará R$600 reais por unidade, quer dizer, só a relação de aproveitamento do terreno já vale muito a pena. Então, para minimizar o custo de energia elétrica, fizemos elevadores com paradas intermediárias. Pára no térreo, no terceiro, no sétimo e no décimo andar. Privilegiamos as famílias em que haja pessoas idosas ou deficientes físicos. Todos os prédios são adaptados a deficientes físicos. Por exemplo, a porta do banheiro abre para fora, possibilitando que a cadeira de rodas entre; a pia é um pouco mais alta também para facilitar a aproximação da cadeira de rodas. Todos os projetos, nos andares térreos, têm essa condição. Com essas providências, a taxa de condomínio vai passar a ser de 7 reais por mês. É um custo praticamente insignificante em relação ao benefício desse projeto. Equivale a três maços de cigarro.

São Paulo tinha 1% da população morando em favelas; hoje 19,4% estão ou morando em loteamentos irregulares ou em favelas. De 1979 para cá, com o advento da Lei nº 6.766, a Lei Lehman, Lei de Parceria do Solo, do nosso Senador Otto Ciro Lehman, inibiu-se o aproveitamento e o investimento público e privado na área de habitação. Não se loteia mais. Acabamos com o embrião, com a certidão de nascimento do imóvel que era o terreno. Ninguém mais investe em terreno. As legislações elitistas vieram imaginando que nós moramos em uma Suíça.

V. Exªs sabem melhor do que ninguém que o Ministério Público fica em cima e que o prazo para a execução de um empreendimento de 1 milhão de metros é de dois anos e é o mesmo prazo de dois anos para 10 milhões de metros. A burocracia é infernal: são 14 órgãos que aprovam só em nível de Estado; 17, em nível municipal e federal. Como pode alguém fazer um empreedimento quando vai demorar dois ou três anos para aprovar-se o projeto?

Portanto, quero deixar consagrado nesta Casa que é preciso mudar urgentemente a Lei nº 6.766. É uma lei que começou obsoleta, tornou-se obsoleta, inibiu e estimulou as invasões de terra. Essa é uma das principais causas, sem considerar a perda de poder aquisitivo e outras tantas, da invasão de terras.

Eu gostaria de, para concluir, mostrar a V. Exªs os depoimentos, que infelizmente não poderei deixar com V. Exªs.

O Banco Interamericano entendeu o Projeto Cingapura como de excelência internacional. Acabei de receber um comunicado de Paris informando que fomos eleitos entre as dez maiores práticas. A FIHABS(?) encaminhará ao **Habitat**, já que nós, do Brasil, não tivemos a condição ou a competência de participarmos daquela reunião. A FIHABS(?) francesa entendeu que o Projeto Cingapura pode ser levado ao **Habitat**. Isso é uma vergonha para nós.

Espero que, por intermédio desta comissão e da excelência e do entendimento de V. Exªs, possamos privilegiar esse projeto como proposta brasileira por meio do Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Poderíamos logo ouvir a segunda intervenção apesar de saber que são projetos diversos.

Convidaríamos, então, o segundo grupo, composto pelos Srs. Patrick Bodart e Yves Cabannes, representantes do Projeto Gret, do Ceará.

Não desejo criar polêmica aqui, mas lembro que foram selecionados o Projeto Gret, de Fortaleza; o Orçamento Participativo de Porto Alegre; o Plano Diretor de Curitiba e o Projeto de Segurança Alimentar, de Belo Horizonte. São quatro projetos brasileiros, além de outros encaminhados.

Foi uma decisão da própria Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Estiveram aqui numa reunião e explicaram que – particularmente, eu acho que essa tenha sido a variável chave – selecionaram projetos que têm o máximo de parceria. Foi mais por isso talvez. Inequivocamente, um projeto como esse é fundamental e importante, tanto que ele está dando frutos importantes em várias partes do mundo.

Mas o objetivo da nossa Comissão não é discutir se devia ou não ser escolhido. É um projeto importante. Esta comissão vai ter sua continuidade de trabalho logo após a reunião da Turquia para discutir experiências como essa e para discutir, sobretudo, propostas e políticas. Inclusive acabou de ser proposto aqui que o próprio Congresso Nacional estudasse a aprovação de uma lei, o que é importante.

Entendo que o papel da Comissão é esse, ou seja, concentrar-se nos problemas básicos urbanos habitacionais que são fundamentais. É onde teremos os maiores problemas mundiais, sem dúvida. Os problemas rurais são sérios, mas o problemas urbanos são muito mais sérios. Não há dúvida alguma.

Agradeço a exposição do Dr. Lair Kreinbuh. S. Sª pode ficar conosco para a parte de debates.

Vou passar a palavra ao Dr. Yves Cabannes.

O SR. YVES CABANNES – Obrigado, Sr. Presidente. Srªs e Senhores, Srs. Senadores, é um prazer, antes de mais nada, ter sido convidado para apresentar o trabalho que desde 1988 vem sendo desenvolvido na região metropolitana de Fortaleza. Insisto muito em dizer que pelas Prefeituras da região metropolitana de Fortaleza, pelo Governo do Estado do Ceará, pela Escola Técnica Federal e também ONGs, nas quais temos um papel de certa coordenação, e entidades comunitárias.

Antes de apresentar as quatro práticas que foram parte desse projeto premiado, gostaria somente de lembrar um pouco os passos, em que fase está, já que a Comissão de Trabalho sobre a questão do Hábitat II – acabo de chegar de uma reunião preparatória em Bruxelas juntamente com o Parlamento Europeu – está atualizando alguns dados.

As melhores práticas que alguns estão chamando de as boas práticas, e não melhores, é um processo que há havia dois anos de seleção para tentar, a nível mundial, registrar as soluções para enfrentar os desafios das habitações populares e das cidades. Esse trabalho de seiscentas práticas está atualmente em CD-Room, tem um banco de dados existente que será disponível em Istambul, o qual nos dá realmente um acervo mundial para enfrentar esses questionamentos.

O processo de seleção foi tanto a nível das Nações Unidas, pois se podia encaminhar os projetos desse lado, quanto também nas comissões nacionais. Certamente, como foi lembrado, das vinte e cinco selecionadas no País, parece que cinco de Fortaleza têm sido selecionadas como boas práticas brasileiras, insistindo que para nós, trabalhando desde 1988 com prefeituras, estados , comunidades, os partidos mais variados, como PMDB – , PSDB, PDT e PT, essa seleção reflete também essa possibilidade de se trabalhar de forma mais técnica e mais profissional do que simplesmente em relação a um partido x ou y. Há o nosso próprio testemunho de que foi realmente possível atingir esse ponto.

O projeto que foi premiado é um projeto que tem quatro práticas diferenciadas. Primeiro, o projeto chamado Mutirão Cinqüenta, um projeto de microurbanização feito com a Prefeitura de Fortaleza que passou por várias administrações e que continua o seu ritmo, sendo um projeto experimental. O Patrick vai apresentar. Logo após 1991, expandiu-se na região metropolitana e resultou no Programa Comunidades, muito mais ambicioso, muito mais integrado, que recebeu, ano passado, o Habitat Crolofona(?), que é o prêmio mundial a nível das Nações Unidas, e também foi premiado recentemente pelo Programa de Gestão Urbana do Banco Mundial, do PNUD e da GTZ. Vai ser apresentado também nesse contexto em Istambul.

O terceiro foi o Conselho de Integração, um instrumento jurídico-legal original no Brasil, que permite institucionalizar a parceria, dar poder a cada um para administrar volumes de recursos relativamente importantes e permitir processos descentralizados de produção de moradia de baixo custo e de geração de renda, ao mesmo tempo.

O quarto é um programa muito mais na área financeira, chamado Casa Melhor, com a Prefeitura de Fortaleza, que permite emprestar recursos para melhorias habitacionais, tratando-se de microempréstimos. Isso é na tradição do que acontece na Ásia, onde trabalhamos bastante, como na Tailândia, e que foi tão bem destacado.

O quinto projeto que havia sido selecionado no Brasil e que não fez parte desses quatro é a Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular, que é uma escola animada por uma ONG, no Ceará, na periferia, com assessoria das universidades locais, que permitiu capacitar até hoje 93 lideranças comunitárias, que têm capacidade para negociar, executar, numa forma inovadora. Esse foi mencionado dentro do prêmio. Lembrando o relatório técnico, são

cinco as razões principais do prêmio, que explicitam que eles consideram que atravessam os quatros projetos.

A primeira é de ter apostado no desenvolvimento comunitário, considerando os projetos não só de construção de moradia e de emprego, mas também de aumentar a capacidade das comunidades e dos mais pobres, os excluídos.

A segunda, como bem lembrou o Sr. Presidente, é de ter conseguido montar para todos os seus projetos parcerias entre governos, considerando todos os níveis dos governos, técnicos envolvidos nos vários níveis e também a sociedade civil.

O terceiro motivo foi a institucionalização da democracia e de instrumentos de democratização. Isso foi importante, pois foi praticamente o único momento dos doze premiados onde essa questão da democracia, da institucionalização, foi de destaque. Entendemos que é extremamente interessante, em nível nacional.

A quarta razão foi que esses vários projetos não tinham uma visão estreita da questão do hábitat; eles tratam desde a casa, em si, como também da geração de emprego, da produção de espaço de lazer, da questão da infra-estrutura, do tratamento da água, numa perspectiva que chamam de holística, considerando também o desenvolvimento das pessoas dentro desses processos.

O quinto motivo foi o de considerar que esses projetos, pela simplicidade que têm – realmente são simples e nada complexos -, não são nossos, mas reflexo de um trabalho de parceria, onde vamos somando, tanto nos níveis internacional e nacional quanto, extremamente, no local, esse "saber fazer" que existe no País.

Esse foi sempre e continua sendo o ponto de partida, considerando que nos laboratórios brasileiros o saber científico é extremamente desenvolvido e que, provavelmente, o que faltava, talvez, era facilitar que isso fosse utilizado na favela ou na periferia. Não é nada, tão pouco que foi muito importado, foi muito mais aproveitar o saber para mutirões que existem no Ceará, em Fortaleza – o Estado tem quinze mil moradias em mutirão. Havia todo um "saber fazer" de organização, de experiência, de ONGs, de universidades.

Em resumo, a intenção central era e continua sendo a de montar um sistema de produção e de gestão social da cidade, no qual os moradores são partícipes, são atores, junto com os outros parceiros, considerando que esse é um caminho para um desenvolvimento econômico dos excluídos do desenvolvimento, daqueles que têm fome todos os dias. Nesta perspectiva foi trabalhada uma série de inovações a todos os níveis dos insumos que produzem moradia: institucional, inclusive já mencionei alguns e depois vamos retomá-los; tecnológicos: estamos com dez sistemas construtivos desenvolvidos – terra, solo, cimento, taipa melhorada, sistema de placa-cerâmica, que permite agilizar os processos, enfim, uma certa experimentação tecnológica; no setor de tratamento de água e esgoto, estação de tratamento realmente de baixo custo, houve uma otimização de soluções já existentes no Brasil, não teve nada novo, resultando, a rede e estação, em um baixo custo de R$250,00 por família. Simplesmente otimizar os processos de licitação e de controle.

O SR. *(Não Identificado)* – Duzentos e cinqüenta reais por família?

O SR. YVES CABANNES – Sim. Esse valor refere-se ao saneamento, à parte sanitária, incluindo uma estação de tratamento: decanto de gestor, filtro anaeróbico e sistema semicondominial. Inovações no setor financeiro, provavelmente o menos experimentado no Brasil; inovações econômicas, em termos de todo um sistema de crédito e construção de microdistritos industriais.

Deixaria a apresentação dos quatro projetos a cargo do meu colega e amigo Patrick Bodart.

Para finalizar, creio que o prêmio recebido deveria ser compartilhado, já que é de todos os que estão em Fortaleza na perspectiva de terem seus projetos. Portanto, será recebido por aqueles que, junto conosco, no dia-a-dia, estão desenvolvendo este projeto.

O prêmio será entregue pelo Secretário das Nações Unidas, Boutros Boutros Ghali, no dia 4, numa cerimônia formal, frente aos 188 governos que estarão presentes homenageando esse programa **Habitat– 2**.

Passo a palavra para o Patrick Bodart, que fará a apresentação das quatro práticas que compõem este programa.

Obrigado.

O SR. PATRICK BODART – A nível da região metropolitana de Fortaleza, estamos trabalhando, incluindo os quatro pontos que o Yves Cabannes apresentou rapidamente, em 41 bairros da cidade, que conta com uma população de, mais ou menos, 2,5 milhões de habitantes, e, na região metropolitana, com quatro municípios. Estamos trabalhando desde o centro, abrangendo até setenta quilômetros para frente. Isso incluindo todas as práticas que foram treinadas para Istambul.

Vamos falar um pouco da cronologia do nascimento desses projetos no Ceará. Primeiramente, falarei de um primeiro projeto chamado Mutirão Cinqüenta, que foi assim chamado por ser composto de 50 casas em um bairro que, na verdade, era uma (?) de lixo. Com a parceria da Prefeitura Municipal de Fortaleza e da Associação dos Moradores do Bairro trabalhou-se a partir de 1988. São 50 casas, como se vê, em um local difícil de se trabalhar, porque havia muito lixo. Nessa área o serviço de terraplanagem foi muito importante. Esse trabalho foi feito no sistema de mutirão com as 50 famílias pertencentes a um conselho popular do bairro.

Temos aqui um pequeno terreno de quase 1,5 hectare, onde temos 50 casas. A idéia inicial não foi a de construir apenas casas, mas também equipamentos públicos, como um galpão produtivo. Uma das inovações desse projeto foi a produção dos materiais que iriam ser utilizados na construção dessas casas. A nível de metodologia, iniciamos pela construção do galpão produtivo, onde as famílias fabricariam tijolos, pias, lavanderias e alguns elementos da construção da casa. Isso permitiu capacitar as pessoas e, ao mesmo tempo, baratear os custos da construção da casa.

Outro fator importante é a creche. Sabemos que nesses bairros uma das grandes dificuldades que encontramos é a falta de pessoas para cuidarem de seus filhos. Tendo em vista esse fato, construímos uma creche para 60 crianças. Temos aqui também uma praça, que permite a ligação com bairros já existentes, e um centro comercial, com onze lojas, que podem ser alugadas aos comerciantes do bairro – essas lojas são de propriedade da Associação -, gerando uma certa renda para a mesma. Este projeto, desenvolvido a partir de 1988, ainda está em processo de fortalecimento.

A Associação, no ano passado, depois de ter passado por todo esse processo, que terminou mais ou menos em 1991/92, negociou com a Prefeitura de Fortaleza e com o GRET o apoio para passar de um pequeno galpão de produção, utilizado para a fabricação dos primeiros materiais, para um microdistrito industrial. Hoje, contamos com 13 oficinas que, a nível do bairro, levando-se em conta todas as etapas do projeto, além das 50 casas, geram ainda mais cem empregos permanentes.

Este Projeto Mutirão 50 interessou bastante o Governo do Estado do Ceará, pois, em 1991, o Governo quis reproduzi-lo em vários outros bairros da cidade de Fortaleza, sobretudo na região metropolitana. Isso permitiu iniciar um programa comunidade, mais amplo, que tem como meta a construção de mil casas e a geração de 500 empregos, sempre com essa mesma filosofia.

Então, o primeiro Projeto é o Mutirão Cinqüenta, que acabo de apresentar, que foi uma institucionalização e ampliação do Programa Comunidade; depois, outros bairros da região metropolitana participaram desse programa.

Temos também, por exemplo, outros projetos que contam com os mesmos elementos. Temos aqui a construção de 150 casas, a parte produtiva, como o galpão e o microdistrito, e também uma parte de lojas comerciais, salão comunitário, uma creche e uma escola. Todos esses elementos fazem parte do que chamamos microurbanização integrada. Com essa perspectiva criamos "pedaços" de cidade, ou seja, todos os elementos que compõem uma cidade.

Esse Programa Comunidade está, basicamente, organizado em três componentes: a parte de habitação, com tudo o que envolve a urbanização, infra-estrutura do terreno e construção das casas, incluindo algumas tecnologias novas que vou rapidamente apresentar. O segundo componente diz respeito a toda geração de empregos e renda, trabalhando com esses 500 empregos. E um terceiro componente que é toda a parte de capacitação.

Rapidamente, vou mostrar um exemplo a nível das casas. Procuramos trabalhar a nível dos materiais que geralmente são utilizados para construir as casas, mas sempre tentando melhorar e adequar à situação dos mutirões. Temos, portanto, um sistema construtivo que é uma placa feita de tijolos. A maioria das pessoas que trabalha é composta de mulheres, o que permite uma maior valorização das mulheres, já que estão sempre mais disponíveis.

Logo depois da confecção dessas placas, temos a produção das casas, a começar das paredes. Apenas para visualizar como elas ficam, temos aqui essas figuras de duas casas geminadas feitas com placas, cada uma com 32 m•, a um custo de R$1.500,00 a R$1.700,00 hoje, o que dá um valor de R$50,00 o metro quadrado. Isso tudo a nível de materiais de construção. Isso é, portanto, o trabalho da equipe que chamamos de "habitação", ou seja, componente mais habitação.

O segundo aspecto é a parte de geração de emprego e renda. Como ocorre? Esse trabalho envolve vários aspectos, pois em função de cada bairro onde está sendo desenvolvido o programa, há uma especificidade. Aqui, temos uma equipe que trabalha mais a parte mecânica, envolvendo a prensa para fazer tijolos crus, havendo, pois, uma economia na

fabricação do tijolo, que não tem que ser queimado, e também uma economia das matérias-primas a nível ambiental, o que é bastante importante e bem adequado às pequenas comunidades, pois há alguns equipamentos que são fabricados com esses tijolos.

Há também outros aspectos da parte mecânica. Aqui temos as grades, toda a parte de pré-moldados, que são elementos que podem ajudar, tais como; os equipamentos do banheiro e a parte de madeira, com portas e janelas. Vê-se que isso é uma possibilidade de gerar emprego, mas também de aprender um ofício, um trabalho que permite com que, no futuro, possam entrar nessas estruturas ou nessas pequenas oficinas, das quais já falei, ou, ainda, em outros empregos a nível do mercado local. Esse é o segundo componente.

Temos o terceiro componente que é a parte de capacitação. A capacitação se dá tanto a nível das comunidades como a nível dos técnicos. Vemos um grande interesse desses espaços de capacitação, como espaços que favoreciam a parceria, juntando os técnicos, as famílias e os responsáveis políticos, para que, juntos, possam aprender a definir as modalidades de trabalho e, a partir disso, favorecer as relações institucionais.

Esse é o grande Projeto Comunidades. Eu gostaria de passar rapidamente para o terceiro projeto que foi premiado, que é o Conselho de Integração. Ele é um sistema de gestão democrática desse tipo de projeto, o qual é chamado de Conselho de Integração e que envolve todos os parceiros. Não vamos entrar em todos os detalhes, só no organograma do Programa Comunidades, que mostra que a montagem é bastante complexa e envolve muitos parceiros: Estado, prefeituras, entidades comunitárias, universidades, escolas técnicas. Basicamente, são os principais parceiros.

O Conselho de Integração é um espaço no qual se reúnem, mensalmente, um representante de cada parceiro e onde são tomadas as decisões sobre o problema. Decisões sobre o financiamento, tecnologia que vai ser utilizada, o início das construções e os problemas fundiários. Faz dois anos que esse Conselho existe. Foi criado por decreto governamental, sendo destacado, a nível das Nações Unidas, como um novo instrumento de gestão de projetos-base.

Esses são, basicamente, os três projetos.

O SR. YVES CABANNES – Esses três projetos tinham como ponto de partida a busca de soluções para sanar as questões abaixo de um salário e meio. Quem trabalha em habitação sabe que encontrar soluções de baixo custo e trabalhar com pessoas que não sabem ler ou escrever e que estão todas abaixo do nível da **poverty line**, não da cesta básica, é um grande desafio.

O próximo projeto tentou encontrar soluções para as famílias que também estão fora do mercado formal do crédito, que é de 1.5 até 3 salários, não só através desses mutirões. Aí que nasceu a casa melhor. Como foi mencionado, muitas famílias que estão em favelas não têm necessariamente uma renda zero. Algumas delas têm recursos, mas não têm esse mecanismo financeiro.

Assim, com a reflexão com o poder público e com as entidades em paralelo, chegamos a dizer que se é para entrar, temos que trabalhar com o poder municipal, pois as prefeituras não têm muito às vezes, mas têm um pouco. Portanto, por que não montar um fundo municipal no qual teriam três partes? Chamamos a isso de 1 1 1.

O primeiro um é a poupança. Quando começamos num Brasil com inflação alta, o costume de poupar no meio popular era muito desafiante, mas conseguimos. Portanto, temos uma poupança dessas pessoas, mas nunca controlamos se estão realmente abaixo de 1.5, mas sabemos que não são ricos.

O segundo um é o subsídio. E o terceiro um é o crédito em 10 ou 12 meses equivalente. Estou falando de R$150,00 para cada um desses três. No total seriam R$150,00 de crédito, R$150,00 de poupança e R$150,00 de subsídio, ou seja, R$450,00. Estamos falando de somas muito baixas, muito limitadas. Com R$450,00 e com essa experiência de saber construir a R$50,00 o metro quadrado, estamos em posição de colocar um quarto a mais, de instalar um banheiro nessas zonas de cólera que existem, por exemplo, em Fortaleza, e de fazer um muro que permita à família estar mais segura em alguns dos bairros mais difíceis.

Começamos com seis áreas na Prefeitura de Fortaleza. Hoje, estamos trabalhando em mais de 40 bairros. Começamos em uma perspectiva em que o bancário não tem que esperar que as pessoas venham a ele, pelo contrário. Assim, trabalhamos com o serviço social, explicando que a solução da habitação começa pelas próprias pessoas que procuram encontrar soluções. Hoje, há pouco mais de um ano, são mais de duas mil famílias que estão no processo, são 90 entidades e temos um conselho de administração que está administrando com um representante da prefeitura, um dos eleitos da comunida-

de e nós. E assim, estamos examinando esses elementos.

Com relação aos resultados financeiros, temos uma inadimplência abaixo de 5%, o que é um milagre, mas é sinal que está funcionando. Agora, por pressão das entidades e por compreensão nossa, aumentamos e passamos para o que chamamos 1 2 3: um de poupança, dois de subsídio e três de crédito, totalizando R$600. Isso porque aumentou o preço do material de construção.

A pessoa pode entrar no próximo ano e melhorar a sua casa; baixa-se o subsídio e, em três anos, ela tem condições de fazer uma casa digna, de 32 m•, famílias que estão fora de qualquer mercado financeiro.

Antes de Bruxelas, já estava na África do Sul, onde havia uma relação desde o novo governo, e, provavelmente, vai ser implantado lá e também na Tailândia.

Com isso, gostaria de concluir, dizendo que essas experiências ainda estão longe de serem políticas públicas. E não podíamos fazer mais do que se podia fazer – experimentar, checar, com certa seriedade, para poder depois ver se algo disso pode servir como fonte de inspiração.

Os resultados: mutirão – R$50,00 o metro quadrado; os créditos – R$300,00 por família, que não é muito, e estamos ampliando no Estado do Ceará, com as prefeituras; empréstimos para gerar renda – estão na faixa de R$300,00 por emprego produtivo. Isso gera renda. Na Jurema, por exemplo, que é um bolsão de miséria, hoje as pessoas estão produzindo – mais de 100 estão lá – com um crédito de R$300,00. É possível encontrar soluções de baixo custo; hoje no País existem soluções, existe metodologia.

As infra-estruturas, incluindo tudo, desde os estudos até o arruamento, saneamento, terraplenagem em lugares difíceis, estão num nível de R$1.500,00 a R$1.700,00 por família, com lotes de 120 m• a 160 m•. No Ceará, já se vê (?) quando se anda setenta quilômetros.

O lote varia. No centro de Fortaleza estaria em 110 m•, conforme o último projeto, que não foi apresentado e que não foi o premiado. Isso é só o premiado, mas há depois outras coisas. Em Eusébio* e Amanari*, longe da cidade, o lote é de 160 m•.

Gostaríamos de dizer que uma das chaves dessa produção de pedaços de cidade foi não se ter limitado a fazer, primeiro, a capacitação: as pessoas constroem a casa e depois entram no mercado de trabalho.

Hoje, os microdistritos industriais constituem um investimento de R$30.000,00 a R$50.000,00, o qual permite dar espaço para uns 100 empregos, mais ou menos. Isso agora foi retomado pelo Banco Interamericano, que está financiando esses elementos.

Não gostaria de terminar sem agradecer não só a todos os parceiros brasileiros que fizeram esse projeto, mas também ao apoio da União Européia, do governo francês, de várias entidades internacionais que participaram e que apoiaram, demonstrando que um novo eixo de cooperação urbana, já que se fala do hábitat, que são novos espaços de cooperação, pode dar soluções extremamente inovadoras.

O apoio do Parlamento europeu, hoje, sobre esse tipo de mecanismo vai bem além de simples projetos. É um novo espaço de cooperação, um novo espaço de solidariedade internacional, que nasce a partir do desenvolvimento dos projetos urbanos.

Obrigado, e desculpem-me por qualquer falta de informação.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Agradeço a participação do Dr. Yves Cabannes e do Dr. Patrick Bodart.

Vamos, agora, aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Casildo Maldaner, como Relator.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres Colegas, prezados participantes pelo Projeto Cingapura, Dr. Lair Kreinbuh e também os Drs. Patrick Bodart e Yves Cabannes, são duas vertentes muito interessantes: quando ouvimos falar sobre o Projeto Cingapura, isso nos empolga na verdade, por exemplo quando vemos uma favela e, no meio dela, nascendo uma solução; e esta aqui é a fotografia; vejo nesse projeto também de Fortaleza, no Ceará, uma outra vertente, que procura atender mais ao sentido da construção de casas, procurando também uma profissionalização.

Uma vertente forte em São Paulo, com Paulo Maluf, a vertente forte do Ceará, com o Governo que aí está, faltava ainda a vertente de Jaime Lerner, que é muito dedicado nessa área. E nós, eu diria, onde estaríamos aí para criarmos um elo de ligação nesse meio termo, retirando do conjunto de tudo isso o melhor para o Brasil, o melhor para um projeto brasileiro de habitação? Penso que tudo isso é fundamental, sem dúvida alguma.

Eu perguntaria ao Dr. Lair Kreinbuh: nesse projeto extraordinário aqui em São Paulo, criam-se as

soluções no meio das favelas, o que julgo fantástico! No entanto, vi no projeto do Ceará, em Fortaleza, que há também a creche, o emprego talvez ali próximo, enfim, procura-se a solução. Só fiquei um pouco na dúvida sobre os custos em Fortaleza por família, por pessoa, qual o prazo para se pagar.

Quanto ao Projeto Cingapura, em São Paulo, há habitação na favela, e seria bom se pudessem, rapidamente, falar sobre a parte social.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Dr. Lair Kreinbuh.

O SR. LAIR KREINBUH – Infelizmente, em função do equipamento, não pude demonstrar para V. Exªs, mas tenho toda a questão da comunicação social ao favelado e os cursos e treinamentos que ele recebe.

Quanto à comunicação, antes de se definir e de se desenvolver o projeto, temos todos esses relatórios que estão aqui e que vou submeter a V. Exªs, com toda uma linguagem própria para o favelado.

Obrigatoriamente, toda construtora cuja mão-de-obra não-especializada representa 20% das contratações é obrigada ou induzida, vamos dizer assim, a contratar a mão-de-obra não-especializada no próprio local. Então, nessa hora já se resgata imediatamente a condição de emprego, que é uma questão fundamental no Projeto.

Para se ter uma idéia, isso representa, no Projeto Cingapura, 36 mil pessoas empregadas hoje. De vez em quando se discute, fala-se muito em desemprego, mas medidas concretas não existem. Pessoas com carteira assinada, que se estão profissionalizando dentro do Projeto, com grande vantagem, porque já moram no local, não há problemas de transporte, estão próximos da família e integram – essa é efetivamente uma integração importante do Projeto – osmose do Projeto Ceará, que louvo, julgo importante; mas eu queria fazer uma observação que considero fundamental: o Brasil tem pressa.

O Brasil cresce à razão de 500 mil novas habitações por ano, só em função do crescimento demográfico. Isso representa uma casa por minuto. Então, precisamos ter profissionalismo, precisamos ter escala, precisamos ter financiamento, precisamos ter produtividade nesse processo.

Julgo muito valiosa a experiência individual, louvo a experiência feita em Fortaleza, mas pontualmente, isto é, não se pode esperar seis, sete ou oito anos para se desenvolver um bairro com 50, 100, 200 ou 300 casas. Precisamos trabalhar nessa escala, porque com ela minimizam-se problemas de saúde nesse processo.

Voltando à questão da parceria, que foi muito dita: se a tônica do projeto foi a parceria, querem maior parceria do que a integração efetiva dos diversos fatores da indústria da construção civil no processo? Tem-se que privilegiar a excelência da engenharia. Não existe lugar nenhum do mundo que financie, que execute obras individuais, apesar de que mais de 50% das construções e de melhorias habitacionais são por autoconstrução; 70% do cimento que gira no Brasil é pelo consumo formiguinha, não é Poder Público, até por incompetência do Poder Público, incompetência do Governo e a falta de estímulo para a iniciativa privada entrar nesse processo. Hoje, está alijada desse processo.

Entendo que a questão social, a questão da cidadania está refletida em todo o material didático. Tenho quatorze equipes de técnicos sociais: uma equipe tem psicólogos, faz o acompanhamento das famílias, todas elas; há o Proger, que é o Programa de Geração da Empresa, da FAO, mecanismo internacional, que ajuda as pessoas a encontrarem emprego; temos profissionalização de menores; dezessete equipes de atendimento esportivo – às vezes consegue-se, por meio do esporte, educar a criança – o adulto não é sempre alfabetizado, mas a criança leva para a casa as instruções básicas para viver em condomínio.

Tenho desenvolvido sobre esse aspecto e até gostaria de convidar V. Exªs para que verificassem esse trabalho **in loco**. Não estamos apenas no nível do discurso; estamos muito adiantado nesse processo. E o nível de melhoria dessas condições passa, obrigatoriamente, para essas pessoas, através desse trabalho social. São dezessete equipes, cada uma contém dois técnicos sociais, um psicólogo e um técnico em engenharia para mostrar como é viver em condomínio. Considero esse trabalho muito forte, predominante.

Eu queria dizer a V. Exªs que O Brasil tem pressa. Não podemos imaginar; seria uma ingenuidade política, uma ingenuidade técnica, uma ingenuidade da nossa inteligência. Não é possível imaginar-se uma parceria para construção de navios, para melhorar a indústria de computadores. Cada um tem o seu papel, quer dizer, a comunidade tem que ser ouvida por intermédio de V. Exªs que são representantes da sociedade. A comunidade tem que ser ouvida em relação à definição do produto e daí para frente será profissionalismo, senão não vamos conseguir acompanhar os outros países; vamos ficar anos luz atrasados.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Gostaria de dar seqüência. Todos os inscritos terão a oportunidade de questionar.

O SR. CASILDO MALDANER – Antes do Dr. Lair, só quero deixar uma sugestão, Sr. Presidente, até porque V. Exª tem reiterado que esta Comissão não deve se esgotar agora no **Habitat-2**, em Istambul; há de ter uma seqüência. Tendo em vista um pouco dos métodos de atuação dos dois projetos, a sugestão seria no sentido de que um dia pudéssemos visitar os dois projetos **in loco**. Penso que seria fundamental irmos até o Cingapura e até Fortaleza, para sentirmos o efeito, porque a exposição do Sr. José, aqui, foi, pelo menos para mim, gratificante. É extraordinário isso. Agora, seria bom verificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Não tenho dúvida de que se trata de dois projetos diferentes, com conteúdos e objetivos diferentes, mas cada um no seu nível. Possivelmente, após a reunião da Turquia, poderemos negociar isso perfeitamente.

Lembro também que já foi ajustado que esta Comissão deverá ser prorrogada até o final do ano, para depois dos compromissos assumidos pelo Brasil. Lembro sempre que o Brasil assumirá compromissos em nível mundial sobre a problemática urbana, habitacional, enfim, o problema da urbanização de um modo geral. O Governo deverá internalizar esses princípios e compromissos. Já há um compromisso do Ministério do Planejamento de agilizar a política de desenvolvimento urbano brasileiro. Esta Comissão vai continuar seus trabalhos em termos operacionais até o fim do ano, para discutir os resultados de todo esse grande encontro mundial, que é o maior encontro que as Nações Unidas terão no final desse século. A partir daí, penso que só para o ano 2001.

V. Sª deseja falar algo mais?

O SR. LAIR KREINBUH – É só para complementar. Perdoem-me, mas acabei me empolgando com a produção da construção nesse processo. Todavia, todo o Projeto Cingapura ou ele executa creches e escolas ou ele potencializa as existentes.

São Paulo tem uma característica muito interessante. Não posso, efetivamente, a cada novo projeto de duzentos, trezentos apartamentos começar a construir creches e equipamentos. Vale dizer, eles são todos agregados à escola e à rede pública e é potencializado, por exemplo, se no vizinho há um área, inclusive ao Governo do Estado, inclusive ao Governo do Estado, cedemos ao Governo do Estado equipamento para ampliar a creche, que era estadual, para podermos privilegiar as famílias que estavam no Cingapura. Então, a filosofia não era a produção, o nosso projeto é de urbanização, de infra-estrutura e de melhoria do equipamento público para creches e escolas, não de construção de creche e escola. Essa é uma outra política de outra secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Dr. Lair Kreinbuh e Sr. Patrick Bodart, penso que, quando vemos experiências como essas, começamos a acreditar mais no ser humano e no Brasil. Na verdade o que estamos vendo? São duas experiências diferentes que objetivam o quê? Melhorar a condição do ser humano, quer dizer, uma eleva o ser humano talvez numa produção em escala menor, mas, à proporção de tempo que ela pode expandir-se, há um esforço conjunto no sentido da elevação da qualidade de vida do ser humano.

Tive oportunidade de, por minha conta, estando em São Paulo, como sobrou um tempo, fui ver aquele lá perto do autódromo. Fiquei fascinado com o que vi. O que se está fazendo, a receptividade das pessoas, inclusive estava de paletó e gravata, e vieram me procurar e perguntar quando ia começar a UD. Eles pensaram que eu era da Prefeitura. Mas achei muito interessante que, nos dois projetos, não se tira a pessoa de onde ela está. Ali ela tem o comerciante que vende fiado para ela; tem a comadre que, quando falta arroz, dá um pouco para ela; ela tem numa casa onde a mulher trabalha e tira uma renda complementar. Quer dizer, o fundamental, o bonito desse projeto é isso. Depois, ele vai ter um endereço e a limpeza. Ele começa a ter o imóvel que é dele, bem feito e bem bonito e começa a tomar conta, a melhorar e se torna um ser humano, se elevar, tanto que o Dr. Lair citou aqui que eles já começaram a aumentar a renda só porque mudaram de um barraco para um apartamento.

Agora, a pergunta: quando o mutuário entra para morar, vai pagando, esse recurso dele volta para um fundo para fazer mais moradias e em quantos anos ele termina de pagar?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Dr. Lair Kreinbuh.

O SR. LAIR KREINBUH – Há um aspecto fundiário, que é fundamental. Essas áreas são públicas e há mais de vinte anos não consigo um centavo para habitação de recurso internacional, só se financia saneamento, mas nunca recurso para habitação. E nem nós temos as regras claras do sistema finan-

ceiro, a interferência, a interveniência do Estado, do Governo não dá garantia para o sistema financeiro internacional aplicar esses recursos. Quando criamos o Fundo Municipal da Habitação, que é até uma proposta que está sendo discutida para ser levada para Istambul, a criação de um fundo nacional de habitação, quando fizemos o projeto, tivemos um problema jurídico seriíssimo: as áreas são públicas e têm que ser desafetadas, mas não se pode desafetar para uma demanda cativa de um segmento político ou de outro. Tem que se fazer a desafetação dessas áreas para aqueles moradores da favela. Fazemos a desafetação dessa área a favor da Cohab municipal que, como empresa, pode dar escritura. Então o "pulo do gato", nesse processo em nível jurídico, é este: desafetamos a área a favor da Cohab, e não no conceito individual, de benefício individual, porque aí as demandas políticas podem falar mais alto. Priorizamos aquelas demandas daquelas pessoas que são os moradores.

Agora, esse pagamento que é feito, **a priori**,como permissão de uso por dois ou três anos, em função até de se construir, só se pode desafetar depois do impedimento pronto, não se pode desafetar previamente. Então, quando se desafeta e esse impedimento está pronto, passa para a Cohab e ela, em vinte anos, cobra essa prestação e por treze é proibida a venda. Aquelas famílias que não podem pagar, num primeiro momento, estão sendo monitoradas e subsidiadas pelo Fundo Municipal da Habitação. Diria que essas famílias que não podem pagar hoje são apenas duas, e uma delas por conta da data. Então, na verdade, todos estão podendo pagar,com algum sacrifício ou não, mas estão podendo pagar.

O SR. GERSON CAMATA – Até agora a Prefeitura de São Paulo, de recurso próprio, quanto investiu e quanto entrou de dinheiro do FGTS?

O SR. LAIR KREINBUH – Do FGTS foi aprovado um financiamento recentemente nesse plano Pró-Moradia, que sequer dá para financiar mais do que 20% do Programa Pró-Moradia. Infelizmente, o valor limite desse projeto é de 3 mil e 500 reais por unidade, quando há um custo de R$14 a 15 mil. Mas essa já é uma ajuda que passamos a ter.

O primeiro desembolso ocorrerá no próximo dia 20, e o financiamento destinado a todo o Programa Pró-Moradia será de aproximadamente R$67 milhões. O desembolso será feito durante a execução das obras. A Prefeitura já investiu R$110 milhões de recursos orçamentários.

O SR. GERSON CAMATA – E quanto será investido do FGTS?

O SR. LAIR KREINBUH – Por enquanto, será investido um montante de aproximadamente R$20 milhões no próximo dia 20. Estamos nos antecipando. O critério para a moradia pressupõe que se gaste, para, depois, haver a contrapartida.

O SR. GERSON CAMATA – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Patrick e ao Dr. Yves.

Sem dúvida alguma, a França é um orgulho da civilização latina. Há, por exemplo, o Programa Médico sem fronteiras. A França tem uma grande atuação no mundo subdesenvolvido. Dois jovens franceses vêm para o Brasil e começam a trabalhar na elevação deste País. A própria humanidade se sente engrandecida por isso.

A primeira pergunta não tem nada a ver com o projeto. Por que V. Sªs escolheram o Brasil, mais precisamente Fortaleza? Por que não foram, por exemplo, para Vitória, no Espírito Santo?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Ou para Cuiabá?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Dr. Yves Cabannes.

O SR. YVES CABANNES – Em 1987, comemorou-se o Ano Internacional dos Sem-teto. Por atuação própria, como coordenador da área urbana, eu estava ativo nos setores internacionais. Pudemos verificar que havia dois tipos de cooperação: um com os governos centrais e outro com as ONGs, com a sociedade civil. Uma das grandes conclusões ocorridas nesse Ano Internacional é que se tinha que trabalhar com o Governo municipal e que não haveria desenvolvimento local e nem melhoria da habitação e da renda sem considerarmos essa questão.

Em 1988, fomos convidados a visitar várias cidades. Uma delas foi Fortaleza. Percebemos que essa cidade tinha um potencial de experimentação interessante. Fomos ao Rio de Janeiro, a São Paulo e até a Bolívia, mas apostamos nesse projeto. Havia uma possibilidade de iniciá-lo. Por isso escolhemos Fortaleza: pelo interesse do governo municipal, pela experiência Mutirão. Não pensávamos que a cooperação era unilateral, mas sim bilateral. A experiência realizada no Ceará dos mutirões da habitação era muito avançada.

Hoje, os prefeitos da Europa, da França, também estão visitando Fortaleza e utilizando a experiência que nasceu no Ceará nos bairros pobres, em crise, da velha Europa. Hoje, há cearenses que estão em Dunkerque, montando sistemas similares. Modificou-se a relação entre o Brasil e a Europa.

Pensamos que a imagem do Brasil tem que ser reconstruída, numa nova perspectiva entre a Europa e o Brasil. Foram essas as circunstâncias que nos levaram a centralizar um pouco o projeto.

O SR. GERSON CAMATA – V. Sªs realizam os seus trabalhos em outros países. V. Sªs fazem parte de alguma entidade religiosa? V. Sªs fazem esse trabalho por um ideal? Hoje, é raro alguém sair do seu país para ajudar os outros.

O SR. YVES CABANNES – Sou absolutamente não-religioso, não-partidário, até porque isso seria impossível, já que utilizamos recurso internacional e representamos parcialmente a União Européia, o Governo.

Para se chegar a experimentar e a ter soluções viáveis, a base é o acordo de cooperação. O desafio que nos foi colocado pelo Governo brasileiro, em nível da Agência Brasileira de Cooperação – ABC –, do Poder Público, foi o de dizer se, no Nordeste, pode-se resolver a questão da habitação e do emprego. Essa questão poderá ser resolvida, mas não se construindo casas de 10 mil ou de 15 mil reais. Deve-se adequar a habitação com os recursos disponíveis. O desafio foi encontrar soluções que implicassem num custo monetário de menos de R$2 mil.

O SR. (Não Identificado) – Cada casa será construída por R$1.700,00?

O SR. YVES CABANNES – Serão utilizados recursos da ordem de R$1.500,00 a R$1.700,00.

O SR. (Não Identificado) – Para se construir uma casa de 32 m•?

O SR. YVES CABANNES – Exatamente. Para diferenciar, porque são dois trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA – O objetivo é o mesmo. Ele lida com pessoas que têm uma renda um pouco maior, e o senhor lida com pessoas que não têm renda.

O SR. YVES CABANNES – Em Cingapura, o custo da construção é de R$360,00 por m•. No nosso projeto, o custo é de R$52,00 por m•.

O SR. GERSON CAMATA – Naquele projeto, a construção é vertical.

O SR. YVES CABANNES – Mas fazemos construção vertical também. Mostramos apenas os projetos que foram premiados, mas, em outros projetos, são construídas casas de dois andares.

O SR. GERSON CAMATA – Aquelas mulheres são remuneradas para construírem as casas?

O SR. YVES CABANNES – Elas trabalham 25 horas por semana.

O SR. GERSON CAMATA – Elas trabalham de graça porque as casas são delas.

O SR. YVES CABANNES – Exatamente.

Há dois projetos. Trabalhamos na época do Programa de Ação Imediata – PAI – e percebemos que fazíamos oito casas com o que se gastou para construir uma casa daquele projeto. Se uma casa daquele projeto vale R$14 mil e a nossa R$1.700,00, a relação é de 1 para 7; a nossa casa fica sete vezes mais em conta. Com isso, há uma grande originalidade nesse projeto.

O SR. GERSON CAMATA – A casa é construída no mesmo local em que se encontra o barraco?

O SR. YVES CABANNES – É construída uma casa melhor. Chamamos isso de intensificação das cidades. Isso gera um custo de R$52,00 a R$56,00 por m•.

O SR. CASILDO MALDANER – Há mais tempo?

O SR. YVES CABANNES – Para melhorar um barraco, a partir do momento em que a pessoa recebe o financiamento, leva-se, em média, trinta dias.

O SR. GERSON CAMATA – Ele vai melhorar o barraco dele?

O SR. YVES CABANNES – Isso. Às vezes, a construção é feita de forma muito mais rápida.

Gostaria de destacar que é necessário fazer um programa experimental. É melhor começar de forma pequena do que não executá-lo. Mas, nessa experimentação que a Prefeitura de Fortaleza nos permite realizar, pudemos fazer, no último mês, cento e vinte projetos de casa, construindo as casas em menos de 30 dias a um preço de R$60,00 por metro quadrado.

Mas, são experiências acumuladas com todos os parceiros que se profissionalizaram e sem a ajuda das universidades e dos laboratórios, não teríamos obtido esse resultado. Isso é resultado de um processo de experimentação, a que chamamos de massificação.

O SR. CASILDO MALDANER – V. Sªs pertencem a uma organização do Governo da França?

O SR. YVES CABANNES – Como nos apresentamos. Trabalhamos no Projeto GRET, o qual não tem fins lucrativos. Somos todos profissionais. Antes, eu trabalhava no setor privado. Somos engenheiros, economistas. Não somos do setor dos voluntários. Trabalho para vários Governos, para as Nações Unidas, para a Comunidade Européia. Somos profissionais; é isso que nos caracteriza.

Representamos uma agência de execução para a União Européia, para o Governo. Temos excelentes relações com eles, tanto quanto com o Go-

verno brasileiro. Estamos inseridos dentro do que seria a cooperação técnica nacional. Através da Agência Brasileira de Cooperação e dos acordos entre os países, estamos desenvolvendo essas atividades, sempre ressaltando que de 70% a 90% do investimento é local, vindo, por exemplo, do Governo do Estado do Ceará, das prefeituras, dos profissionais brasileiros. São de cem a cento e cinqüenta pessoas.

O SR. GERSON CAMATA – Vimos que se trata de dois projetos diferentes, ambos extremamente inovadores.

O Dr. Lair fez uma observação que, noutro dia, eu havia feito aqui e que não tem nada a ver com a organização de V. Sªs. Houve uma exceção na regra da escolha. Eu disse que a ONU deve ser do PT. Vou dizer o porquê. Há quatro anos, a UNESCO concedeu um prêmio na área da alfabetização. Quantas prefeituras existem no Brasil hoje?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Cinco mil.

O SR. GERSON CAMATA – Escolheram três prefeituras do PT. Depois, a UNICEF concedeu aquela medalha referente ao menor abandonado às prefeituras, duas eram do PT. Ou o PT sabe fazer **marketing** e os outros não, ou a ONU tem uma certa tendência nas suas escolhas. Tanto que penso em lançar o Deputado José Genoíno a Secretário-Geral no lugar do Boutros Boutros Ghali*; S. Exª ganharia diretamente na eleição.

No Espírito Santo, há um município pequeno que é o único no Brasil em que não existe um analfabeto. Quando alguém vai para aquela cidade, se for analfabeto, tem que freqüentar a escola e, em sessenta dias, tem que aprender a ler. Uma experiência realizada há dez anos continua até hoje, e não há nenhum analfabeto naquele município, mas o mesmo não ganha prêmio de jeito nenhum, porque o PT perde a eleição lá. Isso é interessante. No dia em que eu for à ONU, vou perguntar como são feitas essas escolhas.

Aquela parte da Suíça é interessante. No Espírito Santo, o pessoal do PT passa um telegrama para eles. Eles mandam umas medalhas e uns prêmios bonitos, os quais são utilizados em palanque. Dizem: "A ONU me deu um prêmio". Temos que investigar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a reunião de hoje foi muito proveitosa, bem objetiva e concreta. Pudemos ter pleno conhecimento da gravidade da situação habitacional do País e das fórmulas pelas quais estamos procurando resolvê-la: por meio do Projeto Cingapura e do sistema comunitário do Projeto GRET.

Queria perguntar também ao Dr. Lair se ele tem idéia de quantas pessoas não têm habitação neste País. Os números são diversos. Alguns dizem que são 3 milhões e 300 mil pessoas; outros dizem que são 5 milhões; outros dizem que 30 milhões de famílias não têm moradia. V. Sª tem idéia desse número? Gostaria de saber se esse nível de pobreza que dizem existir no Brasil é uma realidade.

Ao Dr. Yves gostaria de perguntar se esse Projeto GRET poderia ser realizado em outros municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Dr. Lair Kreinbuh e, posteriormente, passarei ao palavra ao Dr. Yves Cabannes.

O SR. LAIR KREINBUH – Um pouco antes de responder ao Senador Júlio Campos, queria deixar claro como se faz conta. Para o preço ser R$50 ou R$300, deve-se considerar quanto custou o terreno, a infra-estrutura, que tempo que levou o Poder Público para gerenciar esse processo, qual o seu custo público, quanto custa o lote. Tudo isso é importante ser avaliado .

O que é o déficit habitacional? Segundo o IBGE, temos, no Brasil, 38,9 milhões de famílias e 26,2 milhões de moradias adequadas. E o que é moradia adequada para o IBGE? Tomei a liberdade de trazer esses dados, porque certas mentiras às vezes viram verdades. Quando se começa a fazer política, V. Exªs sabem melhor do que ninguém, que esses dados se tornam cabalísticos. Fazem-se políticas orçamentárias falsas, porque os dados não estão corretos. Então, moradia adequada é a habitação para uma família, com rede interna de água e esgoto – e não só elementos externos –, e aquela que não é precária nem improvisada.

Quando se identifica esse déficit, está incluído nele a moradia conjunta, para famílias que moram juntas, a moradia precária e a deficiente, ou seja, aquela casa que, embora seja boa, não possui canalização interna de água ou externa de esgoto.

O Brasil tem rede de água, mas não de esgoto. Quando se abre esse déficit de 12,7 milhões significa que metade dele está na zona rural. O que significa isso? Que o problema habitacional não é da zona rural, mas de infra-estrutura da zona rural. Esse déficit cai para a metade logo no primeiro momento. O que representam esses dados do IBGE? Que mais ou menos um terço do número de famílias distribui-se nas regiões metropolitanas. Dos seis milhões, em

números redondos, temos quatro milhões nas capitais e dois milhões na área metropolitana restante, que engloba todas as cidades.

Precisamos começar a repensar no que significa isso. O que serve para uma grande capital é diferente do que serve para as demais cinco mil cidades do País, e a política de infra-estrutura não pode privilegiar os 12,7 milhões. Com isso, imaginamos que 70% desse déficit têm de ser subsidiados por meio da política de juros e financiamento ou de recursos orçamentários.

Esse trabalho muito importante, feito pela FIPE – uma parte foi desenvolvida pelo Professor Eleutério da Silva Prado –, mostra onde está a carência do déficit e para onde o Brasil está crescendo.

Repito: no Brasil, o crescimento de novas habitações é 500 mil por ano, o que é insustentável. Se considerarmos como valor médio algo entre sete e oito mil, e não 15 mil ou dois ou três mil, o Brasil cresce, no mínimo, em nível de investimento, R$3,5 bilhões.

Quanto temos no Fundo de Garantia e quanto tem sido aplicado? Recordo-me de que, no ano passado, aplicaram-se R$500 milhões, ou seja, um sétimo da necessidade, para nem sequer atender o crescimento vegetativo. E quanto à demanda reprimida de seis bilhões de habitações? Lembro que não são seis bilhões de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Yves Cabannes.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Há possibilidade de atender não só o Nordeste, que é sempre privilegiado pelos programas, mas também o Centro-Oeste e a Amazônia, onde também há problemas sociais?

O SR. YVES CABANNES – Primeiramente, hoje, após termos experimentado os vários aspectos, consideramos que as equipes locais são bem capacitadas, tanto as do Poder Público, do Estado, das universidades ou as ONGs. Elas já são um vetor, um potencial bom para se começar a trabalhar não só em Fortaleza.

Cada um dos Srs. Senadores presentes receberá um manual pedagógico, é o material que está disponível, que dá uma visão um pouco mais completa dos dados e da metodologia. Esses manuais foram produzidos pela Prefeitura, por nós e pelo Estado.

A União Européia, que também nos ajudou, está em melhor condição de abrir diálogo. Ligaram-nos para, em função dos interesses marcados em outros lugares, abrirmos um diálogo – que poderia ser feito com a Comissão; não creio que eu esteja avançando demais –, a fim de explorar a possibilidade de mecanismos de reprodução que também teriam de ser feitos em parceria, mas em nível nacional.

Temos uma experiência muito bem-sucedida de transferência, feita com três cidades: Goiânia, Brasília e Maceió.

Inicialmente, Goiânia se interessou pelo sistema. Foi transferida a experiência, e já existem 55 unidades construídas, nas quais há famílias morando com um custo – as casas são maiores – de R$ 2 mil a unidade.

Então, já experimentamos esse mecanismo, para poder abrir um diálogo maior, e o fato de estarmos aqui é uma amostra dessa abertura que hoje está existindo.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Antes de passar a palavra ao Senador Romero Jucá, quero lembrar que encaminhamos a V. Exªs o documento que o Governo brasileiro formalmente enviou às Nações Unidas, que diz respeito à primeira obrigação de cada país, ou seja, o diagnóstico da realidade social, econômica e urbana do País, e o terceiro documento, referente às cooperações internacionais. Lembro que o segundo documento, que trata do Plano de Ação Global, será discutido na próxima semana.

Passo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, é com satisfação que reencontro o Dr. Lair, velho companheiro de luta nessa área habitacional, e participo deste debate sobre tema extremamente importante para o País.

Após ouvir as explanações do Grupo de Fortaleza e do Dr. Lair, remonto-me a 1978, em Pernambuco, época em que dirigi a Cohab e cuidei da área das favelas do Governo de Pernambuco. O Governador era Marco Maciel, e o Prefeito, Gustavo Krause.

Criamos a primeira área de recuperação de favelas do País. O primeiro Promorar, financiado pelo BNH, foi feito em Recife, Pernambuco, na vila Redenção, uma área denominada Favela Redenção; depois, foi feito outro na favela Bola na Rede, em 1978, uma invasão ocorrida durante a Copa do Mundo.

Na verdade, toda essa questão apresentada pelo grupo de Fortaleza não trouxe novidades para mim. Gostaria de registrar que infelizmente o Brasil perdeu essa memória com a passagem do BNH para a Caixa Econômica, com a burocratização do

programa de construção de habitações e com o redirecionamento dos recursos do FGTS.

Esse programa de recuperação de favelas perdeu a importância no País e foi colocado à margem. Começou-se a construir conjuntos, e a política habitacional praticada em 1982 ou 1983 transformou-se numa política habitacional de empreiteiras. O modelo era aprovar conjuntos da Cohab, porque as empreiteiras pressionavam o sistema de financiamento. Na verdade, esse programa se desvirtuou.

Penso que o importante – já disse isso à Maria Emília e ao Ortega – seria recobrar a história e a experiência de recuperação de favelas no Brasil. Tudo que foi dito aqui fizemos em Pernambuco. E mais: trabalhamos com 50 mil famílias de favelados de Pernambuco. Aprendi algo fundamental: o trabalho de comunidade e de propriedade.

Se a família se tornar dona de um terreno, poderá até não receber o financiamento para construir a casa. Feito o arruamento, ele, proprietário, com um pouco de infra-estrutura, irá melhorar sua casa. Provamos isso. Trabalhamos com moradores de favelas aos quais dávamos o recurso para melhorar a casa e concedíamos o título; trabalhamos com moradores de favelas aos quais melhorávamos a estrutura e dávamos só o título; não dávamos a melhoria da casa. No final, o resultado era praticamente o mesmo. Por quê? Porque a população é tão forte e a propriedade é tão forte que surge uma espécie de "poupança oculta". O camarada arranjava a telha, o tijolo, o cimento e, quando menos se percebia, a pessoa estava fazendo a casa, melhorando-a. Então, essa questão do título é fundamental.

A questão da não-remoção é importante, assim como o tema do trabalho de comunidade é básico. Toda essa tarefa tem que ser um processo. Observo o trabalho dos dois lados: o da Prefeitura e o dos senhores no qual há um cuidado com esse trabalho comunitário. Como disse o Dr. Lair: "Temos que tirar a favela de dentro do camarada". É preciso mostrar que ele pode melhorar de vida porque, do contrário, ele irá vendê-la. Se não tirarmos a favela, nesse processo de transferência, de dentro do cidadão ou da família, dentro em pouco, a pessoa irá vender a propriedade para tomar cachaça, para fazê-la de novo, para invadir, porque, na verdade, ele é um favelado de espírito. Essa é uma questão muito séria.

Vejo, com muita satisfação, que os dois programas atingem essa área. E são programas diferentes. O projeto do Ceará tem que ser aplicado às pequenas comunidades. Se os senhores começarem a fazer esse trabalho com comunidades com mais de trezentas famílias, será uma tarefa difícil. Por exemplo, nas favelas do Rio de Janeiro ou nas do Recife, como a do Ponto do Maduro, onde habitam dez mil famílias, esse processo será mais complicado, porém, válido. Esse programa tem um bom **marketing** – os senhores estão certos – e isso faz parte desse jogo.

Há outras experiências semelhantes a essas. As que foram aqui apresentadas foram selecionadas pelas relações que os senhores possuem, mas isso não tira o mérito do trabalho. Pelos números que os senhores forneceram – duas mil famílias beneficiadas em oito anos –, considero esse um processo artesanal. Daí a grande diferença com o processo da Prefeitura de São Paulo. Tem-se um processo industrial para a solução do problema, em que se trata quinze, vinte, trinta mil, mesmo assim, como disse o Dr. Lair, é preciso correr atrás do prejuízo que, na verdade, é o crescimento do déficit; e tem-se um processo artesanal, que gera experiências.

Aqui, observo a vantagem do trabalho dos senhores: a geração de subsídios é fundamental para instrumentalizar o trabalho comunitário, feito no trabalho industrial. Aí existiriam equipes que poderiam se complementar ao nível do trabalho de comunidade, seria um casamento perfeito. A solução é industrial. Não adianta querer resolver o problema de duas mil famílias, em oito anos, porque na área metropolitana de Fortaleza não conheço nenhum dado concreto sobre isso. O problema se agudizou cem vezes mais do que a questão das duas mil famílias que passaram a ter moradia. Por quê? Porque temos o problema de invasão urbana; da depreciação da condição de infra-estrutura urbana e uma série de outras dificuldades.

O projeto está sendo bem conduzido, e essa questão de agregar a renda é fundamental. No caso de São Paulo e das grandes cidades, a questão da renda é um quadro à parte. Vimos que a condição de espírito do cidadão melhora quando ele passa a morar melhor porque ele fica com mais condições de buscar trabalho, de produzir, e irá se transformando de dentro para fora. A casa, a posse, a propriedade dá a condição de o cidadão se transformar de dentro para fora. Na verdade, a família será muito mais estruturada do que seria se estivesse morando na favela.

Lamento que o Projeto Cingapura não esteja participando dessa exposição porque, como disse, as duas questões são importantes. Não tenho perguntas a fazer porque convivi muito com essas

questões. Espero que a sugestão do Senador Gerson Camata seja levada em conta pela Comissão.

Passado este encontro, temos de trazer até aqui a Caixa Econômica, temos de resgatar essa questão de recuperação de favelas, de visitar os Projetos do Ceará e o Cingapura e procurar – até modificando a legislação, como foi dito – dar uma contribuição para que esses projetos possam ser implementados de forma mais forte e espero que a titulação da terra, a questão da propriedade da terra seja um tema fundamental neste País.

São essas as observações que desejava fazer.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Lembro a V. Exª que já estão selecionados, além desses dois projetos, outros que foram sugeridos como experiências inovadoras. Isso acontecerá logo depois da conclusão da reunião da Turquia, daí porque esta Comissão deverá ter continuidade até o final do ano, quando discutirá assuntos importantes como o da política urbana e habitacional no Brasil.

Concedo a palavra ao Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, não cheguei a tempo de ouvir a exposição do Dr. Lair. Mas, há algum tempo, venho acompanhando o seu trabalho e já o conheço há bastante tempo.

Vou fazer alguns enfoques que considero importantes para o debate. São Paulo é um caso excepcional diante do Brasil; São Paulo é considerado um "país amigo". As soluções para São Paulo são bastante diferenciadas daquelas adotadas em capitais menores de nosso País. A conseqüência do inchamento de nossas grandes cidades é muito séria e deve ser analisada sob um ponto de vista global. O motivo fundamental da corrida das pessoas para as cidades é uma política equivocada na área rural.

Hoje, se o Brasil fosse restabelecer a presença desse homem que está nas grandes cidades lá no campo, ou seja, levá-lo de volta para a zona rural, os recursos necessários para isso seriam de tal ordem que inviabilizaria a análise. Essa política equivocada na área rural permanece no País, e as cidades continuam a crescer de forma totalmente desordenada.

Por se tratar de São Paulo, Dr. Lair aponta como solução a construção vertical, o que naturalmente encarece muito a obra. Nas capitais menores, não precisaria recorrer à construção vertical, porque não têm nenhum problema de área; pelo contrário.

Gostaria que Dr. Lair me informasse quanto custaria a construção horizontal. Não sei se o Projeto Cingapura tem experiência também em construção horizontal. Hoje no País, segundo dados do IBGE, há um déficit habitacional de mais ou menos 12 milhões. Mas, esse déficit cai para 6 milhões se computarmos apenas as zonas urbanas. Se computarmos apenas as favelas diminui mais ainda.

Em nosso Estado, Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, foi realizada uma experiência para ajudar a resolver o problema dos favelados. Conseguiu-se fazer uma casa de tijolo de 28 a 30 metros de área sem forro, coberta de telha de barro, ao custo de US$2 mil, sem computar investimento com as redes de energia elétrica e de água. Não foi realizada pavimentação asfáltica. Não foram feitas redes de esgotos, mas fossas. O problema mais cruel de quem vive nas favelas é o das condições sanitárias.

Esse tipo de trabalho foi feito tirando as pessoas de regiões insalubres e levando-as para áreas secas, boas. Se é possível fazer isso com uma construção horizontal, dando apenas o básico da infra-estrutura, uma construção de tijolo com esquadrias metálicas na faixa de US$2 mil haveria condições de analisarmos assim: o País tem um déficit de habitacional e pessoas vivem em condições subumanas de seis milhões de unidades. Se contamos que, no nosso caso, foi possível resolver com US$ mil, isso seria viável a nível de Brasil? Se refletirmos um pouco sobre o que ocorre, neste momento, no nosso País, com seis milhões de unidades necessitaríamos de US$12 bilhões, menos de um Banespa. Venho insistindo, há cinco anos, no Senado Federal, que o problema no nosso País não é de dinheiro; é de gerência e de estabelecimento de prioridades.

Na minha avaliação, nada agride mais uma família do que viver em condições subumanas numa favela. Ali, a família aborta todos os seus sonhos, todas as suas aspirações e cria um problema muito grande – a violência –, que hoje lota as prisões. A questão da violência é algo muito sério em nosso País. Menos de um Banespa talvez resolvesse o problema de seis milhões de famílias em nosso País.

Gostaria de ouvir o Dr. Lair, pela sua experiência. Não estou aqui fazendo uma crítica gratuita; estou fazendo um comentário. Devemos refletir sobre o direcionamento dos recursos em nosso País. Gostaria de ouvir o comentário do Dr. Lair, pela sua lucidez, pelo seu conhecimento, pela sua experiência após conviver todo esse período com pessoas que vivem em condições precárias, como mostram as fotos.

Como tem ocorrido a adaptação da saída dessas famílias de favelas para uma casa diferente,

uma casa digna, uma casa bonita, uma casa saudável, vamos dizer assim, como tem sido essa adaptação? Como tem sido a comercialização disso? Porque o que ocorre na zona rural – e a imprensa tem mostrado isso largamente –, é que uma pessoa luta anos e anos de sua vida por um pedaço de terra e, quando o ganha, vende-o no dia seguinte. Como tem ocorrido isso? Em meu Estado as casas foram escrituradas em nome da mulher. Eu não sei como é o caso do projeto.

Gostaria que Dr. Lair fizesse um comentário com a lucidez que lhe é peculiar e que nos empolga e encanta. Também gostaria de cumprimentar e parabenizar S. Sª pelo trabalho que faz na maior cidade de nosso País. Essas tarefa, até há bem pouco tempo, era julgada pela maioria da nação brasileira como impossível. Sempre achei que a tarefa é possível, é gostosa. É um desafio espetacular pegar um projeto para solucionar problemas que a maioria das pessoas considera impossível solucionar e desenvolvê-lo com a lucidez com que V. Sª está fazendo.

Portanto, gostaria de ouvir o comentário do Dr. Lair nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra o Dr. Lair Kreinbuh.

O SR. LAIR KREINBUH – Senador Levy Dias, nós temos sido companheiros na luta para resolver o problema da habitação há alguns anos. Aliás eu queria apenas rememorar um pouco. Só se fez alguma lei voltada à habitação com a nova Lei do Inquilinato, de 1966 para cá. Nada se fez em relação ao parcelamento do solo e incorporações. Não houve nenhum estímulo para a construção civil. Não há vocação para mudar nada na habitação. Esse é um ponto importante.

O Projeto Cingapura envolve, obrigatoriamente, a horizontalização. A densidade das favelas da cidade de São Paulo é de 14m² por unidade, em que mora uma família. A média é de 5,4 pessoas por 14m². Isso representa, para V. Exªs terem uma idéia, a necessidade obrigatória, compulsória, da verticalização. Não existe outra forma, mesmo porque para regularizar os 20% de áreas verdes adicionais futuras e destiná-los à abertura de ruas e acessos... Isso tudo dá, no mínimo, 35%, em função de lei federal que me obriga a verticalizar.

A cota é a seguinte: para um grupo de 200 famílias, considera-se 40m² por família, mesmo verticalizando. Vejam a dificuldade que enfrentamos. O Projeto Cingapura não verticaliza e não prioriza todas as famílias em alguns prédios. Nós remanejamos. Existe uma figura legal, prevista no art. 18 da Lei nº 6.766, que prevê a possibilidade do reloteamento. Assim, as edificações em melhores condições podem ser melhoradas mais ainda. Isso pode valer para outros centros. Essa área pode ser reloteada. Evidentemente, uma casa ou outra deve ser demolida para que possamos fazer os acessos, para entrar uma ambulância. Além disso, temos de observar a largura mínima de ruas e tudo mais.

O Projeto Cingapura não vale apenas para prédios; vale para a horizontalização também. Agora, quando se procura diminuir a densidade das favelas, somos muito criticados. Ferguntam por que não fazemos a urbanização das favelas, que é mais barata do que fazer a verticalização. Porque é impossível urbanizar sem tirar uma unidade ou outra. É ingenuidade até. Como vamos abrir uma rua, destinar um espaço a área pública, a uma área verde, se temos de destinar 35%? No mínimo 35% da área temos de retirar.

E para onde vamos levar essas pessoas? Para um prédio. Podemos ter uma solução mista. A idéia de V. Exª, Senador Levy Dias, é absolutamente perfeita. Podemos, com isso, atender a regiões metropolitanas remanescentes, regiões urbanas remanescentes. Do déficit de 6 milhões, 2 milhões de habitações são da área urbana, da região metropolitana, e 4 milhões das outras cidades do País. Então, um terço do déficit está nas grandes capitais. Para dois terços, podemos dar uma solução dessas, uma solução mista.

A questão do elitismo da legislação, que inibiu o loteamento, nós já a comentamos um pouco antes da sua chegada. Hoje a infra-estrutura de um loteamento custa, hoje, com infra-estrutura, em função da lei, por mais barato que seja, com rede de água e esgoto, num prazo de dois anos, que é o capital que se coloca na frente, para retornar depois a longo prazo, no mínimo R$2 mil. Só o preço do lote.

Então, temos que agregar. Vamos imaginar essa experiência exitosa de Fortaleza. Mais R$2 mil ou R$2,5 mil de custo de construção, de material de construção. Considerando-se o prazo de financiamento, isso já traz para um custo mínimo de R$5, R$6 mil por unidade. Todos os programas feitos pelo Governo Federal, infelizmente prevêem um valor que ainda não está adequado a esse número. Nas regiões metropolitanas, esse número triplica.

Na região metropolitana de São Paulo – e tenho certeza de que no Pará, em Recife, em Campo Grande, nas principais capitais – o custo do terreno de 125m² é no mínimo R$4 mil, desde que tenha uma infra-estrutura.

Temos que começar a montar a certidão de nascimento do imóvel, que é arrumar um plano para financiar lote, agregado a uma cesta básica, a um kit hidráulico e outros tantos. Temos que triplicar todo esse valor logo no início. Ao invés de dois, temos que passar para seis, sete. Em vez dos seis milhões, são R$36 bilhões. Não sei que recursos temos disponíveis hoje no Fundo de Garantia, mas no ano passado foram aprovados apenas R$500 milhões.

Com isso, temos essa dificuldade. A comercialização é proibida no Projeto Cingapura por três anos. Sua pergunta foi feita, já havíamos discutido. Por três anos, é proibido vender para evitar mercado secundário no Projeto Cingapura, o que tem sido respeitado. Evidentemente, não podemos ser ingênuos de achar que não vão tentar. O que temos que segurar é exatamente essa tentativa prévia de comercializar enquanto é uma moradia provisória também. Eles vendem no barraco.

O SR. ROMERO JUCÁ – Se o trabalho comunitário for bem feito, na verdade, o índice de passagem é muito menor.

O SR. LAIR KREINBUH – Se diminuir muito. Agora, estamos considerando que possamos ter um grau de 2% ou 3% de desvio em função dessa meta.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Tem a palavra o Senador Esperidião Amin, último orador inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Gostaria de fazer dois registros muito breves. Lamento não ter podido participar da reunião, porque havia sido convocado para participar de um encontro com o Presidente da República, que só terminou agora. Fui representando o Partido.

Gostaria que o Dr. Lair nos informasse que outros projetos habitacionais governamentais receberam financiamento externo nos últimos anos.

O SR. LAIR KREINBUH – Há vinte anos, não existe um financiamento para habitação por meio de mecanismos internacionais, por conta de não se criar condições estratégicas, uma legislação que possa ser a garantidora desses recursos. Por isso, fomos obrigados a criar um Fundo Municipal da Habitação.

Faz-se mister que haja o recurso gravado, de retorno obrigatório. De subsídio sim, mas sem paternalismo, sem aquela tese assistencialista da habitação. Habitação tem que ser muito profissional daqui para a frente. Vamos subsidiar juros, dar prazo, mas vamos ter que aplicar.

Há vinte anos não se financia. Estamos conseguindo isso mediante o projeto desenvolvido pelo nosso Partido. Tenho o privilégio de capitanear esse processo, que tem servido de modelo para outras capitais. Existem cinco cidades no País que estão copiando nosso modelo no Fundo. O Fundo Municipal de Cingapura é por conta da experiência em Cingapura de fixação da população na própria ilha. Essa é a experiência que nós colocamos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quanto à segunda colocação, gostaria de me congratular com o Presidente por ter colhido nossa sugestão para que ouvíssemos o Secretário sobre a questão do Projeto Cingapura. Quero desdobrar essa última observação em duas partes. Primeiro, sugiro que depois, no prosseguimento dos nossos trabalhos na Comissão, se oportunize a visita. Há experiências como a de Fortaleza, incluindo a de Cingapura.

Ao Secretário quero cobrar uma coisa pública: a unidade de formação da mão-de-obra.

O SR. LAIR KREINBUH – V. Exª já não precisa mais me cobrar tanto. Na Favela Água Branca, já existe, por intermédio da multinacional Alcoa, uma formação específica de serralheiros, que começou dentro do local. Temos um convênio com a Federação da Indústria do Comércio, através do Senai, e estamos profissionalizando instaladores, primeiramente, na parte hidráulica e elétrica. Os menores estão tendo informações no que se refere até à vocação. É um trabalho que já está pensando no futuro. Não é ainda o ideal, é um projeto ainda inicial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, recomendo que, no prosseguimento dos trabalhos da Comissão, seja anotado o nome do Professor Ricardo Hoffmann(?) para ser convidado. Sem dúvida alguma, se formos gastar formalmente algo mais para garantir a habitação, tem que haver um trabalho complementar na geração de renda e habitação. Nessa parte de geração de renda, cobro do meu amigo Lair Kreinbuh. Penso que esse é um trabalho indispensável para que o modelo habitacional se auto-sustente, com o aumento de renda dos moradores.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Lembro ao Senador Esperidião Amin que já foi aprovada a visita, pela Comissão, a esses dois projetos logo depois da reunião da Turquia, Deveremos também ouvir mais uns seis projetos que já foram listados como prioritários. É claro que especialistas deverão ser convidados.

Quero lembrar também que o Dr. Jorge Willenheim, Secretário Executivo do Encontro **Habitat-2**, não poderá estar presente agora, mas deverá estar posteriormente ao encontro da Turquia. Portanto, a

presença do Dr. Jorge Willenheim é muito importante, pelo relatório que vai nos trazer.

Na próxima semana, teremos a última reunião desse primeiro período, em que vamos fechar o plano de ação, proposto pelo Governo Federal. No final desta semana, V. Exªs deverão receber uma cópia do referido plano.

Antes de encerrar, gostaria de franquear a palavra, por três minutos, a cada um dos expositores, para alguma observação que tenham a fazer quanto a sua participação.

Concedo a palavra ao Dr. Lair Kreinbuh, para suas considerações finais.

O SR. LAIR KREINBUH – Srs. Senadores, não é possível, num País como o nosso, com tantas dificuldades, haver habitação no terceiro escalão de uma entidade junto ao Ministério do Planejamento, junto a uma Secretaria de Política Urbana e, lá, uma Diretoria de Habitação. Nós já chegamos até o Ministério. Não é possível pensar em algo que supomos ser 20% do custo de vida de qualquer cidadão, ou como aluguel, ou prestação de casa própria, estar no terceiro escalão. Isso é inadmissível para entendermos esse processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Passo a palavra ao Dr. Yves Cabannes, para as suas considerações finais.

O SR. YVES CABANNES – Será um prazer – e estou falando em nome dos parceiros – contar com a visita de V. Exª para aprofundar, criticar e observar essas experiências. Insisto que a nossa intenção, inclusive dentro do Legislativo do Estado e do Legislativo e do Executivo a nível municipal, não foi a de substituir o que seria uma política habitacional. O mandato foi de experimentar e colocar instrumentos, em certa escala, que possam incidir e serem úteis a outro nível. O tamanho foi realmente limitado em função disso.

O segundo ponto que considero fundamental é a riqueza das experiências brasileiras em relação ao que se fala internacionalmente, é realmente um aspecto que poderia ser bem melhorado. Há experiências extraordinárias, como a de Recife, por exemplo. Existe o PROAF(?), em Fortaleza, que foi a nossa fonte de inspiração, simplesmente com mais sistematização. Esse, provavelmente, é um elemento importantíssimo.

Eu não gostaria de deixar de dizer que a seleção não se fez pelo **marketing**. Mencionou-se que esse projeto era um **marketing**, mas digo que não é. Somos de uma instituição que, precisamente, não faz; o que tem que ser resgatado é se ele está em harmonia com o que a comunidade internacional e as experiências acumuladas a nível mundial estão começando a sistematizar. Diria mais, que está num momento de harmonia com a estratégia mundial para o ano 2000 das Nações Unidas, que está muito em linha com esse tipo de pensamento. Realmente não fizemos e não é o nosso estilo de fazer. Estamos trabalhando, se chegam para reconhecer, tudo bem.

O SR. ROMERO JUCÁ – Mas falei no **marketing** como fator positivo do projeto. Só falei que no comentário que o Sr. Gerson Camata fez sobre por que os senhores foram escolhidos, na verdade, vemos que o trabalho é importante mas é artesanal; pelo volume do problema, considero artesanal. Considero até um trabalho que serve de laboratório, como disse, para instrumentalizar o processo industrial que é feito em São Paulo. Agora, é claro que, pelas relações de ônus, pelas relações políticas que os senhores têm e pela próprio fato de ser uma entidade internacional, entendo que isso deve ter pesado porque outras experiências poderiam ter sido levadas também.

Foi uma observação mas como fator positivo. Acredito que o **marketing**, em qualquer questão de transformação social, é fundamental, porque se não se vender a idéia, se não se incutir nas pessoas a idéia, se não se promover um processo de articulação e desenvolvimento comunitário para que isso aconteça, na verdade, isso não vai acontecer.

O SR. YVES CABANNES – Ele foi selecionado no Brasil e não pelas relações que temos.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Agradeço a presença do Dr. Yves Cabannes, do Dr. Patrick Bodart, do Dr. Lair Kreinbuh e dos Srs. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h 59min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 263/96-SF, DESTINADA A ACOMPANHAR AS PROPOSTAS, TESES E OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ASSENTAMENTOS HUMANOS – HABITAT 2, QUE SERÁ REALIZADA EM ISTAMBUL, NO PERÍODO DE 3 A 14 DE JUNHO DE 1996.

6ª Reunião, realizada em 22-5-96

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e dois de maio do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa,

Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial, destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat 2, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Coutinho Jorge (Presidente), Júlio Campos, Espiridião Amin, Waldeck Ornelas, José Agripino Maia, Lúcio Alcântara (Relator Eventual) e a Senadora Benedita da Silva. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência, depois de breves esclarecimentos, comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a palestra da Senhora Maria Emília Rocha Melo – Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento. Após a exposição, usaram da palavra para debater os Senadores Gerson Camata, Casildo Maldaner , Espiridião Amim, Júlio Campos, Romero Jucá e Levy Dias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – Senador **Coutinho Jorge,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Havendo número legal, declaro aberta a presente reunião.

Convido a Drª Maria Emília Rocha para participar da nossa Mesa.

Srs. Senadores, a nossa pequena comissão que acompanha as teses brasileiras para a reunião da Habitat-2 conclui a sua etapa de reuniões na primeira fase da comissão. Vamos aguardar os resultados da reunião da Turquia.

A comissão vai ter o seu prazo prorrogado possivelmente até dezembro porque a fase mais importante seria a discussão e implementação das teses e compromissos brasileiros na Turquia e, evidentemente, a viabilização e implantação do grande plano nacional de ação.

Lembro aos senhores que, quanto aos três documentos que cada país encaminha às Nações Unidas, já discutimos a parte de diagnóstico e a que trata dos assuntos internacionais dos compromissos. Ficou faltando a discussão dos aspectos metodológicos e as prioridades do plano nacional de ação, que será o grande plano que vai orientar toda a ação do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

De qualquer forma, a nossa cara Drª Maria Emília Rocha Melo, Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, que já esteve aqui conosco, assumiu e já cumpriu com o compromisso de encaminhar o plano nacional de ação já atualizado, com as várias contribuições. Nós já encaminhamos esse documento aos Srs. Senadores, e hoje ela vem cumprir a sua parte, que é exatamente fazer uma síntese do referido plano.

A partir daí, poderemos receber a contribuição dos senadores, quando suspenderemos as nossas reuniões para retomá-las depois da reunião de Istambul, para que se possa realmente discutir as implementações.

Lembro também que os compromissos que o Brasil assumir naquela reunião deverão ser aqui discutidos como princípio de compromisso. São duas grandes linhas que formarão o documento que todos os países que lá estarão poderão assumir.

Portanto, essa reunião é a última da primeira etapa, mas as etapas mais importantes desta comissão serão aquelas do retorno do grande encontro da Turquia, que será a implantação de um plano nacional de ação em favor da problemática habitacional urbana, saneamento básico, etc.

Antes de passar a palavra à Drª Maria Emília Rocha Melo, considerando que o nosso Relator Casildo Maldaner está viajando, designo para a relatoria desta reunião o Senador Lúcio Alcântara.

Neste instante, passo a palavra à Drª Maria Emília Rocha Melo, Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, para fazer uma síntese do documento final chamado Plano Nacional de Ação. Com a palavra S. Sª.

A SRA. MARIA EMÍLIA ROCHA MELO – Exmº Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes, meus senhores, minhas senhoras, como o senador enfatiza, é muito importante destacar a importância desse plano para o nosso País, e, necessariamente, não para uma reunião internacional.

Na verdade, o plano e os documentos brasileiros são importantes para orientar uma discussão nossa, do Governo brasileiro, para registrar os compromissos brasileiros e, inclusive, para servir de parâmetro, estimulando negociações e troca de informações, estimulando o debate com toda a sociedade. Esse documento, portanto, não vai ser discutido em Istambul e nenhum documento de nenhum país membro da ONU será discutido em Istambul. O que vai ser discutido em Istambul é o Plano Global de

Ação, ou seja, um plano em que há o compromisso de todos os países membros da ONU assumindo compromissos que atendam aos objetivos básicos de assentamentos humanos para todos com desenvolvimento sustentado.

De qualquer forma, esse documento é muito importante para a nossa discussão e, obviamente, na medida em que ele está disponível, nós, em Istambul, tentaremos dar alguma divulgação a ele que, de alguma forma, orienta as discussões brasileiras.

Tentarei fazer um resumo rapidamente e já tive a oportunidade de vir a esta Comissão discutir com os Srs. Parlamentares. Já fiz uma síntese do plano de ação. Hoje, estamos trazendo uma versão aperfeiçoada que, inclusive, incorporou sugestões dessas discussões que ocorreram no Senado e nós também trouxemos uma síntese mais executiva do plano que pode ser distribuída aos senhores. Estava sendo tirada uma xerox da mesma. É uma síntese de 14 páginas com os quadros básicos de investimento.

Vou repetir um pouco do que foi dito na primeira vez.

Recordando, o Plano Nacional de Ação se baseia em duas premissas básicas. A primeira delas é dada pelos dispositivos constitucionais não só da nossa Constituição Federal como das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais que, pela primeira vez, institucionalizaram a questão da política urbana, que é um registro bastante importante.

A segunda premissa é que nós, realmente, temos certeza de que os objetivos da política urbana dependem de impactos maiores da estabilização da economia e da reforma do Estado, que são essenciais para a retomada do desenvolvimento sustentado. Nesse documento, acima dessas duas premissas, o que nós procuramos fazer foi:

1º) Um apanhado e um resumo realmente bastante sintético do diagnóstico, e os principais dados que constam do diagnóstico, especialmente os referentes à parte de educação, provêm, atualmente, de um estudo bastante sério e importante que a Secretaria encomendou à Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais. Eu trouxe também para os Srs. Senadores o extrato executivo desse trabalho que discute todo o déficit habitacional no Brasil e coloca que a nossa situação de muitas carências, não só pela necessidade de novas moradias, mas também pela necessidade de se agir nas moradias inadequadas, ou seja, que não são servidas pelos serviços básicos de água, de esgoto e rede de energia. Há uma coabitação exagerada, com muitas pessoas vivendo em áreas de risco, em situação bastante degradada.

A estratégia governamental apresentada então visa atender a todas as demandas apontadas no diagnóstico e, em termos bastante resumidos, fazemos essa abordagem, dividida em seis partes básicas. A primeira é a que coloca a questão da política urbana de uma forma mais geral, e as outras cinco são as que detalham um pouco toda a inter-relação, na verdade, a abrangência dessa política urbana, em termos de política ambiental urbana – política de habitação, especificamente, a política fundiária urbana, a de saneamento e a de transportes públicos. Em cada uma delas foram explicitados as diretrizes, os princípios, os objetivos e a estratégia do Governo para estar respondendo a todos os desafios que foram apontados na parte "a" do diagnóstico. E também detalhamos as questões programáticas.

O documento foi organizado para cada uma dessas áreas. Além das diretrizes, objetivos e princípios, apresentamos as ações estratégicas com três enfoques bastante nítidos: um, as ações estratégicas de caráter jurídico-institucional; outro, as ações estratégicas realmente programáticas; e a outra vertente, que são os instrumentos financeiros.

Os princípios fundamentais que perpassam a política urbana como um todo, e portanto, também, as cinco partes em que o plano detalha as suas colocações, são:

A descentralização, que não é um princípio teórico, tivemos oportunidade de discutir na outra reunião com mais detalhes, inclusive mostrando como o Governo já está operando esse princípio, através da atribuição a Estados e Municípios da decisão de alocar recursos para a área urbana;

A atuação integrada do poder público, significando que, realmente, temos que ter uma atuação bastante integrada da questão urbana, não só no âmbito do Governo Federal, onde hoje o urbano interage com várias ações específicas, como também uma integração de atuação com Estados, Municípios e, especialmente, com a sociedade civil. A participação da sociedade civil passa a ser uma exigência da política urbana e está não somente prevista como também implementada em várias das ações do Governo;

O princípio da comparação entre agentes públicos e privados. Temos absoluta certeza hoje de que nós precisamos unir os esforços do setor público, nas suas diversas esferas, e da sociedade civil, da iniciativa privada, para, realmente, enfrentarmos com alguma chance de sucesso os desafios, os déficits,

as carências que nos são colocadas pelas deficiências nas questões urbanas.

Outro princípio importante é o da função social da propriedade e da cidade. A Constituição trouxe importantes avanços a respeito da propriedade urbana, submetendo isso à questão da função social das cidades. Por sua vez, as comissões estaduais e as leis orgânicas municipais dispuseram também entre os seus princípios a questão dos direitos urbanos – e isso está muito ligado à função social da cidade e da propriedade urbana –, e o Governo Federal, seguindo essa tendência, está trabalhando objetivamente nas ações que tornem essas questões mais claras, institucionalizadas, legalizadas, porque várias dessas questões ainda estão pendentes de uma legislação infraconstitucional.

Em termos de ações estratégicas com relação ao aspecto jurídico-institucional, nós destacamos a criação da própria Secretaria de Política Urbana no Ministério do Planejamento e Orçamento, indicando que o Governo Federal, efetivamente, considera a questão da política urbana uma questão integrada e não simplesmente setorial. Mais ainda, sinalizando que o Governo Federal tem certeza das suas atribuições de formulação, de regulação, de coordenação na área urbana e nos seus vários setores e que o Ministério, que tem a visão mais abrangente da política do País como um todo e do planejamento estratégico, tem condições de exercer e de assumir com bastante segurança as funções que na própria Constituição Federal são atribuídas à União.

A segunda ação estratégica que nós queremos destacar é a instituição do Conselho Nacional de Política Urbana. A proposta de instituição desse Conselho Nacional consta de um projeto de lei que dispõe sobre a política urbana, projeto de lei esse que durante o ano passado foi bastante discutido no âmbito do Congresso Nacional, especialmente da Câmara Federal, e com a sociedade civil organizada em torno da questão urbana, que são segmentos importantes, tradicionais, que tem realmente vivência, experiência e conhecimento a aportar ao setor.

O anteprojeto de lei da política urbana foi negociado ano passado com todos os segmentos, em diversos fóruns, e o Governo deve estar enviando-o, ainda este mês, ao Congresso Nacional, para que seja discutido efetivamente com o objetivo de transformar-se em lei.

Na reunião passada, tivemos oportunidade de discutir um pouco essa questão e deixei também para os senhores essa minuta, a última versão do anteprojeto de lei. Estamos abertos – e mais do que abertos –, esperando colaborações, aperfeiçoamentos, pois temos absoluta certeza de que uma legislação que não seja aceita, discutida e legitimada, não só pelo Congresso Nacional mas também pela sociedade civil, pode transformar-se em letra morta, não tendo as conseqüências e a efetividade que deve ter.

De qualquer forma, sabemos que qualquer apresentação de projeto de lei, por mais negociado que esteja, ou seja, o que nos dá uma expectativa de tramitação rápida, tem os trâmites normais do processo legislativo, o que demanda um certo tempo de discussão. Portanto, a nossa proposta e a proposta do Governo, isso muito estimulado, inclusive, por essas iniciativas do Congresso, é criarmos, antes mesmo da vigência da lei, não só um fórum nacional de política urbana, que tenha atribuições deliberativas e uma discussão mais ampla, um fórum paritário, como está previsto no projeto de lei – seria um adiantamento disso –, como as câmaras temáticas, também previstas no projeto de lei, específicas para a área setorial de habitação, saneamento, gestão urbana e transporte urbano.

Temos certeza de que a visão setorial está ultrapassada enquanto visão de política urbana. Temos uma visão integrada, mas a discussão setorial propicia efetivamente uma produção maior do conhecimento específico dos setores que mais fortemente são identificados como importantes para a questão urbana.

Além dessas, ainda nas ações institucionais, estamos trabalhando na instituição de um fórum metropolitano para principalmente debater, discutir, avaliar e adotar as medidas necessárias para a gestão metropolitana e das aglomerações urbanas, problema sério não só do nosso País mas do mundo moderno. E a tendência é que se agravem os problemas que hoje percebemos nas regiões metropolitanas e nas aglomerações urbanas, sejam de deficiências sérias nas prestações de serviço público, sejam de exclusão importante de uma grande parte de pessoas que convivem nesse ambiente, sejam atinentes à questão de transporte urbano, que sujeita o trabalhador a horas intermináveis de deslocamento até seu local de trabalho. Enfim, que interferem não só na qualidade de vida das pessoas mas também interagem, estimulando outras questões importantes e distorcidas de marginalidade, de violência.

Nos princípios gerais das demais políticas, ainda nos instrumentos institucionais, é importante a questão dos novos institutos de Direito Urbanístico,

uma legislação em tramitação também nesta Casa, o Estatuto da Cidade, que trabalha no sentido de realmente definir os instrumentos da política urbana, de ordenação do território, do uso do solo, da função social da cidade.

A regulamentação do parágrafo único do art. 23 define com maior clareza quais são as competências da União, Estados e Municípios, já incluídas também como propostas nesse projeto de lei da política urbana.

A segunda parte, mais específica, relativa à política ambiental urbana, enfatiza a relevância da questão ambiental para um desenvolvimento sustentado nos assentamentos urbanos e basicamente tem como estratégia principal promover maior integração e articulação entre as políticas ambiental e urbana em todas as instâncias do poder.

Há uma série de questões e de ações estratégicas definidas como sendo importantes para a efetivação da política ambiental e urbana, desde a criação de estruturas administrativas no Ministério do Meio Ambiente, de uma estrutura específica para cobrar e detalhar as questões da Agenda 21, como questões que têm referência com o Conama. E não vou entrar em detalhes.

A terceira parte é relativa à política habitacional. É bastante importante que coloquemos que a política habitacional enfatiza uma abordagem moderna – e não é só a brasileira –, no sentido de que ela não se restrinja mais à produção de edificações.

A política habitacional tem que ser entendida num contexto maior, no contexto do habitat, que significa melhores condições de vida, sejam elas de meio ambiente, de privacidade, de acesso a todos os serviços de água, de luz, de esgotamento sanitário; localizada também em condições que facilitem o acesso do trabalhador aos locais de emprego e aos equipamentos urbanos.

Outra premissa importante da política habitacional é o reconhecimento da existência de uma pluralidade de sistemas de produção e de comercialização de moradias, exigindo, portanto, um tratamento diferenciado em termos das ofertas de financiamento, da alocação de recursos e da regulamentação da política como um todo e de seus instrumentos; ou seja, a política habitacional deste Governo muito claramente incorpora a visão da cidade real e da cidade informal, interagindo com essa problemática de uma forma conseqüente.

O objetivo central é o acesso à moradia adequada e que isso se materialize não só a partir das principais reivindicações da sociedade brasileira, que tem uma vocalização muito importante, como também que se imponha de uma forma bastante objetiva os compromissos que já foram assumidos, inclusive por países, no Agenda 21, no pacto dos direitos econômicos, na estratégia global para moradia até o ano 2000.

Há alguns outros avanços bastante importantes nesta política em termos até de como ela foi formulada. E as diretrizes básicas da política habitacional passam – além daquelas que já destaquei, que perpassam toda a política urbana de centralização, participação da sociedade, atuação integrada –, especificamente, na área de habitação, por um compromisso objetivo que se destaca em termos de diretriz: a destinação prioritária de recursos públicos para atendimento da população de baixa renda.

Mais que isso. Que se adotem instrumentos de subsídios diretos, pessoais e intransferíveis, para financiamento da população de baixa renda, que não tem condições de autonomamente arcar com financiamentos como eles são colocados; ou seja, tem condições, sim, de participar desse financiamento, de participar financeiramente do objetivo de uma moradia melhor, mas em condições diferenciadas e, portanto, há que ser tratado diferenciadamente. A idéia é que tenhamos subsídios de recursos públicos a fundo perdido, principalmente fazendo um **mix** com recursos onerosos para possibilitar e ampliar o acesso dessa faixa de população.

Outra diretriz básica é a adoção de programas que contenham diversas formas de acesso à moradia. Nós não estamos tratando apenas de compra, de construção e de edificações; estamos falando também de compra, estamos falando de locação social, estamos falando de outras soluções habitacionais, a exemplo do lote urbanizado, construção em terreno próprio, conclusão de obras.

Hoje temos um espectro de programas e de iniciativas já em andamento e outros em estágio avançado de formulação, os quais buscam um atendimento mais amplo, mais adequado à cada necessidade. Ou seja, não partimos de modelos centralizados, de políticas habitacionais únicas, como tivemos durante muito tempo no passado – políticas que eram muito mais centradas na construção de grandes conjuntos habitacionais, na maior parte das vezes, nas periferias das cidades, o que significava retirar o trabalhador do seu habitat, da sua vizinhança, da proximidade do seu trabalho e que não redundou, efetivamente, na melhoria das condições habitacionais dessa população.

Ao contrário, a política habitacional do Governo está muito atenta. O protagonista da nossa política é o próprio trabalhador, a pessoa humana. E os nossos programas têm uma vertente que finaliza isso muito objetivamente; quer dizer, não se financia mais a oferta, não estamos mais financiando os construtores diretamente; agora, estamos financiando a população, o trabalhador, dando a esse indivíduo uma outra condição de cidadania para, inclusive, negociar com esses construtores, que sempre vão estar em condições mais favoráveis.

Quanto à ampliação das fontes de financiamento habitacional, já há uma série de ações em curso e outras em fase final de formulação: a forma de captar não só a poupança privada interna, mas também a poupança externa; a utilização de recursos fiscais e creditícios da União; a utilização dos fundos de pensão... há toda uma articulação para potencializarmos, maximizarmos as fontes tradicionais e também as fontes internas e os fundos de pensão.

O Governo Federal tem uma política muito clara para que os recursos por ele colocados consigam, de fato, alavancar outros recursos de Estados, de Municípios como contrapartida nos seus programas. Há, também, um incentivo à parceria entre o poder público e o privado, principalmente um trabalho institucional de modernização e reestruturação financeira, operacional, gerencial e administrativa, tanto dos organismos públicos, quanto dos organismos privados que atuam no setor habitacional.

Em termos de ações estratégicas, temos uma série delas já listadas, mas eu ressaltaria a criação da câmara permanente da habitação; a adequação da legislação urbanística; a realidade das cidades brasileiras; a criação de um regime jurídico específico e apropriado para a habitação popular.

Temos hoje um regime jurídico cartorial, legal, muito complexo, que não diferencia, em nenhum momento, a habitação popular da habitação de outros segmentos da população. Um exemplo bastante significativo disso é que os custos cartoriais para se registrar um imóvel de 1 milhão e um imóvel de 100 reais são os mesmos, as exigências são as mesmas.

Estamos trabalhando nisso de uma forma bastante ágil e articulada com Estados, Municípios, que já avançaram nessa questão, e, inclusive, com a associação de cartórios no sentido de – mesmo não sendo esse assunto de competência específica do Governo Federal – estabelecermos, a nível federal, diretrizes, princípios e um regime jurídico específico mais apropriado à questão da habitação popular.

Estamos trabalhando, também, na atualização da legislação do Sistema Financeiro da Habitação e na alteração da legislação referente ao seguro habitacional – outra questão importante que dificulta e encarece o acesso da população mais carente à própria moradia.

Especificamente em relação à parte programática, nós temos programas importantes de apoio ao poder público local para urbanização de áreas degradadas ocupadas por habitações precárias; para empregar em áreas de risco; para urbanizar lotes, para financiar material de construção, etc... São recursos que estão apoiando o poder público local, principalmente os municípios, para trabalharem com famílias que ganhar até três salários mínimos.

Os programas mais importantes que temos nessa área são: o Pró-Moradia, com recursos do FGTS; e o Habitat Brasil, com recursos do Orçamento Fiscal da União. Então, para este ano de 1996, temos no Pró-Moradia, com recursos do FGTS, 702 milhões, alocados para as ações do Pró-Moradia, e no Orçamento da União temos 388 milhões. Fizemos uma proposta um pouco acima desse valor, mas o Orçamento que voltou do Congresso Nacional rebaixou o que tínhamos pedido. É um ano difícil de execução.

Quero destacar – chamei a atenção aqui – os programas de financiamento individual ao cidadão, o que permite que ele escolha o seu local de moradia ou, se ele quer adquirir, reformar ou construir a sua habitação, que tenha acesso a um financiamento direto.

O Governo tem acompanhado as questões que surgem no decorrer da implantação desses programas e tenta adequá-las, cada vez mais, às necessidades e à demanda. Lançamos, inicialmente, um programa de carta de crédito individual. Já lançamos, também, uma modalidade de carta de crédito associativo, que dá possibilidade maior da interação entre as pessoas, maximização do esforço com minimização de custos; lançamos, também, um programa mais simplificado, porque o Programa de Carta de Crédito, por mais simples que seja, está amarrado pela legislação do Sistema Financeiro de Habitação, que não é uma legislação trivial.

Aprovamos uma outra variação do programa carta de crédito, no Conselho Curador do FGTS, ainda neste mês, que é uma opção de crédito direto. Trata-se de uma opção de crédito direto ao consumidor, não só para compra de material de construção,

mas também para aquisição e ampliação de casas. Ele simplifica bastante as regras do Sistema Financeiro da Habitação. Nós estaremos trabalhando, num primeiro momento, com um projeto piloto desses.

Estamos com ações importantes na recuperação de empreendimentos habitacionais do passado, problemas que estão pendentes, frutos de uma alocação distorcida no passado, que redundou em milhares de conjuntos prontos, inacabados, invadidos, terrenos adquiridos ou com infra-estrutura financiada, com recursos do FGTS e que ainda não tiveram a sua destinação final, ou seja, a construção das habitações, efetivada. Estamos trabalhando em várias frentes nesse sentido, principalmente com o objetivo de terminar obras inconclusas e dar o destino adequado aos recursos públicos que já foram alocados e que estão no meio do caminho.

Destacamos, também, a questão da difusão tecnológica. Na política fundiária urbana – vou andar mais rápido um pouco –, basicamente, temos como objetivo promover o acesso à terra urbana, sobretudo para a população de baixa renda; propiciar a regularização dos assentamentos informais; possibilitar uma melhor ocupação do espaço urbano, eliminando as disfunções encontradas na estrutura urbana das cidades; e promover a redução dos custos urbanos, tanto no que diz respeito à moradia quanto à produção de bens, serviços e equipamentos. Há uma série de ações estratégicas específicas, voltadas para essa questão fundiária.

Na política de saneamento, temos, como objetivo central, a universalização do atendimento de água ao nível essencial. Esse é um compromisso do Governo; até 1999 temos a expectativa de estarmos, realmente, cumprindo essa meta de universalização da água ao nível de consumo essencial; prevê-se a criação da câmara permanente de saneamento; e trabalha-se com a flexibilização na prestação de serviços. Então, uma das vertentes é a regulamentação da Lei de Concessões, de forma que deixe bem claro que água é um bem público essencial. Então, é preciso uma regulamentação que separe, nitidamente, prestadores de reguladores. A regulação, sem sombra de dúvidas, é uma missão exclusiva do Poder Público, e a prestação de serviço tanto pode ser pública como privada, mas é importante que se tenha claro que a água é um bem público essencial e que é preciso haver uma legislação muito objetiva, que defina as possibilidades de concessão. Isso significa a criação do marco regulador.

Um programa importante que estamos implantando é o de conservação e reutilização da água para abastecimento público. Estamos implantando também um sistema de informações no setor de saneamento, porque a educação sanitária é essencial para garantir a permanência dos investimentos efetuados e, principalmente, das ações direcionadas para a recuperação desse financiamento, que passam pela identificação e mobilização de outras fontes, pela adequação das tarifas públicas, que hoje apresentam uma série de problemas, e também pela redução das perdas hoje encontradas no sistema de saneamento.

Quanto à política de transportes urbanos, fica clara a prioridade dos transportes coletivos. Portanto, precisa haver ações programáticas, estratégicas não só diretas, voltadas para o estímulo do transporte coletivo como prioridade e não mais do transporte individual, bem como para a segurança no trânsito, a segurança de deslocamentos, seja dos condutores automotivos, seja dos pedestres.

A modernização dos órgãos reguladores dos transportes humanos é uma questão essencial.

Temos também atuação em caráter indireto, concretizada mediante o aumento de capacidade viária, o aumento da eficiência energética e a busca de solução para questões ligadas a toda a parte de transporte urbano especificamente.

Concluindo, neste momento, gostaria de comentar este documento que traduz os compromissos do Governo. Quando digo neste momento é porque quero reforçar também a afirmação que fizemos na reunião passada de que as questões urbanas são muito dinâmicas e que os compromissos de governo, registrados em documentos, são muito importantes. Servem como subsídios e, de alguma forma, organizam a discussão não só do Governo, mas também do Governo com a sociedade e com as várias esferas de Governo.

São questões que pela sua dinâmica devem ser enfrentadas, aperfeiçoadas e até modificadas sempre que necessário.

Esse primeiro compromisso, aqui descrito e detalhado com metas físicas e financeiras, envolve recursos que são articulados pelo Governo Federal. Essa é outra questão importante.

São planos de ação nos quais os compromissos do Governo Federal, muito claros, estão aqui sinalizados. No plano, há várias abordagens que mostram os avanços que Estados, Municípios e a própria sociedade alcançaram com relação à questão urbana.

Estamos prevendo investimentos para o setor, no período 96/99, de R$38 bilhões. Dessa quantia, R$21 bilhões destinam-se à habitação, R$12 bilhões às ações de saneamento, R$700 milhões à questão urbana, que é muito mais uma tarefa institucional da União, mas é óbvio que ela ocorre em âmbito local; e R$3,5 milhões na área de transportes urbanos, investimentos que são coordenados pelo Governo Federal.

Nós distribuímos, além da síntese do plano de ação, uma síntese dos quadros que detalham esses investimentos, pelas ações programáticas na área de habitação, de saneamento e transporte urbano.

São as questões principais.

Agradeço a atenção de todos os senhores e peço desculpas por ter passado um pouco do tempo, já que o Senador pediu que me restringisse a 20 minutos, mas considero importantes as questões.

Portanto, novamente, coloco-me à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Agradeço à Drª Maria Emília, do Ministério do Planejamento.

Antes de passar a palavra aos ilustres Senadores, quero fazer algumas considerações muito rápidas.

Em primeiro lugar, creio que a proposta que o Governo está encaminhando à consideração do Encontro Mundial, na Turquia, é um avanço, no sentido de que, no seu Plano, o qual encaminhamos a todos os Senadores, ele apresentou uma visão realmente global, holística da problemática urbana no Brasil. Nele, o Governo consegue obter uma visão integrada de habitação, de saneamento, transporte urbano, meio ambiente – citando as quatro áreas importantíssimas que documento aborda.

Não vou entrar em considerações quanto a alguns detalhes. Por exemplo, na área de transportes, entendo que o Plano merece alguns reparos. E com relação a uma consideração pessoal que tenho, quando fui Ministro do Meio Ambiente – primeiro Ministro a implantar o Ministério –, cheguei à conclusão, depois de rodar o Brasil, neste ano em que fui Ministro, de que os grandes problemas do meio ambiente no Brasil não estão nas zonas rurais, não estão na Amazônia, estão nas zonas urbanas. As grandes poluições do ar, da água, a destinação do final do lixo é muito grave no Brasil. Penso que os senhores têm essa experiência. Também já fui prefeito de capital e sei da grande dificuldade do problema ambiental brasileiro.

Lamentavelmente, o problema do saneamento se concentra na cidade, assim como os de habitação. Os problemas graves se concentram nas zonas urbanas, de acordo com os dados que o Ministério nos trouxe e que todo mundo sabe.

Em 1940, praticamente 25% da população brasileira vivia na cidade. Hoje, mais de 75%, ou seja, a maioria da população está nas zonas urbanas.

Na última reunião que tivemos – inclusive quando a ilustre secretária de política urbana esteve aqui –, fizemos uma crítica à ausência de uma política de desenvolvimento urbano para o Brasil ultimamente. Essa proposta, essa série de ações importantes que o Governo já tomou e esse Plano Nacional de Ação que o Governo está fechando – claro, em caráter preliminar, evidente, mas que será encaminhado à consideração do Grande Encontro das Nações Unidas; e o que é mais importante, representa uma série de compromissos que está assumindo com o Brasil, com a comunidade, com o Congresso Nacional – exigirão dessa Comissão um trabalho dobrado, depois da reunião da Rio-92, onde vamos discutir políticas que estão inseridas nesse documento: a política de meio ambiente; a política habitacional, que tem uma série de programas interessantes – outros poderiam ser sugeridos, não vou discutir os detalhes dos programas; a política fundiária urbana, que é muito séria e grave. Hoje, o problema da política fundiária urbana é tão complicado quanto o problema do campo.

O meu Estado teve a infelicidade de ter o grande problema do Eldorado, e a minha Capital tem muita invasão de conjuntos, além de terrenos, construídos pelos sem-terra urbanos. Portanto, esse é um problema sério, grave. E sabemos, pelo diagnóstico que temos, que em grande parte das grandes metrópoles brasileiras realmente os assentamentos irregulares, ilegais e insalubres são predominantes.

De 20 anos para cá, quer no Rio ou em São Paulo, o crescimento dos problemas habitacionais nesses aglomerados insalubres, ilegais, aumentou de forma gravíssima. Isso não só nas grandes cidades, mas nas cidades médias também, o que nos mostra que teremos um grande trabalho, uma grande tarefa a cumprir. O Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nessa área, tem um grande compromisso a cumprir e grandes inovações a serem implementadas.

Temos que aprovar neste ano, de qualquer maneira, a Política Nacional Urbana para o País, que o Governo já preparou. Não tenho dúvida de que é importante discutir o Conselho Nacional de

Política Urbana como instrumento operacional fundamental.

Com a experiência que tivemos como ministro no Conam, um conselho nacional excepcional, em que ouvimos a sociedade brasileira toda e se toma a decisão conjunta em nível setorial e espacial. É muito importante que as entidades ambientalistas, as ONGs do Brasil – penso que é uma experiência altamente vantajosa. A experiência que tenho mostra que é fundamental um conselho nesse nível com a participação intensa da sociedade civil. Não tenho dúvida. Avalio que há muita coisa boa, muita coisa importante, muita sinalização fundamental, como, por exemplo, no sentido de que a política de saneamento tem que ser rediscutida. É sério. Penso que todas as pessoas que participam só de olhar esse documento vêem que há coisas importantíssimas. Política de transporte e a política urbana é **lato sensu**, inclusive é o que conclui o documento.

Penso que como documento de proposta, de intenção, é um documento bom, necessário. Agora, é claro, vamos tentar, penso que após a reunião de Istambul – e falo como Presidente da Comissão, já que é um acordo dos membros desta comissão, vamos prorrogar o prazo dessa comissão até o final do ano para podermos discutir as políticas, os programas, os projetos, importantes para todo o Brasil. Ou seja, vamos esmiuçar, detalhar, propor aquilo que for importante na política urbana nacional e nesse documento, importante, que queira ou não queira, pode ter mil críticas. Eu como especialista na área de planejamento tenho algumas críticas pessoais e técnicas ao documento, mas tenho que reconhecer que é documento coerente, lógico, com uma visão importante, a integrada holística, e que deu grande avanço. Não tenho qualquer dúvida.

Penso que não cabe a mim comentar os detalhes mais técnicos e metodológicos mas cheguei a dizer que para lembrar que temos um compromisso grande a partir de junho quando termina a reunião em Turquia dessa comissão. Penso que o resultado mais importante que a comissão vai dar em termos de Congresso é depois, depois de pegar todos os documentos, princípios e compromissos que o governo vai assinar e vai assumir e vamos tentar lutar para implementar no Brasil.

Eu só queria, portanto, lembrar que temos uma responsabilidade muito grande de viabilizar em termos do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal, uma vez que a Câmara tem uma comissão específica que trata de questões relativas a meio ambiente, área urbana e outros assuntos. Mas temos uma comissão específica para acompanhar o que o governo está mandando, o que vai ser aprovado em nível mundial e como vamos internalizar ou implementar tudo isso. Penso que é um grande compromisso que o Senado em boa hora tomou na última reunião quando decidiu que nossa comissão terá seu prazo prorrogado até o final do ano quando vamos ter um trabalho muito grande de discutir as políticas globais, setoriais e sobretudo tentar uma política nacional com todos os seus instrumentos na área urbana.

Bom, eu só queria fazer essa explanação preliminar, parabenizando o trabalho da área da política urbana do Ministério do Planejamento.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Drª Maria Emília, digníssima Secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, eu gostaria de perguntar à senhora o seguinte: considerando que no documento Plano Nacional de Ação relata-se que existe no Brasil um déficit de 3,9 milhões de moradias. O que temos em nosso país são praticamente moradias improvisadas, construídas com material impróprio e cerca de 14,7 milhões de pessoas – 13% da população – que vivem sem acesso direto ao abastecimento de água. Há também 17,4 milhões de pessoas que habitam domicílios não servidos por esgoto sequer a famosa fossa séptica.

De fato o déficit é muito grande. Nesta nossa comissão já ouvimos que o déficit habitacional no Brasil varia de 3 a 10 milhões de habitações e que o grande gancho que o novo Governo Federal, que a sua secretaria está fazendo é implementar a descentralização e a participação de Estados e Municípios ajudando o Governo Federal – e é dever de cada estado e município e até da própria comunidade e entidades não governamentais – a resolver esse problema do déficit habitacional e do saneamento básico do país.

Mas hoje, como a senhora sabe e os Srs. Senadores, a situação de endividamento dos estados e municípios brasileiros é muito séria. Dificilmente vamos encontrar um estado ou município que não esteja no CADIN. Toda vez que vamos assinar um documento, após conseguirmos a aprovação de um projeto, surge a falta de alguma coisa no CADIN.

Poderia o Ministério do Planejamento estudar uma possibilidade de fazer com que os Estados e Municípios possam ter acesso nesse período de cinco anos, de 1996 para frente, a esses aproximadamente R$38 bilhões alocados no programa de inves-

timento para o setor? Há possibilidade de estudar uma fórmula conciliatória?

Hoje, após ser feito todo o programa, no momento da assinatura do financiamento, da liberação de recursos, o CADIN posterga o problema. Haveria também a possibilidade de o capital estrangeiro, sob forma de firmas privadas, também investir nessa área no Brasil?

Como a senhora analisa essas questões?

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Concedo a palavra a Srª Maria Emília.

A SRA. MARIA EMÍLIA ROCHA MELO – Muito obrigada, Senador.

V. Exª tem razão. O Governo implementou medidas importantes desde 1995. Anteriormente, tive oportunidade de mostrar a essa Comissão que iniciamos o Governo com programas novos, com recursos importantes e com uma forma de implementação bastante diferenciada, porque descentralizada. O principal programa que iniciou a atuação do Governo foi justamente o Pró-Moradia, que marcava diferenças profundas.

Esses programas, e o Pró-Moradia especificamente, são financiados com os recursos do FGTS, ou seja, recursos do trabalhador. No País, 75% dos trabalhadores ganham até três salários mínimos. Os déficits em habitação, saneamento e esgoto estão concentrados nessa faixa da população e nunca se tinha aplicado mais que 5% dos recursos do FGTS em benefício dos trabalhadores de baixa renda, que têm as maiores carências. Os programas atuais do Governo multiplicaram essa aplicação por sete. No mínimo, obrigatoriamente, 35% dos recursos são destinados ao atendimento de trabalhadores que ganham até três salários mínimos.

Para trabalhar com essa faixa de renda, não temos nenhuma dúvida de que a vantagem comparativa é de Estados e Municípios. O setor privado não tem vantagem comparativa e muitas vezes não tem nem interesse em trabalhar com essa faixa da população. Mais ainda essa população está vivendo em áreas degradadas, em áreas sujeitas a risco ou em áreas não urbanizadas e precisa de intervenção muito mais adequada a sua realidade do que simplesmente construção de unidades habitacionais fora dos locais onde vive.

Esse Programa foi direcionado basicamente a Estados e Municípios. Enfrentamos dificuldades para efetivá-lo? Enfrentamos. A situação hoje não é tão dramática como inicialmente nos pareceu. Constatamos que 64% dos Municípios brasileiros têm capacidade de pagamento e, portanto, têm acesso a esse financiamento; 35% não apresentam essa capacidade. Se olharmos só quantitativamente, podemos pensar que é favorável o fato de 64% dos Municípios terem capacidade de pagamento, mas devemos lembrar que nos 35% sem capacidade de tomar o financiamento estão incluídos Municípios importantes, que concentram populações significativas e problemas sérios.

Por outro lado, temos consciência muito clara de que esses recursos do FGTS são do trabalhador. Ao Governo Federal cabe gerir a sua aplicação, mas eles precisam ser resguardados, a fim de que retornem ao trabalhador sem maiores prejuízos para ele. Adotamos, então, regras mais conseqüentes. Verificamos que o País, talvez até porque os Estados e os Municípios há muitos anos não tinham acesso a esse tipo de financiamento, está despreparado para enfrentar desde as questões de equilíbrio econômico-financeiro até as questões básicas de contabilidade pública. Temos uma atuação muito objetiva e forte no sentido de ajudar esses Municípios e Estados a superarem essas dificuldades a curto prazo.

As iniciativas do Governo, da Caixa Econômica e dos próprios Estados têm começado a dar frutos cada vez mais concretos. A nossa expectativa é de que, com os recursos alocados para mais de dois mil projetos na área de habitação e de saneamento no ano de 1995, as contratações se complementem até julho deste ano. Alocamos um recurso importante no Orçamento Fiscal. No ano passado, isso não foi possível, haja vista um compromisso do Governo, já explícito no PPA, e que reiteramos nesse nosso plano de ação, de canalizarmos recursos significativos do orçamento fiscal para serem utilizados especialmente como um **mix** dos recursos onerosos. Objetiva-se, com essa medida, que a população mais carente, dos municípios mais carentes e com maiores dificuldades tenham acesso aos programas.

Com relação aos recursos externos assinalados por V. Sª, considero-os também fundamentais. Atualmente, todos os desafios na área urbana exigem uma concentração de esforços de todos os âmbitos do Governo, da iniciativa privada, da sociedade, no sentido de captação de recursos. Existem hoje recursos internacionais importantes disponíveis para atuação na área de habitação e saneamento. Na área de saneamento, já temos tradição de trabalhar com esses recursos. Dispomos de mais de 5 bilhões de recursos externos internados no País em diversas obras de saneamento.

O Governo está concluindo o desenho da engenharia financeira de adoção, de internalização

desses recursos externos para a área de habitação, que demandam uma engenharia financeira um pouco mais complexa de saneamento. Na maioria das vezes, as intervenções de habitação redundam em patrimônio individual, exigindo, portanto, o retorno desse recurso – e aí estamos falando de taxa de câmbio e de questões monetárias.

Nossa expectativa era de que, já em maio, tivéssemos esses recursos, mas houve um adiamento. Efetivamente, entrarão no País – começando aí uma linha específica, operada pela Caixa Econômica e pelo BNDES – a partir de junho.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Lembro à ilustre Drª Maria Emília que esta Comissão, em face da apresentação do Governo da LDO, que define as diretrizes, as prioridades do Governo, tomou a iniciativa, por intermédio de sua Presidência – e esse procedimento foi acertado –, de encaminhar algumas emendas que tornam explícitos na LDO os compromissos que o Brasil assumirá com o Habitat-2, de um modo geral, permitindo inclusive que uma série de propostas e programas possam ser viabilizados no Orçamento a ser encaminhado em agosto. Ou seja, temos na LDO as aberturas dos compromissos do próprio plano. O próprio Ministério, com a cautela devida, não encaminhou porque o Habitat não havia sido realizado, mas fizemos isso.

Encaminho, agora, à Drª Maria Emília as emendas – que são realmente globais – que permitirão que no Orçamento o próprio Ministério, via autorização da LDO, viabilize uma série de projetos e programas. Foi um trabalho assumido pela Comissão em bom momento, o que significa que estamos trabalhando juntos no que for importante para os interesses urbanos brasileiros.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores e Drª Maria Emília, esta é a minha primeira participação nesta Comissão, por solicitação da Senadora Marina Silva, que não pôde comparecer. Não pretendo substituí-la, porque ela é insubstituível. A nobre Senadora, que representa a nossa Bancada, é a responsável pelo acompanhamento dos trabalhos nesta Comissão. Não tive acesso a toda a documentação até então, por não ser da Comissão, evidentemente. Estou tomando conhecimento dos documentos hoje, o que prejudica, portanto, a minha intervenção.

Pude observar que a síntese feita me colocou em condições de ousar, neste momento, fazer algumas interpelações que considero pertinentes, até pelo fato de acompanhar, com muito interesse, a questão habitacional, dadas as minhas origens.

Sei que é um grande desafio para o País tratar de um tema como esse. Tenho uma dúvida, porque não examinei os documentos. Apesar de não ter conhecimento do documento para tentar fazer alguns ajustes, fiquei fascinada com as idéias apresentadas. Ao acompanhar essa vontade da criação de uma política habitacional no País, e pela intervenção feita, a senhora realmente me deu elementos para alguns questionamentos.

Primeiro, vejo que tratamos sempre de várias políticas no País, mas a política habitacional, para mim, é uma questão nova, porque tenho acompanhado essa trajetória de luta, principalmente do Movimento Nacional dos Favelados pela Habitação. Concluímos, em 1986, que já éramos aproximadamente 35 milhões em todo o Brasil.

Desde então, discutimos política habitacional. O que temos visto é que os governos têm feito programas de habitação e não uma política habitacional.

Volto a dizer que não examinei os documentos. Portanto, não quero me precipitar. Espero que este documento não seja apenas um programa nacional de um compromisso que o Brasil estará assumindo, mas que seja verdadeiramente uma política habitacional. Se assim for, no caso das moradias inadequadas, vamos encontrar grande demanda. Observamos que, nas chamadas moradias populares ou favelas, encontramos muito mais dificuldades no que diz respeito ao saneamento. Saneamento básico é fundamental, tem que ser parceiro imediato da questão da moradia. Vivemos, até então, sem uma política habitacional para esse setor, e ele consegue sobreviver.

As casas deslizam por conta da ausência do poder público nas contenções de encostas e não pelo fato de que o morador não teve condições financeiras de fazer uma casa segura e firme, até porque ele é um trabalhador nessa área, altamente qualificado, faz edifícios e, evidentemente, vai fazer com segurança a sua casa.

Mas o que faltou até então? Usamos de vários instrumentos. O mutirão, que socialmente falando é uma injustiça. O operário trabalha a semana inteira e, no dia de domingo, vai para o mutirão fazer a sua casa. Ele não tem financiamento.

É importante assinalar na questão do diagnóstico se há o componente cultural. Nas favelas existe favelado "a", "b" e "c". Não podemos, de forma alguma, achar que é favela e é condição demográfica

pura e simplesmente, mesmo porque há salários e formação educacional diferenciados.

A questão agrária é fundamental. No dia em que se fizer reforma agrária, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, haverá um esvaziamento nas favelas sem limites, porque os que moram nas favelas vêm para as grandes cidades com o sonho de voltar para a sua terrinha. Ele fica ali apenas por um período.

Então, vamos encontrar características culturais diferentes. Na minha favela, por exemplo, moram mais mineiros; na favela da Rocinha, encontraremos mais paraibanos; numa outra, mais cearenses, e por aí vai. Quer dizer, as favelas se constituíram nos grandes centros urbanos dessa forma. Então, há esse componente cultural. Se olhar uma casa veremos que é totalmente diferenciada da outra. E a favela cresce no sentido vertical por conta da pressão política, das remoções, que proibiram o seu crescimento no sentido horizontal, ou seja, ela cresce no sentido vertical. Quer dizer, tem toda uma história aí que não vem ao caso. Mas como tem um diagnóstico, é bom que tenhamos condições de financiamento para essa população, porque ela tem suas formas. Fizemos um levantamento de que com 3% do PIB brasileiro, em três anos, se resolveria a questão de moradia.

Gostaríamos muito de saber, com relação aos investimentos, que serão de curto, médio e longo prazos, como aplicá-los. Essas instituições – que vêm de décadas – como as associações de moradores, tem todo um trabalho feito em nível de suas cooperativas habitacionais e vão qualificar esse favelado "a", "b" ou "c", que é o favelado que pode construir sua casa a partir do financiamento "x"; outro que pode a partir do financiamento "y". Por isso, discute-se a questão do IPTU e toda a regularização desses setores.

Outra questão diz respeito às construções habitacionais, que não podem estar dissociadas da construção de escolas e hospitais, o que constitui uma carência enorme. Se vai construir, tem que ter esse espaço, e a chamada área de lazer, que não pode ser retirada. Pode parecer utópica essa necessidade, mas nós teremos novas moradias e, dentro do diagnóstico, moradias inadequadas, que serão evidentemente colocadas em situações melhores. Temos ações estratégicas colocadas aí e têm-se que levar em conta as características, inclusive jurídicas. Outro ponto é a questão do usucapião, que precisamos tratar, e o financiamento que é o famoso calcanhar de Aquiles.

Se tivermos um financiamento voltado para esses setores, tenho absoluta certeza que estabelecendo o prazo, dando um assessoramento técnico, acreditamos que resolveremos, na área popular, em três anos, a questão habitacional. E a maioria delas, quero dizer, é uma questão do saneamento básico, que é fundamental.

São essas as minhas indagações, com relação ao fato de não ter lido o documento e talvez eu esteja realmente me precipitando, mas eu gostaria de ouvi-la em relação a essa iniciativa do Governo, que considero importante.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Com a palavra a Drª Maria Emília.

A SRA. MARIA EMÍLIA ROCHA MELO – Em primeiro, quero fazer um comentário sobre a colocação do Senador Coutinho Jorge, agradecendo e louvando a iniciativa dessa Comissão com relação à discussão da LDO.

Penso que o momento – conforme V. Exª destacou – é mais do que oportuno. Temos, enquanto Governo Federal, Poder Executivo, propostas e planos bastantes objetivos e programas compromissados com os recursos fiscais, para alcançarmos metas importantes nesta política. E cada vez mais é necessário que discutamos esses programas no próprio Legislativo, que é Poder que aprova esse Orçamento.

Para V. Exªs terem uma idéia, por exemplo, e aí entram as questões da Senadora, nós estamos trabalhando com um programa específico, em saneamento, e concordo com V. Exª em gênero, número e grau. Penso que a questão do saneamento hoje é uma das mais importantes na melhoria da condição de vida, da qualidade de vida da nossa população. A moradia, as edificações também são fundamentais para a cidadania, mas sem sombra de dúvida a atuação e investimentos em saneamento têm uma "externalidade" social muito ampla e muito maior até do que a questão da moradia, sem querer colocar uma em detrimento da outra.

Esse programa – comentando ainda a observação do Senador – foi construído, debatido amplamente, inclusive com diversos setores do Governo, com o Ministério da Saúde. Ele está muito vinculado ao programa "Meta de Redução de Mortalidade na Infância". Nós temos todo um programa desenhado para chegarmos a 1999 realmente tendo universalizado a água em termos de consumo essencial, Senador. Eu acho que, se efetivamente conseguirmos isso, vamos estar dando um salto de qualidade absolutamente surpreendente neste País. Mas precisa-

mos da ajuda do Congresso para isso, porque muitas vezes o programa é aqui colocado e não há uma discussão maior a respeito, inclusive da nossa parte. Eu coloco isso com muita tranqüilidade.

Recebemos um orçamento muito pulverizado, muito carimbado por municípios e por atuações. Eu não questiono em nenhum momento a legitimidade do Congresso Nacional, como representantes eleitos do povo que são V. Exªs – mais do que nós, técnicos, que não temos voto –, de estar apontando as prioridades do País. Mas o trabalho conjunto, principalmente em torno dessas ações programáticas, é uma iniciativa que cada vez mais está presente no Congresso. Essa colocação do Senador nos anima bastante, porque se trata até de uma intervenção preventiva, pois S. Exª já está discutindo as questões da LDO, lei que vai dar as diretrizes para a formulação da proposta orçamentária. Realmente eu não poderia deixar de registrar essa questão.

Também é com muita satisfação que podemos discutir um pouco a questão da política habitacional. Com certeza um dos problemas sérios do nosso País, depois da Constituição de 1988, não diz respeito somente à área da política urbana, mas também a uma série de questões que inovaram, que foram colocadas em nossa Constituição. É a primeira vez que se constitucionalizam questões de natureza urbana, problemas urbanos.

Isso não teve como conseqüência leis infraconstitucionais que detalhassem e efetivassem uma série de compromissos. De acordo com nosso entendimento, nada como institucionalizar as políticas, ou seja, transformá-las em instrumentos legais, discutidos, institucionais para dar continuidade a essa política. Nós trabalhamos, este País trabalhou com programas de habitação, com programas de saneamento, mas não temos hoje uma legislação aprovada não só da política de desenvolvimento urbano, como também das políticas setoriais específicas.

E aí eu acho que é com satisfação que podemos dizer-lhe que, com relação à política urbana de forma mais geral, temos um projeto de lei que chegará ao Congresso ainda este mês, o que vai significar um passo muito importante no sentido de institucionalizar as políticas urbanas, dando a elas uma perenidade maior, uma conseqüência e uma continuidade maior. Também temos discutido o assunto em vários fóruns, mas ainda não no Congresso. Por isso é que não formalizamos. Um dos nossos princípios é discutir e negociar antes de mandar projetos de lei que dizem respeito a questões tão importantes. Mas nós temos bastante detalhada não só a política de habitação, como também a política de saneamento. Posso passar a V. Exª esses documentos no estágio que estão. São documentos importantes e que destacam algumas das questões que V. Exª colocou com muita clareza e objetividade.

Uma delas especificamente é que está muito explícito ali que um dos principais pressupostos de uma política habitacional é estar respeitando as demandas da sociedade, demandas essas que se caracterizam por diferenças sociais, culturais e econômicas. E nós temos que ter uma política habitacional com ações conseqüentes para esse amplo espectro de diferenciações que temos em nosso País.

Essa questão está colocada objetivamente como um dos pressupostos fundamentais da política habitacional. Todos os nossos programas, mais especificamente o Pró-Moradia, o PAS e o Habitar Brasil, que chamamos de programas de habitação, têm detalhadas as suas prioridades, seus pré-requisitos, seus objetivos; em todos eles, o componente saneamento está presente. No Pró-Moradia e no Habitar Brasil podem ser feitas só ação de saneamento, porque o objetivo é melhorar as condições de vida da população onde a intervenção ocorrerá. Eles são direcionados para a população de baixa renda. Estamos trabalhando fortemente com urbanização de favelas, com produção de lotes urbanizados, cestas de material de construção. Não só as ações de saneamento estão presentes em todos os programas habitacionais desenhados pelo Governo. Também está presente a possibilidade de esses programas habitacionais financiarem equipamentos sociais. No Pró-Moradia, trabalha-se com modalidades flexíveis que são a urbanização de favelas, construção ou produção de lotes urbanizados, cesta de material de construção, regularização fundiária, até a própria edificação, construção. A questão do saneamento está contemplada no Pró-Moradia, no Habitar Brasil. E os equipamentos sociais também, com uma pequena diferença óbvia: como a ação está mais direcionada à questão habitacional, o investimento em equipamentos urbanos é aceito, estimulado, mas não pode significar a totalidade do investimento. Tem que haver não só uma combinação. O que queremos, com isso, é alavancar recursos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, que têm uma obrigação direta com esses equipamentos sociais.

Todos esses programas mencionados já estão detalhados, estão em execução, e comprometo-me a mandar – alguns já deixei aqui da outra vez – todos esses documentos da política de habitação, de

saneamento, todos os programas, com seus requisitos, modalidades e diretrizes para o exame de V. Exªs.

O nosso entendimento e convicção é que estamos efetivamente indo num caminho correto. O que principalmente estamos buscando é institucionalizar esses instrumentos para que eles independam dos governantes e sejam instrumentos perenes, obviamente sempre flexíveis e com as adequações necessárias à realidade, que é muito dinâmica.

A senhora também toca na questão rural. A Secretaria de Política Urbana tem uma preocupação importante com a área rural. Temos absoluta consciência que não vamos resolver as questões urbanas se não tivermos uma visão abrangente das questões da população deste País. E a questão rural é central. Nós temos programas específicos no orçamento e conseguimos agora, no Conselho Curador do FGTS, aprovar essa inovação direcionada para a área rural. A Secretaria de Política Urbana tem recursos e programas específicos direcionados para a área rural. Também estamos trabalhando de uma forma bastante articulada com o agora Ministério da Reforma Agrária, antes com o Incra, para a integração de nossas ações.

Quando a senhora coloca Associação dos Moradores, esse tipo de trabalho, quero dizer que esta semana mesmo, ontem e hoje, tivemos diversas reuniões com o movimento União da População pela Moradia, que esteve em Brasília, quando tivemos oportunidade de trocar idéias com seus representantes. E tomamos a iniciativa de fazer ata dessas reuniões, de registrar as solicitações, respostas e encaminhamentos, tudo isso para dar seqüência a movimentos desse tipo, pois sabemos que essas pessoas vêm com muita dificuldade, com muita expectativa. Tivemos oportunidade de discutir com eles as linhas do nosso programa, quais são os programas, especificamente. O Carta de Crédito Associativo está muito direcionado a essa população, aliás, todos os programas, e alguns de forma bastante objetiva. Nessas reuniões, tivemos a grata satisfação de deixá-los satisfeitos com as oportunidades, com as políticas, com as vertentes que já temos em execução, que já temos à disposição dessa população. Ficaram eles sabendo que estamos trabalhando de uma forma conjunta para tentar facilitar o acesso deles a esses programas. Temos os programas associativos, que buscam contemplar grupos de pessoas, de associações, de cooperativas, que já estão há muito tempo nessa luta e que têm uma vantagem comparativa. Fizemos reuniões em todas as regiões do País, chamamos sindicatos, associação de moradores, toda a população alvo, para discutir, em detalhes, esses programas. Temos também um compromisso de financiamento diferenciado e adequado a cada necessidade e a cada realidade, neste momento, todo centrado para a população de baixa renda, o que não significa que o Governo não tenha um olhar para a classe média, que tem demandas, sim. Mas os recursos fiscais e os recursos do trabalhador, que hoje são a nossa fonte mais importante de financiamento, estão voltados para o trabalhador, para a população de baixa renda, que não só detém esses recursos, como também tem os maiores déficits. Recursos externos, recursos de Fundo de Pensão e outros, estamos captando, desenhando programas que atendam, de uma forma mais ampla, a população como um todo.

Tínhamos muito presente que este Governo tinha que marcar algumas diferenças e encarar e investir fortemente onde havia prioridades e maiores deficiências.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Lembro aos Srs. Senadores que foi ajustado que esta Comissão, a partir do dia 15 de junho, quando retornará, continuará a ouvir, entre outras, entidades que atuam na área urbana, entidades ligados às ONGs da área urbana, como também continuará a ouvir palestras sobre todas as experiências que tiveram sucesso. Na reunião passada, tivemos a experiência de Fortaleza, Ceará, com o programa GRET, premiado pela Nações Unidas, que irá receber o prêmio no dia 04, em Istambul. Tivemos também as experiências de São Paulo e teremos as experiências de outras capitais brasileiras. Isso será importante para a nossa Comissão, e é nossa obrigação ouvir as entidades que desejam propor, sugerir. Isso só irá enriquecer as políticas e, evidentemente, o Plano Nacional de Ação.

Eram essas as informações que gostaria de dar a nossa cara conferencista, Drª Maria Emília.

Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – O Presidente da Comissão destacou o grande esforço que representou a preparação do Relatório Nacional Brasileiro. Realmente esse documento dá-nos uma sistematização muito grande do que é a questão urbana no Brasil.

Contudo, gostaria de fazer um breve comentário em relação ao Plano de Ação Nacional, naquilo que me parece uma lacuna, que é a questão do ordenamento territorial. Creio que esse seja um ponto crítico, em que o nosso País tem sido constantemente omisso. Há, em primeiro lugar, uma ênfase

muito clara no item urbano, ou seja, nas políticas setoriais: habitação, transporte, saneamento, meio ambiente etc. É natural que os interesses setoriais se manifestem mais facilmente, sejam empresariais, comunitários ou corporativistas, mas há um papel em que o Poder Público é insubstituível – e ele é o advogado da sociedade nesse particular –, pois trata da questão do interesse público global, da diversidade no seu conjunto, porque o todo é maior do que a soma das partes.

Vejo que isso poderia ser tratado no item que contém gestão urbana, mas, ao observar o Programa de Modernização da Gestão Urbana, verifiquei que, na verdade, ele se reporta a uma política de treinamento e capacitação. Numa sessão anterior, até chamei a atenção para essa política, que é fundamental e que tem estado esquecida.

Na meta global de 689 milhões, 640 milhões estão reportados a um programa de capacitação de cerca de 2.400 servidores entre 96 e 99. Como temos 5 mil municípios, isso daria meio servidor capacitado por município brasileiro. O programa está pouco ambicioso nesse particular de capacitação para a gestão urbana.

Mas já não me refiro, sequer, à questão da cidade em si, mas à sua dimensão interurbana, e devo dizer que não compartilho da expectativa da Senadora Benedita da Silva de que aqueles que migraram para as metrópoles retornem ao seu habitat rural. Seria necessário termos uma política que contemplasse, como disse a Secretária Maria Emília, todo o conjunto da população brasileira, uma visão global da população brasileira, que seria esse problema da rede de cidades. Que desenho, afinal, desejamos para a distribuição espacial da nossa população?

Esta é a questão que gostaria de deixar registrada, certo de que não se trata de discuti-la mais no âmbito do relatório nacional, mas, sobretudo, na retomada dos trabalhos, quando se deve aprofundar a questão da política urbana e de esta Comissão tomar iniciativa de projetos de lei que venham a viabilizar efetivamente uma virada nessa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Tem a palavra a Drª Maria Emília para algum comentário que achar conveniente.

A SRA. MARIA EMÍLIA ROCHA MELO – Os comentários do Senador são absolutamente objetivos e importantes.

Na reunião passada, quando estive nesta Comissão, discutimos bastante essa questão e tivemos oportunidade de mostrar que ela está muito contemplada no PPA. Na primeira versão do nosso documento, tínhamos detalhado essas questões e, depois, decidimos centrá-la mais nos aspectos que comumente são identificados como as questões urbanas, até para dar um direcionamento mais objetivo à própria discussão.

Mas, sem sombra de dúvida, a questão intraurbana, das grandes cidades, a ordenação do território, são absolutamente fundamentais e vão realmente direcionar as diversas ações, tanto no Poder Público quanto do setor privado.

Nesse sentido, temos no documento algumas colocações importantes e uma delas, que estamos discutindo objetivamente na Câmara, é a aprovação do estatuto da cidade. Nesse estatuto, temos todos os instrumentos de gestão urbana, de ocupação de solo, o detalhamento e as diretrizes que vão nortear, principalmente, a gestão local ou os municípios, que são o **locus** dessa política, e que têm, efetivamente, atribuição e competência para os planos diretores que tocam nessas questões.

Temos algumas outras iniciativas importantes que vão estar no documento em vários momentos. V. Exª, depois, terá condições de ver. Uma delas é a criação do fórum metropolitano, que tem como principal objetivo o trabalho com ações estratégicas que compreendam uma cidade como um todo, especialmente as atuais regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

No que se refere à questão de gestão específica urbana e gestão de cidades, o programa que está aí realmente é tímido. Temos absoluta consciência de que precisamos construí-lo juntamente com o nível local. Hoje, o **locus** da política urbana está no município, onde estão as pessoas e as atribuições concretas. Queremos realizar, sim, ações integradas com Municípios, Estados e regiões metropolitanas. No ano passado, iniciamos negociações em torno disso, e o recurso que está aí indica muito mais alguns projetos pilotos.

Outro projeto bastante importante que iniciamos é a troca de experiências bem sucedidas, com o objetivo de criar uma rede permanente de contato, de discussão entre administrações locais. Desenvolvemos, no ano passado, um projeto de indicadores básicos para gestão urbana e um projeto piloto em cinco cidades, dentre as quais Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Brasília. Agora, estamos transformando numa metodologia que possa ser disponível para todos os gestores locais e os formuladores de decisão na área urbana.

Já temos algumas iniciativas bastante concretas nessa direção e estamos trabalhando, também, de forma bastante concreta neste ano, para que tenhamos disponíveis para os novos prefeitos, no ano que vem, instrumentos de gestão local bastante objetivos, quais sejam, os que tocam na questão da arrecadação, dos cadastros, dos controles, ou seja, dos recursos de que o próprio município pode lançar mão para financiar sua política, como essa rede de comunicação e de cooperação entre cidades e a questão dos indicadores. Essas são metas para este ano ainda.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Antes de passar a palavra ao Senador Lúdio Coelho, eu gostaria de dizer que concordo com o Senador Waldeck Ornelas. Eu disse que não teceria críticas metodológicas e técnicas ao documento, mas penso que o problema sério e grave de qualquer política urbana é a definição de uma rede hierárquica de cidades – em termos tradicionais de conceito – médias, pequenas e grandes. Os nossos grandes problemas estouram nas grandes metrópoles, mas normalmente, se houver condições de saneamento e habitabilidade básica nas médias e pequenas cidades, dificilmente alguém vai sair de uma pequena ou média cidade e passar para uma metrópole, em que vive mal e em condições cada vez mais difíceis de tráfego e de ambiente.

Então, o problema da rede de cidades na política voltada aos aspectos metropolitanos, aos aspectos de cidade média e pequena, que já tivemos há muitos anos no Brasil, deve ser discutido e sei que está inserido na proposta da política de desenvolvimento urbano. Mas é um assunto relevante que a nossa Comissão, no retorno aos seus trabalhos, deve discutir.

Concordo com o Senador Waldeck Ornelas, quando S. Exª diz que a questão não é apenas resolver o problema do campo. Se não resolvermos o problema das pequenas e médias cidades para torná-las exatamente como impeditivo do fluxo para as grandes cidades, vamos ter gravíssimos problemas. Queiramos ou não – está provado – há uma aspiração natural à urbanização do mundo. O homem quer viver em cidades. Alguns estudos de futuro mostram que o homem quer retornar das grandes metrópoles, difíceis de viver, para as pequenas e médias cidades, que têm condições mínimas de habitabilidade razoável. Esse é um assunto que merece ser discutido oportunamente.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Pois não.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – O ilustre Senador fez um comentário. Tive todo o cuidado de estar falando de uma população que poucos conhecem, que até 1985 não constava sequer do mapa brasileiro. Refiro-me às favelas. Tenho absoluta certeza de que, no dia em que implantarmos a reforma agrária, essa população voltará para a sua terra, porque deve, no mínimo, estar juntando um dinheirinho para construir sua propriedade. Foi nesse sentido a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, vou ser muito breve porque já avançamos muito no horário.

Desde que cheguei a Brasília, investido do mandato de Senador, venho acompanhando com muita atenção os passos que estão sendo dados na Sepurb – não gosto desse nome, é meio rebarbativo. Penso que é um dos êxitos do Governo Fernando Henrique pouco conhecido. Trata-se de uma reconstrução. Já houve um projeto semelhante, mas foi destruído completamente. Então, a Drª Maria Emília está tendo o encargo de reconstruir, naturalmente adaptando para os novos dias. É um esforço de coordenação de planejamento urbano, habitação, saneamento e moradia no Brasil.

Todos sabemos que muitos desses assuntos são de interesse local. É o prefeito, é a população local que vai ter que resolver. Mas um país como o Brasil não pode deixar de ter uma política de desenvolvimento urbano, em grandes linhas, no que couber à União, dentro das suas prerrogativas. Creio que tivemos um retrocesso nisso. Por exemplo, ninguém mais fala em região metropolitana. Acabou. Como é que se pode pensar em resolver os problemas – homenageando a nossa Senadora Benedita da Silva – do Rio de Janeiro com Nova Iguaçu, com Nilópolis, com Caxias, com tudo isso. Não há sentido.

Os instrumentos de gestão intermunicipal de grandes aglomerados estão claramente deficientes. E o nível de integração é muito baixo. Pior: o nível de integração das políticas urbanas, dentro do próprio município, é muito baixo. O Senador Waldeck Ornelas feriu a questão de raspão.

Tenho a sensação, com alguma razão para pensar assim, de que não há praticamente nenhuma integração entre as diferentes funções da cidade. Não há um órgão de planejamento que centralize

tudo isso, que tenha uma política de transporte integrada com saúde, educação, o meio ambiente, para que se pense a cidade integradamente, holisticamente. Não é o fetiche do planejamento? O planejamento está meio por baixo, a turma olha de lado porque acha que planejar é um negócio meio esotérico e que não funcionou, não deu certo. Tem gente achando até que é inútil planejar. Por incrível que pareça, já tem gente pensando assim, e gente sentada em grandes gabinetes de Brasília.

É preciso ter uma concepção ampla. Não se trata de passar o esquadro e definir: isso aqui é só indústria; aqui é só comércio; aqui é índice 1; aqui é índice 2; índice 3... Isso não funciona. Claro que isso tem uma importância para induzir o crescimento da cidade, para torná-la habitável. Mas o importante é ter uma visão integrada da cidade, inclusive das suas possibilidades: do seu papel, do seu destino, da sua vocação. Evidentemente, estou falando de cidades de maior porte. O Rio de Janeiro, por exemplo, está oferecendo para mim um exemplo muito importante, o chamado "Planejamento Estratégico do Rio", em que se está procurando estabelecer as vocações do Rio de Janeiro, as suas vantagens comparativas em relação a outras cidades. Isso já foi feito em várias cidades dos Estados Unidos; foi feito em Barcelona, mas é uma forma moderna, é um **approach** novo de encarar a cidade.

Dentro do esforço de capacitação, uma medida talvez fosse essa de criar núcleos. Tenho uma experiência muito frustrante. Quando fui prefeito, consegui realmente instituir um mecanismo desses, que outros que vieram depois infelizmente não levaram adiante. Era realmente um instrumento para integrar todas essas políticas, todos esses setores que atuam na cidade, para procurar realmente acompanhar o desenvolvimento e ter uma maior participação na vida da cidade, nos desdobramentos que ela tenha ao longo de sua evolução.

Por isso, quero estimular a Drª Maria Emília, que é muito determinada e muito objetiva, para que tenhamos isso em mente, sabendo, é claro, que vivemos em um país que é uma Federação, ou seja, tem Estados e Municípios. A União não pode tomar o lugar deles, mesmo porque descentralizar é melhor. Mas a União não pode simplesmente cruzar os braços, desconhecer isso.

Infelizmente, nos últimos anos, houve um grande retrocesso nessa matéria. Como um país urbano como é hoje o Brasil ignora as suas cidades, que têm uma série de exigências, de necessidades? É preciso que o Governo Federal retome essa política com vigor e com uma certa prioridade, sem, evidentemente, exorbitar das suas funções.

Era isso que eu queria dizer, esperançoso de que este trabalho dê realmente bons frutos.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Concedo a palavra à Drª Maria Emília.

A SRA. MARIA EMÍLIA ROCHA MELO – Quero agradecer as palavras do Senador e registrar que, mais do que acompanhar, S. Exª, da mesma forma que o Senador Ornelas – que nos mandou uma série de sugestões – vem colaborando com a Secretaria de forma bastante objetiva no Projeto de Lei de Política Urbana.

Quero ressaltar que a preocupação com a região metropolitana é, mais do que legítima, necessária. No resumo do documento, destaquei a necessidade da instituição de um fórum metropolitano.

A Constituição deixa bem claro que o estabelecimento de regiões metropolitanas é de competência do Estado. É necessário recuperar pensamentos, reflexões e sugestões que já estiveram muito ativas neste País, quando se estabeleceram os instrumentos de criação de regiões metropolitanas. É também importante que haja uma atuação da União, como mediadora política, porque as regiões metropolitanas do País têm problemas de integração política, porque há dirigentes de vários Partidos, de várias correntes, atuando em um mesmo espaço físico. É necessário que a União estimule e ofereça instrumentos que possibilitem essa integração.

Concordo: há hoje uma rede extensa e diversificada de cidades neste País. Isso nos coloca numa posição privilegiada na perspectiva de globalização. É uma rede extensa e diversificada. Mais de 75% da população mora em cidades, e 90% do PIB é produzido nas cidades. É necessário que trabalhemos no sentido de especializar e qualificar essa rede, para otimizar o resultado.

A questão das pequenas, médias e grandes cidades é uma preocupação da Secretaria. Estamos adotando algumas práticas que facilitam isso. Por exemplo: o Conselho Estadual, que tem a atribuição de alocar os recursos. É um conselho tripartite, com a participação dos membros do Estado, dos Municípios e da sociedade civil organizada. Entre os prefeitos municipais que têm assento neste Conselho, pelos nossos normativos, necessariamente tem de haver representantes dos pequenos, dos médios e dos grandes Municípios do Estado, justamente com o objetivo de promover entre essas pessoas uma discussão que dê prioridade a uma visão integrada do Estado.

A idéia do Governo Federal é aprofundar as parcerias com Estados e Municípios, sem ignorar o fato de que somos, sim, um país federativo, que o **locus** da política urbana é o Município, mas que o Governo Federal tem papéis importantes: de regulação, de financiamento e de estímulo. Mais uma vez, gostaria de agradecer a acolhida e o nível sempre proveitoso dos debates travados nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Coutinho Jorge) – Agradeço sua participação, lembrando que contaremos com a sua presença muitas vezes aqui.

Hoje encerramos a primeira etapa do trabalho da Comissão. Retomaremos depois do dia 15 de julho, trazendo um programa intenso de trabalho, baseado em todas aquelas premissas já levantadas e a disposição de iniciarmos a discussão das políticas e programas que foram aqui preliminarmente apresentados.

Pretendemos também discutir os compromissos que o Brasil vai assumir em Istambul. Talvez a nossa primeira reunião seja destinada à discussão dos compromissos que o Brasil assumiu em Istambul. Vamos tentar trazer o Dr. Jorge, que é o Secretário-Executivo, para participar da primeira reunião.

Com essas considerações, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a nossa reunião e a primeira etapa de trabalho da nossa Comissão.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 13h03min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 367 , DE 1996-SF, DESTINADA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE,TEMPORÁRIA, CONSTITUÍDA POR 11 (ONZE) MEMBROS TITULARES E 11 (ONZE) SUPLENTES, PARA, ATÉ 15 DE DEZEMBRO DE 1996 PROMOVER DISCUSSÕES E ESTUDOS QUE RESULTEM EM PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A REGIÃO NORDESTE, INCLUSIVE SEU ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

3ª Reunião, realizada em 23 de setembro de 1996.

Às onze horas e cinco minutos do dia vinte e três de setembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala número 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial do Nordeste. Presentes, na ocasião, os Senhores Senadores Beni Veras, Freitas Neto, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna, Geraldo Melo, José Agripino Maia e Humberto Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se a discussão sobre a definição de uma linha de ação para equacionar os problemas do Nordeste. A seguir, a presidência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Waldeck Ornelas, que registra o acontecimento do Seminário sobre a Reforma do Estado e Desenvolvimento do Nordeste na Econômia Globalizada, realizado recentemente em Salvador-BA. Sua Excelência informa que o evento teve uma participação direta da Comissão na sua viabilização e solicita a transcrição em ata do documento Novo Século, Novo Nordeste, como conclusão do seminário. Todos os Senhores Senadores presentes usaram da palavra para discutir o assunto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico. – Senador **Beni Veras,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Declaro aberta a presente reunião. A nossa intenção é a de avaliar que linha de ação poderemos adotar a fim de equacionarmos o problema do Nordeste.

Hoje, sabemos que há dificuldades. Por um lado, a região é desagregada por um certo processo de desagregação do sistema regional; é o menos forte. Os Estados têm seus pleitos individuais já um pouco isolados, distantes do problema regional. Isso dá um reflexo muito grande à capacidade da região de reivindicar os seus direitos.

Em segundo lugar, o Governo Federal encontra-se num momento de perplexidade em relação ao problema regional. Não há política, nem diálogo, nem interlocutores para esse problema. Realmente, a questão está muito mal. Iremos discutir qual a direção que deveremos tomar quanto a essa questão.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Eu gostaria de informar que, em primeiro lugar, a realização do seminário sobre a Reforma do Estado e Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada foi realizado em Salvador, na quinta e sexta-feiras passadas.

Lá, comparecemos, eu, os Senadores Beni Veras, José Agripino Maia, Freitas Neto, Joel de Hollanda, Antonio Carlos Magalhães, igualmente, seis Governadores de Estado e alguns Deputados Federais.

Estamos distribuindo quatro dos documentos apresentados àquele seminário para todos os Senadores do Nordeste. São os seguintes trabalhos: "Nordeste, o Brasil, Novo Ciclo de Crescimento" de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, propõe uma estratégia de expansão da economia daquela região; o estudo de Clélio Campolino Diniz trata sobre "O Nordeste e o Mercosul", analisando as relações, os impasses e os efeitos; Gustavo Maia Gomes trata sobre "O Nordeste, o Desenvolvimento e o Estado." Sobretudo, o papel do Estado; e de Antônio Barros de Castro versa sobre "Tipos Industriais, Novas Estratégias", onde descreve o processo de industrialização.

Como conclusão desse seminário foi divulgado um documento pequeno, mas que representa um manifesto de um Nordeste competitivo: "Novo Século, Novo Nordeste". Solicito a sua transcrição na Ata, para que fique documentado na Comissão.

De outro lado, creio que o grande resultado imediato obtido com esse seminário, do qual a Comissão teve uma participação muito direta na sua viabilização, foi o anúncio feito pelo Dr. Shaid Javed Durki, Vice-Presidente do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, a respeito da criação de um fundo que se estima em US$10 milhões destinados à identificação de oportunidades, à elaboração dos projetos e à promoção de lances tanto nos investimentos privados, nas atividades industriais, agrícolas e agroindustriais, quanto na área de infra-estrutura do Nordeste.

Com esse seminário, do qual o Banco Mundial foi um dos patrocinadores, o Banco assumiu o encargo de fazer algo que vínhamos reivindicando que o BNDES fizesse há mais de um ano. E não obtivemos qualquer eco da parte do BNDES. Quando, sobretudo, o Senador Beni Veras apresenta a hipótese, a proposta da corporação financeira de investimentos, quando falamos por deter uma ação mais pró-ativa em relação ao Nordeste, o que estávamos querendo era obter exatamente isso.

Imagino é que com isto vamos ter, também, uma presença mais ativa do Banco Mundial vinculada à região. Aliás, foi anunciado, pelo vice-Presidente um aporte de mais de US$1 bilhão, no Nordeste, em projetos para os próximos dois anos.

A este seminário estiveram presentes, também, o Ministro Pedro Malan e o vice-Presidente Marco Maciel, além do Ministro Fernando Catão e o Secretário de Política Econômica José Roberto Mendonça de Barros. Creio que se este seminário servir para criar essa consciência no Governo Federal de que há, efetivamente, a necessidade de se encarar o Nordeste de modo compatível, coerente e consistente, mas dentro dessa nova lógica da economia nacional, teremos obtido grande marco se este evento tiver algum reflexo nesse sentido.

Aliás, o documento final refere-se a esse ponto ao dizer que necessitamos, sobretudo, que as novas idéias penetrem nos corações e mentes dos que governam o País. Este é um apelo muito claro. Acrescentamos, também, que o Nordeste não está querendo clientelismo. O Nordeste está querendo ser competitivo, está querendo que suas potencialidades sejam transformadas em oportunidades concretas. E do meio acadêmico pude ouvir que, com esse seminário, estávamos retomando a discussão da questão regional, que estava em um estado letárgico, um pouco abandonada.

De outro lado, os Senadores integrantes da Comissão, temos tido uma série de reuniões com ministros de Estado para discutir questões de interesse regional. Eu discutia com o Presidente Beni Veras aqui que deveríamos começar a cobrar resultados dessas reuniões que fizemos informalmente. Então, proporia que, de logo, agendássemos algumas reuniões, começando pelos Ministros da Ciência e Tecnologia e da Educação e Desporto, com os quais já tivemos reuniões e vimos algumas providências a serem tomadas.

De maneira que tais assuntos pudessem ser objeto de discussão formal aqui na Comissão e depois seguir, seqüenciando, convidando outros ministros para que venham à Comissão apresentar suas propostas para a região.

Também uma outra idéia seria a de que fizéssemos um painel sobre política agrícola no Nordeste, trazendo o Chefe de Planejamento do Ministério da Agricultura, o Dr. Antônio Lício, e um painel composto por um secretário de agricultura como debatedor, provavelmente um do Ceará, o Presidente da Embrapa e um outro técnico. Creio que começaríamos a ter reuniões semanais da Comissão agora. Quer dizer, a Comissão, que até agora trabalhou mais informalmente, começaria a trabalhar mais formalmente.

Um outro ponto importante, que eu gostaria de destacar, é que a Consultoria Legislativa já fez um levantamento de projetos de interesse direto ou indireto da região Nordeste e das demais regiões, que se encontram em tramitação na Casa. De modo que selecionaríamos umas duas dezenas para que fossem trabalhados conjuntamente pelos senadores nordestinos, no sentido de que aprovássemos esses projetos num tempo curto para assim termos um avanço em sua tramitação e viabilizar iniciativas legislativas que tenham a ver com o interesse regional.

Esse me parece um ponto importante já que está em nossa esfera de decisão. E fazer com que a Comissão funcione de modo orgânico como **lobby** para a aprovação dos projetos que interessam à região.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – *(Fora do microfone.)*

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – O Presidente Beni Veras está sugerindo que façamos uma reunião conjunta com a Comissão relativa à região Norte, de modo que se pudesse articular as ações das Comissões e agregar politicamente, no sentido da aprovação dos projetos de interesse regional.

São os comentários iniciais que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Os Senadores José Agripino Maia e Ney Suassuna estão pedindo a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA – Creio que toda essa explanação feita pelo Senador Waldeck Ornelas é mais do que correta. Mas eu pediria que fizéssemos um cronograma e buscássemos fixar as datas não coincidentes com as Comissões. Temos que convencer os senadores do Nordeste de que esse é um assunto acima de partido, é um assunto acima de interesses estaduais. Pois é um assunto de toda a região. E para garantirmos a presença de todos nós, temos que buscar com que não haja coincidência com outros eventos da Casa.

Penso que poderíamos buscar um cronograma que inclusive teria uma abertura, uma mensagem que realmente sensibilizasse, dizendo que ou nós nos unimos ou vamos ficar como uma raposa uivando para a lua. Agora, se nós nos unirmos, vamos conseguir, com toda certeza, atingir os nossos objetivos. Por isso a minha preocupação de que não haja coincidência com os eventos regulares da Casa, Câmaras e Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, acabei de me reunir agora na CNT, Confederação Nacional dos Transportes, com o Ministro Antônio Kandir, com o Ministro dos Transportes, num seminário sobre o Plano de Ação Estratégica. E o Ministro Kandir informou que estava saindo daquela palestra direto para uma reunião de Governo com o Presidente e com os Ministros para o estabelecimento do sistema gerencial moderno, **on line**, para a execução prática do Plano de Ação Estratégica.

Fui debatedor e, em seguida, fiz duas observações sobre o PPA. Eu disse que o PPA era produto da globalização da economia, que tinha sido imposto como forma de tornar o País competitivo num contexto internacional no plano comercial. Afirmei que havia sido elencado um grande número de obras e intenções nas diversas regiões do País. Salientei que estão agora se preocupando com o modelo gerencial para a execução delas.

Desejávamos que o Governo apontasse, no elenco daquelas obras anotadas, as prioridades, as fontes de recursos e o prazo de execução. Queríamos também que o Governo identificasse, entre as prioridades, o que caberia ao Centro-Oeste, ao Norte e ao Nordeste. Só assim seria possível promover a retomada de crescimento equânime no País, porque, bem ou mal, a produção do Centro-sul escoa por estradas muito melhores e portos melhores aparelhados, que existem em São Paulo, do que a produção do Centro-Oeste. O escoamento da produção do Centro-Oeste muitas vezes não ocorre, por falta de infra-estrutura ou, se ocorre, o custo é muito maior. Pode-se dizer o mesmo com relação ao Norte e ao Nordeste. Gostaríamos, portanto, que, na definição das prioridades, fosse levada em conta a necessidade de crescimento equânime do País.

Complementando o que o Senador Waldeck acabou de dizer, quero salientar que é fundamental essa reunião, tanto com o grupo do Norte, como com o grupo do Centro-Oeste, que começa a se articular também.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Uma comissão do Centro-Leste que agrega o pessoal do Centro-Oeste.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Exatamente. Estou falando em realizar uma reunião de Governo agora, nesta hora, para que possamos pressionar o Governo e esse inicie ou assuma o compromisso de iniciar obras que nos interessam que estão no PPA, que podem ser feitas agora ou daqui três ou quatro anos. Se estão começando a defender o modelo gerencial moderno de acompanhamento e vão, evidentemente, definir as prioridades, as fontes de recursos e os prazos, temos que pressionar o Governo agora. E esse movimento nosso pode pressionar o Governo, a fim de que haja para a região pragmaticamente a identificação de alguns investimentos, que não estão nem pensados ou que, se estão pensados, não estão definidos.

Quero dizer também, até em função do bom seminário feito na Bahia, que pescamos o Banco Mundial. O Banco Mundial defendia uma verba de US$10 milhões para identificar as vocações e as oportunidades de investimentos privados na região, o que sempre quisemos. Atropelou o BNDES e o Governo Federal – essa é a verdade.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Queria suprir a omissão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Supriu a omissão e atropelou. Então, temos que nos agarrar com o Bird, que é respeitado pelo Governo Central. Acho que deveríamos organizar, oficialmente, em nome do Senado, a ida de um grupo pequeno de Senadores a Washington para cobrar, empurrar coisas e para atrelar BNDES, Seplan a esse movimento que o Bird pode capitanear com muito mais talento e mais conhecimento de causa. Traremos, então, o Bird para cima do Governo Federal, pois o Bird já comprou a nossa idéia.

Temos que fazer agora as coisas às avessas: fazer com que o Bird pressione, com o nosso apoio político, o Governo Central em cima de um projeto que nos interessa.

Então, quero deixar aqui duas sugestões. A primeira seria a da reunião tão logo possível com as comissões do Centro-Oeste e do Norte, para exercer pressão para que o Governo identifique prioridades nesse plano de ação estratégica, já que o Governo começa a definir pragmaticamente o modelo gerencial. E se quer definir modelo gerencial, quer executar alguma coisa. Se quer executar alguma coisa, que execute! Se quer retomar o crescimento equânime, que execute algo que esteja no PPA e que nos interesse!

A segunda seria uma articulação mais estreita com o Banco Mundial. Acho que podemos tirar bons frutos de uma relação mais profunda, mais íntima com o Banco Mundial. Podemos inverter o processo: a Seplan e o BNDES seriam puxados por nós, que estaremos sendo puxados pelo Banco Mundial. Essas são as duas sugestões.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Quero fazer um comentário apenas, Senador José Agripino. O sistema gerencial que está sendo montado hoje vai, inicialmente, restringir-se àqueles quarenta e dois projetos do Brasil em Ação. Mas, ainda assim, será importante para o Nordeste, porque há entre eles alguns programas importantes, como o programa de irrigação. Espera-se um bilhão de recursos da iniciativa privada, mas que não virão desse programa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Foi citada a aquavia do São Francisco, a aquavia do Madeira. Citaram! Pergunto: vai-se iniciar com essas obras?

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Não virão dentro desse programa. Exatamente.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Eu não sabia dessa reunião. Sou apenas suplente aqui. Estou com algumas audiências marcadas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer que estou perdendo a fé nesses assuntos relacionados ao nosso esforço na defesa de reivindicações pertinentes ao Nordeste, mais propriamente ao seu desenvolvimento regional.

Inicialmente, desejo lembrar que aquele documento trabalhado que fizemos em várias reuniões foi entregue solenemente ao Presidente da República e até hoje não sabemos praticamente qual foi seu destino. Quero crer, por mais ânimo que tenha de ajudar o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso na sua ação governamental, que Sua Excelência ainda não tem uma consciência nítida do Nordeste, e de que esse é um dos maiores problemas nacionais. Não tem havido, de sua parte, vontade política de resolver os problemas do Nordeste. Sem isso, não adianta.

Quando fui Deputado Federal, fiz parte de várias comissões durante quatro mandatos. Depois, Senador por três mandatos, integrei outras comissões. Percebo que ficamos sempre no debate da problemática regional e nada resulta de concreto. Quando se quer agir, age-se, como fez, por exemplo, o nosso ex-Presidente Juscelino, que tomou consciência dos problemas do Nordeste, convocou o Celso Furtado e criou a Codene e depois a Sudene. Enfim, S. Exª tomou providências concretas, que, se não resolveram, pelo menos atenuaram o problema. Refiro-me à criação da Sudene, que hoje é um órgão que precisa ser reformulado. Mas isso é outra questão.

Soube de tudo e fiquei mais ainda preocupado a partir do discurso pronunciado anteontem pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney, quando, com muita propriedade, fez uma incursão sobre os problemas do Nordeste e terminou dizendo que a única coisa que restava aos nordestinos estava desaparecendo: a esperança. Sentimos isso acontecer.

Quando saímos, como Senadores, como Deputados, percorrendo o Nordeste, sentimos que as pessoas não estão mais acreditando em soluções adequadas para os problemas regionais. Aqui e acolá surgem alguns radicais que pensam em separatismo, o que seria um absurdo. Isso não é absolutamente possível. Mais do que ninguém, somos defensores da unidade nacional.

O fato é que nada há de concreto. O plano de metas lançado pelo Presidente da República – ao qual, aliás, fiz uma crítica no plenário – não apresentou nada de essencial para a solução dos problemas estruturais da Região. Foi apenas o anúncio de alguns investimentos em alguns setores da administração pública nacional. Na verdade, nada sabemos quanto a sua execução.

Hoje, por exemplo, ouvi o Senador Agripino dizer no rádio que está havendo uma reunião no Palácio sobre a criação de um modelo gerencial para a execução desse plano de metas. Acho isso muito teórico, muito ao gosto de pessoas que não estão acostumadas a administrar. Não é preciso criar mo-

delo gerencial. Temos meios e modos de executar. É preciso destinar os recursos e entregá-los a quem realmente sabe fazer.

Nos meus discursos no Senado, sempre digo que a teoria neoliberal, que prega diariamente o Estado mínimo, que preconiza que cada vez menos o Estado invista, para sobrar dinheiro para a educação, para saúde, não pode caber numa região como a nossa. Numa região como a nossa, o Estado deve ser como sempre foi. Precisamos de dinheiro público para investir na infra-estrutura, para resolver problemas que não são resolvidos.

Por exemplo, temos algumas ZPEs que foram criadas pelo Governo Sarney. Estou fazendo um estudo de professores, inclusive de estrangeiros, que visitaram algumas ZPEs em andamento no Brasil. Ele selecionou umas quatro ou cinco, sendo de salientar a de São Luís, a de SUAPE e outras que não me lembro agora. E lá está comprovado que o que falta é terminar a infra-estrutura dessas ZPEs para que elas comecem a funcionar.

É claro que, para isso, os Estados, que estão aí endividados, não têm recursos, precisam de uma ajuda do Governo Federal. Por isso, digo que o Estado não pode funcionar, tem que encontrar recursos para terminar a infra-estrutura dessas ZPEs.

Ainda há pouco, estava falando aqui sobre a Sudene. Acho que a Sudene realmente, apesar de ser um órgão não tanto avultado, não se pode negar que deu um grande impulso ao desenvolvimento regional, embora tenha que ser reformulada, na linha de um estudo feito por uma comissão requerida pelo Senador Beni Veras. No momento, creio que está faltando à Sudene um superintendente que seja um executivo. Homenageio o General que lá está, acho que ele pode ter feito atividades importantes, mas ele não é um homem ideal para ser o superintendente da Sudene.

Por outro lado, já que estamos falando em titulares de cargos, acho que temos que ser práticos em algumas coisas. Por exemplo, o que é que está faltando em relação ao Nordeste? Está faltando um Ministério que realmente se dedique aos problemas regionais. No passado, tivemos o Ministério do Interior e o Ministério de Assuntos Regionais, que foram extintos. Acho que foi um erro.

Ainda ontem conversava comigo sobre esse assunto o Dr. Fernando Catão, que vai levar esse assunto hoje à uma reunião da Bancada do PMDB – da Paraíba. Se não desejarem criar um Ministério, bastaria que a Secretaria de Assuntos Regionais, que hoje é inteiramente esvaziada, fosse como no tempo do ex-Presidente Fernando Collor, tivesse um Ministro-Chefe diretamente subordinado ao Presidente da República, mas a ela vinculados aqueles órgãos que sempre compuseram o Ministério do Interior, o Ministério de Assuntos Regionais, etc, porque aí teríamos um titular de um cargo. diretamente subordinado ao Presidente da República, pensando diariamente nas regiões, particularmente nas regiões mais sofridas, como é a nossa.

Acho que esse assunto é importante, ninguém pode fugir disso. Não estou dizendo que isso viesse a ser feito e que, amanhã, o paraibano que lá está fosse guindado a essa posição. Podia até ser outro, mas acho que o importante é que fosse feita essa reformulação.

O nosso Waldeck Ornelas lembrou uma série de projetos que aqui existem em relação ao Nordeste. Eu mesmo tenho dois que, infelizmente, nunca foram levados em conta, a não ser no Senado. Foram aprovados aqui, foram para a Câmara e lá estão sem andamento. Um é aquele sobre o qual vivo obstinadamente falando: estabelece a preferência para aplicação no Nordeste dos títulos de conversão da dívida externa, que a própria Sudene prestigia e acha que é fundamental; o outro propõe que se volte a subsidiar os juros para financiamentos agrícolas na região, que sempre foram subsidiados. O custo do dinheiro para a agricultura no Nordeste não pode ser o mesmo do resto do País. Isso é mais do que evidente.

Eu queria colocar essas questões para dizer que estou pronto para ajudar. Acho, entretanto, que, em vez de irmos ao Ministro, devíamos voltar ao Presidente da República para cobrar de Sua Excelência aquele documento e ações objetivas em relação ao Nordeste, coisas que inclusive poderão favorecê-lo na região – eu falei isso para Sua Excelência – se ele tomasse algumas medidas firmes, por exemplo, na questão da conversão, na questão dos juros, na questão da transposição das águas do São Francisco, que hoje foi minimizada, porque o projeto hoje é de apenas um bilhão, em vez de dois bilhões, para favorecer mais Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Esses grandes projetos estão todos aí parados.

Então, seria necessário que o Senhor Presidente da República se sensibilizasse e tomasse uma posição dessa natureza; do contrário, se for para liberar, por exemplo, 20 milhões para um Estado, para fazer um canal, ou 10 milhões para fazer uma rede de abastecimento de água, isso não vai significar nada em termos de reestruturação da economia regional.

Era o que tinha a dizer.

Peço desculpas por ter de me retirar e colocome à disposição, apesar de ser apenas suplente nesta Comissão, para prosseguirmos nessa luta pelo Nordeste e pelo seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ouvi com a atenção e com o respeito que sempre me merecem as intervenções dos eminentes Senadores que falaram antes. Não tenho reparos a fazer, nem tenho nenhuma proposição concreta a apresentar. Gostaria de reforçar a sugestão do nobre Senador José Agripino em relação ao Banco Mundial, até porque – S. Exª sabe disso muito bem – talvez ele seja uma das instituições que melhor conheça...

O SR. HUMBERTO LUCENA – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO MELO - Pois não. Ouço V. Exª.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Nobre Senador, em relação ao Banco Mundial, penso que seria fundamental prestigiarmos uma solicitação no sentido de manter e ampliar os recursos do Projeto Cooperar, que é o antigo Projeto Nordeste, o qual V. Exª e o Senador José Agripino, que foram Governadores, conhecem. É justamente esse Projeto que, se não me engano, está para terminar neste ano ou no próximo.

O SR. GERALDO MELO – Nobre Senador, era justamente a isso que ia referir-me rapidamente, porque eu gostaria de fazer uma observação diferente. O Banco Mundial patrocina, por assim dizer, o Projeto Nordeste há muitos anos. Conhece a questão, tem uma estrutura técnica inteiramente informada da realidade em todos os Estados e é um interlocutor adequado no plano internacional para contribuir, para aumentar o poder de pressão interna que a região possa ter na obtenção de algumas decisões a seu respeito.

Penso, se V. Exªs me permitem dizê-lo, que nós precisamos encarar, de uma vez por todas, o problema onde ele se encontra. Todas as sugestões desse programa ou daquele outro, dessa iniciativa ou daquela outra, são, ou terminam sendo, sugestões que contornam a questão principal. A meu ver, neste momento, nós estamos vivendo no País a hegemonia de um conceito doutrinário de política econômica que repele a idéia de uma política econômica especial para o Nordeste. A questão é que hoje prevalece no País a tese de que o Governo Federal deve estimular, conduzir, liderar e gerenciar uma política econômica única para todo o País e rejeita a tese de que possa haver política setorizada ou regionalizada. Na minha maneira de ver, isso é uma heresia. Presumir que uma região do tamanho geográfico, físico, e do tamanho populacional do Nordeste não é uma economia em si que exija uma política econômica para ela e achar que nós podemos concordar com isso em nome de um pensamento econômico moderno em que se transformaram idéias muito antigas, é supor que haja uma ignorância muito grande no Senado Federal, porque sobre a adesão de sociedades e economias aos conceitos capitalistas da empresa privada e das economias de mercado não pode haver dúvida.

Eu não acredito que ninguém duvide, por exemplo, que os Estados Unidos não sejam um país ou uma economia comandada pelos impulsos do mercado, porque ela é apenas o templo, o Vaticano do capitalismo mundial. Quando se constatou que era necessário acelerar o crescimento de determinada região no sul dos Estados Unidos estabeleceu-se uma política de desenvolvimento para essa região no âmbito do **New Deal**, inspirada nas proposições de Lord Keynes, sob a liderança do Presidente Roosevelt. Isso durou alguns decênios, e ninguém achou que os Estados Unidos estavam ressuscitando algum anacronismo ou que aquilo fosse algo intolerável para um país que desejava desenvolver-se num contexto de uma economia de mercado.

Quando a Itália, através do Programa da Cassa per il Mezzogiorno, fez um programa para o Sul da Itália, que é o Nordeste de lá, para acelerar o seu desenvolvimento, ninguém foi dizer, por mais que existisse um movimento comunista e um partido comunista forte, que a Itália estivesse praticando uma violência econômica.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – É o que a Alemanha está fazendo em relação à Alemanha Oriental.

O SR. GERALDO MELO – É o que eu iria dizer. No momento em que houve a queda do muro, a Alemanha voltou a ser um único país. E a concepção de economia de mercado, de livre iniciativa, de propriedade privada dos meios de produção e de fortalecimento capitalista lá existente, acredito, também está fora de dúvida. Não é possível que se possa considerar que os pensadores econômicos da Alemanha sejam todos uns imbecis e que nós, os gênios da economia no Brasil, não podemos nos inspirar nas suas lições e experiências.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Programa de US$100 bilhões.

O SR. GERALDO MELO – Pois é. A Alemanha está realizando um programa de investimento, transformou num imenso canteiro de obras o que, no passado, era a Alemanha Oriental, com um programa consistente que tem começo, meio e fim. A existência de um programa não é incompatível com a economia de mercado. Então, na realidade, a Alemanha está realizando um programa para o Nordeste de lá, que é a área da antiga Alemanha Oriental, um programa, como disse o nosso Presidente, de US$100

bilhões. Aquela parte foi transformada – como uma parte da China que não vem ao caso por não ser uma economia capitalista – num dos maiores canteiros de obras do mundo. Existe uma decisão política tomada de que, dentro da política econômica seguida pelo Governo alemão, e como um dos capítulos dessa política econômica, existe um programa a ser realizado numa determinada região da Alemanha.

Não acredito que, num País como o Brasil, com toda a sua diversidade, devamos estimular a multiplicação de idéias que possam vir a comprometer a unidade nacional. Mas não penso que uma política especial para uma região atrasada não tenha nada com isso, muito pelo contrário, ela pode se transformar num antídoto a esse tipo de risco. Por isso, penso que a grande questão é: ou nós, nesta Casa, decidimos enfrentar uma discussão que tenha um componente técnico muito grande, uma discussão a nível dos pensadores econômicos do País hoje, ou nós vamos colocá-los numa mesa para que nos digam qual é, concretamente, a idéia. Temos sessenta milhões de brasileiros ali que poderiam se converter num grande mercado, inclusive para o Centro-Sul. Temos uma política econômica uniforme para o País. E qual é a idéia dos senhores para fazer com que esses brasileiros, um dia, tenham um nível de vida que se aproxime das regiões mais afluentes? Vamos enfrentar essa questão, pois estaremos dando uma satisfação ao eleitorado, estaremos dando informação para os nossos Estados de que estamos lutando, estamos trabalhando, estamos fazendo propostas interessantes. Mas a questão não será resolvida, por quê? Porque cada coisa que se consiga será apenas uma concessão de convivência política. Faz-se uma concessão no sentido de admitir, já que existe uma grande pressão de Senadores da região, dos Parlamentares, dos Deputados, dos Governadores. Ou seja, vamos conceder isso, como uma forma, talvez até no entendimento de alguns, de atrasar ou de pertubar o andamento normal da política econômica que deve ser preservada.

Longe de mim a idéia de propor que se arranhe o Plano Real, que se modifique a política econômica central do País. Tudo o que desejo é que essa política econômica única para o Brasil tenha um capítulo que seja o tratamento que deve a economia nacional dispensar à região. E acredito que seja uma ingenuidade se supor que, em nome da diminuição do Estado, vamos fazer o desenvolvimento do Nordeste e recuperar o tempo perdido, ou acelerar o desenvolvimento daquela região sem o Estado brasileiro liderar esse processo. Essa possibilidade não existe porque não se ajusta com a lógica do processo de decisão econômica privado. Quem tem a possibilidade de tomar uma decisão de aplicação de recursos privados no lugar de maior retorno econômico, evidentemente não vai aplicar onde há menor retorno econômico, só porque estamos defendendo isso.

Se resolvermos enfrentar o debate e a questão de que uma política especial para regiões atrasadas deve ser incorporada à política econômica geral, ou conseguimos isso, ou o resto será pequenas concessões que iremos conseguindo e que terminarão construindo, em cada um de nós, o sentimento que expressou o Senador Humberto Lucena: depois de 40 anos de vida pública, chegar à conclusão de que nada irá conseguir.

O SR. FREITAS NETO – Lamentavelmente, perdi o início da reunião, pois não pude sair do gabinete, devido à presença de um grupo de pessoas do meu Estado.

Acredito que a questão já deve ter sido discutida aqui, mas gostaria de frisar que fosse o mais objetivo possível, no sentido de tentarmos mais uma vez, já que este grupo, de maneira informal, há mais de um ano vem tentando conseguir recursos junto ao Governo Federal para nossa região. Infelizmente, predomina a idéia do Senador Geraldo Melo: eles querem uma política econômica única.

Participei do seminário feito pelo governo da Bahia com o IPEA e o Banco Mundial, mas não estive presente à sessão de abertura. Entretanto, no dia seguinte, li nas manchetes dos jornais de Salvador que o Ministro da Fazenda teria dito que o Nordeste não deveria esperar por Brasília. Não sei se ele realmente disse isso. No jornal de hoje, o Presidente da República declara que políticos não devem reivindicar recursos para suas respectivas regiões.

Represento aqui provavelmente o Estado mais carente do Nordeste, talvez junto com a Paraíba. Temos de ter uma política diferenciada. O Piauí não tem condições de usufruir de incentivos, benefícios, investimentos privados, se antes não rompermos o ciclo vicioso de pobreza com investimentos federais.

Na reunião que tivemos em Fortaleza, no aniversário do Banco do Nordeste, o Presidente do Banco, em sua exposição, mostrou claramente que o desenvolvimento da região, ao longo dos anos, coincidiu com o volume de investimentos federais na região: quando houve mais investimentos federais, desenvolveu-se mais acentuadamente; quando houve menos investimentos federais, desenvolveu-se menos acentuadamente.

O Piauí, que tem determinados potenciais – o Senador Waldeck Ornelas conhece bem aquela área, pois se limita com seu Estado –, precisa única e exclusivamente de investimentos. Estamos naquela situação de já termos tido e não termos mais. Por exemplo, a malha rodoviária federal do Piauí simplesmente acabou, inclusive a ligação para Cerrados, asfaltada pelo Estado na década de 70, depois federalizada. Até hoje não existe investimento algum, apesar do grande esforço da bancada federal do Piauí, que até consegue recursos para a recuperação das estradas – que não são liberados – por meio de emenda de bancada.

O que persiste no Governo, de maneira muito forte, é a idéia de uma política econômica única. Dela se beneficiará o centro-sul, as regiões mais desenvolvidas. Nós ficaremos numa distância cada vez maior.

A iniciativa do Senador Waldeck Ornelas de institucionalizar nosso movimento através desta Comissão foi tremendamente oportuna. Mas deveríamos objetivar, porque há mais de um ano estamos fazendo reuniões, estivemos com o Presidente mais de uma vez e com vários ministros e, simplesmente, nem resposta recebemos.

Era o registro que eu gostaria de fazer nesta primeira reunião de nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – A questão da globalização de que o Senador Geraldo Melo fala realmente é o x do problema. O País está se dirigindo para uma ideologia de globalização e economia liberal solta, justamente o que não convém a uma região pobre. A receita certa para prejudicar completamente uma região pobre é mantê-la subordinada a uma política desse tipo. Um exemplo de que isso é verdade é que o BNDES investe no Nordeste menos do que a proporção do Nordeste no PIB, quer dizer, traz "deseconomia" para a região, retira recursos da região, e o Banco do Brasil também.

Creio que podemos alterar algumas medidas paliativas que possam minorar a nossa situação. O x do problema é este: a ideologia que prevalecer na economia nacional vai tirar ou não a diferença das regiões para o Nordeste? Ou vai querer manter subordinada a tendência geral da economia? A partir desse ponto, devemos procurar discutir as questões fundamentais. Como os órgãos que estão lá não estão funcionando – a Sudene, Banco do Nordeste, DNOCS, Codevasf –, deveremos analisar essa questão para vermos o que podemos mudar.

O SR. FREITAS NETO – Há uma declaração sua sobre o DNOCS nos jornais de hoje. Qual é a sua opinião sobre o que o Governo pretende fazer no sentido de extinguir o DNOCS e a Codevasf?

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – O órgão ficou velho realmente, não foi tratado. Há sugestões para que ele fosse adaptado, mas não foi. Tal como está, não tem muita utilidade. Por isso precisa ser refeito. Assim, terá um papel fundamental no semiárido, pois é o único órgão nosso que conhece bem essa região. Pode, portanto, ali trabalhar, já que é uma região extensa e crítica.

O SR. GERALDO MELO -Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Pois não.

O SR. GERALDO MELO – Tenho muito medo dessas iniciativas de extinção de órgãos, porque, veja bem: o DNOCS é um órgão que envelheceu, conforme diz V. Exª, mas tem a responsabilidade de suprir a região com uma determinada tarefa que, envelhecido ou não, ele vem cumprindo. Essa tarefa envolve, inclusive, a operação de determinadas áreas que pertencem ao Governo Federal.

Tenho receio de que ocorra com o DNOCS o que ocorreu, por exemplo, com o DNOS: simplesmente fecha, passa-se a chave na porta, significando que todo o capital de conhecimento acumulado e todas as responsabilidades que aquele órgão tem vão para o lixo. O DNOS era um departamento que cuidava de obras de saneamento e tinha a responsabilidade de fazer, por exemplo, a manutenção de todos os equipamentos de drenagem. No meu Estado, a drenagem de vales úmidos, a construção de barragens, como a barragem de Poço Branco, a construção dos canais que existem no Vale do Ceará-Mirim, no Vale do Trairi, no Vale do Jacu foram feitos com equipamentos que custaram muito dinheiro ao Governo Federal. E o que aconteceu? Fechou-se o DNOS, as dragas usadas para a manutenção foram abandonadas e viraram sucata, a ferrugem destruiu-as, e não há mais ninguém encarregado disso.

Quer dizer, a sociedade brasileira, quando tomou essa decisão, desistiu dos investimentos que havia realizado na construção daqueles equipamentos. Temos lá uma barragem construída para evitar as cheias que destroem as lavouras de uma determinada região. Essa barragem tem comportas que requerem uma determinada administração, ou seja, quando as águas chegam a um determinado nível, antes do início das chuvas, ela precisa sofrer uma descarga para que, na hora que vierem as chuvas, a barragem tenha capacidade de receber a água nova sem fazer uma descarga catastrófica que vai comprometer rio abaixo o que esteja lá. Há 10 anos as borrachas de vedação dessa comporta estão destruídas, e não há nenhum órgão hoje responsável pela aquisição de novas.

Por tudo isso, tenho receio de que a extinção do DNOCS seja apenas a geração de mais uma situação como essa, quando, na realidade, existe um patrimônio de conhecimento técnico que não pode pura e simplesmente ser jogado fora.

Acredito nas intenções, nas ótimas intenções que presidem esse tipo de preposição, mas penso que, por falta, exatamente, de interlocutor qualificado, a região não tem a quem dizer, alertar, que não basta que uma iniciativa de fechar um órgão represente uma economia de R$200,00 reais por dia, por hora, por mês ou por ano...

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Não representa economia porque os funcionários permanecem.

O SR. GERALDO MELO – Mas não se vai mais gastar papel, telefone, carro, gasolina, enfim, que isso talvez seja um prejuízo maior do que continuar gastando com carro, gasolina, telefone.

Tenho uma sugestão concreta: penso que a formulação da política econômica parte, tradicionalmente, dentro da estrutura do Governo Federal, parte do Ministério do Planejamento, que é o Ministério de Planejamento e Orçamento.

Sei que ela hoje se dilui com a participação, muito forte e ativa, do Ministério da Fazenda e do Banco Central na formulação da política econômica. Mas o Ministério que coordena, ou o que deveria teoricamente coordenar as ações do Governo nessa área, seria o Ministério do Planejamento.

Penso que o Ministro Kandir, homem qualificado, que tem mostrado uma grande disponibilidade para a discussão séria dos problemas nacionais, poderia ser convidado para uma reunião desta Comissão. Aqui, de uma vez por todas, discutiríamos com S. Exª e procuraríamos obter esclarecimentos sobre onde está a heresia, o absurdo de se ter uma política econômica especial para uma região diferente da média do País. Se S. Exª convencer esta Comissão, todos passaremos a defender sua posição. Caso contrário, quem sabe se não o convencemos a repensar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Veja bem, Senador, na organização institucional do Nordeste há uma confusão só. Há uma secretaria que não cuida de nada, que não tem nenhuma utilidade.

Por outro lado, a Sudene deixou de ter condições de planejar. Então a região não tem interlocutor. Quem é que fala pela região? Ninguém! A questão é essa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, penso que a sugestão do Senador Geraldo é boa, porque, neste momento, estamos vivendo uma identificação da política gerencial, que não é identificação gerencial. O que estão querendo é atribuir responsabilidades aos setores a, b e c do Governo e, dessa forma, dar início a investimentos com prazos e fontes de recursos definidos.

Se temos prioridades, entendo que o modelo globalizado trilhado pelo País pode, num primeiro momento, consultar o interesse do Nordeste, na medida em que temos investimentos em áreas que sejam prioritárias para a região.

Esse é um primeiro passo, inclusive no que concerne ao convencimento, porque na discussão do investimento tem que ser provada a viabilidade desses investimentos. Esse é o primeiro passo.

A vinda do Ministro Kandir para conversar conosco é importante, na medida em que vamos estabelecer um laço a afinidades com S. Exª, porque é o braço do Governo para o planejamento e para identificação de prioridades.

Agora, há um fato mais importante que o Presidente José Sarney colocou com muita clareza, de que quando começamos a conversar para agora só perdemos, porque ao invés da corporação financeira passar a existir, perderam **status** a Sudene, o DNOCS, o Ministério, que deveria ser o Ministério do Nordeste, que é Secretaria de Assuntos Regionais, não existe, como o próprio coordenador do Ministro acabou de declarar, não tem recurso, não tem autonomia, quando é convidado para uma solenidade é convidado de forma caudatária. Então, perdemos foi terreno. Temos que dizer isso ao Presidente da República e procurarmos inserir o assunto agora, neste momento em que eles estão definindo prioridades e início de obras efetivas.

Mas insisto em que o seminário que a Bahia promoveu com o IPEA e o Banco Mundial nos dá um bom gancho, porque o vice-presidente do Banco Mundial não viria a Salvador para declarar que estava alocando US$10 milhões para começar um trabalho de mapeamento da região e identificação de oportunidades de investimentos do setor privado se não tivesse a consciência do que está falando. E o Banco Mundial quando fala, o Brasil respeita. O Presidente da República e a Seplan também respeitam.

Entendo que temos que pegar esse gancho porque é o nosso discurso e tentar empurrar, com o trator do Banco Mundial, a nossa intenção.

Por isso, penso que deveríamos organizar algumas idéias aqui.

O SR. GERALDO MELO – Permite-me um comentário, Senador José Agripino? Estou falando demais nesta reunião, mas acho importante que não saiamos daqui com idéias não manifestadas.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – O importante nesse tipo de reunião é que o assunto pode fluir mais livremente.

O SR. GERALDO MELO – Senador José Agripino, no meu primeiro pronunciamento, não dei a ênfase que gostaria de ter dado à sua proposta em relação ao Banco Mundial.

Penso que a sua proposta é alguma coisa concreta, tão concreta quando a vinda do Ministro Kandir, inclusive porque dá ao Senado a possibilidade de passar a mensagem de que conhecemos o caminho das pedras e de que sabemos como é que se pode mobilizar um tipo de opinião que tem um peso que sabemos qual é.

Por isso, concordo com a sugestão do Senador José Agripino de que seja estimulado um contato mais estreito, quem sabe até designando um grupo de Senadores para que a ida a Washington signifique o recado de que estamos realmente empenhados no assunto. Concordo totalmente com as idéias de V. Exª. Apenas fiz questão de fazer esta intervenção, porque verifiquei que não ficou muito claro que eu tenha apoiado com toda firmeza e quero apoiar com toda firmeza a sua posição em relação ao Banco Mundial.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Senador Geraldo Melo, penso que temos que pragmatizar algumas ações. A idéia de só ficar só nos projetos de lei que estão em tramitação na Câmara e no Senado, de interesse do Nordeste, é um ponto que devemos fixar como meta até para defender, para estimular o debate, para manter a chama do nosso movimento viva.

O estreitamento da relação com o Banco Mundial foi uma grande oportunidade que nos deram; US$10 milhões não significam grande coisa, mas o aval de uma entidade internacional que fala e é respeitada. E falou a nossa linguagem. O discurso do Vice-Presidente foi o nosso discurso, coincidente com o meu, com o seu, com o de Waldeck, com o de Roberto Cavalcanti. Temos que pegar isso aqui e encostar o governo contra a parede, com a nossa opinião e com a opinião do Banco Mundial, e trazer o Kandir aqui, porque chegou a hora de a onça beber água. Vão começar a identificar as prioridades e começar a dar partida em alguns investimentos. É o que nos foi dito hoje. Vamos começar a propor alguma coisa nossa. A hidrovia do São Francisco e do Madeira estão aí, a Transnordestina está aí; tem uma série de coisas interessantes que o PPA já contemplou como coisa viável, como coisa interessante ao País e que pode ser prioridade de ação, desde que empurremos.

O grande discurso, a falta da interlocução, o Nordeste excluído da política global, tudo isso pode ser objeto de pressão em seguida, porque são verdades insofismáveis. Perdemos a interlocução. A modesta, a tímida interlocução que tínhamos na Secretarias de Assuntos Regionais, na Sudene, no DNOCS, na Codevasf, está bem pequenininha. E nada aconteceu de novo, porque a sua corporação financeira, que é uma bela idéia, não passou do conceito, ficou no plano do conceito, não avançou. Temos que pressionar.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que esta reunião de trabalho preencheu plenamente a expectativa, porque sentimos que efetivamente o Nordeste já chegou a um consenso. Nós Senadores, que há um ano e dois ou um ano e três meses nos reunimos e discutimos essa questão, chegamos a um consenso sobre o que efetivamente queremos e onde precisamos e devemos chegar. Creio que a questão do papel do Estado, que foi discutida nesse seminário realizado em Salvador, para nós é muito clara; sem prejuízo do projeto ou dentro do programa de reforma do Estado, está muito claro que a reforma do Estado é necessária, mas não é suficiente para alavancar a economia da região subdesenvolvida, de menos desenvolvimento relativo. O Estado não deve estar fora do que a iniciativa privada possa fazer, porque a sua presença é necessária naquelas atividades em que mesmo a iniciativa privada podendo fazer não deseja fazer, nas regiões que não apresentam taxa de retorno adequada. É evidente que se o Nordeste não tivesse 45 milhões de habitantes, esse problema não existiria. Mas esse é um dado com o qual o País tem que conviver e tem que equacionar o problema. Das experiências de reforma de Estado discutidas até agora, nenhuma delas envolve um País da dimensão continental do Brasil, com o grave problema de desequilíbrio que temos. Não se trata sequer de ter uma política econômica especial. Mesmo dentro do padrão, do modelo da política econômica vigente, é preciso ter uma atenção especial, aí sim, para essas regiões que apresentam esse problema de excesso de população e de carências econômicas e sociais.

Creio que a presença do Banco Mundial é assegurada a partir de agora. O Banco Mundial tem sempre voltado sua atuação no Nordeste para a redução da pobreza e se dispôs, a partir desse seminário, a uma posição e a uma participação ativa no sentido do aproveitamento e da promoção das oportunidades econômicas que o Nordeste apresenta.

De modo que vamos seguir nessa linha. Vejo esse seminário como algo dentro do programa de

trabalho que a Comissão traçou e, mais do que a Comissão, a Bancada dos Estados nordestinos no Senado traçou há um ano, porque esse seminário nasceu aqui dentro do Senado Federal.

A proposta de que sejam trazidos a esta Comissão os Ministros de Estado, para que apresentem os seus programas de ação para o Nordeste, é realmente importante e fundamental. Creio que podemos começar fazendo reuniões semanais, com prioridade para o Ministro Kandir, do Planejamento, e os demais ministros, na medida que forem sendo viabilizadas as reuniões.

Passado o primeiro turno das eleições, é oportuno que nossa Comissão volte a se reunir semanalmente, com regularidade, funcionando como efetivo e legítimo grupo de pressão em defesa dos interesses do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Muito bom.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h 43min.)

NOVO SÉCULO, NOVO NORDESTE

Documento de conclusões do Seminário Internacional Reforma do Estado e Desenvolvimento do Nordeste na Economia Globalizada,
Salvador, 17 e 18 de outubro de 1996

1) O nordeste vive, hoje, um momento de amplas oportunidades, mas também de grandes desafios. Convivemos, ainda, com os velhos problemas da pobreza e da desigualdade social, ao mesmo tempo em que as transformações em curso, no Brasil e no mundo, alteram com enorme velocidade o contexto em que temos todos de atuar, governantes, empresários, trabalhadores. A estabilidade de preços, a consolidação de nossa democracia, a abertura da economia brasileira à competição internacional, o Mercosul, a globalização, a nova revolução tecnológica e de comunicações, o movimento mundial de reforma do Estado, o fim da polarização política das Nações, a consciência ambiental, tudo isto criou um mundo novo que tanto pode trazer a redenção do Nordeste, como o agravamento, talvez irremediável, de seus problemas.

2) Já não há espaço, neste mundo, para a complacência. O Nordeste rejeita, radicalmente, todas as formas de clientelismo, assistencialismo, ou engodo como padrão para as relações entre a União e os Estados, ou entre os Estados e os municípios, ou entre o governo e o setor privado, ou entre as classes mais e as menos aquinhoadas. Num mundo de acirrada competição, somente os países e as regiões competitivas sobreviverão e prosperarão. Neste mundo, existe o espaço para a política regional, mas esta terá de ser, cada vez mais, rigidamente seletiva. A região há de fazer suas apostas, há de escolher os setores em que julga poder se habilitar a competir internacionalmente. O papel da política regional será contribuir para materializar estas oportunidades, num mundo globalizado.

3) Políticas de fomento, seja por meio de incentivos fiscais, seja por outros instrumentos, que não se guiem por esta diretriz de competitividade, de estimular a consolidação das nossas vantagens competitivas dinâmicas, onde elas existam, ou possam ser criadas, devem ser rejeitadas. Merecerão apoio – e, neste caso, intenso apoio os setores capazes de se tornarem internacional e interregionalmente competitivos.

4) Para materializar estas potencialidades, necessitamos de um Estado reformado, mas ativo. Um Estado livre de seus focos de ineficiência, libertado do domínio pelas corporações, desobrigado de atuar nos setores diretamente produtivos, em que a iniciativa privada se desempenha muito melhor. Mas um Estado ativo no suprimento de infra-estrutura, no fomento à educação básica e na capacitação de mão-de-obra, na pesquisa tecnológica e no estimulo à adoção, pelas empresas, de técnicas produtivas mais avançadas. Tudo isto, preferencialmente, em parceria com o setor privado. A transformação da sociedade nordestina, no sentido da modernidade, dependerá fundamentalmente do que estiver acontecendo com sua base econômica. E só há um caminho que leva ao sucesso, neste campo: a competitividade.

5) Na construção do novo Nordeste, há um espaço de responsabilidade dos governos estaduais, há um espaço de responsabilidade dos governos municipais e há um espaço específico de responsabilidade da União. Avanços na reforma do setor público já foram alcançadas por alguns Estados do Nordeste. Estes esforços deverão ser ampliados e aprofundados.

6) O Brasil não se habilitará ao reconhecimento pelos outros povos de sua importância como Nação enquanto não forem substancialmente reduzidas as distâncias sociais e econômicas entre suas regiões. É importante que a atual política regional seja substancialmente reformada, e fortalecida, como parte da reforma do Estado. São necessários novos e mais eficazes instrumentos, renovadas instituições. Necessitamos, sobretudo, que as novas idéias penetrem nos corações e mente dos que governam o país.

7) Políticas sociais vigorosas devem, igualmente, ser implementadas. Se a globalização abre oportunidades a vários setores de nossa região que são potencialmente competitivos, ela também traz preocupações inéditas. Nem toda a população poderá, no futuro mais próximo, se beneficiar dos ganhos econômicos. Será necessário estimular também o desenvolvimento local, ou endógeno, que explora o potencial das pequenas e médias empresas e gera benefícios, especialmente na forma de empregos, imediatamente assimiláveis por largas camadas da população.

8) A expansão das exportações, tanto para o Exterior quanto para o resto do pais, é a chave para o desenvolvimento econômico regional. Muito do potencial do Nordeste, a este respeito, e hoje anulado pelas deficiências de infra-estrutura, cuja correção constitui responsabilidade fundamental do setor público, ajudado, onde for possível, pela iniciativa privada, através da concessão de serviços e obras públicas ou de formas modernas de financiamento.

9) Assinalamos o papel catalítico no esforço de modernização da economia regional que vem sendo desempenhado pelas agências financeiras internacionais, em especial pelo Banco Mundial. Não apenas no apoio à realização de eventos, como este seminário, mas, sobretudo, na identificação e promoção das oportunidades de investimento, que deverão ser intensificadas a partir de agora.

10) Região de 45 milhões de habitantes, com um produto interno bruto que excede os 100 bilhões de dólares, o Nordeste tem uma dimensão maior do que a da maioria dos países da América Latina e de outros continentes. Não abre mão de desempenhar, neste mundo que se está formando, um papel destacado, à altura do seu potencial.

4ª Reunião, realizada em 04 de dezembro de 1996.

Às dezessete horas do dia quatro de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala número 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial do Nordeste. Presentes, na ocasião, os Senhores Senadores Joel de Hollanda (Presidente eventual), FReitas Neto, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna, José Eduardo Dutra e Silva Júnior. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a palestra do Senhor Ministro Ismael Vargas – Ministro da Ciência e Tecnologia, ao qual concede a palavra. Após a exposição do convidado, usaram da palavra, os Senhores Senadores Waldeck Ornelas e Ney Suassuna. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico. – Senador **Joel de Hollanda**, Presidente Eventual.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Declaro aberta esta reunião, que, através do Requerimento nº 17, de 1996, destina-se a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação.

Na reunião de hoje, temos a grata satisfação de receber o Dr. Israel Vargas, atual Ministro da Ciência e Tecnologia, que nos vai falar sobre a programação da sua área para a região Nordeste. Portanto, é com muita alegria que concedo a palavra a S. Exª para fazer a sua exposição; logo em seguida, poderemos fazer indagações e iniciar os debates.

O SR. ISRAEL VARGAS – Sr. Presidente, Senador Joel de Hollanda; Senador Waldeck Ornelas, Relator desta Comissão:

Farei uma exposição em duas partes. Na primeira, tratarei dos antecedentes da situação de ciência e tecnologia encontrada pela administração e a sua evolução à situação atual, incluindo-se alguns dados prospectivos, naturalmente, voltados para as questões que interessam a esta Comissão, ligadas ao Nordeste.

Antes de entrar propriamente no tema específico deste convite que muito me honra, talvez de forma mais adequada ao que interessa à própria Comissão, é preciso examinar o panorama nacional mais amplo, no qual se inserem as ações de caráter regional.

Quando assumi o Ministério de Ciência e Tecnologia, em outubro de 1992, o seu orçamento era de cerca de US$900 milhões, mas a disponibilidade financeira foi de apenas US$480 milhões, um pouco acima da metade.

Os gastos nacionais de ciência e tecnologia eram de apenas US$2.7 bilhões, consideradas todas as fontes de despesa. Esses recursos correspondiam a 0,54% do PIB, o menor valor aplicado na área desde que esse indicador passou a ser acompanhado. Os investimentos das empresas em pesquisa e desenvolvimento situavam-se em torno de 10% dos gastos nacionais nesse setor. Só para efeito de comparação, nos países industrializados, os gastos nacionais em ciência e tecnologia são da ordem de 2 a 3% do PIB, e os investimentos das em-

presas situam-se entre 40%, na Europa e nos Estados Unidos, 70% no Japão e 82% na Coréia, como se vê naquele gráfico, em que estão representados os gastos totais e os gastos pelas empresas.

Devido a essa situação crítica a que me referi, em torno de apenas 50% do orçamento – como já disse, número extremamente modesto – sendo aplicado, vários projetos essenciais para a infra-estrutura de ciência e tecnologia no Brasil, alguns iniciados há vários anos, estavam paralisados.

Entre eles, cito alguns especialmente importantes, como o projeto de construção de dois satélites de observação da Terra, com a China, o chamado acordo de cooperação espacial com a China, de extrema importância. São satélites de porte comercial para o sensoreamento remoto, essenciais para a gestão dos nossos recursos naturais e, sobretudo, essenciais também no plano estratégico, vez que em toda crise mundial os satélites de observação da Terra nos tornam cegos; mudam de órbita, os canais são fechados; e nós, que vivemos num país do porte do Brasil, não somente geográfico, mas também econômico, político, a décima economia do mundo, ficamos, até hoje, cegos numa crise.

Esses dois satélites – que agora serão quatro, em virtude da ampliação do acordo, por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China, quando o acompanhei –, nesse sentido, tornarão o Brasil capaz de enxergar toda a Terra e nosso próprio território, em caso, primeiro, de uma crise, e, regularmente, para observar os nossos recursos naturais, para descoberta de recursos minerais, para a gestão da nossa floresta.

A propósito, o acordo inicial supunha a construção de dois satélites, com US$150 milhões, dos quais o Brasil se responsabilizava por US$50 milhões. Neste novo acordo, resultante da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China, os dois outros satélites da segunda parte do acordo serão construídos com participação eqüitativa, 50% para cada país. Além disso, no acordo inicial não se previa que o Brasil tivesse controle sobre o satélite. Lamento assinalar que foi um acordo do tipo "vamos construir um automóvel, mas o senhor fica proibido de dirigi-lo; paga 30% do custo, mas não dirige". Isso foi corrigido e teremos, portanto, comando sobre 30% do tempo de uso do satélite e, sobretudo, sobre o território nacional.

Também foi todo atrasado o chamado MEC-B, o Programa Brasileiro de Desenvolvimento Espacial, não só no que diz respeito a responsabilidades específicas do Ministério, através do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE, responsável pela construção de satélite, como também no que diz respeito à contribuição do CTA – Centro Técnico Aeroespacial, de São José dos Campos, responsável pela construção do lançador de satélite e pelo desenvolvimento da base de lançamento de satélites em Alcântara.

Outro projeto paralisado é o Laboratório Nacional de Luz Síncroton. Trata-se de um acelerador de partículas capaz de gerar radiação "x" de altíssima intensidade para o estudo da matéria condensada, estrutura de macromoléculas, estrutura de ligas metálicas, todo um importante instrumental para o estudo da ciência dos materiais, inclusive os biológicos. Terá o segundo ou o terceiro desempenho no Hemisfério Sul. Existe um na China, outro na Índia. No entanto, quanto à qualidade e **performance**, são inferiores ao nosso. Esse laboratório está funcionando, mas não foi inaugurado. Por uma atitude muito particular, gosto de inaugurar coisas em funcionamento, pois sou inimigo de pedras fundamentais, embora tenha sido constrangido a lançar algumas.

O Laboratório Nacional de Cálculo Científico, que é um importante instrumento de computação para o País, ganhou US$22 milhões em equipamentos de supercomputação e está levando vários anos para poder, efetivamente, vir a utilizar esse crédito, por falta de espaço e dinheiro para construir a sua sede, que será em Petrópolis, devendo ficar pronta em agosto ou antes disso.

O Centro de Previsão do Tempo e do Clima, em Cachoeira Paulista, cuja importância veremos mais tarde, quando darei alguns exemplos, é um centro de vital significado para o País e, muito particularmente, para o Nordeste.

Hoje somos capazes de fazer previsão meteorológica com cinco dias de antecedência, com 70% de margem de acerto, ao fim de cinco dias, e utilizamos uma malha de 40 quilômetros entre um ponto de previsão e outro, que é única do mundo, sendo a mais estreita malha de previsão mundial, atualmente. Para se ter uma idéia, a malha americana é acima de 100 quilômetros e a européia em torno de 200 quilômetros. Isso quer dizer, muito concretamente, que se estiver chovendo a 40 quilômetros de distância de um ponto seco poderemos prever com essa máquina.

O Laboratório de Circuitos Integrados, que é uma fábrica de máscaras de circuitos integrados no Centro de Tecnologia da Informática, em Campinas, tinha U$16 milhões encaixotados há anos por falta de U$2 ou U$3 milhões para a sua implantação. A rede nacional de supercomputação, que é extrema-

mente importante, também se encontrava em grande atraso, em grande dificuldade. Praticamente, o único dos cinco centros previstos anteriormente estava instalado no Rio Grande do Sul. Hoje, temos em funcionamento, como veremos logo em seguida, Fortaleza, Recife, Rio, o Anacop(?), Campinas e Porto Alegre.

O Sistema de Formação de Bolsas de Pesquisas estava defasado, os valores das bolsas corroídos pela inflação e o pagamento irregular, com grandes atrasos. Não se sabia quanto nem quando o bolsista ia receber. Era uma situação que tinha um reflexo humano dramático sobre os nossos bolsistas no Brasil e, muito pior, era o que sofria a imagem do País no exterior com manifestações sistemáticas de milhares de bolsistas brasileiros que não sabiam quando nem quanto iam receber. O Sistema de Ciência e Tecnologia estava descoordenado e sem um mecanismo de exame de proposições de política nacional. Os Conselhos de Ciência e Tecnologia antigos estavam envelhecidos, sem representatividade e incapazes, portanto, de assegurar a coordenação e o engajamento da política nacional de ciência e tecnologia. A cooperação internacional, como nós sabemos, estava inibida e ameaçada pela inadequação da legislação, principalmente no que diz respeito à propriedade intelectual.

O tratamento de áreas sensíveis também é muito raro, escasso e há a impossibilidade de contratação de pesquisadores e professores estrangeiros em virtude de um dispositivo constitucional inibitório desses contratos. Assumido o Ministério, em 92, estava exigida, evidentemente, uma ação enérgica e imediata concentrada na recomposição das fontes tradicionais de financiamento da ciência e tecnologia pela União, com os recursos do Tesouro, na busca de recursos adicionais. Recorreu-se ao uso das frações dos recursos apurados pela privatização das empresas estatais, cerca de U$60 milhões, e a empréstimos internacionais do BIRD, do chamado Programa do G-7, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico II, do Banco Mundial, como já me referi, e agora estamos negociando um acordo de empréstimo com o **Eximbank**, do Japão.

Criaram-se leis de incentivos fiscais para a ciência e tecnologia que estimulam as empresas a investir em pesquisa e desenvolvimento, principalmente as Leis nºs 8.248, para a área da informática, e 8.661, que cobre todo o universo industrial. Recordo-me de que o objetivo dessas leis era o de corrigir a situação já referida em que as empresas brasileiras investiam apenas 10% dos recursos totais aplicados em ciência e tecnologia, valor esse extremamente limitado comparado àquelas a que já me referi: 40% no Ocidente, 80% no Japão e na Coréia.

Além dessas medidas, passamos a estimular os Estados a investir em ciência e tecnologia mediante a instituição de seus Fundos de Amparo à Pesquisa e à garantia de recursos federais adicionais àqueles alocados pelos Estados, gerando, em contrapartida, uma certa pressão para fazer com que aqueles dispositivos constitucionais adotados por um certo número de Estados, cerca de dez, fosse efetivamente aplicado. Diante desse quadro, optamos por avaliar os projetos incompletos e destinar, prioritariamente, recursos para sua conclusão, terminar o que estava iniciado, citei toda uma série de projetos importantes nessa área.

O sistema de bolsas de estudo foi regularizado. O Presidente Itamar Franco, a meu pedido, baixou um decreto vinculando as bolsas de estudo ao salário do funcionalismo público e pagando-as na mesma data de pagamento do funcionalismo, o que resolveu esse assunto. O sistema de bolsas vem sendo dotado de rigorosos critérios de seleção de candidatos e o estabelecimento de prioridades. Há cerca de 15 dias, o Conselho Nacional de Pesquisas lançou um edital fixando prioridades para bolsas em áreas críticas, sobretudo nas áreas de Engenharia, Sanitária e Mecânica, na área de Biologia, na área ambiental e de Biotecnologia.

Com o auxílio fundamental do Congresso Nacional, toda a legislação brasileira vem sendo modernizada com destaques. Está aqui o Senador Ney Suassuna para a Lei da Propriedade Industrial, a Lei do Software, que se encontra aqui no Senado, a Lei de Cultivares, que foi aprovada ontem pela Câmara, a Lei da Topografia dos Circuitos Integrados, que também está na Câmara Federal, acordos com a área nuclear, seja o famoso acordo Brasil/Argentina e Agência Internacional de Energia Atômica, que de uma maneira extraordinária, exemplo para o mundo, acabou com qualquer hipótese de uma insensata corrida nuclear entre dois países em desenvolvimento, entre dois países que estão em paz a mais de 130 anos.

Na área espacial foi criada a Agência Espacial Brasileira, civil e pacífica, que vem desempenhando um importante papel que fez com que o Brasil entrasse em um clube bastante fechado chamado, o NTCR, **Nativious Text Control Regime**, em que transferência de tecnologias se faz entre países que assumem um compromisso de não transferir tecno-

logia de destruição maciça para terceiros países. Esse é um passo importante que está abrindo grandes perspectivas à cooperação internacional nessa área que estava absolutamente fechada para nós.

Também, com inestimável auxílio do Congresso Nacional, o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia vem sendo dotado de instrumentos de coordenação e de meios de execução, entre eles a criação do novo Conselho de Ciência e Tecnologia, uma inovação extremamente importante, um conselho enxuto constituído de quatorze membros, sete ministros, que têm envolvimento em toda a área, e sete personalidades, entre os quais o Presidente da CNI, Vice-Presidente desta Comissão, Senador Carlos Bezerra. Na Comissão estão empresários do padrão dele, José Mindlin, empresários da área aeroespacial, cientistas e planejadores, ex-Ministro Paulo Haddad e um certo número de personalidades. Esse conselho é análogo ao Conselho criado no Japão, presidido pelo 1º Ministro, e depois do projeto, praticamente a uns dois ou três meses antes da aprovação do nosso projeto, o governo americano criou um conselho semelhante presidido pelo Presidente Bill Clinton.

A grande inovação é o fato de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se dispôs a presidir esse Conselho. Trata-se do único outro conselho presidido formalmente pelo Presidente da República: Sua Excelência preside o Conselho de Defesa e das Relações Exteriores e o Conselho de Ciência e Tecnologia, em uma demonstração da vontade política e da consciência de que a ciência e a tecnologia são indispensáveis para vencer os desafios que temos pela frente.

Além do CCT, o Congresso aprovou as carreiras de ciência e tecnologia com vistas a estabelecer uma paridade salarial e métodos de seleção apropriados entre as universidades federais e os pesquisadores dos institutos nacionais de pesquisa. Infelizmente, o sistema de gratificações das universidades e de outras carreiras, implicando cascatas de gratificações, destruiu essa paridade e nos encontramos hoje em uma situação aflitiva para os pesquisadores dos nossos institutos, envolvendo dez ministérios e mais ou menos trinta mil funcionários, com salários em torno de 30%, 40% mais baixos do que das universidades federais a igual titulação.

Diante desse quadro, depois de resolvido, como disse, com apoio extremamente importante e expedito do Congresso Nacional, montamos o Plano Plurianual de 1996 a 1999, que foi aprovado pelo Congresso Nacional, e que propiciou o ensejo de se fixar metas ambiciosas para a ciência e tecnologia, compatíveis com o desejo nacional de desenvolvimento econômico com a promoção da justiça social.

Assim, em 1999, os gastos nacionais em ciência e tecnologia devem situar-se na faixa de 1,5% do PIB brasileiro naquele ano, cerca de R$10 bilhões. Devemos, portanto, saltar dos 0,7% do PIB, característico de 1990 a 1992, para 1,5% do PIB. Devo dizer, com grande prazer, honra e orgulho, que, em 1995, no ano passado, já conseguimos chegar a cerca de 0,95% do PIB, saltando daqueles crônicos 0,7% de que se falava, e já estamos de fato em 0,94% do PIB.

A participação dos setores produtores de bens e serviços nesses gastos nacionais devem alcançar 30 a 40% desse valor, portanto, de U$3 a U$4 bilhões. A composição de gastos será aquela apresentada: gasto total, gasto por parte das empresas e gasto pelo setor público. Penso que na transparência seguinte há uma melhor distribuição, ao menos mais clara. Os Estados deverão contribuir com 6%, os empréstimos externos com cerca de 5%.

Basta lembrarmo-nos de que se mais do que dobrado o PIB chega a 1,5% do PIB ao fim de 1999, pressupõe-se que o crescimento seja de mais de 10% ao ano. Esse crescimento tem sido obtido nos últimos três anos, mas a mágica para uma economia crescendo a 3%, 4% ao ano tem que ser explicado: primeiro, maior participação das empresas; segundo, maior participação dos Estados; terceiro, recursos externos. Contratamos um empréstimo com o Banco Mundial; o novo empréstimo de U$600 milhões já está aprovado e um com o BID de U$320 milhões.

As prioridades, dentre desse quadro, consistem na consolidação da infra-estrutura de pesquisa. Precisamos de meios modernos de pesquisa. Citei alguns dos grandes instrumentos desse novo acelerador sobre o qual eu falarei depois, em uma pequena observação, do Centro de Previsão do Tempo e do Clima, que é dos melhores do mundo, da rede de supercomputadores, os cinco centros de supercomputação que, uma vez interligados, criarão potencial para lidar com fenômenos complexos da natureza, como a meteorologia, as mudanças climáticas; e também da grande tecnologia, por exemplo, com um sistema de supercomputação substituímos um projeto desejado pelo pessoal da área aeroespacial, um túnel supersônico para o desenvolvimento de aviões e foguetes e, em vez de termos um túnel físico, te-

mos um super computador que simula o túnel. Coloca-se lá dentro um modelo matemático virtual e dali tira todas as dimensões, os problemas, monta o projeto.

A consolidação, o segundo objetivo, é a formação de pesquisadores. É evidente que a ciência e a tecnologia estão na cabeça das pessoas. A infra-estrutura serve para que as pessoas as utilizem com maior eficiência, com poder multiplicado. O terceiro objetivo é a consolidação de núcleos de excelências, com redes temáticas de pesquisas e de núcleos emergentes de pesquisa. A idéia é centrar, criar redes com os novos meios de comunicação, a telemática, sobre a qual falarei logo mais adiante, que permite esse gênero de coisa.

Por exemplo, a Finep acaba de montar uma rede de comunicação via satélite entre 150 escolas de engenharia. Elas discutiram e escolheram seus programas de pesquisas e suas prioridades, elegendo as quarenta melhores para coordenar e dirigir o programa. Esse é um exemplo de consolidação de núcleos de excelência por via de rede.

A ênfase da pesquisa científica é dada às áreas de pesquisas portadoras do futuro, que são as tecnologias da informação, a tecnologia espacial, a tecnologia dos novos materiais, a biotecnologia e as tecnologias de impacto social. Quanto à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, enfatiza-se a criação de condições de pesquisa via financiamento, incentivos fiscais, a formação de recursos humanos e capacitação laboratorial, bem como a conscientização e o treinamento do empresariado para gestão tecnológica e para o aumento da competitividade por intermédio de ganhos tecnológicos.

O desenvolvimento tecnológico deve ter sempre em sua origem a empresa. Caso contrário, repetem-se os erros do passado, onde o Estado investiu pesadamente naquilo que costumo chamar de "acrobacias tecnológicas", que dava um grande prazer ao pesquisador e à sua própria instituição, mas que não tinha impacto no mundo real dos negócios, dos produtos, não atendendo aos objetivos da empresa.

Os resultados alcançados até esta data são promissores: os gastos nacionais de ciência e tecnologia, em 1995, situam-se na faixa dos R$6 bilhões, equivalentes a 0,94% do PIB; a distribuição a nível de Governo Federal foi no total de R$3,8 bilhões, dos quais R$1,1 bilhão foi para o Ministério de Ciência e Tecnologia e R$2,3 bilhões para dez outros Ministérios que fazem ciência e tecnologia: Minas e Energia, Saúde, Agricultura, com Embrapa, etc.

Quanto às renúncias fiscais para incentivos que são utilizados na área: os Estados e Municípios contribuem com cerca de R$1 bilhão; as empresas estatais com R$1,2 bilhão; e os investimentos incentivados a que já me referi; a Finep, como capital próprio para programa de apoio às empresas, a Ditem (?) e outras empresas, com um total de R$6 bilhões, que correspondem a 0,94% de um PIB de R$638 bilhões.

A lei de incentivos fiscais a que me referi, associada às pressões do mercado para maior competitividade, está efetivamente induzindo as empresas a investirem em pesquisa e desenvolvimento. Mas há ainda muitos problemas. As leis mostraram-se inadequadas para estimular ações de pesquisa e desenvolvimento por parte de pequenas empresas naquelas regiões que já são beneficiadas por incentivos fiscais de outra natureza, como, por exemplo, no Nordeste.

O Ministério de Ciência e Tecnologia está em entendimento com o Senado Federal, especificamente com o Senador Waldeck Ornelas, Relator desta Comissão, para um estudo da adequação da lei de modo a abranger as áreas hoje excluídas. O estudo está bastante avançado e o Senador já tem um projeto a respeito.

O balanço dos resultados até agora alcançados é de indução de investimentos totais de R$2,8 bilhões, correspondentes a uma renúncia fiscal de R$1,3 bilhão. É preciso ressaltar que a renúncia fiscal é, de fato, um dispêndio de recurso do Tesouro Nacional no setor. Esse dispêndio não aparece no orçamento da Ciência e Tecnologia, mas no orçamento da Fazenda.

Há uma série de leis que tratam de investimento de renúncia fiscal. A Lei nº 8.010 dispensa impostos na importação de equipamentos para pesquisa científica; a Lei nº 8.032 é similar para empresas do Estado; a Lei nº 8.248, que é votada pelo Congresso Nacional, a meu ver com grande sabedoria, a lei da informática, partiu do princípio de que a verdadeira proteção só resulta da competência, baseada na ciência e na tecnologia. Essa lei reza, como sabem, que as empresas que investirem mais de 5% em pesquisa e desenvolvimento podem abater 50% do Imposto de Renda devido, com outras vantagens como dispensa do pagamento de IPI sobre produtos utilizados para a própria pesquisa e outras vantagens.

Há um ponto especialmente importante e significativo: obrigatoriamente, 40% dos recursos devem ser utilizados em associação com universidades e

institutos de pesquisa. Então, saímos da retórica da integração universidade/empresa para algo de bastante concreto, que é o desenvolvimento de projetos em conjunto nessa área.

A Lei nº 8.661, que cobre todo o universo industrial e agroindustrial, já significa um investimento de quase R$1,3 bilhão. Notem que, em média, para cada um real que o Governo está deixando de receber como imposto as empresas estão investindo R$2,3 próprios. No caso da Lei nº 8.661, acima de R$3,8, que é de conteúdo científico muito mais refinado que a área de informática, essa proporção é de R$1,2.

Os valores acumulados de incentivos fiscais estão mostrados, em média, para todos os incentivos – como disse – para cada R$1,00 as empresas estão investindo R$2,1.

Os projetos que estavam paralisados, em 1992, foram retomados. O programa espacial levou ao término do lançamento do nosso primeiro satélite, lançado para durar um ano e, em fevereiro, completará quatro anos de funcionamento ininterrupto. Essa é uma demonstração extraordinária da qualidade da indústria e da tecnologia e da ciência brasileira. Temos muito orgulho disso. Muitos perguntam por que a China, que tem 120 mil pessoas envolvidas em seu programa espacial, tem interesse em cooperar com o Brasil. Pela qualidade da tecnologia brasileira nessa área, atestada por este motivo: um satélite que foi lançado para durar um ano e está há quatro em órbita. Já temos o segundo pronto para ser lançado a qualquer hora, para satisfação dos nossos engenheiros, mas estamos esperando que o primeiro cesse de funcionar para lançar o segundo. E o terceiro satélite deverá ser concluído até o final de janeiro de 1997 para já ser lançado possivelmente por um foguete brasileiro, um veículo lançador de satélite.

O Laboratório Nacional de Luz Sincroton está funcionando em caráter experimental e seu acelerador acelera partículas a 1,3 bilhão de volts, com uma corrente de 10 mil ampéres. É interessante notar que se trata de um novo conceito de reator nuclear, de produção de energia nuclear inventado pelo Prêmio Nobel de Física, Diretor do CERNE(?), que esteve há um mês no Brasil, a nosso convite. Uma peça essencial do novo conceito é ser capaz de construir um acelerador em torno de 1 bilhão de volts, com uma potência – perdoem-me a tecnicalidade – que já temos funcionando em Campinas, de 10 mil ampères de próton.

Esse será um reator de tipo novo, sem problemas de geração de plutônio como subproduto, sem problemas de resíduo radioativo a durar milhares de anos na natureza, sem problemas de segurança. Ele é um reator não crítico. Cortada a luz, pára de funcionar imediatamente. Não há problema como a possibilidade do que chamamos de divergência do reator clássico.

O CPTec está operando plenamente e a implementação da rede nacional de monitoramento do tempo, clima e recursos hídricos avança em todo o País.

Eu trouxe para os senhores a previsão do tempo em cada um dos Estados dos membros da Comissão para os próximos cinco dias.

O laboratório dos circuitos integrados está funcionando. O Sistema Nacional de Computação Avançada está implantado e funcionando. A Rede Nacional de Pesquisa foi transformada na Internet brasileira, hoje com 500 mil usuários interligando todas as universidades, além da sociedade civil como um todo.

Para que nos demos conta do que isso significa, isso é mais do que o dobro do que sai na França; mais do que a Itália, mais do que a Espanha. Foi iniciado em setembro do ano passado e estamos interligando 20 mil novos clientes por semana. Um dos grandes projetos do Ministério é a interligação de 120 municípios do Nordeste, via Internet, que propiciará o potencial extraordinário de expansão cultural, da educação e de negócios. Há cerca de quatro ou cinco meses, vi, em Fortaleza, com grande emoção, uma rendeira oferecendo as suas rendas em Nova Iorque, via Internet. Isso dá uma idéia de como as tecnologias modernas servem à sociedade, desde as atividades mais elementares até as mais sofisticadas.

Passo a tratar da ciência e tecnologia na perspectiva regional. A decisão política centralizada e a execução descentralizada. O Conselho de Ciência e Tecnologia foi implantado e está atuando. O novo Conselho tem por objetivo formular a Política Nacional de Ciência e Tecnologia, que deverá servir ao desenvolvimento do País e ser organicamente integrada às políticas macroeconômicas, social e educacional.

Em atendimento a compromisso assumido com o Senado Federal, por ocasião de sua tramitação nesta Casa da Lei que criou o CCT, na data mesmo de sua instalação, propus a criação de uma comissão de desenvolvimento e integração regional presidida pelo Senador Fernando Bezerra.

A missão desta Comissão é examinar e propor medidas que permitam a promoção da ciência e tecnologia nas diversas regiões do nosso País, principalmente em benefício das populações mais afetadas pelos desequilíbrios regionais.

Vejam os senhores que essa Comissão tem, em ciência e tecnologia, o mesmo objetivo desta Comissão do Senado, com a qual devemos interagir não só por razões legais mas pelo vínculo pessoal estabelecido entre esta Comissão e a nossa, presidida, como disse, pelo Senador Fernando Bezerra.

A Comissão de Desenvolvimento Regional produziu uma agenda de trabalho mas ainda não avançou nos aspectos substantivos da matéria. Alguns pontos que exploro a seguir têm sido objeto de discussão na Comissão e fora dela.

Primeiro, não existe uma única experiência de desenvolvimento uniforme em ciência e tecnologia nos espaços nacionais. Nos Estados Unidos, 25 Estados consomem mais de 90% dos investimentos nacionais realizados em ciência e tecnologia. Em qualquer espaço regional, usam-se os produtos de ciência e tecnologia.

Como disse, ciência e tecnologia estão na cabeça das pessoas. O problema da produção depende da qualidade dos recursos, do número de recursos humanos e, evidentemente, dos investimentos que devem ser adequados, seja a projeto regional de desenvolvimento seja a um objetivo nacional que tenha uma proeminência, uma importância que transcende a própria região.

A idéia predominante na Comissão é a de formular a política regionalizada, cujo foco é o desenvolvimento do Estado e do município, porque eles têm formulação e vontade próprias que podem ser materializadas no seu próprio orçamento.

A experiência mostra que, em ciência e tecnologia, os melhores atores para parceria são as instituições estaduais de fomento e de execução. Os Estados que conseguirem gerar mais eficientemente uma base de planejamento de ciência e tecnologia e organizar melhor seus investimentos em parceria terão condições de avançar mais rapidamente. Essa orientação não impede que programas envolvam conjuntos de Estados, mas dificilmente coincide com a divisão regional clássica do IBGE, por exemplo, em regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. As diferenças inter-regionais comprometem qualquer esforço de ciência e tecnologia aplicado ao complexo geopolítico como um todo.

O Ministério de Ciência e Tecnologia ainda usa a divisão das estatísticas regionais, das grandes regiões, mas esse é um costume que deve ser superado, porque distorce realidades locais importantes, guardadas as proporções, à semelhança do que ocorre quando se põe o Brasil no contexto da América do Sul ou da América Latina.

Agora mesmo estou vindo da reunião da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, que presido, em Trieste, onde o Diretor-Geral da Unesco fazia uma conferência em que apresentava estatísticas de países como China, Índia, América Latina. O Brasil fica diluído na América Latina, portanto refletindo uma situação muito pior do que a que vive de fato, embora ela seja, como a dos países em desenvolvimento, também preocupante.

Naturalmente, a divisão tradicional serve a outros setores do Governo, como a área social, porque, nesse caso, a premissa básica é a igualdade de direitos básicos de toda a população. Todos precisam ter direito à educação básica, à saúde e ao desenvolvimento.

Acredito que o futuro da ciência e tecnologia regional depende de dois componentes: de um lado, da vontade dos Governos estaduais de consolidar competência em ciência e tecnologia em setores estratégicos para as sociedades locais; de outro, do Governo Federal criar incentivos especiais para esses setores. Os dois componentes são interdependentes, porque se o Governo Federal fizer um programa regional e não houver uma vontade local de absorvê-lo e ampliá-lo, nada acontecerá.

Há exemplos passados de iniciativas unilaterais que não produziram nenhuma mudança relevante. Por exemplo, a simples implantação de um centro de pesquisa no Estado pode significar pouco ou nada para o desenvolvimento local da ciência e tecnologia, apenas servindo pelos benefícios talvez ínfimos em termos meramente econômicos.

Passo a listar uma série de ações especialmente voltadas para o Nordeste. Feitas essas considerações, de caráter geral, cabe, por fim, destacar as principais ações do Ministério de Ciência e Tecnologia especificamente voltadas para consolidar o Sistema de Ciência e Tecnologia no Nordeste.

Primeiro, os financiamentos da FINEP para projetos de pesquisa e desenvolvimento são crescentes, tendo passado de menos de US$5 milhões, em 1990, para quase US$50 milhões em 1996. Ali está um gráfico muito revelador disso. O Senador Waldeck Ornelas sabe que isso reflete uma preocupação pessoal minha. Tradicionalmente, investimen-

tos em ciência e tecnologia no Nordeste são um ponto ou dois pontos acima do PIB regional. No caso da Finep, chegamos a 9% apenas dos investimentos, para um PIB da ordem de dez. Instruí o Presidente da FINEP para dobrar esses investimentos, passar para 20% ao longo deste ano, e o número que tenho é que chegamos a 17,5% de crescimento. Ele também reflete o esforço especial que fizemos na área da informática, como um meio extraordinário, através do uso da Internet, da rede, de ativar boa parte da sociedade não só em ciência e tecnologia, mas nas áreas de educação, informação e cultura.

Temos ali, então, toda evolução. O gráfico, embaixo, mostra como era em 1990 e como cresceu. Quer dizer que estamos com o investimento total na ordem de R$50 milhões.

A segunda medida tomada a respeito do Nordeste é que credenciamos o Banco do Nordeste como agente operador da Finep. A equipe do banco foi treinada para esse fim. A Finep mantém funcionários dentro do Banco do Nordeste, para operar suas linhas de financiamento.

Foi aberta uma linha de financiamento, extremamente importante, para os Estados consolidarem nos seus respectivos sistemas de ciência e tecnologia. Já foram aprovadas as linhas de financiamento para os Estados nordestinos da Bahia e Ceará. Estão em análise para próxima contratação as linhas de financiamento para Pernambuco e Maranhão. Todos os Estados são, naturalmente, credenciáveis para esse tipo de empréstimo.

Exigimos uma contrapartida de investimentos equivalentes. No total, está previsto, já contratados, R$79 milhões; previstos em projetos que já estão em análise R$131 milhões. Já contratamos R$20 milhões com o Rio Grande do Norte, R$20 milhões com a Bahia, R$20 milhões com o Ceará, R$30 milhões com o Rio Grande do Sul, R$9,9 milhões com Minas Gerais. Estão em análise Goiás, com R$10 milhões; Maranhão, enfim, uma série de Estados.

Na composição dos investimentos em ciência e tecnologia no Nordeste, que era tradicionalmente em torno de 10%, 11%, portanto, 1% ou 2% acima do PIB, a contribuição média dos Estados era abaixo disso, da ordem de 8% a 9%. Esses empréstimos têm cinco ou seis anos de carência, juros extremamente facilitados...

O SR. NEY SUASSUNA – TJLP?

O SR. ISRAEL VARGAS – TJLP.

O SR. *(Não Identificado)* – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. ISRAEL VARGAS – É, essa linha.

O SR. NEY SUASSUNA – TJLP mais 6%. E o repasse do Banco do Nordeste.

O SR. ISRAEL VARGAS – Para o repasse do Banco do Nordeste. Este é direto, não é para repasse do Banco do Nordeste.

O SR. (Não Identificado) – Qual é o setor público?

O SR. ISRAEL VARGAS – Com os Governos dos Estados. É direto.

O SR. (Não Identificado) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. ISRAEL VARGAS – Aí é outra linha chamada ADTEN, Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional, que é repasse para o Banco. Esse é fixado pelo Conselho Monetário Nacional, é equivalente ao que se tem no BNDES, talvez um pouco melhor, embora tenhamos uma série de projetos e de programas em comum com o BNDES. Por exemplo, agora a linha Finame foi aberta também para equipamentos com condições de juros melhores para a maquinária tradicional que está lá, também para aquisição de computadores, uma série de linhas desse tipo.

A terceira ação que gostaria de destacar é que a disponibilidade de bolsas de formação e pesquisa para as entidades localizadas nos Estados do Nordeste é crescente. Por exemplo, as bolsas de iniciação científica eram 2.000 e passaram para 3.000. É um crescimento considerável recente, porque estamos olhando o futuro. As bolsas de iniciação científica é que gerarão os cientistas do futuro. Não sei se os senhores estão informados do que se trata, são bolsas de estudantes universitários que se engajam na pesquisa científica sob orientação de um patrão, de um orientador, aprovado pelo Conselho de Pesquisa.

Outra ação é que foi firmado o protocolo de cooperação com fundações de amparo à pesquisa ou com as respectivas Secretarias de Ciência e Tecnologia dos Estados nordestinos. Já foram assinados com a Paraíba, Ceará, Pernabuco, Rio Grande do Norte e Maranhão, com vistas a definir ações conjuntas para a consolidação dos sistemas de ciência e tecnologia naqueles Estados. Em geral, o que nós temos feito é dar bolsas, tipicamente R$500 mil de bolsas, e os Estados investem outros R$500 mil em projetos, uma vez que há mais facilidade de nossa parte para bolsas e maior dificuldade para os Estados gerenciarem um sistema de bolsas que seja bem objetivo, eficiente, rápido, sobretudo bolsas no exterior, onde nós já temos todo um mecanismo de administração, enquanto que os projetos propria-

mente têm maior potencial de execução e de interesse local.

Outra atividade, os Estados da Região Nordeste receberam atenção especial no que diz respeito à expansão da Internet Brasil, notadamente com o objetivo de se permitir o uso desse instrumento para expansão e melhoria dos sistemas de ensino. Recursos da Lei 8.248 estão sendo canalizados para esse fim.

O Programa Infovias do Nordeste, que passarei a descrever, prevê uma série de coisas. Em vermelho, reforçado, estão as linhas a dois megabits por segundo. Uma linha de dois megabits por segundo permite a transmissão de imagem, de som de toda a trucagem computacional e permite a transmissão interativa, por exemplo, de um hospital com outro hospital, como uma operação que se passe em Nova Iorque ou no MIT para uma faculdade de medicina em alguns desses locais e Estados servidos pela rede.

O nosso objetivo prevê a interligação de nove Estados da Região, com vários pontos de presença e laboratórios em cada Estado. Estamos investindo um total de $7.3 milhões. O projeto como um todo representa R$40 milhões, nós investimos R$7.3, o Ministério das Comunicações investe nas linhas; na melhoria das linhas e os próprios Estados fazem uma parte do investimento. Os convênios com cada Estados estão prontos para assinatura, aguardando pura e simplesmente a fixação de uma data conveniente para o Presidente da República e para os diferentes Governadores.

Ali temos a distribuição por Estado, o custo total. Vejam os senhores que nós devemos instalar 927 computadores para a distribuição de informação e um número muito maior de microcomputadores. Por exemplo, o Estado do Ceará já recebeu até agora 1300 computadores, 300 sob a forma de recursos incentivados pela Lei 8.248, porque nós vamos utilizá-los naquela área, e os demais como doação de uma empresa de informática. Esses equipamentos deverão ser usados nos centros vocacionais implantados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia daquele Estado, sob a liderança do ex-Deputado Ariosto Holanda, ex-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e um batalhador pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, muito particularmente no Nordeste.

Outra atividade do Ministério na área é a rede de monitoramento do tempo e do clima, que está em implantação avançada, tendo já gerado resultados expressivos no Ceará, graças à possibilidade de gerenciamento do plantio, com base em previsão climática a longo prazo. Esse projeto tem repercussão mundial. Apresentei-o ao Banco Mundial, não faz muito tempo, agora ainda nessa reunião da Europa. Nós não chegamos ainda ao que quer o Senador Suassuna, ou seja, cinco anos, mas foi possível fazer previsão de clima e não de tempo; previsão de clima de três, quatro meses. Por exemplo, o fenômeno **El Niño** foi previsto com quatros meses. O resultado de todas essas tabelas é que em 1983 nós não sabíamos nada, não sabíamos prever e foi perdida 90% da safra do Nordeste.

A precipitação e a produção estão lá ano a ano. Os senhores podem ver aqui a correlação entre a produção e a precipitação. Em alguns casos foi feita a previsão e foi possível plantar três vezes mais e perder apenas 50% da safra no pior ano da seca no Nordeste. Isso tem um impacto econômico extraordinário. Inicialmente, já disse aqui dessas disposições de que somos capazes de fazer a previsão com a malha de 40 quilômetros e de que não exploramos ainda suficientemente esse setor. Sobretudo, algo que me incomoda enormemente é a nossa capacidade de previsão para ajudar a defesa civil. Cidades como São Paulo, Rio, Recife, etc, podem ser avisadas com antecedência de quatro ou cinco dias para montar as suas ações, se organizar para esse efeito. Na agricultura, esse exemplo é muito interessante e ilustrativo. Neste inverno, foi possível prever quatro geadas no Paraná com 72 horas de antecedência – acho que três casos – e dois casos com 48 horas de antecedência. Economia: 15 milhões de mudas de café foram salvas. Isso foi tão importante que o Governo do Paraná resolveu investir mais R$15 milhões na rede de meteorologia que temos montado, ao longo dos anos, de uma maneira um pouco clandestina, mas, acho, bastante eficaz, induzindo os Estados a participarem.

Treinamos gente no Instituto de Pesquisas Espaciais, temos dado equipamento e temos um grande projeto para recursos hídricos no Nordeste, por intermédio do gerenciamento de duas bacias hidrográficas por Estado.

Temos um problema de água, como todos os senhores sabem, mas temos um problema de gerenciamento de recursos hídricos. A pluviometria média do Nordeste não é diferente, inclusive mais alta, por exemplo, do que a da Austrália. Temos muito mais problemas. Primeiro, pela imprevisibilidade maior. Segundo, por falta de uma tecnologia de gerenciamento.

A própria idéia de bacia hidrográfica, que foi implantada no Brasil com o Rio São Francisco, a modelo do **Tenessee Valley**, que, por sua vez, copiou o modelo francês da época de Henrique IV. Por volta de 1500, já havia o conceito da administração por bacia.

Como já foi assinalado anteriormente, levamos muito a sério as fronteiras geográficas, políticas, etc, não ignorando que a unidade natural é criada pela própria física da existência.

Estamos, portanto, ampliando esses recursos hídricos. Realizamos ontem o estudo da qualidade das águas dos principais reservatórios dos vários Estados e estamos examinando a possibilidade técnica de fazer o controle por meio de plataformas automáticas com transmissão de dados com nossos satélites de coleta de dados.

Esse é um projeto extremamente importante e interessante. Existem 22 mil açudes no Nordeste, dos quais 1000 representam 80% da água. O controle é precário. Então, a qualidade físico-química da água é fácil de se medir automaticamente e de se transmitir por satélite brasileiro, que percorre o território nacional a cada 100 minutos.

Então, temos a possibilidade de utilização simultânea de 500 canais de informação e 16 variáveis. O problema está colocado agora em articulação com a Academia Francesa, com o Instituto Pasteur, com o Instituto de Pesquisas Espaciais e com a Academia do Terceiro Mundo, que presido, dado o interesse, por exemplo, pela África subsaariana, que tem o mesmo problema de água, e por algumas regiões na Índia que têm dois terços do seu território também semi-árido. A idéia é um robô que coleta água, põe-na no microscópio, que é visto por uma câmera de televisão, digitaliza tudo aquilo, joga por satélite e é recebido no centro de análise com essa freqüência, se necessário, de a cada 100 minutos. Evidentemente, não é necessário, mas, digamos, é possível fazer um controle diário da qualidade da água. Tenho um grande entusiasmo por esse projeto, que tenho chamado por aí de anti-Caruaru. Esperamos ter sucesso nessa área.

O estudo dessas dezoito bacias hidrográficas que foram selecionadas – duas por Estado – abrange uma área de 326.000 quilômetros quadrados, uma área equivalente à do Estado de São Paulo, com uma população de 12,6 milhões de habitantes.

Preocupa-nos também o desenvolvimento dessa gestão, a capacidade da gestão de recursos hídricos e o treinamento de pessoal para isso. Estamos dotando o Estado do Rio Grande do Norte de um sistema Cadi-cam, fortalecendo a capacitação tecnológica local, que, assim, poderá prestar serviços técnicos avançados à indústria local.

A idéia é a seguinte: o Brasil tem muitas modas e uma delas hoje são os parques tecnológicos. Toda prefeitura que dispõe de uma certa área e algum recurso, coloca água, luz e doa praticamente o terreno para instalação de industrias tecnologicamente avançadas. De fato, isso não vem ocorrendo, quer dizer, a oferta existe, mas o nível tecnológico dessas empresas não é aquilo que se esperava.

A idéia é ter em cada parque desses um centro com capacidade de computação para desenho industrial assistido por computador e um computador capaz de realizar uma prototipagem do produto típico da região.

Por exemplo, foi de iniciativa nossa, fui à inauguração, através de um ex-aluno, a montagem de um sistema desses numa cidade do interior de Minas, Nova Serrana, que produz US$100 milhões por ano em calçados. Tudo microempresa, dois, três empregados; dois, três participantes dessa empresa. O projeto deles é produzir US$1 bilhão por ano em calçados.

Então, está montado o sistema com computador que comanda um laser, que faz o corte econômico do couro, das peças, que processa o **design** de acordo com tendências da moda, que pode estar ligado, via Internet, com centros internacionais de desenvolvimento nessa área, no caso particular um centro na Espanha.

Estive no Rio Grande do Norte com o Governador para inauguração do parque tecnológico e sugeri fazermos isso; já compramos o equipamento, os computadores já estão disponíveis, devemos comprar agora a unidade de prototipagem. Isso é qualquer coisa de extraordinário: um computador que desenha um aparelho, desenha uma peça, não só desenha, ele fabrica em plástico um modelo, ou fabrica em papel, que vai sendo colado, está pronto um modelo, que é examinado, testado.

Essa é uma das maneiras de agregar valor, qualidade aos produtos eventuais do parque tecnológico, evidentemente, aqueles parques dotados de uma certa vocação, porque não pode fazer o desenho de tudo para todos os fins.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Não sei se V. Exª tem conhecimento da existência de um parque tecnológico em Campina Grande e de um centro de preparação de couro Albano Franco.

O SR. ISRAEL VARGAS – Já visitei, inclusive estive lá para a inauguração e voltei.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Não sei se ele está dotado desses equipamentos.

O SR. ISRAEL VARGAS – Ele é muito moderno.

É curioso que trouxe de volta da Itália dois ou três paraibanos especialistas em **design**, que trabalhavam em Veneza e outros lugares e que estão ajudando muito nessa área. Estive lá.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Mas tive interesse em saber apenas porque, pela intimidade que tenho com o pessoal da Federação das Indústrias, seria portador de informações de que o entendimento com o senhor poderia dotar o parque de equipamentos... Uma vez que o senhor esteve lá na inauguração, ficamos muito felizes.

O SR. ISRAEL VARGAS – Temos um contato muito estreito com o Senai e estamos estreitando essas relações. Há um outro centro em Franca, há esse em Minas e há um outro no Rio Grande do Sul, no Vale dos Sinos, todos ligados a isso. Esses são alguns exemplos da ação do Ministério voltados para o fortalecimento dos sistemas estaduais e beneficiamento das populações do Nordeste.

Gostaria, para terminar, de ressaltar, no entanto, que a ciência exige a existência de pesquisadores, aos quais sejam dadas condições de trabalho, pois a ciência depende da cabeça das pessoas, da inteligência delas.

É imprescindível, portanto, que os próprios Governos estaduais invistam e convençam as empresas localizadas em seus limites a investir em pesquisas de desenvolvimento. A ação da União, evidentemente, está aí para dar suporte a essas ações locais, sobretudo àquelas vocações clássicas e tradicionais do CNPq e da Finep. De um lado, presta-se apoio à empresa e ao desenvolvimento tecnológico e, de outro lado, ao desenvolvimento de recursos humanos, sobretudo pelo CNPq e pela Finep.

Muito obrigado pela atenção e pela paciência com que V. Exªs ouviram o meu longo relato.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência agradece ao Sr. Ministro Israel Vargas pela excelente exposição que acaba de fazer, chamando a atenção para detalhes tão ricos e para tantos dados sobre a situação em que S. Exª encontrou o Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre as ações iniciais desenvolvidas e sobre os principais programas e projetos em execução. V. Exª enfatizou, por fim, a Região Nordeste, salientando os principais projetos em execução no Ministério, em articulação com os Estados e com os Municípios.

Realmente, foi muito importante para nós Senadores receber esse conjunto de informações, abrangendo esse Ministério que é extremamente importante para o País como um todo e, particularmente, para a Região Nordeste, que – esperamos – poderá retomar o seu desenvolvimento, diminuindo as desigualdades regionais no nosso País.

Portanto, Sr. Ministro Israel Vargas, manifestamos a nossa gratidão pela gentileza de sua presença e por sua contribuição importante.

Sem mais demora, concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuana, da Paraíba, para que S. Exª possa fazer as suas indagações.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Sr. Ministro Israel Vargas, Srªs e Srs. Senadores e demais participantes, antes de mais nada, gostaria de pedir desculpas ao Sr. Ministro pelo fato de a Casa não estar cheia de Senadores representantes de Estados do Nordeste. As Casas políticas Câmara dos Deputados e Senado Federal estão "meio loucas": está programado para todos comparecerem a um evento, e, de repente, são marcados cinco eventos destinados à análise de questões urgentes. Há pouco tempo, V. Exª ouviu o toque da campainha convocando os Parlamentares para a votação de alguns requerimentos de urgência, cujos prazos estavam-se esgotando; queríamos votá-los para acelerar alguns projetos. Com isso, em outros eventos, não houve **quorum**.

Sr. Ministro Israel Vargas, fiquei com algumas dúvidas. V. Exª disse que conseguimos arranjar uma forma de recebermos conhecimentos da área atômica, o que não era possível antes.

O SR. ISRAEL VARGAS – Falei da área espacial.

O SR. NEY SUASSUNA – Os Estados Unidos reclamaram sobre isso? Os Estados Unidos protestaram sobre essa questão da área atômica?

O SR. ISRAEL VARGAS – Não. Fiz referência à área atômica quando falei do acordo com a Argentina.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas eu soube que os Estados Unidos estavam reclamando sobre o acordo entre o Brasil e a Argentina. Isso continua a acontecer?

O SR. ISRAEL VARGAS – Penso que os Estados Unidos eram favoráveis à idéia de que se procedesse à inspeção mútua dos programas atômicos argentinos e brasileiros. Aliás, isso foi proposto por uma Comissão nomeada pelo Presidente José Sarney, a qual presidi, e que destinava-se à avaliação do Programa Nuclear Brasileiro. Uma das recomen-

dações daquela Comissão foi a de se insurgir contra o potencial existente de uma corrida armamentista na área nuclear entre o Brasil e a Argentina. Tenho muito orgulho de ter induzido àquela recomendação, que foi aceita pelo Governo brasileiro e que propiciou o nosso atual relacionamento com a Argentina, que é excelente.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Ministro, nessas pesquisas realizadas pelo Ministério, muitas coisas são descobertas e postas à disposição das empresas. Em 1982, quando eu estava cursando a Escola Superior de Guerra, verifiquei que a Avibrás e uma série de empresas recebiam esses conhecimentos, principalmente nos centros tecnológicos militares, e os transformavam em valor econômico. O Ministério se ressarce de alguma coisa?

O SR. ISRAEL VARGAS – Primeiramente, quero dizer que esses empréstimos não são feitos pelo Ministério. Essas empresas, em geral, utilizam algumas dessas formas de empréstimo da Finep, por meio do chamado Adten, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional. Esses empréstimos sustentam a pesquisa em desenvolvimento em institutos que, algumas vezes, podem até ser nossos. V. Exª deve estar-se referindo ao caso do Instituto de Pesquisas Espaciais ou do Centro Técnico Aeroespacial da Aeronáutica.

Essa questão que V. Exª está levantando, que, a meu ver, é extremamente importante, é objeto de uma preocupação do Ministério, de um setor que V. Exª conhece muito bem. Procura-se responder à seguinte questão: a quem pertence os resultados da pesquisa de desenvolvimento feita com dinheiro público? Não havia uma regulamentação para isso e há obstáculos incríveis.

Por exemplo, um pesquisador brasileiro, um cientista brasileiro que trabalhe numa universidade ou num instituto de pesquisa do Governo, regido pelo chamado Regime Jurídico Único do funcionalismo público, é proibido de receber remuneração por esse trabalho.

Então, está respondida a sua pergunta: se ele não pode ser remunerado – nem ele, nem a instituição – ele transfere de graça.

O SR. NEY SUASSUNA – O que é uma injustiça, porque...

O SR. ISRAEL VARGAS – Exatamente. Estamos trabalhando, temos um projeto de lei praticamente pronto para ser enviado ao Congresso Nacional que responde essa questão. De acordo com ele, o resultado da pesquisa pertence, no caso do pesquisador ligado à universidade, parte à universidade, parte ao departamento em que a descoberta foi feita e parte ao pesquisador.

Isso existe em outros países, onde, a grosso modo, a distribuição é: 33% para o pesquisador, 33% para o laboratório em que ele trabalha e 33% para o fundo de pesquisa da instituição, seja universidade, seja instituto de pesquisa.

Isso tem uma grande importância, porque representa um grande estímulo à criatividade, além de ser um incentivo econômico que não pode ser desprezado pelo pesquisador. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, em que esse tipo de lei é aplicado, isso gerou uma grande expansão da pesquisa e um conseqüente desenvolvimento.

O SR. NEY SUASSUNA - V. Exª sabe que vivemos na área de educação uma certa mentira, pois as escolas privadas são entidades sem fins lucrativos, mas na realidade têm dono. Quanto aos estabelecimentos federais, estaduais e municipais está tudo bem, mas as isoladas, que são muitas no Brasil, teoricamente não têm fins lucrativos, mas terminam tendo dono. A Universidade Cândido Mendes é do Cândido Mendes, a Gama Filho é do Gama Filho, as minhas são minhas e assim por diante.

Essas instituições estão hoje, todas elas, correndo atrás de processamento de dados, é óbvio, mas não estão conseguindo importar equipamentos. Estão importando fazendo uso de liminares na Justiça. Não deveríamos estar fazendo uso de nenhum instrumento legal para fazer essas importações, pois esse equipamento está sendo usado para o ensino nos cursos de engenharia, computação etc.

Esse é um questionamento que faço a V. Exª. As universidades federais, estaduais e municipais estão importando e nós, da área privada, estamos importando por intermédio de liminares.

O SR. ISRAEL VARGAS – Senador Ney Suassuna, meu assessor já me passou uma resposta. A Lei nº 8.010, que regula essa questão, não permite a isenção fiscal para essa importação quando feita por instituições privadas. É preciso que a lei seja modificada. O que V. Exª pleiteia é que os mesmos incentivos sejam concedidos às instituições privadas, quer dizer, dispensa de pagamento de impostos. Não há impedimento para importação. Pode-se importar à vontade.

O SR. NEY SUASSUNA – Estamos conseguindo importar, mas queríamos uma equiparação com as instituições públicas.

O SR. ISRAEL VARGAS – V. Exª pode importar à vontade, o que não se pode é fazer uso de um

incentivo, quer dizer, ser dispensado do pagamento de direitos de importação.

O SR. NEY SUASSUNA – Conheço a lei, mas considero errado que se consiga, da mesma forma, sem se cumprir a lei, fazer as importações.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – A Lei nº 8.010 veda a concessão desse benefício para entidades com fins lucrativos.

O SR. NEY SUASSUNA – Elas não têm fins lucrativos. Todas elas...

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Interpreta-se que a empresa, mesmo empresas públicas, foram excluídas dessa lei, como por exemplo o IPT. A interpretação vigente é que, sendo empresa, terá necessariamente...

O SR. NEY SUASSUNA – Tenho a impressão de que não estamos falando sobre a mesma coisa.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – É preciso mudar o texto da lei.

O SR. NEY SUASSUNA – Não estamos falando a mesma linguagem. Só consigo ter uma faculdade se ela não tiver fins lucrativos; tenho que provar para o Ministério da Educação que ela não tem fins lucrativos. Isso é uma coisa...

O SR. ISRAEL VARGAS – Isso é uma hipocrisia.

O SR. NEY SUASSUNA – É uma hipocrisia, mas, por ser sem fins lucrativos, vai para a Justiça, que...

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Parece até que é um bom negócio...

O SR. NEY SUASSUNA – Estamos importando, mas acumulam-se ações na Justiça.

Quanto a satélites, V. Exª disse que estamos fazendo o segundo e o terceiro. Não se corre o risco da desatualização? Para nossa surpresa, o nosso, que deveria durar um ano, durou quatro. Mas já fizemos o segundo. Com essa tecnologia avançando tanto, esse segundo e esse terceiro não vão ficar obsoletos?

O SR. ISRAEL VARGAS – Em primeiro lugar, é preciso que se diga que ela não avança com essa velocidade, felizmente ou infelizmente. É um sistema extremamente complexo, Senador. Para se fazer um satélite, o modelo que é colocado em órbita é o sexto sempre; qualquer país do mundo faz seis satélites para pôr um lá em cima. É preciso construir um satélite completo para fazer testes de energia, de comunicação interna, de resistência mecânica, de vibração. Portanto, é algo realmente infernal. O que me surpreende é que eles consigam ficar em órbita, porque tudo é muito complexo.

O SR. NEY SUASSUNA – Normalmente, na capital de cada Estado, há a Secretaria de Ciência e Tecnologia; no caso da Paraíba, há ainda alguns departamentos em Campina Grande e outros na simpática Cajazeiras. Quase todos os demais municípios não têm essas mesmas condições, mas possuem Sebrae.

Não seria possível usar essa malha do Sebrae – isso já está sendo feito por outros Ministérios, como o dos Transportes – , para infiltrarmos mais a ciência e a tecnologia?

No caso do Nordeste, preocupa-nos a farmacopéia, ou seja, a utilização dos princípios ativos dos nossos vegetais, cujo uso popular é muito grande; a tecnologia do couro – hoje, muitas empresas de Franca e São Paulo estão indo para a Paraíba; o aproveitamento das fibras, como o agave e o algodão, que nos interessam muitíssimo; a agricultura e a pecuária. No caso da agricultura, há o bicudo, que não foi inteiramente controlado; na pecuária, busca-se a melhoria do nosso rebanho.

Além disso, há o problema de se colocar na cabeça das pessoas que, via Sebrae, a tecnologia pode ser infiltrada para as microempresas, até mesmo para as destinadas ao artesanato.

Então, poderíamos fazer algum convênio, algo que tivesse mais capilaridade; talvez o Sebrae pudesse ser um agente do Finep para a infiltração, já que, como falei, os recursos morrem naquelas cidades mencionadas.

O SR. ISRAEL VARGAS – V. Exª já tem a solução: a rede que será instalada e interligará mais de duzentas cidades do Nordeste imediatamente, via computador. Esse é o instrumento que pensamos tanto para o ensino, como para todos os fins de difusão e promoção tecnológica.

Evidentemente, temos também a mais estreita articulação com o Sebrae, que realiza, uma vez por ano, o mês de tecnologia. No ano passado e no corrente, em 30 de outubro, encerrei, com uma palestra direta na rede Sebrae, o mês Sebrae de Ciência e Tecnologia. Temos uma articulação muito grande, de maneira que não há problema.

O SR. (Não Identificado) – O Simc e o FAT têm recursos gigantescos. Por exemplo, o Maranhão estava com sete milhões líquidos, no primeiro semestre, que deviam ter sido aplicados.

Talvez, se o Sebrae, o FAT e o Simc enviassem recurso grandioso, algumas centenas de milhões de dólares...

O SR. ISRAEL VARGAS – Há outros programas, como o realizado por meio da Finep, com

R$100 milhões: R$75 milhões do FAT e R$25 milhões da Finep, nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Waldeck Ornelas, para que faça os seus comentários.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Ministro José Israel Vargas, foi extremamente importante que V. Exª nos tivesse proporcionado, antes de entrar no assunto específico do Nordeste, uma visão panorâmica do trabalho do setor, que é pouco conhecido pela sua própria natureza. Essa recuperação que V. Exª nos mostrou do setor é extremamente tranqüilizadora em relação ao futuro do País, nessa era da globalização. Daí a preocupação que a Comissão do Nordeste tem tido.

O primeiro documento encaminhado ao Presidente da República já falava da necessidade de executar uma ação concentrada e vigorosa, destinada a atender as necessidades educacionais da população e a estabelecer sólida base para o desenvolvimento científico-tecnológico na região, exatamente porque temos clareza e convicção de que a educação, a ciência e a tecnologia são indispensáveis para assegurar a competitividade.

Com satisfação, pude ver também que V. Exª ressaltou que não tem faltado, nesse esforço, a participação do Congresso Nacional, seja com o Conselho de Ciência e Tecnologia, seja com, a Lei de Patentes e todos os outros projetos em tramitação, de **software** de cultivares, etc.

Efetivamente a nossa preocupação é muito grande e vejo, com satisfação que, a partir das reuniões informais – esta Comissão tem trabalhado muito mais informalmente do que formalmente –, eu e o Senador Beni Veras, na condição de Relator e Presidente, antes disso, tivemos uma reunião coordenada pelo Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, o quadro das aplicações de Ciência e Tecnologia no Nordeste. Abriu V. Exª, claramente, todos os números e todos os elementos do Ministério, o que mostrou o grande **gap**, o distanciamento que havia. Já pôde V. Exª, hoje, apresentar efetivamente, dados que mostram como têm evoluído e como têm sido importantes esses diálogos. As aplicações da Finep evoluíram para 17%, quando antes eram 2%. É evidente que há um grande espaço, que pode ser ocupado imediatamente. Depois, a tendência irá estabilizar-se em certo patamar.

Isso é particularmente importante quando observamos os dados que V. Exª nos proporcionou com relação à participação do Nordeste, seja referentes a bolsas, seja referentes a alunos de pós-graduação. São números que deixam uma distância muito grande e mostram a necessidade de que o Ministério tenha participação intensa nesse particular. Por que o Ministério? Porque no Brasil quem investe em Ciência e Tecnologia é particularmente o Governo, o setor público.

Estamos observando o esforço que tem sido realizado por meio da política de incentivos. Devo dizer que o projeto de lei relativo aos incentivos diferenciados para o Norte e o Nordeste já teve parecer favorável do Senador Freitas Neto, membro desta Comissão, que precisou retirar-se em virtude de outro compromisso. Estamos aguardando a votação dessa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, mas, é uma assunto que está encaminhado.

Essa presença do setor público, particularmente do Governo Federal, é extremamente importante no sentido de fazer uma ação indutora. Tenho um ponto de discordância com V. Exª. O nobre Senador enfatiza muito a questão de que os Estados devem ter um papel preponderante, muito presente. Entendo que o Ministério tem uma visão mais ampla, mais geral e mais "antenada" com o resto do mundo, o que lhe permite até identificar oportunidades que, de repente, a Bahia, a Paraíba, Pernambuco não observam, mas que V. Exª, a sua equipe e os órgãos que integram o Ministério observam. É importante essa ação indutora, esse papel do Ministério no sentido de dar orientação, de acender a luz para os próprios governos estaduais em relação a essas questões de Ciência e Tecnologia e as próprias universidades nordestinas.

A demanda que geram é insuficiente para que alcancem e recuperem esse tremendo **gap** que ocorre em relação ao desenvolvimento do Nordeste, **vis-à-vis** ao restante do País, sem prejuízo de ressaltar o papel que as redes temáticas montadas pelo Ministério têm cumprido, ou cumpre, a esse respeito no sentido de apoiar esses núcleos emergentes sempre em colaboração com os centros de excelência de que já dispomos no País e que se formaram fundamentalmente com base no apoio do Governo Federal, ou seja, custeados por todos os brasileiros. Por isso, nesse momento, justifica haver um apoio específico e diferenciado para a formação de centros de excelência do Nordeste.

Sugiro que, dentro dessa ótica, ou por via de conseqüência desse raciocínio, haja um tratamento diferenciado em relação ao apoio do Ministério nas relações com os Estados. Essa relação é de um para um, ou seja, meio a meio.

Estamos observando que, mesmo em atividades econômicas, como é o caso do Turismo e do Prodetur, que têm financiamento externo por parte do BID, alguns Estados do Nordeste, uns mais outros menos, têm enfrentado alguma dificuldade em alocar as contrapartidas necessárias. Ora, isso se reflete também na área de ciência e tecnologia. Eu sugeriria a V. Exªs examinar a hipótese de se fazer uma relação, como a LDO estabelece, de se ter uma base de 70, 30, por exemplo, o que, sem dúvida, possibilitaria abrir um pouco mais o leque ou fazer multiplicar os poucos recursos que os Estados nordestinos têm.

Outro ponto é que, pela importância de que a matéria se reveste, como V. Exª chamou a atenção, eu gostaria de obter alguma informação mais precisa a respeito do cronograma de implantação do programa das infovias, de maneira que pudéssemos, o mais rapidamente possível, ter a presença desse importante instrumento que é o acesso à Internet, com a RLP, que V. Exª chamou de Internet brasileira, no interior do Nordeste. É particularmente importante, pois temos núcleos, como, por exemplo, o pólo Juazeiro-Petrolina, que operam no mercado globalizado, que têm que competir com a fruticultura e ainda não têm acesso a esses recursos para possibilitar sua sintonização em tempo real com o que ocorre lá fora, quando têm que colocar as frutas às vezes na gôndola numa determinada janela de mercado.

Isso requer um gerenciamento bastante eficaz, além de requerer todo um suporte de pesquisa e tecnologia. Neste momento, por exemplo, tem sido grande o esforço no sentido de fazer com que o mercado japonês se abra para a manga produzida nas áreas irrigadas do Nordeste.

São esses os dois pontos que gostaríamos de ressaltar no sentido de continuarmos o trabalho de acelerar – V. Exª está fazendo um grande trabalho no Laboratório de Luz Sincroton –, para que possa haver uma aceleração intensa no programa de ciência e tecnologia no Nordeste.

Meus parabéns, meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. ISRAEL VARGAS – Muito obrigado, Senador Waldeck Ornelas.

Aprecio muito esse indispensável diálogo não só em termos da obrigação institucional, somos Governo todos os dois, Executivo e Legislativo, responsáveis, portanto, diante da população brasileira não apenas pelo destino dos recursos, mas também pela qualidade e pela orientação que se dá a essas aplicações.

Como V. Exª pôde notar da minha exposição, o que está previsto como contribuição dos Estados no PPA é 6% do investimento total. Portanto, não se trata dessa paridade de 50% a 50% a que V. Exª se referiu, mas sim de 6%. Bem, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que gostaria de observar é que vivemos, de fato, certa contradição. Trouxe esta transparência, que também está naquela documentação, que mostra o dispêndio do fomento por pesquisador, segundo unidade da Federação, em milhares de dólares.

Se V. Exª observar no primeiro grupo de três, verá o Pará com mais de 20 mil, a Bahia com mais de 20 mil, o Ceará com mais de 20 mil, a Paraíba com 17 talvez, Pernambuco próximo dos 20 mil. Observe, não é muito distinto de São Paulo, que está abaixo de 20 mil, do Paraná, que está abaixo de 20 mil, do Rio Grande do Sul, que está em torno de 20 mil.

Quer dizer, existe uma grande deformação. O Distrito Federal, onde está localizada a Embrapa e uma série de outros órgãos, para efeitos, portanto, de contabilidade de investimento, é contado de maneira muito...

Separei aqui os grupos dos Estados do Nordeste. Então o problema não é tanto do investimento, mas do limitado número de pesquisadores. É de multiplicar o número.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – V. Exª disse: "Ciência requer pesquisadores". Quer dizer, é o problema das bolsas, dos alunos, etc, porque tem de ver exatamente que, embora a média do Gallup seja idêntica, o diferencial é muito grande.

O SR. *(Não Identificado)* – Quando o pesquisador do Maranhão se diz discriminado, protesto. Não é verdade, porque o que se gasta por pesquisador é mais ou menos o mesmo.

Onde está o "efeito Ceará", que chamo de "efeito Hélio Barros"? Ainda não deu o efeito Bahia, do Ubirajara. Essa é uma questão importante.

O SR. *(Não Identificado)* – Ubirajara, mire-se no exemplo do Hélio Barros.

O SR. *(Não Identificado)* – (Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ISRAEL VARGAS – Essa é uma questão: estamos fazendo um grande esforço. É importante que haja participação do Estado, que haja consciência local. Quando digo Estado ou Município, refiro-me à sociedade. Se ela não se convencer...

O que é ciência e tecnologia? Costumo recordar que é o mero exercício da racionalidade no uso

de recursos. Não é nada mais do que isso. Então essa é uma questão profunda.

A segunda pergunta, desejo responder imediatamente. Pedimos ao Planalto que marcasse a data para assinatura desse projeto das infovias para o desenvolvimento. A implantação é imediata. Assinam o convênio os nobres Governadores dos Estados, o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Ministro das Comunicações, e a aplicação é imediata.

De fato, esses computadores já estão estocados e a caminho do Nordeste. É uma operação complicada, distribuir isso. São quantos municípios?

O SR. *(Não Identificado)* – São 119 municípios.

O SR. NEY SUASSUNA – Está localizado no Estado ou numa região?

O SR. ISRAEL VARGAS – A distribuição de computadores é feita por Estado. Servidores e laboratórios, porque são diferentes níveis, são máquinas diferentes. Alguns têm o laboratório de certo tipo, de certo nível, outros são diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Paraíba está bem colocada.

O SR. NEY SUASSUNA – Deve ser Campina Grande, que tem hoje um centro grande.

O SR. ISRAEL VARGAS – Ontem, transferimos, numa operação simbólica extremamente importante, os SOFTECs 2.000 para a iniciativa privada. Estava previsto que ao fim de quatro anos de aplicação, transferiríamos para o setor privado.

Gostaria de chamar a atenção para esses números, que refletem, que revelam e que reforçam isso que estou dizendo: o uso de tecnologia avançada como um instrumento de progresso imediato, porque, às vezes – e há muita tendência entre os nossos amigos do Nordeste –, dizem: "Vamos usar tecnologias apropriadas, mais rudimentares". Sou contra, porque o exemplo é que o efeito multiplicador é da tecnologia avançada, e não da tecnologia rudimentar.

Então, foram investidos, em quatro anos, US$100 milhões: US$30 milhões pelo Governo Federal, US$30 milhões pelos Estados e Municípios, e US$40 pelas empresas, em vinte centros. Foram criados cinco mil empregos diretos e cem mil empregos indiretos. Não há nenhuma indústria automobilística que gere esse tipo de emprego com um investimento tão baixo, quer dizer, US$20 mil por emprego criado, emprego de alto nível.

Vejamos esta transparência: Nordeste. São 4 núcleos no Nordeste: Fortaleza, Campina Grande, Recife e Salvador. No Nordeste, foram criados mil empregos diretos e vinte mil empregos indiretos.

Exportamos US$150 milhões. O projeto é para o ano 2.000. Vamos exportar US$2 bilhões. Portanto, geraremos 50 mil empregos diretos, provenientes de um projeto extremamente barato. É um exemplo único de integração. Não quero citar o caso do Nordeste, em que os governadores não entravam em contato com seus prefeitos. Citarei um caso mineiro: Uberlândia montou um projeto com Uberaba, o que é um milagre fantástico! É um projeto que integra e estrutura. Assim, conseguimos algumas vitórias, pois 700 pequenas empresas foram criadas, conforme ocorre em todo o mundo. O novo Diretor de Operações Internacionais, Dr. José Antônio Moura, é professor em Campina Grande. Abrimos três escritórios: em Fort Lauderdale, no Texas; um na Alemanha e outro na China. O chefe do escritório neste país é Telmo Araújo, também de Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência agradece ao Ministro Israel Vargas por ter comparecido a esta Comissão e por ter trazido importantes contribuições para os trabalhos aqui desenvolvidos.

Esse agradecimento é extensivo aos assessores do Sr. Ministro e aos dos Srs. Senadores aqui presentes, que honraram e dignificaram, com suas presenças, os trabalhos desta tarde.

A todos, nosso muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h 35min.)

COMISSÃO ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 367 , DE 1996-SF, DESTINADA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE,TEMPORÁRIA, CONSTITUÍDA POR 11 (ONZE) MEMBROS TITULARES E 11 (ONZE) SUPLENTES, PARA, ATÉ 15 DE DEZEMBRO DE 1996 PROMOVER DISCUSSÕES E ESTUDOS QUE RESULTEM EM PROPOSTAS DE APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A REGIÃO NORDESTE, INCLUSIVE SEU ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

1ª Reunião, realizada em 14 de maio de 1997.

Às dez horas e dez minutos do dia quatorze de maio do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial do Nordeste. Presentes, na ocasião, os Senhores Senadores Beni Veras, Freitas Neto, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna, Joel de Hollanda e

Valmir Campelo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se ao debate sobre a mosca branca ou mosca da fruta, com a participação dos convidados: Dr. Márcio Miranda – Chefe do DPD da Embrapa; Dra. Edna Costa Manso – Representante do Chefe do Cenagen e a Dra. Maria Regina Vilarinho – Pesquisadora da Embrapa e, ainda, como segundo item da pauta, a discussão sobre o Projeto Semi-árido – proposta de desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio São Francisco e do Semi-árido Nordestino. A presidência registra a presença do Deputado Felipe Mendes. Após as exposições da Dra. Maria Regina Vilarinho e do Dr. Márcio Miranda, usaram da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Senadores Antônio Carlos Valadares, José Agripino Maia, Waldeck Ornelas, Freitas Neto e o Dr. Airson Bezerra Lóssio – Presidente da Codevasf. Nada mais havendo a tratar, e agradecendo a presença dos Senhores Senadores, do Deputado e dos Convidados o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos e, para constar, eu, Luiz Cláudio de Brito, secretário eventual da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico. – Senador **Beni Veras,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Declaro aberta esta reunião, cuja pauta trata de discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a Região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação.

A reunião de hoje terá por objetivo ouvir a exposição do Dr. Manoel Abílio de Queiroz, Diretor da Embrapa em Petrolina, sobre os problemas da empresa.

Tem a palavra o Dr. Manoel Abílio de Queiroz.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ – Muito obrigado.

Nós, da Embrapa, gostaríamos de agradecer a oportunidade que os Exmºs Srs. Senadores nos deram e apresentar alguns pontos a serem considerados, se possível, no contexto da discussão desta Comissão. Eu pediria permissão para apresentar o tema em transparências e **slides.**

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Pois não.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ – Gostaríamos de apresentar esta contribuição dividida em vários itens. Primeiramente, faríamos uma rápida análise da situação dos recursos naturais do Nordeste e da desertificação que vem ocorrendo; em seguida, discutiríamos o paradigma de desenvolvimento já feito na região durante certo tempo; depois, discutiríamos novas alternativas de paradigmas e as tecnologias que já poderiam ser utilizadas nesse paradigma, estratégias de difusão e, finalmente, as conclusões.

A desertificação no Nordeste é bastante antiga. Foi muito discutida com os pioneiros como Guimarães Duque e Vasconcelos Sobrinho. Eles começaram a discutir esses temas, mas muitos não se deram conta de que isso era realmente importante. Sem dúvida, a desertificação de terras é um fenômeno natural em função do uso pela população e da distribuição de chuva. O fenômeno ocorre em várias áreas do mundo. No Nordeste, não foi diferente. Esse é um ponto importante. Depois mostraremos, em alguns **slides,** alguns aspectos da questão do ambiente semi-árido.

Há várias extensões de semi-árido no mundo, isto é, o semi-árido não é somente uma situação brasileira. Podemos ver nesses mapas que ele está distribuído em vários continentes. Desconsiderando a parte da África que tem uma região extremamente seca, que é considerada hiperárida, as áreas áridas, semi-áridas e subúmidas cobrem praticamente todos os continentes: Arnérica do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e Austrália. Então, vê-se que esse aspecto geográfico está bastante distribuído em vários continentes do mundo, e é uma área de grande extensão.

Nessa figura, há a comparação da distribuição de chuva em quatro pontos de semi-árido: do Brasil, da Espanha e dos Estados Unidos. O azul representa o semi-árido brasileiro – Petrolina, por exemplo; a chuva nos meses de fevereiro, março e abril é bem mais abundante do que nos outros semi-áridos. O vermelho ocorre na Califórnia; o verde, na Espanha; e o amarelo, no Arizona. Essas distribuições de chuva são muito semelhantes.

Dentro do mesmo semi-árido – no caso estamos usando o brasileiro –, há uma variação grande. Na figura de baixo, o vermelho representa Barreiras; o verde, Açu, no Rio Grande do Norte; e o azul, Petrolina. Há uma variação de chuvas. De setembro em diante, a umidade é bastante alta em Barreiras. No entanto, setembro, agosto, junho, julho e maio são meses de poucas chuvas. Já em Petrolina, de maio a outubro, chove pouco. Normalmente, há variação dentro do mesmo semi-árido.

Considerando o ambiente, foi realizado, há algum tempo, um estudo, analisando solo e vegetação. Verificamos que há destruição ambiental em grau bastante acentuado em vários Estados do Nordeste, especialmente nos Estados do Ceará e Paraíba, seguindo-se Pernambuco e Rio Grande do Norte. Mesmo a Bahia, cujo percentual não é tão alto, a área de desertificação é expressiva pois o Estado é bem maior que os outros.

A degradação ambiental ocorrida no Nordeste tem várias causas: a pressão de uso dos recursos naturais; os sistemas de cultivo que os agricultores utilizam com plantas que não fazem proteção de solo; chuvas intensas no semi-árido; os vários desmatamentos para usos diversos como lenha, olarias, indústria, etc. Tudo isso tem levado a esse número.

Isso totaliza vinte milhões de hectares; e o semi-árido nordestino tem cerca de noventa milhões de hectares. Cerca de 22% da região tem problemas de degradação. Isso naturalmente não é nada apocalíptico. Sem dúvida há solução.

Essa situação resultou das formas como o semi-árido vem sendo utilizado. O primeiro de todos os paradigmas a ser utilizado foi o de combate à seca. Não é um modelo dos mais adequados, porque não conseguiu manter o desenvolvimento sustentável dessa região. Houve êxodo rural e, durante os anos de seca mais intensa, houve frente de emergência. Com isso, chegou-se a gastar cerca de US$2 bilhões. Foi um gasto expressivo, e os sistemas apresentaram grande vulnerabilidade não só em produtividade mas também no risco climático, principalmente para as culturas como o milho e o feijão, que nos causaram seriíssimos problemas.

Ao lado dessas medidas paliativas, que eram sempre de combate à seca, foram realizadas obras de infra-estrutura básica. A região investiu na pesquisa agropecuária devotada ao semi-árido. Fez vários projetos de irrigação. Hoje, há cerca de 600 mil hectares irrigados dentre os projetos públicos da iniciativa privada, os próprios Estados. E há uma capacitação tecnológica já instalada nessa região. É um começo, que pode ser levado em consideração quando se analisarem outros paradigmas. O paradigma de combate à seca, esse definitivamente devemos sepultá-lo, porque não dá muita sorte. Isso foi tão forte que houve uma influência na cultura e deu nome ao DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas. A idéia de combate à seca permeou todas as decisões tomadas ao longo de muitos anos.

O Nordeste tem uma área de 1,6 milhão de quilômetros quadrados; o semi-árido, novecentos e doze mil quilômetros quadrados ou noventa milhões de hectares; e a população é de 27 milhões de pessoas. Chamo a atenção para o fato de que é uma região que tem ainda um grande contingente no meio rural. Essa população de 27 milhões é urbana e rural e abrange cerca de mil municípios.

Ao lado daquelas soluções paliativas, foram realizadas ações mais estruturadoras, como por exemplo os pólos de irrigação. Hoje, há 14 pólos de irrigação. Em lugar de combater a seca, estão utilizando o período que não chove para produzir frutas de boa qualidade. Essa está se apresentando como uma alternativa interessante, porque se começa a analisar o problema sob um prisma diferente.

Analisemos outras vantagens comparativas.

Creio que deveríamos centrar toda a questão do semi-árido nas vantagens comparativas. De nada adianta insistir nas desvantagens.

Uma delas é o período de poucas chuvas. Apesar de ser uma desvantagem em si, é uma vantagem, pois se consegue produzir frutas de boa aparência e qualidade. Outra vantagem sobre outros semi-áridos é a pouca variação nas temperaturas do ar. Em alguns semi-áridos, em alguns períodos, as temperaturas são muito baixas, chegando às vezes a zero grau. Nós temos uma temperatura praticamente uniforme.

Há um grande número de horas de insolação. As conseqüências disso são teores baixos de acidez nas frutas e teores altos de açúcar. Esse é um ponto importante que nem sempre se obtém em outros lugares. E não temos feito divulgação dessa vantagem. E trata-se de uma vantagem que, na disputa, torna as nossas frutas bastante competitivas.

Há água de boa qualidade em vários pontos, principalmente no rio São Francisco. E há muitos pontos com água subterrânea de boa qualidade. Essa é outra vantagem importante.

Fomos também privilegiados pelos nossos hábitos alimentares. A preferência por frutas e hortaliças era antes só para sobremesa. Atualmente há muitas refeições principais, não somente no Brasil mas também no exterior, baseadas no consumo de frutas. As frutas passaram a ser um alimento importante por ser saudável.

Há também a maior proximidade de centros consumidores, se comparado com o Chile, por exemplo. Se analisarmos esse aspecto, verificaremos que não é uma vantagem muito grande, mas é considerável se levarmos em conta que os grandes mercados como o europeu e o americano têm algumas janelas que ainda podem ser observadas.

O nosso mercado interno é considerável; é muito importante e relativamente forte. As peles e fibras produzidas no Nordeste têm grande resistência. A indústria de calçados, por exemplo, está começando a descobrir isso e a se instalar na Bahia e no Ceará. Antes isso era totalmente negligenciado. Portanto, há uma possibilidade muito grande de comercializar peles e fibras de muita resistência.

Existem plantas forrageiras no Nordeste muito tolerantes à seca. E há a infra-estrutura inicial física e tecnológica.

Gostaria de passar alguns slides e depois passaremos às conclusões.

Todos pensavam que o Nordeste era uma região homogênea. Esse estudo demonstra que existem cerca de 170 unidades geoambientais distintas, das quais cerca de 100 estão no semi-árido.

Como se pode observar, há uma área de solo em declividade e há bastante erosão. Esse é um ponto importante. No caso de degradação, aconselha-se utilizar áreas com declividade acentuada sem nenhuma proteção.

Essa área está bastante degradada. A parte de solo já foi praticamente transportada, e estamos na parte do subsolo. Isso é na Paraíba. Em tempos anteriores, era cultivada com algodão, milho, feijão etc. Estamos vendo que é uma pendente alta, e, devido à intensidade de chuvas e à não-proteção das culturas alimentares e o sistema de cultura, o solo foi degradado.

Reparem que, apesar de o solo ter sido degradado, há o aparecimento da vegetação, nascendo em solo extremamente pobre. Se você deixar mais alguns anos, essa área fica completamente coberta e essa é uma grande diferença entre o semi-árido brasileiro e alguns semi-áridos africanos, onde essa degradação é irreversível. No nosso semi-árido, com as chuvas fortes todos os anos, há a possibilidade de recuperação dessa vegetação.

Esta é outra vista com mais vegetação praticamente sem habitação; há grandes vazios sem ninguém. Em contrapartida outros lugares têm bastante habitação, e conseguimos ver várias casas em uma área rural.

Nesta vemos o sistema de cultivo na margem de uma área e vê-se que já houve bastante erosão. Os cultivos estão sendo feitos morro abaixo, naturalmente porque o homem tem dificuldade de se localizar em planos distintos. Sem dúvida, esse é um ponto que faz com que isso dificulte a conservação.

Aqui vemos o uso de tração animal e um solo mais arenoso, um solo mais leve que é bastante utilizado.

Devemos pensar em alguns remédios. Em primeiro lugar, temos uma estação chuvosa bem definida, mesmo nos anos completamente secos, e uma série de tecnologias que, se usadas adequadamente, podem ser trabalhadas. Uma delas é na área animal. Vamos mostrar uma série de alternativas para a área animal, que tem muito menos vulnerabilidade às vicissitudes climáticas.

Vamos ao próximo. Este é o sorgo e pode ser trabalhado. Esse é um sistema de cinta metálica onde se coloca pressão e se retira todo o ar. Pode-se armazenar a palha do sorgo, inclusive se pode colocar amônia e melhorar imensamente a qualidade da resticultura, ficando um alimento extremamente importante para os animais.

Este em foco é palha de milho, palha de sorgo, e todos esses materiais podem ser utilizados. O sorgo é bem mais tolerante que o milho.

Este **slide** está mostrando que, quando se faz pressão em cima, naturalmente essa cinta vai subindo. Pode-se armazenar e se ter comida para os animais durante o período em que passam as chuvas; haverá comida de qualidade razoável para os animais. Essa é, sem dúvida, uma alternativa.

Temos também a alternativa de colocarmos o material em tambores e há a possibilidade de se ter silos de muito boa qualidade com elevada taxa de proteínas. Há a palma forrageira, outra alternativa que pode ser utilizada.

Este é um recurso um pouco mais novo, a melancia forrageira, e é muito interessante. Pode ser armazenada no campo e dura de seis a oito meses sem deteriorar, e é um competidor muito próximo da palma.

Ao fundo estamos vendo a maniçoba, que é outra espécie nativa muito interessante para a alimentação animal. A maniçoba tem raízes tuberosas como se fosse parente muito próxima da mandioca, sendo uma planta extremamente tolerante à seca.

Esses ensaios estão sendo conduzidos há dez anos consecutivos, enfrentando secas muito fortes, e todo ano ele produz cerca de dois mil quilos de matéria seca, o que dá um feno de muito boa qualidade com elevado teor de proteína.

Vemos o plantio de maniçoba. Ela é uma planta que naturalmente, para ser manejada para alimentação animal, deve ficar com a maior parte herbácea, porque a parte que é lenhosa diminui a qualidade do valor da forragem.

Estamos mostrando que pode ser passada uma forrageira e seca ao sol, onde se tem um feno que pode ser guardado para seis ou oito meses.

Aqui, vemos a raspa de mandioca, que também pode ser um alimento interessante; é um energético importante para os animais, seca também ao sol, funciona relativamente bem e é bastante interessante também como mais um elemento para a alimentação animal.

Esse **slide** mostra uma alternativa que integra três fontes básicas: uma é a caatinga, vegetação nativa normal, para o período chuvoso; o capim, porque a nossa vegetação nativa é muito pobre em gramíneas, e o capim búfalo tem funcionado muito bem; e aquela área verde é o complemento com a proteína, que, no caso, pode ser a maniçoba, porque ela, sem dúvida, seria um complemento; ou a leucena, que é outra leguminosa, menos resistente à seca do que a maniçoba, mas que também é um material muito bom. Isso aí é fácil de estabelecer.

Aqui se vêem animais na área de capim durante o período seco, comendo, no meio do campo.

E aqui a leucena durante o período chuvoso, quando se tem chance de fazer alguns cortes e preparar o feno da mesma maneira como se faz com a maniçoba; ou se mantém a leucena, e se colocam os animais dentro, durante um certo período, para comer e complementar a alimentação de que necessitam. Entretanto, achamos a conservação na forma de feno mais adequada, porque em anos chuvosos melhores se fazem três ou quatro cortes e uma quantidade de feno muito maior.

Neste vê-se o feno de capim búfalo, que também é outra coisa interessante, com o qual se pode fazer feno para os animais, que eles também consequem comer muito bem. Na área animal, são várias alternativas.

Vamos passar para a área irrigada. No caso aqui, trata-se de manga. Já nas áreas irrigadas temos solos, vocês estão vendo que há um contraste muito forte daqueles solos semi-degradados.

Aqui, são mangas da variedade de exportação.

Acerola, outra cultura; naturalmente, o mercado dela não é tão grande, já está sendo exportada, mas, sem dúvida, tem ainda um espaço grande; hoje já se está começando a fazer sucos concentrados, acho que ela tem um espaço, porque é uma fonte importante de vitamina C.

Goiaba: está crescendo bastante o interesse por essa fruta não só no mercado interno, como no externo.

Esse aqui é para mostrar o caso da uva. Esse é um ramo de videira. Vê-se como ela cresce de maneira completamente diferente no semi-árido; para a questão de brotação e tudo, teve que ser feito um ajuste. A uva, no Brasil, somente é cultivada comercialmente no Rio Grande do Sul, embora já exista há 200 anos no Nordeste, vinda com os europeus quando ocuparam a área. É um manejo adequado para se escalonar a produção e entender todo esse processo de crescimento, isso só aconteceu mais recentemente, porque, por meio de podas e uso de hormônios de crescimento, foi possível desenvolver uma tecnologia suficiente para se ter produtividade boa e principalmente escalonar a produção para o momento desejado. Outra grande vantagem é que se pode planejar a época em que se vai ter a colheita.

Este aqui mostra o caso da uva itália sendo desbastada manualmente. É bom não esquecer que as frutas, no caso da uva, manga, etc., são culturas que exigem um tratamento muito artesanal. Isso, de certa maneira, é interessante em comparação com a situação do Nordeste brasileiro, onde temos necessidade de empregos no meio rural. Então, não é difícil você mecanizar frutas para consumo **in natura**.

Essa é uma variedade americana bastante utilizada, chamada **red globe**, desenvolvida na Califórnia, que já tem sido manejada no Nordeste brasileiro e já está se comportando relativamente bem. Basta lembrar que, hoje, cerca de 80% da uva de mesa do Brasil já vem da região semi-árida. Quer dizer, esse é um ponto importante a ser destacado. Talvez muita gente nem se dá conta de que a região semi-árida já está hoje produzindo 80% da uva de mesa do País. Outra região que produz uva de mesa é São Paulo, na região de Jales. Entretanto, eles não têm tanta flexibilidade de escalonar a produção como tem a região semi-árida. Sem dúvida, o Nordeste semi-árido é um competidor muito forte na questão da uva de mesa. Deverá se manter assim por bastante tempo.

Essa é uma uva sem sementes, chamada Catalunha. Na questão das uvas sem sementes, esse é

outro campo importantíssimo, porque o mercado externo, sobretudo o americano, e agora, em segundo lugar, o europeu, começa a exigir uvas sem sementes. Essas variedades foram criadas fora do Brasil; no entanto, nós as estamos adaptando aqui. Até então, as dificuldades eram muitas, mas esses primeiros experimentos já estão numa fazenda chamada **Labrounier (?)** do Grupo Carrefour. É um trabalho desenvolvido pela Embrapa do Rio Grande do Sul, que nós fazemos com eles, com resultados extremamente satisfatórios. As uvas já têm um calibre – nome técnico que se dá ao tamanho da baga – que atende à exportação, e alguns agricultores já estão conseguindo exportá-las com sucesso.

O término desse trabalho está previsto para daqui a uns dois anos, mas acredito que este ano está havendo muito interesse por parte da iniciativa privada. Esse material está indo muito bem. Vi pessoalmente um importador inglês extremamente bem impressionado com o desempenho dessa variedade. Creio que muito breve ela estará disponível para os agricultores, talvez já a partir deste ano.

Essa variedade é **perlet(?)**, também muito interessante, que se tem comportado muito bem, com muita aceitação. Os agricultores estão muito entusiasmados com ela, e é muito provável que ela passe a ser comercial dentro em breve.

Essa é outra variedade de uva sem semente, chamada **flame sid lest, (?)** também muito interessante. Ela está com um padrão de bagas bom, e imaginamos que essas variedades vão entrar no mercado em breve. É um mercado relativamente grande, porque a África do Sul já tem variedades, como também o Chile e a Califórnia. Faltava o semi-árido brasileiro produzir essas variedades, porque as pessoas estão muito ávidas, muito interessadas nesses materiais. Este ano eles já deverão estar ficando disponíveis para os agricultores.

Aqui temos um detalhe da produção de mudas de uvas, pelo processo convencional.

Essa é uma planta com a qual está-se começando a trabalhar. É a tamareira. Foi plantada na região semi-árida e se comportou de maneira bastante diferente da que ocorreu em outros semi-áridos. Curiosamente, ela ficou bastante precoce e tem uma variabilidade muito grande; temos encontrado plantas com produtividades muito boas. Imaginamos que dentro de dois anos teremos materiais bons para cultivo. E está havendo um interesse muito grande de agricultores de várias partes, que estão pedindo amostras de sementes para começar a estudar o comportamento desses materiais. Já deve haver hoje amostras em mais de 200 locais, e muito em breve teremos material produzido por meio de cultura de tecidos, que deverá produzir material uniforme.

Esse é um detalhe da tâmara, de perto. O Brasil hoje não tem produção nenhuma, inclusive a tem importado de Israel, na forma de tâmara fresca ou na forma de passas, esta última mais comum. O preço, no Brasil, tem sido altíssimo – mais ou menos de R$20,00 o quilo –, enquanto o preço internacional é de R$4,00 ou R$5,00 o quilo. Acredito que os empresários estão muito interessados na produção brasileira, e é muito provável que ela se transforme em cultura em pouco tempo, tão logo consigamos dominar a produção de plantas femininas.

Esse trabalho está sendo feito em parceria com a Espanha, e esperamos, até o próximo ano, dominar a tecnologia de produção, porque, hoje, a produção por semente dá material que segrega. Esse banco de germoplasma de tamareiras é o único de que dispomos no Brasil, e tem plantas muito boas. Imaginamos que muito em breve estaremos com esse material pronto para ser entregue. Naturalmente, será uma opção para área irrigada.

Este **slide** é sobre sementes. Este outro mostra mudas por meio de sementes, que é o que temos agora. Mas devemos passar a produzir mudas por intermédio de cultura de tecidos, pela qual se multiplica a matriz feminina – a tâmara tem planta masculina e feminina. Portanto, teremos a sua tecnologia muito em breve.

O aspargo é outra cultura que foi trazida do Rio Grande do Sul. Comportou-se muito bem no semi-árido, como é do conhecimento de todos. Hoje está sendo exportado para a Espanha. O aspargo é branco porque é produzido sob uma camada de solo; pode-se, então, ver que é preciso fazer colheitas diárias. Pode-se escalonar a produção de modo a ter colheita durante quase todo o ano: fazem-se lotes de maneira a colher aspargos todo o mês.

Este **slide** mostra o crescimento do aspargo, que foi fabuloso no semi-árido – cerca de 20 cm por dia. Ele é branco, porque está coberto de solo, portanto não tem clorofila. Há mercado para aspargo branco e para aspargo verde. Uma coisa interessante que o aspargo do semi-árido apresentou é o baixo teor de asparagina, que dá um sabor mais amargo. O aspargo produzido em lugares mais frios possui mais asparagina, o que não é uma característica tão desejável, embora seja importante por questões médicas. Mas ela dá um sabor mais adstringente ao as-

pargo. O nosso tem um teor baixíssimo, e foi muito aceito na Espanha.

Este **slide** mostra o agricultor colhendo. Ele é intensivíssimo na questão de uso da mão-de-obra. Estamos começando a receber uma forte concorrência do aspargo chinês e do aspargo peruano.

Penso que temos que trabalhar novas formas de produção, talvez em pequena escala. E já temos todo o processamento em pequena escala que talvez tenha mais poder competitivo do que outros tipos, levando em conta aquilo que eu falava: hortaliças e frutos têm todo um trabalho manual, talvez da família, da cultura familiar, com possibilidades até de apresentar índices competitivos. Está sendo, inclusive, analisada economicamente essa alternativa.

Essa transparência mostra sementes de cebola. Sem dúvida, é um mercado pequeno, mas é outra coisa interessante. O Brasil importava semente de cebola da Espanha, depois começou a ter variedades nacionais do Rio Grande do Sul e, agora, já tem variedades do Nordeste brasileiro, do semi-árido. E aqui temos a produção de sementes da região semi-árida, com possibilidades de ter toda a produção de que se precisa.

Aqui vemos um detalhe. Inclusive, vale a pena salientar que temos chances de exportar cebola doce para os Estados Unidos, porque durante certo período do ano, de setembro a dezembro, eles não têm cebola doce para consumo **in natura** para sanduíches, etc. Eles hoje consomem mais a cebola doce do próprio Estados Unidos e fazem alguma exportação. Alguns redistribuidores e supermercados nos Estados Unidos já procuraram o Vale do São Francisco; já começaram a exportação em escala experimental, mas não tiveram muito sucesso. E hoje, sem dúvida, isso é possível.

No caso da melancia, esse é um exemplo da variabilidade que temos no Nordeste. Essa de nº 12 é resistente ao ídio**(?)**, e a nº 11 é suscetível. Essa característica é transmitida para variedades comerciais.

Aqui vê-se a diferença entre essa variedade que está aí morta e a variedade comum que temos hoje no mercado brasileiro, chamada **christian suite**(?), uma variedade americana criada há muitos anos nos Estados Unidos. Esse material verde é um material resistente.

Já foram introduzidos materiais, temos linhas [illegible]o com um aspecto muito bom, cria-se uma variedade resistente. Essa 95 é um material experimental, linhagens que estão próximas de serem lançadas no mercado.

Internamente já estão com aspecto muito bom. Vocês estão vendo que agora é do lado direito, está com um aspecto interno muito bom.

Imaginamos que as pessoas não gostariam muito, principalmente as mulheres, as donas-de-casa que, de uma maneira geral, fazem a feira e não gostam de carregar peso. Então, estamos imaginando que no futuro a melancia deve ser pequena, de boa qualidade, com cerca de dois quilos, mais ou menos, e tendo uma melancia de dois quilos sem sementes – estamos trabalhando esse material – imaginamos que deverá ser um produto que vai despertar muito interesse no mercado interno. Já temos conversado com algumas donas-de-casa e elas estão ávidas por isso. Estão dizendo que a pesquisa está demorando muito, que é uma coisa complicada e que elas gostariam de ter uma melancia mais maneira para carregar, mas que devem ser boas.

No caso dos melões, como outra alternativa, temos o melão amarelo. O melão amarelo é um híbrido americano que é cultivado no Brasil, com um sabor péssimo. Lamentavelmente, temos esses melões nos hotéis – penso que os senhores já os provaram. Eles têm um sabor muito ruim. Esse híbrido é altamente produtivo, foi criado na Califórnia, mas tem um sabor muito ruim, elabora uma quantidade muito pequena de açúcar. Então, já temos outros materiais que estamos trabalhando.

Esse tem outro aspecto, muito melhor, uma cor um pouco salmão, esse está um pouco claro, mas tem um teor de açúcar mais alto e melhor sabor. Esse é um híbrido chamado **hymarck(?)**, que está se comportando muito bem. Temos esse outro tipo, que é chamado **sharrantê(?)**, um tipo mais apreciado na França. É um tipo muito bom, tem uma cor salmão e um sabor muito melhor.

Estivemos estudando a cadeia produtiva do melão e verificamos que esses tipos, com toda certeza, têm um potencial forte para o mercado interno; eles deverão tomar, decididamente, na hora que estiver no mercado, o lugar desse outro, porque é muito mais saboroso e com possibilidade também de alguma brecha para o mercado externo. Estivemos trabalhando com o pessoal da Espanha e eles acreditam nisso. Estamos com muitas amostras de sementes do material com grupos espanhóis, inclusive estamos testando em articulação com eles. É uma grande rede de cooperativas

chamada Anecoop(?), que tem sede em Valência. Eles acreditam que esses dois tipos apresentados têm potencial.

A pupunha, sem dúvida, é outra palmeira da Amazônia, que se comportou extremamente bem na região semi-árida. Para nós foi uma surpresa. É para palmito. Ela se comportou bem, cresceu muito bem e hoje está sendo trabalhada. Já há algumas empresas privadas produzindo.

Esse é um exemplo do palmito que tem sido tirado, está caminhando muito bem.

Penso que era isso que tínhamos a apresentar. Estamos agora à disposição para algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – É com satisfação que passo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – A exposição do Dr. Manoel Abílio de Queiroz é extremamente importante e interessante para quem vem discutindo as questões do Nordeste, particularmente do Nordeste semi-árido. É lamentável apenas que, tendo que concorrer com a votação da reeleição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vários Senadores transitaram pela Comissão, mas não puderam permanecer, em face dos apelos das lideranças para que se desloquem até lá.

Mas a mim me impressionaram alguns aspectos postos pelo expositor. Eu gostaria até que ele retomasse aquela transparência que compara o regime de chuvas na região de Petrolina com outros semi-áridos do mundo e depois de Petrolina com Açu e com Barreiras. A definição de semi-árido, do ponto de vista hídrico, é a ocorrência de precipitação abaixo de 80mm/ano. Eu gostaria que ele comentasse um pouco isso, o que pode representar em comparação com outros semi-áridos. Eu gostaria de ter um aprofundamento disso.

Mas, impressionou-me, sobretudo, que o Cepat esteja otimista, quando diz que dos 90 milhões de hectares 20 milhões estão em processo de desertificação e não tem sobre isso – como diz o próprio Dr. Abílio – uma visão apocalíptica. Por outro lado, vem ao encontro da posição que tem sido defendida aqui na Comissão e pela Bancada do Nordeste no Senado, desde 1995, que é essa proposta de sepultar o paradigma do combate à seca. Penso que realmente o Nordeste passou várias décadas, diria quase o século todo – afinal de contas a antiga Inspetoria Federal de Obras contra a Seca existe desde o início do século –, trabalhando no sentido do combate à seca. Depois tentou-se mudar isso para a convivência com a seca, mas, na verdade, o que se vê hoje é um novo discurso, no sentido de que é possível considerar os vários Nordestes. E aí eu queria voltar para a parte agrícola, em que há também a afirmativa feita pelo Dr. Abílio de que o Nordeste não é uma região homogênea, ao contrário, temos cerca de 170 unidades diversas, das quais mais de 100 do semi-árido.

Logo na primeira pergunta, eu gostaria de saber se o Cepat tem isso detalhado, em que escala, etc. Em seguida, eu gostaria que V. Sª me desse maiores informações a respeito dessa questão.

Outra coisa é essa capacidade de recuperação que a pesquisa já está permitindo afirmar em relação até mesmo às áreas em que os maus tratos chegaram a um processo de desertificação. Também há dois aspectos que quero explorar nesse caso. Um é que me parece que está havendo uma reorientação do Cepat, não sei se estou certo nisso, mas a imagem que eu tinha do Cepat, até por visitas anteriores, era de que sempre havia uma preocupação voltada para o pequeno produtor, para a conservação da água, quer dizer, numa escala bastante micro. Vejo que o Cepat até já concorre com o centro da fruticultura, está se enveredando para esse caminho da fruticultura irrigada, e isso me parece bastante importante. Quer dizer, esse trabalho não está voltado apenas para a conservação da água, mas para o desenvolvimento, para a identificação das variedades de frutas que têm maiores condições de produtividade no Nordeste, de resistência, de convivência com a seca.

Há outro ponto sobre o qual eu gostaria de ouvir a opinião do Dr. Abílio, porque isso é importante para as políticas que venham a se desenvolver. O que se observa é que a pesquisa tem avançado, mas a questão da transferência da tecnologia, da extensão rural, parece-me um modelo mais ou menos falido. Os modelos de Emater não apresentaram, efetivamente, o resultado satisfatório. Não sei se o Dr. Abílio concorda com essa avaliação. Quero dizer: que mecanismos, que instrumentos devemos adotar para estimular a transferência de tecnologia que pudesse chegar efetivamente ao campo?

Por outro lado, eu queria saber também se tem havido alguma articulação com o BNB, no sentido da utilização dos recursos do FNE e mesmo do financiamento do Banco do Nordeste para projetos que apóiem, que tenham maiores condições de retorno econômico e de criar uma condição de estabilidade agrícola no semi-árido.

Finalmente, outro aspecto é a importância da pecuária, de grande ou de médio porte, em relação ao semi-árido.

Qual a relação que vocês têm visto entre essa questão do potencial de produção do semi-árido e o volume demográfico que temos na região?

Gostaria de ouvi-lo a esse respeito.

No mais, meus cumprimentos pela exposição.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ – Muito obrigado, Senador Waldeck.

Vamos pela seqüência.

A questão dos semi-áridos.

Primeiro, quero concordar plenamente com a sua terceira colocação, Senador Waldeck, quando V. Exª falou da reorientação. Não adianta querermos, no Centro, fugir do óbvio; ou seja, se temos potencial na região semi-árida, que pode ser explorado com uma atividade mais intensiva, não podemos deixar de fazê-lo. Se não fizermos isso, como as pessoas que lá vivem poderão se manter?

Então, a primeira intenção foi pensar na intensificação do uso. E as áreas irrigadas, sem dúvida, apresentam essa possibilidade de intensificação do uso.

Temos discutido com vários colegas, e todos estão totalmente de acordo que precisamos considerar a questão da intensificação do uso como um ponto fundamental. Naturalmente, as áreas que são impróprias para o cultivo, eventualmente, no futuro, deverão até se transformar em reservas, como acontece na Austrália e em outros países, em que há áreas que têm muito mais potencial, mas que são utilizadas como reservas ecológicas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Permite-me?

Por isso é importante o detalhamento dessas unidades.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ – Exatamente.

Em relação a sua primeira pergunta, começamos a discutir alguns tópicos e comparar com outros semi-áridos. Visitamos o sul da Espanha, que é uma região onde chove muito pouco. Vocês puderam ver que ali o regime pluviométrico é muito parecido com o nosso, até um pouco mais baixo. A região do sul da Espanha tem um potencial pecuário muito forte, a cultura irrigada é o forte. Só nos meses de fevereiro, março e abril temos mais chuva do que eles. E os espanhóis conseguem produzir 11 toneladas de uva sem irrigação e fazem um vinho muito bom e, com isso, conseguem ter uma rentabilidade razoável.

Têm uma caprinocultura, com integração de valores; o caprino é destinado à produção de leite e de queijos de muito boa qualidade. Alguns desses queijos podem perfeitamente ser produzidos no Brasil.

Eu diria, Dr. Waldeck, que a nossa situação é muito parecida com essa do sul da Espanha. Temos um pouco mais de chuva no período de fevereiro e março, que para nós é muito importante, porque permite que a vegetação nativa possa se recompor. Mesmo em anos relativamente secos, temos dois a três meses em que a caatinga tem uma vegetação boa para os animais. Em alguns outros semi-áridos, não há essa capacidade. Nós temos mais essa alternativa. Se trabalharmos aí, agregando valor aos produtos, poderemos ter alternativas razoáveis.

Uma outra questão é a produção de leite no semi-árido. Com a tecnologia do leite longa-vida, as indústrias investiram pesadamente. E hoje o leite tipo C está sendo utilizado, porque tem um padrão de qualidade razoável, muito cômodo para o manejo e o transporte. Por isso é encontrado em todos os lugares. Estamos realizando agora um trabalho de análise do potencial de leite do semi-árido.

Quanto à segunda pergunta, existem outros semi-áridos desenvolvidos, por exemplo, nos Estados Unidos, a Califórnia e o Arizona. Portanto, não podemos dizer que a falta de chuva é a causa da pobreza daquela região.

Quanto à questão das escalas, esse é um ponto muito importante, Senador Waldeck Ornelas. Temos aqui o Dr. Richeu, especialista francês que trabalha conosco há bastante tempo e que vem ajudando a equipe a estudar esse aspecto. Temos analisado essa variabilidade e agora estamos partindo para escalas maiores. Em Pernambuco, por exemplo, já temos uma escala de 1:100.000, todo o trabalho de solo concluído, agora em processo de digitalização para fazer os mapas. Estamos também trabalhando para toda a região Nordeste na escala de 1:1.000.000, para colocar agora o risco climático em cima disso. Passaremos a ter um mapa com o risco do clima, ou seja, qual a possibilidade de sucesso para o algodão, as variedades novas que foram criadas no Centro, que incorporam mocó e herbáceo, bem mais produtivas e tolerantes à seca.

Esse é um material recente, e penso que será muito importante para mudar a face da região semi-árida.

Em relação à fibra, temos independência; uma dependência muito grande de fibra do exterior estava sendo negativa, pois a indústria estava ficando muito vulnerável. Se de repente o Egito ou a China não fornecesse a fibra necessária, poderíamos ter um colapso na indústria. Mas o setor privado reagiu favoravelmente, e o Governo ajudou com as políti-

cas de câmbio, de pagamentos, de prazo etc. Dessa forma, creio que teremos uma fase muito favorável à produção do algodão.

Vejamos agora a questão do risco climático em relação aos municípios, que começaram a se interessar por isso. Temos vários municípios interessados em fazer o estudo numa escala muito mais detalhada, em termos de município. Que área pode ser mais usada para pastagem, que área tem água subterrânea para fazer poços ou até irrigação, etc.

Estamos no seguinte ponto: para a região Nordeste, fizemos uma escala de 1:10.000.000, está pronta; estamos preparando na escala 1:1.000.000 a questão do risco climático, que deverá estar pronta em pouco tempo. O pessoal está bem treinado e as próximas fases serão bem mais rápidas. Pernambuco está na escala de 1:100.000. Vários Estados estão pedindo o detalhamento desse processo.

Estamos treinando um pesquisador nos Estados Unidos, que retornará em novembro. Esses mapas que temos foram feitos à mão. Mas não se faz mais isso. Há todo um aparato tecnológico para se fazer isso através de imagens. Já temos os aparelhos e creio que, em dois meses, começaremos a emitir os mapas de Pernambuco. Estamos também fazendo em termos de município, numa escala muito mais detalhada.

Na quarta pergunta, que é extremamente importante, o senhor indaga: "Vocês estão mostrando que têm informações tecnológicas. Como seria a difusão dessa tecnologia?"

Esse é um ponto importante, para o qual precisaríamos fazer parcerias. Hoje não poderemos mais reeditar a extensão rural na forma clássica. Mas temos um parceiro novo, embora tradicional, que são as prefeituras. Tenho a impressão de que as prefeituras, Senador, são o grande fulcro da mudança na difusão da tecnologia, das tecnologias que mostrei aqui, na medida em que nos associarmos ao banco, e V. Exª perguntou inclusive se tínhamos o banco junto. Gostaria de lembrar que temos em alguns municípios uma parceria com o Sebrae, com o Banco do Nordeste e com as prefeituras, para onde estamos levando agricultores para conhecer as tecnologias mostradas aqui, o que tem sido muito interessante, porque eles não tinham conhecimento dessas tecnologias. E V. Exª falou muito bem, com muita propriedade, que os agricultores não conheciam o Centro. Morando muito próximos, os agricultores de Juazeiro, Curaçá, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, não conheciam o Centro. E se não conheciam não podiam dizer se era bom ou ruim.

Haverá um ânimo muito grande quando virem que uma tecnologia relativamente simples funciona em pleno período seco, com comida de boa qualidade para os animais. O feno de maniçoba, por exemplo, tem 20% de proteína, mas 20% de proteína é o nível de ração que se consegue normalmente. Portanto, uma planta de que tenham conhecimento e prática é imediatamente adotada por eles.

Eu diria, sintetizando, que é preciso uma parceria muito forte com as prefeituras e com as secretarias de agricultura. Com isso poderemos levar a tecnologia ao campo.

O potencial da pecuária é relativamente grande, não só da pecuária bovina; a caprinocultura também tem um enorme potencial, com carne, queijo e leite de boa qualidade. Há diversas vantagens que ainda não foram aqui comentadas, como os novos cortes de caprinos.

Na pecuária, por exemplo, o Dr. Richet tem trabalhado com um grupo que nos trouxe dados sobre os 40 milhões de hectares nessa região semi-árida, onde haveria condições de utilização dessas técnicas de produção pecuária de que falamos.

Podemos usar essas tecnologias da pecuária numa grande área, mantendo-se, inclusive, um balanço equilibrado, pois há um pouco de caatinga e da vegetação introduzida, como é o caso do capim. O potencial é considerável. Deve-se também observar a produção do leite. Algumas regiões têm um potencial maior para a produção de leite na região semi-árida, conforme nos revelaram os estudos que fizemos. Temos uns 20 pontos, já mapeados, que estão com uma produção de leite expressiva, seja para a venda às grandes empresas, como Parmalat, Nestlé e outras, como também pela própria transformação artesanal através da produção de queijo. Este produto poderá ser melhorado quando se fizer agregação de valores de maior qualidade.

Esses são os pontos que gostaria de abordar. Estou inteiramente às ordens para novas indagações.

O SR. WALDECK ORNELAS – Tenho a impressão de que o problema básico que enfrentamos, com essas políticas que se têm praticado em relação ao Nordeste, é o de escala na atuação. O Nordeste tem uma dimensão, em todos os sentidos, muito grande e significativa. Tem faltado ao nosso País uma percepção do volume de ação que se precisa fazer, seja quando se faz política industrial, agrícola, ou política de incentivos. Isso ocorre em todas as frentes. Ter um processo que possibilite ações que se generalizem e possam maximizar ou pelo menos

otimizar os seus resultados é o grande desafio que temos.

A exposição que acabamos de ouvir é extremamente importante, porque nos possibilita uma abordagem da questão do semi-árido, fechando o mapa com a abordagem do que se tem feito na questão industrial de outras frentes.

Quero aproveitar esta reunião, Sr. Presidente, para propor que convidemos para as próximas exposições o Dr. Antônio Lício, Chefe do Departamento de Planejamento da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, o que nos daria a oportunidade de ampliar e aprofundar esta discussão que estamos a fazer neste dia. E também o Dr. José Roberto Mendonça de Barros, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para que se possa discutir, do ponto de vista do Nordeste, a nova política industrial que o Governo Federal vem desenhando.

Dr. Abílio, agradeço sua exposição.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – A Presidência também gostaria de registrar o seu agradecimento ao Dr. Manoel Abílio de Queiroz pela excelente contribuição que trouxe a esta Comissão, com dados importantes e atualizados e informações extremamente interessantes sobre o tema que a Comissão está discutindo. Essas informações serão muito úteis ao relatório que será apresentado dentro do objetivo da Comissão de aperfeiçoar as políticas públicas para a região Nordeste.

Quero sobretudo parabenizar o Dr. Abílio pela contribuição que a Embrapa de Petrolina vem dando à pesquisa, com a descoberta de variedades adaptadas à região, propiciando o surgimento das variedades necessárias para a implantação de empreendimentos de irrigação, geradores de emprego e de renda em toda a região do semi-árido.

Tenho dito – e o Senador Waldeck Ornelas tem chamado a atenção para esta questão – que não bastam vantagens comparativas. Também é preciso vantagens competitivas. É preciso aproveitar essas vantagens e implantar empreendimentos sérios, que aproveitem essa base de informações que vem sendo pesquisada pela Embrapa de Petrolina. Por meio desse aproveitamento econômico, poderemos promover o desenvolvimento de toda a região do semi-árido.

Em boa hora, Dr. Abílio, vejo o Banco do Nordeste criando os chamados agentes de desenvolvimento. Os técnicos estão percorrendo as regiões e os Estados, buscando oportunidades de novos empreendimentos, criando o aproveitamento econômico racional das nossas matérias primas e dos nossos potenciais.

Eu estive com o Dr. Dário Queiroz e com toda a diretoria do Banco do Nordeste e fiquei satisfeito ao ver que o Banco do Nordeste está saindo daquela postura de um Banco apenas receptivo de projetos. O Banco do Nordeste está indo a campo, fazendo com que seus funcionários tenham um contato direto com agricultores, pecuaristas, empresários, microempresários, para discutir e encontrar formas de aproveitamento das nossas vantagens comparativas.

Impressionou-me muito um artigo em que um economista português chamava a atenção para a importante produção de flores no mundo. Ele dizia o seguinte: se um empresário tivesse que escolher entre dois países para investir em floricultura, se, em um desses países, houvesse uma grande área disponível, muita luminosidade, muito calor, e se, no outro país, não houvesse luminosidade, calor e uma grande área, qual país seria escolhido por esse empresário? Todos disseram que, para a floricultura, é importante haver área, luz e calor. Mas o maior produtor de flores do mundo é a Holanda, onde não há luz, nem calor, nem terras. Mas, na Holanda, há um avançado centro de pesquisas na área da floricultura. A Holanda desenvolveu vantagens competitivas nessa área. Ali há um edifício informatizado, onde são feitos leilões de flores em três segundos; depois de uma hora, essas flores estão num terminal de carga para serem remetidas para qualquer parte do mundo.

A Holanda não tem vantagens comparativas, mas criou vantagens competitivas. Nós temos vantagens comparativas: período de poucas chuvas, pouca variação na temperatura, grande número de horas de insolação, frutas de baixa acidez e de alto grau de açúcar, disponibilidade de água de boa qualidade, surgimento de novos hábitos alimentares, possibilidade de um maior consumo por parte do Chile, mercado interno, tudo isso que foi aqui elencado. Precisamos analisar qual deve ser o aproveitamento de todas essas vantagens. Deve-se estimular esse aproveitamento por parte dos empresários, por meio de um trabalho do Sebrae e do Banco do Nordeste e por parte dos Secretários de Agricultura dos Estados – aqui está presente o Secretário de Agricultura do meu Estado, Pernambuco. Tudo isso deve ser feito para que possamos promover o desenvolvimento integrado e sustentado do semi-árido.

A região do semi-árido não representa um peso para o País, mas, ao contrário, tem grande po-

tencial, que precisa ser devidamente aproveitado, para que essa região possa dar a sua contribuição ao nosso desenvolvimento.

Mais uma vez, quero agradecer ao Dr. Abílio e parabenizar a Embrapa de Petrolina pelo excelente trabalho que vem realizando, que impressionou, recentemente, o Vice-Presidente Marco Maciel, que lá esteve.

De nossa parte, a Embrapa contará sempre com o nosso apoio. Ao examinarmos a proposta orçamentária, sempre teremos um cuidado especial com a Embrapa, com os recursos a ela destinados. É uma entidade séria, possui um quadro da melhor qualidade e tanta contribuição já tem dado ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária em nosso País.

Muito obrigado pela contribuição.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ - Muito obrigado. E eu queria aproveitar... V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Pois não.

O SR. MANOEL ABÍLIO DE QUEIROZ – Aproveitando a referência ao Nordeste brasileiro, sempre levanto que deveríamos criar um **slogan** – eu até pediria a permissão de V. Exª para dizê-lo: "Semi-árido, ainda bem que o Brasil tem um". Deveríamos usar esse **slogan**, para não ficar a imagem de que o semi-árido é aquele ambiente em que há sempre a convivência com a seca, com a miséria.

Fico contente com o ponto levantado pelo Senador Waldeck Ornelas e também com a nossa sintonia nisso.

Agradeço, em nome da Embrapa, de nossos colegas presentes, a oportunidade de trazer essas informações. Estamos às ordens para qualquer outra informação de que V. Exªs precisem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h31min)

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 367 , De 1996-SF, destinada a elaboração de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste,temporária, Constituída por 11 (onze) Membros Titulares E 11 (onze) Suplentes, para, até 15 de dezembro de 1996 Promover Discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das Políticas Governamentais para a Região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação.

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de junho de 1997.

Às dezesseis horas e dez minutos do dia dez de junho do ano de mil novecentos e noventa e sete, na sala número 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Especial do Nordeste. Presentes, na ocasião, os Senhores Senadores Beni Veras, Freitas Neto, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna, Joel De Hollanda, Fernando Bezerra, Geraldo Melo, José Agripino Maia, Lúcio Alcântara E José Alves. Havendo número regimental, O Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a palestra do Senhor Ministro Luiz Felipe Lampréia- Ministro das Relações Exteriores, ao qual concede a palavra. Após a exposição do convidado, usaram da palavra, os Senhores Senadores Waldeck Ornelas, Geraldo Melo, Fernando Bezerra, José Agripino Maia e Ney Suassuna. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos e, para constar, eu, Márcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico. – Senador **Beni Veras**, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Está aberta a reunião da Comissão destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a Região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação.

A reunião de hoje tem o objetivo de ouvir o Sr. Ministro Luiz Felipe Lampreia, a respeito das relações das regiões com o Mercosul.

Concedo a palavra ao nobre Ministro Luiz Felipe Lampreia.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Muito obrigado, Senador Beni Veras. Quero agradecer a oportunidade que me é propiciada, principalmente pelo nobre Senador Waldeck Ornelas, que tomou a iniciativa desta convocação. Ela me dá ocasião de aprofundar mais o diálogo do Itamaraty com o Senado Federal e, em particular, com os Parlamentares que representam os Estados do Nordeste. Essa região tem sido objeto especial de atenção do Ministério das Relações Exteriores.

Sabem V. Exªs que, ao iniciar o Governo, havia uma inquietação, uma freqüente manifestação de preocupação com o fato de que o Mercosul tinha a ver com os Estados do Sul e a eles beneficiava às expensas dos Estados do Nordeste. Isso, a meu jui-

zo, era um fenômeno de extrema gravidade e de muita preocupação que, felizmente, encontrou eco e liderança no Vice-Presidente da República Marco Maciel. S. Exª sensibilizou-se para o inconveniente e a gravidade de uma percepção desse tipo e sua eventual realidade e, portanto, dedicou o melhor dos seus esforços para o esclarecimento e para a inversão de qualquer tendência nesse sentido.

Antes de tecer algumas considerações sobre o papel que o Nordeste ocupa na agenda externa brasileira, é importante destacar a prioridade que o Itamaraty tem concedido às relações com os Estados da Federação. Justamente por ser um Ministério voltado para a ação externa, o Itamaraty deve manter os pés muito plantados no chão do Brasil, para a realidade nacional. Não pode se dar ao luxo de olhar mais para fora do que para dentro.

Por isso, tendo assumido um novo cargo, faço questão de visitar tantas unidades da Federação quanto possível. Já estive em dez Estados em visita oficial e pretendo este ano visitar outros. Considero absolutamente essencial que o Itamaraty tenha esse tipo de entrosamento. Já funciona na cidade de Recife um escritório de representação, que é encarregado de facilitar o nosso diálogo com o Nordeste. Esse escritório é uma realidade hoje vencedora, pois tenho tido ocasião de constatar de várias fontes o que ele representou de utilidade para o fornecimento de informações e para a coordenação e a agilização das relações tanto de homens de negócios quanto de representantes do povo na condução dos assuntos de interesse do Nordeste.

Acabo de dar posse ao ocupante do novo cargo que foi criado. Trata-se do cargo de assessor de relações federativas, diretamente vinculado ao gabinete do Ministro, e que deverá ocupar-se dessa relação com os Estados e com o municípios também. E espero que isso faça com que o diálogo do Itamaraty com as diversas Regiões do País, em particular com o Nordeste, seja cada vez mais fluente.

Além da sua inquestionável e sempre presente liderança e participação política, o Nordeste brasileiro tem demonstrado no presente uma grande pujança econômica. Hoje já há quem comece a se referir aos Estados do Nordeste como os Tigres Brasileiros, na medida em que, claramente...

O SR. SENADOR – Manifesto exagero! (Risos)

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Mas não é exagero o fato de que há migração para o Nordeste, em uma série de áreas importantes; há investimentos crescentes; há modernização; e há competitividade cada vez maior, mesmo no Mercosul.

É claramente visível nas estatísticas que as exportações – e alguns Estados do Nordeste têm se preocupado com o assunto, Pernambuco em particular – têm sido muito maiores, em termos de desenvolvimento e dinamismo, do que a **performance** dos Estados do Centro Sul.

Mas creio que novos investimentos na Região deverão incrementar a participação do Nordeste nos mercados internacionais. Só no setor da indústria automobilística, constatou-se esta semana que haverá investimentos da ordem de U$1.7 bilhão nos próximos três anos. É uma cifra extraordinária que, provavelmente, se contada há um ano atrás a qualquer um de nós aqui presente, provocaria risos. Há um ano teria sido um verdadeiro devaneio achar que o Nordeste iria poder tão rapidamente entrar em uma indústria tão estratégica e tão central como essa.

É claro que esses investimentos são a combinação de concessão de benefícios especiais a empresas que se instalem na região. Portanto, é necessário investigar essa questão. Imagino que seja do interesse dos Srs. Senadores, ao me convidar, justamente abordar a questão da concessão dos subsídios governamentais e sua compatibilidade com as regras internacionais a que temos obrigação de obedecer.

Eu diria que os subsídios governamentais são regulados por uma acordo específico na OMC: que é o acordo de subsídios e medidas compensatórias da OMC. Esse acordo, que foi negociado na rodada Uruguai, estabelece condições para a concessão de certos subsídios e estabelece também a proibição, através da categorização em subsídios vermelhos, laranjas e verdes, modalidades de subsídios que são toleráveis ou não-toleráveis.

Nas negociações da rodada do Uruguai, foi nossa preocupação introduzir modificações que permitissem atenuar o rigor de uma disciplina excessivamente geral. Eu fui testemunha disso, pois foi à época em que chefiei a nossa delegação na negociação da rodada do Uruguai. Logramos duas exceções. Em primeiro lugar, para os países em desenvolvimento de um modo geral, posto que evidentemente não podíamos aceitar que a rodada do Uruguai implantasse um sistema onde houvesse uma espécie de congelamento da distribuição econômica internacional. Nesse sistema, quem não tivesse indústrias ficaria condenado para sempre a não ter indústrias ou então fortemente desincentivado a ter.

Foi também possível preservar a possibilidade de uma diferenciação regional, ou seja, certas áreas geográficas delimitadas que necessitam de apoio

governamental especial. São as duas grandes categorias de exceção que existem sistemicamente no acordo de subsídios da rodada do Uruguai.

E há uma questão que é freqüentemente mal-entendida não só pelo público em geral mas também por uma série de agentes governamentais. Até Ministros de Estado têm tido, em várias ocasiões, discussões sobre o assunto com alguns colegas. É preciso ter consciência de que essas flexibilidades não nos eximem completamente das disciplinas do acordo.

Hoje, diferentemente da época em que intensificamos o nosso processo de industrialização, nas décadas de 50, 60, o Befiex, enfim todos os esquemas do Almirante Lúcio Meira, ou seja, todas as razões que levaram a nossa industrialização foram de certo modo inviabilizadas, hoje em dia, como tal, pelas condições vigentes. E mais e mais nós acabaremos sentindo a dificuldade de fazê-lo.

Porém, isso, naturalmente, não exclui a flexibilização, desde que atendidas determinadas condições. Por exemplo, o nosso setor automotriz, como sabemos, vem sendo questionado pelos nossos parceiros comerciais principais. A União Européia, os Estados Unidos e o Japão continuam argüindo a ilegalidade do nosso sistema automotivo. Depois da passagem da legislação que estende ao Nordeste brasileiro incentivos de subsídios para o setor automotriz, houve um recrudescimento, em alguns casos, do questionamento por parte de parceiros comerciais nossos.

Hoje mesmo, devo dizer, em Genebra, e a partir de amanhã em Londres, está o nosso representante, que é o Chefe do Departamento Econômico, o Ministro Graça Lima, envolvido em negociações com os países europeus e com o Japão, para negociar condições para a manutenção do nosso regime automotriz.

Talvez seja um tanto ousado fazê-lo, mas tenho a convicção que me permite fazer esta afirmação: o nosso regime é hoje uma realidade que não será derrubada. Ele já gerou uma tamanha massa de oportunidades, de negócios, de investimentos, de empregos, de situações jurídicas constituídas que não mais será possível derrubá-lo e fazê-lo andar para trás. Mesmo que os parceiros não se satisfaçam com as negociações que estamos realizando no momento e mesmo que venham a contestar, no Sistema Judiciário da OMC, a nossa política, estou convencido de que o nosso regime veio para ficar, evidentemente dentro dos prazos que ele pretende. O regime não é eterno nem vamos a vida inteira ficar concedendo isenções fiscais, isenções tarifárias e facilidades muito grandes. Esse mecanismo visa à dar a partida, visa a colocar as empresas internacionais frente a atrativos consideráveis para investimentos no Brasil, agora em particular na Região Nordeste e Centro-Oeste. Não é uma renúncia que o Estado brasileiro possa fazer indefinidamente, sob pena de prejudicar o contribuinte brasileiro.

O nosso regime automobilístico foi muito discutido. Participei, detalhadamente, de todas as reuniões da Câmara de Comércio Exterior. Nessa Câmara, tivemos freqüentemente discussões duras, pesadas e longas. Examinamos de todos os ângulos a questão. E creio que isso acabou levando a um regime equilibrado, cujo sucesso é demonstrado pelo fatos. Não se trata de usar adjetivos nem de querer que isso seja uma vitória do Governo. É uma realidade. É uma realidade que o Brasil depois do regime automotivo é um outro País do ponto de vista industrial.

Esse – é preciso ter consciência – é o setor número um do comércio internacional. Não há nenhum setor do comércio internacional que tenha o valor desse. Nem o petróleo tem um valor agregado maior do que o da indústria automobilística. Esse setor é, evidentemente, o carro-chefe da indústria em todos os países industriais importantes do mundo. Nós tivemos uma promoção. Subimos efetivamente de patamar. E eu estou convencido de que isso, nos Estados do Nordeste onde os projetos já firmados prosperarem, será um elemento decisivo na modernização dos Estados do Nordeste, na transformação que já vem ocorrendo na área têxtil, na área de processamento de couros, na área de cerâmica, na área de processamento de produtos agroindustriais e em todos os setores que já estão constituindo-se em realidades concretas de desenvolvimento do Nordeste, a partir de agora teremos o acréscimo do setor vital, que é o setor automobilístico, fazendo com que haja realmente uma subida de patamar nos Estados do Nordeste e do Brasil, como um todo, em termos de comparação internacional de indústria.

Em conseqüência, é preciso ter em mente que a concessão de subsídios é uma via de duas mãos: se, por um lado, a indústria nacional pode-se beneficiar do subsídio, por outro, pode sofrer a concorrência de produtos importados que tenham sido fabricados com o apoio governamental.

Recordo-me de que, pouco depois da batalha do setor automobilístico, fomos defrontados com a questão do coco ralado das Filipinas, que alarmou gravemente uma série de Governadores, uma série de Senadores e Parlamentares brasileiros. Estes trouxeram o assunto ao Presidente da República e

ao Ministro da Câmara de Comércio Exterior – inclusive no meio de uma reunião da Câmara de Comércio Exterior.

De forma dramática, estavam evidenciando um setor de tanta capacidade de geração de empregos e de atividade econômica, como esse do Nordeste. Mas estava havendo uma verdadeira devastação pela concorrência de produtos subsidiados das Filipinas. Felizmente, agimos rapidamente e ainda tivemos êxito ao comprovar, em Genebra, que os nossos métodos de repressão dessa prática de comércio eram justificados e aceitáveis. Por isso, aplicamos uma sobretaxa de importação desses produtos, que foi efetivamente respaldada pelo sistema judiciário da OMC, que, afinal, deu razão ao Brasil e fez com que as Filipinas tivessem que abandonar completamente a sua contestação.

Recentemente, no Rio de Janeiro, tive o prazer de estar com o novo Ministro da Agricultura, Dr. Escudero, que me disse, ao contrário do seu antecessor, que havia feito um verdadeiro ponto de honra em continuar contestando e combatendo a medida brasileira de direitos compensatórios, que eles consideravam o assunto encerrado e que a OMC tinha resolvido o assunto. Portanto, não iriam mais contestar nem tecnicamente, nem politicamente a nossa postura. Assim, aquilo era uma página virada.

No âmbito da rodada Uruguai, da OMC, as preocupações dos nossos negociadores com as condições especiais do Nordeste brasileiro têm sido sempre presentes, seja na elaboração de disciplinas mais flexíveis, seja na defesa da nossa indústria contra técnicas ilegais de outros parceiros.

Essa mesma preocupação certamente informa os negociadores no que diz respeito ao Mercosul e à ALCA, porque eles são, de certo modo, em ponto pequeno, uma repercussão do mesmo conjunto de fatores internacionais.

Contudo, aqui, os nossos resultados são necessariamente em função da posição do Brasil, que é um grande parceiro, evidentemente, das economias menores na América Latina. Sabemos que, na formação do Mercosul, o Brasil teve uma atitude que eu diria de país grande; ou seja, apresentou inclusive a magnanimidade que o grande deve ter para conseguir aquilo que almeja.

É claro que o Brasil, como o maior país do Mercosul, é também o maior beneficiário do Mercosul, porque é o país ao qual serão apresentadas as maiores vantagens competitivas. Tem sido assim. O comércio brasileiro tem crescido, de modo global, mais do que os outros, de um modo geral.

O preço a pagar por isso, entretanto, é uma certa generosidade. Por quê? Porque, é o mercado brasileiro que constitui o ponto de atuação e o ponto de viabilização de todo o processo de integração. Assim sendo, por exemplo, permitimos que o Uruguai, na negociação que houve em Buenos Aires, em junho de 94, mantivesse um número grande de exceções à tarifa externa comum, e o Brasil um número muito pequeno. Na verdade, não sei se o Brasil chega a ter 30 exceções, e o Uruguai tem algumas centenas de exceções transitórias, evidentemente, mas é um preço a pagar.

Pessoalmente, creio que aí reside inclusive a vulnerabilidade principal da posição americana com relação à ALCA. Se os Estados Unidos têm um grande interesse, como manifestam as empresas americanas – e, sem dúvida nenhuma, têm – na constituição desse mercado livre do comércio nas Américas, seria necessário que os Estados Unidos tivessem a generosidade do grande; quer dizer, a generosidade de oferecer vantagens apreciáveis do seu mercado, nas coisas que nos interessam: na área têxtil, na área de produtos agrícola, na área de calçados ou na área que fosse um pouco comum como, digamos, contribuição, como sói a apresentação inicial de fundação na ALCA, os Estados Unidos teriam que colocar na frente uma contribuição significativa que representasse essa generosidade que o grande tem que ter quando ele deseja alguma coisa que interessa porque, evidentemente, a tarifa externa comum interessava ao Brasil, porque o nosso é o País que tem mais indústrias e, portanto, tem mais posições sensíveis e tarifas mais altas. Então, era nosso interesse ter uma tarifa externa comum que fizesse com que todos os nossos parceiros se governassem pela mesma disciplina tarifária do que nós. Mas para se fazer isso pagamos, então, esse benefício e eu creio que os Estados Unidos deveriam fazer o mesmo.

Na verdade, é claro que nós temos consciência de que no processo de abertura econômica, como é o caso do Mercosul, determinadas atividades produtivas, nacionais, podem sofrer impacto negativo. É claro que não se pode pensar que o Mercosul é uma espécie de advento do paraíso, onde todo mundo melhora, todo mundo tem mais oportunidades. É claro que há setores que ficam prejudicados e, em particular, setores justamente do Sul – particularmente, do Rio Grande do Sul – que ficam sujeitos a uma concorrência muito mais direta de produtos freqüentemente mais produzidos, com melhores condições comparativas, como é o caso do trigo, como é o

caso da carne, como é o caso de uma série de outros produtos que, pelas circunstâncias naturais de solo e de condições produtivas, lhe sejam melhor na Argentina e no Uruguai do que no Brasil ou por outras razões que possam realizar. É claro que haverá esse imposto diferencial, mas a correção desse impacto dificilmente se faz através de mecanismos externos e, em parte, pela própria condição no Brasil de principal na economia da América Latina.

Creio que o instrumento a ser utilizado para corrigir o impacto de abertura econômica é mais facilmente de ser livre no âmbito interno. No entanto – e penso que essa é uma circunstância cada vez mais importante -, estamos abertos, o Governo está aberto e o Itamaraty, particularmente, muito aberto a examinar uma modalidade de instrumentos que possam ser definidos e utilizados de maneira conjunta com os nossos parceiros do Mercosul para proteger ou compensar alguma região pelos problemas que vêm sofrendo em função do Rio Grande do Sul. Eu, por exemplo, tenho conversado muito com o Governador Antônio Britto, meu particular amigo, sobre essa questão do Rio Grande, que é preocupante. Nós, freqüentemente, viajando pelo interior do Rio Grande, vemos algumas situações de áreas sujeitas à desertificação, frigoríficos fechados, uma séria de situações realmente preocupantes para a agricultura gaúcha. Acho que devemos examinar essas questões.

Eu dizia, recentemente, na Câmara dos Deputados – e penso ser importante reiterar, aqui, porque é um compromisso que eu tenho -, que não devemos acreditar que apenas a mão mágica da economia, a mão invisível de que falava Adam Smith tenha visto. Penso que num país com as desigualdades sociais e as disparidades regionais que o Brasil tem, o Governo, é claro, tem a obrigação de fazer com que as forças econômicas atuem da melhor maneira possível e da maneira mais desimpedida possível; e não pode se desinteressar das conseqüências dos fatos do mercado, dos fatos da vida; ou seja, não pode, simplesmente, ter uma atitude thatcheriana a respeito do emprego, a respeito das situações regionais, a respeito das disparidades e dos setores que ficam prejudicados. Nós não podemos deixar de contrabalançar esse empenho de modernização e de abertura que tem caracterizado o Governo Fernando Henrique Cardoso, como uma preocupação de contraponto social que faça com que o Governo leve em conta os efeitos sobre o emprego, sobre as regiões, sobre os setores produtivos que têm no mercado, mas que procure, dentro do que é possível, dentro do que é, evidentemente, viável em termos políticos e em termos, inclusive, das regras internacionais, encontrar formas de compensação e formas de atenuação dos impactos negativos que, eventualmente, todos os processos possam gerar. Eu não tenho dúvida de que nós estamos, cada vez mais, bem situados.

Quando se pensa em termos de futuro... Eu li, há pouco tempo, um livro extremamente interessante de um historiador americano, Paul Kennedy, americano, da Universidade de Yale, em que ele discute a questão da preparação para o século 21 e examina as situações gerais, os problemas gerais da demografia, da produção, da poluição, e depois examina cada país e cada grupo de países principais e sua situação no futuro.

Eu não tenho dúvidas de que o Brasil é um país particularmente bem colocado nessa grande aventura do século XXI que está aqui à porta e não tenho dúvida, inclusive, de que temos feito uma modernização importante em termos de Nordeste brasileiro. Outro dia, estive na reunião da ALCA, em Recife, conversando com o Superintendente da Sudene e tive uma grande satisfação de verificar que a Sudene, hoje, tem uma postura moderna, uma postura clara e dinâmica, sintonizada com as necessidades do País – e isso tem apresentado resultados, foi dito pelo Superintendente – e, praticamente, não se passa semana que não se assine um acordo importante de estabelecimento de uma indústria no Nordeste brasileiro.

Srs. Senadores, desejo agradecer, mais uma vez, esta oportunidade, e me colocar à disposição para, eventualmente, responder alguma questão ou encaminhar alguma solicitação dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Pois não. Obrigado, Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (Waldeck Ornelas) – Sr. Ministro Luiz Felipe Lampreia, inicialmente, eu quero ressaltar a importância e o significado da presença de V. Exª nesta Comissão Especial, temporária, que trata da questão do desenvolvimento regional do Nordeste. Existem outras Comissões, nesta Casa, que tratam também de questões atinentes à Amazônia ou ao Centro-Oeste, predominantemente, mas, por si só, a presença do Ministro das Relações Exteriores numa Comissão que discute questão regional, já é um fato inusitado e mostra duas coisas: de um lado, a sensibilidade que o Itamaraty tem tido a essa questão e, de outro lado, a mudança de enfoque que a questão regional tem tido por parte, sobretudo, de

nós que integramos a Bancada nordestina no Senado Federal. Aliás, deve-se dizer que o Itamaraty tem tido, até em relação a essa questão, uma sensibilidade que tem faltado a outros setores governamentais que teriam maiores compromissos e maiores responsabilidades a esse respeito. O Itamaraty tem trabalhado não apenas no âmbito interno com os escritórios regionais que tem estabelecido – no caso do Nordeste, Recife -, mas também em outras regiões brasileiras. Inclusive, agora, com essa nova Secretaria a qual V. Exª acaba de se referir, como, também, no que diz respeito, no âmbito externo, à formação dos blocos regionais.

De outro lado tem havido, crescentemente – e eu diria que, neste semestre, tem-se manifestado uma preocupação do Congresso Nacional em se voltar para esse tema, na medida em que as questões dos acordos e da formação dos blocos regionais e dos acordos econômicos têm ganho uma importância crescente na determinação dos rumos futuros do desenvolvimento interno. Quer dizer, o País tem, à medida em que assume compromissos com os blocos econômicos, que equalizar as suas regras com os países vizinhos, com os países com os quais se integra e não necessariamente contíguos, do ponto de vista territorial. Mas é fechando portas, à medida em que esse processo avança, à execução livre de uma política compensatória, interna ou de correção de desequilíbrios, ou no sentido que tenho preferido enfatizar: de desconcentração da economia nacional.

Então, essa participação do Ministério das Relações Exteriores, nessa questão regional, é, por assim dizer, uma novidade. De outro lado, em relação ao Nordeste, há uma preocupação muito grande do Nordeste em querer explorar as suas possibilidades nas áreas em que ele é competitivo, ou seja, de atualizar-se em relação a esse momento de globalização da economia, e não mais aquela política de combate à seca, de combate à pobreza, **stricto sensu**, mas uma política de desenvolvimento e de geração de riquezas e com condições de competir. Portanto, de o Nordeste tornar-se, também, o partícipe brasileiro desse processo de globalização.

Finalmente entra a questão da ALCA, que foi o tema que nas últimas semanas andou galvanizando as atenções e se popularizando, até por conta da reunião do Fórum das Américas, realizado em Buenos Aires. Há uma grande preocupação de toda a ênfase dada, particularmente, os países têm posto na discussão da Área de Livre Comércio das Américas, tem-se voltado basicamente para a discussão de cláusulas comerciais. Quer dizer, buscando precipitar uma discussão das cláusulas comerciais. E nos preocupa o fato de que não tenha havido uma discussão clara de que o acordo da ALCA – e entendo que até o ano 2.005 seja prematuro – inclua, necessariamente, as ressalvas que a OMC pressupõe ou admite no caso das questões tecnológicas, das questões ambientais e das questões regionais. Essas ressalvas, quando de natureza inespecífica, são permitidas e temos considerado nas nossas discussões que isso será fundamental para que se dê a integração do Brasil nessa área de livre comércio, sob o manto ou sob a proteção dessas ressalvas.

Queríamos ouvir a opinião de V. Exª, particularmente ou especificamente em relação a esse ponto, mas indo um pouco mais adiante; nós queríamos conhecer a posição do Itamaraty quanto à possibilidade ou quanto à posição política do Itamaraty, no sentido de que se venha a ter nas Américas, dentro de uma política de integração, uma política compensatória, nos moldes em que a União Européia pratica. Quer dizer, com base nas regras da OMC, através, por exemplo, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Ainda, hoje, o "Caderno Especial" da **Gazeta Mercantil** latino-americana, traz declarações do Presidente do BID, Sr. Enrique Iglesias, dando conta de que a América Latina precisa investir em infra-estrutura com cerca de 65 bilhões por ano, e diz o Sr. Enrique Iglesias que o problema é de onde tirar esses recursos. As fontes bilaterais e multilaterais de financiamento cobrem apenas 10% dessas necessidades, sendo que o setor privado proporciona 15%, e os Governos 75%. Mesmo que o setor privado aumente a sua participação para 25% e os organismos de financiamento permaneçam com a mesma proporção, os Governos ainda teriam que mobilizar 65% do total, o que é muito dinheiro.

Quer dizer, estamos diante de um desafio. Por isso eu dizia que ainda assim me parece que o ano 2.005 seria prematuro, por conta de que há necessidade de se fazer um grande esforço, e não existem recursos para isso. A existência de um mecanismo como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional seria, talvez, uma possibilidade que se enquadraria também, além das facilidades de mercado, naquela generosidade do grande a que V. Exª se referia ainda há pouco.

A segunda questão diz respeito ao âmbito específico do Mercosul. A idéia seria mais a de explorar as possibilidades de como tratar a questão regional. É evidente que se no caso da Área de Livre Co-

mércio das Américas nós estamos diante de uma união com a maior economia do mundo, com a economia mais forte do mundo, no caso do Mercosul é uma reunião entre povos, embora a nossa grande vantagem é ser um grande mercado, mas somos mais ou menos equivalentes.

Pegando o caso específico do Nordeste. Em 1992, a participação do Nordeste nas exportações para o Mercosul, embora tenha crescido muito em termos quantitativos, em termos de valor, porque houve um grande crescimento das exportações brasileiras, o volume de negócios dentro do Mercosul, em 1992, era de 4,84%; em 1996, nós fechamos com 6,65%. Quer dizer, apesar de todo o esforço que tem sido feito, houve um crescimento de apenas 1,81% na participação percentual da Região Nordeste nas relações com o Mercosul.

De outro lado, quando estávamos a negociar a medida provisória do regime automotivo para o Nordeste, nós vimos que surgiram determinadas objeções. Isso não é possível diante dos acordos do Mercosul e até diante dos acordos da OMC, porque se tratava de um segmento específico. Na verdade, o questionamento que tem havido na OMC diz respeito mais ao regime automotivo como um todo; quer dizer, no âmbito específico ou do ponto de vista específico da OMC, seria possível ao Brasil estabelecer uma política de industrialização, por exemplo, para o Nordeste, desde que não especificasse segmentos. Mas já no âmbito do Mercosul, **stricto sensu**, não se previu nenhum mecanismo regional, até porque não seria viável se pensar em mecanismo como o procedimento europeu.

De maneira que era mais uma questão de explorar possibilidades de como tratar ou avançar no exame das possibilidades, de como tratar essa questão regional no bojo do Mercosul.

Finalmente um terceiro aspecto – e gostaria que V. Exª comentasse já fora da questão dos blocos regionais: quanto à forma que o Congresso Nacional, o Senado Federal em particular, pudesse colaborar ou participar do esforço que o Governo brasileiro vem fazendo com a participação destacada do Itamaraty em relação às barreiras tarifárias e não tarifárias ao nosso comércio exterior.

Eram esses os três pontos que eu gostaria de levantar para V. Exª, sempre em relação à ALCA, a questão das ressalvas da OMC e a questão de uma política ativa de compensações regionais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Beni Veras) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Luiz Felipe Lampreia.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Para responder às colocações do Senador Waldeck Ornelas, eu começaria pela questão da ALCA. A ALCA, de um modo geral, não repetirá as cláusulas da OMC. A ALCA, por sua própria natureza, visa mais além da OMC, e não teria sentido se ela fosse apenas uma incorporação regional. O que é a ALCA? É uma tentativa de criar condições preferenciais para as empresas e os agentes econômicos dos 34 países presentes, a fim de que possam, dentro desse âmbito geográfico do nosso continente, ter uma vantagem comparativa, ter uma preferência relativamente às empresas do resto do mundo. Isso é certamente válido para o caso dos subsídios de modo geral e, certamente, é uma das razões principais pelas quais a ALCA introduz elementos de perigo para nós também, porque desejamos aprofundar a OMC em áreas em que não estamos completamente satisfeitos. Por exemplo, na agricultura, na área de têxteis, numa série de campos, na área de **dumping**. Então procuraremos, naturalmente, no âmbito da ALCA, aprofundar esses aspectos em que somos reivindicadores, temos ambições adicionais.

Praticamente, não iniciamos ainda a negociação sobre essa questão dos subsídios, sobre essa questão da política regional e da política industrial na ALCA porque tem sido a parte comercial – como, aliás, reconheceu o Senador Waldeck Ornelas – o fulcro dos debates e das discussões.

Penso que essa idéia de fundos compensatórios para fomentar o desenvolvimento dos Estados mais fracos com a ALCA é uma idéia interessante, é uma idéia que deve ser explorada. É claro que, no contexto europeu, ela tem outra gênese, outra lógica. No contexto europeu, quando se tratou de expandir a União Européia para incluir os Estados pobres do Mediterrâneo, quer dizer, basicamente Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha, os países mais ricos, mais evoluídos da Europa se dispuseram a criar o fundo de ajuste estrutural que, realmente, revolucionou alguns países: quem conheceu Portugal antes da entrada na CEE, em 1998, e conhece agora vai dizer que é outro país em termos de infra-estrutura, de estradas e de ambiente produtivo. Houve uma diferença considerável, mas também houve um ingresso de bilhões e bilhões de dólares. Só Portugal, que é um país de 10 bilhões de habitantes e PIB de menos de U$100 bilhões por ano, tinha, pelo menos na época em que estive lá, ingressos anuais de U$1,5 bilhão a U$2 bilhões por ano de fundos a perder de vista, originários de Bruxelas. Isso, é claro, é

um fenômeno importante. Na verdade, isso foi feito porque havia, evidentemente, um propósito de se chegar a uma união econômica e monetária e, eventualmente, a uma moeda comum. Portanto, para se chegar a esse propósito era necessário que houvesse uma atenuação das disparidades regionais. Por isso, e não por generosidade, a Alemanha, por interesse próprio, resolveu juntamente com outros países fomentar o desenvolvimento desses Estados. Se os Estados Unidos e o Canadá, que são os dois ricos da nossa região, vão ter o mesmo interesse, evidentemente é um ponto de interrogação muito grande que eu não quereria especular agora, mas acho que a idéia é interessante e vale a pena que se ventile essa questão.

Sobre o Mercosul é um pouco aquela velha história da estatística ser como o biquíni, que mostra muita coisa mas não mostra o essencial. Os dados que o Senador Waldeck Ornelas apresentou indicam, realmente, um crescimento de um e pouco pontos percentuais, mas também indicam um crescimento de 50% da participação, porque passa de 4% para 6%. Cinqüenta por cento de crescimento é um resultado apreciável; não digo que seja ideal, mas, de qualquer modo, penso que revela estar havendo uma evolução importante. Os dados apresentados são de pouco tempo, de um período muito curto de tempo, e são importantes porque revelam a evolução positiva dos Estados nordestinos em relação ao Mercosul.

A questão das situações regionais mais favorecidas não foi prevista por nós em relação ao Mercosul, a não ser o caso da Zona Franca de Manaus, que é uma realidade da Constituição brasileira inclusive. Acreditamos que isso poderia levar, eu diria, a um grave questionamento do conceito do Mercosul como um todo. Ou seja, sendo o Brasil o maior mercado e, portanto, o País para o qual deve convergir – e, na prática, está convergindo – a maior parte dos investimentos estrangeiros para o aumento das facilidades produtivas, poderia haver essa situação falseada. Se fôssemos tolerantes com relação a uma política de favorecimento regional de algum outro parceiro nosso do Mercosul, poderiam eles ter um acesso preferencial ao imenso mercado brasileiro em condições mais vantajosas do que teriam as indústrias no Brasil de um modo geral, e isso poderia levar a graves deslocamentos.

Por isso é que temos, por exemplo, com relação à Argentina, nos batido para a questão do disciplinamento da Zona Franca da Terra do Fogo, lá em Enchilayas, que estava levando a uma verdadeira inviabilização da indústria da linha branca de eletrodomésticos brasileiros, que não poderia ser aceita nessa base como um produto que entrasse em condições comparáveis porque há outra produção dentro da Argentina.

O mesmo se aplica ao Paraguai. Nós também temos dito permanentemente ao Paraguai que não podemos aceitar o conceito de que na Zona de Ciudad del Este, na Zona do Triângulo de Fronteira, se estabeleça um pólo industrial com condições mais vantajosas que a indústria nacional. Isso poderia levar à inviabilização da indústria brasileira numa série de pontos.

Creio que, como o maior país do Mercosul, a idéia de situações regionais mais favorecidas pode ser extremamente perigosa. Isso não se aplica à indústria automobilística, em que houve inicialmente alguma resistência de nossos sócios, em particular da Argentina, mas que apresentamos como fato irreversível da realidade político-brasileira e não negociável; portanto, encontramos outras maneiras de compensar a Argentina. Selamos esse acordo, ela está satisfeita, não está mais questionando e, com isso, viabiliza-se indiscutivelmente a questão do regime de incentivos especiais para a Região Nordeste brasileira.

Quanto às barreiras tarifárias, o último ponto do questionamento do Senador Ornelas, devo dizer que temos perseguido todos os níveis que podemos, seja na OMC, quando é oportuno e quando há perspectivas de um caso favorável que seja sustentável, seja bilateralmente, seja no caso da ALCA, seja no caso dos entendimentos diretos com a Europa, temos perseguido sempre uma política de redução e eliminação das barreiras que atingem os produtos brasileiros.

Devo dizer que estamos evoluindo para uma política de considerar seriamente o recurso às instâncias judiciárias da OMC, quando não houver possibilidade de acordo bilateral. Ou seja, estamos marcando uma linha além da qual não seguiremos passivos se não houver o atendimento ou, pelo menos, uma resposta convincente, adequada aos nossos pleitos bilaterais.

Esse é o caso, agora, da questão dos frangos, em relação à qual estamos entrando com um processo na União Européia, e é o caso de outros produtos que estão, inclusive, em gestação dentro dos nossas divisões, de nossos departamentos.

Acho que cada vez mais – isso é um fenômeno importante, novo na realidade brasileira – os empresários, os políticos, os jornalistas estão se dando

conta do fato de que existe um cenário internacional onde o Brasil precisa se mover com iniciativa, e não apenas passivamente. Ou seja, um cenário onde há, evidentemente, uma série de imposições que vêm a nós, uma série de restrições, uma espécie de limitação, mas também uma série de possibilidades de recursos que podemos utilizar, além do fato de que o Brasil é uma economia percebida internacionalmente como uma economia em consolidação, em expansão.

A prova disso é o sucesso extraordinário dos pontos que o Governo brasileiro colocou há trinta anos no mercado internacional e que foram subscritos numa razão muito maior da disponibilidade dos bônus. É uma coisa que evidentemente atesta, como diz a primeira página imensa do **Financial Times** desta semana, que há uma confiança do mercado na condução da política econômica e no futuro da economia brasileira.

Portanto, o que acho que é importante dizer aos Srs. Senadores é que nós, do Itamaraty, estamos completamente à disposição para discutir, para informar e, eventualmente, para procurar aprofundar determinados casos que sejam de interesse dos seus Estados e dos seus eleitores de modo geral, seja em que plano internacional for, com vistas a melhor defender os interesses brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Com a palavra o nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Luiz Felipe Lampreia, em primeiro lugar, minhas alvíssaras pelo fato de termos, na construção da nova realidade do nosso País e na discussão da questão do desenvolvimento regional, um parceiro importante como é o Itamaraty. Não faço segredo da minha convicção de que talvez e, seguramente, se trata do melhor e do mais competente quadro do serviço público brasileiro. A sensibilidade que está revelando para o problema é algo extremamente animadora para quem se preocupa com a eternização das diferenças regionais dentro do Brasil.

Agora, é evidente que há um imenso caminho a ser percorrido até que se harmonizem, vamos dizer assim, as teses e se harmonizem as convicções. O simples fato, por exemplo, de existir uma Comissão preocupada com a questão nordestina no Senado já é um testemunho de que não temos essa confiança toda naquela mão invisível de Adam Smith, a que V. Exª se referiu há pouco, porque, embora inteirados e reconhecendo o fenômeno que trouxe para o alto do pódio o mercado neste final de século e fez dele o novo super-herói nos tempos em que estamos vivendo, uma espécie de "Batman da economia". O mercado agora resolve tudo. Mas nem tudo. A prova é que convivemos, conhecemos uma região que precisa de algo além da magia, da eficácia e do automatismo das forças do mercado.

No caso da nossa interface com o comércio exterior e, em particular, com a questão do mercado latino-americano, há necessidade de que pelo menos seja aberta a discussão em torno dessas concessões que o Brasil fez dentro daquele espírito a que V. Exª se referiu, de ter a magnanimidade que os grandes devem ter, porque, na realidade, nós, marcadamente, temos tido essa postura, mas aqueles que em relação a nós são grandes não têm essa postura conosco.

Quanto à questão mesmo da OMC, veja bem: está-se falando no efeito que pode ter sobre o Nordeste a sua incorporação aos benefícios na indústria automotiva. Do ponto de vista localizado, não há dúvida. Do ponto de vista da região como um todo, o efeito que se pode esperar dos investimentos na indústria automotiva serão muito discretos em relação ao conjunto de problemas da economia regional.

O Nordeste por muito tempo terá que levar em consideração o fato de que a sua presença no mercado externo tem muito a ver com a exportação de **commodities**, com a exportação de produtos primários, em que durante muito tempo foi marcante, por exemplo, a participação do açúcar. São Paulo produz hoje o açúcar mais barato do mundo. O Nordeste produz o segundo açúcar mais barato do mundo. Apesar disso, o que se diz é que se tem lá uma indústria açucareira antieconômica.

A grande verdade é que, por exemplo, se chegarmos com açúcar brasileiro a U$180 às fronteiras da Comunidade Econômica Européia, esse açúcar será sobretaxado para ser vendido a, pelo menos, U$800, porque ele terá que competir. Enquanto estamos usando bagaço de cana como energético, eles estão usando petróleo para fazer açúcar da beterraba. E estão tipicamente fazendo aquilo que a OMC nos proíbe de fazer, isto é, criando artificialmente condições para tornar econômica uma indústria que, posta livremente em concorrência com similares, é antieconômica.

Do ponto de vista da região, portanto, essa é uma questão que precisa ser vista, levando em consideração o fato de que as transformações que o mundo vai experimentar ainda não aconteceram. E que mesmo, quando se fala em globalização, estamos falando sobre uma realidade que, de fato, nin-

guém conhece, porque o mundo globalizado ainda não está funcionando. Ele está tomando forma. E precisamos – sobretudo aqueles que têm responsabilidade com áreas mais deprimidas, não apenas do Brasil, mas de qualquer parte do mundo – nos acautelar para o risco de que essa depressão econômica em relação ao restante seja engessada pela nova regra que está sendo criada.

Por essa razão é que – é uma manifestação da minha ignorância, no caso – lhe peço um comentário ao seguinte aspecto concretamente: não consegui ainda perceber, mas penso que com a sua arquitetura de hoje, quer dizer, com aquilo que está construído, o Mercosul, a meu ver, é algo que poderá vir a se tornar algo extremamente importante para o Brasil no futuro. Já tem muita importância hoje, mas é seguramente muito mais importante para os nossos parceiros. Porquanto uma coisa é o Brasil ganhar ampla liberdade de abastecer o Paraguai; outra, é o Paraguai adquirir a mesma liberdade de abastecer, sem muita dificuldade, um mercado do tamanho do mercado brasileiro. Se fizermos uma correlação entre o tamanho do PIB da Argentina e o de São Paulo – não estamos falando em Brasil -, veremos que a Argentina não tem o PIB de São Paulo; do Uruguai com o Rio Grande do Sul, veremos que o Uruguai não tem o PIB do Rio Grande do Sul. Talvez esteja aí mais ou menos pela metade. O PIB do Chile, que não está no Mercosul ainda e que talvez nem venha a estar, é alguma coisa muito parecido com o PIB da região de Ribeirão Preto.

Daí que a gente possa fazer grandes concessões em troca do oferecimento do nosso mercado... O nosso mercado é posto à disposição sem as restrições que eles nos impõem em alguns casos. Eu, de fato, diante disso, fico me perguntando: se a gestatriz do fenômeno acelerado do Mercosul nos impôs essas restrições, tudo bem. Ninguém melhor do que as pessoas que fizeram tudo isso em nome do Brasil para perceberem, naquele momento, se sem essas concessões teríamos chegado a realizar o que realizamos nesse campo. Acho que se avançou com grande velocidade e que foi uma proeza do ponto de vista político; foi uma proeza da diplomacia brasileira. Mas eu me pergunto: será que não seria o momento de revermos um pouco o tamanho das concessões que fizemos? É a primeira indagação. Segundo, que esperança podemos ter?

Isso reitera de alguma maneira a pergunta do Senador Waldeck Ornelas, de que essa OMC deixa de ser uma espécie de tribunal comprometido com uma parte da Justiça, porque é uma regra de jogo. Mas é uma regra de jogo que não se aplica a todos.

Isso está sendo feito na Comunidade Econômica Européia em matéria de diferenciação de tratamento econômico, de políticas de desenvolvimento regional, como V. Exª se referiu há pouco. Isso para não se falar, porque ninguém falou aqui, do imenso programa de desenvolvimento regional que a Alemanha está fazendo para o seu nordeste, que é a antiga Alemanha Oriental. Talvez seja o maior programa de desenvolvimento regional de que se tem notícia na história da humanidade. O negócio de TVA, de **mezzogiorno**, tudo isso é insignificante em comparação com o que está sendo feito na Alemanha.

E a gente aqui dentro tem um certo constrangimento e aceitou uma série de limitações à realização de um programa de desenvolvimento regional consistente, firme, energético. A Comunidade Econômica Européia achou que era necessário realizar a transferência de poupança que realizou internamente para permitir que Portugal, Espanha, enfim, que as áreas mais deprimidas incorporadas à Comunidade acelerassem, porque ela estava imaginando que em breve precisaria de uma moeda comum, precisaria de uma série de padrões mais ou menos uniformes. Imaginem num país onde a moeda comum já existe, mas o padrão uniforme não existe!

Tenho impressão de que essa é uma grande prioridade nacional e é indispensável que todas as autoridades que estão sendo responsáveis pela nossa inserção nesse mundo globalizado ainda desconhecido e nascente, mas que aumenta numa velocidade brutal a sua presença, a sua força, que elas tenham a consciência de que é um problema brasileiro eliminar restrições e é um problema da diplomacia do Brasil eliminar restrições que eventualmente estejam sendo ou venham a ser impostas à implantação efetiva de um programa de desenvolvimento regional consistente no Brasil.

Era o comentário que eu pediria a V. Exª que fizesse.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Senador Geraldo Mêlo as suas referências extremamente amáveis ao Itamaraty. Muito obrigado.

Creio que o Senador colocou alguns pontos que são de muita gravidade e de muita profundidade também. Pessoalmente, não me sinto apto a fazer uma análise mais crítica da postura dos negociadores brasileiros até 1994, quando foi decidido, no Protocolo de Ouro Preto, justamente, a forma da União Aduaneira; e assim o afirmo porque não participei

dessas negociações e creio que seria deselegante da minha parte estar aqui fazendo críticas a antecessores meus, inclusive, até a Senadores aqui presentes, como o Senador Beni Veras, que era um dos Ministros do Governo Itamar Franco, onde foram tomadas as principais decisões com relação ao Mercosul.

Creio que não seria oportuno, enfim, que eu faça uma análise crítica das concessões que foram feitas. Todavia, creio que, de um modo geral, elas são explicadas e justificadas por um raciocínio que me parece correto e pertinente, qual seja, o de que o Brasil, na verdade, estava buscando mais com o Mercosul em termos globais do que os seus vizinhos. Explico melhor o que quero dizer, pois pode ser que fique a impressão de que estou dizendo uma coisa equivocada.

Eu diria que, por ser o maior país, o maior mercado e o país com a maior potencialidade industrial, agrícola, de serviços de um modo geral, por exemplo, no comércio, o Brasil tinha naturalmente que plasmar o conjunto dos instrumentos do Mercosul. Por exemplo: a tarifa externa comum tinha que refletir o fato de que o Brasil tem uma indústria muito mais diversificada, muito mais exposta, inclusive, à concorrência de terceiros países do que as outras nações do bloco. O Paraguai, o Uruguai e, até certo ponto, a própria Argentina tinham, de um modo geral, tarifas muito inferiores às tarifas brasileiras pelo fato de assim haverem optado no passado, haja vista que nunca tiveram condições de se industrializar e de, portanto, ter uma indústria que precisasse efetivamente ser levada em consideração.

A maior parte das concessões brasileiras – e creio que o Senador Geraldo Melo se refere a essas, que certamente foram às quais me referi aqui – têm que ver justamente com a tarifa externa comum.

Assim, o que fez o negociador brasileiro? Aceitou que o Uruguai se comprometesse a pôr em vigor uma tarifa, por exemplo, sobre um produto qualquer que interessasse ao Brasil, digamos na área de cerâmica, e que tínhamos uma tarifa nacional de 20%, enquanto que o Uruguai aplicava uma tarifa de zero ou um por cento. Como o Uruguai jamais produziu cerâmica na vida dele, tinha todo interesse em continuar importando, ou o Paraguai. Então, o que fez o negociador brasileiro? Aceitou o conceito de que os 20% fossem apenas postos em vigor efetivamente dentro de algum tempo, ou seja, que o Uruguai tivesse uma exceção e portanto pudesse delongar a aceitação daquela tarifa que interessava ao Brasil, desde que se comprometesse que, em um período finito, ou seja, até 2006, que é o mais tarde que se contemplou, fossem realmente colocadas em vigor as tarifas que nos interessava. Creio que, de um modo geral, essa situação é a que explica o fato de termos feito mais concessões que os outros.

Quanto às concessões de acesso ao nosso mercado, não creio que tenhamos feito muito mais do que os outros fizeram, ou seja, penso que, em termos de terceiros países, com tarifa externa comum, sem dúvida, há uma massa grande de exceções. Em termos de comércio interno há, evidentemente, uma certa porcentagem de produtos que estão submetidos também a um regime de exceção, de adequação, porém, é muito inferior à tarifa externa comum.

Em suma, creio que o Brasil tomou a decisão política de oferecer o seu mercado como uma espécie de cimento do Mercosul, como grande atrativo deste mercado. Não penso que tenhamos perdido com isso, haja vista que para cada concessão que fizemos às indústrias dos nossos sócios, que são menores do que as nossas, o que fizemos foi abrir perspectivas para que a nossa indústria colocasse os seus produtos no mercado deles.

O que aconteceu, por exemplo, em termos de petróleo, de trigo e de uma série de outros produtos? Nós nos dispusemos a comprar mais petróleo da Argentina, em vez de comprá-lo da Arábia Saudita ou do Iraque – onde ficamos naquela situação lamentável de termos, em 1991, mil brasileiros reféns no meio do deserto. Agora temos um dos nossos primeiros supridores: a Argentina, que nos entrega um petróleo não sujeito às conturbações conflituais do Oriente Médio ou a uma longa rota de petroleiros, petróleo esse sujeito a todos os tipos de vacilações, próprias dessa situação. E o que nós fazemos? Vendemos para o Mercosul nossos melhores produtos, os de maior valor agregado, quer dizer, as máquinas, os componentes, computadores, eletrodomésticos, automóveis. No caso dos automóveis, por exemplo, fizemos uma série de concessões para a Argentina, inclusive para viabilizar o nosso volume de investimentos no Nordeste. Aliás, vendemos mais do que compramos. E quando não vendemos nossos carros completamente montados, vendemos autopeças para a indústria deles – e vendemos muito –, pois temos um saldo claramente positivo na conta automobilística com a Argentina.

No Mercosul, temos, digamos assim, a nossa primeira clientela. É o nosso primeiro comprador em termos de valor agregado; é quem dá sustentação maior no mercado internacional à nossa indústria. Não há nenhum espaço no mundo em que o Brasil

tenha mais acesso e mais perspectivas de vender os seus produtos, inclusive aqueles com maior valor agregado, do que no Mercosul. Isso me parece um fato incontestável. Tanto que, na Europa, por exemplo – em uma ordem de grandeza -, vendemos 60% de produtos agrícolas, produtos primários; para os Estados Unidos, vendemos 50% de produtos agrícolas e 50% de produtos industrializados; para o Mercosul, vendemos 80% de produtos industrializados. Todos eles gerando impostos, empregos, riqueza, enfim, gerando atividade econômica dentro do Brasil.

Por isso, creio que, de um modo geral, pode ser eventualmente questionável – e como disse não vou fazê-lo – uma coisa ou outra na negociação. Todavia, penso que ela é vencedora sem dúvida nenhuma.

Quanto à segunda parte da questão do Senador Geraldo Melo, que também é muito pertinente, penso que realmente, na OMC, foi o melhor que conseguimos obter ao longo de sete anos de negociação. Porém, há uma série de aspectos, inclusive o fato de ela ter esse sistema judiciário que nos permite que ganhemos processos contra a Europa, contra os Estados Unidos, que ficam obrigados a pagar e a repor a situação anterior, ou então a nos compensar de outra maneira. Essa é uma vantagem.

Sem dúvida nenhuma, a OMC reflete uma situação de poder que existia, que fez com que não fosse possível, por exemplo, que as nossas posições em matéria de subsídios agrícolas prevalecesse, o que, por sua vez, permite esse escândalo que é o caso do açúcar de beterraba na Europa, que faz com que a nossa produção seja inviabilizada, embora a produção européia tenha um custo dez vezes maior que o nosso.

A única satisfação que posso dar ao Senador é dizer que esse é um processo que vamos perseguindo permanentemente na base de buscar ganhos implementais. Mas, realmente, há uma disparidade e a OMC, por refletir esse equilíbrio político de forças muito maiores que as nossas, consagra algumas injustiças e algumas iniqüidades, que temos que ter como objetivo corrigir e superar no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Lampreia, vou fazer alguns comentários.

Em primeiro lugar, Ministro, quero cumprimentá-lo e dizer que concordo integralmente com as observações feitas pelo Senador Geraldo Melo em relação a V. Exª e ao Itamaraty.

Tive oportunidade de coordenar as ações dos empresários brasileiros no Fórum das Américas, portanto, tive uma participação na ALCA, e gostaria de externar algumas preocupações pertinentes a nossa Região.

Esta Comissão existe, na verdade, com o sentido de promover, como puder, a redução dessas diferenças regionais, que, infelizmente, não tem tido por parte do Governo uma ação coordenada e uma política clara a respeito.

O Senador Waldeck Ornelas leu um comentário sobre a exposição que fez o Presidente do BID, o Sr. Enrique Iglesias, numa palestra que proferiu no Fórum das Américas, sobre a necessidade de investimento em infra-estrutura de toda América como condição fundamental de não sermos atropelados pelo processo de construção desse mercado. Faço uma reflexão de quanto isso é muito mais grave em termos regionais.

Se a infra-estrutura da parte mais rica do País necessita de investimentos maciços para a sua recuperação e para a sua reconstrução como precondição para que cheguemos a 2005 – quando deverá estar construído esse novo mercado no continente – essa é uma questão muito grave em termos regionais.

Os investimentos que o Brasil precisa fazer em infra-estrutura até 2005 é da ordem de U$24 bilhões por ano – todos sabemos que não temos essas condições. Isso preocupa mais ainda, em termos regionais, devido à ausência de uma política clara deste Governo em relação à Região Nordeste.

Da mesma forma, Ministro, eu gostaria de fazer uma constatação. Uma pesquisa promovida pela CNI, em convênio com a CEPAL, sobre os investimentos que serão efetuados no Brasil no período de 1995 a 1999, mostra claramente uma relocalização espacial desses investimentos.

Observamos, sem esse otimismo que V. Exª demonstrou aqui no princípio, que parte desses investimentos caminha de forma natural para o Nordeste, como é o caso, por exemplo, do setor têxtil, parte do setor calçadista, etc. Trata-se apenas de uma constatação, colocando um outra preocupação. Verifico hoje a necessidade muito grande que o Brasil tem, pelo desequilíbrio cada vez mais acentuado em sua balança comercial, de promover e elevar a sua exportação. De maneira nenhuma, a posição, pelo menos a posição do empresariado brasileiro, é de uma postura contra as importações, mas de uma busca de incentivos cada vez maiores às exportações.

E aí trago a segunda preocupação também em relação à questão regional: O Brasil gasta pouquíssimo em promoção comercial, os números que me trazem – e desconfio, às vezes – são absolutamente ridículos, quando deveríamos, se buscamos exatamente um certo equilíbrio nessa balança comercial, fazer essa promoção. E há, acentuadamente, um desequilíbrio muito forte hoje no turismo. Sabemos, por exemplo, que a Espanha tem déficits comerciais enormes, o dobro do que se projeta para o Brasil este ano, e esses déficits são cobertos pela conta do turismo. O turismo é, na nossa região, uma vertente econômica que considero talvez a mais importante e que necessita de uma promoção comercial, aliás, precisa-se no Brasil inteiro. Ouvi, no noticiário, que a Argentina, por exemplo, supera hoje, e até o Uruguai, a receita de turismo em relação à receita nacional, que tem caído continuamente.

Em relação à promoção, quero fazer uma colocação, de que é necessário, e sei o papel que V. Exª tem na área de comércio exterior, que é fundamental, e tem tido uma atuação brilhante, que, quando se repensarem, e acho que é fundamental, os mecanismos de promoção comercial brasileiros, deve ser enfatizada em relação ao desenvolvimento regional a questão do turismo por ser esse um ponto fundamental para a nossa região.

Por último, Ministro, acompanhei muito essa questão do coco. Das 32 indústrias de coco instaladas no Nordeste, pela prática de um comércio desleal, se não estou equivocado, à época, cerca de 30 estavam paradas, e apenas duas ainda funcionavam. Houve uma ação muito forte dos governadores. Acompanhei o governador Tasso Jereissati, vários Senadores aqui participaram dessa ação, e nós, se eu também não estou equivocado. A idéia era exatamente utilizar a legislação **antidumping** contra os países que faziam essa prática de comércio e passavam fundamentalmente pelas Filipinas, se não me engano. Mas terminou, diante da urgência, tendo que se praticar algo muito parecido com a nossa cultura, com o nosso jeitinho brasileiro, que foi através de uma portaria do Ministério da Agricultura, que dificultava a entrada de produto, ele se tornaria perecível e depois se fez o projeto **antidumping**. Então, o Brasil ainda é, na minha opinião, pouco ágil na utilização **antidumping**. É complicado. Isso efetivamente é um aprendizado, mas a legislação **antidumping** foi para proteger os outros países da nossa entrada, é coisa de país rico e país desenvolvido, e agora nos deparamos com essa questão. E, mais uma vez, coloco que, se isso é uma questão complicada para a indústria brasileira mais desenvolvida e que tem acessos mais fáceis e mais ágeis ao mercado internacional, também queria trazer como uma preocupação da região a questão do **dumping**, como, se possível, um apoio preferencial à proteção da empresa regional. Isso aí.

Por fim, querendo ouvir os comentários de V. Exª a respeito de tudo isso, trago uma informação que parece muito auspiciosa em relação, de modo particular, ao Rio Grande do Norte, como beneficiário que será da implantação da indústria automobilística em âmbito nacional. Penso que o Senador Geraldo Melo tem razão na observação que fez em relação aos benefícios que a indústria automobilística possa trazer. O Rio Grande do Norte é pobre demais e não pôde concorrer com essa briga enorme dos Estados, que aliás não é privilégio nacional. Recentemente, vimos os americanos pagando coisa semelhante a que o rico Estado do Paraná pagou para que a Renault lá se instalasse, e isso é motivo de discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, a que tenho a honra de ser seu vice-presidente.

Sr. Ministro, é possível que o Rio Grande do Norte seja beneficiado por um grande investimento na área de produção de magnésio metálico por aproveitamento das águas-mães, produtoras do sal. O Governador do Estado foi procurado, juntamente com as lideranças empresariais do Estado, por grupos que se interessam nessa produção, o que pode significar um investimento da ordem de U$1,2 bilhão. Isso se fará, exclusivamente, porque o Brasil se tornará brevemente um produtor de automóveis. Seremos, se não me engano, o sexto produtor e inevitavelmente um grande exportador de automóveis, o que é muito importante para a indústria nacional, para o emprego, para a geração de renda, por todos os valores que isso pode atrair.

O magnésio metálico, cuja produção mundial é da ordem de 300 mil toneladas, pode ter grande produção no Estado do Rio Grande do Norte. Estou entre dois brilhantes ex-Governadores: Senadores José Agripino e Geraldo Melo. Em certa ocasião, contei ao Senador José Agripino que seu pai, quando governador, imaginou exatamente um pólo magnésio metálico por utilização das águas-mães, a Alcanorte. Nada disso se fez porque a incompetência do Estado brasileiro como empresário fez com que a Alcanorte nunca saísse. Talvez o próprio mercado não tenha dado a possibilidade de se pudesse produzir o magnésio metálico. O Estado do Rio Grande do Norte poderá passar a ser produtor de um terço da produção mundial de magnésio metálico, que cor-

responde hoje a 300 mil toneladas, e pode ter um potencial de 100 mil toneladas. Isso se deve exclusivamente ao crescimento da produção automobilística do Brasil.

Parece um milagre, mas às vezes os pobres têm alguma oportunidade em tudo isso. Não tínhamos nem a possibilidade de sonhar com a indústria automobilística no Rio Grande Norte e hoje, talvez, sejamos receptores de um investimento da ordem de U$1,2 bilhão, o que é algo fantástico em termos nacionais, em termos regionais, sobretudo em se tratando do Rio Grande do Norte.

Eram essas as considerações que eu tinha a fazer. Cumprimento-o pelas suas argumentações. Peço que V. Exª, se puder, faça comentários em relação ao que eu disse.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra, pela gentileza de suas palavras. V. Exª tem sido um dos parceiros extraordinários do governo, do meu em particular. Um dos episódios de grande importância para o futuro do País é a Lei de Patentes, de que V. Exª foi o relator decisivo. Recentemente, como presidente da CNI, no processo preparatório da ALCA, e na própria reunião do Fórum das Américas, em Belo Horizonte, V. Exª foi um aliado inestimável nesse processo de modernização e de crescimento de nosso País.

Estou ligeiramente de acordo na parte de infra-estrutura, e creio que não seria o caso de estar dizendo nada, porque partiu plenamente das suas preocupações e das suas inquietações, inclusive sobre a viabilização de nossos investimentos. Creio que é sobretudo necessário nesse terreno é que o Brasil possa manter essa imagem internacional, essa confiança internacional que vem granjeando cada vez mais, através de uma política coerente, séria, que leva em conta o seu interesse nacional, como é perfeitamente legítimo. Creio que não há nenhum fato espetacular que possa ser gerado pelo Governo ou por alguém no Congresso Nacional ou no Senado brasileiro, de um modo geral. Cada uma dessas etapas representa um grau de amadurecimento e consolidação da nossa imagem. Eu, ontem, por exemplo, recebi da Embaixadora Charlene um **fax** em que ela faz grandes elogios à postura brasileira, ou seja, em que ela reconhece que o Brasil tem suas razões, que há divergências com os Estados Unidos, mas afirma que respeita e compreende a nossa posição, e desejam trabalhar conosco para a construção de um entendimento comum que seja bom para todos.

Creio que o Brasil, hoje, pelo que fez, no sentido de estabilizar a sua moeda, pelas decisões que tomou em uma série de reformas econômicas já implantadas e leis aprovadas pelo Congresso Nacional, pela postura do seu Governo, dos seus Ministros econômicos, pela sua postura em relação à OMC e no cenário internacional, inclusive sul-americano, no Mercosul, vem granjeando um respeito crescente e vem sendo visto como um parceiro que vale a pena para os governos, mas também para os industriais, para os comerciantes, para os funcionários internacionais mais e mais. Esse, acredito, é o saldo central desse processo, do ponto de vista do Itamaraty.

Creio que realmente há uma série de coisas a fazer. Essa área das exportações, da promoção comercial, é seguramente uma área em que estamos muito aquém de um padrão internacional aceitável. Temos discutido, na Câmara de Comércio Exterior, a idéia de criar uma agência brasileira de promoção de exportações que tenha recursos e agilidade comercial para fazer aquilo que o Itamaraty não pode fazer. O Itamaraty pode muito bem informar, pode facilitar uma série de coisas, pode gerir participações em feiras, enfim, pode ser um bom pólo de atuação. Mas, evidentemente, o Itamaraty – os nossos embaixadores – não fala a linguagem dos negócios, nem seria próprio que o fizesse, que estivesse assinando contratos, discutindo investimentos, entrando em pormenores que são de natureza comercial e que, portanto, escapam à nossa jurisdição. Creio que é isso que é preciso fazer, que sigamos um padrão americano, um padrão cada vez mais argentino e japonês, um padrão, enfim, de todos os países que se conscientizaram da necessidade de uma estratégia de exportação, como é, sobretudo, o caso dos países da Ásia, que se tornaram, nos últimos dez anos, a grande novidade do cenário internacional, porque fizeram uma opção consciente, com estratégia exportadora. Tomaram todas as medidas pertinentes para implementar essa estratégia, em termos de infra-estrutura, crédito, postura internacional, especialização, qualidade, formação de gente, investimentos em educação, coisa que não fizemos e não estamos fazendo. Certamente, o turismo é um elemento essencial nesse contexto. Creio que temos sido talvez um tanto passivos nesse campo. Temos que levar em conta o fato de que a elevação de renda provocada pelo Plano Real e o fato de que temos que levar em conta o fato de que a elevação de renda, pro-

vocada pelo Plano Real, e o fato de que temos hoje um Real forte têm feito com que os nossos turistas se sintam cada vez mais atraídos pelas viagens ao exterior. Portanto, vai-se acumulando um déficit crescente na conta específica do turismo, o que se soma aos outros déficits estruturais que já temos, na área de serviços de divisíveis, e que vem pesar sobre a balança comercial de uma maneira às vezes preocupante, como é o caso de algumas cifras mensais que tivemos num passado recente.

No caso de **antidumping**, já fizemos sensíveis progressos desde o final da rodada Uruguai. Desde a abertura, conscientizamo-nos mais e mais de que é necessário ter instrumentos para a defesa de mercado e já fizemos progressos importantes. Inclusive, no final, esse caso do coco acabou sendo um indício poderoso e importante de que é assim, porque as taxas compensatórias, os direitos compensatórios que impusemos – não foi um caso de **antidumping** -, foram validadas pela OMC. A OMC reconheceu que tínhamos razão e, portanto, manteve a nossa postura.

Porém, mais e mais trata-se de um terreno em que teremos de ter proficiência. Deverá haver gente competente, investigadores, recursos e possibilidade de movimentação internacional para que possamos efetivamente nos defender, porque esse é o nome do jogo. O capítulo mais vago e mais impreciso da OMC é o de **antidumping**. Por quê? Porque é um capítulo em que os grandes países do mundo querem ter mais liberdade de funcionar como melhor lhes aprouver e como defender os seus interesses. Isso é que faz com que, por exemplo, em termos de **antidumping** em si, não tenhamos até hoje aberto nenhum caso na OMC, porque sabemos que esse capítulo convalida práticas abusivas nacionais freqüentemente.

Para concluir, cumprimento o Senador pelo magnésio metálico. É uma evolução importante e, certamente, mais uma demonstração dos benefícios dessa modernidade, porque creio que uma notícia dessa vale 50 notícias antigas, daqueles contratos que a Sudene fazia ou daqueles benefícios que eram uma espécie de generosidade da União e do Estado. Aí há uma solidez, uma profundidade, muito maior de enraizamento.

É muito importante que mais e mais o Nordeste vá se integrando nessa globalização da economia brasileira – não é mundial, não -, porque é isso o que está ocorrendo. Quer dizer, a economia brasileira está deixando de ser uma economia setorial, no sentido que dizia justamente o Senador Geraldo Melo. Está deixando de haver essa concentração industrial, quer dizer, é muito importante, no Brasil, essa diversificação de pólos econômicos. Isso é a superação de limitações históricas, algumas delas seculares, que, em muito, contribuíram inclusive para os problemas brasileiros.

O fato de termos em nossas cidades os problemas de violência, de crime, de superpopulação e de favelas se deve, em grande parte, a essas disparidades e ao fato de que as pessoas eram obrigadas a migrar para o Centro-Sul, migrar para as cidades, seja como fosse. No espaço das nossas vidas, assistimos ao Rio de Janeiro, que é a minha cidade, passar de dois para mais de 10 milhões de habitantes. E quem é que pode resolver uma situação dessas uma vez instalada?

Essa consolidação da diversidade de pólos e de alternativas realmente sólidas, e não fundadas apenas em benesses, mas sim em realidades econômicas, em investimentos, em capacidade produtiva e em investimentos realmente profundos, representa o melhor penhor do crescimento equilibrado do desenvolvimento econômico do Brasil.

Parabéns ao Rio Grande do Norte.

O SR. FERNANDO BEZERRA – Sr. Presidente, se me permite, quero dizer que talvez o meu entusiasmo em relação ao pólo magnético tenha dado esse fato como coisa consumada.

Na verdade, apenas começam as tratativas, mas já é uma expectativa extremamente favorável e, evidentemente, essas negociações se fazem no âmbito ainda do Governo do Estado, e o Governador deverá, em hora oportuna, trazer a comunicação, caso venha a se consolidar, ao Presidente da República. De modo que faço essa observação com o temor de que tenha sido leviano pelo entusiasmo em trazer uma notícia...

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – O seguro morreu de velho!

O SR. FERNANDO BEZERRA – Se me permite uma última observação, Sr. Presidente, em relação à promoção comercial, visitei recentemente Taiwan, a convite das instituições empresariais daquele país. Achei muito interessante o sistema de promoção comercial adotado por eles. É algo semelhante ao que, no passado, a indústria brasileira propôs ao Governo em relação à formação profissional: autotributar-se em relação à folha de pagamento e promover, através de um órgão chamado Senai, a formação profissional no Brasil, o que foi fundamental ao desenho que a indústria brasileira tem hoje.

Só no ano passado, treinamos 1 milhão e 300 mil trabalhadores no Brasil. Eles fizeram algo seme-

lhante: propuseram ao Governo autotributar-se e condicionar o gerenciamento desse recurso, como é o caso do Senai, ao empresariado.

Lá, há um **board**, um comitê de mais de 30 pessoas, onde 26 delas são da iniciativa privada, presidido pelo Ministro do Comércio Exterior, mas o gerenciamento é feito pela iniciativa privada.

Esse modelo, Ministro, é interessante. É uma experiência brasileira vitoriosa na área de formação profissional e, como sei que V. Exª está atento e tem preocupações com relação a isso, lembro apenas que é um modelo interessante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Lampreia, eu gostaria de apresentar a V. Exª um fato que talvez não conheça, que é a razão da existência da Comissão.

Esta Comissão é produto da iniciativa do Senador Waldeck Ornelas, que propôs ao Plenário do Senado a constituição de uma comissão temporária para discutir e debater os assuntos nordestinos. Foi antecedida por reuniões permanentes de um grupo de Senadores – creio que estão quase todos presentes. Durante quatro, cinco, seis meses ou por um ano debateram a questão nordestina, elaboraram documentos, foram ao Presidente da República, aos Ministros de Estado para apresentar proposta de retomada de crescimento do Nordeste, tendo em vista o atual contexto nacional, a globalização da economia, o Mercosul e uma série de fatos e circunstâncias novas. Chegamos a ir em comissão aos Senadores de todos os Estados do Nordeste e ao Presidente da República, em uma solenidade pública, entregar um documento que, malgrados os esforços, até hoje não obteve resposta conclusiva por parte do Poder Executivo.

A luta no **front** interno, portanto, até agora vem demonstrando tímidos resultados, e V. Exª é o primeiro Ministro de Estado a ser convidado a vir a essa Comissão para trocar idéias com os Senadores. Eu gostaria que V. Exª entendesse a importância de sua vinda, a importância que damos a sua presença, porque, se no **front** interno foram tímidos os resultados obtidos pelos Senadores que se reuniram em um primeiro momento informalmente e agora se reúnem formalmente em uma Comissão, há um **front** externo que pode produzir muitos bons resultados.

V. Exª disse com precisão, disse corretamente, que não é papel do Itamaraty promover negócios, mas o Itamaraty pode promover explicitação de oportunidades, pode promover encontro de pessoas através de suas embaixadas em países-chave. O Itamaraty pode promover parcerias, e esse é o recado que precisamos deixar com V. Exª: a prioridade que emprestamos a esse objetivo do Itamaraty. Essa instituição pode promover reuniões, onde forem oportunas – na Inglaterra, na França, na Espanha, nos Estados Unidos ou no Canadá –, entre empresários que representem vocações naturais de Estados nordestinos, porque aqui o senhor jamais encontrará manifestações de pedido de óbolo ou favor à moda antiga, de 15 anos atrás no Nordeste. Aqui, pretende-se explicitar vocação natural e pedir oportunidade de investimento, o que se pode concretizar pela via de investimentos privados ou de entidades tipo BIRD, BID ou pela promoção de um conjunto de pessoas, desde que se apresente um bom negócio, ético, de interesse regional e, mais do que regional, nacional, porque consta de interesse da região mais pobre do País.

Esse é, então, o trabalho que queríamos que o Itamaraty fizesse, ou seja, que estabelecesse como objetivo reuniões, a fim de determinar as vocações naturais do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, para encontrar parceiros onde quer que estejam. Essa deveria ser a preocupação permanente do Itamaraty.

O Senador Fernando Bezerra abordou a questão do magnésio metálico como exemplo. Quando fui Governador pela segunda vez, deixei uma planta piloto de magnésio metálico pronta, funcionando e peguei no primeiro lingote de magnésio metálico produzido a partir das águas-mães de salinas, que só há no Rio Grande do Norte. Só agora, com a globalização da economia, com os investimentos no pólo automobilístico nacional, pelo interesse que vem por gravidade é que grupos internacionais estão manifestando a intenção de investir U$1.2 bilhão no magnésio metálico do Rio Grande do Norte. Esse componente já "mostrou a cara" há quatro, seis anos, mas ninguém deu importância.

É preciso, então, que se mostrem, que se explicitem as oportunidades que existem e que são válidas.

O Nordeste é escondido, é tímido, muitas vezes é até constrangido. É preciso que se mostre, e estamos aqui para fazer isso; esse é o nosso papel. É a nossa obrigação provocar que isso aconteça, ou seja, que as parcerias se efetivem e que não se cometam injustiças com a região.

Nesse momento, por exemplo, o sal do Rio Grande do Norte está há bastante tempo sofrendo a

concorrência desleal, no nosso entendimento, em relação ao sal do Chile, por questões de frete e de tarifas. É preciso que o Itamaraty interfira nessa questão. Estamos aqui para provocar também esse tipo de questão.

Deixo, portanto, evidenciado estes dois fatos: o Itamaraty pode trabalhar na junção de pessoas, estabelecer parcerias, explicitar oportunidades e precisa proteger, no âmbito das relações bi ou multinacionais do Brasil com o restante do mundo, os interesses de uma região que é a mais pobre e sem a qual o País não crescerá nos moldes em que deseja.

A segunda questão é uma constatação que eu queria fazer e sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª, para ver se estou certo ou se estou errado. Peço também sua conclusão sobre o assunto.

A Europa, considerada una, significa duas vezes os Estados Unidos; tem duas vezes o PIB dos Estados Unidos. A Alemanha, isolada, não é competidora à altura dos Estados Unidos, mas a Alemanha, a França, a Inglaterra, enfim, todos os países da Europa em conjunto são sim. Houve um momento em que De Gaulle desafiou os Estados Unidos com relação ao padrão monetário internacional, questionando o dólar como padrão monetário internacional, e essa discussão perdeu-se ao longo do tempo e ao longo da pujança da economia americana.

Tenho a impressão – e essa é uma suposição minha, é uma constatação que faço – de que esse esforço da União Européia é um esforço muito mais pragmático do que político, para mostrar a força da Europa, porque o objetivo final é a moeda única, que seria mais forte do que o dólar.

A par disso, faço um raciocínio do que seja o Mercosul e do que queremos no Mercosul. O Mercosul é o quarto bloco econômico do mundo. Beleza, quarto bloco econômico! Agora, muito distante do terceiro.

Já foi dito pelos que aqui indagaram e pelas respostas de V. Exª que o Brasil tem pago um preço pela formação desse bloco e espera colher resultados. E é sobre esses resultados pragmáticos que quero assinalar minha preocupação. A Argentina e Chile têm colhido bons frutos, são objeto da Corte dos Estados Unidos, que não têm interesse nenhum na formação do Mercosul e que cortejam a Argentina e o Chile permanentemente. O Brasil tem que exercer uma Corte dobrada, para manter uno este bloco econômico que, ao final, vai servir ao interesse do Brasil como comandante maior do bloco chamado Mercosul.

Houve, recentemente, em Belo Horizonte, a reunião da ALCA. Tenho a impressão de que, há cinco anos, o governo americano não acreditava que países com as diferenças que guardamos e que conseguimos superar – Brasil/Argentina, Argentina/Uruguai, Argentina/Paraguai/Chile – fossem capazes de fazer isso. Conseguimos e somos hoje uma realidade econômica.

O objetivo do Brasil, claro, é se valorizar diante do bloco europeu, do bloco asiático e do bloco do Nafta.

Que sentimento V. Exª pôde depreender ou pôde captar, em Belo Horizonte, do nível de respeito que o Mercosul já inspira agora e pode inspirar para as negociações que vão anteceder uma efetivação da ALCA em 2005, se isso vier a acontecer? Terá valido a pena o esforço feitos até agora, as concessões feitas até agora? Toda a articulação política e diplomática feita até agora vale a pena? Qual a perspectiva?

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Obrigado, Senador.

Quanto à primeira observação, Senador José Agripino, eu diria que o Itamaraty está absolutamente determinado a continuar funcionando na área da promoção comercial, nos moldes que o Senador assinalou. Penso que não somos mais capazes de atuar na base da indução de vendas diretas, como fizemos no início, em que tínhamos todo um sistema de detecção de oportunidades e esse sistema gerou – creio – uma elevação do perfil comercial brasileiro de um exportador apenas de produtos de base para um exportador de manufaturados.

Creio que é obrigação do Itamaraty atuar nessa junção de interesses, fazer essa aproximação, criar facilitações de negócio. O Governo do Presidente Fernando Henrique tem atuado muito incisivamente no apoio à indústria brasileira, às empresas brasileiras nos seus pleitos no exterior, não no sentido de fornecer-lhes benesses, mas no sentido de dar-lhes apoio político quando necessário. A ausência de um apoio diplomático e político colocaria, frequentemente, nossas empresas em desvantagem comparativa, posto que todos os grandes países do mundo põem os seus presidentes, os seus primeiros-ministros, até mesmo os seus reis e os seus príncipes, a serviço dos seus negócios. Vejam o fluxo que temos tido aqui, inclusive de príncipes e herdeiros chefiando missões comerciais. Isso é uma coisa perfeitamente natural, desde que fique cada um no seu plano, evidentemente, cada um atue na sua área de competência específica. O Governo é

indispensável como apoio e facilitador freqüente de negócios. O Itamaraty sempre estará presente nesse sentido. A principal razão de ser da atuação do nosso embaixador é apoio do empresário nacional nesse colóquio.

Quanto à segunda pergunta, não tenho dúvida em dizer que o Mercosul hoje desperta grande interesse internacional. Quer dizer, o Mercosul significou, de fato, reforço da atratividade de seus países, ou seja, hoje não se fala tanto em Argentina quanto em Mercosul, não se fala tanto em Brasil quanto em Mercosul.

Na verdade, num diálogo com qualquer ministro do mundo, em qualquer foro comercial importante, em qualquer seminário, em qualquer debate que exista o conceito novo, o conceito realmente atraente é o de Mercosul. Por quê? O que todos percebem é que o Mercosul representou multiplicação de oportunidades e aumento sensível das realidades nacionais de cada país. Todo mundo percebe que cada um dos membros do Mercosul é hoje mais forte porque existe o Mercosul. Ele é mesmo maior do que teria crescido se não houvesse o Mercosul.

Penso que claramente há essa noção de escala, há a noção da consistência entre os quatro, há a noção de que existe o princípio da adição, ou seja, que os quatro somados têm um PIB combinado de um trilhão e duzentos bilhões de dólares, há o fato de que têm a população combinada de duzentos milhões de pessoas, que têm um território que abarca mais da metade, ou melhor, mais de dois terços da América do Sul e com todos os recursos naturais que esses países têm, com todas as possibilidades de negócios, de privatizações, de concessões, de novos investimentos, de novas oportunidades de infra-estrutura. Tudo isso é gerado e potencializado pelo Mercosul, não é verdade? Na área de infra-estrutura isso é claríssimo. Vejam todos os negócios de gás que agora estão surgindo. Depois de muito tempo, concretiza-se o gasoduto da Bolívia. A obra será iniciada no dia 1º de julho. Graças a Deus, posso assistir a isso, porque estou há 25 anos metido no trabalho para trazer gás da Bolívia e só agora vejo isso ser concretizado. Para mim, é um grande alívio, mas isso se deve, em grande parte, ao Mercosul também. Não tenho dúvida de que o Mercosul vai gerar também gás da Argentina para o Brasil, gás da Argentina para o Chile. O gás da Bolívia que vai para a Argentina acabará vindo para o Brasil, pela reversão de gasoduto. Enfim, telecomunicações, estradas, pontes, enfim, toda essa energia possível e imaginável passa pelo Mercosul.

Portanto, Senador, não tenho dúvida em dizer que o Mercosul nos valoriza. Talvez o fato mais relevante da reunião da ALCA, em Belo Horizonte, tenha sido o fato de que o Mercosul se manteve absolutamente coeso. Na véspera da reunião da ALCA, depois da recepção no Palácio da Liberdade, fiz uma reunião com todos os chefes de delegação do Mercosul, com os principais negociadores do Mercosul. A reunião começou às 21 horas, no próprio Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, e foi até quase meia noite. Naquela ocasião, acertamos todos os nossos ponteiros, o que nos permitiu atuar como um grupo absolutamente coeso. Na placa, em letras grandes estava escrito: Mercosul; e embaixo, em letra menor, Brasil ou Argentina ou Chile ou Paraguai. Isso permitiu que obtivéssemos, inclusive, o resultado final, que foi o da consagração dos princípios do Mercosul. É plenamente compatível com a ALCA, abandonando-se aquele conceito que, num certo momento, os Estados Unidos ventilavam de que o Mercosul teria que desaguar na ALCA e diluir-se na ALCA. Isso foi inteiramente superado.

Não tenho dúvida em dizer que, graças ao Mercosul, temos hoje mais perspectivas econômicas, mais comércio, mais emprego no Brasil e que o preço que pagamos valeu a pena até agora e que o pleito vai continuar valendo e que isso nos acrescenta internacionalmente e nos valoriza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Obrigado, Ministro.

Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. LUIZ FELIPE LAMPREIA – Não tenho uma informação detalhada sobre essa questão para fazer afirmações gerais e essencialmente categóricas, Senador. Temos uma diferença sensível com a Argentina na área de patentes na área de propriedade intelectual, que V. Exª bem conhece.

Nessa área, naturalmente a Argentina tem uma lei – que, aliás, contraria a posição do Executivo; que perdeu o seu caso no Congresso argentino – que dá muito mais latitude à indústria nacional argentina e às empresas argentinas, inclusive na utilização de patentes estrangeiras, em vários pontos desse processo. Em função disso, a indústria argentina tem mais latitude do que a indústria brasileira em alguns aspectos.

Não vou discutir a Lei de Patentes aqui. V. Exª conhece muito bem a minha opinião, que diferiu da sua em alguns casos, mas V. Exª sabe perfeitamente qual

o fundamento disso. Mas o fato é que existe essa diferença, e existindo uma diferença básica, de regra do jogo, como essa, evidentemente que surgirão, pelo princípio dos vasos comunicantes, tentativas de brechas e de diferenças de comercialização de produtos.

Penso que vamos ter que caminhar, cada vez mais, no futuro, para uma uniformização dos nossos padrões de proteção de propriedade intelectual, de patentes, em primeiro lugar. Em segundo lugar, nessa questão da comercialização dos remédios, vamos ter que levar em conta esse aspecto e também, evidentemente, o aspecto propriamente científico, os requisitos, as normas e padrões específicos que, entendo, estão sobretudo na raiz dos problemas e têm a ver com o fato de que houve uma história diferente do desenvolvimento da indústria farmacêutica argentina e brasileira. Portanto, creio que aí temos algum trabalho a ser feito, para que haja normalização e uniformização do mercado. Ainda estamos, neste caso, bastante longe disso.

V. Exª sabe que, mesmo num mercado único, como é o mercado europeu, onde os bens, os serviços e as pessoas são livres para circular plenamente desde 31 de dezembro de 1992, como é o caso da Europa, há grandes diferenças. Por exemplo, se V. Exª vai a uma farmácia em Paris, na Itália ou na Alemanha V. Exª vai encontrar produtos locais; muito dificilmente encontrará uma uniformidade que reflita o mercado único. Essas são situações que terão de ser administradas com cuidado. Não se pode simplificar a complexidade desse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) – Ministro, gostaria de agradecer a gentileza de V. Exª de acatar nosso convite.

Tenho a grata surpresa de ver como V. Exª fala, com simplicidade e com facilidade, sobre os mais variados assuntos.

O Mercosul está tendo muito sucesso, mas nos preocupa que o Nordeste fique à margem. Preocupa-me que seja feita uma grande avenida envolvendo Belo Horizonte e Buenos Aires e deixando o restante do País à margem. Isso é o que nos preocupa no momento.

Muito obrigado a V. Exª pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h29min)

COMISSÃO TEMPORÁRIA,

Criada através do Requerimento nº 475, de 1996 – SF, destinada a "Definir uma Política para o Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia."

5ª Reunião Realizada em 23 de julho de 1997.

Aos vinte e três dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e sete, às dezessete horas, na sala 9, da Ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reunem-se os Senhores Senadores Ernandes Amorim, Nabor Júnior, Sabastião Rocha, José Bianco, Ademir Andrade, Jefferson Peres, Leomar Quintanilha, Marina Silva, Emília Fernandes e Marluce Pinto, membros da Comissão destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente passou a discutir a proposta de realização de um seminário em agosto, na cidade de Belém, inclusive informou ter entrado e contato com o Dr. Artur Tourinho, Superintendente da Sudam, ficando ainda combinado que seriam convidados para participarem do Seminário os Senhores Governadores e Prefeitos das Capitais dos Estados, componentes da Amazônia Legal, bem como os Superintendentes da Sudam, Sufram, Presidente do BASA. A seguir, usou da palavra o Senador Ademir Andrade, Relator da Comissão, que passou a fazer sugestões para a realização do Seminário. Dando seqüência foi concedida a palavra aos Senadores Sebastião Rocha, José Bianco, Leomar Quintanilha, Marina Silva, Emília Fernandes, Marluce Pinto e Ernandes Amorim que ofereceram sugestões para a agenda do Seminário. Foi sugerido pelo Senhor Presidente que sejam convidados os Senhores Deputados componentes da Comissão da Amazônia da Câmara, também foi designada uma Comissão composta pelos Senadores Ademir Andrade, Leomar Quintanilha e Marina Silva, para elaborarem a agenda do Seminário; e que a mesma seja apresentada na reunião do dia 7 de agosto vindouro, e não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião, e eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Estão abertos os trabalhos da comissão temporária para definir uma política para o desenvolvimento econômico da Amazônia, oportunidade que teremos para discutir a proposta de realização de um seminário da nossa Comissão que se realizará no próximo mês de agosto, provavelmente na cidade de Belém, nos dias 25 e 26, segunda e terça-feira. O Presidente do Se-

nado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, se compromete a participar na abertura dos trabalhos.

Já entrei em contato com o Superintendente da Sudam, Dr. Artur Tourinho, que se comprometeu em colocar toda a estrutura da Sudam à disposição da Comissão para a realização desse simpósio. Podemos realizá-lo no auditório da própria Sudam, com a participação de Governadores da região e de Prefeitos de capitais. Pretendemos convidar o Ministro do Planejamento, já que por várias vezes solicitamos a sua presença na Comissão e ele não pôde comparecer, mas acredito que com a antecedência do convite é bem provável que compareça a essa reunião em Belém.

Ao mesmo tempo, peço aos Companheiros que externem a sua opinião; podemos designar uma comissão de dois ou três Senadores para elaborar a programação. Queremos dar o maior destaque para esse encontro. Estamos tendo alguma dificuldade de trazer algumas autoridades, mas, sendo em Belém, os Governadores que integram a região, os Prefeitos de capitais, o Superintendente da Sudam, da Suframa, o Presidente do Banco da Amazônia terão mais facilidade para participar. Todos são autoridades que podem ser convidadas para comparecer a esse seminário.

Concedo inicialmente a palavra ao Relator, Senador Ademir Andrade.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, entendo que temos trabalhado esta Comissão, apesar da sua extrema importância, com muitas dificuldades, de **quorum**, de aceitação dos convites para fazerem aqui as suas palestras, e o nosso prazo está prestes a se esgotar. Devemos trabalhar até o final deste ano, quando teremos que aprovar o relatório de uma nova proposta de desenvolvimento para nossa região, e evidente que precisamos ouvir as pessoas que são, de certa forma, responsáveis por esse processo de desenvolvimento.

Em virtude da própria dificuldade que estamos encontrando, a saída mais coerente, mais fácil de se caminhar para aquilo que desejamos, é realmente a realização desse seminário, que poderia não ser apenas esse, mas já é um início do que pensamos há tempos, que agora, por força das circunstâncias, colocaremos em prática.

Há uma idéia, um levantamento de pessoas que seriam convidadas – autoridades -, bem como dos órgãos que deveriam se colocar nesta reunião, que seria realizada, conforme disse o Presidente, no auditório da Sudam, todo o apoio e estrutura desse órgão, como também teria todo apoio da própria Presidência do Senado, no que se refere à presença dos Senadores e Deputados Federais no Estado.

Temos que trabalhar agora a forma de organização, como detalhar essa programação, como vamos, em um tempo pequeno, dois dias, dar oportunidade a tantas autoridades de se manifestarem, abrir inclusive o debate com a classe política. É fundamental ouvir as exposições dos representantes do Governo nos diversos órgãos e dar oportunidade do debate aos políticos ou a entidades que se façam presentes.

Aqui, basicamente, há uma proposta da presença do Governo. Creio que só essa presença já tomará dois dias de trabalho. Tenho dúvidas a respeito, se ouvimos só o lado do Governo nesse seminário e tentamos fazer um outro ouvindo as entidades não-governamentais, as universidades, as entidades de desenvolvimento regional, enfim, se seria uma alternativa viável; ou se poderíamos consolidar uma intercalação entre pessoas do Governo e da sociedade civil, principalmente organizações não-governamentais.

A idéia do seminário é perfeita, corretíssima, é preciso fazer-se isso. Belém, uma das capitais mais importantes do Norte, foi muito bem escolhida, é bem centralizada; o espaço da Sudam é bom; teremos todo o apoio material e logístico do Presidente do Senado. Tudo isso está perfeito. A única dúvida que tenho – realmente precisamos aprofundar a discussão – é sobre como realizar em dois dias tantos debates, com tantas autoridades, e ainda providenciar a oportunidade da manifestação, do debate dos políticos e a participação de entidades mais ligados à área científica.

Abrimos a discussão com os Colegas da Comissão para ver qual a melhor forma de atingirmos o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente e Srªs e Srs. Senadores, primeiro levanto uma questão em nível de estratégia para levar a efeito esse seminário. É por todos nós sabido que existe no Congresso Nacional a Bancada Parlamentar da Amazônia. Não sei se na Câmara há uma comissão específica também.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) - Há uma Comissão Permanente na Câmara sobre a Amazônia, a nossa é provisória.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sei que é importante para o Senado, e venho aqui também parabenizar os dois Senadores autores da idéia, mas no meu entendimento seria conveniente fazermos esses simpósio articulado, em nível organizacional, de coordenação com os Deputados, seria um trabalho conjunto. Se for diferente, talvez a mobilização de Deputados fique difícil para esse evento. Se não houver um envolvimento da coordenação da Comissão Parlamentar da Amazônia e da Comissão Permanente da Câmara. Esse é um assunto a respeito da estratégia de organização.

Quanto aos temas, ao conteúdo do seminário, dou duas sugestões. Primeiro, que pudéssemos reduzir a um número pequeno até, mas que fosse de acordo com os anseios, com os pleitos mais importantes da região, conseguíssemos concentrar órgãos afins, por exemplo, no mesmo momento, em determinada parte do seminário, por exemplo, Sudam, Suframa, BNDES, os que tratam de infra-estrutura, como o DNER, e aqui incluo a Eletronorte, como sugestão, Sr. Presidente, – um órgão importante que pode ser convidado. Que pudéssemos reduzir os temas e concentrar exatamente naqueles que possam estar mais de acordo com as expectativas da região. Falo isso em cima de experiências de seminários já realizados pela Bancada Parlamentar da Amazônia, sendo que já participei de três. Estendendo-se muito os temas acaba-se não concluindo adequadamente nenhum deles, e o resultado prático desse encontro acaba sendo inócuo.

Sugiro também, como um dos temas, que se faça uma Mesa, um fórum a respeito da região do Jari que, sobretudo no Pará e no Amapá, hoje é um dos assuntos que estão causando maior demanda de apelos e de articulações políticas junto aos órgãos federais. Seria muito oportuno esse seminário em agosto, em Belém, e sugiro como um dos temas a questão da Jari Celulose.

O Presidente do BNDES vai estar, provavelmente, na segunda-feira, em Belém ou Monte Dourado, a sua agenda está para ser confirmada.

Eram essas as colocações que desejava fazer, sobretudo se é possível fazer uma coordenação conjunta com a Câmara dos Deputados, ou se a idéia é mesmo que o Senado assuma sozinho a responsabilidade da coordenação desse seminário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador José Bianco.

O SR. JOSÉ BIANCO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, concordo plenamente com as preocupações do Senador Ademir Andrade no que se refere a levar muita gente e no final sairmos de lá sem um resultado prático.

Entendo que a autoridade mais importante para essa reunião, pelo que V. Exª colocou, Sr. Presidente, sequer foi convidado ainda. Creio que o convite ao Ministro do Planejamento, Antonio Kandir, deveria ser feito imediatamente, confirmando-se a sua presença. Acredito que a presença do Ministério do Planejamento é a que nos interessa realmente, em razão dos planejamentos maiores para a nossa região. Do contrário, vamos ficar ouvindo os seus subalternos, que são os superintendentes da Sudam, da Suframa, de outro lado, do Ministério da Fazenda, o BASA, com quem mantemos contatos cotidianamente, ou mensalmente, ou semanalmente.

Essa é a minha colocação. De fato, reforço a preocupação do Senador Ademir Andrade, de repente queremos fazer uma coisa grandiosa e acabamos saindo de lá sem uma solução prática.

Entendo que a autoridade da maior importância, que se não estiver presente vai ficar um tanto inócuo esse encontro, é o Ministro do Planejamento, mas temos que ter a confirmação da sua presença.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, com relação à forma do seminário, ele pode ser de duas maneiras. Uma delas é ouvirmos essas pessoas sobre o que pensam do desenvolvimento da Amazônia. Outra maneira seria nos reunirmos, apresentarmos alguns pontos que consideramos básicos para o desenvolvimento da Amazônia e fazermos com que essas autoridades se apresentem para expor os seus pontos de vista sobre os temas específicos que escolheríamos.

A segunda hipótese, na minha maneira de ver, torna o encontro muito mais positivo; elencarmos previamente aquilo que é essencial para o nosso desenvolvimento. As autoridades iriam para o encontro se manifestar sobre os pontos que iríamos debater, discutir, antecipar.

Devemos pensar sobre esses pontos, por isso tomei a liberdade de falar antes do Senador Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Ele também tomou o tema objeto da minha discussão. Na verdade, era esse comentário que o nobre Senador Ademir Andrade fez com relação à possibilidade de a

Comissão já apresentar uma estrutura básica do que ela considera política importante para a Amazônia. Associo-me às preocupações do Senador José Bianco.

Entendo também que precisamos discutir uma política de desenvolvimento para a Região Amazônica com quem possa formular essa política e não com os elementos de sua execução. Portanto, realmente, é fundamental a presença do Ministro Antônio Kandir e a de Parlamentares da Câmara dos Deputados que integram a Comissão da Amazônia. Entendo que a discussão dos problemas e das sugestões já existentes ou que venham a surgir para a constituição dessa política deva ter a participação de cada um de seus representantes como também dos governantes que vivenciam esse problema.

Muito mais importante que discutirmos com os elementos que executam as políticas já existentes é conversamos com os encarregados da formulação da política de desenvolvimento do País: a Secretaria de Assuntos Estratégicos e basicamente o Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Creio que poderíamos sugerir a constituição de uma comissão de dois ou três Senadores da nossa Comissão para elaborar esse programa, e, tão logo sejam reiniciados os trabalhos do Congresso Nacional, no início de agosto, traríamos para a Comissão essa proposta, a discutiríamos e a aprovaríamos. Há certa premência para isso porque, na programação que vamos fazer, com convites, cartazes etc., veremos quais os títulos a serem tratados. Por exemplo, se convidarmos uma determinada autoridade para comparecer a fim de abordar o tema tal, ele terá que dispor de tempo para reunir elementos no sentido de fazer a sua exposição.

Essa proposta aqui é apenas uma sugestão; não quer dizer que todos esses órgãos devam ser convidados. Poderíamos até reduzir consideravelmente esse número, porque temos experiência, inclusive daquele grupo da Amazônia, em que, no segundo dia, ocorreu o esvaziamento da reunião. Assim, num seminário desses, de dois dias, teremos que aproveitar bem o tempo, porque, se houver um número muito grande de expositores, ocorrerá um esvaziamento da reunião. É preferível que, por exemplo, havendo um determinado Ministério que abranja o problema de transporte, ao invés de se convidar o Diretor do DNER, convide-se logo o Ministro dos Transportes para o seminário; certamente o Ministro seria assessorado pelo Diretor do DNER. No caso, ao invés de se convidar o Presidente da Eletronorte, convidar-se-ia o Ministro das Minas e Energia, que levaria a sua equipe para fazer uma exposição mais abrangente. Assim, reduziríamos; ao invés de convidarmos órgão setoriais, convidaríamos Ministros da área, ou seja, formuladores, como foi dito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, permita-me um aparte para fazer uma colocação. Na indicação, na escolha desses nomes, seria interessante incluir o Presidente da Valec, que está encarregado e fez um estudo muito grande sobre a viabilidade econômica da implantação da Ferrovia Norte-Sul, que é fator de integração nacional e não mais uma aspiração meramente regional. Essa ferrovia vem ao encontro dos anseios da nossa região, porque vai integrá-la ao contexto brasileiro e modificar a matriz de transporte deste País. Não é possível mais continuarmos com transporte de carga a longa distância feita quase com exclusividade pelo sistema rodoviário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sr. Senador, o nosso convidado, o Ministro dos Transportes, não poderia abordar esse tema e valer-se do assessoramento do Presidente da Valec.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Tenho a impressão de que se fosse sugerida a questão da Ferrovia Norte-Sul, aí, sim.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Veja bem, vamos ter que convidar os governadores, que são realmente autoridades imprescindíveis a um encontro desses; são pelo menos nove governadores, incluindo Tocantins também e o Maranhão, que tem uma parte do Estado na Região Norte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Não entendo o porquê de o Presidente querer excluir o Tocantins. O Tocantins é parte integrante da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. São nove Estados. Os Governadores irão expor no seminário os problemas dos seus respectivos Estados. É nossa intenção também convidar os prefeitos das capitais, embora não saiba se haverá espaço para que cada um faça a sua exposição, mas, pelo menos, poderão participar dos debates. No entanto, quanto aos governadores, tenho a impressão de que todos teriam oportunidade de se manifestar.

Então, se for feita uma relação muito grande de autoridades, não haverá tempo para todos falarem. Temos experiência de reuniões feitas em Porto Velho, no Amapá, em que comparecemos e em que, no segundo dia, houve esvaziamento da reunião.

Portanto, se vamos tratar do problema energético da região, convidamos o Ministro da Minas e Energia, que levará a sua equipe, o pessoal da Eletronorte etc. Convidando o Ministro dos Transportes, ele certamente irá abordar o problema da Ferrovia Norte-Sul. Reduziríamos o número de convidados e, com isso, a reunião tornar-se-ia mais curta e menos cansativa.

Sugiro à Comissão que seja nomeada uma subcomissão de três Senadores para elaborar a programação. Já existem algumas sugestões, e essa subcomissão poderia ser integrada pelo Relator, Senador Ademir Andrade, a Senadora Marina Silva e o Senador Quintanilha; esses Senadores elaborariam a programação do seminário e, na próxima reunião, na primeira semana de agosto, discutiríamos a proposta dessa subcomissão. Dessa forma, poderíamos ter elementos para convidar Ministros e outras autoridades, como governadores. O Governador do Pará, por exemplo, iria fazer uma exposição sobre determinado tema, de acordo com a avaliação dele.

O Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, debateria os programas do Governo Federal a serem executados na Região Amazônica nos próximos cinco ou dez anos. Poderíamos sugerir a S. Exª temas, a fim de que se preparassem para expor sobre esses temas previamente sugeridos pela Comissão.

Submeto a proposta à apreciação dos Membros da Comissão.

A SRª MARINA SILVA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRª. MARINA SILVA – Sr. Presidente, creio que temos que pensar um pouco sobre a grandeza do que estamos realizando. Se de um lado é um seminário que dará um fechamento ao trabalho da nossa Comissão, esse seminário terá que ter uma participação nos termos em que foi colocado pelo Senador Ademir Andrade. Se são dois dias, temos que contemplar uma parte para autoridades federais e autoridades estaduais e uma outra parte para a representação da sociedade local, seja por intermédio da comunidade científica ou de algumas representações. Do contrário, teríamos sobre nossa Comissão o ônus de discutir uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia sem fazermos o ausculta-mento de setores importantes, como, por exemplo, a comunidade científica.

Faço essas sugestões em relação à concepção do formato do seminário para que fechemos acordo, até para facilitar o trabalho daqueles que forem apresentar proposta; caso contrário, fica um problema, pois a maioria das pessoas ouvidas estavam ligadas ao lado institucional. É muito importante termos o auscultamento dessa visão menos – digamos assim – instituição.

Outro ponto – e neste caso já é mais de tática, de como vamos manter o seminário – é termos uma pessoa importante para o processo de abertura e, no processo de fechamento do seminário, alguém que seja de extremo interesse de prefeitos e governadores. Creio que o seminário tem que ter essa ponte, para que tenhamos um produto final representativo. Temo pelo tempo, porque sei que há limites com relação a autoridades que não poderiam estar presentes, infelizmente, caso fosse em outra data.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Mantive contato com o Presidente do Senado. S. Exª não só manifestou seu integral apoio à realização desse seminário em Belém como também se comprometeu a comparecer, desde que fosse em uma segunda-feira. Hoje à tarde, o Presidente confirmou e lhe informei a data de 25 e 26 e S. Exª disse que poderia comparecer no dia 25. Na qualidade de Presidente do Congresso Nacional e do Senado, S. Exª poderia abrir o seminário, e o Ministro Kandir poderia encerrá-lo.

Durante a realização do seminário, os Governadores falarão e, se houver oportunidade, também os Prefeitos das capitais e outras autoridades, as comunidades científicas, entidades não-governamentais. E mesmo que o Ministro não compareça, seus assessores acompanharão o seminário e poderão transmitir alguma posição do Ministério em relação aos temas abordados no primeiro dia e parte do segundo. S. Exª poderia então encerrar o seminário.

É uma sugestão que a Comissão irá examinar e apresentará uma proposta logo na primeira semana de agosto, no dia 6 ou 7 de agosto. Melhor que seja na quinta-feira, dia 7. Assim que essa proposta fosse aprovada, começaríamos a trabalhar na execução, com vistas à realização do seminário, divulgação com cartazes e tudo o que vamos conseguir na Gráfica.

O Presidente se comprometeu a dar apoio integral, custeando as despesas e o deslocamento de Senadores.

Vou oficiar ao Presidente da Comissão da Amazônia a sugestão do Senador Sebastião Rocha de envolver também os Deputados Federais, dando conhecimento de que vamos realizar esse seminário em Belém, pedindo, inclusive, a participação de S. Exªs. É evidente que a Câmara custearia as despesas de deslocamento dos Srs. Deputados. O Sena-

do se responsabilizaria apenas pela ida dos Senadores. Também enviaremos ofício convidando os Srs. Presidentes de Assembléias e os Srs. Deputados estaduais.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, apenas para um registro. Na qualidade de membro, por impedimento do Senador Valmir Campelo, não podemos deixar de registrar a importância dos trabalhos desta Comissão. Apesar de todas as dificuldades aqui colocadas pelo Sr. Relator, é importante o registro, principalmente por parte de quem olha de fora da Amazônia. Os senhores estão dentro da Amazônia; nós estamos de fora, mas com o grande compromisso de trabalhar o Brasil. Esse assunto é de grande significado. Nesse momento, cabe-me aplaudir o trabalho dos integrantes desta Comissão, o empenho dos representantes, a atuação, a dedicação e a vontade de que o Brasil – a sociedade como um todo, seus governantes – desperte para a importância de se olhar para a Região Amazônica, para seus Estados, não como pensávamos antes, como alguma coisa intocável, preservada.

Hoje, milhões de pessoas clamam por valorização e por medidas concretas e objetivas que resguardem o equilíbrio daquela região, com todo o patrimônio que a natureza nos deu, mas lembrando que a Região precisa de desenvolvimento e de condições de vida para as pessoas.

Esta Comissão é importante e deve descentralizar seus trabalhos, indo àquela Região para que as autoridades constituídas, às quais somo as entidades não-governamentais, sejam ouvidas. As autoridades federais chamadas deverão ir lá assumir publicamente a posição de suas Pastas em relação às sugestões alternativas dos Srs. Parlamentares, da sociedade da Região e, principalmente, das entidades ligadas à pesquisa, à educação, enfim, todos esses órgãos que têm construído ao longo do tempo e estão aí para apresentar sugestões, não apenas registrar críticas da desatenção e do abandono, em muitos casos, mas para mostrar alternativas para o Governo.

Em nome do Senador Valmir Campelo, quero dizer que apoiamos essa idéia, chamando a atenção para o cuidado de não se estender muito o número de pessoas, porque o resultado poderia não ser concreto e objetivo como desejamos.

Como sugestão ao Presidente, ao Sr. Relator e aos membros: a partir desta reunião, das propostas levantadas, das alternativas e até mesmo dos compromissos que o Governo Federal venha a assumir diante da comunidade daquela região, que seja elaborado um documento, uma carta da Amazônia e que seja divulgado para o Brasil todo o que se está clamando, as dificuldades, as potencialidades da Região e o reclamo daquele povo, para que nós representantes do Brasil possamos também abraçar essa causa.

Era o registro, Sr. Presidente.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, sabemos que esta Comissão tem duração até dezembro próximo. Gostaria de aproveitar a oportunidade e falar aos colegas sobre a possibilidade da criação da Comissão Permanente da Amazônia. Já entrei com requerimento fazendo essa solicitação e já conversei com V. Exª a respeito do assunto.

Em uma Região como a nossa, subdesenvolvida, com muitos problemas e muitas cobiças – isso já vem desde os idos de 1817, conforme declarei em meu penúltimo pronunciamento da tribuna do Senado, há 15 dias. De ano para ano, vêm crescendo as interrogações por parte dos países do Primeiro Mundo a respeito e creio que seria salutar que a permanência de uma comissão ficasse em pauta para ser discutida.

Com a criação de uma Comissão da Amazônia, sei que muitos parlamentares e autoridades poderão até ventilar a possibilidade da criação de comissões de outras Regiões. Mas, nas outras Regiões do País, os Estados já estão desenvolvidos. Sei que há alguns com alguma dificuldade, mas esses têm desenvolvimento pleno, ao menos em ocupação de seu território geográfico.

Na Amazônia, é diferente: há uma extensão geográfica muito grande e uma limitação total em termos de população. Se não procurarmos ocupar nossa Amazônia, sabemos que, em futuro talvez não muito distante, ela poderá vir a ser considerada, por determinação de países do Primeiro Mundo, uma nação individual e não parte da Nação brasileira.

Era o que eu tinha a relatar para meus nobres pares, a fim de que até mesmo essa subcomissão possa fazer uma avaliação, um estudo apropriado com relação à definição de uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A proposta da Senadora Marluce Pinto vai ser objeto de análise desta subcomissão. É bastante viável a criação da comissão da Amazônia, que pode ser inclusive proposta lá e aprovada pelos Governadores, pelos Deputados e Senadores .

Recomendo à Comissão que analise a proposta da Senadora Marluce Pinto com o maior interesse.

Concedo a palavra ao Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vejo como de grande importância a comissão da Amazônia, até porque somos um território esquecido. A Sudam, para mim, é um órgão figurativo. A Suframa está envolvida em briga política e não tem praticamente nenhuma atuação. O BASA, um banco instituído para fomentar, para ajudar o desenvolvimento da Amazônia, nada tem feito, até por esquecimento do setor financeiro nacional. O BNDES é um banco que existe hoje apenas para jogar dinheiro em mãos de estados falidos, moedas podres, e que não atua na região na região amazônica, na qual deveria ser parte interessada. A estrada que liga Manaus ao resto do País está abandonada há anos e não recebe melhorias nem conservação do DNER. O maior problema que temos na Amazônia com relação ao Ibama é a sua atuação no Sul, em comparação com a sua atuação na região amazônica. Quanto à Funai, não há o que dizer tal a quantidade de problemas que tem.

Há uma pauta extensa que deveria ser discutida pelas pessoas que representam a região. Tenho certeza de que quem mais vai ganhar é a região norte, somos nós, Parlamentares, e as pessoas que representam os diversos setores.

Por isso vejo como de grande importância esse encontro. Talvez, como disse a Senadora, tivéssemos que criar uma nação. Que tenhamos uma comissão permanente, já que não temos um Ministério da Amazônia, já que não há outra autoridade a quem reclamar, além dos Parlamentares. Que se criasse um Ministério da Amazônia ou uma comissão permanente para cuidar dos interesses da Amazônia, uma região que está totalmente abandonada pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Acho que o prazo para a organização do seminário é bastante exíguo e vai exigir de nós um esforço muito grande.

Gostaria de combinar, com a comissão designada pelo Sr. Presidente, uma reunião para terça-feira, dia 5 de agosto, às 10 horas da manhã. A Senadora Marina Silva, o Senador Leomar Quintanilha e eu vamos trabalhar, mas poderíamos contar com a contribuição de todos. Seria uma reunião aberta para discutirmos a forma do seminário e a maneira de apresentarmos sugestões de temas para discussão com as autoridades convidadas..

Concomitantemente com isso, tentaríamos garantir a presença dos Ministros. Poderíamos estar esperando a presença deles e se eles não pudessem comparecer, iríamos ter dificuldades. Precisamos ter a confirmação da presença dos Ministros até a semana do início dos trabalhos. Na ausência de um Ministro, vamos ter que convocar alguém que possa responder pelo tema que nos interessa.

É preciso que seja agilizado o contato com os Ministros, para que sejam garantidas – ou não – as suas presenças.

É preciso também garantir a presença dos Governadores. Deveríamos planejar a oportunidade da manifestação de cada um, medindo o tempo de cada seminário, para termos um congresso disciplinado. Senão vamos preparar um encontro contando com determinadas pessoas, e se elas não comparecerem ficará um pouco complicado. É necessário agilizar os contatos e confirmar as presenças nesses dias.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sugiro à Comissão, já que o Presidente falou da possibilidade de convidar os prefeitos das capitais, que ofereça também um tema para eles debaterem, nem que seja em conjunto com os Governadores. Porque fica muito difícil eles saírem das suas regiões apenas para assistir a uma reunião. É preciso que eles sejam estimulados, para que tenham interesse em comparecer. Devido à vida parlamentar, que requer sempre a nossa presença em outras regiões, para assistir a debates, observamos que quando eles não têm uma responsabilidade direta na reunião, dificilmente eles comparecem.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Em conversa informal com o Senador Ademir Andrade, pensamos em fazer painéis sobre determinados temas como, por exemplo, transporte na região, dos quais participariam o ministro, os governadores e, na discussão, os prefeitos, cada um falando sobre o que lhe interessasse. Para falar, por exemplo, sobre o problema do meio ambiente seria convidado o Ministro do Meio Ambiente; alguns governadores e prefeitos participariam como debatedores.

A Comissão vai analisar isso com toda cautela e tenho certeza que se vai chegar a uma solução sa-

tisfatória, para que o seminário tenha a importância que todos desejamos. Realizar um seminário como esse e não obter a repercussão que se deseja, e não colher os elementos que vão oferecer ao relator condição de apresentar o seu trabalho, que seria um plano, uma proposta de desenvolvimento da região, não é razoável. A finalidade da Comissão é apresentar ao Governo um plano para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica. Para que isto aconteça é preciso que o relator tenha todos os elementos.

A participação dos prefeitos, dos governadores, das autoridades federais, estaduais e municipais, das entidades não-governamentais, das entidades científicas, vai ser de muita valia para que o relator tenha realmente todo o material necessário para apresentar, no final dos trabalhos, o seu relatório.

O SR. ERNANDES AMORIM – Sr. Presidente, para concluir, acho a idéia correta, até porque nem todos vão se interessar por todos os assuntos. Eles poderão apartear, discutir, participar, o que tornará movimentados os debates.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Depois de ouvir todos os companheiros, para oficializar a realização do seminário, submeto à apreciação da Comissão a realização desse evento em Belém, nos dias 25 e 26 de agosto.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Acho que deveríamos trabalhar com um pouco mais de flexibilidade quanto à data, porque estamos na expectativa de contar com a presença de pessoas que têm um nível de responsabilidade grande, que são os ministros e os governadores. É preciso que haja um ajustamento das datas às agendas das autoridades. Talvez precisássemos trabalhar com uma expectativa maior de data, um pouco mais elástica.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A minha sugestão inicial eram os dias 29 e 30 de agosto. Consultei o Presidente do Senado sobre a possibilidade da realização do seminário e da sua presença, que acho importante. Os convites, em vez de serem assinados pelo Presidente da Comissão apenas, seriam assinados, em primeiro lugar, pelo Presidente do Senado, o que dá muito mais força ao convite perante os ministros, os governadores e outras autoridades.

Entrei em contato com o Superintendente da Sudam, que colocou toda a estrutura daquele órgão à nossa disposição, mas ele ponderou que nos dias 29 e 30 estará recebendo uma autoridade do Uruguai, por isso sugeriu os dias 25 e 26. O Presidente Antonio Carlos Magalhães disse que no mês de setembro seria inviável, porque ele tem outros compromissos, mas que ele poderia comparecer no mês de agosto.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Acho que segunda e terça-feira são dias bons. Podemos nos deslocar para lá no domingo, participar do seminário na segunda e na terça-feira, e voltar na terça-feira à noite a Brasília. Na quarta-feira já participaríamos de sessão deliberativa do Senado.

Vamos ter cerca de 20 dias para preparar o seminário e formular os convites, então as autoridades é que vão ter que se adequar à data que vamos fixar.

Se formos convidar de acordo com a disponibilidade de cada um, não vamos poder marcar uma data, porque cada um vai ter um compromisso diferente. Eles é que vão ter que reformular as suas agendas para atender ao convite do Senado Federal, que vai ser assinado pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães e pelo Presidente da Comissão.

Com uma antecedência de 20 dias dá perfeitamente para eles adequarem a sua agenda e comparecem ao seminário.

Fica aprovada a realização do seminário nos dias 25 e 26 de agosto próximo, em Belém.

A Subcomissão vai apresentar, no dia 7 de agosto, quinta-feira, a programação, para que seja aprovada. Imediatamente vamos começar a formular os convites e preparar todo o material disponível para a realização desse seminário.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h36min.)

6ª Reunião realizada em 7 de agosto de 1997.

Aos sete dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas, na sala 13, da ala Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, reúnem-se os Senhores Senadores Nabor Júnior, Ademir Andrade, Jefferson Péres, Leomar Quintanilha, Marina Silva, Emilia Fernandes, Marluce Pinto, Valmir Campelo, Coutinho Jorge, membros da Comissão destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Abertos os trabalhos o Senhor Presidente ordenou que fosse distribuída aos membros presentes a pro-

gramação do seminário a ser realizado em Belém nos próximos dias 25 e 26, tendo comunicado ainda que manteve contatos com o Governador Almir Gabriel e com o superintendente da Sudam, Dr. Tourinho, que manifestaram total apoio para a realização do evento na Capital do Pará. Pela ordem, pediu a palavra a Senadora Emilia Fernandes que se manifestou que apesar de ser do Rio Grande do Sul estava disposta a trabalhar em defesa da Amazônia. A seguir, usaram da palavra os Senadores Valmir Campelo, Ademir Andrade, Jefferson Péres, Marina Silva, Marluce Pinto e Leomar Quintanilha, que discutiram sobre os temas dos painéis a serem abordados no seminário, ficando acordados os seguintes: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Exploração Florestal; Emprego, Renda, Industrialização, Financiamento e Incentivos Fiscais; Política Social e Reforma Agrária; Estrutura Econômica, Transporte, Comunicação e Energia. Ainda foi combinado que uma Comissão de Senadores iria até o Presidente Antonio Carlos Magalhães para lhe dar conhecimento da programação, bem como pedir-lhe para fazer os convites oficiais aos Senhores Ministros e demais autoridades. E não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião, e eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com as notas taquigráficas que fazem parte da mesma.

(Início da reunião sem registro de áudio)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – ...essa Comissão, integrada pelos Senadores Ademir Andrade, Leomar Quintanilha e Marina Silva.

A programação está sendo distribuída aos membros da comissão, elaborada pelo Senador Ademir Andrade – que é relator da comissão –, e pela Senadora Marina Silva.

Vamos aqui, nesta reunião, discutir essa programação de maneira bastante objetiva, para possibilitar o sucesso desse encontro lá em Belém do Pará. Conforme já tive oportunidade de esclarecer, na reunião anterior, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Antônio Carlos Magalhães, se compromete a comparecer a esse seminário e presidir a reunião de instalação. Também tive a oportunidade de entrar em contato com o Governador do Pará, Almir Gabriel, que se prontificou em apoiar, integralmente, a realização desse encontro em Belém, inclusive já colocou o gabinete civil, o cerimonial, o Palácio Sodré à disposição da comissão, assim como fez também o superintendente da SUDAM, Dr. José Guedes Torin, que colocou as instalações e toda a estrutura da SUDAM para que realizássemos ali o nosso encontro.

Passo a palavra ao Senador Ademir Andrade, para fazer a exposição inicial, sobre a programação, a fim de que seja debatida aqui pelos integrantes da comissão.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas gostaria de registrar que, tendo em vista que o titular, Senador Valmir Campelo, está presente, e eu na qualidade apenas de suplente, desta comissão – não é que não poderei permanecer e até nem há motivo de permanecer durante o desenvolvimento da reunião – gostaria de reafirmar aqui, o que disse na reunião anterior, sobre a importância e a visão, hoje, que o Brasil todo tem e, portanto, os representantes do Sul, representante, Senador Valmir Campelo, aqui do Distrito Federal têm com a realidade e a importância da questão da Amazônia, do ponto de vista econômico-social, e da disposição desse trabalho integrado dos representantes do Brasil inteiro.

Então, desta forma, cumprimento, mais uma vez, os integrantes da comissão, pela iniciativa dessa reunião. Tenho a certeza de que os objetivos serão alcançados e que a partir dos resultados, todos nós, representantes do Brasil inteiro vamos abraçar, vamos divulgar, vamos exigir e vamos trabalhar em prol do desenvolvimento igualitário e equilibrado daquela Região.

Registro meu pedido de escusas, estou com pessoas, inclusive, da OAB, do meu Estado do Rio Grande do Sul, pois teremos uma audiência com o Ministro da Justiça, referente a questões ligadas ao Mercosul -, assim precisarei me retirar da reunião. Coloco-me, desde já, à disposição para trabalhar e lutar junto em defesa da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobretudo comparecer também, Senadora, lá em Belém.

Concedo a palavra ao Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO – Senadora Emilia Fernandes, gostaria de dizer da satisfação que temos no sentido de que V. Exª permaneça na comissão. O seu comparecimento, sua participação é muito importante para todos nós; não só como suplente, mas principalmente pelas idéias, pelo trabalho que nos tem prestado, que é de grande importância para o desenvolvimento da Amazônia, particularmente para o nosso País.

De forma que V. Exª fique bem a vontade. A participação só vem a somar a preocupação e o trabalho desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Gostaria de acrescentar Senadora que, independentemente da presença e da participação do titular o suplente também tem direito de participar, debater, somente na hora de votar. Estando o titular presente, o suplente não pode votar, mas pode formular, inclusive, propostas.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Que seja por outros compromissos, mas não por ser V. Exª suplente. Aliás, espero que em breve V. Exª seja membro efetivo desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Convido o Senador, também relator, para apresentar a programação do Seminário Desenvolvimento Econômico, Social da Amazônia, a ser realizado em Belém nos dias 25, 26 de agosto corrente.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Como ficou estabelecido, eu, a Senadora Marina Silva, e mais alguns assessores nossos trabalharam a idéia deste seminário.

O importante que definimos é que esse seminário se realizará em quatro turnos de trabalho.

Segunda-feira pela manhã teremos a abertura e um turno de trabalho; segunda-feira à tarde; terça-feira pela manhã e à tarde.

Escolhemos quatro temas para serem debatidos nestes espaços de trabalho. A forma de realização desses debates que entendemos ser a mais proveitosa possível seria a seguinte: haveria um expositor para cada um dos temas que definimos, que teria um tempo de 30 minutos para expor sua idéia e três ou quatro debatedores, que teriam 10 minutos cada um, para discutir o tema. Após isso, seria aberto o debate ao Plenário, quando todos teriam a oportunidade de se inscrever para manifestar sua posição e sua idéia com relação ao tema.

Entendemos que essa é a melhor forma de se ampliar o trabalho, incentivar a participação de entidades, de políticos, de empresários, e outros, e de dar oportunidade para que representantes do Governo se posicionem sobre a questão, como também debatedores ligados à área política, à área científica, à área empresarial e à área de trabalhadores que pudessem discutir a questão. Então, abrir-se-ia um espaço para todos os segmentos. Os expositores seriam, fundamentalmente, pessoas do Governo. Os debatedores seriam: um político, um representante das organizações não-governamentais, ou seja, da sociedade civil, alguém ligado aos empresários, alguém ligado aos trabalhadores, de acordo com o tema. Posteriormente a essas exposições, haveria o debate com a Plenária.

Os quatro pontos para debate estão definidos da seguinte forma:

O primeiro tema seria discutido na segunda-feira de manhã, que é: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Discutir-se-ia como se pretende desenvolver Amazônia, a sua ocupação, a questão do plano de zoneamento econômico-ecológico, a forma como se faz desenvolvimento e ao mesmo tempo se busca uma política, um desenvolvimento auto-sustentado e de preservação do meio ambiente.

Convidaríamos para ser o expositor da matéria o Ministro Gustavo Krause, e como debatedores teríamos o Governador João Alberto Capiberibi, um prefeito de qualquer capital da Amazônia e um representante do GTA – Grupo de Trabalho da Amazônia, um grupo que congrega entidades não-governamentais.

O segundo tema seria: Emprego, Renda, Financiamentos e Incentivos Fiscais. Ele englobaria toda a política de emprego. Creio que faltou aqui a palavra industrialização; seria: Emprego, Renda, Industrialização, Financiamentos e Incentivos Fiscais. Porque essa é uma questão que precisa ser definida na Amazônia. V. Exªs sabem que a Amazônia é uma região que exporta matéria-prima em estado bruto praticamente. Então, precisamos definir uma política de industrialização. Tudo estaria relacionado à questão de desenvolvimento, emprego e renda.

A sugestão é de que o Ministro Malan fosse o outro expositor. Na sua ausência, ou na impossibilidade de S. Exª comparecer, viria o Superintendente da SUDAM. E teríamos como debatedores o Superintendente da Suframa – Sr. Mauro Costa –, o Prefeito da capital de Belém, Edmilson Rodrigues, e um representante dos empresários, poderia ser da FIEPA, lá do Pará, ou outro segmento empresarial da Amazônia.

O terceiro tema seria: Política Social e Reforma Agrária. Aconteceria na terça pela manhã. Como sugestão, teríamos dois expositores, que seriam o Ministro Raul Jungmann, convidado, e a Secretária de Ação Social, Drª Lúcia Vânia. E, como debatedores, teríamos a Governadora Roseana Sarney, o Prefeito de uma capital qualquer da Amazônia e representantes da Contag ou do MST.

E, finalmente, o último ponto particularmente desperta em nós um grande interesse: a questão da infra-estrutura econômica que envolve o transporte, a comunicação e a energia. Então, teríamos como expositores o Ministro Kandir, como debatedores o Governador do Pará, Almir Gabriel, o Prefeito de

Manaus, Eduardo Ribeiro, e o representante dos empresários e também do Movimento BR 163 e 364, movimentos que trabalham pela construção dessas rodovias.

Seria então essa a idéia inicial dos nossos trabalhos. As autoridades convidadas estão aí relacionadas no documento que os senhores podem ler e fazer sugestões. Essa foi a idéia que tivemos para tornar o seminário efetivo, produtivo e com direito de participação de toda a população. Assim, vamos ter praticamente 70 minutos de informação oficial e não oficial, distribuídos entre o expositor e os debatedores e teremos praticamente 120 minutos dedicados a ouvir as pessoas presentes ao encontro. Assim sendo, haveria oportunidade de manifestação e praticamente um estímulo à participação dos segmentos empresarias, sindicais, políticos, científicos etc. É essa a idéia, portanto, que tivemos e trouxemos aqui, hoje, para a comissão a Senadora Marina Silva e eu.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está em discussão a proposta.

Senador Jefferson Péres com a palavra.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Quando termina o prazo da comissão, Senador?

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – O prazo da comissão termina em 15 de dezembro.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Concordo com a proposta contida no documento que acaba de ser lido pelo Senador Ademir Andrade e compreendo que há angústia em relação ao tempo também, já que o seminário será feito em dois dias e talvez por isso se tenha limitado a temática e o número de expositores. Mas me preocupam dois aspectos: em primeiro lugar, eu gostaria muito de ver um painel específico – embora esteja dentro do primeiro – sobre política florestal na Amazônia. No momento em que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama anunciam o início da licitação das Flonas – Florestas Nacionais, primeiro em Santarém, logo a seguir a de Tefé, no Amazonas, e outras e no momento em que as grandes madeireiras asiáticas se instalam na Amazônia e tendo em vista que a exploração da floresta, madeireira especificamente, pode ser, sem dúvida, um dos setores importantes para o desenvolvimento da Amazônia, penso que pela sua relevância e pelo seu conteúdo polêmico esse deveria ser objeto de um painel específico. Em segundo lugar, o papel do Governo Federal na Amazônia. Crítica e redefinição, se for o caso, das agências de desenvolvimento federais na Amazônia.

Quanto à Sudam, a Suframa, ao Banco da Amazônia, qual foi o papel que essas agências desenvolveram até aqui? A política de incentivos fiscais da Sudam ainda é válida para a Amazônia? A Sudam é efetivamente um órgão de desenvolvimento regional? Hoje é mais um órgão burocratizado e esvaziado. Enfim, penso que essa discussão deveria ser posta no seminário: o papel a ser desempenhado pelas agências federais no desenvolvimento futuro da Amazônia.

E, finalmente, preocupa-me, além dos temas e dos procedimentos, os atores que participarão desse seminário. Antes de fixar a data – que já está fixada, mas poderíamos até adiá-la – acredito que deveria ser uma preocupação nossa, sim, assegurar a presença de Ministros de Estado e de Governadores da Região.

Na medida em que essas autoridades se façam representar por funcionários de segundo ou terceiro escalão, isso tem importância sim na medida em que pode esvaziar e dar pouca repercussão ao evento.

Eram essas as considerações que queria fazer.

No mais, não tenho ponto de discordância com relação ao que foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Senadora Marina Silva, com a palavra.

A SRA. MARINA SILVA – Primeiro quero falar do caráter da realização desse seminário na Amazônia com esses grandes temas. Como muito bem colocou o Senador Jefferson Péres, estabelecemos como âncora dos debates expositores sempre Ministros, porque entendemos que esse seminário será de compromissos, que deverão ser assumidos pelo Governo Federal em relação à Amazônia nos temas colocados.

Nesse sentido, penso que deve haver um esforço por parte da Comissão no sentido de que os Ministros assegurem a sua presença no processo de debate aqui em Brasília, houve um esvaziamento da participação de autoridades, principalmente de Ministros. Nesse seminário, que será realizado na Região Amazônica, com a presença de Governadores, prefeitos de capitais, é fundamental a presença dos Ministros.

No processo de debatedores estamos tentando contemplar a presença de prefeitos, representantes da comunidade, da sociedade civil, seja de empresários ou comunidade científica.

No entanto, acho procedente a observação feita pelo Senador Péres no sentido de que, pelo menos no que se refere à exploração madeireira na Amazônia, deveria haver um item em particular. Essa questão da redefinição das agências de desen-

volvimento da Região também é interessante. À medida em que o Basa, a Sudam, a Suframa sentirem que haverá uma Mesa, um painel, para discutir a sua participação, a sua presença, a sua atuação, é possível que possamos ter, a partir daí, um compromisso por parte desses órgãos, já que nosso seminário tem esse caráter de compromisso.

Acredito que poderíamos incluir esse tema, mas de que maneira? O painel é sempre num horário único, tipo das 9h às 13h; poderíamos colocar um dos painéis de 9h às 11h30min e das 11h30min às 13h. Creio que seria possível fazermos dessa forma para contemplarmos esses dois aspectos colocados pelo Senador Péres. Assim, traria, por parte do Governo, um compromisso geral com relação à postura do Governo Federal frente aos problemas e alternativas geradas pela Amazônia em termos de sua participação como "carro-chefe" desse processo. Na Amazônia não tem como dizer que Estado é demais, na Amazônia falta Estado, não existe a preocupação de que o Estado deva ser retirado do processo produtivo. Aliás, o Estado nem tem como ser retirado, porque não está praticamente presente.

Penso que precede minha intervenção no sentido de somar-me às preocupações do Senador Jefferson Péres para que haja um esforço de nossa parte no sentido de que os Ministros assegurem suas presenças, para evitarmos porta-vozes que, na verdade, não têm condições de assumir compromisso algum.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Poderia sugerir também que nesse primeiro painel que versa sobre "Desenvolvimento de Meio Ambiente", cujo expositor sugerido é o Ministro Gustavo Krause fosse incluído o problema da exploração florestal, para que o Ibama, cujo Superintendente esteve aqui na Comissão abordando o tema, órgão subordinado ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, poderia o próprio Ministro também tratar desse assunto. Com isso ampliaríamos os debates.

Então, ficaria nesse primeiro item dos temas: "Desenvolvimento de Meio Ambiente e Exploração Florestal".

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Creio que pode ser dessa forma, o que não impede que possamos fazer outros seminários com temas específicos. Poderíamos fazer, por exemplo, um único dia, em Manaus, tratando especificamente da questão florestal, convidaríamos todas as autoridades ligadas à área. Isto pode ser feito.

Seria uma discussão um pouco pequena diante da importância da reunião, mas poderíamos pensar em fazer um debate superficial da questão, assumindo o compromisso de marcar, no mês seguinte, um debate da Comissão, em Manaus, para tratar especificamente dessa questão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, estou inscrito para argüir o Sr. Gustavo Franco em uma reunião que deve estar começando agora, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Pediria somente mais uns dez minutos, Senador Jefferson Péres. Todos aqui têm outros compromissos.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas se eu for chamado e não estiver presente...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Parece-me que foi agora que o Dr. Gustavo Franco passou por aqui indo para a Comissão. Ele deve fazer uma exposição circunstanciada de pelo menos uma hora, depois começa a fase de debates.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Eu gostaria de ouvir a exposição também.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO – Com referência ao assunto exploração florestal, creio que não poderemos fugir dele no debate. Não sei se V. Exªs já receberam, nos gabinetes, da Federação das Indústrias Madeireiras do Estado do Pará, correspondência referente ao Projeto nº 362. Eles acham que há um rigor muito grande, que pode haver até prisão. Não li a documentação, porque ela chegou hoje, mas na próxima reunião, estando a par dos detalhes, dos questionamentos, eu trarei a esta Comissão o assunto.

Tenho certeza de que, principalmente em se tratando de uma reunião em Belém, e tendo havido uma repercussão bastante negativa para a classe, não vamos poder fugir do assunto. Seria preferível que ele já constasse dos debates e até que estivéssemos preparados para dar ciência dele e alguma explicação. Parece-me inclusive que há uma emenda da Senadora Marina Silva sobre o assunto.

Não sei bem do que trata a correspondência, porque me entregaram quando eu saía para cá. Falei ao assessor que estava atrasada e que a leria depois. Sei que é do Presidente da Federação das Indústrias Madeireiras do Estado do Pará e trata da exploração florestal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Senadora, acho que diante das manifestações...

A SRA. MARLUCE PINTO – Se chegou para mim, deve ter chegado para V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Não li ainda, mas é possível que tenha chegado.

Tomo a liberdade de sugerir que, no primeiro tema, Desenvolvimento e Meio Ambiente, incluíssemos também a exploração florestal. É um tema que poderia ser abordado pelo Ministro Gustavo Krause. Envolveríamos, além do Governador do Amapá e de um prefeito de capital que vamos convidar, o representante do GTA, mais umas duas pessoas, para que esse painel fosse bastante movimentado. Ficaria assim: Desenvolvimento, Meio Ambiente e Exploração Florestal.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, eu solicitaria que fizéssemos uma reunião posteriormente, para estudar o assunto. Eles estão se preparando. É difícil chegarmos lá sem, senão uma solução, uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Convidaríamos essa organização para participar do debate.

A SRA. MARLUCE PINTO - Refiro-me a nós fazermos a próxima reunião com o compromisso de debater esse assunto.

Eu, que já morei no Pará – e muito mais pode falar o Relator, porque ele é do Estado do Pará -, sei que a maior fonte de renda do Estado é a exploração, a comercialização e a exportação da madeira. Será um assunto que, em se tratando de um seminário que vai acontecer na Cidade de Belém, para eles, que têm os contatos com os Parlamentares, principalmente os Deputados Federais da área, será talvez até polêmico. Se não estivermos totalmente preparados para levar uma solução, pelo menos uma explicação. Não é pouca coisa não.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O que estamos pretendendo aqui é debater os temas para tirar conclusões, a fim de que o Relator da Comissão tenha elementos para elaborar o seu parecer. A Comissão tem prazo de funcionamento até 15 de dezembro. Até lá, o Senador Ademir Andrade tem que apresentar o seu parecer final, e a Comissão aprovar.

A realização desse seminário em Belém é exatamente para debater todos esses temas, a fim de orientar a elaboração do relatório dele. Aí, ao final, nós da Comissão vamos fixar uma posição a respeito de todos esses temas. Nesse primeiro painel, "Desenvolvimento, Meio-Ambiente e Exploração Florestal", em que o Ministro Krause abordaria o assunto, nós – não só os debatedores, mas todos os Parlamentares, Governadores, Prefeitos, bem como os empresários presentes, teriam que se inscrever na hora – debateríamos o assunto. Esses empresários do sindicato ou da associação...

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. presidente, lá é federação.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – ... poderiam participar. E na área de incentivos fiscais nessa exposição do Ministro Pedro Malan, ele poderia fazer também uma avaliação não só da política de incentivos fiscais, mas do desempenho dessas agências de desenvolvimento regional, como a SUDAM, a Suframa, o BASA etc.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sim. Presidente, entendi perfeitamente suas colocações, mas insisto em que nós, aqui, internamente – esse projeto já foi vetado no Senado; ele veio da Câmara e parece que para lá voltou, porque foi emendado – deveríamos estudá-lo individualmente e depois debatê-lo aqui, para, se porventura formos questionados, já teremos base a respeito do que deveremos falar. Fica chato um Parlamentar ter o seu ponto de vista argumentado de uma maneira e de outra, porque isso pode causar mais polêmica. Acho que poderemos chegar a uma conclusão sobre se vamos ter condição de reverter – eu vou até procurar, porque li muito rapidamente no início. Parece que o Parlamentar que está à frente disso para ver se contesta na Câmara é o Gerson Peres. Vou conversar com ele para saber detalhes.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Exª tem o número do projeto?

A SRA. MARLUCE PINTO – Parece-me que é o de nº 362.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Está tramitando na Câmara?

A SRA. MARLUCE PINTO – Ele já veio da Câmara.

A SRA. MARINA SILVA – Deve ser o projeto de cunho ambiental, que foi aprovado no Senado e que agora está na Câmara.

A SRA. MARLUCE PINTO – Está na Câmara. É esse mesmo, o 362.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Aquele do meio ambiente.

A SRA. MARLUCE PINTO – É, do meio ambiente.

A SRA. MARINA SILVA – Deve ser, eu suponho.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Já passou aqui, e V. Exª foi a relatora, não é, Senadora?

A SRA. MARINA SILVA – Uma das relatoras. O substitutivo é do Senador Lúcio Alcântara; eu apenas aprovei o relatório do Senador ...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – É um projeto de iniciativa do Executivo.

A SRA. MARLUCE PINTO – É do Executivo o projeto; agora foi para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – É, já foi aprovado aqui e está na Câmara. Eu li alguma coisa nos jornais de ontem a respeito disso. O projeto está sendo questionado. Um parlamentar disse que era melhor o Governo retirar, porque ele era prejudicial aos interesses do País – uma declaração desse tipo.

A SRA. MARLUCE PINTO – É, parece que está. Vou até conversar com o Gerson Peres.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. MARINA SILVA – É. Foi feito um substitutivo.

Sr. Presidente, poderíamos fazer essa junção que V. Exª está propondo, como uma discussão que estaria presente no debate geral. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – É.

A SRA. MARINA SILVA – Seria interessante que a nossa Comissão pautasse uma discussão sobre política florestal do País. Creio que poderíamos fazer um trabalho de alta envergadura, porque o Governo está começando a atuar nessa área, mas sem política florestal, sem política de exploração de madeira.

Então, são medidas pontuais que acontecem, inclusive concorrendo paralelamente com atividades predatórias, como a entrada de madeireiras asiáticas. Teremos a oportunidade de debater não apenas a parte institucional, mas, inclusive, chamando os empresários, as pessoas que estão afetas ao problema. Faríamos uma discussão, pautando o próprio Ministério nessa questão, que hoje é um grande passo na política ambiental do Governo e na da Amazônia em termos de desenvolvimento sustentável.

O SR. RELATOR (Ademir Andrade) – Eu proporia que fizéssemos um outro seminário, um mês após esse, em Manaus, para discutirmos especificamente essa questão. Aí, convidaríamos autoridades, cientistas e gente do Governo para debater a questão da política florestal da Amazônia.

A SRA. MARINA SILVA – Devemos estar informados quanto ao posicionamento, mas como nossa Comissão deve fazer a ausculta, nosso papel não é ainda o de dar respostas, mas ouvir os empresários. Claro que daremos algumas informações, mas o objetivo maior é que eles coloquem os seus pontos de vista, assim como outros segmentos também o farão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Então, com essas alterações sugeridas pelo Senador Jefferson Péres, ficaremos da seguinte forma: o primeiro painel seria sobre os temas desenvolvimento, meio ambiente e exploração florestal, cujo expositor seria o Ministro Gustavo Krause e debatedores o Governador do Amapá, um Prefeito de capital a ser convidado e um representante do Repeá(?) e mais algumas pessoas como os representantes dos madeireiros.

O segundo tema seria emprego, renda, industrialização, financiamento e incentivos fiscais, com o Ministro Pedro Malan e o Superintendente da Sudam como expositores.

Já declarei aqui que vamos pedir ao Presidente do Senado para que esses convites sejam encaminhados por intermédio da Presidência da Casa e vou pedir pessoalmente que ele telefone para esses Ministros, porque isso dá maior ênfase. Então, os convites seriam do Presidente do Senado, do Presidente da Comissão, além do contato pessoal do Presidente do Senado com esse Ministro.

Também sugiro que a Comissão, ao final da sessão ordinária de hoje, por volta das 18h, faça uma visita ao Presidente Antonio Carlos Magalhães para dar conhecimento a S. Exª da programação e saber qual é o tema que ele desejará abordar na abertura do seminário. S. Exª poderá desejar fazer um discurso político ou um discurso sobre o papel do Poder Legislativo no processo de desenvolvimento integrado da Amazônia, etc. Deveríamos deixar a cargo dele e incluir na programação.

Sugiro que, ao final da sessão de hoje, façamos uma visita para dar ciência dessa programação, pedindo uma definição do tema abordado na abertura do seminário, a fim de que possamos incluí-lo em nossa programação e na elaboração dos convites.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Entendo ser correta e coerente a propositura de V. Exª com relação ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães. O horário previsível de encerramento da sessão da tarde deve ser em torno de 17h30min e gostaria de estar presente nessa visita ao Presidente do Senado, porque não apenas se discutirá a abordagem dele como também a participação efetiva de S. Exª no convite às autoridades governamentais.

Tenho um compromisso em Goiânia como padrinho de formatura da turma de Direito e precisarei me deslocar para lá. Seria possível fazermos essa visita um pouco antes do horário da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Entre 15h e 15h30min.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Se isso não for possível, V. Exª fará a visita ao Presidente Antonio Carlos Magalhães com outros membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Quando nos encontrarmos no plenário, combinaremos o momento de conversar com o Presidente, de preferên-

cia antes da Ordem do Dia. Até lá, se houver mais algumas sugestões, os companheiros podem ficar à vontade para apresentá-las ao Presidente ou ao Relator da Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h47min.)

COMISSÃO ESPECIAL DO CORREDOR CENTRO-LESTE

3ª Reunião, realizada em 3 de junho de 1996.

Às catorze horas do dia três de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, reúne-se a Comissão do Corredor Centro-Leste. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Mauro Miranda, Jonas Pinheiro, Ernandes Amorim, Onofre Quinan e Regina Assumpção. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, que tem como objetivo a discussão dos problemas do Estado de Goiás, integrante do Corredor Centro-Leste. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão, Mauro Miranda, Relator da Comissão, Senador Jonas Pinheiro, e ainda, o Senhor Governador do Estado de Goiás, Dr. Luiz Alberto Maguito Vilela, o Senhor Vice-Governador do Estado de Goiás, Dr. Naphtali Alves de Souza, o senhor Juan Diego Pablo, Diretor Operacional do Corredor Centro-Leste, o senhor Pedro Chaves, Secretário de Transportes do Estado de Goiás, o Deputado Francisco Tomazzini, a Deputada Federal Nair Xavier Lobo, o senhor Erivan Bueno de Moraes, Secretário de Industria e Comércio do Estado de Goiás, o senhor Rui Brasil Cavalcanti, Presidente da Telegoias, Deputado Estadual Adib Elias Júnior, o senhor João Bosco Umbelino dos Santos, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Goiás, o senhor Paulo Cesar da Cunha Peixoto, Superintendente da Bolsa de Mercadorias do Estado de Goiás, o senhor Antonio Chavaglia, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás, o senhor Antenor de Amorim Nogueira, Presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e de Agricultura e o Deputado Estadual Paulo Rodrigues. Encerradas as exposições o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator, Senador Mauro Miranda. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – Senador **José Ignácio Ferreira,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Bittencourt) – Declaro aberta a presente reunião que por força do Requerimento nº 4.716, de autoria do nobre Deputado Jossivânio de Oliveira e outros, fica transformada em fórum de debates destinado ao estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste.

Neste momento, designo uma comissão composta pelos Srs. Deputados Onaide Santillo, José Assad, José Silveira e Sebastião Monteiro para conduzir à mesa dos trabalhos o Exmº Sr. Luiz Alberto Maguito Vilela, Governador do Estado.(Pausa.)

Neste momento, saudamos todas as autoridades presentes, bem como o ilustre Governador de Estado, Dr. Luiz Alberto Maguito Vilela, o Senador da República José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão Especial do Senado Federal destinada ao Estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste.

Neste momento, esta Presidência concede a palavra ao ilustre Senador da República, José Ignácio Ferreira, para dar início a este fórum de trabalho.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA - Exmº Sr. Deputado Estadual Luiz Bittencourt, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás; Exmº Sr. Dr. Luiz Alberto Maguito Vilela, digníssimo Governador do Estado de Goiás; Dr. Naphtali Alves de Souza, Vice-Governador daquele Estado; ex-Governador deste Estado e Senador da República Onofre Quinan; Senador Mauro Miranda, Relator da Comissão Especial Corredor Centro-Leste; Senador da República Ernandes Amorim; Senadores Jonas Pinheiro, de Mato Grosso, e Regina Assumpção, de Minas Gerais; Deputados Federais João Natal, José Gomes da Rocha, Pedro Canhedo, Nair Xavier Lobo; Sr. Secretário de Estado da Saúde de Goiás, Deputado Carlos Mendes; Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Aparecido de Paula; Deputado Estadual Pedro Chaves, Secretário de Estado dos Transportes; Sr. Ovídio Antônio de Angelis, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás; autoridades presentes e, em especial, com muito respeito, demais Srs. Deputados Estaduais do Estado de Goiás, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores, há exatamente 11 anos, ou seja, em 1985, tive a honra de presidir a Comissão Especial de Estudos relacionados com a produção de alimentos e corredor de exportação que analisou o desenvolvimento da região dos cerrados,

tendo como suporte a infra-estrutura, então existente.

Agora, mais uma vez, integramos Comissão interna do Senado Federal que tem metas semelhantes. A Comissão Especial para o Desenvolvimento da Região de Influência do Corredor Centro-Leste, cuja primeira audiência pública se realiza hoje, aqui, em Goiânia, tem como objetivo básico propor iniciativas que desenvolvam a área de influência do Corredor Centro-Leste a partir do seu sistema de transporte.

Antes de tecermos algumas considerações sobre a Comissão Especial que agora inicia seus trabalhos, é importante refletirmos este curto prazo de 11 anos que decorreu dos estudos da comissão anterior até os nossos dias.

Em 1985, no plano político brasileiro, estava começando o primeiro governo civil, depois de 21 anos decorridos do Movimento de 64. No panorama internacional, o mundo ainda estava mergulhado na guerra-fria e dividido em zonas de influência das duas grandes potências militares: União Soviética e Estados Unidos. Transcorrida uma década, a situação política é, hoje, totalmente diversa. O cenário mundial, a União Soviética desintegrou-se nele, e os antigos países socialistas do mundo todo tratam, rapidamente, de se adaptar ao regime democrático.

No Brasil, nesse interregno, já assistimos à primeira eleição de um presidente pelo voto direto, após quase 30 anos de abstinência eleitoral e, pouco depois, sua destituição. A seguir, presenciamos a eleição de um outro presidente, um destacado intelectual que quer modernizar este País. Se as mudanças políticas no Brasil e no mundo foram muitas nestes 11 anos que separam a instalação de duas Comissões Especiais do Senado Federal para analisar temas referentes ao desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, maiores ainda foram as transformações de natureza econômica.

A alteração fundamental se deu no papel que o Estado desempenha na economia. Nesse curto espaço de tempo, vimos o Estado deixar de ser mentor e propulsor do desenvolvimento econômico, para ser um gestor da sempre delicada e conflitiva relação entre o capital e o trabalho. Em todo o mundo, o Estado não é mais o grande empreendedor, o tocador de obras, o principal acionista de empresas gigantescas. Deixou essa missão para os investidores privados e voltou-se mais para suas funções básicas que são proporcionar saúde, educação e segurança aos cidadãos. Ao invés do Estado empresário, temos, agora, o Estado regulador -essa é uma tendência mundial. Nações tradicionalmente capitalistas ou países recém-saídos do socialismo, todos, indistintamente, seguem mais ou menos a mesma receita quando buscam um crescimento econômico.

A economia globalizou-se. Os preços e os produtos tendem a serem os mesmos em todos os cantos do mundo. Quem não quiser ficar fora do mercado internacional tem de seguir essas regras do jogo. E o Brasil, com as reformas constitucionais, quer estabelecer as condições necessárias à sua inserção na economia globalizada. Dentro desses novos parâmetros, é que se coloca a Comissão Especial para Desenvolvimento da Região de Influência do Corredor Centro-Leste.

É significativo o fato de que a Comissão inicie suas audiências públicas pelo Estado de Goiás. Durante séculos, no início da vida brasileira, o Estado de Goiás ficou à margem do desenvolvimento do País, embora sempre sublinhado por suas riquezas minerais, o ouro em especial.

Quando lemos as crônicas da formação desse estado, vemos que ele se forjou em torno da luta pelo ouro. A coroa portuguesa taxava fortemente a extração, e os primeiros brasileiros aqui estabelecidos, em grande parte vindos de São Paulo, tentavam por todos os meios evitar essa cobrança extorsiva. Mas, também, desde o início, ficou clara a vocação de Goiás para a produção de alimentos , com a instalação aqui das primeiras fazendas de gado.

Até meados deste século, o Brasil viveu e prosperou numa estreita faixa do litoral. Foi preciso que o Presidente Juscelino Kubitschek, na metade da década de 60, iniciasse, em terras goianas, a construção de Brasília, para que uma imensa e rica área fosse, por fim, plenamente integrada à economia nacional.

Com a construção de Goiânia, nos anos 30, e com a criação de Brasília, no início dos anos 60, o Estado de Goiás teve um impressionante surto de crescimento, crescimento esse, que atingiria o seu auge nos anos 70, quando a Região dos Chapadões e Planaltos transformou-se num verdadeiro celeiro para o País. Arroz, milho, soja e carne são os alimentos que Goiás produz hoje em larga escala.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de destacar, aqui, diante de autoridades e povo do próspero Estado de Goiás, o trabalho que desempenham, no Senado da República, seus três dignos representantes. Os Senadores Iris Rezende, Mauro Miranda e Onofre Quinan são parlamentares dos mais destacados, cuja presença enobrece a Câmara alta do nosso Parlamento. Registro a minha admiração e o meu respeito por estes três senadores e pela ban-

cada de deputados federais de Goiás, que tanto contribuem, seja nos trabalhos de plenário, seja nas reuniões de comissões, seja nas reuniões do Congresso Nacional, para a discussão e solução dos problemas de Goiás e do País.

Um dos objetivos principais da Comissão Especial, que hora inicia seus trabalhos, é justamente o de fazer com que sejam criadas as condições para que a produção de alimentos seja mais expressiva. O Centro-Oeste pode, não só servir de celeiro para o Brasil mas também tem condições de gerar um excedente a ser exportado. As condições básicas existem, temos, ainda, imensas áreas pouco exploradas, possuímos ótima tecnologia de manejo do cerrado, graças aos estudos da Embrapa, a mão de obra é abundante e o clima é excelente.

Senhoras e senhores, entre as tarefas mais relevantes desta nossa comissão destacaria o trabalho de levantamento dos problemas que hoje entravam o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste. Não é aceitável que tendo tantas e tão boas condições de produzir alimentos em abundância, o Centro-Oeste esteja trabalhando bem abaixo de seu potencial. Mudar essa situação é para todos nós um ponto de honra.

Esta Comissão Especial vai analisar também os modelos de desenvolvimento adotados na área para que a partir deles possamos apresentar sugestões de políticas públicas, relativas à agricultura, meio ambiente, indústria, agroindústria, comercialização, transporte, comunicações, turismo e centros que gerem tecnologias e serviços.

Falamos aqui, brevemente, do potencial agrícola do cerrado brasileiro, mas nunca é demais lembrar que o potencial turístico da região é impressionante. O turismo é uma das indústrias não poluentes que mais crescem no mundo. Intimamente ligada ao turismo está o cuidado que devemos ter para manter intocado o meio ambiente, porque a natureza foi pródiga com o Centro-Oeste.

Dentro daquele panorama que tracei inicialmente sobre as modificações do papel do Estado no mundo de hoje, esta Comissão Especial estudará também o impacto que terá no Corredor Centro-Leste a política de privatizações que vêm sendo implementada. É claro que o Estado não se retira totalmente da cena, ele agora desempenha um novo papel muito mais importante e precisa ter o controle efetivo sobre o processo de desenvolvimento nacional dentro da economia globalizada.

Outro aspecto muito importante a ser examinado por esta Comissão Especial refere-se à análise dos acordos internacionais vigentes e dos que estão em estudo para ver que ações governamentais podem favorecer o comércio no âmbito do Corredor Centro-Leste.

Por fim, temos que analisar com cuidado a questão dos corredores bi-oceânicos e sua implicação para o futuro do Centro-Oeste.

Aqui cabe um pequeno comentário. Não há dúvidas de que em breve estaremos ligados, seja por rodovias ou hidrovias, aos portos sul-americanos, chilenos ou peruanos do Oceano Pacífico. O Oceano Pacífico está ultrapassando o Atlântico como via principal do comércio no mundo devido ao crescimento espantoso da Ásia. Quando ocorrer essa ligação o Centro-Oeste brasileiro terá aumentado significativamente o papel que desempenha na economia nacional.

Finalmente, tenho a dizer que esta Comissão Especial vai se deslocar pelos demais Estados brasileiros abrangidos em seus estudos, a fim de conhecer **in loco** quais são os verdadeiros anseios dos brasileiros residentes nessas terras. Precisamos também avaliar corretamente o potencial da área para podermos sugerir ao Governo e mesmo aos empreendedores privados o que deve e pode ser feito para colocar o Centro-Oeste brasileiro, em especial o Estado de Goiás, que hoje nos recebe, no lugar de destaque que merece na vida nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Bittencourt) – Concedo a palavra ao Dr. Ovídio Antônio de Angelis, digníssimo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás.

O SR. OVÍDIO ANTÔNIO DE ANGELIS – Exmº Sr. Governador Maguito Vilela, através de quem saúdo também toda a sua equipe de governo; Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Luiz Bittencourt, através de quem saúdo todas as Srªs e Srs. Deputados presentes; Sr. Deputado João Natal, através de quem saúdo todos os Deputados Federais; Srs. Senadores José Ignácio Ferreira e Mauro Miranda, Presidente e Relator da Comissão Especial do Corredor Centro-Leste do Senado, através de quem saúdo todos os Senadores presentes; meu caro Vice-Governador Naphtali Alves de Souza; Senador Onofre Quinan; senhoras e senhores, o Corredor Centro-Leste, antes de ser uma oportunidade de transporte, é fator de desenvolvimento. O Centro-Oeste, especialmente Goiás, tem demonstrado que a oferta de uma oportunidade competitiva de transporte permitiu o incremento da

produção agrícola e o surgimento das agroindústrias em nossa região.

A força de trabalho do homem do campo se somou à força de trabalho do empresário da cidade que tiveram nas oportunidades de transporte ferroviário a grande oportunidade de chegar, de maneira competitiva, aos mercados internacionais de grãos e produtos beneficiados, sobretudo aqueles derivados da soja e do milho. Esta iniciativa do Senado Federal agora de desenvolver esforços especiais, através de uma comissão especialmente criada para este fim dá uma grande contribuição não só para a consolidação como também para as expansões das atividades que hoje estão afetas ao Corredor Centro-Leste.

Tenho acompanhado a luta dos Governadores do Centro-Oeste, em especial a luta do Governador Maguito Vilela, juntando todos os esforços políticos, administrativos e empresariais dessa região para desenvolver esforços junto ao País inteiro no sentido de agregar riquezas, implantar pólos de desenvolvimento e de abrir o mercado internacional para Goiás e para o Centro-Oeste.

A presença do Senado nesse esforço solidário por certo vai permitir que mudanças profundas continuem ocorrendo, que consigamos modernizar a malha ferroviária, que a política ferroviária passe a ser uma prioridade nacional, que as privatizações em curso no âmbito da Rede Ferroviária possam contribuir para o aperfeiçoamento deste processo e que, juntamente com as hidrovias e rodovias, possam realmente criar os eixos multimodais de transporte, os macroeixos de transporte sobre os quais temos debruçado tantos estudos e tantas ações.

Meu caro Senador José Ignácio, meu caríssimo Senador Mauro Miranda, a presença da Comissão do Senado no Estado de Goiás por certo dá uma contribuição extraordinária para que possamos avançar na modernização desse eixo de transporte ao longo do Corredor Centro-Leste, mas é também um chamamento maior à nossa responsabilidade maior de continuar lutando para que os gargalos desapareçam.

Na serra dos Tigres temos um tráfego lento, o entorno de Belo Horizonte cria dificuldades para a velocidade desta carga, a oferta de locomotivas é insuficiente para transportar pelo menos 190 mil toneladas de grãos e de produtos beneficiados a cada mês; faltam vagões, e muitos trechos ferroviários estão depauperados precisando de reformas. Goiás deu o primeiro passo neste sentido e, no ano passado, pelos esforços do Governador Maguito Vilela, em uma participação efetiva do Ministro Odacir Klein e da Rede Ferroviária Federal foi possível recuperar o trecho Anápolis-Leopoldo de Bulhões, mas providências como essas precisam ser tomadas ao longo de toda a linha férrea.

Também não podemos nos esquecer que a produção do Centro-Oeste foi estimulada porque o produtor foi alimentado pela esperança de que transportaria o seu grão através da ferrovia, e as indústrias aqui também se instalaram confiando nessa possibilidade de transporte. Entretanto, ela não vem ocorrendo na medida necessária. Temos carga reprimida e às vezes até navios vazios, porque não foi possível escoar a produção na velocidade e no tempo contratado com o mercado internacional.

Precisamos também continuar lutando para que ferrovia saia de Pirapora e vá até Unaí e de que em Unaí ela possa atingir um ponto em Goiás, Formosa, Anápolis ou Pires do Rio, segundo estudos técnicos que estão sendo conduzidos pela Rede Ferroviária Federal e pela Companhia Vale do Rio Doce.

É importante salientar que esses esforços de desenvolvimento, ao longo do trecho do Corredor Centro-Leste, são realizados em função da presença do produtor rural, do empresário que produz agroindustrialização, dos Governadores de Estado que dão implementação operacional e administrativa ao processo e pela presença do Senado Federal, que lhe dá a característica política indispensável para podermos continuar avançando nessa linha.

É preciso que o Corredor Centro-Leste realmente seja uma prioridade nacional para que a partir dele outros corredores de transporte sejam implantados no País. Temos não só a oportunidade histórica de consolidar esse eixo, mas de fazer dele um exemplo para o desenvolvimento nacional.

Como representante do Governo do Estado de Goiás no Corredor Centro-Leste e como Secretário de Planejamento, tenho orgulho de lhes dizer que avançamos muito e, a partir deste encontro de hoje, haveremos de avançar ainda muito mais e, assim, cumprir bem a nossa tarefa.

Que Deus nos ajude para que assim possamos prosseguir e concluir as ações que nos têm sido confiadas pela sociedade, pelos produtores e por aqueles que, acreditando na produção, estão industrializando os bens produzidos no campo.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Bittencourt) – A Presidência gostaria de registrar a presença dos Deputados Abdul Sebba, Adib Elias, Carlos Alberto, Carlos Luz, Dária Rodrigues, Doriocan(?) Santos,

Eurípedes Pereira, Francisco Bento, Francisco Tomazzini, Eleneice Cândido, José Assad, José Neto, José Silveira, Jossivânio de Oliveira, Osmar Mendéia(?), Nei Percussor(?), Onaide Santillo, Paulo Rodrigues, Roldão Rezende, Sebastião Monteiro e Tito Coelho.

Neste momento, passo a palavra ao ilustre Governador do Estado de Goiás, Dr. Luiz Alberto Maguito Vilela.

O SR. LUIZ ALBERTO MAGUITO VILELA – Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, ilustre Deputado Estadual Luiz Bittencourt; Exmº Sr. Vice-Governador do Estado de Goiás, Dr. Naphtali Alves; Exmº Sr. Presidente da Comissão Especial do Senado Federal para estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste, Senador José Ignácio Ferreira; Exmº Sr. Senador pelo Estado do Mato Grosso Jonas Pinheiro; Exmª Srª Senadora pelo Estado de Minas Gerais Regina Assumpção; Exmº Sr. Senador Ernandes Amorim, do Estado de Rondônia; Exmº Sr. Senador Mauro Miranda Soares; Exmº Sr. Senador Onofre Quinan; Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Aparecido Antônio de Paula; Exmº Sr. Secretário dos Transportes e Obras Públicas, Deputado Estadual Pedro Pinheiro Chaves; Exmº Sr. Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional, Dr. Ovídio Antônio de Angelis, em nome de quem cumprimento toda a equipe de Governo aqui presente; Exmºs. Srs. Deputados Federais Carlos Mendes, Pedro Canedo, Virmondes Cruvinel, João Natal, Nair Xavier Lobo e José Gomes; Exmº Sr. Diretor de Engenharia do DNER, Dr. Wolney Siqueira; Exm Sr. Superintendente do Banco do Brasil em Goiás, Dr. Valdenor Cesário; Ilmºs. Srs. Deputados Estaduais, cujos nomes já foram mencionados pelo nosso Presidente; Exmºs. Srs. Secretários de Estado, Presidentes e Diretores de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista; Exmºs. Srs. Presidentes de entidades de classes, de federações e associações; senhores empresários, profissionais de imprensa, senhoras e senhores:

Em primeiro lugar, em nome do povo de Goiás, em nome do Governo de Goiás, queremos apresentar as boas-vindas aos nossos ilustríssimos Senadores, em especial ao Senador José Ignácio Ferreira, pelo Espírito Santo, nome conhecidíssimo em todo o Brasil e respeitadíssimo, de quem tive a oportunidade de ser colega na Assembléia Nacional Constituinte; e pude perceber no Senado o quanto José Ignácio Ferreira era e é respeitado, bem como no seu Estado, o Espírito Santo, e em todo o Brasil. Hoje S. Exª vem presidindo a Comissão Especial do Senado que está fazendo esta audiência pública para o desenvolvimento do Corredor Centro-Leste.

Quero apresentar também as boas-vindas do povo goiano à ilustre Senadora do Estado-irmão, Minas Gerais, a nossa querida Senadora Regina Assumpção. S. Exª vem também exercendo um trabalho brilhante nesta Comissão para o desenvolvimento desse Corredor. Da mesma forma, o Senador Jonas Pinheiro, também do Estado-irmão, Mato Grosso, de quem tive a honra de ser colega na Assembléia Nacional Constituinte. Naquela época, era um dos deputados e, hoje, é um dos senadores que mais lutam pela agricultura brasileira; luta pelo Brasil como um todo, mas principalmente pela agricultura.

Também quero apresentar as boas-vindas ao Senador Ernandes Amorim, do Estado de Rondônia, a quem eu ainda não tinha tido o prazer de conhecer – nas duas fichas S. Exª consta como sendo Senador por Roraima. Quero saudá-lo e cumprimentá-lo em nome do povo goiano e dizer da nossa admiração por esse Estado novo, jovem, mas progressista e promissor que é o Estado de Rondônia.

Quero também agradecer muito o esforço e a dedicação dos Senadores goianos: Íris Rezende, que não pôde estar aqui porque empreende viagem a Istambul; Mauro Miranda, que é o Relator desta Comissão, portanto, exercendo nela um papel importantíssimo; e Onofre Quinan. São três brilhantes Senadores que estão muito empenhados na modernização e, afinal, na consolidação do Corredor Centro-Leste.

V. Exªs são muito bem-vindos a Goiás. Queremos cumprimentá-los por esse gesto desprendido de deixar a Capital Federal e vir a Goiânia, de onde deverão ir a muitas outras capitais e cidades do País, levando essa bandeira importante, pois envolve sete Estados: Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. Esse Corredor não é importantíssimo apenas para esses Estados, mas para o Brasil como um todo. Esse gesto dos Senadores, deixando o Senado, deixando Brasília para vir aqui discutir, na Assembléia Legislativa, esse problema, que é da maior importância para o Brasil, merece o nosso reconhecimento e admiração

Sr. Presidente da Comissão, Senador José Ignácio, a Assembléia Legislativa de Goiás também tem dado esse exemplo. É uma Assembléia que tem se deslocado para o interior, indo a inúmeras cidades do nosso Estado para discutir os problemas de Goiás, os problemas dos municípios goianos, os pro-

blemas que afligem a sociedade goianiense. De forma que essas ilustres deputadas e esses ilustres deputados estaduais também têm seguido esse exemplo com a Assembléia Legislativa itinerante, que se desloca para o interior.

Gostaria de dizer que V. Exª, ao escolher, em primeiro lugar, esta Assembléia para ser palco das primeiras discussões, escolheu muito bem, porque posso garantir a V. Exª e aos demais Senadores de outros Estados que nos visitam que a Assembléia Legislativa de Goiás é uma das melhores, se não for a melhor Assembléia Legislativa do Brasil. É uma Assembléia que tem uma atuação destacada no nosso Governo, tem participado ativamente, tem dado o norte do nosso Governo, tem tido uma assiduidade talvez nunca vista em outras épocas. Digo isso com muita tranqüilidade, porque fui deputado estadual, tive a honra de pertencer a esta Casa de Leis. Posso afirmar a V. Exª que, em assiduidade, talvez seja a primeira Assembléia, a que mais se destaca neste País. É uma Assembléia de idealistas, de mulheres e homens extremamente honrados e dinâmicos. Tem feito realmente um trabalho magnífico em favor de todos os goianos e em favor de nosso Estado.

De forma que este é o palco ideal para darmos continuidade às discussões relativas ao problema do Corredor Centro-Leste, que – já disse e reafirmo – é importantíssimo para o Brasil, como um todo, o qual vai promover muito mais competitividade aos nossos produtores, aos nossos agricultores. É lógico que temos ainda alguns gargalos a serem desfeitos nesse Corredor.

Iniciamos em Anápolis, Goiás, a reforma de um trecho, através da rede ferroviária, de 45 quilômetros, entre Anápolis e Leopoldo Bulhões. Era uma ferrovia muito velha, arcaica e não tinha praticamente nada, nem brita. Hoje, os 45 quilômetros estão totalmente reformados, já em excelentes condições de tráfego. Sabemos que muitos outros trechos terão que ser modernizados, bem como que outros gargalos terão que ser priorizados para que esse Corredor dê agilidade ao transporte dos nossos produtos, promovendo maior competitividade entre os produtores de todos os Estados envolvidos nesse Corredor.

Hoje estou empreendendo viagem aos Estados Unidos para amanhã, juntamente com a Governadora do Maranhão, com o Governador do Distrito Federal e o de Tocantins, assinarmos lá um contrato com o Banco Mundial, visando ao prosseguimento da construção da Ferrovia Norte-Sul. Digo isto porque a construção desta rodovia – que está em Estreito e virá a Porangatu, a Anápolis – vai interligar ao Corredor Centro-Leste. Aí, sim, o desenvolvimento do Brasil vai ser assustador, com a construção da Norte-Sul, com a consolidação do Corredor Centro-Leste, com a construção da Ferrovia Leste-Oeste, que também está sendo efetivada. Enfim, o Brasil investindo mais em ferrovias, logicamente, vai se tornar muito mais competitivo e terá um surto de desenvolvimento jamais visto.

Todos temos consciência de que o Brasil investiu pouco em ferrovias, bem como em hidrovias, e por isso paga um preço muito alto. Temos de reparar esse erro e investir maciçamente em ferrovias e hidrovias, para baratear o custo do nosso transporte.

De forma que os goianos vêem com muita alegria e com muita satisfação essas discussões em torno do Corredor Centro-Leste. Temos certeza de que todos os Estados envolvidos estão conscientes da necessidade de modernizar o referido Corredor. Goiás nunca descuidou e tem participado de todas as discussões, a exemplo de muitas idas nossas a Vitória, Espírito Santo, onde já estivemos, inclusive, por ocasião do Governo Albuíno Azeredo; estivemos lá inúmeras vezes para discutir o Corredor Centro-Leste. Estivemos também em Belo Horizonte, em Brasília, em várias cidades do nosso querido Brasil.

Apresentamos, portanto, nossas boas vindas, desejamos que as senhoras e os senhores tenham uma boa estada em Goiás e que dessa discussão surjam muitas luzes, muitas idéias, para que possamos consolidar, de vez por todas, o Corredor Centro-Leste e, ao mesmo tempo, o progresso do Brasil, um país que está procurando mudar o seu perfil, necessitando modernizar-se e retomar o seu desenvolvimento, para melhorar o nível de vida de seu povo.

Até aproveito esta oportunidade em que estamos discutindo o Corredor Centro-Leste, em que se encontram presentes Senadores brilhantes, que têm força e a visão deste País, bem como Deputadas e Deputados Federais do melhor quilate, bem como Deputados Estaduais, para fazer um apelo, a fim de que o nosso País, pricipalmente o Presidente, a área econômica, entenda a necessidade urgente de investir na agricultura brasileira, criando uma política transparente, sólida, segura, que estimule o nosso agricultor a, pelo menos, duplicar a produção de alimentos em nosso País a curto prazo. A grande saída para o Brasil, no momento é injetar recursos na agricultura. É o retorno mais rápido: são necessários seis meses; com isso vamos gerar muitos empregos no campo, evitando, assim, o êxodo rural, gerando,

além de empregos, riquezas, divisas, vamos trazer tranqüilidade a nosso povo.

De modo que o Senado, como a Casa Maior de Leis deste País, pode influenciar o Presidente, a sua equipe econômica para que muito mais recursos sejam injetados este ano na agricultura e no momento certo, aproveitando o embalo de bons preços para os nossos produtos. Esta é a melhor forma de gerar empregos rapidamente. É inegável a interligação dos temas, uma vez que este Corredor dinamizará o escoamento de nossos produtos como a soja, milho, arroz, carne, leite, entre tantos outros.

Eu, que já conheço a luta dos senhores no Senado e na Câmara Federal e a luta nos seus Estados, estou tomando a liberdade de fazer esse pedido para que todo o País tome consciência de que, se hoje produzimos 70 milhões de toneladas, deveríamos estar produzindo, já, hoje, 140 milhões de toneladas de alimentos. Mas patenteio aqui minha admiração por todos os Srs. Senadores, pela Srª Senadora por Minas Gerais, pelas Srªs. e Srs. Deputados Federais e quero dizer que tenho convicação de que desta reunião, dessas discussões que aqui travarmos muitos resultados serão colhidos para a efetivação e modernização do Corredor Centro-Leste.

Cumprimento todos os empresários envolvidos com este tema, o nosso Diretor, Juan Diego, que tem desenvolvido um bom trabalho em favor do Corredor Centro-Leste, todos os empresários emnvolvidos neste tema do nosso Estado e de estados vizinhos. Quero deixar aqui a palavra de estímulo do Governo de Goiás, que também está procurando com todas as forças modernizar nosso Estado, dotá-lo de infra-estrutura capaz de levá-lo a um lugar de destaque na Nação brasileira e melhorar também o nível de vida de todos os goianos.

Às Srªs Deputadas Estaduais, aos Srs. Deputados Estaduais reafirmo minha estima, minha consideração, o meu respeito e o meu reconhecimento pelo extraordinário trabalho que V. Exªs fazem por Goiás e pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Bittencourt) – A Presidência, neste momento, registra a satisfação que nós, Deputados Estaduais de Goiás, temos em receber aqui a Comissão Especial do Senado para o desenvolvimento da região de influência do Corredor Centro-Leste, que busca hoje, no nosso Estado, subsídios para as propostas que vão fundamentar as iniciativas nesse sentido.

Sabemos que esta Comissão vai visitar os sete estados em que se verifica a de influência do Corredor: os da Região Centro-Oeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Tocantins. O Corredor Centro-Leste funciona ainda em condições não ideais. A união dos estados envolvidos visa dinamizá-lo enquanto fator base de fortalecimento da economia do centro-leste. Suas metas vão implicar uma nova realidade, proporcionando transporte a baixo preço e racional, aumento das exportações através do porto de Tubarão, no Espírito Santo, e incremento da nossa agricultura e da nossa pecuária, além de estímulo forte a nossa agroindústria. Este Corredor será um veículo eficaz e um poderoso instrumento para uma nova era de produção no Centro-Oeste, com baixo preço no transporte, permitindo mais competitividade de preços, maior produtividade, mais geração de trabalho, mais riquezas, mais desenvolvimento, combatendo a fome, a miséria, melhorando as condições de vida de todos.

Goiás, nesse contexto, busca estar à frente das ações para dinamizar o Corredor, dotado que é de potencialidades e economia de porte, e está preparado para crescer. Goiás quer progredir.

Quero aqui destacar o trabalho dos Srs. Senadores que compõem a Comissão Especial do Senado Federal destinada ao estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste. Quero destacar, especialmente, o Presidente da Comissão, Senador José Ignácio Ferreira e o seu relator, Senador Mauro Miranda. Queremos também ainda agradecer e elogiar os nobres Senadores Iris Rezende e Onofre Quinan junto com os nossos Deputados Federais que lutam pelo desenvolvimento do Centro-Oeste do Brasil e, principalmente, do nosso Estado.

E gostaria, também, nobre Senador, de colocar a nossa Assembléia Legislativa como trincheira avançada na luta do desenvolvimento do Centro-Leste do País e que dessa forma possamos contribuir para esse grande debate. E queremos dizer, com muito orgulho, a todas as autoridades presentes do nosso Estado e do Brasil que se reúne hoje nessa Assembléia que nós, goianos, temos o orgulho imenso de ter a frente hoje do comando administrativo do Governo de Estado, o Governador Maguito Vilela, que é um homem honrado, um homem honesto, um homem que tem feito da sua juventude uma bandeira de lutas para que possamos erradicar conceitos preconceituosos que ao longo da nossa História penalizaram uma parcela imensa da nossa população. É combatendo a fome, é combatendo a miséria e a solidariedade humana, e acima de tudo, buscando a industrialização como um instrumento poderoso para dar mais dignidade e sustento a nossa população.

Que Deus abençoe todas as autoridades aqui presente é uma alegria imensa para a nossa Assembléia receber hoje essa primeira reunião da Comissão Especial do Senado.

E neste instante passo a condução dos trabalhos ao Senador da República José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão Especial do Senado Federal destinado ao estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Agradecendo a gentileza do Presidente da Assembléia, o Deputado Luiz Bittencourt, e assumindo a Presidência destes trabalho, eu quero, antes de passar a palavra ao primeiro expositor, não só agradecer a acolhida que estamos tendo aqui, na Assembléia Legislativa do Sr. Presidente e também dos Deputados aqui presentes.

Agradeço a presença dos senhores empresários e faço um registro especial, uma manifestação de agradecimento especialíssima ao Governador Maguito Vilela pela acolhida que nos deu aqui no Estado e nós que o conhecemos desde os tempos da Assembléia Constituinte, fomos Constituintes com ele e sabemos da sua dedicação à causa do Estado de Goiás, sabemos dos seus elevados padrões teológico, cívico e ético, é um jovem que como disse o Presidente da Assembléia faz da sua juventude uma bandeira de lutas, o seu vigor físico, uma amostra da sua determinação para serviço do povo de Goiás e eu quero, nesta oportunidade, render as minhas homenagens a S. Exª. Tenho consciência de que S. Exª vai lutando para modernizar cada vez o Estado, criar um espaço para as empresas se "reengenheirarem" no Estado, mudar a economia do Estado de Goiás e criar condições também para que se construam a sociedade aberta, lúcida, crítica, participativa, cada vez mais forte, cada vez mais adulta e que afinal de contas que dentro dela emerja forte a cidadania que todos queremos.

Muito obrigado, Governador, e eu vou passar a palavra agora ao Dr. Naphtali Alves de Souza, ao Vice-Governador do Estado de Goiás, na qualidade de expositor, pelo prazo de dez minutos, sem apartes nesta oportunidade.

Concedo a palavra ao Dr. Naphtali Alves de Souza.

Antes, porém, teremos a ausência do Sr. Governador Maguito Vilela para cumprir sua agenda do dia de hoje, pois S. Exª está de viagem para os Estados Unidos, logo mais à noite, a serviço do Estado de Goiás.

Portanto, vai se sentar à mesa o Sr. Governador Maguito Vilela.

O SR. NAPHTALI ALVES DE SOUZA – Sr. Deputado Luiz Bittencourt, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás; Governador Maguito Vilela; Senador da República e Presidente da Comissão Especial do Senado Federal, José Ignácio Ferreira; Senador Mauro Miranda; Senador Onofre Quinan; Senador Ernandes Amorim, de Rondônia; Senador da República Jonas Pinheiro; Senadora Regina Assumpção; João Natal, José Gomes da Rocha, Pedro Canhedo, Nair Xavier Lobo, Carlos Mendes; Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Aparecido de Paula; Deputado Estadual Pedro Chaves, Secretário de Estado dos Transportes; Ovídio Antônio de Angelis, Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional de Goiás; Srs. Deputados Estaduais, autoridades, meus senhores e minhas senhoras:

As especiarias da Índia faziam um sonho da comunidade européia já nos séc. XV e XVI. A peso de ouro buscavam-se tecido ou a pimenta, caminhando-se com infindáveis caminhos de terra marcados pelos assaltos e dificuldades de toda a ordem.

O transporte rodoviário, já naquela época, era dispendioso e clamava por soluções práticas e complementadoras de suas forças, vieram então grande navegações: a viagem de Vasco da Gama, as descobertas de terras, a busca desenfreada de novos caminhos para às Índias. Nessa luta descobriu-se a América e incorporou-se um novo continente aos caminhos europeus. Tomava forma o novo conceito de cargas, o transporte rodoviário encontrava na simplicidade do transporte hidroviário e marítimo grande caminho para se buscar e transportar o progresso.

Mais tarde, agregou-se a agilidade dos trilhos ao complexo desse mesmo transporte, consagrando-se a intermodalidade como base real de futuro. Essa mesma lógica histórica se repete hoje em todo o mundo, especialmente diante da pesada crise econômica internacional. Não se admite mais gastar um dólar quando se pode gastar uns poucos centavos. Nesse aspecto o transporte rodoviário essencial e intransferível traz em si a desvantagem do custo alto. Quando se retira do caminhão a tonelada de grãos pode-se levá-la adiante pela metade do preço, usando os trilhos ou dividindo por três esse valor se buscarmos o leito dos rios.A lógica fria dos números não deixa margens a dúvida. A intermodalidade de transportes é de fato a grande saída para o desenvolvimento.

Dentro de todo esse contexto é que começaram a nascer e a se consolidarem os grandes corredores de exportação. As distâncias continentais dos centros produtores passaram a exigir uma nova mentalidade, fazendo nascer uma realidade renovada e seriamente voltada para o futuro.

De fato, a grande orla marítima brasileira cantada e decantada séculos afora dá sensíveis sinais de cansaço. As megalópoles se multiplicaram e apresentam hoje problema de toda ordem, principalmente quando se fala em alimentar as legiões imensas de brasileiros que ali vivem e trabalham. A agricultura foi, então, descobrir no interior do País suas mais novas fronteiras. O cerrado, antes esquecido surgiu como um terreno fértil para o plantio correto e a colheita farta. Cem milhões de hectares de terra prontos para se transformar no grande celeiro do País e das Américas. A maior faixa contínua de terras agricultáveis do Planeta com muita água e clima ameno são a nova força do abastecimento interno.

Com praticamente 10 milhões habitantes e quase dois milhões de quilômetros quadrados, o Centro-Oeste despontou definitivamente como a grande solução nacional, sua posição geográfica estratégica ligando-se as demais macrorregiões brasileiras abre campo para os grande projetos, incluindo-se a facilidade crescente para que também se implante o transporte bi-oceânico ligando o Atlântico ao Pacífico, principalmente através da de Arica, no Chile, e Matarani no Peru, aqui está, portanto, o próprio futuro do País, mas todo esse potencial perde força se não existir um forte sistema de transporte. A mega produtora de grãos pode se transformar em uma região de eterna esperança se não se concretizar os grandes eixos ferroviários e hidroviários, pois a grande barreira é a distância sempre desgastante dos centros de consumo. Felizmente, os últimos anos apontam para outros caminhos. A distância vem sendo agora derrubada pelo consorciamento das rodovias com hidrovias e ferrovias. A própria situação de conflitos fez nascer e se apresentam como saída necessária, o corredor de transporte Centro-Leste, ligando o interior das grandes safras com o versátil complexo portuário do Espírito Santo. A idéia remonta à década de 70, quando se pensava nos sistemas integrados de transportes como solução para a busca da matéria-prima dos cerrados e a entrega de insumos que permitissem o seu desenvolvimento.

Muito pouco (?) setor de armazenagem, sistema aduaneiros integrados e a necessária infra-estrutura de comunicações e energia. Ao mesmo tempo, começou a nascer a coordenação de planejamento estaduais e a conseqüente atração de investimentos.

Hoje, o Corredor Centro-Leste é uma feliz realidade. Tem uma rede ferroviária de 1.860 quilômetros de bitola métrica, unindo os portos ao cerrado. A Companhia Vale do Rio Doce opera 660 quilômetros dessas ferrovias entre Vitória e Capitão Eduardo, na grande Belo Horizonte, usando tecnologia de ponta, reduzindo custos e multiplicando agilidade no transporte. Daí em frente, até se atingir o coração do cerrado, no Planalto Central, nasce o trabalho da Rede Ferroviária Federal, operando 1.200 quilômetros de Belo Horizonte, passando por Uberlândia e Senador Canedo até atingir Brasília. Uma verdadeira bênção dos tempos modernos, deixando a complementação do transporte para as grandes rodovias dentro do limite, perfeitamente, aceitável de 500 a 600 quilômetros de estradas, do campo de plantação ao terminal ferroviário.

Está acontecendo, agora, a utilização racional de um corredor de grandes perspectivas econômicas, antes confinado a uma estreita faixa de terra entre Minas Gerais e o Espírito Santo. O velho corredor de minérios de ferro e produtos siderúrgicos, entre Minas e o mar, cede hoje lugar às milhares de toneladas de grãos e produtos acabados da agro-indústria crescente.

Consolidando-se o poliduto de Paulina a Brasília, a vaga dos combustíveis será ocupada nas locomotivas por mais grãos e mais riquezas, estabelecendo-se oportunidade final de equilíbrio do progresso regionalizado.

Ademais, as ações do Corredor Centro-Leste estão, hoje, perfeitamente integradas às tarifas **from door to door**, há contratos operacionais de ponta-a-ponta, utilização conjunta de pátios e terminais, somando-se a um cem números de atividades que nos levam crer num futuro sempre mais grandioso para o país, a partir do crescimento do grande celeiro plantado nas extensas áreas de cerrado. A ampliação da capacidade estática do porto de Tubarão de 70 mil para 335 mil toneladas foi um alento a mais à realidade do Corredor Centro-Leste. A liberação por parte da Receita Federal para a implantação de estações aduaneiras de interior é outro fator importante a se considerar. Essencial, também, foi a chegada de pesados investimentos privados, da ordem de 300 milhões de reais, em sistemas de armazenagem, terminais multimodais e até mesmo recuperação de locomotivas. Destacam-se, ainda, as quase duas de-

zenas de apoios internacionais na busca de novos mercados e oportunidades de negócios.

O Centro-Leste é assim uma idéia feliz que se concretizou e que de agora em diante exige cuidados muito especiais e redobrado esforço em sua manutenção e ampliação. Não se pode acomodar diante do que agora existe, temos pela frente alguns problemas de difícil solução e um longo caminho a percorrer até que nós tenhamos aqui uma definitiva forma de transporte intermodal.

Sabemos, por exemplo, que, no próximo dia 14 de junho, vai a leilão a Malha Centro-Leste, da Rede Ferroviária Federal, que liga São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória há Belo Horizonte e Brasília no sentido oeste e Salvador, Aracaju e Petrolina, no Nordeste do País. Duas grandes empresas norte-americanas encabeçam os dois consórcios interessados. De outro lado a Companhia Vale do Rio Doce também caminha para a privatização, assim como toda área portuária.

Avizinha-se, portanto, a possibilidade de riscos enormes ao Corredor com a formação de monopólios privados, bem mais difíceis de serem controlados do que a situação atual.

A consolidação da hidrovia Araguaia-Tocantins é outro ponto que merece apurado estudo e múltiplo esforço pela facilidade que naturalmente trará, sua integração à Ferrovia Norte-Sul, quando estendida até Estreito, abrirá reais condições de progresso. É louvável o esforço de Governadores envolvidos na Norte-Sul e que amanhã estarão em Washington, Estados Unidos, para assinatura de um convênio com o Banco Mundial. A construção dessa ferrovia deve estar na lista de prioridade de todos nós.

Duas outras ferrovias chamam a nossa atenção: a Ferronorte, fazendo a ligação de Cuiabá com o porto de Santos, e a Ferrooeste, no Paraná, ligando Dourados, no Mato Grosso do Sul, aos portos de Paranaguá, no Paraná, e São Francisco, em Santa Catarina.

Importantíssima, também, é a conclusão da hidrovia Paranaíba/Paraná/Tietê, abrindo para o Centro-Oeste as portas do Mercosul e oxigenando as artérias de exportação do fortíssimo centro-oeste goiano.

O caminho do Pacífico é também fonte inesgotável de esperanças. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República estuda os corredores bi-oceânicos e merece especial atenção. Nesse mesmo aspecto, o consórcio do Corredor Centro-Leste já assinou convênio com o Consórcio Brisa, do Peru, na busca de, futuramente, ligar o porto de Baiobá, naquele país, com o complexo portuário do Espírito Santo.

O consórcio operacional do Corredor Centro-Leste deve ter todo apoio e incentivo. Formado pelos governos envolvidos, pelas federações de indústria, federações de comércio e associações comerciais desses Estados e mais 27 empresas, recebeu, recentemente, a adesão dos Estados de Rondônia e Maranhão. São Estados com a mesma vocação agrícola e a mesma riqueza potencial do cerrado. A boa administração desse Consórcio, com o apoio político da Frente Parlamentar do Corredor, formada hoje por 132 parlamentares, garantirá boa parte da força econômica e do desenvolvimento social do Centro-Oeste. Uma meta de que não se pode abrir mão diante dos desafios que crescem quando caminhamos para a virada do século.

Sr. Presidente, embora já tenha consumido o meu tempo, gostaria de fazer algumas observações que reputo das mais importantes. Como membro do Congresso Nacional, principalmente na época da Constituinte, assisti naquela Casa o impedimento muito grande quando tratávamos do Centro-Oeste brasileiro, da macrorregião Norte e até mesmo da macrorregião Nordeste deste País. Nós notávamos que havia forças, principalmente das macrorregiões Sul e Sudeste, fazendo com que o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro e dessas outras duas regiões, Norte e Nordeste, não pudesse se concretizar.

Não entendo como é que temos tantas diferenças neste País; e diferenças que até dificultam reconhecê-lo como Nação, como um todo, onde aqueles que têm mais dificuldades possam receber do Governo Federal as riquezas que são produzidas no mesmo País.

Nós observamos que o primeiro programa que o Centro-Oeste teve foi ainda na época do Governo de Getúlio Vargas, com a Fundação Brasil Central, quando tivemos o primeiro programa de ação para interiorização do desenvolvimento brasileiro. Depois disso, observamos que, com o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, houve a descentralização das decisões políticas da área litorânea deste País para o Planalto Central, com a transferência da Capital Federal para o Estado de Goiás. Em função da transferência da Capital Federal, vários eixos rodoviários se implantaram neste País, por decisão exclusivamente política e de querer fazer.

Assistimos depois, em relação ao cerrado, políticas importantes, como foram os programas do Prodoeste, do Polocentro e, hoje, até mesmo do Prodo-

cer, nesta conjugação de esforços dos governos brasileiro e japonês através da companhia Campo. Nós observamos que a fronteira agrícola se dilatou, mas, infelizmente, quando era Presidente da República o Senador José Sarney, nós envidamos todos os esforços no Congresso Nacional para que a Ferrovia Norte-Sul fosse uma realidade. Esbarramos, no entanto, numa barreira tremenda, que foram exatamente os representantes parlamentares – com algumas exceções evidentes – das Regiões Sul e Sudeste deste País, que impediram, mostrando, de forma equivocada, que os recursos eram desnecessários, que os investimentos eram caríssimos e que aquela ferrovia levaria o nada a lugar nenhum.

Foram feitas críticas desse nível. Então, creio que V. Exª está de parabéns, porque só lá dentro daquela Casa, e V. Exªs representam muito bem, é que podemos fazer com que os equívocos deste País possam ser, de uma vez por todas, colocado um ponto final e possamos, realmente, retomar o desenvolvimento desta Nação.

Vi, há pouco, e V. Exª também assistiu, todos assistiram, onde o sistema financeiro formado por bancos deste País receberam uma soma vultosa do Governo Federal, em torno de R$ 7 bilhões para acudir os bancos, bancos que se engordaram com a inflação, que vivemos durante duas décadas, ganharam muito e que hoje, o dinheiro do contribuinte, o dinheiro dos brasileiros, principalmente dos trabalhadores têm que vir em socorro de um sistema financeiro que sempre ganhou em cima daqueles que produzem, em cima daqueles que trabalham.

Não posso entender, de forma alguma, quando vejo que aqui a área nossa do Centro-Oeste, uma área onde temos perfeitas condições de trabalho, podemos produzir para este País e o excesso de produção ser exportado. Hoje, estamos assistindo o País importando grãos, que para nós isso é resultante de uma má administração no setor da política agrícola deste país. Por isso, Sr. Presidente, não perdemos as esperanças, estamos prontos e lutando, o povo brasileiro é aguerrido, é lutador, mas a primeira luta a ser travada é exatamente na casa que V. Exª representa. Por isso deixo aqui estas considerações, deixando até de lado a minha fala para observar aquilo que realmente sinto e que vejo no meu País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Quero agradecer o comparecimento e a exposição do Dr. Naphtali Alves de Souza, digníssimo vice-Governador do Estado de Goiás.

Passo a palavra ao Dr. Geraldo Magela, Presidente do Sindicato dos Transportes Rodoviários, por cinco minutos, sem apartes.(Pausa.)

Não se encontrando presente, passo a palavra ao Dr. Juan Diego Pablo, Diretor Operacional do Corredor de Transporte do Centro Leste, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. JUAN DIEGO PABLO – Sr. Presidente da Comissão, José Ignácio Ferreira; Sr. Deputado Luiz Bittencourt; Sr. Relator, Exmº Senador Mauro Miranda; Sr. Senador Onofre Quinan, nosso amigo; Senador da República Ernandes Amorim, do Estado de Rondônia; Senador da República Jonas Pinheiro, Deputado Federal João Natal; senhores participantes do Governo do Estado de Goiás, representado pelo Secretário Ovídio Antônio de Angelis, Pedro Chaves, Erivan Bueno de Moraes, Srs. Deputados Estaduais, que nos recebem na Casa, autoridades presentes, senhoras e senhores:

Na verdade a minha participação estava prevista como debatedor. Portanto, não foi preparado um discurso do tipo dos que foram proferidos até agora pelas autoridades presentes. De qualquer forma, algumas informações, alguns dados técnicos, eu trouxe para questionar com os debatedores e gostaria então de ordená-los, de improviso, para conhecimento e reflexão de V. Exªs.

O eixo de transporte do Corredor Centro-Leste deve, antes de mais nada, ser concebido como um eixo de desenvolvimento. Portanto, deve haver uma política adequada que, baseando-se na possibilidade de escoar produtos em larga escala, com baixos custos de escoamento, aproximando a distância econômica, permita uma política de desenvolvimento industrial, desenvolvimento do mercado e também ocupação por populações devidamente empregadas, inseridas num processo de desenvolvimento regional, bem como levar a região a um estágio maior de modernidade e de desenvolvimento.

Faz dois anos que venho participando, na condição de diretor, da Consórcio Operacional do Diretores Centro-Leste. Dentro das principais preocupações que vínhamos administrando está a inserção do processo de privatização dentro de maior amplitude de participação regional, de participação dos Governos Estaduais e de participação dos Parlamentos Estaduais.

Não conseguimos conceber a pressa com que a estrutura de poder administrativo central com que está encarando a desestatização em certos setores possa refletir de tal forma na desestatização da ferrovia. Essa ferrovia serve ao País inteiro, serve a re-

giões das mais diversas características, e é de tal forma preponderante a participação e a decisão dos homens do BNDES, dos polêmicos homens do BNDES – não queremos criticá-los, mas vamos chamá-los de jovens economistas sediados no Rio -, que fazem pressão para resolver certas questões orçamentárias. O único motivo do seu interesse, do seu anseio, da sua pressa – o cumprimento do o cronograma – alija da discussão autoridades regionais, autoridades estaduais e, como um todo, a participação social das regiões. Isso nos deixa com a sensação de estar havendo um equívoco que poderá marcar o futuro que está sendo idealizado para essa atividade do setor privado no transporte de mercadorias por ferrovias.

Temos essa preocupação porque, se analisarmos os Estados Unidos, por exemplo, veremos a participação modal da hidrovia, que pedirá 60% do total transportável, sendo que no Brasil ela é insignificante; embora crescente, é incipiente. Se analisarmos a participação da modalidade ferroviária, concluiremos que são similares, só que a custos e características tecnológicas muito diversas num país e num outro, mas da ordem de 23 a 24%. A participação rodoviária nos Estados Unidos é de 16%, enquanto no Brasil é superior a 74%, o que nos leva a crer que, uma vez instalado novo modal ferroviário em mãos de operadoras privadas, poderá haver a comparação do seus custos de transportes dentro daquilo que se chama oferta e procura, entre uma comparação do custo do transporte ferroviário, que deveria ser inferior, pela sua própria característica, com a única comparação de referência para concorrer com o transporte rodoviário. Isso não irá servir ao Centro-Leste, à região de Goiás e à região da fronteira agrícola brasileira para o seu crescimento, tentado ocupar mais de 100 milhões de hectares que estão aí disponíveis para o incremento da produção.

Se analisarmos o que ocorreu, veremos que o resultado do primeiro processo de desestatização na ferrovia, que foi ganho pela Noel Group, um grupo americano, incluindo o trecho de Bauru até Corumbá, vimos que foi praticamente leiloado pelo preço mínimo fixado pelo BNDES. E, pasmem os senhores, esse valor é da ordem de 60 milhões de reais, que deverão ser pagos no período de 30 anos. Digo pasmem os senhores, porque há várias autoridades aqui que deveriam poder responder de que tamanho poderia ser uma única ponte que estivesse a cruzar qualquer rio, dentro da infra-estrutura que formou parte da infra-estrutura desestatizada, de que tamanho deve ser uma única ponte para custar bem mais do que esse valor de 60 milhões? Portanto, eu não estou tentando me manifestar contrário ao processo de desestatização, acho que há uma unanimidade nacional, até diríamos mundial, da retirada do Estado e da diminuição do tamanho do Estado, deixando certas atividades para o setor privado. Todavia, se o aspecto orçamentário, se o aspecto da realização financeira dos ativos que o Estado fez com sacrifício no passado, não é de tal magnitude que possa representar a equivalência de uma ponte em um trecho de 1.800 quilômetros que tem muitas e muitas pontes, então, já que essa cota de sacrifício deve ser feita pela sociedade para, no futuro, contar com um sistema de escoamento mais eficiente, o seu modelo deveria aproveitar que o Estado vá fazer uma concessão dessa magnitude para garantir, no modelo de privatização, um verdadeiro funcionamento da procura e da oferta no futuro. E isso não está previsto, até agora, no modelo de desestatização que o BNDES vem administrando e gerenciando, dentro dos objetivos estabelecidos pelo Ministério da Economia.

Estou aproveitando esta ocasião porque temos muitas autoridades, e principalmente Senadores prestigiosos à República, para dar esse alerta, sendo que até pelo cronograma ter, vamos dizer, definido certos prazos e certas situações cuja irreversibilidade devemos aceitar, que o Senado da República, junto aos Governos estaduais, passe a debater essa questão, numa forma posterior. Porém que não deixe os novos monopólios mencionados pelo Vice-Governador, no seu discurso recente, tomarem conta, e se prevalecerem dessa falta de cuidado na definição do processo de desestatização, de forma que o Centro-Oeste continue, já fez durante os últimos 20 anos, pagando mais 20 anos por um custo de transporte oneroso, que poderá retirar do valor da sua produção uma parte significativa do esforço que é merecido na sua realização. Isso, finalmente, é dito pela consciência, como empresário, além do corpo diretor do Corredor, temos uma indústria situada na região e estamos, pelo terceiro ano consecutivo, negociando com as autoridades das empresas operadoras, dentro de um contexto extremamente complexo, que é não existir a oferta e a procura. Então, não existe o paradigma de comparação de negociação de um frete.

Se você analisar pelos valores internacionais, o Brasil é o mais caro do mundo, todavia, mil explicações ocorrem. Qual é o paradigma para se fixar o frete entre a cidade de Anápolis e o porto de Vitória? Deve ser 60 dólares, como ouvimos falar há alguns anos atrás, ou US$21.00, como nos foi prometido

durante quatro ou cinco anos, até nos convencermos de que era necessário investir na região, fazer indústrias que permitissem o desenvolvimento regional. Resulta que hoje nem os 60 nem os 21, mas os 21 que serviram por base de um contrato de 10 anos para fazermos investimentos de Goiás no Corredor Centro-Leste e no porto de Vitória já passaram a ser 26, e agora está sendo, outra vez, feita uma negociação trabalhosa. Digo com toda a honestidade, há qui até autoridade da Vale do Rio Doce e sabem da franqueza com que falamos isso. Mas, na verdade, não existe um parâmetro, não existe oferta e procura e nem existirá no futuro, porque os homens do BNDES acharam que uma única linha ferroviária, de 1.700 quilômetros, entre Anápolis e Vitória, deverá pertencer a uma única empresa, e só trafegarão sobre ela os trens daquela empresa. Portanto, cabe às autoridades e às instituições resolverem a questão. Se tivesse sido ouvido na sede de Goiás, até para evitar maiores polêmicas, com toda a liberdade, autoridades presentes, se o Dr. Ovídio me permitir, sei que a idéia é dele, tomamos a idéia como brilhante, nos empenhamos durante dois anos, fomos ao Rio falar com o Presidente do BNDES, o Senador Mauro Miranda é testemunha, levamos a preocupação ao Senado, à Câmara Federal, mas a prepotência, a rapidez e a necessidade de resolver a questão dentro de um horizonte de prazo muito curto evitaram que se abrisse espaço a esse debate, que o Estado de Goiás, assim como outros citados, pudessem dele participar.

Aproveitamos, então, a ocasião, nos conformamos de que agora qualquer adiamento seria um prejuízo pior. Porém entendemos que o Senado Federal deveria se posicionar no sentido de que essa questão, pelo menos, ficasse pendente para ter uma solução no futuro, solução essa que possa decorrer de um debate, onde as regiões e os Estados, os Governos estaduais tenham voz e voto para que possam participar desse modelo, de forma que ele possa realmente concorrer para uma redução dos futuros fretes, uma majoração do valor da produção agrícola da região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Passo a palavra ao Dr. Pedro Chaves, Secretário de Transporte de Goiás.

O SR. PEDRO CHAVES – Exmº Sr. Senador José Ignácio, Presidente desta Comissão; Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Luiz Bittencourt; Exmº Sr. Vice-Governador do Estado de Goiás, Naphtali Alves de Souza; Srªs e Srs. Senadores da República, Mauro Miranda, Onofre Quinan, Jonas Pinheiro, Regina Assumpção, Ernandes Amorim; Ilmº Sr. Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Ovídio de Angeli, em nome de quem cumprimento todos os auxiliares do Governo Maguito Vilela; Srªs e Srs. Deputados, senhores empresários, demais autoridades aqui presentes:

No final da década 70 e início da década de 80, quando o Brasil descobriu o cerrado do Centro-Oeste, a nossa região passou por grandes transformações. A migração foi em sentido inverso, pessoas vindas, principalmente, da Região Sul aqui para o Centro-Oeste para trabalharem o nosso solo. E o cerrado respondeu à altura, a nossa produtividade, principalmente da soja, em algumas regiões de Goiás alcança índices dos mais altos do mundo. Então, a nossa Região Centro-Oeste, principalmente a região sudoeste do nosso Estado, hoje é tida como uma das grandes produtoras de grãos do nosso País. Isso fez com que os Estados produtores, principalmente Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Minas Gerais se unissem também junto com o Estado do Espírito Santo, criando uma forma de escoar essa produção. E assim nasceu o Corredor Centro-Leste, com o objetivo de levar os grãos produzidos aqui no Centro Oeste até o porto de Tubarão, no Estado do Espírito Santo. O porto de Tubarão, que, por sinal, é um porto moderno, um porto de águas profundas, no qual pode atracar navios com capacidade para mais de 200, até 300 mil toneladas. Isso fez com que aquele porto de Vitória fosse o preferido pelas suas condições, pela sua estrutura e também pelas taxas portuárias, bem inferiores às cobradas no porto de Santos, por exemplo.

Mas hoje percebemos que o Corredor está necessitando de alguns reparos no seu funcionamento. Aqui já foi colocado, pelo nosso Governador, Maguito Vilela, o nosso Secretário de Planejamento, Dr. Ovídio, que para se fazer um reparo de 36 quilômetros, ligando Anápolis à Leopoldo de Bulhões, aqui no início do Corredor Centro-Leste, foi necessário uma ação muito forte do Governo, na pessoa do Secretário de Planejamento, Dr. Ovídio, e, principalmente, do Governador Maguito Vilela. É óbvio que esse trabalho deveria ser resolvido dentro do próprio Corredor Centro-Leste.

Observamos que ainda existem algumas dificuldades que precisam ser superadas. Existe o problema, em Belo Horizonte, do transbordo. Mas entendemos também que se não houver uma política de transporte que possa baratear o frete dos nossos

grãos, com certeza, a agricultura aqui no Centro-Oeste está condenada ao insucesso.

Temos, além do problema da política agrícola já colocada aqui pelo Governador, esse grave problema do transporte. O que o nosso produtor ganha em produtividade, o que ganha ao plantar em terras férteis, em plantar em Região de clima favorável, perde porque não pode levar seus grãos, seus produtos, até os portos de exportação.

Por isso, entendemos que é de grande importância este debate promovido pelo Senado da República. Como responsável pelo setor de transportes do Governo de Goiás, agradecemos a iniciativa dos Senadores que vieram a esta Assembléia Legislativa fazer este debate sobre o Corredor Centro-Leste. Em nome do setor dos transportes, nossos agradecimentos. Esperamos que este debate produza bons frutos no sentido de que o Corredor Centro-Leste opere com o objetivo inicial, para o qual foi criado.

Agradeço a todos a paciência que tiveram em nos ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Passo a palavra ao Deputado Francisco Tomazzini.

Pediria, a não ser que não haja discordância, que ao usarem da palavra dispensassem as apresentações iniciais, porque todos são conhecidos. Isso agilizaria o trabalho.

O SR. FRANCISCO TOMAZZINI – Pois não, Sr. Presidente.

Eu o cumprimento. Cumprimento também as autoridades do Estado de Goiás em nome do nosso vice-Governador, Naphtali Alves, bem como os Senadores Mauro Miranda e Onofre Quinan e as demais autoridades. Cumprimento, em nome do Secretário Ivan Bueno, os outros Secretários do Estado – Dr. Ovídio e Pedro Chaves –, bem como os presidentes, os gerentes e os diretores de empresas, os Deputados federais e as demais autoridades.

Estamos aqui para debater uma questão muito importante para a Região Centro-Oeste. Falarei um pouco sobre o transporte, sobre o custo do transporte na composição dos preços finais dos produtos primários do Centro-Oeste, e em especial do Estado de Goiás. Isso nos preocupa. Queremos alertar as autoridades maiores do grande desafio a ser enfrentado neste momento de mudança da economia, quando cada item de custo tem importância vital. O transporte sempre foi o grande entrave no desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro, devido às longas distâncias dos grandes centros consumidores internos e dos portos. Como se não bastassem as distâncias, ainda temos de enfrentar as nossa rodovias ineficientes com curvas, aclives, declives, cada vez mais congestionadas, o que onera ainda mais nossos produtos.

É preciso, com urgência, repensar o sistema. Já virou cultura em nosso País que o transporte deve ser feito no caminhão e que viajar deve ser de carro. Saída para competir existe. Dou como exemplo o meio oeste americano, onde tudo é feito com racionalidade: auto-estradas ligadas às ferrovias e a hidrovias, tudo interligado aos portos para importação e exportação.

Outro exemplo são os nossos parceiros do Mercosul. Na Argentina, por exemplo, são menores as distâncias e há ferrovias, auto-estradas e portos competitivos. Digo que ou se investe no Centro-Oeste para ganhar a competição, ou passamos pela história sem poder competir. A malha rodoviária precisa ser melhorada, e as hidrovias, ser implantadas. O Araguaia, o Tocantins e o São Francisco vão todos para o centro do planeta, o Norte e o Nordeste do Brasil, onde nos aproximamos dos dois grandes centros consumidores, que são Europa e Ásia. Temos até ferrovias que não funcionam. É esse o desafio do grande Centro-Oeste.

Entendemos que, sem construir ferrovias e sem fazer funcionar as que temos, teríamos de desistir da nossa Região, mas não podemos admitir que isso aconteça. Portanto, é urgente a construção de uma ferrovia norte-sul, como também ligar Brasília a Pirapora, no Corredor Centro-Leste, estendendo a ligação da Ferronorte ao sudoeste goiano. Assim, entendemos que poderemos competir nos diversos mercados e atrair indústrias para nossa região, transformar nossas matérias-primas, agregar valores, gerar mais empregos, mais impostos, desenvolvimento nas cidades e, principalmente, no campo, que é o maior desafio de todos os políticos e empresários brasileiros. Manter e levar mais gente a viver da própria terra, com garantias de vida melhor, tornando a atividade lucrativa e independente.

Para a solução das questões aqui colocadas e de tantas outras que são necessárias, é preciso que os poderes constituídos da sociedade brasileira – Executivo, Legislativo e Judiciário –, entendam a necessidade das reformas, para que o País tenha estabilidade econômica e social. É preciso investimento interno e externo, sócios e parceiros em vários setores, como ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, rodovias, indústrias e outras atividades. É preciso que os governos assumam isso com muita coragem e promovam reformas duradouras, para que o Brasil, que

é rico de natureza, cujo povo quer trabalhar, possa desenvolver-se. É preciso simplificar, para que todos possam acreditar e participar deste desenvolvimento tão sonhado por todos nós.

Espero poder estar contribuindo e estar dando minha parte neste momento de fé e esperança de dias melhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Muito obrigado ao Deputado Francisco Tomazzini.

Passo a palavra à Deputada Federal por Goiás, Nair Xavier Lobo.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO – Senador José Ignácio, Presidente da Comissão; Srs. Senadores Onofre Quinan, Mauro Miranda, Jonas Pinheiro; Senadora Regina Assumpção; Exmº Sr. Vice-Governador Naphtali Alves, aqui representando o nosso Governador; Secretário de Planejamento; Secretário de Transportes; Srs. Deputados: quero dizer que fui convidada para participar desta reunião como debatedora. Trago, portanto, uma questão e não uma exposição.

Quero dizer que, no Congresso Nacional, sob a liderança do Senador Mauro Miranda, com quem muito converso sobre o desenvolvimento da região Centro-Oeste, a questão do transporte, da malha viária, da malha hidroviária e ferroviária, tem sido alvo da preocupação desta Parlamentar, a ponto de no ano passado, quando fiz parte da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, ter convencido os deputados mineiros, os deputados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul a apresentarem uma emenda ao Orçamento, objetivando recursos para recuperar o trecho de Alto Araguaia até Belo Horizonte dessa ferrovia da Rede Ferroviária Federal, que se encontra extremamente sucateado, para que de BH estivéssemos ligados ao porto de Vitória. Não conseguimos êxito; a emenda era de Comissão e não emplacou.

Naquela época, fomos questionados pelo Presidente da Comissão de Orçamento por que a emenda, se sabemos que o trecho já se encontra para ser privatizado. Defendíamos a tese de que se não colocássemos pelo menos um pouco de recurso nesse trecho ferroviário ninguém se interessaria pela privatização. Sabemos agora que a privatização tem um leilão marcado e que a Vale do Rio Doce é uma propensa compradora.

Neste momento de globalização, quando estamos caminhando rumo a um novo milênio, o Centro-Oeste tem um grande desafio, que foi muito bem colocado pelo Vice-Governador Naphtali Alves. Temos saudades dos marcos importantes de desenvolvimento do Centro-Oeste: de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek quando trouxe a Capital. Penso que vivemos um novo momento histórico, um novo momento desse grande desafio que passa pela consolidação da produção no nosso Estado de Goiás. Há um duríssima luta de dois Governos, o do Senador Iris Rezende e o do atual Governo do Governador Maguito Vilela e Naphtali Alves, que fizeram, praticamente sozinhos, sem parceria do Governo Federal, sem parceria do poder central, a infra-estrutura que Goiás possui, e que é exemplar.

Precisamos agora nos ligar com o País, com o mundo, isso passa pela consolidação da hidrovia Araguaia/Tocantins; passa pela consolidação do Corredor Centro-Leste; pela consolidação da Norte-Sul – nosso Governador viajou para Washington para assinar –; passa por uma política agrícola.

Srs. Senadores, esta Comissão precisa cuidar dessa questão da política agrícola. Goiás precisa se fortalecer na produção mineral, na produção industrial, mas sobretudo na produção agrícola. Temos não só a preocupação de escoar nossa produção, porque somos vocacionados com a agricultura e com a pecuária, mas precisamos, sobretudo, fortalecer nossos produtores. São eles – e aqui estão presentes, vejo aqui o João Bosco, o Antenor Nogueira, o Antônio Chavaglia(?), todos ligados à produção de grãos, todos ligados a essa torcida de que Goiás se consolide nas suas malhas hidroviárias e ferroviárias para que nossos grãos possam ser transportados – sobretudo, torcedores de que possamos produzir esses grãos.

O apelo que faço a esta Comissão e a questão que trago é exatamente de que ela cuide também de um chamamento e de um apelo ao Governo Federal pela consolidação de uma política agrícola. Precisamos de regras claras para a agricultura. Faço parte da Frente Parlamentar de Agricultura e levanto essa bandeira porque não haveria razão de ser uma Deputada chegar à Brasília, sendo de Goiás, sem ser votada pelo homem e pela mulher do campo, da roça.

Penso que a produção industrial de Goiás, a produção de grãos é o grande cerne da questão do desenvolvimento do Centro-Oeste. Não é só Goiás, Senador Jonas Pinheiro, mas seu Estado também e o senhor tem travado uma luta em favor da produção e da política agrícola deste País, da qual sou uma grande testemunha no Congresso Nacional.

Quero também trazer uma questão, levantar uma polêmica sobre a privatização da Vale. Parece-me que a Vale do Rio Doce é um patrimônio por de-

mais precioso para nosso País, que interessa a nós todos. Agora que se coloca iminentemente sua privatização, como é que se dará esse processo? Hoje eu lia pelo jornal que discutir privatização no campo do idealismo é coisa já superada. Acredito que saibamos que a modernidade tem o apelo dessa privatização, tem o apelo de que o Estado saia da condição de empresário e se posicione com os recursos de seus impostos para uma boa saúde, uma boa educação e uma boa segurança pública e deixe o resto com a iniciativa privada. Sabemos, entretanto, do cuidado que requer esse momento, ninguém questiona. Tive a oportunidade de visitar a Vale de perto, de fazer o trecho da ferrovia que liga o Espírito Santo a Minas, de ser recebida pelos funcionários da Vale. Quero fazer uma deferência, um elogio, aqui encontrei alguns deles: fiquei encantada, orgulhosa de ser brasileira. Lá na Vale senti um Brasil de Primeiro Mundo, mas senti também que os próprios servidores da Vale, os que vestem a camisa da Vale, têm uma preocupação muito grande com o processo, mas não dizendo que são a favor ou contra sua privatização, posicionam-se já sobre o modelo que deve ocorrer no processo dessa privatização.

Senti, Srs. Deputados, Srs. Senadores, que lá – e posso ter feito uma interpretação errada, mas quero crer que os servidores da Vale sabem que ela precisa ser privatizada –, eles colocam questões importantes como o processo de democratização dessa privatização, de não cedermos o controle ao estrangeiro e, portanto, colocam o alerta de não ser feita a venda por leilão, mas sim uma venda pulverizada onde não haja o risco do monopólio estrangeiro no controle das ações da empresa; colocam a necessidade de que os servidores, que são hoje o grande esteio daquele competência, façam parte, como fizeram das outras licitações, das outras vendas, das outras privatizações – posso citar a Light onde os servidores participaram com uma quota merecida porque eles são a alma do sucesso da **Light** –; colocam também a canalização e a vinculação dos recursos com investimentos importantes para o País; Goiás está de olho em um deles, porque há promessa de recursos da privatização da Vale vir para a nossa hidrovia Araguaia-Tocantins, e precisamos dela.

São essas questões que desejo levantar por serem cruciais e para os quais os olhos do País, do cidadão brasileiro estão voltados neste momento; o Brasil moderno, o Brasil da globalização, o Brasil que converge para o Centro-Oeste.

Finalmente, acho que chegou o momento de deixarmos de ser o tempo todo o apelo da esperança: a esperança de ser o celeiro do País. Chega de esperança! Acho que é o momento de viver a concretização desta esperança. A porta do progresso, a porta do primeiro mundo de nosso País, passa por um investimento maciço no Centro-Oeste. E é com muito orgulho que digo que nesta hora sou detentora de um mandato pelo meu Estado de Goiás.

Acredito que a comissão tenha escolhido muito bem a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para ser o palco dessas primeiras discussões, pois não é questão de bairrismo, mas temos a melhor Assembléia Legislativa deste País. Temos aqui lideranças inquestionáveis. Goiás tem dado exemplo de como se faz política com lisura, isenção, à toda prova. Falo isso porque me orgulho de ter um Governador com 98% de aprovação, três Senadores que brilham no Parlamento de Brasília e uma Assembléia que é a mais franciscana deste País e que hoje consegue ser um marco na História do Brasil, que é travar uma polêmica sobre o avanço da questão do desenvolvimento da nossa Região Centro-Oeste.

Além de comprometer-me com a causa, já dizendo da emenda que comecei a articular – conseguimos ser bem sucedidas na emenda, mas não na acolhida da emenda pelo Relator-Geral do Orçamento – na questão dessa importante ferrovia para Goiás, para o Centro-Oeste, e importante para o Brasil, quero dizer também que tive uma pequena colaboração porque essa emenda emplacou quando o José Serra, ainda Ministro do Planejamento, deixou de fora, naquele PL nº 32, que foi tratado como "jumbão", ele colocou dinheiro para ponte, que é importante, mas deixou de fora a BR-153, de Goiás, que é a Caiapônia-Jataípe-Piranhas; a BR-158 eu consegui emplacar a maior emenda individual no PL nº 32, que destinou 7,5 milhões para a BR-158, e parte desses recursos já estão no DER-GO. Creio que tenha sido uma vitória nessa consolidação, pensando exatamente no escoamento de nossa produção, já que ela sai muito pela região do sudoeste goiano. Srs. Deputados, acredito que essa luta seja nossa e é uma das mais importantes do Brasil. Não é uma luta importante só para a nossa região.

Para finalizar quero dizer, olhando para o meu amigo Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Erivan Bueno, que outro dia recebemos aqui o Presidente do BNDES quando discutimos também um avanço importantíssimo para Goiás, que foi a conquista de recursos através da privatização de Cachoeira Dourada; onde o Governador colocou, com muita propriedade, que ela significa a retomada de

quase 500 obras no Estado; que ela significa o avanço do Governo para o setor de indústrias, para o setor agropecuário, enfim, para a retomada de todo o nosso progresso.

Quero dizer que naquele momento foi levantada a necessidade – também estamos falando de desenvolvimento de região – de que Goiás conseguisse, através da sua representatividade – e faço um apelo aos nossos Senadores, porque sei que estou avalizada pelo brilhante trabalho de nosso Secretário de Planejamento, quando conquistou esse adiantamento do BNDES para a privatização -, criar, dentro do BNDES, um programa de desenvolvimento concebido para a nossa região, assim como tem o Nordeste, assim como tem a Amazônia Legal, porque a Região Centro-Oeste ainda não conseguiu.

Fiz uma alusão ao nosso Secretário Erivan Bueno, porque acho que esse modelo de investimento, no Centro-Oeste, passa pela indústria, mas não pode deixar de passar pela agricultura e pela pecuária. O BNDES precisa nos ajudar com recursos porque é ali onde está o maior recurso desta Nação. Sabemos que o tempo todo isso é dito pela imprensa, pelo Presidente do BNDES, pelo Parlamento, em todos os seus níveis: Parlamento estadual, municipal e federal; que o BNDES tem muito dinheiro e a agricultura precisa dele também, pois o Banco do Brasil já não consegue ser um parceiro à altura. Por isso esse projeto que a Amazônia Legal conquistou, que o Nordeste conquistou e que o Centro-Oeste tem que conquistar, não passa só pela indústria, mas passa também pela consolidação da agropecuária, porque essa é a nossa cara, a nossa vocação. Precisamos de dinheiro. Precisamos (falha na gravação) dizer que é um momento extremamente importante. Não preparei uma exposição; vim para trazer uma questão, portanto, trago à tribuna essas polêmicas; essas preocupações e, acima de tudo, o meu compromisso com essa luta.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Antes de passar a palavra ao Dr. Erivan Bueno de Moraes, primeiro expositor do segundo painel, intitulado Industrialização, Comunicação, Exportação e Desenvolvimento, eu gostaria de trazer um dado que me pareceu extremamente importante diante do que disse a Deputada.

Trata-se de levantamentos feitos acerca do que foi dado pelo Governo Federal, ao longo de 30 anos, ao Nordeste. Estou muito à vontade, porque pertenço ao menor Estado da Região Sudeste, uma espécie de primo pobre dessa região. Mandei levantar o que foi dado ao longo de 30 anos ao Nordeste. Estou presidindo os trabalhos, mas não resisto à oportunidade de colocar essa questão. Qual não foi a minha surpresa quando constatei que aquele Nordeste, sorvedouro conhecido – falava-se que era o sorvedouro do dinheiro do Brasil; ao longo de anos e anos todo o dinheiro ia para lá – ao longo de 30 anos ganhou US$ 11,5 bilhões. Quer dizer, menos de US$12 bilhões. Esse é um número interessante para que possamos ver o que realmente vivemos neste País.

Estou fazendo um levantamento de tudo o que foi concedido a cada Estado ao longo de 30 anos para comparar o que foi dado a São Paulo, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro etc. Isso é para que da Região Sudeste eu possa ter uma visão do que foi dado ao Nordeste, ao Norte e ao Centro-Oeste. Estou no Senado Federal muito ligado, muito junto ao Nordeste, ao Norte e ao Centro-Oeste.

Concedo a palavra ao Dr. Erivan Bueno de Moraes, Secretário da Indústria e Comércio, Presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais Agropecuárias do Estado de Goiás. S. Sª dispõe de 20 minutos.

O SR. ERIVAN BUENO DE MORAES – Agradeço o convite que os Senadores José Ignácio Ferreira, Iris Rezende, Mauro Miranda e Onofre Quinan fizeram para eu participar desta audiência pública na qual serão discutidas e apresentadas sugestões que possam contribuir para acelerar o desenvolvimento da região de influência do Corredor Centro-Leste.

Nossa posição é calçada na certeza de que o Brasil só entrará na escalada do progresso quando harmonizar o seu crescimento, fazendo valer as potencialidades do Centro-Oeste, região de retorno rápido a qualquer investimento.

A exemplo dos países que historicamente se interligam através de corredores de exportação, Goiás, como um Estado mediterrâneo que é, se sente pressionado a reduzir seus custos operacionais de transporte, diminuindo, assim, as distâncias econômicas para os portos marítimos através dos corredores que interligam regiões produtoras ao mercado externo.

Diante desta premissa, objetivamente, devemos empreender esforços em ações concretas para o desenvolvimento do nosso Estado, tais como: interligar os municípios de Pirapora, Unaí e Anápolis, transformando, este último, num importante eixo multimodal de escoamento da produção para o complexo portuário de Vitória, sem passar pelo gargalo

existente em Belo Horizonte, mas também podendo operar com a Cia de Navegação do São Francisco, permitindo uma alternativa de competitividade dos grãos do Centro-Oeste para a Região Nordeste do Brasil em relação à Argentina, à criação do porto seco, em Anápolis, transformando aquele município num importante entreposto aduaneiro, simplificando, assim, o nosso processo de exportação; também permitirá o desenvolvimento da Região Norte do Brasil pela integração multimodal das hidrovias Araguaia-Tocantins às Ferrovias Norte-Sul e Carajás até o porto de Itaqui, no Maranhão, e, futuramente, até Belém do Pará. Ainda, a ligação da Ferrovia de Aruanã a São Simão, trecho de aproximadamente 500 quilômetros, interligando a bacia Amazônica à do Prata.

A retomada do traçado original da Ferrovia Leste-Oeste, que contou e conta com o apoio de toda a classe política e empresarial do Estado de Goiás, beneficiará os municípios do sudoeste goiano. A mudança do traçado consiste numa autêntica quebra de confiança.

É necessário, ainda, que esta soberana Comissão solicite esclarecimentos às estatais Vale do Rio Doce e Rede Ferroviária Federal quanto aos gastos realizados com o consórcio operacional Centro-Leste, informando também quais os seus objetivos, suas realizações, benefícios resultantes e a real justificativa do capital público naquele consórcio. Há também a necessidade imediata de promover a sistematização da relação entre o usuário, operadores e os portos.

Comparando, inicialmente, o transporte rodoviário, que, em média, custa, de Anápolis ao Complexo de Tubarão, US$60 a tonelada de grão, e com o custo esperado de aproximadamente US$21.00 a tonelada, no transporte ferroviário, diante da falta de sistematização das tarifas, de disponibilidade, regularidade, excesso de tempo no transporte e a falta de um processo de telecomunicações, este importante fator de competitividade se torna nulo.

Para muitos, o Corredor de Transporte Centro-Leste é uma importante opção de exportação, mas para Goiás e o Centro-Oeste, é uma questão de sobrevivência empresarial, pois deles tiramos a nossa competitividade, que hoje fazemos tão bem, até a porta de nossas propriedades.

Ao encerrar, eu gostaria de passar ao Senador Mauro Miranda um trabalho desenvolvido, a pedido inclusive da nossa Deputada para que o Estado de Goiás, que hoje sozinho não é beneficiado pelos programas especiais do BNDES, sendo que Mato Grosso já faz parte do PAI, Programa da Amazônia Integrada, o Mato Grosso do Sul faz parte dos projetos do Mercosul, Minas Gerais faz parte dos projetos do Nordeste, Goiás ficou como uma falha de dente. Mas com o apoio do Presidente do BNDES, serão beneficiadas as áreas têxtil e de confecção, pedras ornamentais, turismo, fruticultura irrigada, agroindústria, couros e calçados, farmoquímica e farmacêuticos, eletroeletrônicos, criando o Programa Centro-Oeste Competitivo, Senador.

É de suma importância o Corredor Centro-Leste para o Estado de Goiás. Não temos outra opção, ou seja, uma saída barata e competitiva. Gostaria, portanto, que os pedidos aqui apresentados, principalmente os que dizem respeito ao Consórcio e dos trechos que devemos fazer e recuperar, sejam processados e atendidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Passo a palavra ao Dr. Rui Brasil Cavalcanti Júnior, Presidente da Telegoiás.

O SR. RUI BRASIL CAVALCANTI JÚNIOR – Srs. membros da Mesa, Srs. Deputados, Srªs e Srs., fiquei muito honrado com o convite para participar deste importante debate na busca de uma solução fundamental para o nosso Estado. É também uma feliz oportunidade de reiterar ao ex-Presidente da Telebrás, Senador José Ignácio, a quem tanto admiramos, a nossa palavra de segurança na condução da Presidência desta Comissão. O Senador foi uma pessoa que muito nos impressionou, não só porque ajudou a modernizar a Telebrás, mas também deu uma visão de parcerias, que hoje já funcionam a nível de Estado.

Posso garantir-lhe, Senador, que hoje já temos um programa de parceria para as comunidades mudas – uma idéia de V. Exª. Já está implantado e funcionando no nosso Estado o telefone virtual – também idéia de V. Exª, que acompanhamos nas suas primeiras explicações ao então Governador Íris Rezende.

Esta Comissão tem também como Relator o Senador Mauro Miranda, indicado para a área do transporte. Penso que Goiás e Tocantins são dois Estados-solução, que têm tido uma mudança expressiva de uma agricultura e pecuária tradicionais para uma agricultura e pecuária modernas, agora num processo de industrialização. Os dois primeiros estágios eram permissivos quanto à falta de comunicação. Mas não se pode pensar em uma agricultura e em uma pecuária modernas e muito menos em uma agroindústria sem uma telecomunicação moderna, eficiente e barata.

O mundo hoje passa por uma síntese que acontece com a globalização da economia, que não é mais um problema ideológico, mas de opção mundial, que se observa até em países como Vietnã e China. Passa ainda por uma revolução digital, numa conjugação de informática e de telecomunicação, e por uma mudança acelerada dos atos da nossa sociedade, que pretende, cada vez mais, a democratização desses meios e produtos mais baratos. Isso causa uma nova geopolítica, com a morte das fronteiras, que deixam de ter importância.

Penso que a questão de custo fica muito bem explicada com o que ouvimos no último simpósio, no **World Telecom**, onde o Presidente da Sprint disse que os grandes desafios que as companhias telefônicas hoje enfrentam é o problema do preço. O custo, por exemplo, da remessa de um **fax** de uma costa a outra dos Estados Unidos fica em torno de US$18. Com o uso, por exemplo, do **Federal Express**, a mesma remessa custa apenas alguns centavos de dólares, quando se faz por intermédio da **Internet.**

O País vive hoje um momento muito importante. Tem consciência de que tem um Presidente com a noção exata da dimensão da sua omissão e de que tem também uma oportunidade ímpar, porque o País está consciente de que a infra-estrutura de telecomunicação será determinante. O fosso que separa as nações hoje pelo processo da industrialização será muito maior e mais profundo com a falta de telecomunicação moderna, mais barata e mais democratizada.

Fico também excitado, porque, como ex-Vice-Governador, participei, durante quatro anos, como representante de Goiás no corredor de exportação Minas-Goiás-Espírito Santo; e também, na condição de ex-Presidente da Federação e Diretor da CNA, da formulação de políticas adequadas a uma realidade pouco recente para a agricultura brasileira, que é a realidade do cerrado.

O cerrado trouxe para Goiás e para Tocantins uma nova dimensão. Até então, as terras ditas improdutivas, que eram ácidas, começaram a ser produtivas e comercialmente aproveitadas, porque descobrimos que a produtividade não é função, tão-somente, da fertilidade, mas a topografia, a existência de grandes jazidas de calcário – produto capaz de corrigir aquela deficiência inicial da acidez – e, mais ainda, condições de temperatura, de pluviosidade adequadas permitiram a essas regiões competitividade. Todos nós sabemos que regiões antigamente improdutivas, têm, hoje, os mesmos níveis de produtividade das regiões mais férteis do País, a exemplo de Ribeirão ou norte do Paraná.

O grande desafio que enfrentamos agora, dentro de um cenário de mudanças acelerado com quebra de monopólio, com privatização, é situar uma empresa como a Telegoiás nesse processo e atender às necessidades crescentes de dois Estados como Goiás e Tocantins. O que temos feito é garantir uma infovia, porque a Telegoiás era muito carente de modernização nesse sentido.

Já citei esse exemplo algumas vezes, mas seria bom repetir ao nosso ex-Presidente da Telebrás sobre os desafios que aqui enfrentamos. Uma das cidades mais importantes do nosso Estado, que era Jataí, até o ano retrasado, possuía uma central mecânica de 1936, que saiu do funcionamento para o Museu (?), na Alemanha, porque uma central que trabalha durante tantos anos e sem nenhuma possibilidade de adequar às novas realidades do mercado merecia, realmente, ir para o museu e com destaques.

Não tínhamos um quilômetro sequer de fibra digital ou de transmissão digital no Estado, tínhamos uma demanda não atendida e ainda um programa de telefonia rural que atendia, numa média nacional, menos de 2% das propriedades em um Estado que já tem as propriedades com quase 60% de energia.

A consciência do momento importantíssimo que vivemos, de transição, de inserir essas regiões em um processo produtivo, competitivo, fizemos já quase seis mil quilômetros de fibras óticas, e estamos lançando, até o fim do ano, a fibra ótica de Goiânia até Estreito do Maranhão, que será a maior fibra ótica contínua do País, com mais de 1.200 quilômetros. Esse esforço de modernização nas telecomunicações é muito importante, porque permitiria uma integração maior. É preciso destacar que hoje para a agricultura competitiva do Centro-Oeste, por exemplo, é muito mais importante estar ligado ao que acontece na Bolsa de Rotterdam, na Bolsa de Chicago do que, às vezes, a outras regiões do próprio País.

A informação é um bem preciosíssimo, e, nesse sentido, também quero dizer também da minha frustração como Diretor da CNA, em 1970, em que propus a criação do adido agrícola, capaz de filtrar as informações e de dar-lhes a importância estratégica que o País precisa. Desde então, desde muitos anos, compramos informações onde estão embutidas outras informações e, às vezes, o que é mais sutil, desinformações. Portanto, o processo de criação do sistema de informação agrícola passa, necessariamente, por uma criação, pela geração de

uma informação fidedigna e, mais ainda, por sua transmissão até a nível de propriedade.

Já foi dito aqui, e é verdade, que somos produtivos até o nível de porteira, mas daí em diante o setor ainda está extremamente desorganizado e a telecomunicação será, sem dúvida alguma, um instrumento importante no encaminhamento de informações para as decisões estratégicas sobre o que produzir, como produzir e até quando produzir determinado produto.

O Estado passa hoje por uma verdadeira revolução em termos de pecuária. A pecuária da nossa Região Centro-Oeste, não só Goiás como também Mato Grosso, tem dado provas de que a introdução de uma nova tecnologia, por exemplo, a entrada de novas raças, a entrada de uma nova visão da qualidade do produto, com a introdução da tipificação e classificação de carcaças, pode dar um salto no desenvolvimento da pecuária nacional. Precisamos produzir, mas com qualidade, porque sem qualidade não temos como ser competitivos.

Finalizando, quero dizer que tenho consciência de que a telecomunicação é muito mais do que uma mera necessidade econômica e financeira; ela é, antes de tudo, uma maneira segura de realização plena da cidadania.

Arendt nos diz que há três formas de ação: o trabalhar, o fazer e o agir. E a ação é aquela opção, é que dá o sentido de cidadania maior, porque o cidadão sem opção não tem sua cidadania completa. Acho, então, que essa questão de levar informação a todos é, antes de mais nada, um dever nosso. E a Telegoiás tem feito um esforço muito grande, no sentido de trazer para o nosso Estado infra-estrutura necessária para seu futuro de telecomunicação adequado.

Disse e repito, não é demais falar sobre este tema, o próprio Erivan, nosso secretário dinâmico, há pouco referiu-se a isto, que não há como negar a falta de telecomunicações, só que tem dificuldades de recursos e o Senador José Ignácio sabe bem das dificuldades, nem sempre só de recursos, mas muito mais de orçamento.

Portanto, fico satisfeito de estar participando deste seminário, importantíssimo, novo. A decisão do Senador José Ignácio de trazer esta primeira reunião para o nosso Estado faz-nos ver que o País precisa viver melhor os problemas do interior. Existe um país do interior muito maior do que imaginamos. É um país que resistiu a todas as crises, um país feito de cidades pequenas, lugares longínquos, onde não se fazem pactos, onde não se fazem greves, mas porque ele existe é que nós existimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Agradeço as palavras do Dr. Rui Brasil e passo a palavra ao Dr. Adib Elias Júnior, Deputado Estadual por Goiás.

O SR. ADIB ELIAS JÚNIOR – Sr. Presidente Luiz Bittencourt, nossos cumprimentos ao Vice-Governador Naphtali Alves, nossos cumprimentos aos Senadores Mauro Miranda, Onofre Quinan, José Ignácio, Jonas Pinheiro, à Senadora Regina Assumpção, de Minas Gerais; nossos cumprimentos a todos os diretores de órgãos, autarquias, companheiros do Governo Maguito Vilela, cumprimentando nosso Secretário de Planejamento, Ovídio de Angelis, Srs. Deputados Estaduais, Srs. Deputados Federais, empresários presentes, inicialmente, queríamos cumprimentar os deputados federais que estiveram presentes, em nome daquela que aqui ainda se encontra, a Deputada Federal Nair Xavier Lobo, dizendo que concordamos plenamente que urge a necessidade da industrialização do Estado de Goiás. Sabemos profundamente, Deputada Nair Xavier, que realmente temos a cara da pecuária, da agricultura, mas não podemos deixar nunca de dizer que nós, goianos, também temos a cara do setor mineral do Brasil e do mundo. Exatamente em Goiás, onde 23% do ICMS vem através do setor mineral, que dá um número de empregos, trinta mil empregos diretos, e para cada emprego direto o setor mineral promove de dez a doze empregos indiretos. Portanto, a importância também para o Corredor Centro-Leste do setor mineral de Goiás e do Brasil.

O Corredor de Transporte Centro-Leste é tema da maior relevância e que atinge diretamente os interesses econômicos e sociais do nosso Estado e dos outros Estados interioranos produtores de bens exportáveis. E não sem razão que o nosso Governador Luiz Alberto Maguito Vilela desde 88, então deputado federal constituinte, empenhava-se para que, tornando realidade o transporte integrado com base ferroviária, possibilitasse o embarque e transporte, de porta a porta, dos bens produzidos nos Estados interioranos notadamente os do Centro-Oeste.

Hoje, graças ao acordo assinado entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso funciona um sistema de transporte rodoferroviário do qual integram os 1.200 quilômetros da Rede Ferroviária Federal e 660 quilômetros da Vale do Rio do Doce, culminando no comple-

xo portuário localizado no Espírito Santo, que opera por intermédio de seis modernos portos.

Com tal realidade, o custo de transporte e a eliminação de procedimentos burocráticos contribuiu decisivamente para agilização da internacionalização dos produtos importados, e o que é mais importante, para o escoamento da produção dos Estados atendidos, seja essa produção destinada à exportação ou seja para o consumo interno. Assim é que a Região Centro-Oeste apresentou no primeiro quadrimestre deste ano um crescimento de 80,9% no desempenho de suas exportações, tendo Goiás apresentado o melhor índice, ou seja, 106,9%, o que em valores absolutos corresponde a um ingresso de divisas na ordem de US$375 milhões e 400 mil. Realmente, número respeitado, número importante, porém pouco significativo se comparado com a Região Sudeste do País responsável por exportações que ascenderam, no mesmo período, a US$8 bilhões e 100 mil, ou seja, 57,3% do total, enquanto que as exportações da Região Centro-Oeste, mesmo com excelente desempenho, representam apenas 2,5%.

A soja e os seus derivados, minérios tais como o ouro, amianto o ferro-nióbio foram os destaques dos itens exportados. E agora com a liberação para o Mercado Comum Europeu a carne bovina volta a ocupar o lugar de destaque nas exportações do Estado. Entretanto, sabemos que sem diversificar as exportações, tendo como papel relevante os manufaturados, a Região Centro-Oeste terá uma economia engessada às oscilações de preços, comandadas pelo arbítrio dos cartéis e oligopólios internacionais. Assim, é que lentamente e de maneira gradual, coadjuvada pela política do Governo do Estado de Goiás a classe empresarial tem encontrado o necessário apoio para implementação das indústrias produtoras de bens exportáveis que agreguem a matéria-prima à mão-de-obra nacional.

Nesse aspecto, é preciso ressaltar a importância do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização, o nosso Fomentar que desde a sua criação tem estimulado a industrialização em nosso Estado, proporcionando recursos via financiamento ou empréstimo para implantação ou expansão de unidades industriais em Goiás, principalmente na agroindústria.

Como sugestão, gostaríamos que o Fomentar contemplasse de forma mais enfática o estímulo às micro, pequenas e médias empresas por meio de consórcio setoriais de sociedade mercantis que tenham a mesma finalidade produtiva como forma de acelerar o processo de industrialização de Goiás, visando à produção de manufaturados destinados à exportação ou ao consumo interno. Tal medida, transformada em realidade, virá, certamente, incorporar ao setor produtivo regular inúmeras organizações que, hoje marginalizadas, operando individualmente não conseguem atingir a escala de mercado que as tornam competitivas.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jonas Pinheiro) – Após o pronunciamento do Deputado Adib Elias Júnior, vamos partir, agora, para o terceiro painel, que é sobre agropecuária e agroindústria. O expositor, a quem convidamos neste instante, é o nosso tão conhecido Dr. João Bosco Umbelino dos Santos, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás.

O SR. JOÃO BOSCO UMBELINO DOS SANTOS – Sr. Senador Jonas Pinheiro, Presidente da Mesa, Srs. Senadores membros da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, Senhoras e Senhores, a área de influência do Corredor Centro-Leste – já foi mencionado aqui, mas não custa reforçar – vai de Rondônia, passa pelo Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, oeste da Bahia e Espírito Santo. Eu diria que a característica marcante dessa região é que ela tem 80% de sua topografia levemente ondulada e plana, com uma vocação natural para as atividades agropecuárias, pela sua temperatura constante, luminosidade intensa, ausência de geadas e ventos fortes; topografia plana, levemente ondulada; boa disponibilidade de água, de recursos hídricos, tanto de superfície quanto subterrâneo; boa malha rodoviária, conforme já foi demonstrado aqui, à exceção dos Estados de Rondônia e Mato Grosso; bons cursos de água para implantação de hidrovias, bem como de uma razoável linha de energia.

Quais os principais produtos que passam por esse Corredor, eu diria, neste momento? Passa soja, farelo de soja, trigo e fertilizantes; existindo aí, ainda, uma razoável demanda reprimida desses produtos. Daí essa destinação à exportação. Hoje, o Centro-Oeste, pode-se dizer, está ilhado. Mesmo Goiás, especificamente, tendo os melhores índices de produtividade em milho e soja, temos as melhores produtividades no Brasil, mas, devido à localização e aos altos custos de transportes, tributação, juros, praticamente, estamos sem condições de competitividade com os mercados que detínhamos anteriormente, que são os mercados do Norte, Nordeste e Sul, de uma maneira supletiva. Esse transporte tem sido bastante precário e de alto custo. Mais de 60% da área do Centro-Oeste é agricultável. Goiás

possui capacidade de duplicar a área plantada, ocupando terras que hoje se encontram em pastagens degradadas, utilizando máquinas ociosas. A sua capacidade armazenadora atual é de 12 milhões de toneladas, mas só produzimos em torno de 6 milhões, bastando que haja um incentivo e um escoamento razoável dessa produção para que possamos dobrar essa produção de grãos, que hoje está em torno de 6 milhões de toneladas. O custo dos diferentes tipos de transporte para nós, hoje, adotando-se uma referência de mil quilômetros e tomando-se o preço como tonelada por quilômetro seria: o transporte rodoviário estaria em torno de R$0,045; o ferroviário estaria em torno de R$0,020; o hidroviário em torno de R$0,09.

No Centro-Oeste, mais de 80% do transporte utilizado é ainda o rodoviário. Gostaria de apresentar um quadro comparativo de receitas em relação a preço FOB em dólar por tonelada da soja em 1990/91. Naquela safra fizemos a cotação da soja FOB Brasil nos portos – mercadoria posta nos portos – Brasil, Centro-Oeste, Estados Unidos, Argentina e Paraguai. Considerado o preço referência como US$220, quando se faz a decomposição de custos, considerando-se o frete ao porto, a despesa portuária, os impostos, a receita líquida auferida pelo produtor – um verdadeiro disparate – é a seguinte: o Brasil tem uma receita líquida de US$150 por tonelada – teve essa receita líquida em 90/91 -; o Centro-Oeste, US$142; os Estados Unidos, US$202; a Argentina, US$185; o Paraguai, que é bem pior do que nós, US$ 161. Veja que o Centro-Oeste, embora apresente a melhor produtividades do mundo com relação à soja, não consegue transferir esse benefício para o início da cadeia produtiva, ou seja, para o produtor.

Implantar o Corredor Centro-Leste é uma necessidade premente, porque o que está aí não satisfaz. Precisamos que ele seja eficiente, que opere a baixo custo, que tenha agilidade e disponibilidade de vagões dentro da sua realidade, porque hoje, repito, está deixando bastante a desejar. Também é preciso haver facilidade nos transbordos e embarques, bem como a implantação de um porto seco, que, conforme demonstrado aqui, iria sobremaneira facilitar os custos administrativos e reduzir também não só a parte operacional, como os custos operacionais. É necessário haver caminhões equipados com **containers**, para facilitar todo o transporte e uma modalidade que tenha flexibilidade para atender a outras cargas e não só às de grãos e minérios, como nos referimos. Há necessidade também de caminhões próprios para uma carga frigorificada de frangos, suínos, bovinos, principalmente agora em virtude da implantação desses projetos de maior porte que visam, basicamente, ao mercado exterior com a transformação desses grãos em proteína, com a agregação de um maior valor agregado ao produto.

Na outra mão, traríamos insumos, máquinas, implementos, devendo os nossos portos serem adaptados também para a importação. O porto deverá ser operado por equipes operacionalizadoras prestadoras de serviços e não somente por empresas usuárias, o que fatalmente levaria a uma relação não desejável, principalmente para o setor produtivo primário.

O conselho administrativo desse porto deverá ter o envolvimento de todos os segmentos participantes. O ideal seria a criação de um consórcio entre os vários operacionalizadores desses portos, principalmente aos Estados que não são contemplados com superfícies litorâneas, de modo que os usuários desse porto pudessem também participar efetivamente da composição, operacionalização e exploração do porto.

Gostaria de apresentar-lhes alguns perfis econômicos, apesar de vários já terem sido citados aqui, mas trouxe alguns para ilustrar essa necessidade nossa e essa composição que seria a realidade hoje do Centro-Oeste. O crescimento da produção dos grãos e da agropecuária nos últimos dez anos, a produção de grãos de arroz, soja, milho e fibras de algodão cresceu 32%, hoje representando 17,6 milhões de toneladas, o que corresponde a 25% da produção nacional. A indústria de esmagamento de soja cresceu 160% nos últimos 6 anos, chegando hoje a uma capacidade instalada próximo a 7.300.000 toneladas/ano – 81% da produção regional de soja. E essa capacidade instalada representa em torno de 26% da capacidade instalada no País. A capacidade instalada de esmagamento de milho, somente em Goiás, está em torno de 500 mil toneladas, representando 12% do esmagamento nacional.

O rebanho bovino cresceu, em 6 anos, 15%, correspondendo atualmente a 33% do rebanho nacional. A avicultura cresceu 464% de 1989 a 1995, com participação a nível nacional da ordem de 5%. A suinocultura, com rebanho estável até 1995, corresponde hoje a 5% do rebanho nacional. Apresentou um grande salto no ano de 1996 com a implantação de vários projetos, alguns já implantados e outros em vias de implantação. Também no setor de abate de aves, vêm sendo ampliados vários projetos de pequeno e médio porte.

O Centro-Oeste, no sentido mais amplo, representa o cerrado brasileiro, que envolve também as regiões de parte de Minas Gerais, Bahia, Tocantins e Maranhão. Constitui grande reserva para a expansão do complexo agroindustrial, e a área de influência do Corredor Centro-Leste representaria 70% do cerrado. Daí a sua importância estratégica.

Esses são alguns dos dados que trouxemos à consideração dos senhores, da magnitude que é o Centro-Oeste e de quanto necessitamos da implantação plena desses corredores para vermos viabilizadas, não somente essas riquezas já mencionadas, como aquilo que previamos, que é praticamente termos condições de dobrar a produção desse Estado. O rebanho bovino do País hoje está com 153.151.000 cabeças, das quais 33,22% estão no Centro-Oeste. E, desse total, 12.39% se encontram em Goiás.

Da produção de carne, de um total de 4.961.000 toneladas, 31.69% estariam localizados no Centro-Oeste. E desses 11.18% estão localizados em Goiás. Do confinamento. No ano passado, em 1995, foram confinadas 1.275.000 cabeças. Dessas, 30.98% no Centro Oeste, e 11.37% no Estado de Goiás. Vejam os senhores que já é algo bastante expressivo do que temos para explorar.

Quanto aos frigoríficos aqui instalados, temos uma capacidade instalada de 29 frigoríficos, com capacidade de abate de 160 mil cabeças/dia, que hoje operam com ociosidade de 30%. E vejam os senhores que já estamos credenciados a exportar para o mercado europeu.

Da cana-de-açúcar. Com a capacidade instalada de 540 milhões de litros de álcool por ano, a produção estimada para 1996 é de 420 milhões de litros e uma produção de 320 mil toneladas de açúcar. Desse total, estima-se que 102 mil toneladas serão exportadas.

Esses são os dados que tínhamos de colocar à consideração dos senhores, solicitando o máximo de urgência possível, para que possamos ser realmente competitivos, porque o somos, sem medo de ninguém da porteira para dentro. Da porteira para dentro, desafiamos qualquer país, qualquer produtor, em qualquer lugar. Agora, infelizmente, quando saímos das nossas propriedades, da nossa porteira para fora, deixamos extremamente a desejar, principalmente com os custos dos nossos serviços, os nossos tributos e os nossos juros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Muito bem. Agradeço as palavras do eminente Dr. João Bosco Umbelino dos Santos.

Passo a palavra ao Dr. Paulo César da Cunha Peixoto, Superintendente da Bolsa de Mercadorias de Goiás. O debatedor dispõe de cinco minutos.

O SR. PAULO CÉSAR DA CUNHA PEIXOTO – Na figura dos Senadores José Ignácio Ferreira e Mauro Miranda, cumprimentamos o Senado Federal pela instalação da Comissão Especial do Senado destinada ao estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste. E neste momento, Sr. Presidente, agradecemos a oportunidade de aqui discutirmos esta questão. Também nossas palavras são, na temática do Dr. João Bosco, que nos precedeu, no sentido da competitividade.

Até o final da década de 80, o fechamento das fronteiras à importação e também as tarifas, as altas tarifas de uma política naquele momento, inibiam e disfarçavam diversas ineficiências no Brasil, principalmente no setor primário. Ineficiências que não estão tanto na área de produção mas da porteira para fora. Essas ineficiências tornaram-se bastante gritantes a partir da abertura das fronteiras. O Centro-Oeste perdeu mercados. Perdeu o mercado do Nordeste para o milho argentino e para o milho americano. Perdeu o mercado do Sul que era complementar para o produto argentino. Então, a competitividade é fundamental. Produzir nesta região brasileira, onde temos os maiores e os melhores índices de produtividade com recordes a cada ano, salvo intempéries climáticas e salvo as políticas desastrosas.

Da porteira para fora, a tragédia se resvala como demonstram os dados aqui trazidos. É impossível a um produtor produzir um produto primário em que, para o mercado consumidor, só o frete custa 85% do valor do produto, aproximadamente, como é o caso do Nordeste.

A globalização da economia, que trouxe a competitividade do produto externo, penalizou muito mais o produtor do Centro-Oeste. As grandes regiões consumidoras estão próximas ou mais próximas aos portos, às zonas fronteiriças. Isso faz com que o produto que chega a essa região consumidora tenha um preço estabelecido pela concorrência internacional. Para cá a defasagem é maior, quando se tira do preço pago pelo consumidor final da indústria da região consumidora todo o custo do frete que recai sobre o produto agrícola. E como eu já disse, às vezes chega a 85% quando o produto é destinado ao Nordeste, pela via rodoviária, que é o grande meio de transporte neste País de dimensões continentais.

Isso faz com que a nossa agricultura e com que o nosso agricultor sejam extremamente penalizados. E há alteração nesse quadro, que é funda-

mental para a consolidação da agricultura e da agroindústria em qualquer região, e principalmente nesta aqui debatida, que é a da influência do Corredor Centro-Leste.

Em minha área mais direta, que é a área de comercialização, não podíamos deixar de citar também a importância da modernização dos setores de comercialização do País. A área de bolsas, assim também como diversas áreas econômicas, foi negativamente influenciada sob um período de inflação alta e de desorganização econômica, impedindo um desenvolvimento mais premente desse setor fundamental numa economia globalizada. Não adianta termos produção, produtividade e preços, se não conseguirmos, de forma moderna e racional, atingir os mercados consumidores, estejam eles onde estiverem. Só para exemplificar: as grandes bolsas mundiais que regem o mercado mundial datam de 1800. A nossa grande bolsa no Brasil é da década de 80, de 1980, e os ativos primários comercializados na bolsa representam menos de 1% do volume operacional daquela casa.

Portanto, de forma geral, necessitamos percorrer, no Brasil, de forma globalizada no caminho da comercialização agrícola, 100 anos em curto espaço de tempo, sob pena de não conseguirmos reduzir o gargalo da comercialização e do custo Brasil, que não está só em impostos e transporte. Hoje, o concorrente básico do produtor goiano ou do mato-grossense não é mais o seu vizinho de porteira de fazenda, é o produtor americano, o argentino, se nos restringirmos basicamente ao milho e à soja, mas também para todos os outros produtos.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental esse desenvolvimento, é fundamental a consolidação desse corredor de exportação, para que o produto tenha seus preços finais reduzidos, para que o produto tenha a competitividade que aprendemos e sabemos fazer da porteira para dentro. Mas que aqui também ele chegue ao mercado consumidor nacional, nos grandes centros, em preços competitivos.

Como suporte, é imprescindível que esta Comissão apresente sugestões ao Governo Federal na área de comercialização e de classificação de produtos agrícolas, um verdadeiro gargalo à comercialização. Em mercado globalizado, o que viaja, o que vai é a informação da existência da oferta, e aquela informação tem que estar respaldada num produto de qualidade. As bolsas de mercadorias no Brasil têm tido diversas iniciativas num curto espaço de tempo, buscando cobrir essa diferença. Agora mesmo, numa iniciativa de Goiás, da área de produção e da bolsa de mercadorias, realizamos o primeiro leilão eletrônico de produtos rurais, interligado com todas as bolsas do País. Abrimos mais um caminho, mas é preciso que ele se consolide.

Essas eram as nossas palavras, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Agradeço as palavras do Dr. Paulo César da Cunha Peixoto e passo a palavra ao Dr. Antônio Chavaglia(?), Presidente da Organização das Cooperativas de Goiás – OCG.

O SR. ANTÔNIO CHAVAGLIA – Senador José Ignácio, demais Senadores, senhoras e senhores, consideramos que o Corredor Centro-Leste, o maior do setor agrícola, é a maneira viável para que a agroindústria chegue ao porto com custos mais baratos. Isso também deve se transformar em resultado positivo para o setor primário, que é o produtor rural. Sentimos que existem algumas regiões do Estado onde está sendo possível usar o Corredor. É uma parcela muito pequena, mas está dando alguns resultados positivos. Porém, existem muitos entraves ainda, principalmente na rede e no custo desse transporte.

Se não acontecer um fator muito expressivo, a região de maior produção do Estado, que é a região sudoeste, não será beneficiada pelo Corredor. Não temos como fazer um transbordo em Uberlândia ou em Araguari, e os custos, da maneira que estão sendo colocados, se tornam completamente inviáveis, dando maior viabilidade a Paranaguá, por transporte rodoviário.

Essa é uma grande preocupação que temos no Estado, porque a região sudoeste tem 50% da produção do Estado, tanto na área de soja quanto de milho, e estamos sentindo que esse Corredor dificilmente beneficiará essa região. Há alguns anos, tínhamos esperanças. O Governo do Estado, com os órgãos representativos, lutaram na Ferrovia Leste-Oeste, mas, infelizmente, pelo que percebemos, ela não mais fará a ligação em Araguari e Uberlândia, que ficará marginalizada nesse Corredor, sem que tenhamos qualquer viabilidade. As indústrias implantadas no sudoeste do estado, dificilmente – de acordo com nossos estudos – serão viáveis ao usar esse Corredor.

É um alerta que faço neste momento porque realmente nossa intenção era a de que pudéssemos usar o Corredor, transformando-o em resultado para o produtor. No entanto, dificilmente teremos as condições necessárias. Tudo o que temos feito para o Centro-Oeste, nos últimos dez anos, inclusive do-

brando a produtividade, só nos trouxe custos, seja de insumos, financeiro ou de transporte. O produtor, diretamente, não tem tido nenhum ganho ao dobrar sua produtividade.

Deixo essa preocupação a todos os presentes, quanto ao que hoje existe no sudoeste do Estado, porquanto o uso desse Corredor não lhe será benéfico, apesar de ser uma produção muito expressiva no Estado de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – O Senhor Vice-Governador, Dr. Naphtali Alves de Souza precisou retirar-se, porque assumirá as funções de Governador do Estado, já que este fará uma viagem. Agradecemos muito a presença de S. Exª e reiteramos nossas manifestações de bom êxito à viagem de seu titular.

Passo a palavra ao último debatedor inscrito, Dr. Antenor de Amorim Nogueira, Presidente da Sociedade Goiana de Pecuária e de Agricultura.

O SR. ANTENOR DE AMORIM NOGUEIRA – Exmº Sr. Senador José Ignácio, demais componentes da Mesa, minhas senhoras e meus senhores:

Falar do Corredor Centro-Leste será bater em ferro frio. Todos já expuseram a sua importância, como também abordaram as regiões que não serão beneficiadas por ele. Antes de mais nada, para a região Centro-Oeste esse Corredor será um catalisador de desenvolvimento, de uma importância crucial para escoamento da produção e diminuição dos custos de aquisição de insumos. Creio que envolverá toda essa gama de benefícios, principalmente para Goiás que é um estado produtor primário. Como um dos representantes da classe rural e muito ligado à pecuária, ressalto – pelas palavras do Rui Brasil, que me antecedeu – que Goiás possui, sem dúvida alguma, uma das mais desenvolvidas pecuárias do País. Temos o que há de melhor em genética, em desenvolvimento de rebanho, produtividade, qualidade de produção de carne. E estamos entrando numa nova era – uma reivindicação da classe pecuarista –, que é justamente a classificação de carcaça, que é a desossa para distribuição. Isso vai fazer com que o Estado de Goiás firme-se definitivamente no cenário nacional como um grande produtor pecuarista de qualidade.

Para efeito de informação, das 160 mil cabeças de gado que Goiás abate mensalmente, somente 11% é consumido no Estado. Todo o resto é exportado. Além disso, quase que o dobro disso é exportado, em pé, para outros Estados brasileiros, principalmente da região Sudeste. Isso faz com que o setor também clame pelo Corredor Centro-Leste, que trará benefícios em relação ao transporte e à competitividade dos nossos produtos em escala nacional.

Atualmente, existe uma defasagem de cerca de 10% no preço da carne do Estado de Goiás em relação à de outros Estados brasileiros, principalmente os da região Sudeste. Com transportes adequados e tributação adequada também, que ninguém falou aqui – penso que, devido à normalização da economia, temos que ter um estudo da tributação não só em nível nacional, mas também com o Mercosul e outros países –, teremos possibilidade de competição.

Não vou-me alongar mais, porque os que me antecederam colocaram o que era necessário em termos de custos e de melhorias.

Gostaria de dizer à Deputada e amiga Nair Lobo que foi importantíssima a sua fala. Em termos de desenvolvimento, o BNDES precisa mesmo voltar-se para a agricultura e para a pecuária brasileira, que vão dar um retorno maior e mais rápido ao País do que outros setores da indústria ou do comércio. Não que tenha que aplicar exclusivamente nisso. Longe disso. Penso que o setor merece.

Eu queria, Senador José Ignácio, dizer que concordo com V. Exª quando diz que está levantando os gastos nos outros Estados. Isso é bom para efeito de informação, mas no Brasil, agora, temos que aprender a gastar naquilo que vai dar retorno; o que passou, passou. Temos, daqui para a frente, que fortalecer este País e gastar corretamente.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Agradeço as palavras do Dr. Antenor Amorim Nogueira e passo a palavra ao último debatedor inscrito, Deputado Estadual Paulo Rodrigues.

O SR. PAULO RODRIGUES – Em primeiro lugar, cumprimento o Senador Mauro Miranda e toda a Mesa. Como último debatedor, sei que já foi praticamente exaurida a matéria, mas, como político, vou falar um pouco daquilo que concerne ao Estado de Goiás dentro desse conceito.

Goiás destaca-se no cenário nacional, Sr. Presidente, como um Estado eminentemente agropecuário. Dez por cento da produção nacional de grãos são oriundos do Estado de Goiás. E vamos ultrapassar logo esse número. A pecuária do Estado de Goiás é a terceira mais importante do País. Consideramos que o Estado de Goiás, como fronteira agrícola, tem um índice de produção cada vez mais expressivo e desponta como uma alternativa real e viá-

vel para a retomada do crescimento econômico, caracterizando-se pela abundância de recursos minerais, bem como pela existência de centros industriais emergentes.

Perpetuou-se, nos últimos dez anos, uma expansão no setor agrícola goiano, na área plantada, mas principalmente dentro da produtividade. É significativo ressaltar a importância da região – sul goiano – na economia estadual, uma vez que seus principais produtos agrícolas representam cerca de 60% do total produzido em nosso Estado e que podem e deverão ser exportados pela hidrovia Tiete-Paraná-Paranaíba e tem como partido na sua parte norte, na cidade de São Simão.

Então, entendemos que a hidrovia de São Simão representa para o extremo sudoeste goiano uma opção real dentro dessa modalidade. A atividade pecuária é altamente relevante em nosso Estado; representa 44% do nosso PIB. O cenário econômico da região delineia-se por um alto grau de integração ao capital e como um predomínio da atividade agropecuária.

As atividades agrícolas caracterizam-se pela pouca diversificação com extensas áreas dedicadas à agricultura, voltada para o abastecimento de mercados localizados fora da área de Goiás, mais especificamente de São Paulo onde são processados a maior parte dos produtos primários produzidos pela nossa região.

Mesmo detendo as potencialidades já referidas, existem fatores restritivos ao melhor desempenho da nossa economia estadual, dentre eles o sistema de transportes constitui um dos maiores entraves, uma vez que se encontra basicamente assentado no modal rodoviário, flagrantemente mais oneroso que os demais. Isso tem acarretado um custo maior aos produtos destinados aos mercados consumidores do centro-sul e da própria exportação, limitando a competitividade dos nossos produtores com os produtores oriundos de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Os Estados centrais como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais necessitam urgentemente viabilizar alternativas de transportes capaz de gerar maior rapidez na chegada de seus produtos ao destino final. Conseqüentemente, com custos menores. Com vistas a adotar os projetos agrícolas de suporte que lhe assegurasse uma condição adequada de escoamento, fortalecendo a visão multimodal, racionalizando os aspectos de grandes distâncias, maior rapidez, menor custo, o Governo implantou a política de corredores de transportes, que, por intermédio de consórcios operacionais, constituem um sistema integrado por uma malha de transporte rodoferroviário e por um complexo portuário localizado na costa do Espírito Santo, que opera com seis modernos e eficientes portos.

Esse sistema funciona por meio de uma acordo entre os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal para permitir o escoamento da produção nas regiões de influência do Corredor e para ser um meio efetivo da internalização dos produtos oriundos de outras regiões. Além da conexão integrada de transporte, uma rede de armazenagem convencional de granéis agrícolas dão suporte ao escoamento da produção durante as safras e também perante o abastecimento interno.

A significativa redução das despesas em transporte das mercadorias foi uma conseqüência imediata da eliminação dos intermediários nas operações internacionais, tomando como exemplo uma tonelada de soja, partindo de Brasília até o porto de Vitória, que custava algo em torno de U$60,00 a tonelada, hoje ao custo real inferior de U$30,00.

O Corredor Centro-Leste, na realidade, amplia o leque de opções para exportação de produtos provenientes da agricultura e da pecuária e do setor mineral goiano, cuja participação na pauta de exportação brasileira é ainda incipiente, é insignificante. A viabilização dessa ligação ferroviária servirá como um canal natural do internamento de produtos manufaturados e insumos ao Centro-Oeste com preços extremamente mais acessíveis. A importância do Corredor de Transporte Centro-Leste deve ser apreendida no contexto do desenvolvimento econômico do Estado de Goiás na medida em que representa um instrumento de consolidação e de transformação de uma região, que detém amplas condições de se tornar o novo centro dinâmico do cenário nacional. A concretização de um sistema intermodal de transporte, rodovias, ferrovias e hidrovias têm sido apontadas como imprescindível para os estudos do Centro-Oeste como uma forma de baratear os custos e garantir maior agilidade ao processo de escoamento de mercadorias.

Então, gostaríamos de aproveitar a oportunidade, nobre Senador que preside esta Comissão, para esclarecer a importância da Ferrovia Leste-Oeste, atualmente com a sua rota desviada na altura de Santa Fé do Sul, chegando a São Paulo. Seria importante que ela pudesse continuar seu trajeto inicial, vindo para o sudoeste de Goiás e para a Região Sul, chegando ao Triângulo Mineiro. O Estado de

Goiás se fez pronto quando foi necessária a participação naquele projeto e hoje nos sentimos traídos com o desvio dessa ferrovia da região produtiva e produtora mais importante do nosso Estado.

Conclamo a V. Exª, a esta Comissão e agradeço a oportunidade de Goiás receber, em primeira mão, este trabalho. E que V. Exª possa levar realmente a impressão de que o Estado de Goiás está pronto, preparado, maduro, para absorver a modernidade a fim de que possamos fazer do nosso Goiás aquele Estado que estamos procurando fazer ao longo de nossas vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Não há mais debatedores inscritos. Passarei a palavra ao eminente Relator da Comissão, o Senador Mauro Miranda.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Meu querido Presidente da Comissão Mista do Senado, meu Colega Senador José Ignácio; Senador Jonas Pinheiro; Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Luiz Bittencourt; prezada e querida Senadora Regina Assumpção; Secretário Ovídio de Angelis; prezados Deputados Estaduais, primeiramente, quero agradecer à Assembléia por ter cedido este espaço tão importante e, mais, a presença praticamente unânime de todos os Deputados Estaduais de todas as correntes políticas. De fato, o que estamos tratando é um tema que está muito acima do momento e muito acima das correntes políticas que podem apaixonar-nos aqui dentro do Estado.

Gostaria de falar sobre alguns pontos vitais. Quero fazer um agradecimento a três pessoas que motivaram muito este trabalho. Primeiramente, o Senador Onofre Quinan, quando preocupa-se com o porto seco de Anápolis. Temos tido conversa muito intensa sobre esse assunto.

Segundo, o Deputado Estadual Adib Elias, que, um dia, na cidade de Catalão, falou: "Senador, tome conta dessas ferrovias nossas, porque não tem jeito mais para nós; estamos levando 19 dias para levar rocha fosfática até o porto de Santos. É mais fácil hoje comprar a rocha fosfática do Marrocos ou da Flórida do que buscar em Catalão, que fica a 700 quilômetros do porto de Santos". Aquilo me deixou marca muito forte e motivou-me ainda mais em uma área na qual sou muito apaixonado: o setor de transportes. Uma vez também fiquei bem chateado, quando a Federação da Agricultura me fez enxergar que eu não era um Senador ligado à agricultura de meu Estado pois 70% de nossa economia depende da agricultura e da pecuária. Falei para eles que estavam enganados, pois todas as minhas ações possíveis são no sentido de melhorar o transporte dos nossos produtos até os portos para serem exportados. Não existe agricultura forte e desenvolvida hoje no Estado e não existe economia crescente, se não tivermos um setor de transportes eficientíssimo. Todos os oradores falaram sobre o custo do transporte até o porto ou até o setor final de consumo.

Em Goiás, na minha visão, temos vários pontos a enfrentar. O primeiro é o corredor de destino ao Sul – aquele que me referi sobre a rocha fosfática de Catalão -, que liga Goiânia ao porto de Santos. O segundo ponto seria do porto de São Simão ao porto de Santos, passando pela hidrovia Paranaíba-Paraná-Tietê, uma das mais importantes, drenando grande parte da produção de soja e de milho dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com destino à exportação pelo porto de Santos.

Em terceiro lugar, colocaria a hidrovia Araguaia até o porto de Itaqui, no Maranhão, que é uma hidrovia importantíssima; mas que tem o seu período definido na época das águas.

A Ferrovia Norte-Sul – nosso Governador segue para o BID para definir sua prioridade, para lutar conjuntamente com mais quatro Estados a fim de viabilizá-la – é outro eixo importantíssimo nesse Corredor. A região do Sudoeste exigiria imediatamente que se falasse também na Leste-Oeste. É uma rodovia que foi prometida, mas que foi privatizada para um grupo que não tem hoje recursos suficientes para tocar o nosso projeto dentro do Estado de Goiás. Ele está fazendo o projeto dentro do Estado de Mato Grosso do Sul com quatrocentos quilômetros praticamente implantados, tangenciando Goiás nos Municípios de Mineiros e Aporé. As obras já se encontram bem adiantadas, e creio que até o ano de 1998 já poderemos exportar, por essa Ferrovia Leste-Oeste, de grande parte da região de Mineiros, para atravessar Jales e, depois, o porto de Santos.

Outro grave corredor pelo qual já estamos lutando, que já tem uma licitação, é a adequação da nossa principal rede rodoviária até São Paulo, que é a BR-153. Estamos lutando de qualquer forma para a duplicação desse eixo, que considero um estrangulador da nossa economia.

Voltemos ao principal tema desta noite, que é o Corredor Centro-Leste. Considero-o o mais importante de todos, principalmente pelas condições que têm o complexo de Vitória e o porto de Tubarão, que é o porto de águas mais profundas, onde há navios de grandes calados para esse conjunto todo.

Ouvi atentamente e serei o mais correto possível no meu relatório final, dando nossa contribuição de representante de Goiás e, por extensão, de todo o Centro-Oeste.

Esse Corredor é vital para nós. Não aceitamos a maneira como ele está sendo gerido hoje. Queremos a privatização, e no dia 14 de junho ela vai chegar. Mas queremos também que essa privatização tenha nossa participação, para se definir como pequenos e médios empresários de Goiás vão poder exportar, a fim de que não seja outro oligopólio a fazer pressão sobre os produtores de Goiás, estancando as nossas iniciativas. Estamos atentos para o Corredor, para que possa ganhar um grupo, mas que esse grupo não seja um oligopólio fechado, a cercear os nossos interesses econômicos e de exportação.

Sendo assim, agradeço mais uma vez profundamente todas as presenças, e especialmente aos Deputados Estaduais que estiveram tão presentes, praticamente a unanimidade deles aqui hoje. Agradeço aos meus companheiros Senadores, que aceitaram esse convite para estarem aqui juntos, e vamos lutar para aprimorar esse Corredor. Essa é uma reivindicação vital, de vida mesmo, para o Estado de Goiás, mas também o é para o próprio País, porque aqui é o lugar em que podemos ampliar o nosso desenvolvimento e a nossa fronteira agrícola.

Quero agradecer a presença da Vale do Rio Doce, da Rede Ferroviária Federal e da Embrapa, na pessoa dos seus diretores que se encontram aqui presentes hoje. Levem também a certeza de que estamos com fé, e essa privatização significará muito mais um crescimento da própria Vale do Rio Doce e de todo esse sistema, modernizando este País, tornando eficiente esse transporte e melhorando a qualidade de vida de cada um de nós, sobretudo descentralizando o crescimento brasileiro. Chega de grandes metrópoles, de São Paulo e de Rio de Janeiro. Vamos buscar um crescimento mais harmônico, mais correto, mais descentralizado e mais civilizado, com esse corredor de exportação, que é, repito mais uma vez, vital para o Estado de Goiás e para o Centro-Oeste.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Concedo a palavra ao eminente Vice-Presidente da Comissão, Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, Sr. Secretário de Planejamento do Estado de Goiás, Ovídio de Angelis, Srs. Senadores da República, Srs. Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, Presidentes de entidades, meus amigos, não temos muito o que falar, porque estamos aqui muito mais para ouvir e ainda vamos ouvir todos os Estados que têm alguma influência do chamado Corredor Centro-Leste.

Estamos à procura de quê? De dois em dois anos vou a Chicago exatamente para fazer uma análise de como se comporta a bolsa dessa cidade, como estão suas atividades, o plantio de soja, de milho, criação de suínos, de aves. Em Chicago, freqüentemente, produtores ou associações de produtores me indagam se o Brasil vai viabilizar o Centro-Oeste. A maior preocupação desses produtores é exatamente a viabilização do Centro-Oeste brasileiro. Por quê? Porque nos Estados Unidos, em qualquer região em que se produza alguma coisa, a diferença entre a receita da atividade em relação ao frete é de apenas 4%, simplesmente 4%, exatamente por causa da ligação intermodal do seu sistema de transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e até aeroviário.

Se hoje Parecis, ao norte de Mato Grosso, está expandido sua produção com 25% do preço do produto sendo levado em frete, imaginem o que será do Centro-Oeste? Se conseguirmos diminuir esse custo, por meio desse trabalho – muito bem conduzido pelo nosso Presidente, Senador José Ignácio -, evidentemente o Brasil será muito mais competitivo do que está sendo hoje. Contudo, outros fatores estão a nos preocupar e a todo o sistema de produção brasileira: é o custo-Brasil, incluindo aí a tributação e, sobretudo, a questão do transporte. Queremos realizar esse trabalho, através desta Comissão, no sentido de diminuir o custo do frete em relação ao preço de nosso produto. Vamos sonhar em diminuir e, tenho absoluta certeza, vamos diminuí-lo.

Há poucos dias, estivemos acompanhando o ex-Ministro José Serra, o Presidente do BNDES, o Presidente da Sudam, em Itacoatiara, a 200 quilômetros rio abaixo de Manaus, Estado do Amazonas. No dia 27 de setembro deste ano, dia da inauguração do porto de Itacoatiara, sairão duas chatas com 4 mil toneladas de produtos de Porto Velho. Quando esse tipo de transporte estiver em sua plenitude, o chamado Corredor Noroeste, serão conduzidas, através de empurrador, 12 chatas, numa média de 2 mil toneladas cada uma.

Hoje, o frete do produto que sai do Mato Grosso indo a Roterdam, passando por Paranaguá, está custando US$110. Pois bem, a partir de 27 de setembro, o custo do produto transportado via Rio Madeira e Amazonas custará US$71. O produtor de

soja, no caso, vai ganhar US$2 por saco do produto. Vejam como estamos chegando ao que desejamos: diminuir o custo do frete no Brasil.

Portanto, acredito na viabilização do Centro-Oeste brasileiro, e o trabalho desta Comissão vai ser, sem dúvida nenhuma, o rumo que o Congresso Nacional e o Governo Federal irão tomar em termos de transporte na região, até para qualquer ponto, qualquer porto e para os centros consumidores do Brasil.

Portanto, Senador José Ignácio, iniciamos e, se Deus quiser, com um tempo não muito longo, estaremos com esta Comissão dando uma contribuição ao Brasil para o seu desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Vou ser brevíssimo. Fiz um pronunciamento escrito, mas penso que essa manifestação deveria ser aberta aos presentes, pelo menos no encerramento.

Sou de um Estado pequeno, que é o Espírito Santo, um pequeno retângulo de 45 mil quilômetros quadrados à beira da costa brasileira. É um traço de união entre os sofridos Norte e Nordeste e o restante do País. É o menor Estado da região mais rica do Brasil, que é a região Sudeste.

O Espírito Santo – poucas pessoas sabem disso – há 25 anos, década por década, cresce mais do que o Brasil. De 70 a 80, considerando a década, ele cresceu mais do que o Brasil; e assim também aconteceu de 80 a 90 e de 90 a 94. Nos últimos anos, considerando o seu produto interno bruto, cresceu mais que São Paulo, Rio e Minas.

No ano passado, 1995, o Brasil cresceu 4,2%; nenhum Estado da região Sudeste cresceu mais do que 5% ou, se cresceu, foi pouco mais do que 5%; São Paulo não cresceu 2%. Pois bem, o Espírito Santo cresceu 7,99%, praticamente 8%. Trata-se de um Estado que, dentro de um raio de mil quilômetros a partir dele, tem 80% do PIB brasileiro.

A costa do Espírito Santo é, ao contrário do restante da costa brasileira, a que tem a maior lâmina de água, considerando que, no Brasil, a lâmina de água fica em torno de seis, sete, oito. Em Sepetiba, ela chega a 14,8. Em Itaqui, a profundidade é a mesma do Espírito Santo. No entanto, lá em Itaqui, no Maranhão, o porto não como o do Espírito Santo, de águas mansas e bacia de movimentação ampla, com 23,5 metros de profundidade. Isso é quase uma dádiva da natureza. Deus nos deu aquilo e disse: "um dia isso vai se chamar porto".

Santos tem uma lâmina de água de oito metros, talvez nove, com a serra do Mar a toda hora o assoreando, havendo a necessidade de existir uma companhia de dragagem para poder desassoreá-lo. Santos não recebe navios de 100 mil toneladas facilmente. Ou seja, o complexo portuário de Santos, de grande expressão, recebe navios que passam de 60 mil toneladas, que passam no Estreito do Panamá, mas não mais do que 100 mil toneladas. O Espírito Santo recebe navios de 100, 150, 200, 250, 300, 350 e até de 400 mil toneladas. Nenhum porto com as características do nosso recebe navios desse porte, com as águas de uma bacia de movimentação de verdadeiro porto.

Por exemplo: na costa chinesa é preciso procurar águas profundas para descarregar navios – em todo o continente chinês a profundidade é de 6 ou 7 metros. Tanto isso é verdade que o Japão precisa preparar o seu porto para receber o que sai de Tubarão no Espírito Santo. A carga é recebida em águas profundas, transferida para navios menores e, então, distribuída pela costa asiática pelos diversos países.

A Coréia do Sul fez um porto grande, que tem condições de dar uma contrapartida para o porto de Tubarão. Mas o Espírito Santo é o bico desse funil, quer dizer, é o bico de um funil que tem uma espinha dorsal subindo por Minas Gerais, onde se encontra a ferrovia mais moderna do planeta, com 50 milhões de toneladas/ano de capacidade de transporte. Ao descê-la, transportam-se 70; ao subi-la, 10. Quem sobe no viaduto e vê o trem de Vitória-Minas voltando, vê aquele trem batendo lata, porque não tem carga de subida, que pode ser comparado a um trem-fantasma.

Quando fomos Presidente da Telebrás, pensamos em superar essa realidade, por meio da fibra ótica, a qual determinamos que fosse instalada ao longo da ferrovia, substituindo aquele cabo co-axial, para que pudéssemos dar não só o transporte, mas também a comunicação, quer dizer, a fibra ótica, somada ao transporte existente, iria produzir o eixo de adensamento econômico ao longo da ferrovia.

Citei tudo isso, que até agora não veio, mas, seguramente, já estão implantadas as condições para termos os eixos de adensamento econômico. Pretendemos que todos aqueles afluentes e aquela energia, todos aqueles insumos que chegam à beira-da da estrada, inclusive a telecomunicação – hoje com fibra ótica, o que há de mais moderno -, realmente façam com que aquela região das cercanias da estrada dê um salto.

Agora trago o problema para cá. Falamos em termos de Rede Ferroviária Federal, quer dizer, o grande problema de que muito se fala é a questão do modal ferroviário. O modal rodoviário não é o que queremos; o hidroviário, sim. O modal ferroviário, antes mesmo do hidroviário, é desejável.

No entanto, o que está ocorrendo no Brasil? Estamos fazendo uma revolução, e poucas pessoas de fora ou só as lúcidas – e, neste auditório, vejo que todas o são – percebem isso. A massa da população não se dá conta de que realmente está acontecendo uma revolução que visa a arrancar aquela legislação passada, antiga, superada e a levar o País a se recapar novamente de uma nova legislação que o permita viver a realidade de uma economia mundializada, sem lideranças. Ninguém lidera esse processo, não há um país ou uma pessoa que se diga condutor dele.

O que está acontecendo é que, inapelavelmente, temos de ir atrás do processo de mundialização da economia, de monopolização do conhecimento por meio da legislação de patentes, de construção de algo inimaginável há alguns anos e que destruiu uma série de valores passados: a desintegração da União Soviética, a realidade da concentração dos Estados da Europa Oriental, o surgimento do NAFTA e do Mercosul. Além dessas realidades, curiosamente há outro fator, que é a marca da sociedade pós-industrial e da sociedade da informação que estamos vivendo. É nisso que se busca a escala.

Vejo algo curioso: no meu Estado, pessoas que têm fábricas de **jeans** têm sido procuradas por empresas de Milão não mais para fazerem 10.000 calças iguais, mas 10.000 calças diferentes. Por quê? Porque o consumo se "desmassificou". Exige-se da produção que se "desmassifique", e, curiosamente, a tecnologia vai permitindo que se possa prescindir da escala para reduzir custos. Antes, tinha de haver escala para se reduzirem custos; hoje, a tecnologia permite a redução de custo, sem necessidade da escala. Tudo isso que está ocorrendo nos demonstra que estamos no meio de uma revolução. Já se disse aqui que Goiás está vencendo os seus gargalos com a produtividade, está mostrando que a produtividade está existindo da porteira para dentro; o problema existe da porteira para fora.

Então, temos, realmente, de viver essa realidade de um Estado sem dinheiro. O Estado Federado, a União Federal, os próprios Municípios estão sem dinheiro, quebrados. Agora, os homens de Estado procuram os empresários, que têm o dinheiro e podem investir. Temos de criar as condições para que esse novo tempo surja.

Outro dia, vi algo que me pareceu ridículo: os patrões e os empregados em São Paulo querendo fazer uma greve para reclamar do Governo, como se o Governo fosse alguém diferente a quem se pudesse reclamar, como se o Governo não fosse o reflexo dos patrões e empregados. Essa é a realidade que temos que compreender. Estamos criando tudo novo, estamos criando um novo Estado; as corporações, tanto estatais quanto privadas, estão diminuindo de tamanho. Estão acabando com uma série de níveis verticalizados, estão retirando uma porção de etapas na cadeia de comando. O desemprego é uma realidade até o ano 2010. E dificilmente conseguiremos dizer isso ao público sem chocar. No entanto, é a realidade, estamos descendo a ladeira.

O desemprego é inapelável, como inapelável é também o fim das estatais, porque não é mais possível viver com esse tipo de estatais num tempo em que a lebre luta contra o elefante. Não podemos ter estatais que enfrentam um Tribunal de Contas, que têm problemas de natureza orçamentária, de limites orçamentários. Quando fui Presidente da Telebrás, presenteava com uma flor e uma caixa de bombons as telefonistas da Embratel que, às vezes, falam seis línguas e que no fim do ano se devotam como verdadeiras sacerdotisas; são pessoas notáveis. Por essa razão, repito, eu as presenteava com uma caixa de bombons e uma flor, mas o Tribunal de Contas dizia que não se podia fazer isso, porque há uma outra visão para tudo.

A estatal que surge faz o Tribunal de Contas vibrar, porque se trata de mais alguém a ser fiscalizado. Esse tempo tem que acabar. Não podemos conviver, no século XXI, com estatais, a não ser se formos substituir monopólio por monopólio.

Há poucos dias, quando se falava, neste encontro, sobre um evento em Brasília a respeito da reengenharia do Estado, técnicos ingleses que depuseram sobre a realidade das privatizações naquele país diziam do seu arrependimento e dos erros que cometeram privatizando estatais monopolísticas e criando condições para que eles próprios fizessem atos de contrição. Isso é um fato. Há erros sim, mas vamos ter que encontrar algo que dê flexibilidade maior para o exercício da ação administrativa. E não falo só do contrato de gestão, por mais amplo que seja. Não sei o que será, mas deve surgir algo que permita que o gestor, que o gerente, que o comandante possa agir, eliminando de si a autocensura

que dificulta a ação administrativa mesmo na existência do contrato de gestão.

Temos todo um caminho a percorrer. Está tudo por fazer. Trata-se de investimentos enormes. Temos, portanto, que encontrar fórmulas de trazê-los. A poupança nacional é fraquíssima, o Governo está quebrado, não vai investir mais. Teremos que saber, com visão criativa, com formulações e práticas criativas, como vamos sair desse problema. No entanto, penso que a própria privatização da Rede Ferroviária Federal já deve conduzir a algum caminho que se traduza em eficiência e eficácia para melhorar um pouco esse problema.

Essa é a realidade. Quero dizer aos senhores que esta Comissão está consciente de que voltou a existir porque o mundo mudou muito. Há 11 anos constituímos uma Comissão; depois disso, tivemos todos aqueles fatos no plano universal e no plano nacional. Por exemplo, houve o surgimento das estações aduaneiras, dos portos secos. Além disso, a legislação portuária foi totalmente reformulada. O comportamento das próprias corporações mudou, elas passaram a compreender que o tempo era outro, que as suas posturas meio irritadiças mudaram completamente. Enfim, todas essas coisas que estão ocorrendo determinam uma ação nossa.

Há muitas facetas a serem visualizadas. Precisamos sempre do apoio dos senhores. Quando esta Comissão terminar o seu trabalho, vai ter um diagnóstico muito amplo da nossa realidade do cerrado, do Corredor Centro-Leste e, em especial, de Goiás dentro dessa região, como também da questão das ferrovias que descem até o litoral, dos gargalos portuários que temos e da navegação transoceânica, que é extremamente importante, complementando tudo isso.

Passarei a palavra ao Presidente da Assmbléia para que S. Exª encerre os trabalhos.

Pedi a palavra porque, lendo o meu discurso escrito, ainda não havia falado o que realmente desejava, e precisava soltar mais o coração.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Bittencourt) – Reassumindo a Presidência dos trabalhos, consulto os Srs. Parlamentares se ainda há alguma colocação a ser feita.(Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Parlamentares deseja fazer uso da palavra, agradeço a presença do Senador da República José Ignácio Ferreira, do Espírito Santo, Presidente da Comissão Especial do Senado Federal destinada ao estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste; agradeço a presença dos Senadores da República, Onofre Quinan, Jonas Pinheiro, Regina Assumpção e Mauro Miranda; do Secretário do Ministério dos Transportes, Jairo Rodrigues da Silva; do Secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional de Goiás, Dr. Ovídio Antônio de Angelis; da Deputada Federal Nair Xavier Lobo; do Dr. Rui Brasil Cavalcanti Júnior, Presidente da Telegoiás; Dr. João Bosco Umbelino dos Santos, Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Goiás; do Dr. Antônio Chavaglia, Presidente da Organização das Cooperativas - OCG; do Dr. Paulo César da Cunha Peixoto, Superintendente da Bolsa de Mercadorias de Goiás; do Dr. Juan Diego, Diretor Operacional do Corredor de Transporte Centro-Leste.

Agradeço às autoridades presentes, aos senhores convidados. Agradeço também as palavras dos Senador José Ignácio Ferreira, o seu otimismo no desenvolvimento do Centro-Oeste e a sua manifestação de entusiasmo pelo trabalho desenvolvido por esta Comissão, na certeza de que o Brasil exigirá o seu esforço, a sua dedicação e o se patriotismo para que possamos consolidar, neste momento importante da nossa história - acima de tudo no Centro-Oeste do Brasil -, os instrumentos que possam fortalecer o crescimento da nossa economia e propiciar melhores dias e melhores condições de vida a todos os brasileiros, especialmente àqueles que vieram para o interior do País, enfrentando todas as dificuldades, mas que, num gesto de pioneirismo e de amor a esta Pátria, vieram plantar as suas esperanças, os seus sonhos, constituir as suas famílias e construir o desenvolvimento desses Estados que compõem não só o Centro-Oeste do Brasil, mas as regiões mais mediterrâneas do País, que lutam, enfrentando todas as dificuldades que, sabemos, são de origem política, administrativa, de origem no processo de colonização e nos vícios coloniais que representam hoje, neste momento, a única fronteira provável para que o Brasil possa, a curto prazo, alavancar-se nesse grande processo de desenvolvimento, permitindo que a população de todos os Estados possa ter mais alimentos, mais riquezas, mais perspectivas de desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

Agradeço, portanto, a presença das autoridades dos segmentos organizados do Centro-Oeste - a quem já havia me manifestado -, e principalmente àqueles que têm a responsabilidade de dirigir, nos Ministérios e no Palácio do Planalto, os destinos deste País.

Agradecendo a presença de todos e pedindo a bênção de Deus aos presentes, encerro a presente

reunião e convoco outra para hoje, às 20 horas, para a entrega de título de Cidadão Goiano ao Sr. Deputado José Silveira e Cel. Joneval de Carvalho, de autoria do Deputado (?) Cândido.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h 30min)

COMISSÃO ESPECIAL

CORREDOR CENTRO-LESTE
Reunião 18-6-96 – 10h31min

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão do Corredor Centro-Leste, que se destina a promover a atualização e novos estudos da Região do Centro-Leste, reportando-se a uma Comissão semelhante que foi aprovada e executou todo seu trabalho no Senado, em 1985. A Comissão de 1985 cumpriu seu papel e fez um diagnóstico bastante importante de toda a situação multifacetada do corredor de transporte e exportação do Centro-Leste e, também, das áreas adjacentes.

Agora, fatos novos se sobrepuseram, como, por exemplo, a própria privatização da Rede Ferroviária Federal, a iminência da privatização da Vale do Rio Doce, a nova lei portuária, o surgimento das estações aduaneiras. Ou seja, há toda uma realidade nova que impõe uma atualização desses estudos.

Agradecemos a presença dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Mauro Miranda e Valmir Campelo e solicitamos que o Dr. Paulo Augusto Vivacqua, Presidente do Consórcio do Corredor Centro-Leste, faça a sua exposição.

O DR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, o Consórcio do Corredor Centro-Leste, que tenho a honra de presidir, é uma sociedade privada sem fim lucrativo, cujo objetivo é gerar empregos em grande número na parte central do Brasil e promover uma mudança no padrão de fluxos migratórios internos do Brasil, em direção a esta região central.

Esta tarefa que exercemos, através desta sociedade privada sem fim lucrativo, que é o Consórcio do Corredor Centro-Leste, na minha biografia, iniciou-se há mais ou menos 20 anos, quando dirigi o Projeto Carajás e, posteriormente, quando presidi a Valec, empresa que fundei, responsável que foi pelo Projeto da Norte-Sul, da ferrovia que, hoje, o Sr. Olacyr de Moraes está construindo – porque projetamos e passamos para ele – e da ferrovia que chamamos Transversal Nordeste, que une o Porto de Suape ao Pico do Papagaio. Pouco depois, dedicamo-nos à dinamização mais específica de ferrovias e portos já existentes aqui, no Sudeste, e que não operavam em conjunto como se fossem um sistema.

Nesse momento da trajetória desses desenvolvimentos, encontramos a seguinte situação – vou fazer uma observação de caráter geral e situar nela as condições atuais do Brasil para concluir enfatizando a importância desse trabalho que estamos e vimos desenvolvendo através dos tempos para o nosso País e para o povo: verifica-se que a população do planeta levou mais de 12 mil anos para atingir um bilhão de pessoas; depois, aduziu mais um bilhão em apenas 100 anos; em seguida, o próximo bilhão foi aduzido em 30 anos, em seqüência, 14 anos, e o último bilhão foi aduzido em apenas 12 anos. Trata-se de um fenômeno exponencial de natureza explosiva, com o qual não sabemos lidar, não temos experiência prévia. Encontra-se em pleno desenvolvimento, aceleradíssimo, atualmente sem controle e que poderá levar, segundo algumas projeções, a população do mundo a 8 ou 12 bilhões em 2050, de acordo com certas hipóteses e medidas que poderão ser tomadas. Isso, em qualquer uma das hipóteses, representa uma população gigantesca, sendo que os países pobres arcam com o grosso desse aumento.

A América do Sul dobrará sua população nos próximos 35 anos, a Ásia, em 34, e a África, em apenas 24 anos, enquanto Europa e América do Norte permanecem razoavelmente estáveis nesse período: cem anos para dobrar a da América do Norte e 1.000 para a da Europa. Portanto, a população dos países pobres aumentará violentamente, e nós estamos em região pobre.

Os seres humanos, por causa disso, se converteram, segundo uma nova ótica, numa nova força geológica. Hoje, o homem é um fator de transformação da superfície da Terra, graças àqueles números. Por exemplo: os reservatórios que o homem criou hoje armazenam duas vezes o volume de água doce dos rios, e a energia que o ser humano consome anualmente corresponde a mil Itaipus funcionando o tempo todo, sendo igual a quatro vezes a energia solar disponível nas áreas em que são produzidos ou podem ser produzidos alimentos no mundo. O homem se transformou numa força geológica que modifica a face da Terra.

A Floresta Amazônica, segundo cálculos que fizemos na Valec, depois corroborados pelo INPE, acabará em 60 anos. Daqui a 60 anos não haverá mais Floresta Amazônica, às taxas de reflorestamento atuais. Fizemos levantamos via satélite, comparamos a evolução, o INPE fez o mesmo por outros caminhos e os resultados são similares.

Nesse contexto, as populações estão-se dirigindo para as cidades, outra questão importante. Essa grande massa crescente ruma para as cidades. Vê-se que, em 1900, apenas 5% da população vivia em cidades. Hoje, 1996, 45% da população do mundo vive em cidades, e se projeta que, para o ano de 2025, 61%, quase 5 bilhões de pessoas, estarão vivendo em cidades, cidades que estarão em países pobres, não em países ricos, que serão os focos da miséria, da violência e pobreza do mundo, segundo essas projeções.

A humanidade está-se movendo, de forma muito grande, do campo, do interior, tocada por muitos fatores, para as cidades e para outros países. Por exemplo, do campo para a cidade, em 1994, contabilizou-se um fluxo de 30 milhões de pessoas no mundo. E essas cidades, sob o impacto dessas populações, entram num ciclo vicioso de degradação. Esse é um panorama geral. Nessas cidades do Terceiro Mundo, a qualidade de vida, em média, não está aumentando, ela cai debaixo desse impacto.

Nesse contexto imediato – aquela curva populacional mostra que estamos tratando de fatos que estão acontecendo -, surgem também os limites em relação à questão dos alimentos.

Na década de 80, apareceram os limites e eles se mostraram da seguinte maneira: a China, nessa década de 80, passa de maior produtor de grãos, posição que ainda conserva, para o segundo maior importador de grãos do mundo. Durante essa década, em 75 países, a produção de grãos tornou-se menor que o crescimento da população. A população estava aumentando cerca de 100 milhões de pessoas por ano; a produção de terra arável e água doce decresceram **per capita** nessa década; uma nova revolução verde é improvável, segundo seu próprio pai, que esteve aqui, o Norman Borlaug; em 15 países em desenvolvimento a população de grãos per capita caiu mais de 20%. Esse quadro é considerado realista. Esses dados são das melhores fontes, das mais atuais e revelam um quadro dramático para o mundo.

Além disso, a diferença entre os que têm e os que não têm piorou muito recentemente: em 1960, os mais ricos ganhavam 30 vezes mais que os mais pobres; em 1990, essa diferença dobrou, e os 20% mais ricos ganham 60 vezes mais do que os 20% mais pobres. Isso é uma realidade, com relação às parcelas da população do mundo. O fosso está aumentando agora, neste momento. Visitamos os países pobres e constatamos que estão cada vez mais pobres; visitamos os países ricos e, digamos, a diferença aumenta.

Então, estamos vivendo uma situação inédita no mundo; inédita sob vários ângulos: quanto ao tamanho e velocidade de crescimento da população, quanto ao impacto sobre o meio ambiente e quanto à enorme disparidade entre ricos e pobres. São os três fatores importantes da nossa atualidade.

Nesse contexto, o continente sul-americano situa-se de forma, a nosso ver, favorabilíssima, por algumas razões: ele ainda é escassamente povoado; seus países têm uma concentração econômica razoavelmente grande; há uma concentração econômica na sua borda – nordeste, sul, sudeste, e parte da Argentina – e há um vazio central imenso e escassa interconecção interior ou entre as regiões. Trata-se, portanto, de um continente vazio no centro, mais colonizado nas bordas e que não se comunica com o interior, mas o faz muito bem com o exterior, com a Europa e com os Estados Unidos. Uma das razões cruciais para essa situação é a falta de infra-estrutura dentro da América do Sul, interconectando as suas regiões.

O Brasil é aquinhoado com uma enorme mancha vermelha, que é a região do cerrado, muito vazia ainda, ao lado de manchas populacionais grandes. Há regiões menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, com escassa interação ainda entre as mesmas, porque nos faltam transportes adequados.

O custo do transporte interno, como sabemos, é um dos mais altos do mundo, é o dobro do custo do Canadá, da Rússia, da China e 1.6 vezes o custo americano. É alto demais para as nossas longas distâncias. Por isso, o interior fica vazio, apesar de tão rico – a mancha vermelha demonstra a região dos cerrados, que é bem maior do que a maior parte da Europa. É uma região fértil, com água, energia, sol e clima bom, enquanto há, em todo o mundo, escassez crescente de alimentos e de água.

O Brasil chega, pois, na posição atual, de grande escassez, com seu centro ainda praticamente intocado. Cumpre-nos a posse econômica desse centro e a garantia do seu desenvolvimento em benefício dos brasileiros; devemos, portanto, aumentar a sua renda e a oferta de emprego.

O centro do Brasil vale muito e dele poderemos auferir renda alta e emprego, impedindo que continue a acontecer o aprofundamento daquele fosso de renda. Num mundo de escassez, temos, pois, um tesouro. Vamos vendê-lo – perdoem-me a expressão um pouco crua – a preço alto, para benefício dos brasileiros.

Esse é o projeto com o qual o Corredor Centro-Leste e nós procuramos cooperar, quando presidimos antes a Valec e o Projeto Carajás. Procuramos associar à base física do Brasil a sua base populacional. Existe população e base física; temos que somá-las, retirá-las da marginalização e da superurbanização.

Há também que se associar a base física aos mercados, aos investidores, por intermédio de ligações físicas, ligações informacionais – telecomunicações e informática – e por acordos de mercado, acordos internacionais, acordos de comércio, que é o Consórcio do Corredor Centro-Leste faz continuamente.

Assinamos dois acordos desse tipo na semana passada: um, com a Argentina; o outro, com o Uruguai. Trata-se de acordos de promoção de comércio, visando a incentivar os fluxos de comércio entre o centro do Brasil, entre o Brasil como um todo e outros mercados, com o objetivo de beneficiar as populações do País.

Essas minhas palavras poderão ser interpretadas como de um sonhador, de um homem desligado da realidade. Mas estão aqui mais ou menos na boca de um Prêmio Nobel, o Prêmio Nobel da Paz Norman Borlaug, o pai da revolução verde, que esteve no Brasil recentemente e que declarou, sobre a nossa riqueza do interior, sobre a riqueza do cerrado especialmente, o seguinte:

> "Esses problemas que vão emperrar a agricultura no mundo são: o esgotamento de fronteiras agrícolas e a falta d'água para irrigação. E, daqui a 20 anos, o Brasil estará exportando para o mundo alimentos produzidos no cerrado.
>
> Quando estive no cerrado pela primeira vez, no final dos anos 40, tudo era promessa, mas vindo aqui, agora" ... reconheceu que o Brasil conseguiu dominar a tecnologia do cerrado e reconheceu que o Brasil está envidando esforços para tirar a região do isolamento, do isolamento em questão de infra-estrutura de transportes.

Portanto, é uma declaração de alta qualidade de uma autoridade incontestável.

Estamos com uma oportunidade de ouro nas mãos neste momento; se se tratava de um País do futuro, como sempre se disse, ele chegou lá. Precisamos nos apropriar desse futuro, porque, se não o fizermos, os outros o farão e o colocarão a seu serviço. E quem são "os outros"? Aqueles países que hoje detêm o grosso da renda do mundo: os países ricos.

Temos que traçar políticas adequadas para gerir um gigante riquíssimo, e somos nós, com essa riqueza, nesse momento em que o mercado chegou a nós, que devemos fazê-lo.

É um momento crítico, desafios graves estão pela frente. Aqueles que sempre detiveram toda a riqueza do mundo querem, de novo, aproveitar essa riqueza para eles. E uma forma de fazer isso é exportar alimentos e minerais do Brasil a preços muito baixos, deixando apenas a erosão e os buracos.

Estou falando numa linguagem um pouco crua, mas que reflete o que sempre aconteceu em muitas regiões do mundo.

Particularizando um pouco a exposição, a Rede Ferroviária Brasileira, que é e será a responsável pela quebra desse isolamento, a menos de ramais menos importantes, fica na costa. Ela tem essa boa penetração que destacamos aqui, que é o Corredor Centro-Leste, assim denominado, que penetra o Brasil até o seu coração, com 1.800 quilômetros de ferrovia.

Projetamos esse Corredor com base na sua existência. Quando presidíamos a Valec, projetamos uma rede de ferrovias. As que mostramos nas transparências se entrosam com esse Corredor e o ligam ao Sudeste, havendo aqui o Projeto Carajás, que faz uma boa ligação desse sistema com os portos de São Luís.

Esse sistema ferroviário que projetamos, entre 1986 e 1990, quem o via o classificava de projeto megalomaníaco e faraônico. Assim, a reação histórica às ferrovias, calcada em **lobbies**, manifestou-se de forma até histérica.

Esse projeto foi realizado, em grande parte, da seguinte forma: conseguimos projetar essa ferrovia e atrair o empresário Olacyr de Moraes para a mesma. Passamos a ele, então, a concessão dessa ferrovia. Colocamos, portanto, no cenário ferroviário, um empresário de primeira grandeza, que hoje toca essa ferrovia.

A Ferrovia Norte-Sul. Conseguimos construir esse trecho inicial e atrair, imediatamente, para cá produtores que, no ano que passou, já exportaram 200 mil toneladas de soja dessa região, que nada produzia, ou melhor, que pouco produzia. Atualmente, conseguimos fazer com que o Presidente Sarney, que considero o patrono dessa questão, se interessasse novamente pela Ferrovia Norte-Sul. S. Exª revitalizou a Valec e admitiu para a empresa pessoa de sua confiança, que está tocando agora com muita energia o projeto da Norte-Sul.

Quanto ao Corredor Centro-Leste, conseguimos viabilizá-lo. Vamos falar um pouco sobre ele em particular.

Em relação a essa ferrovia, estamos, neste momento, num processo de articulação das forças políticas empresariais dessa região, para fazer com que isso aqui aconteça. E tivemos a honra de receber, recentemente, no nosso consórcio, a adesão do Governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, que, há três semanas, assinou sua entrada como um dos patronos políticos do nosso consórcio.

A ruptura das barreiras que cercam essa região está se fazendo através do projeto da Norte-Sul; do projeto do Sr. Olacyr de Moraes, que concebemos na Valec; do projeto do Corredor Centro-Leste, projeto que também dirigimos, e do projeto da Transversal Nordeste, que projetamos.

O objetivo será sempre a criação de milhões de empregos de baixa renda no Centro do Brasil, a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, a dinamização da indústria mineral, que vai sofrer um baque com a privatização da Vale do Rio Doce – permito-me essa declaração para registro, em caráter pessoal.

É um verdadeiro Carajás para dentro: essas ferrovias levam os minerais de Carajás, que hoje só são exportados, para dentro do País. Essas ferrovias tornarão o Nordeste um sócio do centro. As regiões secas do Nordeste passarão a ter comunicação imediata com a sua adjacência verde e poderão abrigar pólos de produção de alimentos cujos excedentes poderão ser escoados por Suape.

A economia, em relação aos fretes, que essa medida produziria no Brasil seria de mais de US$1,5 bilhão por ano; seria, se essas ferrovias fossem construídas. Portanto, se tais ferrovias existissem hoje, pagaríamos todo esse investimento em um curto espaço de tempo, talvez menos de uma década. O Brasil tem uma das maiores contas de transporte entre os países do mundo. Trata-se de uma economia de grande tamanho, situada entre as dez maiores, e a nossa conta de transporte rodoviário, repito, é monumental. A redução de 20 ou 30% nesse índice representaria a quantia necessária para pagar investimentos a curto prazo.

O Corredor Centro-Leste, de forma mais específica, é composto de algumas ferrovias; uma delas é operada brilhantemente pela Vale do Rio Doce, no trecho que vai até Belo Horizonte. Outras ferrovias da Rede Ferroviária Federal ligam o coração de Goiás ao Espírito Santo, ao norte de Minas, a Brasília. Há dois projetos: o do Sr. Olacyr de Moraes, no seu traçado original, que parte, mais ou menos, de Pirapora, ou Goiânia, para Cuiabá e vai até o Acre. Há a Norte-Sul, o Rio São Francisco e o pescoço ferroviário de longa distância até Salvador. Esse conjunto, em ferrovias de bitola de um metro, amarra vasta região do Brasil à costa do Espírito Santo.

Com a privatização que se verificou na sexta-feira passada, esse vasto segmento ferroviário, essa malha, passou às mãos privadas - inclusive a Vale do Rio Doce - de empresas estrangeiras e de empresas nacionais. Agora, com muito mais dinamismo, apoiará esse projeto global. Os portos do Espírito Santo são muito modernos, e a maior parte deles é privatizada. Esses aqui estão dispostos ao longo de cem quilômetros de litoral. Todos eles, graças ao movimento do Corredor Centro-Leste, estão-se expandindo. Neste momento, estamos iniciando uma campanha para atrair investidores dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Queremos investimentos em um grande porto no Espírito Santo, um porto que pretendemos desenvolver com os empresários do interior. A parte institucional já está concebida, a parte física já, basicamente, constituída; agora vamos iniciar uma campanha em Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Cuiabá e Campo Grande, para angariar investidores. O porto possibilitará o estímulo à produção, ao comércio exterior, à exportação e, portanto, à criação de empregos no Centro do País. Essa é uma das funções que o Consórcio do Corredor Centro-Leste vem desempenhando há cinco anos.

Para dar a V. Exªs senhores uma idéia das dificuldades que foram removidas pelo consórcio, posso falar que, quando começamos, o trânsito entre Goiânia e Vitória era desprezível, o trânsito entre o Triângulo Mineiro e Vitória por ferrovia era também desprezível, porque as administrações das ferrovias não se davam bem entre si, nem os portos, que tinham interesses divergentes.

Organizamos um fórum de harmonização de interesses, um consórcio, que conseguiu, apesar das grandes dificuldades financeiras por que a rede passava, fazer algo de concreto nesse período. Esse "algo" modificou situações como esta. Por exemplo: em 1990, um empresário queria transportar de Araguari, no oeste de Minas, para Vitória apenas 30 mil toneladas/mês de farelo de soja. Conseguiu a quantidade ínfima de 2.600, o que o fez desistir da operação. Esse sistema transportou no ano passado mais de um milhão de toneladas de grãos, farelo de soja e grãos, apenas com essas medidas de boa vontade entre Companhia Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária Federal S.A., o apoio político de diferentes Estados que compõem o Corredor, o apoio dos empresários da Região, um mutirão, e o apoio dos portos do Espírito Santo.

E nós conseguimos reduzir os custos de frete dramaticamente, que são os custos que aprisionam o Centro do Brasil. Os custos originais para esses 1.800 quilômetros por rodovia estavam em US$60,00 por tonelada; por ferrovia, caíram para cerca de US$22,00, adicionando-se sobre esses custos mais US$6,5 de custos de portos, portanto, acarretando uma redução de US$66,00 ou US$67,00 para US$28,00 ou US$29,00, o que é uma redução significativa.

Conseguimos muito com quase nenhum investimento público; na realidade, não houve investimento público. E como conseguimos isso? Em 1991, começamos com uma reunião no Palácio da Liberdade, em Minas Gerais, em que os Governadores dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deram apoio político à constituição desse consórcio.

Esse consórcio é privado, sem fins lucrativos, mas não dispensa o apoio político da região, dos Governadores e Parlamentares da Região, porque as dificuldades envolvendo essas questões são muitas, e sempre foram, inclusive há persistente campanha contra nós, difamatória, que nos persegue há 20 anos e que não cessou até hoje.

Já fomos arrastados a duas CPIs, a uns dez inquéritos, a campanhas de todos os tipos de difamação. Houve dinheiro privado nessa campanha de difamação, porque **lobbies** existem; e o Brasil não tem ferrovias não por ser um país de pessoas pouco inteligentes - somos muito inteligentes; não as tem porque houve um movimento constante, muito competente, em favorecimento do transporte rodoviário, que está terminando neste movimento com a privatização das ferrovias; mas o Governo Federal, apesar dessa privatização, não pode-se omitir de considerar uma grossa fatia de recursos em seus orçamentos para transporte ferroviário, além do rodoviário. Ele tem que corrigir isso no seu planejamento.

Com o apoio desses Governadores - e a esses Estados juntaram-se posteriormente o Tocantins, o Acre e agora a Bahia -, com essa aliança política, com o apoio do setor agrícola, com essa frente parlamentar que mencionei, conseguimos fazer com que tudo isso fosse conduzido, a despeito dos obstáculos, até ao ponto em que estamos.

O ponto em que estamos é aquele em que existe um Corredor Centro-Leste operando, que agora se dinamiza grandemente com os investimentos privados que vão ocorrer graças à privatização, com o Sr. Olacyr de Moraes construindo a sua ferrovia, com a Ferrovia Norte-Sul sendo reativada.

Hoje, as funções vitais desse consórcio são:

– manter e ampliar o apoio político empresarial ao nosso movimento de desenvolvimento para o Centro do Brasil;

– estimular o comércio e investimento entre a Região, o Brasil e o mundo;

– integrar o corredor de transporte ao planejamento regional, no âmbito federal e estadual, fazendo com que haja sinergias em escala cada vez maior;

– incentivar constantemente o aperfeiçoamento dos sistemas de transporte, energia, telecomunicações de toda essa Região.

Em suma, o que queremos fazer, e estamos fazendo, é reduzir, cada vez mais, os custos de transporte entre empreendedores do Centro do Brasil e em outras parte do mundo, reduzir os custos porta-a-porta, de forma a expandir, cada vez mais, a penetração desses sistemas que aproximam empresários, aproximam regiões e geram empregos.

Conseguimos, com esse movimento do Corredor Centro-Leste, atrair um considerável volume de investimentos privados para esse sistema. Hoje, os investimentos privados nesse Sistema Centro-Leste contabilizam cerca de US$400 milhões em novos berços de atracação, novos silos, pátios de estocagem, sistemas de armazenamento de todas as ordens, estações aduaneiras de interior, enfim, uma gama enorme de empreendimentos privados caminham constantemente na direção desse Corredor Centro-Leste, e agora se acelerarão dramaticamente com a privatização.

Recebemos o apoio de empresas poderosas, que hoje fazem parte do nosso consórcio, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Rede Ferroviária Federal S.A., a Companhia Docas do Espírito Santo, a Samarco Mineração S.A., a Cemig - Companhia Energética de Minas Gerais, a Andrade Gutierrez, a Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a Ferronorte - Ferrovias Norte Brasil S.A., a Viação Águia Branca, a Valec, empresas que participam do nosso consórcio, dando-lhe o apoio de que necessita.

No entorno de Vitória, desenvolveram-se instalações modelares, como, por exemplo, essas de um dos nossos consorciados, que é a maior estação aduaneira de interior de toda a América do Sul, construída pela Coimex à sombra do desenvolvimento portuário do Espírito Santo. Temos três empreendimentos, ou quatro, desse porte em torno dos portos em andamento. Neste momento, Vitória está desempenhando o papel de uma espécie de centro

de comércio internacional portuário para essa região. Temos convênios extraconsórcios com cerca de dezoito entidades; agora mais dois convênios, com a Argentina e com o Uruguai, de promoção de comércio, de trânsito e de troca de informações sobre comércio e investimento. Esse é um trabalho que fazemos de forma diuturna e constante, porque o nosso objetivo não é construir ferrovias, não é construir portos, mas criar empregos no interior do País e, mais tarde, elaborar formas por meio das quais possamos reter a renda no País, não permitindo que esse desenvolvimento, que certamente acarretará erosão, buracos, poluição, não deixe renda em uma escala que nos seja adequada.

Um país que tem a nossa potência tem que ser um país rico, e não um país pobre e conduzido pelos outros. Temos cacife para isso, porque há a nossa população e toda essa nossa vasta riqueza.

Há duas décadas desprestigiava-se o tamanho dos países, ou seja, esse ponto não tinha valor; o que valia era apenas a tecnologia de ponta, porque com ela tudo se resolvia. Está provado que isso caiu por terra. Com a explosão demográfica brutal em países pobres, o mundo precisa é de comida, de roupa, de material de construção. Temos um vasto território, água em abundância e recursos naturais. E isso é que é escasso. O que é escasso hoje é a superfície do globo e não **chip** de computador. O primeiro tem mais valor do que o segundo. Temos que nos imbuir desse conceito e batalhar para que ele, na mesa das negociações, pese, assim como os árabes fizeram, de uma outra forma, quando se apropriaram do seu petróleo. Quer dizer: o petróleo passou a ter valor; não tinha antes. Não estou comparando exatamente uma coisa com a outra, mas trata-se de algo de que podemos falar em uma ocasião como essa.

Estamos promovendo ainda a integração costeira de vários corredores. Criamos associações, por exemplo, entre o porto de Vitória e o porto de Imbituba e suas interlândias, entre esses portos e Montevidéu e Buenos Aires e suas interlândias. Estamos agora expandindo essa idéia para cima. Isso aqui é o óbvio, o ululante. É lógico que um país com longa costa deveria ter esses elos muito bem lubrificados; no entanto, não os tem. Hoje, apesar de ser óbvio e ululante, o trânsito do Nordeste é feito por caminhão, para cima e para baixo. Paga-se um custo exorbitante de transporte, que é drenado da economia do Nordeste. Isso é óbvio, mas o óbvio não é praticado. Estamos agora amarrando empresários de Vitória com empresários da Argentina. Estamos amarrando portos entre si e linhas de navegação coordenadas entre si.

Esse país Nordeste, ao qual nos referimos, importa do Sul 60% do que consome e exporta 77% para lá. E tudo é feito por caminhão. Portanto, ele importa por caminhão, pagando caro, e exporta por caminhão, recebendo barato por sua exportação. Por quê? Esse custo é retirado da economia do Nordeste pela economia do Sul do Brasil. São idéias, tenho certeza, absolutamente óbvias. Porém, o óbvio não foi praticado no Brasil, não porque sejamos um País de pessoas pouco inteligentes, e sim porque os interesses mais poderosos, ligados a um dos módulos de transporte, prevaleceu e mantém até hoje campanha caluniosa e até pessoal contra mim. Volta e meia atribuem a mim nomes que nem vou citar aqui. Na semana passada, inclusive, isso ocorreu. A crítica é permanente. Essas idéias provocam irritação e raiva no País. Hoje, estamos falando isso em um País em que 70% do transporte é rodoviário, quando esse número não poderia passar dos 35%, 36%.

Outra iniciativa que está surgindo - representa desenvolvimento a longo prazo - é uma associação feita com o Peru.

Numa palestra que apresentamos no Clube de Roma, um dos membros do clube mostrou um projeto de sua autoria, que prevê o cruzamento dos Andes, à baixa altura - a apenas 1.100 metros de altura -, pelo norte do Peru. Para os Andes, essa altura é baixa, já que ali predominam alturas de 3.000 a 5.000 metros.

Com esse projeto, ligar-se-ia o interior do país a um porto muito profundo em Bayóvar. Como esse projeto peruano tem o alinhamento da Ferronorte, da Ferrovia do Olacyr de Moraes, que traçamos na Valec, fizemos uma associação com eles, em que lhes transferimos **know-how** ferroviário e portuário. Empresas privadas brasileiras fazem isso; a empresa deles é privada. Eles são estimulados por nós a desenvolverem o seu projeto, que será desenvolvido, já que o mesmo coloca a interlândia do Peru e o oeste do Brasil dentro da Bacia do Pacífico, que é a região do Globo que mais cresce economicamente. Nessa região, está o maior consumidor de alimentos do mundo, que é a China. Esse projeto coloca esse grande mercado em contato com as terras do interior da América do Sul pelo lado do Pacífico. É um projeto tem futuro econômico por essa razão; sob o prisma de engenharia, constatamos ser inteiramente viável.

Concluindo a nossa exposição, referimo-nos a duas preocupações. O Governo da Bahia se asso-

ciou ao consórcio, graças às nossas intenções demonstradas ao Governo de trabalhar também pelo desenvolvimento do Rio São Francisco, que seria mais um parceiro nessa empreitada, já que liga a Região Centro-Leste à malha do Nordeste. Temos a intenção de trabalhar também pelo desenvolvimento da Ferrovia Transversal Nordeste, da qual já falei, que ligará a região verde do Brasil à região seca do Nordeste e que, com alguns ramais, irrigará todo o Nordeste com os produtos dessa região verde e com os minerais de Carajás, ajudando poderosamente a base da economia do Nordeste.

Hoje, a macroestrutura desse consórcio é formada por um Conselho de Governadores Interestadual de Desenvolvimento do Consórcio do Corredor Centro-Leste; por um comitê técnico-operacional, formado por secretários desses Estados, que acompanham de forma mais direta o que estamos fazendo; por uma frente parlamentar, que tem dado apoio decisivo às nossas ações, e por uma associação das federações privadas de toda a região. Há 23 federações de indústria, comércio e agricultura.

Esse organismo é inteiramente privado, suportado por recursos apenas privados. Não somos empresa ou organismo estatal, nem paraestatal; somos um organismo privado, que não utiliza recursos públicos e que, do Poder Público, recebe apoio político. Há nove Estados do Centro-Leste do Brasil que nos apóiam.

Muito obrigado pela atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Agradeço à exposição brilhante do Dr. Paulo Vivacqua, que foi extremamente elucidativa.

Concedo a palavra ao Dr. Mauro Marcondes, Secretário de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento.

O SR. MAURO MARCONDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores e demais presentes, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de vir aqui para conversar um pouco com V. Exªs e trocar idéias a respeito dos trabalhos que estamos desenvolvendo no Ministério do Planejamento.

Na minha Secretaria, estão muito centrados no Plan. Plurianual e os seus desdobramentos que ocorreram depois que o plano foi aprovado pelo Congresso.

Vou-lhes fornecer uma visão muito rápida sobre a estruturação desse plano, como montamos as principais questões e em seguida passaria rapidamente a falar sobre eixos de desenvolvimento associados com a idéia dos Corredores do Centro-Leste e demais corredores do País.

Quanto à questão do Plano Plurianual, em primeiro lugar, quando o Ministro José Serra nos pediu para pensar na sua estruturação, imaginamos algo que pudesse ser, de fato, o condutor, o orientador da ação de governo. E mais: que pudesse sinalizar para o setor privado e para outras instituições que mencionarei em breve quais eram os investimentos, quais eram as ações importantes do Governo no período de 1996 a 1999.

O Plano Plurianual não é um plano nacional de desenvolvimento; ele orienta a ação de mais longo prazo do Governo. Muito contribuiu para o nosso trabalho o fato de o País encontrar-se num momento propício ao planejamento, pois o processo de estabilidade econômica, de estabilização monetária caminha muito bem, ou seja, não há a névoa da inflação, o que nos permite pensar a longo prazo e acreditar na factibilidade do planejamento.

A elaboração do PPA foi também um fator de retomada do processo de planejamento dentro do Governo Federal. Digo isso porque, na realidade, procuramos utilizar uma metodologia de planejamento estratégico envolvendo todo o Governo Federal, envolvendo bancos oficiais, envolvendo os Estados através de conversas específicas com os secretários de planejamento de todos os Estados brasileiros.

Para se planejar bem, é preciso estabelecer prioridades, porque planejar é estabelecer prioridades, é ser seletivo. Não dá para fazer tudo, temos que ser seletivos. Exercitamos isso ao extremo no começo de 1995 até 31 de agosto, quando encaminhamos ao Congresso Nacional o plano. Com isso, quero enfatizar que o plano, paralelamente a esse esforço de ver os projetos, de discutir com os vários ministérios e com os Estados as ações e os projetos prioritários, também traçou cenários macroeconômicos, levando em consideração a questão social, a questão ambiental e internacional para criar metas realistas e concretizáveis. Um plano que contivesse todas as demandas se tornaria irrealizável e não inspiraria confiança.

Foi um esforço bastante grande o da Secretaria de Planejamento; buscou-se essa seletividade através de ampla discussão com o objetivo de eliminar alternativas que eventualmente levariam a extrapolação de recursos e das capacidades. Tínhamos consciência de que o Estado atual é completamente diferente do Estado do segundo PND, que tinha um poder enorme, uma capacidade de intervenção na economia fortíssima, tinha recursos. Tínhamos que pensar num Estado que fosse indutor do desenvolvimento, e assim fizemos. O plano reúne projetos prio-

ritários e ações prioritárias do Governo. Por isso, o plano se diferencia também do Orçamento Plurianual, que elencava todos os investimentos do Governo.

Procuramos fazer com que o plano tivesse mais "cara" de plano do que de orçamento, embora estejamos trabalhando intensa e estreitamente com a Secretaria de Orçamento Federal através de um processo de discussão conjunta dos objetivos e na discussão da implementação do Orçamento, inclusive utilizando um instrumento da LDO.

Outra questão importante, antes de passar à parte de infra-estrutura, seria a sinalização de parcerias. Diferentemente dos anteriores, esse plano busca sinalizar que projetos e ações poderiam ter parcerias. Que tipo de parcerias? Com o setor privado.

No caso específico de infra-estrutura, isso é claro. Para V. Exªs terem uma idéia, dos 85 bilhões de investimentos em infra-estrutura projetados para os quatro anos, pelo menos 39 ou 40 bilhões viriam do setor privado. Também sinalizamos para parcerias com organismos internacionais.

Fui Secretário de Assuntos Internacionais no Governo passado, e a grande dificuldade que tínhamos naquela ocasião era ter um marco mais geral, para não apenas ficar examinando carta-consulta. Existe um comitê de financiamento externo que estabelece as prioridades do Governo brasileiro em relação aos organismos internacionais. Esse comitê de financiamento recebe uma carta-consulta com os dados do projeto e as informações e aprova aquela prioridade ou não, para dar seqüência à análise dos organismos, tais como Banco Mundial, BID, Eximbank. Naquele momento, sentíamos falta de um marco mais geral, que orientasse a ação da própria Cofiex.

Hoje, até em função dessa minha experiência, buscamos indicar os projetos, as áreas e as ações que seriam passíveis de financiamento internacional. Quando chega uma carta-consulta ao Cofiex, temos clareza de que aquele projeto está inserido numa lógica proposta pelo plano de governo.

Outro assunto relacionado à parceria é o envolvimento dos bancos oficiais, particularmente do BNDES, que, como V. Exªs sabem, financia a longo prazo, tem como meta e objetivo financiar o investimento.

O BNDES participou, assim como os bancos oficiais, da operação de elaboração do PPA. O BNDES tem hoje no PPA um **guideline** para a realização dos seus investimentos, empréstimos, financiamentos ou para a participação do BNDESpar. Por que isso? Citarei um exemplo: ontem, no BNDES, assisti a um seminário em que o Dr. Eliezer falou sobre os eixos de desenvolvimento. Justamente, deram-me a notícia de que duas empresas já estão quase no final da análise para operar a hidrovia do Tocantins-Araguaia, a TCN e a Navebel.

Um fator relevante na concessão do financiamento é o fato de o BNDES saber que é uma prioridade do Governo e que este realmente vai se empenhar em alocar recursos, em conseguir formas de financiar esse projeto tão importante.

Outra questão, mais para investimento na área social, como saneamento e habitação, é a parceria com Estados e Municípios, que definimos, também.

Saindo da área de parceria, a grande novidade no plano quanto ao desenvolvimento regional, que talvez tenha passado despercebida, é a questão de termos sinalizado, em um documento de governo, para os eixos de integração de desenvolvimento, saindo daquela concepção estrita de desenvolvimento dos Estados, para algo que transborda, que é mais amplo.

Assim como o Dr. Paulo mencionou o efeito que tem um corredor para o **hinterland**, também usamos essa outra metodologia, que busca olhar, de forma sinérgica e holística, para todos os investimentos que precisam ser feitos numa determinada região, num determinado eixo de desenvolvimento.

Em resumo, o plano foi concebido dessa forma, ou seja, voltado para a seletividade, a parceria e o desenvolvimento espacial, usando-se a metodologia de eixo, que precisamos aprimorar ainda mais.

Na realidade, gostaria de registrar que os objetivos gerais do plano são os seguintes: eliminação de obstáculos ao crescimento sustentável, com maior eqüidade no País; melhoria da essência do sistema econômico; redução do custo Brasil; abertura de novas fronteiras de desenvolvimento; integração do País à América do Sul.

Observando esses objetivos mais gerais, foram definidas três grandes estratégias: construção de um Estado moderno e eficiente, redução dos equilíbrios espaciais e sociais e inserção competitiva e modernização produtiva. Como fizemos isso? Definimos essas três estratégias e 24 diretrizes, utilizando a metodologia de planejamento estratégico, em que se discute os problemas, afunilando-os. A partir daí, com as diretrizes e estratégias básicas do Governo para os próximos anos, definimos a questão setorial e passamos à etapa de discussão dos projetos e das ações setoriais. Não o fizemos de uma forma bilateral, ou seja, não discutimos com o Ministério dos Transportes e o Ministério do Planejamento a respei-

to dos seus projetos e ações à luz dessas estratégias e diretrizes. Na realidade, formamos grupos multissetoriais, no sentido de fazer com que a visão mais ampla do Governo em relação a um determinado conjunto de diretrizes ou estratégias fosse discutida. Cada um fazia a sua exposição e havia um afunilamento.

Em seguida, passamos a uma relação bilateral do Ministério do Planejamento com os setoriais e com os Secretários de Planejamento, para separar, ser mais seletivo ainda, definindo metas, custos e o **funding** dos projetos. Os focos eram os projetos e as ações.

A outra questão fundamental do plano, como mencionei, não pode ser um sonho; deve englobar todas as demandas, porque a necessidade de investimentos deste País é enorme. O plano tinha um compromisso com a consolidação da estabilidade econômica e, portanto, não seria fator de pressão sobre a questão fiscal.

A outra face importante do plano é uma etapa em que estamos trabalhando intensamente e na qual o Congresso Nacional possui um papel fundamental, que é a questão das reformas e, principalmente, da norma dos marcos regulatórios.

Como ressaltei, o plano pressupõe uma parceria muito forte com o setor privado. Se os marcos regulatórios para atuação do setor privado na área de infra-estrutura não estiverem claros, não estiverem dando horizonte para o retorno dos seus investimentos, vamos ver frustrados vários dos projetos. Esse é um ponto importante.

Apresentarei umas transparências relativas aos eixos de desenvolvimento. Vou centrar-me muito mais nos projetos do Centro-Oeste e do Sudeste, dando uma visão geral dos eixos, porque é oportuno.

A questão dos transportes a que o Dr. Paulo se referiu é fundamental para o desenvolvimento. No caso dos cerrados, é a base para reduzirmos, como já foi dito, o custo de produção, porque, se não o reduzirmos, estaremos transferindo renda dos produtores para o setor rodoviário, principalemente, que possui um custo elevadíssimo.

A idéia do plano na área de transportes é a de quebrar a relação que hoje há do País com o transporte rodoviário. Não podemos passar, de imediato, a ter essa relação que o Dr. Paulo mencionou: 70% das cargas no Brasil transportadas por meio rodoviário não poderão passar, imediatamente, para uma outra situação. Todavia, o plano já sinaliza e coloca alguns investimentos muito importantes no sentido dessa ruptura, pois, de fato, o Governo tem que fortalecer a intermodalidade e os outros transportes.

Devemos implantar hidrodovias, que têm que ser uma realidade no País; devemos implantar o Sistema Nacional de Viação, ou seja, deixar na mão da União os transportes, a área que pertence à Federação, o que de fato integra o País e passar para os Estados aquilo que não lhe pertence. Isso já foi aprovado aqui no Congresso.

Com relação à concessão de ferrovias federais, o que vimos com a privatização da malha da rede Centro-Leste, também compartilho com o Dr. Paulo Vivacqua essa visão que muda completamente a relação de desenvolvimento dessas regiões. Nas mãos do setor privado, associada à linha que já é explorada com eficiência pela Vale até o porto de Tubarão e de Praia Mole, temos aí uma mudança substantiva. O Governo aposta nisso e, de fato, já estamos na segunda. A próxima será a malha SR-3, a Sudeste da rede, e, no final do ano, acredito que antes do final do ano, a malha Sul, ficando a malha Nordeste para o próximo ano.

Quanto aos dois conjuntos, concessão de portos e implantação da linha de portos, temos que apostar neles, pois o Brasil tem uma grande aquavia, que é o seu litoral - como o Dr. Paulo mencionou aqui, a pouca ligação que tem o Brasil, na sua longitude, em termos de navios de cabotagem. Isso tem tudo a ver, o problema não é só do setor de cabotagem, mas, principalmente, da questão portuária. Temos que apostar e estamos avançando. Existe o GEMPO(?), que está avançando. É lento, é duro, é difícil, é uma área complicada, mas o Governo está avançando nela.

Temos que trabalhar e acelerar a parte de concessões de portos, porque acreditamos que o setor privado pode operar a custos muito mais baixos, como já demonstra Ponta da Madeira, como já demonstram vários outros terminais privados existentes no País.

A recuperação e modernização da infra-estrutura ferroviária está associada à concessão da rede ferroviária e mais alguns projetos específicos, notadamente o apoio que o Governo tem que dar através de financiamento ao projeto Ferronorte; um projeto de ferrovia no Brasil e em qualquer lugar do mundo custa dinheiro, mais ou menos um milhão por quilômetro; sem o **funding** necessário, sem a fonte de financiamento necessária, não conseguimos avançar. E também podemos prever a Norte-Sul no plano.

No plano, fizemos uma discussão muito grande envolvendo o IBGE, o BNDES, o IPEA. Essa é uma

outra questão mais ampla, o ordenamento territorial, um assunto mais complexo, na qual estamos começando a avançar mais.

Na discussão, trabalhamos a definição de eixos internacionais de integração e desenvolvimento. Temos aqui o eixo Norte-Sul, os eixos de integração Oeste, a saída do Pacífico, que inclui a hidrovia do Madeira, a saída para o Caribe, que é uma ligação com a Venezuela e com a Guiana, com Georgetown, onde existe um porto, os eixos de integração Nordeste, do Sudeste e do Sul.

Mostrando alguns projetos importantes, vou começar com a parte Sudeste. Sobre a questão de eixos de desenvolvimento, na ocasião da elaboração do plano, conseguimos definir esses eixos, muito centrados ainda na questão do transporte. Agora temos um grupo específico, coordenado pela Secretaria de Planejamento, em que estamos realizando um trabalho, um esforço de espacializar nos eixos a infra-estrutura existente em termos de energia, de telecomunicações, e também verificar quais as necessidades de investimento nessas áreas em torno dos eixos. Os eixos foram comandados pelas principais vias importantes de transportes.

Hoje temos a discussão, dentro do Ministério do Planejamento, estamos nessa primeira etapa. A segunda etapa desse trabalho vai ser justamente verificar quais outros investimentos, outras ações das áreas do Governo Federal, Estadual e Municipal têm que ser feitas para a consolidação desses eixos, porque não pode ser simplesmente um projeto de transporte, não se trata apenas de um corredor que leva algo de um lugar para outro. Na realidade, é a desconcentração do desenvolvimento ao longo dos eixos, para não haver concentração em pólos. Não que seja contra o pólo. Esses, em algum momento, são importantes. Mas, na realidade, se conseguirmos avançar na definição e estruturação desses eixos, isso é muito dinâmico, vai depender muito do trabalho, inclusive no caso do Corredor Centro-Leste.

Esse trabalho de articulação que o Dr. Paulo tem feito é muito importante, porque, de fato, congrega, estimula, catalisa o desenvolvimento de uma determinada região.

O que colocamos na parte sudeste - depois falo sobre o centro-oeste, que tem toda uma interligação - é recuperar os principais eixos de transporte, porque, justamente naquele ponto da seletividade, buscamos o seguinte: temos que recuperar o modal rodoviário naqueles eixos fundamentais, porque temos que reduzir o custo. E mais: temos que tirar a carga de cima dessas rodovias, procurando alternativas na ferrovia e nas hidrovias.

Portanto, a privatização, como mencionei, da centro-leste da rede é fundamental para esse eixo, que tem em Vitória a grande ligação, porque ferrovia e porto têm que andar de braços dados.

Temos também a Ferronorte. Esta hoje, na realidade, está vindo pelo Alto Araguaia, interligando-se à rede da Fepasa, que vai ser privatizada. Ontem, o presidente da Fepasa mencionou que a concessão dessa empresa será dada ao setor privado até dezembro deste ano. Não sei, vamos ver. Então, teríamos a rede da Fepasa que se interliga com a SR-3, SR-4 e um grande porto sobre o qual o Governo está pensando em novas bases. Em base de concessão pelo setor privado, seria o porto de Sepetiba. que tem investimentos muito grandes a serem feitos, mas, basicamente, pelo setor privado. Aqui o Governo entraria com dragagem e sinalização na entrada do porto e mais alguma coisa.

Depois, temos aqui um projeto de energia muito importante, que é o gasoduto Brasil-Bolívia, que vai mudar a matriz energética desse eixo sudeste. Na realidade, hoje há uma crise energética brasileira muito concentrada em hídrica e alguma coisa em térmica à base de óleo combustível e mais a parte toda de energia da indústria, que é calcada em óleo combustível. Então, o projeto do gasoduto dá escala a uma melhor exploração de todo o gás natural da bacia de Campos, de Santos. Monta-se uma malha de gasodutos, que hoje já tem a ligação São Paulo-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Belo Horizonte-Campos, que já está concluída. Agora, estou na dúvida se já passou de Juiz de Fora. Creio que já chegou a Belo Horizonte. Com o gasoduto que vai até Porto Alegre, chegando em São Paulo e se interligando, há uma malha enorme de dutos que se interligam com a Bolívia e, pelo sul e aqui pelo norte - vou mostrar neste mapa aqui, que fica mais fácil -, o gasoduto viria e entraria aqui, iria até São Paulo e viria aqui. Pelo norte da Bolívia, ele já é interligado, o campo de Rio Grande, com o norte da Argentina, com os tanques de gás da Argentina. Basta inverter o fluxo de gás que hoje é da Bolívia para a Argentina. Hoje a Argentina tem excedente de produção, poderia inverter. E também está sendo pensado, e já se trabalha privativamente, num projeto para colocar uma termelétrica em Uruguaiana. Com isso, seria fechado o anel de gás do Mercosul com a bacia de Campos, o que é muito positivo.

Verificamos no mapa do Centro-Oeste a ferrovia Ferronorte; inclusive, quando houver o PPA,

apoiaremos o Sr. Olacyr de Moraes, no sentido de ele chegar até Alto Araguaia.

Numa parte, temos a influência do escoamento dessa produção que se dará por Sepetiba e, nesta outra faixa, dar-se-á por Vitória. Claro que estamos apostando fortemente na hidrovia do Tocantins-Araguaia. No primeiro momento, como tínhamos restrições de recursos, fizemos a opção de sair de São Geraldo até Marabá, interligando à ferrovia de Carajás; sendo que, em Tocantins, a Norte-Sul, chegando até Estreito. Quando da elaboração do plano, era essa a possibilidade vislumbrada nesse eixo norte-sul.

O projeto da hidrovia do São Francisco tem pouquíssimo recurso, o que nos faz ter a expectativa de que neste ano a hidrovia já comece a operar até Petrolina. Então, teríamos Pirapora. Lá a Vale já está bastante avançada no Projeto Unaí-Pirapora, o que completaria a estratégia de a empresa ter sua participação no consórcio da Centro-Leste, no que tange a carrear cargas que estão em Goiás, boa parte de Minas e no entorno de Brasília para o porto em Vitória.

A hidrovia de São Francisco tem uma ligação ferroviária por Petrolina, onde se faria um transbordo; depois, ter-se-ia a Transnordestina que, neste caso, ligaria até Salgueiro. Desta cidade, haveria a recuperação da malha ferroviária até Suape e, também, de um pequeno trecho até Missão Velha, quando se faria um Y chegando até Fortaleza. Na realidade, nessa parte em que nos encontrávamos, não tínhamos condições de prever recursos para esse tipo de projeto. Dependerá muito do funcionamento da própria hidrovia, pois acreditamos que, se não for possível fazer-se perfeitamente, devemos fazer o razoável para que setor privado tenha a confiança naquele modal. Isso acontece com a hidrovia do Tocantins-Araguaia. Por outro lado, se não se pode fazer as reclusas de Tucuruí, que são muito caras, façamos a hidrovia funcionar todo o ano até São Geraldo, que dista 1.240km de Nova Xavantina. Uma carga sobre o rio Madeira, por exemplo, reduzirá o custo-transporte de 75 para 33km a tonelada. Ocorre que o produtor apropriar-se-á de uma renda, que hoje não possui, pois se perde no custo do transporte quando precisa colocar sua produção no exterior. De fato, mudaremos a pressão de carga em Petrolina quando a hidrovia estiver operando, o que significará, economicamente, a necessidade em primeiro obter-se a concessão da malha do Nordeste e o apoio do Governo, através de financiamento, para a construção dessa ferrovia.

Finalmente, no Norte do País, teríamos alguns projetos importantes. Estou-me centrando na parte de transportes e volto a mencionar: cabotagem é o grande eixo de desenvolvimento do País, ou seja, o litoral é um eixo importantíssimo. Se, de fato, conseguirmos fazer com que os nossos portos operem a custos razoáveis, teremos condições de tirar caminhões da estrada, de tirar a pressão para a recuperação de rodovias. Os Senhores. acompanham aqui no Congresso a quantidade de recursos... Claro que também não vamos, agora, simplesmente fechar os olhos e esquecer o Governo. Não é isso! O que precisamos é de movimentos coordenados: tirar a carga das estradas, reduzir o custo dos transportes no País e, ao mesmo tempo, dar condições para se recuperar essas estradas. Estamos bem avançados na negociação, com o Banco Mundial e com o BIRD, de um bilhão de dólares para a recuperação de rodovias dentro do novo sistema nacional de viação, deste passaríamos uma parte para os Estados. No caso, a Hidrovia do Madeira tem um significado muito importante. Você pode chegar com navios Panamax de cinquenta mil toneladas à Itaquatiara. A hidrovia do Madeira teria toda essa região para escoar por aqui. Temos a ligação com a Venezuela. A hidrovia do Tapajós é, também, uma hidrovia que promete. Na ocasião do plano, a colocamos como estudo porque, de fato, não tínhamos dados suficientes para garantir a sua colocação, dimensão, metas, o que era preciso. Hoje, já estamos mais avançados nessa área e poderíamos pensar, mas são ainda investimentos meio salgados para o nosso orçamento tão combalido.

Senador, quis apresentar em linhas bastante gerais. Penso que no debate poderemos discutir pontos específicos.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Muito obrigado.

Gostaria de agradecer a sua exposição, também muito lúcida.

Encontra-se aqui presente o Dr. Paulo Augusto Vivacqua, que foi o primeiro expositor.

Abro os debates, naturalmente, dando a palavra, inicialmente, ao Sr. Relator, Senador Mauro Miranda.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Sr. Presidente, temos que reconhecer o grande trabalho, o brilhantismo da exposição do Dr. Paulo Vivacqua, um grande técnico, experiente, e hoje também já um político no sentido do desenvolvimento desse País, e tam-

bém da exposição do outro conferencista, Dr. Mauro, que veio dar aqui uma geral sobre o problema.

Ficamos preocupados porque o Ministério do Planejamento está aqui e é o grande coordenador. Não sei até que ponto, Dr. Mauro, que o Dr. Paulo Vivacqua, com a experiência que tem no instituto, participou da discussão desses corredores, por exemplo. Com quem o Ministério do Planejamento discutiu esse conjunto para ter uma integração dessas ações? Sei que é iniciativa, mas uma empresa privada financiada por um empresa pública, a Vale do Rio Doce, que sustenta esse corredor. Então, onde está o Ministério dos Transportes tanto na exposição do Dr. Paulo Vivacqua quanto na sua? Há uma falta de integração. Depois, teremos cobranças efetivas do poder público na execução desses projetos. O que estou vendo é que está faltando alguém, um grande cobrador. V. Sª colocou muito bem: pouquíssimos recursos vão fazer funcionar a hidrovia do São Francisco, depois, pouquíssimos recursos para fazer funcionar a hidrovia do Madeira.

Tivemos aqui, em nosso Corredor do Centro-Leste, felizmente, agora privatizado e sob a liderança da Vale do Rio Doce, pontos de estrangulamentos pequenos, mínimos, na Serra do Tigre, depois na transposição para Belo Horizonte e uma briga que sempre houve entre a rede ferroviária e a Vale do Rio Doce que dificultava o nosso transporte. Estou achando que está faltando agora um cobrador das ações do Governo, já que o planejamento está bem feito, já que a estratégia do desenvolvimento, tanto por parte do Dr. Paulo Vivacqua, que se percebe muito bem, e da sua também se complementam, mas falta o Governo, quer dizer, há poucos recursos, mas percebemos que com poucos recursos ele seria muito mais eficientes se tivesse algum órgão do Governo capaz de cobrar isso, a exigência da rapidez disso.

Contudo, temos um problema grave, Dr. Mauro, em relação ao eixo nosso de Goiânia até Santos, para levar a rocha fosfática, que fica em Catalão - e eu repito em todo lugar que vou - até o porto de Santos. Aí a Rede Ferroviária Federal, depois a Fepasa, depois um pedaço da rede de chegada ao porto. Para sair de Catalão a rocha fosfática - que vai dar o produto mais importante para a agricultura, o fosfato -, levamos 19 dias. Existem ferrovias prontas e leva-se 19 dias para chegar até lá. Ou seja, é mais fácil buscar as rochas em Marrocos ou na Flórida do que levá-las de Catalão até o porto de Santos.

Percebe-se que, às vezes, não se precisa nem de dinheiro, falta que a pessoa que toma conta disso dê um grito para resolver rapidamente esse problema. Temos as ferrovias já prontas. Acho que está faltando esse elemento do Governo, que seria o grande executivo disso - será que o Ministro dos Transportes que está fora desse conjunto todo, que não cobra efetivamente essas ações?

Em relação ao rio Madeira, por exemplo, como vimos ontem, quanto tempo levou? Foi preciso pegar dois Ministros e quatro Senadores para irem à hidrovia do Madeira liberar um recurso mínimo, em torno de 30 milhões, para viabilizar toda aquela hidrovia.

Acredito que, nesta hora, devemos saber o que temos que fazer nesta Comissão para que se agilize esse processo e para que se cobre, efetivamente, dos poderes concedentes, do próprio Poder Público, uma ação mais rápida nesse setor.

Dr. Paulo, do seu lado, como iniciativa privada – temos que reconhecer também que ela é iniciativa meio privada, porque na realidade quem sustenta, por exemplo, a grande líder desse processo todo é a Vale do Rio Doce, que financia esse corredor, esse agente privado catalisador desse movimento todo -, qual a sugestão que o Senhor acha que devemos dar? Há iniciativa privada, há o outro lado, mas falta uma coisa que está emperrada na solução desse nosso problema.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Gostaria de aditar, porque, certamente, não foi apenas uma pergunta, foi algo muito mais amplo, que vai ensejar, Dr. Mauro, uma resposta: a realidade que estamos vivendo é a do esgotamento de um modelo econômico, ao mesmo tempo em que se esgotou também - produzindo conseqüências como a própria falência do Estado - a impossibilidade de o Estado, entidade de direito público, investir.

Então, cada dia mais, vai sobrando para o Estado - porque acredito que cheguemos à virada do século com quase nenhuma estatal mais, isso no mundo todo, até porque a velocidade é hoje a característica desses tempos e não é muito o forte das estatais - uma ação de poder concedente, regulador e fiscalizador e de indutor do desenvolvimento, diagnosticando, até com o auxílio da iniciativa privada também, e produzindo uma visão de logística e, ao mesmo tempo, induzindo os entes privados a atuarem. É o espaço que o Estado detém e vai deter cada vez mais.

Então, V. Sª falou, agora há pouco, por exemplo, na questão da navegação de cabotagem. Podíamos tirar os caminhões da estrada. Sabemos, por exemplo, que os navios **roll-roll**, **roll-on-roll-off**, que faziam a travessia do continente para a Inglaterra, se não acabaram, diminuíram completamente a

sua necessidade. Então, estão encostados em muitos lugares aí. Um navio desse encosta no Espírito Santo, levando dois mil caminhões que deixam o cavalo e seguem até o porto de Suape, por exemplo. Lá, entra novamente o caminhão, quer dizer, não usou as estradas.

Isso não é feito por alguma razão, porque os empresários ficam soltos, eles naturalmente podem ter essas idéias, essa criatividade, mas seriam muito melhor ajudados se a União, com o mínimo recurso que tem e com os esforços de planejamento que já fez - planejamento esse que parece devesse ser feito também com a participação da sociedade, porque hoje a sociedade, cada vez mais, vai submetendo o Estado e deixando de por ele ser submetida. Essa é a questão. Ou seja, o que realmente o Estado pode fazer. Ontem colocamos essa questão em Cuiabá, e parecia até que nós achávamos que o Estado devesse fazer muito pouco. Acho que o Estado está necessitando fazer muito mais.

Com relação à referência que foi feita ao Dr. Paulo Vivacqua, apenas vou fazer uma pequena defesa, embora ele não tenha me pedido. Parece-me que esse trabalho que o Estado está fazendo menos do que aparenta, ou menos do que desejávamos - a não ser que se tenha uma explicação melhor - e do que a conjuntura exige, está sendo feito exatamente por entes como esse do corredor.

Nobre Senador Mauro Miranda, não podemos prescindir de alguma forma de sangue para que essa entidade exista. Ela continua sendo privada e tem que ter algum recurso. A Vale do Rio Doce tem o importante papel de indutor do desenvolvimento e, ao estimular entidade assim, que está prestando, a meu ver, um grande serviço ao País e especificamente a essa região do País, ela está fazendo algo muito importante. Não vejo como pudesse existir uma entidade como essa sem esse tipo de ajuda. Ela dará contrapartida a essa ajuda com aquilo que ela produz e com o que foi apontado aqui pelo Dr. Paulo Vivacqua.

Tenho a certeza de que o que se pretende, talvez, colocar é que o consórcio possa fazer muito mais, e aí é que possa ser uma forma de cobrança. Mas acredito que para isso, certamente, o Dr. Paulo terá alguma explicação.

O SR. MAURO MARCONDES – Quero dizer que considero importantíssimo o trabalho do corredor e o trabalho que a Vale está fazendo lá, com o Dr. Paulo. É excelente. Ele é um apaixonado pelo setor. A dificuldade que estou vendo é o Ministério do Planejamento, de uma forma, e nós do Ministério dos Transportes não estamos vendo isso, as grandes definições de política, faltando uma unidade. Possivelmente a Rede Ferroviária Federal deve ter o seu plano de ação diferente, uma dispersão, faltando um coordenador e um cobrador de execução em seguida. Estou preocupado somente nesse sentido. Reconheço o trabalho, pois é excelente, ainda mais colocado na mão de um apaixonado, que é o Dr. Paulo Vivacqua, um entusiasta desse processo.

Vejo uma dispersão imensa de inteligências em vários setores, sem uma coordenação capaz de jogar com mais rapidez. Estamos discutindo demais e acabamos não tendo uma ação conjunta que vai significar mais eficiência para o setor.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Concedo a palavra a V. Sª. e, depois, ao Dr. Paulo.

O SR. MAURO MARCONDES – A questão da articulação é crucial. Na realidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está buscando de alguma maneira, através das câmaras setoriais, e hoje temos seis ou sete câmaras setoriais, e vou me referir especificamente porque acompanho, dou suporte ao Ministro do Planejamento na Câmara, de Políticas e Infra-Estrutura.

É claro que o problema dos 19 dias é de fato operacional da Rede Ferroviária, pelo que estou entendendo. A Rede opera de forma ineficiente para sair com a rocha fosfática de Catalão para chegar no Porto de Santos. Ela leva 19 dias e, certamente, se tivesse uma outra alternativa - e não existe por causa dos volumes - de um outro modal de transporte, o setor privado que hoje paga esse custo, ele optaria por um outro meio.

O que precisamos apostar é que existe a passagem dessas estruturas que hoje não conseguem, porque ficaram arcaicas ou por que – nos alongaríamos muito aqui – o Estado ficou nessa situação, que hoje opera de forma tão ineficiente, se conseguimos ser felizes na passagem dessa operação para o setor privado, de fato, acredito fortemente que esses 19 dias vão se reduzir, assim como vamos ver uma mudança radical na malha do corredor Centro-Leste, interligado à Vitória-Minas.

Tenho certeza de que isso muda completamente o próprio processo de desenvolvimento da região. Quer dizer, há questões em que, de fato, falta articulação do Governo. Por exemplo: qual é sempre a nossa proposta? No caso específico do Centro-Leste, tínhamos feito um estudo, no qual o Dr. Paulo Vivacqua deve ter trabalhado, em 1994.

O fato é que houve uma associação de Ministérios, e o Ministério do Planejamento coordenou o

processo. Nós envolvemos, numa determinada etapa desse processo, mais de 300 técnicos do Governo. Os projetos que estão aqui no PPA foram negociados e montados em perfeita articulação com o Ministério dos Transportes.

A tendência de todos nós é sermos centrípetos, ou seja, querer atender a tudo, é querer acolher o máximo de demanda. No entanto, nós do Planejamento temos de ser centrífugos, puxar sempre para dentro para de fato manter as prioridades que já estão definidas, ou seja, sermos os mais seletivos possível. Como se faz isso? Não tenho muita experiência nesse assunto, os senhores têm mais do que eu. Mas, vi que na Administração Direta, de fato, tudo conspira contra a seletividade. Você faz o planejamento, todavia o duro é fazer com que o planejamento fale com o orçamento, e que as prioridades estabelecidas no planejamento sejam atendidas.

V. Exª mencionou aqui que precisou de dois ministros, quatro secretários, quatro Governadores para conseguir alocar, de fato, 30 milhões para a hidrovia do Madeira, mais ou menos isso. Essa é uma prioridade absoluta do PPA.

Nós, da SPA, apesar de a nossa equipe ser pequena, estamos fazendo um esquema que chamo de "Cosme e Damião". Sou carioca e, no passado, no Rio de Janeiro, havia aqueles guardas Cosme e Damião que andavam nas ruas. Quero fazer uma dupla de "Cosme e Damião" que cuidará de uma carteira de projeto, cada um cuida de um pedaço do projeto. Essas pessoas, de fato, têm que saber tudo.

Amanhã, de manhã, já está marcada uma reunião. O Rui é da área de transportes e sabe disso. Teremos uma conversa com o Sr. Paulo Fontenele, Subsecretário de Orçamento e Planejamento do Ministério dos Transportes, para saber o que está acontecendo com a hidrovia do São Francisco. Havia muita verba prevista no orçamento para essa hidrovia e estão querendo diminuir esses recursos.

A questão fiscal é muito grave. A situação está complicada, mas não é por isso que vamos fazer cortes lineares ou simplesmente tentar atender a todos. Precisamos de 9 milhões para a hidrovia do São Francisco, e você vai reduzir para 4 milhões. Por quê? O papel do planejador não é só planejar, é também ter compromisso com o que planejou e ser o catalisador da linha de frente. O planejador não pode operar, mas ele tem que ser o cobrador, ele tem que ser, na realidade, aquele que fica estimulando para que as coisas convirjam novamente para as prioridades estabelecidas. É isso.

Estamos começando. Temos um novo sistema chamado BPI – Banco de Projetos de Investimentos, e qualquer projeto de investimento que entrar no orçamento tem que ter as informações cadastradas nesse banco. O que significa isso? Significa que não vou poder mais ter uma linha e um valor só. Vou precisar ter informações sobre aquele projeto. Aquele dinheiro que está sendo colocado, adianta, conclui o projeto.

Hoje, vemos que o orçamento não tem a história do projeto por trás. Então, estamos também trabalhando na área de acompanhamento, nesse sentido. E estamos justamente trabalhando, SOF, Secretaria de Assuntos Internacionais e Secretaria de Planejamento, no sentido de montar um comitê informal de investimento em que vamos olhar todos esses projetos antes de encaminhar ao orçamento. Ajudar nesse sentido.

É difícil, Senador. É um processo longo, no sentido de conformar um Estado que seja mais articulado, que de fato consiga fazer valer as suas prioridades. Senão, não acontece.

Quanto à questão de envolver a sociedade, na Eco-92, foi estabelecido que os países teriam as suas comissões de desenvolvimento sustentado. E o Governo Itamar Franco, por meio de um decreto, criou a Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável. Nós, então, estamos agora tentando e já estamos avançados em implantar essa comissão, que vai pensar o desenvolvimento sustentável, planejar, tentando envolver a sociedade também.

De fato, na elaboração do Plano Plurianual, tivemos prazos bastante limitados, e o processo não pôde absorver a contribuição da sociedade de uma forma mais ampla, muito embora vários estudos, vários trabalhos já tenham sido feitos ao longo dos anos precedentes e que nos ajudaram a pensar o processo do Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Muito bem. Concedo a palavra ao Dr. Paulo Vivacqua.

O SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA – Gostaria de cumprimentar o Senador José Ignácio Ferreira pela iniciativa de ter instalado esta Comissão, que traz à discussão este tema do Corredor Centro-Leste, importantíssimo para o País.

E gostaria de também agradecer a todo um passado do Senador Mauro Miranda em relação a este projeto. O Senador, quando Deputado Federal, empenhou-se de forma extraordinariamente enérgica na consecução de medidas políticas de grande importân-

cia para esse Corredor. O Deputado Mauro Miranda foi um dos esteios políticos do início de tudo isso.

Esse Corredor iniciou-se a partir de um movimento do Governador do Espírito Santo de então. Propusemos a ele um projeto, que ele acatou, fornecendo a necessária liderança política na ocasião. E o processo que desenhamos na ocasião foi inovador. Movimentamos a opinião política e o peso político de uma região na solução dos seus problemas regionais. Transformamos uma questão que, antigamente, era exclusivamente ou quase exclusivamente federal – e portanto resolvida num ponto concentrado da autoridade do País –, tiramos esse problema desse nível e disseminamos, descentralizamos o problema, regionalizando-o. Associamos a ele muitos Parlamentares aguerridos, como o Deputado Mauro Miranda, que nos ajudava imensamente, como muitos outros. S. Exª era um dos principais líderes – posso dizer isso aqui e registrar – nesse apoio a nós. Associamos esse projeto a políticos, como o Deputado; a governadores, como os governadores de então, que transformaram a questão numa questão deles, da região. E nós nos oferecemos como instrumento pragmático, operativo, dessa vontade política. E temos procurado agir da melhor forma nesse sentido.

Por exemplo, ainda antes desses episódios, quando tracei a Ferrovia Leste-Oeste, ela tinha um sentido estratégico muito interessante: ligava Pirapora, mais ou menos a Goiânia, a Cuiabá, Porto Velho e Acre; ligava o rio São Francisco ao rio Tocantins, ao rio Araguaia, ao rio Madeira e ao rio Paraguai. Ela cruza as cabeceiras de todos esses rios. Essa ferrovia tem que ser restituída ao seu traçado original. O traçado foi modificado. É um traçado competente, sem dúvida, mas é outro. O nosso traçado cruza Goiás pelo seu meridiano, pelo seu paralelo, pelo centro, e é absolutamente essencial que retomemos esse traçado.

Temos discutido isso com a Valec, e as discussões estão adiantadas. O seu Presidente atual, Dr. Luís Raimundo, é altamente sensível a toda essa questão. Ele embarcou de corpo e alma nesses processos, na Norte-Sul também. Isso é uma luta a ser desempenhada agora, uma nova luta.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Permita-me um aparte, Sr. Presidente. O Senador Waldeck Ornelas colocou muito bem esse ponto do desvio dessa rota no sentido de encaminhamento muito mais para o Centro-Sul, para acumular mais economia no Estado de São Paulo, em vez de caminhar no sentido da descentralização do País, prejudicando mais uma vez a nossa Região Centro-Oeste, que teria todas as condições de absorver. Lá já está lotado, o porto de Santos saturado. Então, estava na hora. Mas o que acontece? Todas as forças caminham no sentido da modificação do traçado, prejudicando a nossa região. É ponto fundamental falarmos que estamos sentindo na carne esse problema.

Faz falta, no caso da Ferronorte, de quem o nosso Senador Jonas Pinheiro foi grande idealizador e lutador, a cobrança disso tudo. Há um prazo para que ela fique pronta. Não digo que a culpa é do Governo, mas os nossos Governadores não têm condições de cobrar, porque não foi privatizada, é uma concessão, vem do Governo Federal. Não há prazo. Não fiscalizamos o traçado. Não foi discutido, na hora da concessão, qual o traçado que considerávamos o melhor. Não existe um executor nem um cobrador da eficiência da iniciativa privada. Ela pode executar, mas temos que zelar pelo interesse nacional.

Outro aspecto da colocação do Senador é quanto à eliminação de um Estado importante na produção do País, o Estado de Goiás, do novo traçado. Ela não passa mais por Goiás, fugiu do seu motivo estratégico. Um dos principais Estados produtores de grãos era um dos alimentadores daquele traçado antigo, por isso ela passava por Goiás.

Somos muito gratos ao Estado do Espírito Santo, que investiu, nesse consórcio, pesadas somas em seu desenvolvimento inicial. Fizemos, com recursos do Estado do Espírito Santo, aprovados naturalmente pela Assembléia, pelo Governador, somas pesadas, em estudos de viabilidade dessas ligações até o centro do País, com o objetivo de levar ao Espírito Santo também as cargas, já que o Estado só pode aplicar recursos tendo em consideração também o seu interesse. Mas o interesse maior era realmente a união desses portos tão úteis com o centro do País. Foi um grande apoiador o Estado do Espírito Santo de todo esse processo, com recursos.

A Vale do Rio Doce, como bem colocou o Senador Mauro Miranda, ajudou sempre muito nisso, inclusive pagando a minha aposentadoria – sou aposentado por ela –, quando era uma partícipe do projeto da Valec também, como é agora do Corredor Centro-Leste. Somos muito gratos pela participações da Vale do Rio Doce nesses projetos. Sou um velho funcionário dessa empresa. Possa falar, em benefício da empresa, que esses projetos, como o do Corredor Centro-Leste, aduziram substantivas receitas à Vale do Rio Doce, já que estamos, através da ação desse consórcio, derivando para o Estado do Espírito Santo cargas que não iam para lá. Pelo menos

mais 700 mil toneladas/ano de grãos jogamos naquelas linhas, naqueles portos, aduzindo receita aos portos e à própria Vale do Rio Doce. Ela nos ajuda muito e é por nós ajudada, como todos os demais partícipes da rede: as redes, os portos e os privados.

Também devemos muito da nossa sustentação econômica a muitas empresas privadas, como a própria Ferronorte, a Coimex, Andrade Gutierrez, Cemig, Escelsa, Samarco, partícipes do nosso orçamento. Não fora esses apoiadores, realmente não poderíamos estar desenvolvendo essa tarefa, como estamos até hoje. Precisaremos de mais apoiadores porque mais poderemos fazer. Os nossos orçamentos são extremamente limitados ainda.

Outra questão mencionada: a sociedade civil brasileira é muito desorganizada, pouco organizada, ao contrário, por exemplo, do que acontece nos Estados Unidos, na França ou na Alemanha. O Governo tem pouco amparo da sociedade civil. Tudo é o governo.

Com esse corredor, contribuímos para organizar a sociedade civil em torno de um certo projeto. Temos uma sociedade privada, sem fim lucrativo, organizada como sociedade civil, com a intenção de criar empregos no interior. Estamos presentes na economia do País hoje para ajudar o Governo, apoiá-lo, como acontece nos Estados Unidos. Uma das riquezas, uma das forças daquele governo é a grande organização da sociedade civil para resolver problemas. Procuramos fazer isso, contando com o poderoso apoio do mundo político da região e empresarial.

A nossa atividade tem outro componente importantíssimo. Sendo uma sociedade civil sem fim lucrativo, seus projetos são permanentes no tempo, não se interrompem. A cada quatro anos, por exemplo, é muito comum na nossa perversa prática política, a interrupção das coisas. Nosso mundo é assim. É tudo muito interrompido. Os projetos são, muitas vezes, arquivados. A sociedade civil, nesse caso, o Corredor Centro-Oeste, procura manter a continuidade por intermédio do Governo, e tem conseguido. Houve uma mudança recente de Governo há um ano, e todos os projetos continuaram com o forte apoio de todos os que nos apoiavam antes, porque somos apartidários, apolíticos e sempre fazemos algo em benefício de todos.

Para complementar, estamos dando mais um passo nesse momento, organizando a chamada Fundação Centro-Leste, uma entidade com caráter de fundação, que procura estudar e pesquisar as políticas e formas de criação de empregos objetivamente, no centro de um rico país como o nosso. Não se sabe ainda como fazer isso. Mas há que se empenhar, por intermédio dessa fundação, deslindando essas questões.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, ontem, a presença desta Comissão em Cuiabá foi muito importante para o conhecimento dos problemas existentes no Centro-Oeste, particularmente em Mato Grosso.

Dr. Paulo, a exposição de hoje tem muito que ver com o trabalho inicial da minha vida. Fui o coordenador do Programa do Cerrado no Estado, o Pólo Centro. Lutamos muito naquela época. Houve muita dificuldade, porque estávamos iniciando nas tecnologias que tiveram efeito no cerrado, principalmente o (?) do arroz, do milho, da soja.

Estamos com alguns problemas na área de tecnologia de soja, mas hoje já se tem, no Estado de Mato Grosso, em todo o cerrado do Centro-Oeste, produtividade igual à americana. Quanto ao milho, está-se produzindo cem a cento e vinte sacas por hectare. Essa produção hoje espanta os produtores americanos. Sempre visito a região de Chicago que produz milho e soja e onde se tem a suinocultura e a avicultura, e a grande preocupação do produtor americano é viabilizar o Centro-Oeste brasileiro. Nos Estados Unidos, em qualquer lugar que se produz, o custo do frete é apenas 4% da receita – tenho dito isso em várias oportunidades –, enquanto que, em alguns lugares de Mato Grosso, está-se produzindo com o frete custando aproximadamente 25% do valor do produto.

Estamos diante de saídas extraordinárias para o Centro-Oeste. Ontem, por exemplo, discutimos muito sobre a Cuiabá/Santarém, sobre o (?)/Tapajós. Discutimos também sobre os Rios Paraguai e Paraná, e consideramos que a saída mais curta para o Atlântico é o Porto de Tubarão. Mas há o grave problema da falta de conexão da região com Tubarão, a não ser por caminhos tortuosos.

Quanto à Ferronorte, há que se apressar o seu ramal que sai do Alto Araguaia com direção à Uberlândia, porque, sem dúvida, para aquela região, o traçado mais curto é saindo de Cuiabá, onde se chega na ferrovia, vindo para o Alto Araguaia e entrando no sudoeste baiano, naquela vasta região produtora de Goiás, chegando à Uberlândia, onde, com certeza, há maior facilidade de atingir-se o Porto de Tubarão.

Há o trabalho que está sendo feito por intermédio do Madeira/Amazonas, e, há pouco tempo, foram conhecê-lo o ex-Ministro José Serra, o Secretário Geral, Dr. Andrea Calabi, assim como representantes do BNDES e da SUDAM. O Governo, na oportunidade, ficou impressionado com o que será essa hidrovia que está prestes a acontecer.

Não me impressiona, porque hoje o preço da tonelada do produto que sai do Parecis em direção a Roterdã, via Paranaguá, é US$105,00. Partindo também do Parecis, para atingir Porto Velho, pelo Madeira e Amazonas, chegando a Itaquatiara – num percurso de 1.160km de navegação – para em seguida embarcar para Roterdã, o preço da tonelada do produto é US$73,00. É uma diferença enorme! Viabilizará uma região praticamente desconhecida que engloba Rondônia, o Acre e grande parte do Estado do Amazonas, onde está o Humaitá, com quase um milhão de hectares de cerrado à margem dessa rodovia.

Peço, por isso, o apoio do Dr. Mauro, porquanto teremos hoje uma reunião no Ministério de Planejamento para exatamente cuidar de alguns aspectos que ainda estão entravando a utilização dessa hidrovia. O primeiro é um pedaço de estrada, de 200km aproximadamente, dentro do Estado de Mato Grosso, na região do Parecis. Aliás, estamos, aqui no Senado Federal, mudando o traçado da BR-364, inativa em alguns trechos, para que as melhorias atinjam áreas de produção que dão acesso a BR-174, com destino a Porto Velho.

Há poucos recursos, como disse o nobre Senador Mauro Miranda. Dentro da calha do rio Madeira, precisaremos de apenas US$6 milhões para a sinalização do rio. O resto, a iniciativa privada já está fazendo, como o ótimo armazém dentro do porto em Porto Velho e um porto em Itaquatiara. Com certeza, daqui a pouco tempo tomaremos conhecimento que as referências de preço dos produtos agrícolas, principalmente a soja, são Roterdã, Paranaguá e Itaquatiara. Isso porque, além de a produção daquela região ser viabilizada, o prêmio a ser pago, já que esse porto está no Norte do Brasil, para quem faz esse negócio será um pouco mais elevado do que o do porto do Paranaguá.

Em sendo assim, solicitamos o apoio para a viabilização desses recursos da navegação para este ano, uma vez que há já um bom entendimento. No próximo ano lutaremos para a estrada que tornará a região mais viável.

O SR. *(Não Identificado)* – Senador, essa estrada, segundo o Sistema Nacional de Viação anterior, pertencia a Mato Grosso e passou agora a ser federal?

O SR. JONAS PINHEIRO – Exatamente. Eram duas MT: a que sobe, MT-170; e uma outra que atravessa Mato Grosso, MT-235.

O SR. *(Não Identificado)* – Foi essa que se transformou em federal?

O SR. JONAS PINHEIRO – Sim. Nesses dois trechos, passará a ser federal. O projeto já foi aprovado em duas comissões na Câmara dos Deputados e deve ir a plenário brevemente. Posteriormente, virá para o Senado, onde, por certo, será aprovado. Já estamos estabelecendo uma estratégia para conseguirmos recursos para pavimentar a estrada. Enquanto isso não acontece, o Governo do Estado e a própria empresa que está fazendo o trabalho colocarão recursos próprios para essa obra.

Sonhamos que grande parte de Mato Grosso, principalmente Rondonópolis e Alto Araguaia, que não tem acesso a qualquer desses corredores, venha ter acesso a Tubarão. O caminho natural dessa região é via porto de Tubarão.

Ontem, enfatizei a importância da presença desta Comissão no Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio) – Indago se o Sr. Relator tem mais alguma pergunta.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio) – Quero agradecer a presença dos Srs. Expositores, Drs. Paulo Augusto Vivacqua e Mauro Marcondes, que fizeram deste um alto momento da Comissão, trazendo-nos informações da maior valia. Quero agradecer também a presença importante dos Srs. Senadores, o Vice-Presidente, Senador Jonas Pinheiro, o Sr. Relator Mauro Miranda, os Senadores Gérson Camata, Beni Veras, Ernandes Amorim, Lauro Campos e Valmir Campelo, e dos Srs. Representantes da Vale do Rio Doce, do Governo de Goiás, dos Srs. Assessores do Senado, Dr. Villas Boas e Marcos Parente.

Nada mais havendo a tratar a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

COMISSÃO ESPECIAL DO CORREDOR CENTRO-LESTE

4ª Reunião, realizada em 17 de junho de 1996.

Às quatorze horas do dia dezessete de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis, no audi-

tório da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso, reúne-se a Comissão do Corredor Centro-Leste. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Mauro Miranda, Jonas Pinheiro, Ernandes Amorim, Waldeck Ornelas e Júlio Campos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, que tem como objetivo a discussão dos problemas do Estado do Mato Grosso, integrante do Corredor Centro-Leste. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão, Mauro Miranda, Relator da Comissão, Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão, Waldeck Ornelas, Júlio Campos, e ainda, o Senhor Governador do Estado do Mato Grosso, Dr. Dante Martins de Oliveira, Deputado Federal Antonio Joaquim, o Senhor Vasco Milhomens, Secretário de Indústria e Comércio do Município de Barra do Garças, Deputado Estadual Pedro Satelite, o Senhor Evandro Maciel Franca Madeira, Diretor da Ferronorte, o Senhor Luiz Duarte Silva Júnior, Subsecretário de Estado da Agricultura do Estado do Mato Grosso, o Senhor Carlos Antonio de Borges Garcia, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso, o Senhor Luiz Antonio Pargot, do Grupo Maggi, o Senhor José Antonio de Avila, Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Mato Grosso e o Senhor Aldo Romani, Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Mato Grosso. Presente ainda à reunião o Senhor Vice-Governador do Estado do Mato Grosso, Dr. Marcio Lacerda. Encerradas as exposições o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator, Senador Mauro Miranda. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. Senador **José Ignácio Ferreira**, Presidente.

O SR. APRESENTADOR – Senhoras e Senhores, boa tarde.

É com satisfação que o Cerimonial do Governo do Estado de Mato Grosso inicia esta cerimônia de abertura da audiência pública da Comissão Especial do Senado Federal destinada ao Estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste.

Para compor a Mesa de honra desta tarde, convidamos S. Exª o Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Dante Martins de Oliveira, para presidir esta Mesa; convidamos S. Exª o Sr. Márcio Lacerda, Vice-Governador do Estado de Mato Grosso; convidamos S. Exª o Senador José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão Especial do Estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste; convidamos S. Exª o Senador Júlio José de Campos, 2º Vice-Presidente do Senado da República; convidamos o Exmº Sr. Carlos Antônio de Borges Garcia, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso; convidamos S. Exª o Senador Jonas Pinheiro da Silva, Vice-Presidente da Comissão Especial de Estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste; convidamos S Exª o Senador da República e 4º Secretário da Mesa do Senado, Senador Ernandes Amorim, membro da Comissão Especial de Estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste; convidamos S. Exª o Senador da República Mauro Miranda, relator da Comissão Especial de Estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste; convidamos S. Exª, o Senador da República Waldeck Ornelas, membro da Comissão Especial de Estudo do Corredor de Transportes Centro-Leste; convidamos S. Exª o Sr. Deputado Federal Antônio Joaquim, Secretário de Estado de Infra-Estrutura.

Sr. Governador, o Cerimonial informa que a Mesa está composta.

Informamos que o Senador da República por Mato Grosso Carlos Bezerra não pode se fazer presente desta audiência pública por se encontrar na cidade de São Paulo em missão designada pelo Diretório Nacional do seu partido, o PMDB.

Registramos as presenças do Sr. Blairo Maggi, suplente de Senador; do Sr. Aldo Pascolli Romani, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Mineração; do ex-Senador da República, Vicente Emílio Vuollo; do Sr. Vilceu Marchetti, Prefeito municipal de Primavera do Leste e Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios; do Sr. José Bucick de Figueiredo, Presidente do Ceprомat; do Sr. Vítor Cândido e demais diretores do DVOP; do Sr. João José de Amorim, Subsecretário de Planejamento; do Sr. Pepeu Garcia, Subsecretário de Estado de Infra-Estrutura; do Sr. Sérgio Bandeira de Matos, Superintendente do Consórcio do Corredor Centro-Leste; do Sr. Valderez Antônio Ferreira, Secretário de Indústria e Comércio e Turismo do Município de Várzea Grande, neste ato representando o Prefeito daquela cidade; do Sr. Vereador José Magalhães, neste ato representando a Câmara Municipal de Cuiabá; do Sr. José Antônio de Ávila, Presidente da Famato.

Srªs e Srs., com a palavra, neste instante, o Sr. Senador da República José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Exmº Sr. Governador de Estado, Dr. Dante Martins de Oliveira; Dr. Márcio Lacerda, Vice-Governador do Estado de Mato Grosso; Sr. Senador Júlio Campos, 1º Vice-Presidente do Senado Federal; Sr. Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente desta Comissão; Sr. Senador Mauro Miranda, relator desta Comissão; Sr. Senador Ernandes Amorim, 4º Secretário da Mesa do Senado Federal; Sr. Senador Waldeck Ornelas; Sr. Deputado Federal Antônio Joaquim, Secretário de Estado de Infra-Estrutura; Dr. Antônio Carlos Borges Garcia, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso; demais autoridades presentes; assessores do Senado Federal; senhoras e senhores:

É com muito prazer que estamos aqui, na histórica cidade de Cuiabá, para realizar mais uma audiência pública da Comissão Especial para o desenvolvimento da região de influência do corredor centro leste, louvável iniciativa do Senado Federal, que, certamente, será de grande importância para o futuro de toda uma vasta região, integrada por vários Estados da Federação.

O Senado Federal, onde estão representados de maneira eqüânime, igualitária, todos os Estados da Federação, tem também a obrigação de buscar caminhos para o crescimento econômico.

Muito bem representado naquela Casa pelos destacados Senadores Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro e Júlio Campos, o Estado de Mato Grosso terá papel de destaque nesta Comissão. Estamos certos, também, de que o Governador Dante de Oliveira, um líder político de expressão nacional, se engajará vivamente nesse nosso trabalho.

Um dos objetivos principais da Comissão Especial é justamente o de fazer com que sejam criadas as condições básicas para que a expressiva produção de alimentos do Centro-Oeste possa chegar não só aos mercados do leste brasileiro, mas também aos nossos portos, no oceano Atlântico, a fim de ser exportada. Ninguém tem dúvidas de que o Centro-Oeste é uma região que pode ampliar, ainda mais, muito mais, a sua já expressiva produção de carne e grãos. Grandes extensões de terras agricultáveis ainda pouco exploradas e um clima excepcionalmente propício são duas condições que eu destacaria como essenciais para essa ampliação. Nesse aspecto, ganha em importância o Estado de Mato Grosso, o terceiro maior do País, com 901 mil quilômetros quadrados de área, ocupados, na maioria das vezes, por atividades agropecuárias. Dono de um rebanho de 12 milhões de cabeças e de uma safra de grãos que corresponde a 16% da colheita nacional, esse Estado tem desmentível vocação para a produção de alimentos. Mais do que alavancar a produção nacional, amenizando o problema da fome, que atinge as camadas mais humildes da população brasileira, o Centro-Oeste tem condições de gerar preciosas divisas para o País, na medida em que os seus excedentes passem a ser exportados.

Além das duas condições físicas que mencionei inicialmente, - terra fértil e clima favorável -, temos ainda um terceiro ponto positivo, esse de ordem técnica. Graças ao trabalho da Embrapa, empresa modelo, que, infelizmente, não vem recebendo, nos últimos anos, a atenção que merece, já possuímos ótima tecnologia de manejo no cerrado. Ressalte-se: tecnologia que não existia há 20 anos.

Para encerrar o quadro das potencialidades do campo, eu destacaria a existência de farta mão-de-obra, já que boa parte dos homens do Centro-Oeste vive no campo e tem amor ao cultivo da terra. Em Mato Grosso, por exemplo, 32% de sua população estão empregados em atividades ligadas à agropecuária. Referi-me, principalmente, à vocação rural. Mas a verdade é que o Estado de Mato Grosso tem possibilidades consideráveis em muitos outros ramos da economia. Na geração de energia, por exemplo, seu potencial representa 40% da capacidade instalada no País. E o que dizer das florestas, cuja reserva madeireira é da ordem de 400 milhões de metros cúbicos poderia abastecer o parque industrial e o madeireiro estadual por várias décadas. Mas não é só isso, as jazidas de ouro e diamante em Mato Grosso são responsáveis por uma renda anual de centenas de milhões de dólares.

Também é indispensável mencionar aqui a capacidade pesqueira, seja relativa à pesca esportiva ou comercial. Da mesma forma, merece destaque o fantástico potencial turístico da região. O turismo é hoje uma das indústrias que mais crescem no mundo. O Pantanal, a Chapada dos Guimarães, o Vale do Araguaia, a fauna diversificada, os pássaros multicoloridos mostram que a natureza foi generosa com Mato Grosso, Estado que reúne incontáveis condições para atrair visitantes de todo mundo.

Senhoras e senhores, entre as tarefas mais relevantes desta Comissão, eu destacaria o trabalho de levantamento dos problemas que hoje entravam o escoamento da produção agrícola regional. Os Senadores da República têm o dever de detectar, com

precisão, em que pontos, exatamente, há esse estrangulamento.

É inaceitável que, tendo tantas e tão boas condições para produzir alimentos em abundância, o Centro-Oeste esteja trabalhando bem abaixo do seu potencial. Isso ocorre porque faltam estradas para certas áreas, ou porque as existentes, de um modo geral, são ruins, ou até mesmo intransitáveis em certas épocas.

De um lado, julgo urgente e necessário apoiar, decididamente a agroindústria, seja criando linhas especiais de crédito, seja mediante estabelecimento de incentivos. Mudar para melhor a situação sócio-econômica dos Estados cortados pelo corredor Centro-Leste. E os que se situam na sua área de influência, como Mato Grosso, é para nós, Senadores da República, uma questão de honra, de vez que é inconcebível que no Brasil, em especial em regiões férteis como a de Mato Grosso, ainda existam cidadãos que passem fome. No Congresso Nacional esse problema tem sido uma das nossas preocupações mais constantes.

De outra parte, esta Comissão Especial para o desenvolvimento da região de influência do Corredor Centro-Leste vai estudar cuidadosamente os modelos de desenvolvimento que são adotados na área abrangida para que, a partir deles, se possa apresentar sugestões de políticas públicas setoriais, como as relativas à agricultura, meio ambiente, indústria, agroindústria, comercialização, comunicações, turismo e centros que gerem tecnologia e serviço. É fundamental que haja um engajamento e uma integração entre os três níveis da administração - Federal, Estadual e Municipal - para que os esforços sejam mais efetivos, para que não se desperdicem recursos e para que se ganhe em eficiência.

Devo acrescentar ainda que a Comissão Especial vai estudar o impacto que terá no seu âmbito a política de privatizações que vem sendo implementada pelo Governo brasileiro. É claro que o Estado não pode se retirar totalmente da cena, depois de vender suas empresas. Na verdade, ele passa a desempenhar um novo papel, muito mais importante, porque precisa ter o controle efetivo sobre o processo de desenvolvimento nacional. No caso da área que estamos estudando, a zona de influência do corredor Centro-Leste, havendo privatizações, o Governo precisa estar atento para agir no momento em que for necessário, caso seja detectado algum problema. A privatização não pode acarretar problemas, deve agregar, sim, muitos benefícios.

Outro aspecto muito importante do trabalho desta Comissão refere-se à analise dos acordos internacionais vigentes e dos que estão em estudo, a fim de verificar quais ações governamentais poderiam favorecer ainda mais o comércio internacional dos Estados abrangidos pelo Corredor.

Por fim, temos que analisar com cuidado a questão de um futuro corredor bi-oceânico, que fatalmente virá depois que o eixo Centro-Leste for devidamente implantado.

Uma estrada férrea que corresse do Centro-Oeste brasileiro tanto para o Oceano Atlântico quanto para o Oceano Pacífico seria algo fantástico. Não há mais dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, estaremos ligados aos portos sul-americanos, chilenos, ou peruanos, no Oceano Pacífico.

Em nossos dias, o Oceano Pacífico está ultrapassando o Atlântico como principal via comercial do mundo devido ao crescimento espantoso da Ásia. Quando ocorrer essa ligação, o Centro-Oeste brasileiro terá aumentado significativamente o papel que desempenha na economia nacional, porque sua produção estará muito mais próxima do próspero mercado asiático. Da mesma forma, ficará muito mais barato importar mercadorias do oriente.

Senhoras e senhores, esta Comissão Especial para o desenvolvimento da região de influência do Corredor Centro-Leste vai-se deslocar pelos vários Estados abrangidos nos seus estudos a fim de conhecerem, **in loco**, quais são os verdadeiros anseios dos brasileiros residentes nessas áreas.

Precisamos avaliar corretamente o potencial da área, para podermos sugerir ao Governo e mesmo aos empreendedores privados o que deve ser feito para colocar o Centro-Leste e sua ampla área de abrangência, que alcança o Estado de Mato Grosso, que hoje nos recebe no lugar de destaque que merece na vida nacional.

Muito obrigado.

O SR. APRESENTADOR – Convidamos o Sr. Governador do Estado Dante Martins de Oliveira, convidamos o Deputado Estadual Pedro Satélite, neste ato representando o Poder Legislativo Estadual para compor a mesa de honra.

Ouviremos agora palavras de S. Exª o Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, Dante Martins de Oliveira.

O SR. DANTE MARTINS DE OLIVEIRA – Senador José Ignácio, Presidente da Comissão Especial do Senado Federal que estuda o Corredor de Transporte Centro-Leste, nosso Vice-Governador Márcio Lacerda, Senador Júlio Campos; Senador Jo-

nas Pinheiro, Vice-Presidente desta Comissão; Senador Ernandes Amorim, 4º Secretário da Mesa do Senado Federal; Senador Mauro Miranda, Relator desta Comissão; Senador Waldeck Ornelas; Carlos Antônio Borges Garcia, Presidente da Federação das Indústrias; Deputado Federal e Secretário de Infra-Estrutura de Mato Grosso, Antônio Joaquim; Deputado Estadual Pedro Satélite; ex-Senador Vicente Vuollo, grande lutador pela ferrovia (palmas.), senhoras e senhores:

Minhas primeiras palavras são para agradecer a visita de trabalho que esta Comissão de Senadores realiza hoje em Mato Grosso. Creio que este gesto, Senador José Ignácio, é extremamente importante e não há dúvida de que deva ser um princípio de trabalho do Senado Federal procurar, permanentemente, viajar por este nosso imenso território para ver de perto os projetos estaduais, regionais e os projetos de caráter nacional, principalmente no que tange à questão de transporte. Pelo fato de o Brasil ser um País continental, é fundamental para a viabilização das diversas regiões do nosso País termos uma permanente preocupação em diminuir os custos dos fretes no interior deste continente que é o Brasil.

Infelizmente, os governos passados, desde os idos de 50, principalmente após o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e com o advento das indústrias montadoras, fizeram uma opção errada, uma opção que considero economicamente burra para um País continental como o nosso. Perdoem-me a expressão. Por quê? Porque, para beneficiar essas montadoras, do ponto de vista de modelo econômico, centrou-se todo o desenvolvimento nacional no sistema de transporte rodoviário de cargas. As ferrovias construídas neste País, todas elas, eram rodovias radiais que vinham da região Sul-Sudeste para os portos do Oceano Atlântico. Ferrovias ainda da época do império! De lá para cá, a não ser algumas outras ferrovias nessa mesma região, a única que se tentou fazer foi a Ferrovia do Aço, que não teve sucesso. Ainda é uma obra largada, abandonada pela incúria e pelo crime dos nossos governantes de se começar obra e não terminar.

Depois de longos e longos anos, é preciso nos conscientizarmos da necessidade de outras alternativas de transporte. Uma, Deus nos deu de graça: são as hidrovias. Temos hidrovias bem localizadas, viabilizando o centro do nosso País. Regiões distantes podem ser viabilizadas com a utilização dessas hidrovias, que são o transporte mais barato do mundo.

Enquanto outros países, há muitos anos, como a antiga União Soviética, que fez a ligação dos rios Volga e Don, e como os Estados Unidos, que ligaram o Mississipi ao Missouri, fizeram uma rede de hidrovias, de ferrovias, para poder viabilizar, economicamente, países continentais que são, como o nosso, no Brasil temos 72% do transporte de cargas feito por rodovias, queimamos óleo diesel quando não somos auto-suficientes nesse combustível, acabamos com a resistência de nossas estradas – porque não há controle de peso, de tonelagem –, fazemos estradas caríssimas, em asfalto, e carretas pesadíssimas, sem controle, arrebentam tudo em cinco, seis anos. Enfim, as rodovias trazem problemas para o setor de produção, principalmente para o setor agrícola, pois longas distâncias têm que ser vencidas pelo sistema de transporte de cargas rodoviário.

Portanto, Presidente José Ignácio, louvo a presença de V. Exªs aqui, não só por estarem representando o Senado da República, mas por virem ao interior do nosso País, a uma região que, potencialmente, é riquíssima, como a nossa, em que a produção foi aumentando gradativamente – hoje já somos o terceiro produtor de grãos do Brasil; produzimos sete milhões de toneladas de grãos na última safra, sendo que cinco milhões e tantas mil toneladas de soja. Aquilo de que precisamos é exatamente ter um sistema de transportes que faça com que os nossos produtos sejam competitivos em nível nacional e internacional.

Sr. Presidente, basta olhar para o Mato Grosso e ver as diversas alternativas que temos e que estavam adormecidas há anos. Aqui temos pelo menos três hidrovias que viabilizam o sistema de transportes do Estado. A hidrovia Paraguai-Paraná, de integração e corredor natural do Mercosul, que sai de Cáceres, sua cabeceira mais alta, vai até o porto de Nova Palmira, chegando até Buenos Aires através da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina. Nos próximos quatro meses, teremos o encerramento do trabalho que está sendo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, um trabalho do Comitê Internacional da Hidrovia, CIH, e teremos os resultados dos estudos de engenharia e de impacto ambiental da hidrovia Paraguai-Paraná.

Segundo, a hidrovia Araguaia-Tocantins, na qual o Presidente Fernando Henrique já está investindo. Os números que temos e que o Antônio Joaquim, que era Deputado e membro da Comissão de Transportes da Câmara, sempre coloca para nós, R$30 milhões, viabilizariam a hidrovia Araguaia-Tocantins definitivamente. Ela pode pegar uma boa parte dos nossos produtos, sair por portos do rio Araguaia, na altura de Barra do Garças, ou do rio das Mortes, em Xavantina, e levar

esses produtos nossos, através da Ferrovia Carajás, até o porto de Itaqui, no Maranhão, que é dos mais profundos, dos mais modernos e dos melhores portos que temos no nosso País.

Temos a outra alternativa, que é a hidrovia Teles Pires-Tapajós, aqui no Centro-Norte, que pode pegar boa parte da Cuiabá-Santarém, do próprio noroeste de Mato Grosso como alternativa também, parte do Centro-Norte e levar até Santarém.

Temos o Corredor Noroeste, que é esse que já tem uma participação do Grupo Maggi, que está aqui representado pelo Blairo Maggi. O setor privado e o setor público fazem parceria para viabilizar um dos corredores mais importantes do Estado do Mato Grosso, pegando uma região riquíssima, Senador, que é o planalto do Chapadão dos Parecis, e escoando esses produtos, madeira, soja, arroz e tudo o que podemos produzir por Cuiabá, Porto Velho e Comodoro, e chegando a Porto Velho, rio Madeira, Itacoatiara, rio Amazonas, Santarém, Oceano Atlântico e Europa e Estados Unidos, para onde for a carga.

Temos também outra alternativa importante, que é a Ferrovia Ferronorte, que vem de São Paulo, entrando por Mato Grosso do Sul, Alto Taquari, Itiquira, Rondonópolis e Cuiabá. Essa ferrovia é uma luta antiga do Senador Vicente Vuolo, hoje cada vez mais abraçada por todos os mato-grossenses. É uma ferrovia que já está agora em uma outra etapa, com a retomada da conclusão da ponte. O Grupo Itamarati e a Ferronorte já têm 311 quilômetros praticamente prontos para assentar os trilhos, colocar os dormentes e fazer com que, o mais rápido possível, talvez em dois anos ou dois anos e meio, essa ferrovia possa estar na cidade de Cuiabá. E ela vai ter um papel importante para esse assunto de hoje, porque é através dela que se pode ir para o Porto de Santos ou também para o Porto de Sepetiba, o projeto moderno de um grande porto que o Estado do Rio de Janeiro está fazendo, podendo sair na altura de Goiás essa variante que vai para o Triângulo Mineiro, para Goiás, para o Porto de Tubarão. É outra alternativa importantíssima para o Estado de Mato Grosso.

Dessa forma, temos, enfim, o projeto por que estamos lutando agora, e que o Senador Márcio Lacerda sempre defendeu e pelo qual sempre lutou, que é esse eixo a que V. Exª se referiu no seu pronunciamento, o Eixo Leste-Oeste. Estamos, por sermos um Estado central, a 1.900 quilômetros do Atlântico e a 2.000 quilômetros do Pacífico. Estamos equidistantes dos dois, e por isso mesmo, porque as distâncias não são pequenas, é que o custo de transporte é vital para nós, senão ficamos com os nossos produtos sem competitividade. Poderemos ter, perfeitamente, o eixo Leste-Oeste, por onde escoaremos nossos produtos tanto para o Atlântico quanto para o Pacífico, através de Cuiabá, Cáceres, São Matias, Santa Cruz, Cochabamba, Oruru, até os portos de Arica, Antofagasta, Iquique.

Agora mesmo, neste final de semana, li sobre outro porto que o Chile está construindo, que é o de Mejillones, um porto profundo, que suporta navios da ordem de 200 mil toneladas. Para mim, é até uma surpresa, porque sempre achei que essa costa do Pacífico não tinha portos tão profundos. Hoje, o porto de Mejillones está sendo discutido e preparado para receber futuros investimentos, entre eles, o de parcerias com o capital privado. Vai ser um grande porto.

Esses portos do Pacífico têm muito a ver exatamente com os nossos produtos do Centro-Oeste. Para se ter uma idéia, se pegarmos, por exemplo, os Portos de Antofagasta, Iquique e Arica, eles não suportariam 20% de nossa soja, que os engarrafariam. Esses portos não têm suporte para muita carga. Quer dizer, o porto de Mejillones, no Chile, vai ser fundamental se eles quiserem realmente escoar o nosso produto.

Portanto, o que estou desenhando para V. Exªs é para lhes dizer uma coisa óbvia: não temos, Senadores Júlio Campos, Jonas Pinheiro e Márcio Lacerda, um projeto desse em que possamos dizer que estamos lutando por coisa própria, só para Mato Grosso. Acho que o fundamental para se ressaltar aqui é que todos esses corredores são de caráter nacional e regional, sempre atendendo Mato Grosso, se for pela hidrovia Araguaia-Tocantins, se está atendendo Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão; se for para o noroeste, está atendendo Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas e o Pará. Se você for para este aqui da hidrovia está atendendo o Mercosul, com diversos países. Se for pela Ferronorte está atendendo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo. Quer dizer, não temos nenhum projeto por que V. Exªs não possam lutar por ele lá no Orçamento da União, e que se diga que agora os Senadores de São Paulo, de Minas, do Rio e do Espírito Santo estão defendendo interesses do Mato Grosso. Não, V. Exªs estarão defendendo orçamento e recursos para viabilizar projetos de interesse da nossa Pátria e que passa por Mato Grosso. Essa é uma situação geográfica singular do nosso Estado, por estar no centro do Brasil e no centro da América do Sul.

Portanto, encerro este nosso pronunciamento fazendo votos para que os Srs. Senadores possam nos ajudar a viabilizar esses projetos para o nosso Brasil, para as nossas regiões, para o nosso Estado.

Também quero dar aqui uma boa notícia para os mato-grossenses. Já estou autorizando o Secretário de Infra-Estrutura, Antônio Joaquim, a ocupar duas coordenadorias na Secretaria de Infra-Estrutura, a Coordenadoria de Hidrovias e a Coordenadoria de Ferrovias, para que possamos ter, dentro da estrutura de Governo, na Secretaria de Infra-Estrutura, um corpo de técnicos que possam ajudar o nosso Estado a coordenar o sistema hidroviário e o sistema ferroviário. Considero isso fundamental.

Desejo felicidades a esta Comissão. Espero que V. Exªs possam levar ao Ministro dos Transportes, ao Ministro do Planejamento, ao Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, como também ao Presidente da República, todos esses projetos que Sua Excelência já conhece, mas é fundamental que essa seja uma luta não só do Governador do Mato Grosso ou só da Bancada Estadual e Federal do Mato Grosso mas também de todas as Bancadas Federais de nosso País.

Muito obrigado.

Felicidades e bom trabalho. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR – Neste instante, o Sr. Senador da República Júlio Campos, 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado, em nome do Senado Federal e desta Comissão Especial, homenageia o Exmº Sr. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado do Mato Grosso, entregando-lhe a medalha do Congresso Nacional. (Palmas.)

Neste instante, anunciamos a retirada deste recinto dos Exmºs Srs. Dante Martins de Oliveira, Governador do Estado de Mato Grosso, e Márcio Lacerda, Vice-Governador do Estado. Devem permanecer à Mesa os Srs. Senadores, o Presidente da FIEMT, o Deputado Estadual Pedro Satélite e o Secretário Estadual de Infra-Estrutura, Antônio Joaquim, que conduzirá os trabalhos técnicos desta audiência.

O Cerimonial do Governo encerra aqui a sua participação, passando a palavra ao Sr. Pepeu Garcia, Sub-Secretário de Infra-Estrutura do Estado de Mato Grosso.

A todos uma boa tarde e o nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pepeu Garcia) – Na continuidade do trabalho, os Srs. Senadores estabelecem algumas regras para que possamos desenvolver as atividades desta audiência pública na tarde de hoje tirando o melhor proveito possível deste momento.

Para tanto, a Mesa estabelece que os senhores painelistas usarão do tempo de 20 minutos para apresentação de seus painéis e senhores debatedores disporão do tempo de cinco minutos para darem a sua visão do painel apresentado. Solicitamos que os senhores painelistas e debatedores, na medida do possível, se atenham a esse tempo determinado.

A Mesa dispensa os cumprimentos iniciais, a saudação inicial, para que não tenhamos necessidade de repetir a cada apresentador de painel ou a cada debatedor todos os cumprimentos dirigidos à Mesa.

Para darmos início ao nosso trabalho, o primeiro painel previsto para esta tarde será apresentado pelo Deputado Federal Antônio Joaquim, Secretário de Estado de Infra-Estrutura. Como o Deputado Antônio Joaquim se encontra à Mesa, convidamos para a Mesa os debatedores do primeiro painel. O primeiro debatedor, representando a Associação Mato-Grossense dos Municípios e a Prefeitura de Barra do Garças, o Secretário Municipal de Indústria e Comércio, é o Sr. Vasco Milhomens. (Pausa.) Outro debatedor, representando a Federação do Comércio do Estado do Mato-Grosso, chamamos o Sr. Pedro Julião de Castro Borges, diretor da Fecomércio. (Pausa.) E o terceiro debatedor deste painel, representando a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, é o Deputado Estadual Pedro Satélite.

Daremos início, então, neste instante, ao primeiro painel.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Antônio Joaquim.

O SR. ANTÔNIO JOAQUIM – Primeiramente, eu gostaria de dar minhas saudações ao Senador Júlio Campos, Vice-Presidente do Senado, ao Dr. Carlos Antônio, Presidente da FIEMT, aos Senadores Jonas Pinheiro, Mauro Miranda, Waldeck Ornelas e Ernandes Amorim, ao Deputado Pedro Satélite, ao Dr. Vasco, representante da Fecomercio.

O meu painel, até para dar oportunidade aos debatedores para usar um pouco mais de tempo, fica mais como uma ratificação, uma reiteração da palavra do Governador que se referiu à questão de transporte do Estado de Mato Grosso. Todos sabemos que Mato Grosso tem dois grandes gargalos de desenvolvimento: a questão energética e a questão de transporte no sentido de viabilizar a nossa produção a custos compatíveis com o mercado. E, pelo fato de estarmos no centro da América do Sul, temos a vantagem de ter muitas alternativas, mas, de

certa forma, todas ainda em um ponto de embrionário a uma pouca maturação dos projetos.

Como também já o fez o Governador, agradeço a presença da Comissão do Senado, em nome do Governo, porque este momento é muito rico não só para debater – como será feito – o Corredor Centro-Leste, mas também todas essas alternativas já tão estudadas, tão claras e tão evidentes para a nossa população a respeito, principalmente, das hidrovias, como a Teles Pires-Tapajós, cujo projeto está em um momento muito mais embrionário, mas que é importantíssima principalmente para a viabilidade de todo o norte de Mato Grosso, para a região de Alta Floresta, Colíder e todo o extremo norte; a questão da hidrovia Araguaia-Tocantins, que tive o prazer de, como Deputado Federal, iniciar esse processo de discussão na Comissão de Transportes da Câmara Federal.

Digo ainda, para muitos que talvez ainda não acreditem, que já há investimentos significativos na hidrovia Araguaia-Tocantins, e, não se considerando a questão da travessia da Santa Isabel, realmente com pouco mais de 30 milhões se viabiliza 1.200 quilômetros de hidrovia, propiciando um transporte intermodal entre hidrovia, ferrovia e rodovia perfeitamente compatível, diminuindo o custo de transporte, principalmente da produção de grãos da região do leste, de Primavera a Xavantina e todo o vale do Araguaia, abrangendo, evidentemente, os Estados de Goiás, Tocantins, Pará e Mato Grosso.

Debateremos ainda a questão também da hidrovia Paraguai-Paraná, que, como já foi dito aqui, é uma inserção e uma oportunidade de consolidação do Mercosul, e também, com a participação muito honrosa de minha parte, a questão do Corredor Noroeste, que é a MT-235, que já está aprovada no relatório do Deputado Eliseu Resende como BR-364, ou seja, uma extensão da antiga BR-364, agora a MT-235 passará também a ser uma BR e, conseqüentemente, ter oportunidade de receber recursos do Governo Federal para poder pavimentá-la. Essa é uma emenda também de nossa autoria com a ajuda de toda a Bancada na Câmara Federal e que, tenho certeza, poderá propiciar a concretização da pavimentação da 235, que será a BR-364.

A BR-163, o Deputado Pedro Satélite se referirá mais especificamente a ela, é também a nossa grande capacidade e oportunidade de escoamento via porto de Santarém. Enfim, o Estado tem grandes alternativas, entre elas a Ferronorte.

O Governo do Estado tem tomado iniciativas, por mais tímidas que sejam diante do caos econômico em que o Estado se encontra, para demonstrar ao Governo Federal a vontade e a preocupação de encontrar soluções. Por exemplo, a pavimentação da BR-163 no trecho de Peixoto a Guaratã, onde já foram concluídos 12 quilômetros, e o objetivo é alcançar 33 quilômetros, é muito tímida ainda, mas é mais uma simbologia, uma demonstração de boa vontade do Governo do Estado para demonstrar e sensibilizar o Governo Federal. Da mesma forma, a MT-100, que é uma estrada estadual e que está sendo pavimentada a duras penas. O Senador Vuolo é testemunha e tem acompanhado exatamente para dar a contrapartida do Estado de Mato Grosso em relação ao programa da Ferrovia Ferronorte, além de outras iniciativas que estão sendo viabilizadas, como Itiquira-Mineirinho, Primavera-Paranatinga, essa idéia de ligar Paranatinga a Nova Xavantina, para propiciar também essa integração do leste com a hidrovia, através do porto rio das Mortes, como de Barra do Garças.

Enfim, o Governo do Estado realmente acha e tem a convicção de que essa audiência pública é mais uma oportunidade para que possamos debater e conscientizar a sociedade como um todo, e uma oportunidade de demonstração da vontade e da determinação da Bancada Federal de Mato Grosso, juntamente com os demais Senadores, de encontrar uma saída para a questão de transportes do Estado.

O Corredor Centro-Leste, sem dúvida nenhuma, é uma das alternativas viáveis e concretas, através do porto de Tubarão, e a nossa presença aqui, representando o Governo do Estado, é exatamente para dar a nossa quota de contribuição no encaminhamento dessas questões.

Basicamente, era isso. Gostaria que o tempo restante, que não está sendo usado pela painelista, fosse transferido aos debatedores, que irão encaminhar as suas questões específicas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pepeu Garcia) – Para a participação dos debatedores, de acordo com esse painel, convidamos o Sr. Vasco Milhomens, Secretário de Indústria e Comércio do Município de Barra do Garças, que, neste ato, representa a Associação Mato-Grossense dos Municípios.

O SR. VASCO MILHOMENS – Senador José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão, demais Senadores, minhas senhoras e meus senhores, entendo que, no processo histórico brasileiro, talvez seja realmente o grande momento de resgatar na História essa questão de viabilizarmos as hidrovias.

Até hoje isso é criticado por não ter sido feito, por diversas situações, e hoje há essa perspectiva.

A região do Vale do Araguaia, simplesmente realizando um fórum e tendo notícias de que se viabilizaria a hidrovia Araguaia-Tocantins no Corredor Multimodal Centro-Norte, na nossa pequena Secretaria Municipal passamos a receber dois, três telefonemas por dia de empresários de fora que queriam voltar a investir na região.

Penso que o Brasil é um país que precisa de alento. A hidrovia Araguaia-Tocantins se fará no seu contexto todo, onde precisaria de quase US$700 milhões para concluir, inclusive, a sua eclusa de Tucuruí, com US$40 ou US$50 milhões ela se torna viável e navegável, podendo incorporar, agregar a essa atividade produtiva cerca de 11% da área territorial nacional, o que daria condições de uma produção de 200 milhões de toneladas, o que representa hoje três vezes a produção que já se faz no Brasil, que é de 70 a 75.

Penso que hoje, realmente, quando se discute a questão da hidrovia, ao invés de falarmos em História passada, é uma História presente, que pode levar não só esse Governo Federal como os Srs. Senadores para um marco dentro da História, recuperando todo um passado, que, muitas vezes, se fala que foi de influências de grandes multinacionais, que levaram a nós, produtores rurais do Centro-Oeste brasileiro, a um sistema de falência, pois a incorporação de custos na importação de insumos, na internacionalização de insumos e a exportação do produto não nos compensou. Hoje somos uma classe falida no Centro-Oeste e que podemos, talvez, recuperar, com esse sistema de hidrovia.

Assim sendo, acho que, dentro da sistemática que estão colocando, poderemos vir a recuperar grande parte da História do Brasil, com essa nova grande perspectiva de produção.

Temos informações de que muito se pretende investir em função de hidrovia e de ferrovia, apesar de alguns investidores criticarem ou colocarem a dificuldade de se investir no produtor brasileiro, em função de estar inadimplente com o Banco do Brasil, com dez a quinze hipotecas sobre sua fazenda, e a iniciativa privada carece de garantias do produtor. Mas, prevendo-se que já está se resolvendo grande parte da inadimplência do Banco do Brasil, temos novas perspectivas.

Gostaria, assim como o Deputado Antônio Joaquim, que se colocasse para nós a intenção, em nível de Estado, com relação às rodovias, conforme citou-se aí, se, realmente, vai ser viável a Paranatinga-Xavantina, para podermos consubstanciar melhor a atividade produtiva, porque na região, com relação à hidrovia Araguaia-Tocantins, a pequena distância que fica, às vezes, do centro produtor, que é Primavera, Campos Verdes, etc., está dificultando a caracterização da quantidade a ser transportada.

O SR. ANTÔNIO JOAQUIM – O Governo do Estado entende que há uma necessidade de integração daquela região, da grande Primavera com todo o Vale do Araguaia. Ou seja, temos também a opção de Paranatinga a Canarana, que é a MT-020, uma obra extremamente reivindicada há anos e anos, de que todo o baixo Araguaia necessita, para ter acesso à capital do Estado; é um trecho razoavelmente pequeno, desde que seja restaurado e implantado, passa a ser viável esta alternativa, e também no meio da MT-130, entre a Primavera e Paranatinga saiu um ramal ligando a Nova Xavantina. É evidente que isso também propicia uma interligação da região de São Joaquim, Campinapólis e Primavera do Leste, sem prejudicar, é claro, a ligação com Barra do Garças.

A quantitativa de cargas, em relação aos portos de Barra do Garças e Nova Xavantina, ainda não há dados técnicos por parte do Governo definidos. Cabe, como iniciativa do Governo, a atitude de abrir novas fronteiras, de abrir ligações, para facilitar a vida do produtor, porque é uma necessidade e uma demanda aquela ligação entre Xavantina até MT-130. Agora, é claro que o Governo não vai fazer nenhuma ação nem tomá-la para inviabilizar este ou aquele lugar por uma ação de Governo. O Governo só toma ação para beneficiar a população.

O SR. PRESIDENTE (Pepeu Garcia) – Na seqüência deste painel, teremos a participação do debatedor, representando a Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Julião de Castro Borges.

O SR. PEDRO JULIÃO DE CASTRO BORGES – Sr. Senadores e demais autoridades presentes, como representante da Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso junto a esta Mesa, gostaria de colocar a nossa angústia com relação ao comércio, porque se o Estado, o Brasil, ou até mesmo em nível de continente, não estiverem preparados para transportar o que produzimos, não poderíamos comercializar nossos bens.

Então, eu gostaria de fazer uma pergunta para o nosso querido Secretário: qual a prioridade, se já tem, para que possamos efetivar isso que está sendo debatido, essas opções de transportes. O que de prático já existe?

O SR. VASCO MILHOMENS – Penso que, em relação ao Corredor Centro-Leste, a resposta mais adequada é a do Senador José Ignácio, Presidente da Comissão.

Com relação ao restante das outras iniciativas, a hidrovia Araguaia-Tocantins, por exemplo, já foram executadas obras naquela hidrovia significativas. Por exemplo, o porto de Xambioá já se está concluindo. É um trecho de sinalização e balizamento que já está pronto, inclusive chegando em Barra do Garças. O projeto executivo de derrocagem, ou seja, de dragagem, de explosão daqueles pedrais também está sendo feito. Já foram gastos seis a sete milhões lá e há dez milhões no Orçamento para este ano.

A questão da MT-235, como foi dito, está sendo federalizada, está federalizada e estão garantidos os recursos pelos nossos Senadores e Deputados para o ano que vem, já no projeto de pavimentação. E este ano o Governo já vai entrar lá na restauração e conservação do piso de terra. E aí o Corredor Noroeste, que já construindo o porto em Porto Velho, em Itaquatiara – o Grupo Maggi vai daqui a pouco fazer uma apresentação sobre esse projeto.

A BR-163 ainda é uma situação indefinida, apesar de já ter recursos para o trecho de Mato Grosso, mas ainda precisa de bastantes recursos, são mais 900 quilômetros até o porto.

Enfim, são ações que estão sendo feitas e que é evidente que não serão resolvidas de um ano para o outro, mas são situações que, a cada ano, melhorarão.

Passo a palavra ao Senador José Ignácio.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Pediria apenas que repetisse esse finalzinho da pergunta.

Bom, a situação do Corredor Centro-Leste vai tendo um adensamento paulatino e, desde a época em que isso foi traçado, em que se definiram os corredores de transporte, talvez o corredor mais importante, desses corredores que foram definidos pelo Ministério dos Transportes, seria o Corredor Centro-Leste. Inclusive, porque ele tem uma espinha dorsal, principal, nascendo lá no Espírito Santo, a estrada de ferro Vitória-Minas, com 600 quilômetros de uma ferrovia moderníssima e a mais moderna na sua bitola, a bitola métrica, toda duplicada, muito bem sinalizada e informatizada. Temos lá, na ponta do corredor, um sistema portuário que é, rigorosamente, o melhor do Hemisfério Sul, incluindo Santos e Sepetiba, por várias razões que poderíamos desdobrar se formos solicitados. A profundidade, por exemplo, em Santos é de dez metros, em Tubarão é de vinte três metros e meio; ou seja, recebe navios que não são só navios Panamax.

O problema do corredor é que temos, nesse trecho da ferrovia Vitória/Minas, uma capacidade de transporte de 150 milhões de toneladas/ano e ela transporta 70 descendo e 10 subindo; ou seja, a metade da sua capacidade anual. Nós imaginávamos que alguma coisa precisava ser feita para se criar uma série de pólos de adensamento econômico ao longo da ferrovia, ou seja, fazer eixos de desenvolvimento econômico. Isso, certamente, vai começar a surgir a partir da fibra óptica. Nós, quando fomos presidentes da Telebrás, tivemos oportunidade de, descendo com a ferrovia, ou seja, hoje se tem transporte e telecomunicação, porque a fibra óptica substituiu aquela estupidez daquele cabo quatricial; quer dizer, tem-se muito mais confiabilidade e qualidade na transmissão e pode-se irradiar para todas aquelas regiões periféricas da ferrovia.

Essa ferrovia é a espinha dorsal de um quadrilátero de dois milhões de quilômetros quadrados, que é o quadrado do cerrado. Ela se interliga com a Rede Ferroviária Federal que agora se privatiza. Na verdade, eu sempre vi o conflito entre a Rede Ferroviária Federal e a Estrada de Ferro Vitória/Minas. Isso é uma coisa que eu imaginei que acabaria quando viesse o Ministério da Infra-Estrutura, porque ficaria tudo no mesmo Ministério e não haveria mais briga, já que os dois estão no mesmo Ministério, mas a briga continuou. Agora eu imagino que vamos ter a oportunidade de harmonizar essa situação, porque a Vale do Rio Doce está presente como adquirente da Rede Ferroviária Federal.

Até aí tudo bem. O corredor, descendo, está prontinho, em condições de fazer com que aquilo que hoje desce com tanta dificuldade e, às vezes, custa mais caro descer do cerrado até o porto do que levar do porto para a Ásia. Nós temos condições, pois temos a ferrovia e agora temos, interligada com a Rede Ferroviária Federal, a comunicação à fibra óptica, temos o sistema portuário e a navegação transoceânica com a carga combinada, em que se pode misturar minérios e grãos.

Eu disse tudo isso para imbricar nessa área que é, afinal de contas, a área de abrangência do Corredor Centro-Leste. Uma das alternativas para Mato Grosso é o nosso corredor. Aqui se falou nisso. O Governador tocou muito bem no assunto e também o nosso Secretário e o Deputado Federal, essa é uma das alternativas. O que temos é um corredor pronto, uma estrutura pronta, inclusive para criar todos os pólos de adensamento ao longo da ferrovia.

Na verdade, temos nesse corredor uma das alternativas, ou seja, uma das saídas por uma porta oceânica, que é a porta atlântica. Posso afirmar-lhes que é melhor do que a saída de Sepetiba, que tem 14,80m. Não é o porto que Deus pôs no mundo, que é o porto de Tubarão, mas é um porto de águas mansas, prontinho para ser um porto mesmo. Ele é um porto e recebe navios não de 100 mil toneladas ou navios Panamax de 70 mil toneladas, mas navios de 150, 200, 250, 300, 350 mil toneladas. Por exemplo, uma carga sai num transporte transoceânico, de Tubarão até um porto japonês, por dez dólares a tonelada. Mas se se encher um navio de soja no Rio Grande, em Buenos Aires ou em Paranaguá, e levá-la para o Japão, o transporte deve sair por US$35 ou US$40 a tonelada. E o porto de Tubarão fica muito mais longe.

O que quero dizer é que o nosso destino é ser naturalmente uma das grandes alternativas para o escoamento da produção de Mato Grosso, que, certamente, vai precisar resolver primeiro os seus próprios problemas de infra-estrutura – os modais rodoviários, hidroviário, ferroviário, internamente, no Estado, para depois se imbricar conosco sobre as alternativas que foram apresentadas pelo nosso Secretário, o Deputado Federal, e pelo Governador.

O SR. PRESIDENTE (Pepeu Garcia) – Teremos a participação, como debatedor deste painel, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso, do Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE – Senadores José Ignácio, Jonas Pinheiro, Júlio Campos, demais autoridades que compõem a Mesa, senhoras e senhores, sabemos que o transporte fluvial e ferroviário é dos mais baratos no Brasil e no mundo. Mas entendemos também que, para que possamos chegar até esse transporte, precisamos das nossas rodovias. E, por falar em rodovias, queremos fazer um apelo no que diz respeito à BR-163, que é a espinha dorsal do Brasil, pois nasce no Rio Grande do Sul e vai até Santarém, no Pará. Temos estudos sobre sua viabilidade, pois até para chegarmos às hidrovias nós precisamos dessa BR. Além de toda a sua importância, temos até uma promessa de campanha do Presidente da República, quando candidato, quando lançava essa BR de Sinop a Santarém e de Santarém a Sinop. Tenho a certeza de que o Presidente da República só o fez após estudos que comprovavam a sua viabilidade; senão ele não teria feito essa promessa, porque sabemos o quanto o nosso Presidente é uma pessoa digna e que jamais faria uma promessa eleitoreira. Defendemos essa BR porque ela realmente viabiliza a região.

O norte do Estado hoje representa 30% da produção de grãos do Estado do Mato Grosso. Não temos condições de competir, exportando a nossa produção através dos Portos de Santos e de Paranaguá. A exportação dessa produção através do Porto de Santarém não representa uma alternativa apenas para o norte do Estado, mas para todo o Mato Grosso.

Entendo também que não adianta querermos tudo para o Estado do Mato Grosso – por exemplo, queremos um eixo através da hidrovia Tocantins/Tapajós –; mas que deveríamos estabelecer uma prioridade número um, para depois termos as outras.

A BR-163, pelo que me consta, é de menor custo; em torno de US$200 milhões seriam suficientes para se concluir essa rodovia. Tenho a certeza de que ela seria o principal eixo de exportação para o Mato Grosso, inclusive para os Estados circunvizinhos. Não se trata só da questão dos fretes terrestre e marítimo, mas pelo fato de que, estando Santarém situado lá no norte do País, para podermos exportar a nossa produção para os Estados Unidos e Europa, por exemplo, os navios são obrigados a percorrer toda a costa brasileira. O apelo que fazemos hoje é no sentido de que V. Exª leve isso, como Presidente da Comissão. Estamos aqui esperando uma resposta.

O Senador Jonas Pinheiro participou do segundo simpósio, em Sinop, e poderá explicar tudo com mais detalhes, inclusive de números, da importância para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil da BR-163.

O SR. PRESIDENTE (Pepeu Garcia) – Os senhores painelistas teriam ainda alguma complementação final?

Queremos agradecer aos senhores debatedores, nesse primeiro painel, pela participação.

Na seqüência, apresentaremos o segundo painel previsto nesta audiência pública, quando teremos uma apresentação do Diretor de Engenharia da Ferronorte, Dr. Evandro Maciel França Madeira, a quem convidamos para compor a Mesa. (Palmas.)

Como debatedores deste painel, que será apresentado pelo Diretor da Ferronorte, teremos o Sr. Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso, Dr. Carlos Antonio de Borges Garcia, que já se encontra à mesa.

Convidamos também para fazer parte da Mesa, como debatedor, o Sr. Subsecretário de Estado de Agricultura de Mato Grosso, Dr. Luís Duarte da Silva Júnior. (Palmas.)

Tem a palavra o Dr. Evandro Maciel França Madeira, Diretor da Ferronorte.

O SR. EVANDRO MACIEL FRANÇA MADEIRA – Quero cumprimentar os presentes, em nome do Secretário de Estado e Infra-Estrutura do Mato Grosso, Deputado Federal Antônio Joaquim Araújo. Meus senhores e minhas senhoras, temos a satisfação de estar, mais uma vez, aqui, na Capital Federal, neste ponto mais central da América do Sul, para falar do avanço que vem sendo dado ao Projeto da Ferronorte.

Trouxemos um vídeo, que espero podermos ver, cuja projeção leva dez minutos. Portanto, quero ver se, em menos tempo, apresento algumas idéias gerais para o debate.

Em primeiro lugar, quero comentar que a Ferronorte é tratada como um corredor logístico. Não se trata apenas da construção de um trecho de ferrovia – aliás, hoje em construção, 311 quilômetros –, mas de um corredor que se inicia, basicamente, na porta das fazendas e vai terminar no porto, na indústria, onde a soja é processada, ou no consumidor. Para isso, a Ferronorte vai se articular, e este é o objetivo colocado desde sempre na própria concessão, não só com as rodovias, mas também com as hidrovias, que representam alternativas várias para o escoamento da produção do Centro-Oeste, em particular, do Mato Grosso.

Não é só a construção de um trecho ferroviário, insisto, porque o trecho ferroviário se inicia a partir das pontas das linhas ferroviárias existentes, tanto em Santa Fé do Sul, na vitória larga da Fepasa, como em Uberlândia, também da Fepasa, mas articulando-se com a linha de bitolamento, que é da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Vale do Rio Doce, no caso, Estrada de Ferro Vitória-Minas. Esse projeto vem sendo levado, considerando o trânsito dos trens da Ferronorte sobre estas linhas existentes, de tal maneira a resolver a questão do transporte, não só chegando até Santa Fé do Sul, à Uberlândia, mas, sim, chegando ao porto.

Um outro aspecto que eu gostaria de mencionar é que tratamos este projeto, o corredor onde a ferrovia é implantada, como um corredor que denominamos de utilidades. A área adquirida já leva em conta eventuais futuras expansões, para que não sejamos pressionados como acontece com a malha existente hoje, no Brasil, que está contida, muitas vezes, na área urbana, sem possibilidade de duplicar ou de lançar outros recursos. Estamos comprando uma área mais larga, 100 metros de largura, 120, em alguns casos, que viabiliza não só a fibra óptica, coisa que já está prevista – no nosso caso, já temos contratos que permitem a extensão dessa fibra ótica ao longo das demais ferrovias existentes em concreto –, pelo menos até Araraquara e, em seguida, chegando a São Paulo e a Santos. Com isso, toda comunicação entre os clientes da ferrovia, localizados no Mato Grosso, e os seus consumidores, e os seus postos de exportação, estará extremamente facilitada. Mas, com essa largura de via maior, é possível, também, lançarmos gasodutos, polidutos, linhas de alta tensão e até mesmo, em alguns casos, trechos rodoviários para explorar da melhor maneira possível o potencial das regiões e transformarmos a ferrovia, realmente, num corredor.

Quero dizer, ainda, que esse é também um corredor de articulação de todo o Mato Grosso. Desde que foi iniciado, a visão do grupo empreendedor, aliás, a própria exigência do edital, é a de que ele se articule com as hidrovias da bacia Amazônica, com as hidrovias da bacia do Prata, tanto do Paraguai quanto do Paraná. O primeiro trecho em implantação inicia-se exatamente à beira do rio Paraná, onde já temos uma área adquirida e parte da infra-estrutura implantada para um terminal denominado porto Itamaráti, onde se fará a integração com a hidrovia Tietê-Paraná, que já está operando também.

Então, trata-se, na verdade, de um corredor de integração e articulação do Mato Grosso com todas as demais alternativas, tendo em conta que está prevista a construção futura do trecho até Porto Velho, que vai permitir a integração com o rio Madeira. O trecho até Santarém com a integração da navegação de longo curso na bacia Amazônica. A ligação com Uberlândia, que permite a conexão com o corredor centro-leste. E o trecho inicial, em implantação, que permite a integração com toda a malha de bitola larga que atende a Região Sudeste, e será, inclusive, a próxima malha da Rede Ferroviária Federal a ser privatizada, que atende São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e todas as regiões mais prósperas desses Estados, que vão ter esse acesso facilitado à produção de Mato Grosso.

Quero comentar, também, que esse é um corredor pioneiro quanto à sua concepção, isto é, retoma o conceito da concessão de ferrovias à iniciativa privada. Isso foi feito mediante licitação em 1989 e, portanto, temos um corredor em que o investimento é privado e o serviço é público. E mais do que isso: com essa abrangência que o corredor vai ter, que a Ferronorte vai ter, serão propiciadas aos usuários todas as alternativas. Ele vai poder optar pelo porto por onde vai escoar sua carga, qual o destino que vai dar à sua mercadoria – isso, no caso da produção local –, e também vai ter facilitado o acesso a

produtos de todas as origens, tanto dos fertilizantes como dos produtos industrializados e assim por diante.

Então, mais do que um corredor que se destina a esse ponto ou àquele, é um corredor, como digo, de articulação de todos os sistemas de transporte do Mato Grosso, iniciando-se por aquele segmento em que se verificou e cada vez mais se verifica maior viabilidade, aquele que propicia a menor distância e, simultaneamente, os menores custos de transporte. Estamos, hoje, empenhados em que esse corredor esteja efetivado, atingindo o Estado de Mato Grosso já no próximo ano, atingindo a localidade de Alto Taquari.

Como prioridade, que considero que temos como expectativa por parte do Governo de Mato Grosso e de toda a comunidade local, seria exatamente que se continuasse na implantação, na melhoria de um sistema rodoviário alimentador. O Mato Grosso é um dos Estados mais carentes em termos de rodovias pavimentadas. Sabemos que os recurso são escassos, por isso mesmo entendemos que a melhor aplicação desses recursos em rodovias deve levar em conta a ocorrência dos corredores ferroviários, que vão exatamente propiciar, por sua articulação, a retirada nos trechos mais carregados, onde ela vai entrando, das carretas que, em lugar de destruir o pavimento, vão estar buscando a carga em regiões mais distantes e fazendo percursos mais curtos. Então, considero que essa articulação da malha rodoviária, sobretudo no trecho já mencionado aqui, da MT-100, de Alto Araguaia a Alto Taquari, é prioritária, como também são prioritários outros trechos, que viabilizam o acesso mais facilitado, sobretudo nas regiões de grande produção – Campo Verde, Primavera do Leste, o trecho de Campo Novo dos Parecis, de Sapezal, e assim por diante.

Apenas com a implantação do primeiro trecho da Ferronorte, que, num primeiro instante, mal terá algum quilômetro dentro do Estado do Mato Grosso, mas terá 400 quilômetros fora, já vai, apenas com isso, permitir a redução de mais de US$20.00 por tonelada no custo do transporte, o que já começa, inclusive, a viabilizar não só a produção de soja em regiões mais distantes, como a produção de milho, que já é uma necessidade até por conta de rotação de culturas para combate ao nematóide do cisto, cancro da haste e outras pragas que, infelizmente, apareceram nos cultivos do Centro-Oeste brasileiro.

Então, eu diria que é um projeto que, apenas no seu primeiro segmento, já vai ter esse impacto de US$20.00 de redução, que é muito significativo, porque isso vai para o bolso do produtor; nos segmentos seguintes, esse benefício só vai aumentando.

Esperamos ver – sem dúvida, não será coisa para este século, mas para as próximas décadas – a ferrovia chegar a cortar todo o Estado de Mato Grosso com ferrovias atingindo até a divisa com Rondônia, com o Pará e, futuramente, atingindo Santarém e Porto Velho e, também, o que é muito importante, a conexão com o corredor norte, através da ferrovia de Carajás, que também será uma derivação da ligação a Santarém.

Acredito que agora, após essas breves palavras, já posso dar lugar ao vídeo, que mostrará, quem sabe até com mais clareza, o que é o Projeto Ferronorte.

(APRESENTAÇÃO DE VÍDEO)

O SR. APRESENTADOR – Convidamos, para exercer o uso da palavra, como primeiro debatedor neste painel o Sr. Subsecretário de Estado da Agricultura, de Mato Grosso, Dr. Luiz Duarte Silva Júnior.

O SR. LUIZ DUARTE SILVA JÚNIOR – Sr. Senador José Ignácio Ferreira, em nome de quem cumprimento os demais componentes da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, o transporte para a nossa produção agropecuária é o que está nos causando maiores transtornos neste momento. O empresariado mato-grossense já demonstrou a sua capacidade produtiva, chegando a níveis de produtividade históricos em termos mundiais.

Permitam-me V. Exªs que faça algumas dessas colocações, para mostrar a importância que tem a agropecuária de nosso Estado no contexto do Brasil. Atingimos este ano, no cerrado, não em área experimental e, sim, em área já comercial, duzentos e trinta arrobas de algodão por hectare, na região de Rondonópolis. Temos a produtividade histórica de soja, com áreas produzindo setenta sacas de soja por hectare. Em relação ao milho, estamos na faixa de cem sacas por hectare. Isso é importante dizer, para mostrar a capacidade que tem o produtor mato-grossense.

Essas produtividades foram conseguidas com o suor, contra todas as dificuldades enfrentadas pelos nossos produtores, uma vez que conseguimos essas produtividades sem a presença de qualquer centro de pesquisa da Embrapa aqui no Estado de Mato Grosso. Esse trabalho vem sendo feito com parceria, e chegamos a esse resultado.

Também coloco a V. Exªs um momento histórico por que vai passar Mato Grosso. Acabamos de receber a missão européia, encarregada de vistoriar o Estado, e está praticamente acertado que o Esta-

do tem grande possibilidades de ser credenciado para a exportação de carne, provavelmente ainda no mês de setembro ou outubro deste ano. Notem os senhores a importância desse fato para um Estado que possui um rebanho bovino de mais de treze milhões de cabeças, e que, agora, terá a oportunidade de exportar sua carne.

Para alcançarmos essa meta, temos o programa de criação de novilho precoce, que o Estado já vem implementando há três anos. E criamos, no ano passado, o programa "Granja de Qualidade", com o apoio do Governo do Estado através de incentivos fiscais aos produtores de suínos. Sem dúvida alguma, a curto prazo, seremos o Estado maior produtor de carne suína deste País. Isso tudo com esses custos de transportes que podem ser vistos hoje! Imaginem V. Exªs quando tivermos a nossa ferrovia, que nos permitirá uma redução de US$32.00 por tonelada de custo.

Em relação à nossa hidrovia, o Grupo Ermasa atua em uma área com capacidade de uma produção de três milhões de toneladas de grão. Quer dizer, são quase 50% da produção de grãos do Estado de Mato Grosso. Teremos uma redução de US$30.00 por tonelada, agregando ao produtor rural US$1,5 por saca de grão produzido. V. Exªs podem imaginar, então, o que será o nosso Mato Grosso!

Srs. Senadores, em nome da agricultura matogrossense, tenho a pedir a V. Exªs que lutem para que o nosso setor de transportes seja viabilizado o mais breve possível. Quanto ao resto, a nossa forte e dinâmica classe produtora rural saberá fazer, saberá produzir, como temos produzido nesse momento e ainda com essas dificuldades.

Notem V. Exªs que pagamos frete caro para transportar essa produção e que o banco concede financiamento para insumos exatamente numa época em que o frete também é elevado. Se tivéssemos recursos para transportar os insumos dos Estados do Sul, teríamos um frete mais barato, porque pegaríamos o frete de retorno. Isso nunca aconteceu em nosso Estado. Esses recursos sempre chegam em setembro, outubro e, novamente, o nosso produtor rural é apenado com fretes rodoviários, devido à elevada demanda que temos ao trazer esses insumos, em certos anos, até, atrasando o nosso plantio.

Concluo solicitando aos Srs. Senadores que nos dêem apoio em todas essas alternativas, levando em consideração, também, devido ao tamanho do Estado, as partes regionais. Com esse transporte viabilizado, temos certeza que a região Centro-Oeste será a maior produtora de grãos do mundo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR – Passamos a palavra ao segundo debatedor deste painel, Dr. Carlos Antonio de Borges Garcia, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso.

O SR. CARLOS ANTONIO DE BORGES GARCIA – Senador José Ignácio, membros da Mesa, demais Senadores, quero, em rápidas palavras, relacionar a produção de Mato Grosso e o que ela representa, em nível de exportação, para o País, em relação à Região Centro-Oeste: algodão, safra de 1995, 87 mil toneladas; arroz, 773 mil toneladas; cana-de-açúcar, 6.994 milhões de toneladas; feijão, 19.839 mil toneladas; milho, 418 mil toneladas; soja, 5.491 milhões toneladas; banana, 18 mil toneladas; cacau, 412 mil toneladas; café, 16.710 mil toneladas; guaraná, 149 toneladas; seringueira, 14 toneladas.

Sr. Presidente, com uma produção de cana-de-açúcar em torno de 8,5 milhões de toneladas, hoje já produzimos açúcar em Mato Grosso. Há três anos, Mato Grosso só produzia álcool. Hoje produzimos em torno de 6 milhões de sacas de açúcar. O mercado interno de Mato Grosso já é abastecido, basicamente, pelo açúcar produzido em Mato Grosso. Exportamos esse açúcar para o Acre, Rondônia e também para o Amazonas.

No próximo ano, com mais usinas na produção de açúcar, além de produzirmos e exportarmos esse açúcar para esses Estados, deveremos exportar o excedente para outras partes do País. Mas o Sudeste e o Nordeste são auto-suficientes na produção açucareira. Então, esse açúcar terá que ser exportado.

Um empresário nos deu a informação de que, hoje, saindo com esse açúcar de Campo Novo dos Parecis para o Porto de Santos, ele chegará com o valor de R$70 a tonelada. Portanto, começamos a perder competitividade em relação ao Sudeste e ao Nordeste do País. Então, para onde iremos mandar esse açúcar? É muito importante a questão do Corredor Centro-Leste, pois irá baratear o frete nas exportações de Mato Grosso.

Produzimos em torno de 15 mil frangos por hora. O nosso rebanho bovino está em torno de 13 milhões de cabeças e temos 20 frigoríficos de médio e grande portes, com capacidade de abater 10 mil cabeças por dia.

Em relação à nossa exportação, 84% dela é de produção de alimentos, sendo 70% de soja e derivados; 12 de carnes e derivados; em torno de 5% de madeira; 10% de minerais; 0,17% de couro; 0,2% de cimento e outros produtos, em torno de 1%. Mato Grosso é o principal Estado exportador do Centro-Oeste; em segundo lugar está Goiás; em terceiro,

Mato Grosso do Sul; em quarto, Distrito Federal; e em quinto, Tocantins.

Senador, para que, realmente, Mato Grosso se desenvolva além das necessidades de ligação ferroviária e rodoviária, é necessário que o Estado seja dotado e auto-suficiente em energia elétrica. Como V. Exª bem frisou no seu discurso – quero, inclusive, parabenizá-lo pela visão que tem do nosso Estado –, com relação à geração de energia, por exemplo, o potencial de Mato Grosso representa 40% da capacidade instalada do País. Isto é uma verdade. Mato Grosso, hoje, tem condições de gerar em torno de 17 mil megawatts de energia. Como estamos basicamente entre os dois divisores de água, Bacia do Plata e Bacia Amazônica, existem centenas de quedas de água de fácil acesso. Com poucos recursos, podemos melhorar a questão energética do Estado do Mato Grosso.

Hoje, com a abertura da possibilidade de geração de energia elétrica pela iniciativa privada, já produzimos em torno de 100 megawatts. Compramos 350 megawatts via Cachoeira Dourada e Itumbiara e produzimos em torno de 70 megawatts de energia por intermédio do óleo diesel, pelos quais a Cemat paga aproximadamente R$2,6 milhões mensais. Estamos perdendo divisas do Estado de Mato Grosso, pagando o óleo diesel, que vem de praticamente 2 mil quilômetros de distância, percorrendo estradas congestionadas.

Com relação à questão do Corredor Centro-Leste, Sr. Presidente, é necessário fazer-se também a duplicação da estrada que liga Cuiabá a Rondonópolis. Trata-se de uma rodovia que já está estrangulada, porque recebe o fluxo de transportes da BR-070. Todas as estradas chegam a Cuiabá através da rodovia Cuiabá/Rondonópolis, e também ela recebe o fluxo de transporte da BR-163.

É necessária também, Senador, a conclusão da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém. Essa rodovia já foi palco de várias promessas de candidatos à Presidência da República. Na última campanha, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em Cuiabá e colocou como meta tanto para os matogrossenses como para os paraenses a ligação da estrada que chega até Santarém.

Vou passar algumas transparências, para colocar, basicamente, a viabilidade de vários corredores de exportação em Mato Grosso, que poderiam tornar-se melhores com esse fluxo de transporte.

Quanto a Cuiabá, que está localizada no centro geodésico da América do Sul, distante dos portos do Pacífico e do Atlântico em torno de 2 mil quilômetros. Aqui, no Pacífico, Ilo, Arica, Iquique, Antofagasta e, no Atlântico, Paranaguá, Santos, Vitória, incrementando o Corredor Centro-Leste.

Assim, a posição de Cuiabá também dá a possibilidade de escoar a nossa exportação via Santarém, via Porto Velho, inclusive tem um projeto do Grupo Maggi chegando também no rio Amazonas, em Itaquatiara. Então, essa região estratégica de Cuiabá é o grande centro convergente dessas rodovias e dessas ferrovias que poderão chegar aqui, como a Ferronorte, que, daqui a três anos, deverá estar aqui em Cuiabá.

Esta rodovia BR-163, Sr. Presidente, já está com asfalto basicamente até Peixoto, Matupá, no Estado de Mato Grosso. Essa rodovia foi asfaltada no Governo Júlio Campos, que está aqui presente, com recursos, praticamente, só do Estado de Mato Grosso. É uma BR em que o Governo Federal não colocou sequer um tostão, e há até uma solicitação hoje do Governo do Estado de Mato Grosso, da classe política, para que o Governo Federal indenize o Estado por essa rodovia.

Diversas cidades com o porte de Sinop, com mais de 70 mil habitantes – hoje, o maior pólo madeireiro do Mato Grosso –, já se instalaram ao lado dessa rodovia. Aqui temos a região de Alta Floresta, também uma cidade com 60, 70 mil habitantes, com potencial muito grande na área madeireira e na área da agro-indústria, que também necessita que essa ligação seja efetivada chegando a Santarém.

Temos aqui a construção de Teles Pires-Tapajós, que poderá entrar nessa área de transporte que ligaria parte de Alta Floresta. Temos também a saída para o Pacífico, conforme já foi mencionada aqui na reunião. A classe produtora do Estado de Mato Grosso e também a classe produtora dos países do norte da Argentina – sul do Peru, centro-oeste da Bolívia e norte do Chile – estão também almejando essa ligação, porque eles têm portos profundos, portos com grande capacidade, mas que hoje não têm ainda um fluxo muito grande, porque a produção local é pequena – lá se produz mais minérios.

Então, estão necessitando de dotar aqueles portos de um maior fluxo de cargas. Para tanto, a única opção que eles têm é pegar essa produção do Centro-Oeste do Brasil, principalmente aqui de Mato Grosso.

Já há uma conscientização da necessidade de chegarmos aos portos do Pacífico, viabilizando a região Centro-Oeste do País e melhorando inclusive as nossas exportações, que poderiam chegar aos

países asiáticos sem percorrer os portos do Atlântico, diminuindo grandes distâncias e o valor dos fretes.

Temos também, no rio Paraguai, essa hidrovia. Em Cáceres é necessária a construção de um porto, que poderá ser feito hoje a 60 quilômetros da cidade, diminuindo uma distância muito grande que existe de curvas de rio, de ... (falha na gravação) ... fluxo muito grande, pois lá existe minério de urucum, usina de urucum, que é exportado para o Japão em barcaça, chegando até o porto de Nova Palmira.

Na Argentina, Sr. Presidente, existe um porto que se chama Barranqueiras, que faz a ligação ao Oceano Pacífico através de uma ferrovia, que passa em Salta e chega ao Pacífico no porto de Antofagasta. Existe um grande fluxo de tranporte de produtos que saem da Argentina e chegam ao Pacífico.

Temos também, Sr. Presidente, a hidrovia do rio das Mortes, no Araguaia-Tocantins, em fase experimental, aguardando a construção de barcaças adequadas a esse rio. Há também a possibilidade do rio Guaporé. Inclusive, em Guajará-Mirim, na divisa de Porto Velho com a Bolívia, uma parte dos produtos está sendo conduzida por essa hidrovia, que já existe há muito tempo.

Nossos corredores de transporte em Mato Grosso são: ao norte, Cuiabá-Santarém, que seria rodoviário; ao sul, hidrovia Paraná-Paraguai, em Cáceres, Corumbá, Assunção, Barranqueiras, Nova Palmira, Campana, Buenos Aires – seria a parte hidroviária; ao leste, Cuiabá, BR-070, Goiânia, Belo Horizonte, Vitória ou Rondonópolis, BR-364, Itumbiara, Belo Horizonte, Vitória, que seria o rodoferroviário, a ligação da Central Leste; a oeste, saída para o Pacífico, Cuiabá, Cáceres, São Matias, Santa Cruz, portos do Chile ou Peru, esta parte rodoviário, ou também aquela condição que falei ligando o porto de Barranqueiras que poderia chegar ao porto de Antofagasta; a nordeste, seria Nova Xavantina, Xambioá, Imperatriz, São Luís, também hidrorrodoferroviário, em fase experimental, como falei; a noroeste, seria Sapezal, Porto Velho, Itaquatiara, Oceano Altântico, também rodo-hidroviário, em fase de implantação – os portos estão sendo construídos pelo projeto Sudam e precisando do asfaltamento da rodovia que liga Sapezal a Comodoro, já federalizada, segundo o Deputado Antônio Joaquim.

O SR. ANTÔNIO JOAQUIM – Já está aprovado na Comissão de Tranportes o parecer do Deputado Eliseu Resende, que irá a plenário. Já a consideramos como federalizada; tem 99% de possibilidade.

O SR. CARLOS ANTONIO DE BORGES GARCIA – E a sudeste, a Ferronorte, Cuiabá, Alto Taquari, Chapadão do Sul, Aparecida do Taboado e a Fepasa, que seria também uma integração que se poderia chegar à questão do Corredor Centro-Leste.

Gostaria que dizer ao Senador que temos também – foi instalado ano passado – o escritório do Corredor Centro-Leste. O escritório central, em Belo Horizonte, passa informações para os empresários sobre exportação, além de promover estratégias de tranportes.

Basicamente, são estas as informações que gostaria de dar. Mato Grosso, em 1995, exportou R$426 milhões em produtos, sendo 70% deles para a União Européia, 15% para os países da Ásia e o restante para os Estados Unidos, para a ALADI, etc. A nossa exportação para o Mercosul é muito pequena ainda. A nossa exportação constitui-se, basicamente, de derivados de soja, tais como farelo de soja e óleo de agomado, e também de carne industrializada e derivados de carne.

Para isso tudo acontecer, para que realmente o desenvolvimento flua, para que se agreguem esses valores a toda essa produção de soja, de grãos e de açúcar, é necessária a parte energética. Sem energia, não vamos sair desse estado; poderemos produzir, mas a indústria não vem. Não adianta só produzir alimentos; temos que agregar valores a esses alimentos, para que saiam daqui com valores agregados. Temos aqui o abate em torno de 15 mil frangos/hora, para que esse frango realmente saia daqui abatido e industrializado. Aproveitando essa possibilidade de abertura da União Européia para nossa carne, deveremos ter também mais frigoríficos aqui, aumentando a produção. No entanto, sem energia, não há condições.

Por isso, quero parabenizar V. Exª, Senador, pela visão e pelo conhecimento que tem do nosso Estado. V. Exª diz novamente aqui que temos 40% da capacidade instalada de geração de energia no Estado do Mato Grosso. Peço também ao Senado Federal que apóie o Mato Grosso nessa questão.

Também quanto a essa questão energética, Sr. Presidente, eu gostaria de passar algumas informações sobre a situação do setor e sobre a participação da iniciativa privada na questão. Após a abertura do setor energético para a iniciativa privada, já temos em torno de 100 megawatts produzidos aqui dentro do Mato Grosso, principalmente do Grupo da Ferronorte, da Itamarati; em fase de construção e em processos em andamento junto ao DENAI, temos em torno de 674 megawatts da possibilidade de produção de energia elétrica no Estado, principalmente PCH e pequenas centrais hidrelétricas. ●

Isso possibilita uma auto-suficiência de energia elétrica no nosso Estado. Hoje, consumimos em torno de R$2,6 milhões pagando óleo diesel, o que também é um fator limitante ao nosso desenvolvimento. Para que a Ferronorte e o Corredor Centro-Norte tenham a sua capacidade de transporte aumentada, é necessária a geração de energia elétrica.

Tenho aqui um exemplo: no ano passado, veio um empresário visitar-me na Federação das Indústrias; esse empresário queria comprar toda a sucata de ferro aqui de Mato Grosso, Rondônia e Acre para fazer uma metalúrgica em Cuiabá destinada a transformar esse ferro-velho em implementos agrícolas. Nós não temos esse tipo de fábrica. Somos o terceiro Estado produtor de grãos do País, e não temos sequer uma fábrica da ancinhos, de enxadas, de alicates, de martelos ou de grades aradoras, porque falta energia.

Esse empresário precisaria em torno de 5 megawatts de energia para produzir, e teve que ir embora. Esse é um fator limitante no Estado de Mato Grosso. Então, peço ao Senado Federal, por intermédio de V. Exª, que apóie principalmente a iniciativa privada em relação à geração de energia. E também que apóie o pleito do Estado de Mato Grosso em relação à Usina de Manso, que foi começada em 1995, no Governo Sarney, e logo em seguida paralisada por falta de verbas. Já foram gastos R$100 milhões, ou seja, US$100 milhões nessa hidrelétrica, que está há mais de sete anos paralisada, consumindo dinheiro público.

Dessa forma, é necessário esse apoio do Senado Federal para que, realmente, o nosso Estado produza energia. É necessário, portanto, que essa obra seja terminada, pois irá produzir em torna de 210 megawatts de energia e, além disso, irá regularizar o rio Cuiabá. V. Exª deve ter visto nos noticiários que, no ano passado, houve uma grande enchente em Cuiabá, como também em 1984. De 20 em 20 anos, há uma grande enchente do rio Cuiabá, e o prejuízo é muito grande.

Essa hidrelétrica, além de regularizar o rio Cuiabá, poderá agregar valores, pois poderemos irrigar em torno de 50 mil hectares de terras com a água dessa hidrelétrica e com sua produção de energia. Isso aí, o prejuízo é muito grande. Essa hidrelétrica, além de regularizar o Rio Cuiabá, poderá também agregar valores que poderemos irrigar em torno de cinqüenta mil hectares. Com a água e com a produção de energia dessa hidrelétrica haverá agregação também de mais valores para colocarmos na Ferronorte, no corredor Centro-Leste, na Cuiabá-Santarém, também na Itaquatiara, nessa questão dessa hidrovia que o grupo Maggi está fazendo, ligando Porto Velho ao Amazonas.

Então, é importante que tenhamos energia. Sem energia nada disso vai acontecer. Teremos muita produção e essa produção terá saída basicamente em grãos. E V. Exª sabe que produzindo em grãos, saindo em grãos, estamos exportando em torno de 10 a 15% de umidade, ou seja, grãos/umidade, agregando valor, agregando energia, sendo industrializados, os nossos valores terão um aumento muito grande, agregado, ou seja, industrializado.

Então, peço ao Senado e gostaria aqui também de parabenizar, em nome da classe industrial de Mato Grosso, a presença da Comissão. E também dizer a V. Exª que estaremos aqui ao seu interiro dispor, caso necessite de maiores informações ou mesmo que seja para que aprofundemnos algum tema aqui tratado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR – Agradecemos a participação, nesse painel, de seu expositor, Dr. Evandro Maciel França Madeira, Diretor de Engenharia da Ferronorte, do Sr. Subsecretário de Estado de Agricultura, Dr. Luís Duarte, e do Dr. Carlos Antonio, Presidente da Federação das Indústrias. Agradecemos a presença e participação dos senhores apresentadores e debatedores.

Na seqüência, teremos o terceiro painel da tarde de hoje, e convidamos para a mesa o senhor apresentador e os senhores debatedores desse próximo painel.

Para apresentar esse terceiro painel convidamos o suplente de senador, Sr. Blairo Maggi, Superintendente do Grupo Maggi. Como debatedores nesse terceiro painel, teremos o Sr. José Antonio de Ávila, Zeca Ávila, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso, e Dr. Aldo Romani, Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso.

Passamos a palavra ao representante do Grupo Maggi para apresentação desse terceiro painel. (Pausa.)

O SR. LUÍS ANTÔNIO PARGOT – Boa tarde, senhoras e senhores, Presidente da Comissão, meu nome é Luís Antônio Pargot, sou Diretor Superintendente da Ermasa, Navegação da Amazônia, estou representando o Dr. Blairo Maggi, que é o Presidente e também Presidente do Grupo André Maggi.

O Projeto Ermasa iniciou-se em 1989, a partir do momento em que a produção na Chapada dos Parecis, especialmente na região de Sapezal, pas-

sou a ser intensificada. Com a intensificação dessa produção do Chapadão, uma área de vinte milhões de terras agricultáveis, de terras contínuas, a partir dessa intensificação começou a grande preocupação, não só na busca de competitividade em relação a esses grãos produzidos em nível de mercado internacional como também em nível de sobrevivência interna, tendo em vista que os custos de frete que na safra de 92/93 eram de US$16,00 a tonelada, em 93/94 eram de US$18,00 a tonelada, em 94/95 já US$46,00 a tonelada e em 95/96 US$37,00 a tonelada.

Em função desse acréscimo de custos, evidentemente, houve uma preocupação muito grande em buscar-se uma alternativa, já que a agricultura não consegue financiamentos compatíveis, em nível bancário, com a sua realidade, já que não temos outra alternativa em questão de regiões produtoras de grande competitividade, com solos adequados, com climas adequados, buscou-se, então, já que essa região é de extrema potencialidade, a alternativa do transporte mais barato para se chegar aos mercados internacionais e para continuarmos a ser competitivos.

Nessa busca pela competitividade, e por chegarmos aos mercados internacionais com um preço de frete mais reduzido, estudaram-se as diversas alternativas: a hidrovia Paraguai-Paraná, a hidrovia Araguaia-Tocantins, a questão do Teles Pires-Tapajós. Mas todos esses investimentos necessitavam de um aporte bastante grande de recursos que fugia das nossas possibilidades empresariais. O mais viável, no caso do grupo André Maggi, a partir da Serra dos Parecis, a partir de Sapezal, era percorrer os 975 quilômetros de Sapezal a Porto Velho de caminhão, colocando esse produto na calha do rio Madeira, levando-o de Porto Velho a Itaquatiara, o que corresponde a 1.115 quilômetros de estrada. Chegando a Itaquatiara, faz-se o transbordo dessa mercadoria para navios de grande porte para levá-la aos mercados internacionais.

Estudou-se detalhadamente essa questão e pesquisou-se como viabilizar mais adequadamente esse projeto. Como esses 1.115 quilômetros de calha do rio Madeira poderiam ser navegados? Que tipo de embarcação poderia ser utilizada? Chegou-se a uma conclusão no sentido de fazer a atualização de empurradores de grande porte com um comboio de balsas, de forma que, no trajeto de Porto Velho a Itaquatiara, haja um comboio da ordem de 11.700 toneladas de porte bruto de carga, empurrado por uma máquina de 2.600 HP. Com isso, no trajeto Porto Velho a Itaquatiara, conseguimos um custo de apenas US$19,5 por tonelada.

Pesquisamos quais são os melhores navios para o mercado internacional. Existe uma frota abundante no mercado internacional de navios tipo Panamax, de até 55 mil toneladas. O problema não é o calado do rio Amazonas, mas apenas o braço norte daquele rio, que permite a navegação de navios de até 60 mil toneladas.

Se esses navios de 55 mil toneladas não forem contratados de forma intermitente, num melhor fluxo, o custo da tonelada pode baixar para 12 dólares. Hoje, fala-se em 14 ou 15 dólares. De Itaquatiara a Roterdã conseguimos algo em torno de 14 dólares mais alguns custos agregados, em questão de praticagem, chegando a um custo de 16 dólares por tonelada.

Conseqüentemente, fazendo-se as contas, hoje, a produção que sai de Sapezal, porto de Paranaguá, chega a seu destino, Roterdã, custando 105 dólares por tonelada. Hoje, percorrendo o Corredor Noroeste ou por esse modal rodofluvial marítimo, a tonelada desse produto chegará a Roterdã custando 75 dólares. Isso já representa uma redução de custo da ordem de 30 dólares por tonelada. No retorno da carga, evidentemente o insumo agrícola que chega à Serra dos Parecis custando por volta de 240 dólares por tonelada pode chegar a custar 160 ou 180 dólares por tonelada. Então, os produtores da Serra dos Parecis ganham duplamente: ao pagar menos para enviar seus produtos para o mercado internacional e ao pagar menos pelos insumos agrícola que chegam àquela região. Com isso, a competitividade amplia.

A cada ano, a produtividade aumenta. Existem dados que atestam a produção de 60 a 70 sacos de soja por hectare e perspectivas da produção de milho safrinha, que pode ser vendido para o Norte, o Nordeste e também para mercados do Caribe e da Venezuela.

Há possibilidade de trazer do Nordeste o sal mineral, porque o rebanho bovino de Rondônia e no Mato Grosso, com quase 18 milhões de cabeças de gado, que lambem sal todos os dias. O sal mineral pode sair do Nordeste e, no refluxo da carga, pode chegar aqui por um preço de custo bem mais competitivo do que o atual.

As perspectivas são amplas, mas, para serem consolidadas, é preciso que seja dado o primeiro passo. Hoje, está sendo implantado um porto em Itaquatiara, com uma capacidade de transbordo de carga de 1.500 toneladas/hora. A esteira do porto de Itaquatiara tem a mesma capacidade das esteiras de Santos, de Paranaguá e de Rio Grande. Isso é extremamente positivo e, inclusive, evita que tenhamos

um prêmio negativo. Evidentemente, a partir daí, passamos a ter um prêmio positivo no transbordo de carga para navios de longo curso.

Esse porto tem não somente uma velocidade de carga de 1.500 toneladas, como também de descarga das barcaças, permitindo que, ao mesmo tempo, descarreguem-se as barcaças, colocando as mercadorias dentro dos navios, e se retire a mercadoria dos armazéns e a coloque nos navios. Esse porto é de grande capacidade, de primeira linha. Trata-se de um porto extremamente moderno e sofisticado, que dispõe de todas as operações básicas de controle necessárias a um porto desse tipo. Esse porto foi aprovado pelos organismos nacionais competentes e está em vias de ser aprovado pelos navegadores, pelos armadores de longo curso, que estão pesquisando constantemente e já verificaram as possibilidades de ali chegarem com seus navios a um custo reduzido.

Isso é muito bom para a produção da Serra dos Parecis e descortina toda uma possibilidade para essa fronteira agrícola noroeste. Os magníficos 20 milhões de hectares agricultáveis que saem aqui aqui na região centro-leste, na região de Mutum, Lucas e Sorriso, e avançam por Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campo de Julho, Comodoro, adentra Rondônia por Vilhena, Presidente Médici e chega até ao território da Bolívia. Essa fronteira agrícola evidentemente vai se expandir nesse caminho.

Hoje, Rondônia não tem possibilidade de produzir nem milho e nem soja a preços competitivos com o resto do País por causa do alto custo do frete. No futuro, vai estar muito mais próximo do porto e os produtos ali produzidos vão ter custos inferiores até à produção de Sapezal, e também descortinam as possibilidades para a fronteira agrícola do sul do Amazonas.

É uma possibilidade de negócios extremamente positiva, abre-se toda aquela perspectiva que os senhores já conhecem, que é a perspectiva dos grãos, inúmeros municípios de Mato Grosso fizeram a festa, como recentemente há pouco o de Primavera do Leste, que já passou pelo **boom** dos grãos, basta ver a questão de Itiquira, de Rondonópolis e de São Gabriel dOeste, no Mato Grosso do Sul, e da própria Campo Novo e Sapezal agora, que se descortinam como magníficos municípios com grande capacidade produtiva e com um potencial enorme.

Na esteira dos grãos, evidentemente, vem uma série de coisas ligadas ao desenvolvimento, principalmente à parte de agroindústrias. Mas, basicamente, gostaria de chamar a atenção para a questão da necessidade do fluxo. Nada disso seria possível, ou seja, não seria possível a implantação de um porto em Porto Velho, um terminal de transbordo de Itaquatiara, se antes de tudo não tivéssemos uma grande capacidade de produção na Chapada do Parecis, no caso, Sapezal, três milhões de toneladas por ano confirmadas nesta safra de soja. E já para a safra do ano que vem, com certeza, vamos ultrapassar pelo menos em 15% a produção desse ano. Quer dizer, esse fluxo é que está garantindo todo esse processo do corredor; se não tivéssemos um fluxo de produção evidentemente que esse corredor estaria inviabilizado.

O mesmo raciocínio aplica-se aos outros corredores, principalmente ao corredor centro-leste e aí chamo a atenção para uma série de detalhes importantes. Para termos maior fluxo de produção, para atendermos ao corredor do Araguaia-Tocantins, o próprio corredor noroeste, o corredor da hidrovia do Paraguai-Paraná, o corredor do Centro-Leste, para ampliarmos esse fluxo de carga temos que passar por algumas condições básicas. Diria que uma dessas condições é a questão da energia elétrica; o Centro-Oeste sem energia elétrica não vai a lugar nenhum, fica limitado em produção.

Outra questão fundamental são as rodovias estruturantes. Não é possível se desenvolver fluxos de carga em cima de uma BR-364 ou de uma BR-163 nas condições em que se encontram – corre-se o risco de acidentes constantes. Da maneira como essas rodovias se encontram, são necessários US$80 a tonelada para se chegar de Sapezal a Paranaguá, porque ninguém é maluco de colocar caminhões a um preço mais barato nessas estradas. Essas rodovias estruturantes precisam ser reparadas, precisam ter a sua massa asfáltica reparada para que possa suportar esse fluxo de carga rodoviária.

Além disso, se se analisar no sentido do próprio corredor Centro-Leste, verifica-se que são necessárias a BR-070 e a BR-080 para viabilizar o transporte na área. E aí criaram uma série de reservas indígenas e por dentro das quais estradas não podem ser construídas. A BR-080 pode ligar eixos estruturantes, como a BR-158 ou a BR-163. Tem-se, então, praticamente isolado o norte do Mato Grosso a partir do momento em que 163 fica inviabilizada.

Ora, se se quer maior fluxo de carga no corredor Centro-Leste, obviamente, tem de haver a possibilidade de se ter a BR-080 funcionando, que exatamente liga a estruturante 163 com a 158. Isso não é possível hoje, porque criaram nos últimos tempos uma nova reserva por onde não se pode passar.

Tem que haver modificação de leis no Congresso Nacional para que estradas, principalmente estradas estratégicas, cruzem essas rodovias de maneira a ligar as estruturantes 163, 364, 158 e outras. Se isso não ocorrer, não há possibilidade de se criar fluxo.

Outro detalhe que considero importante é quanto ao investimento no setor agrícola, querem mais fluxo de carga, querem ativação de todo um sistema rodoferroviário, hidroviário através do modal? Para isso é preciso que haja uma modificação na política fiscal, porque para sermos competitivos a nível internacional, precisamos exportar os produtos descontados os impostos; exportando a quantidade de impostos que exportamos, não é possível. Somos o único país hoje no mundo que, junto com o que vende, vende um monte de impostos. Para ser mais competitivo e tornar o Centro-Oeste um grande celeiro de produção, cada vez mais competitivo, é preciso modificar substancialmente essa política fiscal.

Já existem excepcionais projetos no Congresso e estudos feitos pela Bancada Ruralista, que definem situações em que deve ser alterado o problema da política fiscal. Com isso, o Centro-Oeste poderia produzir muito mais e criar esse fluxo para todos os corredores.

Chamo também a atenção para a malha rodoviária pólo-integrante, que é exatamente essa questão das rodovias menores, vicinais. Deve-se não só contemplar os eixos estruturantes, mas também essas rodovias menores estaduais, como a MT-170, a MT-235, ou, no caso de Goiás, algumas vicinais extremamente importantes, que passam pelas regiões produtoras e vão levar o fluxo necessário de carga às estruturantes; deve-se, ainda, adequar melhor a questão da integração do modal rodoferroviário. Existe uma dificuldade muito grande para o caminhoneiro ter acesso normal aos modais ferroviários. Isso precisa ser muito bem estudado.

Há um quesito muito importante, que é o do alfandegamento. Hoje, por exemplo, há gargalos tanto em Vitória, quanto em Santos e Paranaguá. Por quê? Porque não há o famoso porto seco, o porto alfandegário no interior dos Estados. Os Estados precisam ter acesso a isso; é algo que também considero importante para diminuir o custo Brasil.

Para criar possibilidades de exportação de mercadorias, deve haver o próprio alfandegamento no Estado de origem, que contribui para o desembaraço alfandegário e, conseqüentemente, evita aqueles impeditivos, aqueles gargalos. Às vezes, a mercadoria tem de ficar de 15 a 16 dias para ser desembaraçada no porto, tendo em vista estar o fluxo atropelado, porque dois ou três burocratas de plantão resolveram fazer o esquema padrão. Essa questão do fluxo passa pelo alfandegamento dos portos secos em nível de Estado, e os investimentos no setor agroindustrial criam também o refluxo da carga. Não podemos pensar só na carga do grão, por exemplo, que deve ter um frete barato.

Escuto muito falarem da rodovia do Pacífico, a qual é extremamente importante para a integração regional; no entanto, para o transporte de carga de grãos de soja e milho, em termos de custo, fica proibitiva, a não ser que sejam levados para o Pacífico a soja e o milho do Acre. Que custo rodoviário teria o transporte do milho e da soja de Mato Grosso, se tivesse de atravessar uma grande extensão – três ou quatro mil quilômetros – para chegar até o Pacífico? Então, a integração regional é importante.

Se se quer criar um fluxo de cargas que agregue o valor econômico, obviamente, há que haver um programa com base na agroindústria. Os Estados não devem ser meros produtores primários; devem ter um programa diferenciado para a agroindústria, e isso vale para o Centro-Oeste, conseqüentemente, melhores possibilidades de comercialização daquele frete rodoviário, fluvial, hidroviário, marítimo, e assim por diante.

Existe, realmente, uma série de questões que precisam ser vistas e corretamente analisadas, como as que mencionei: os instrumentos de política fiscal; os investimentos em energia elétrica; os investimentos feitos com base no fluxo de produção, principalmente, por meio da malha rodoviária dos pólo-integrantes; o porto seco alfandegário; e os investimentos no setor da agroindústria.

Era isso que eu gostaria de colocar inicialmente. Quero dizer que estamos fazendo um projeto e que vamos cumprir as etapas de construção portuária.

Os senhores conhecem a abrangência do Projeto do Corredor Noroeste, que tem como base Sapezal, na Chapada dos Parecis. É preciso um investimento de US$20 milhões, para fazer essa rodovia que liga a BR-163 à BR-364, de 410 quilômetros de extensão, com 16 pontes.

É necessário, ainda, um investimento de US$30 milhões na BR-364, para fazer um tapa-buraco de Cuiabá a Porto Velho, e um investimento de US$27 milhões na hidrovia, para transformar a calha do rio Madeira na hidrovia do Madeira-Amazonas.

Com esse insignificante investimento de US$57 milhões, os senhores têm um eixo estruturante, ou seja, um corredor noroeste com capacidade de transporte de 20 milhões de toneladas de carga/ano.

Essa é a realidade do corredor noroeste, que, obviamente, significa o futuro de Rondônia, do Acre e do sul do Amazonas.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR – O próximo a fazer uso da palavra, como debatedor deste painel, é o Sr. Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso, Famato, Sr. José Antônio de Ávila.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ÁVILA – Sr. Presidente José Ignácio, demais Senadores, companheiros aqui presentes, o destino é muito caprichoso, e, normalmente comigo, pois sempre fico por último. E num Estado como Mato Grosso, em que todos entendem de agropecuária, sobra pouco para falar.

Tenho que afirmar e reafirmar o que já foi dito aqui. É uma realidade constante no Estado de Mato Grosso. O mais importante que precisamos colocar aqui, Senadores, é que a classe produtora rural tem que ser valorizada porque, como já disseram, produzir nós sabemos. E o fazemos com grande competência. A classe produtora faz. Se depender do Centro-Oeste brasileiro, carga não vai faltar. O resto está faltando: falta estrada, falta hidrovia, falta ferrovia, falta energia, falta principalmente vontade política, desde o município até o Governo Federal, para resolver esses problemas.

Sr. Presidente, há muitos anos – e tanto os governos passados quanto o atual já sabem disso – toda a classe produtora rural vem gritando por este Brasil afora a respeito da situação do Centro-Oeste. E, embora seja paulista, há muitos anos moro em Mato Grosso, desde 1960. Mas o Centro-Oeste está abrindo, nós estamos produzindo. O que é preciso, de fato e de verdade, é a vontade política. Números não faltaram aqui. Produção não faltou. Está tudo aí. A cada dia que passa...

Ainda há pouco, foi mencionado aqui algo que é de suma importância, ou seja, uma política agrícola definida para que possamos ter condições de transportar o que produzir. Consumimos insumos muito caros, pois tudo vem de fora. Vendemos nossos produtos a um preço mínimo, pois o preço em Mato Grosso é diferenciado do resto do Brasil, em função de transporte.

Essas dificuldades a classe produtora rural enfrenta no seu dia-a-dia. E volto a repetir: boa vontade do setor produtivo primário não falta. Estamos precisando, de agora em diante, é de definir... Está aí a Ferronorte. É um Deus-nos-acuda – V. Exª me desculpe o linguajar, pois esse é meu jeito de falar –, é um Deus-nos-acuda colocar dinheiro no Orçamento para terminar uma ponte que começou. É uma briga. É algo que começa e é interrompido, Senador. Colocar dinheiro no Orçamento é briga de gente grande. Não sei por que essa má vontade em não querer terminar. Começa mas não quer terminar.

Já se gastou muito dinheiro com a Usina de Manso e ainda não foi concluída. Não sei por que isso. Quando é o Sr. Olacyr, em um ano ou dois se faz uma grande usina. Está aí o Bráulio trabalhando para fazer usina, ferrovia, rodovia, porto. Faz, mas a vontade política do Governo é muito ruim em não querer acertar essas questões que são de suma importância para o Brasil.

Gostaria de terminar, pois tudo já foi dito, não há necessidade... Números também já foram repassados. Eu gostaria de pedir a V. Exª e à Comissão que fizessem um apelo do município ao Governo Federal para que tenha vontade política em resolver essas questões. A qualquer hora a classe produtora desanima e começa a diminuir a produção. Estamos em Mato Grosso dando exemplo de Primeiro Mundo. Vamos agora começar a exportar carne para o Mercado Comum Europeu, conforme já foi dito a V. Exª. Esse é o trabalho e o esforço da classe produtora rural do Estado. E do Centro-Oeste.

Está aí o Senador Mauro Miranda que, como outros, conhece os Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás e sabe do esforço desse povo que veio aqui para produzir. Nós não viemos para brincar. Mas, infelizmente, essas situações têm dificultado, e muito, muito mesmo. V. Exª não pode imaginar as dificuldades por que a classe produtora rural passa nessa região.

E vamos produzindo. Graças a Deus, estamos produzindo. Produtividade satisfatória, clima satisfatório, solo da melhor qualidade possível. É lamentável ter que dizer isto, num país como o nosso, em que estamos partindo para uma evolução, com um mundo aberto, mas nós estamos nessa situação. E na grande maioria das vezes por falta de vontade política dos governantes, dos que passaram e dos atuais.

Tudo isso já foi dito aqui. Eu, realmente, gostaria que V. Exª levasse a mensagem de todos os que aqui falaram, inclusive a minha. Vamos ter vontade política e resolver de uma vez por todas sobre ferrovia, rodovia, hidrovia, porque grãos vamos ter.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SENADOR – Sr. Zeca, fiquei muito satisfeito com a sua manifestação, com a objetividade, com a simplicidade, entrou direto no assunto. Penso que, numa hora como essa, temos que colocar a realidade que está ocorrendo no Brasil e no mundo.

Temos um modelo de desenvolvimento econômico que se esgotou, aquele modelo em que o Estado tinha o dinheiro, investia, fazia com que o empresário fosse atrás dele pegar mais dinheiro. Na verdade, o Estado era o grande motor de desenvolvimento. Pois bem. Esse modelo acabou, quer dizer, o Estado brasileiro faliu. Quando falamos que faliu o Estado, não é o Estado Nação. Estado-membro é o Estado, a União Federal são os Estados e Municípios inclusive. Quer dizer, os Estados vão mal das pernas. Hoje o papel do Estado brasileiro é o de indutor do desenvolvimento, não é mais aquele Estado que investe como Estado empresário. Ele hoje é o indutor do desenvolvimento, poder concedente, poder fiscalizador, regulador e disciplinador das coisas. Quer dizer, o que o Estado faz hoje é levantar situações, fazer um diagnóstico. Ele tem um pouquinho de dinheiro? Tem alguma coisa para fazer. Mas o que está acontecendo no Brasil é que na verdade os municípios cabeceiam para o Estado, o Estado, que não tem dinheiro, cabeceia para a União, a União tenta jogar para o povo e o povo não quer pegar mais aquilo. Está aí o CPMF, que o pessoal não está aceitando.

Estou colocando essa questão para percebermos que, em função dessa realidade em que o Estado já não tem mais o poder de investimento, o que está acontecendo? O Estado hoje trouxe para si – é esse o grande poder que ele tem, o carisma do Governo, o Governador Dante chega aqui com o carisma dele e diz que tem o dinheiro para dar, mas não tem. Aí a pessoa diz: Mas por que o Estado desenvolve e o pagamento está atrasado? Isso dizem lá no meu Estado. Os promotores de justiça: Mas espera aí, o pagamento está atrasado dois meses e o Espírito Santo cresceu 8%. É porque as forças econômicas hoje independem do Estado. Hoje quem corre atrás de empresário é o Estado, e não o contrário.

Então, essa realidade nos leva a seguinte conseqüência: temos que primeiro fazer um diagnóstico, preparar toda uma logística do que deve ser feito, criar as condições – está aí a lei de concessões que permite que se faça a exploração de quedas dágua. Quer dizer, a lei de concessões está aí. Agora, é o particular, é onde está o dinheiro. O que nos cabe agora? Vamos resolver o problema de energia. Tem cabimento um Estado como Mato Grosso, que tem essa potencialidade hídrica, ela não ser aproveitada e queimar o óleo que queima. Não tem cabimento! Tem cabimento, o Estado podendo puxar o gás da Bolívia e passar por aqui, com a convocação do capital privado? Porque é esse o capital que existe. Não, não tem cabimento. Então, vamos ter que encontrar as fórmulas, para que convoquemos essa parceria importante. Por isso lhe digo que temos todas as condições para agir, mas não contem exclusivamente com a vontade política do Governo Federal ou do Governo Estadual, porque vontade política significa que, além delas, para executar, tem que se ter dinheiro. O Poder Público Federal não tem recurso para fazer investimento maciço, a não ser quando ele convoca a iniciativa privada para agir. Estão aí o Olacyr, os empresários que se abalançam a mexer na área de energia e que vão obter concessões. Tudo isso está sendo facilitado pelo Poder Público. Ele está abrindo as mãos, entregando os anéis e conservando apenas o poder indutor do desenvolvimento.

Estou colocando isso para dizer o seguinte: não retiremos a União Federal disso, mas não esperemos dela nem do Estado-membro que as soluções venham exclusivamente deles. Temos que ser criativos, armar o esquema, atrair, com o carisma dos nossos cargos, dos nossos Senadores, dos nossos Deputados Federais, do Governador. Essas pessoas todas de cada Estado é que vão buscar a parceria com a iniciativa privada, mostrando-se o que há de atrativo, para que acreditem no retorno. Essa é a realidade atual.

Temos consciência de que este País não se fragmentou por um milagre, porquanto aguentou tantos problemas e carregou uma inflação por 30 anos, com vários planos e milagres econômicos. Atualmente, poderá aguentar ainda mais, porque agora estamos no caminho certo. Houve a exaustão do Estado brasileiro, agora temos outras condições que permitirão o surgimento do grande motor do progresso, que retirará o investimento dos cofres públicos e induzirá empresários privados, dando-lhes oportunidades. Isso precisa ser compreendido, tanto quanto o trabalho que fazemos ao levantar situações e propor sugestões. Não esperemos investimentos da União Federal. Ao investir num ponto, sua vontade política pode ser grande, mas seu recurso não poderá ir além, diante das infinitas exigências que existem em um estado com tanta potencialidade.

Às vezes, penso em como Mato Grosso não se desgarrou do Brasil, tendo em vista a sua realidade, porquanto tem tudo da porteira para dentro e, da porteira para fora, não consegue escoar a produção, já que sai muito mais caro levar até o porto do que levar deste para a Ásia. Agora há pouco, fiquei encantado com as palavras do Dr. Pargot(?), ao deixar o pensamento muito claro de que se gasta mais para tirar da porteira da fazenda – onde os índices de produtividade são os mais altos, pela qualidade do pro-

dutividade –, do que ao sair-se dela, quando ocorrerem os diversos problemas, sobretudo aqueles da matriz rodoviária, pois não há ferrovias nem hidrovias. Assim, temos de convocar a ambição legítima da iniciativa privada, para que entre no jogo e faça aquilo que o Estado não mais fará. Apenas abordo esse tema, por sua importância. Alguns podem dizer que falta vontade política... Meu Deus! Quem dera fosse isso. Assim seria facílimo!

O Presidente Fernando Henrique foi sensato, quando observava que um Estado da expressão de Mato Grosso não pode ficar fora do esquema de inserção do Brasil na economia globalizada, como também da própria realidade econômica e integrada deste País.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE ÁVILA – Sr. Senador, gostaria apenas de complementar. Sou uma das pessoas que, ao falar em vontade política, declaro a completa falta de interferência do Governo, que só o faz naquilo que lhe compete. Darei um exemplo: o trabalho de parceria que começou no Governo Jaime Campos, irmão do Senador Júlio Campos – e hoje está com o Governo Dante de Oliveira –, não foi seccionado, não se atrapalhou o processo. Esse Fundo Emergencial contra a febre aftosa, em Rondonópolis, repassava verbas para o governo estadual. Desta forma, nos credenciamos junto ao estado que há 40 anos tentou acabar com essa doença e não conseguiu, apenas atrapalhou. Somente quando ficou com o que lhe é indelegável, mandando a iniciativa privada procurar o seu caminho... Aí, sim, começamos a resolver o problema. Esta é a vontade política que mencionei. Sabemos que o governo não tem dinheiro. O que não se pode é parar 5, 10 anos, deixando uma grande quantia estagnada. Infelizmente, esses são os problemas que o governo, de um modo geral, permite acontecer a nível nacional, não apenas de Mato Grosso. Se o Governo fizer o que V. Exª disse, quanto a delegar à iniciativa privada o que é de sua competência, iremos mudar o Brasil e seremos chamados, verdadeiramente, de primeiro mundo.

Muito obrigado.

O SR. Concedo a palavra ao Sr. Aldo Romani, Secretário de Estado, Indústria, Comércio e Mineração.

O SR. ALDO ROMANI (Secretário de Estado, Indústria, Comércio e Mineração) – Srs. Senadores, demais autoridades, empresários, senhoras e senhores, foi muito rica a explanação, hoje, dos diversos palestristas.

Gostaria de aproveitar este cenário para apresentar alguns pontos mais conceituais que considero fundamentais quando se fala em desenvolvimento, em transportes, em corredores. Gostaria de enfocar, primeiro, que Mato Grosso se encontra em uma fase de transição de sua economia, não se pode considerar o que existe hoje como suporte de um projeto de longo prazo. Esta se prende no que foi falado aqui hoje: quais são os pontos que até hoje serviram de fator inibidor do desenvolvimento basicamente industrial e global do Estado? Falaram em dois, mas esqueceram-se de um muito importante, Senador: falaram em energia elétrica – que não tenho a mínima dúvida de que daqui há dois ou três anos sairemos da condição de deficitários e passaremos à condição de exportadores de energia elétrica –; falaram em transporte – e não tenho a mínima dúvida também de que daqui há dois ou três anos teremos equacionado diversos corredores que terão sua utilização dependende de onde se produzir e onde se irá consumir esse produto –, e sua utilização é o de que mais importante vejo, é o que no fundo irá dar suporte a todo esse sistema, Senador, é a densidade demográfica do nosso mercado consumidor, reparem que se falou apenas na produção de exportação – e aqui quero deixar claro um conceito fundamental de um processo de industrialização: a produção existente já tem, praticamente, seu mercado, se falarmos em integração regional, quer interbrasil, quer na região de integração latino-americana, isso é economia complementar, iremos progredindo na medida dessa integração, e, quando falamos em mercado externo, principalmente o asiático, aí sim temos que falar em economia adicional. Se tenho uma noção, a intenção da China no convênio que estamos mantendo agora de irmandade para parceria em produção local seria uma pretensão de compra de algodão superior a que Mato Grosso produz hoje. Vamos distinguir, então, o que é uma economia de exportação, talvez grão, adicional, porque metade do que produzimos aqui já consumimos em nossa indústria e temos mais dois projetos grandes em implantação.

Então, vejo regiões, como essas do Sapezal, com talvez mais de uma dezena de milhões hectares de solo profundo – é uma região com mais de quarenta metros de solo –, de fácil ocupação e ainda inexplorada, em condição de muita expansão. Vejo também uma integração latino-americana, principalmente na região centro-oeste sul americana, incluindo o norte do Chile, o sul do Peru, a Bolívia, o Paraguai e o Centro-Oeste, com uma ativação empresa-

rial muito intensa no sentido de complementariedade dessa própria economia.

Muito bem. Essa complementariedade regional ou inter-regional irá dar o suporte, bem mencionou o superintendente do Grupo Ermasa, seria uma ativação industrial crescente e diversificada. Essa produção, Sr. Senador, não necessita de navio de trezentas mil toneladas, essa carne congelada ou refrigerada que vai para a Europa também não vai em navio de trezentas mil toneladas, poderá sair por Manaus, poderá sair até mesmo pelo Pacífico, porque já temos uma relação peso/específico, preço unitário altamente considerável. Simplesmente quero colocar, então, que esses conceitos de necessidade e expansão do mercado consumidor para que seja aumentada a escala de produção de nossas indústrias, e aí sim competir com o centro-sul evitando que sejam formados corredores privilegiados no Mercosul do tipo São Paulo-Buenos Aires, essa densidade demográfica é fundamental e se dá através da integração latino-americana com toda essa malha de suporte alimentadora desses grandes eixos, então, esses corredores são fundamentais em cargas de volume, pensando nos portos de grande envergadura para grãos, para minérios, em suma, produção de larga escala, mas a intenção é ampliar e muito, com esses três fatores que até hoje foram inibidores e que a partir de agora começam a ser fatores atraentes, temos recebido diversas missões estrangeiras exatamente enfocando as perspectivas infra-estruturais de curto prazo, em se considerando a projeção industrial, é o período de dois, três anos para se projetar uma empresa de porte médio, não é grande, como também das diversas alternativas que uma região central como a nossa possui.

Quero cumprimentar os Srs. Senadores por trazerem aqui esse tema tão importante. Tenho certeza de que as informações que V. Exªs levarão daqui se constituirão de subsídios valiosos e que considere que uma região interior como a nossa precisa de integração leste-oeste, não apenas centro-leste. Precisamos integrar a bio-oceânica não como uma ligação de dois oceanos, mas considerar essa faixa como de desenvolvimento, incorporando com isso a agregação de valor a uma produção regional que atualmente sofre. Por quê? Recebe um fluxo imigratório muito grande e esses imigrantes, Srs.Senadores, não trazem consigo a escola, a energia, a estrada nem o suporte social, e nós precisamos agregar valor a essa produção porque eles também vêm aqui e produzem bens primários que não têm um resíduo para o Governo em condição de compensar esse movimento que é muito bem vindo e que precisa ser valorizado inclusive.

Era a posição que queria deixar para V. Exªs. (Palmas.)

O SR. APRESENTADOR – Agradecemos ao senhor expositor desse painel bem como os senhores debatedores.

Convidamos o Deputado Federal Welinton Fagundes para fazer parte da mesa desta audiência pública da Comissão Especial do Senado, destinada ao estudo do Corredor de Transporte Centro-Leste. Após a apresentação dos três painéis previstos, bem como a participação dos Srs. debatedores, passaremos a Presidência da mesa ao Presidente da Comissão Especial, Senador José Ignácio Ferreira, para a manifestação dos Srs. Senadores.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO – Senador José Ignácio, não tenho muita coisa a falar porque os assuntos aqui debatidos já são conhecidos, apenas foram aprofundados para nosso melhor entendimento. Tenho apenas que registrar o agradecimento a V. Exª por ter aceito a proposta do Senador Júlio Campos e minha de integrar nossa Comissão e fazer esta audiência em Mato Grosso.

Até então o corredor centro-leste estudava muito mais os aspectos dos Estados muito mais ligados ao Oceano Atlântico e ao propor esta audiência em Cuiabá evidentemente esta Comissão enriqueceu o centro de interesse do corredor de transporte centro-leste e por certo o assunto aqui discutido vai engrandecer muito o relatório desse trabalho que faremos a favor do Brasil, do Centro-Oeste e do Mato Grosso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Com a palavra o eminente Senador Waldeck Ornelas, membro da Comissão.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Senador José Ignácio, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. participantes desta audiência. Sem dúvida alguma tivemos aqui uma visão panorâmica bastante importante do que é a realidade, do que são as potencialidades e quais são as restrições que estamos tendo hoje em relação ao desenvolvimento do Estado do Mato Grosso.

Devo dizer que, particularmente, para mim, isso foi extremamente importante, haja vista que nesse nosso País continental, de características tão heterogêneas e oportunidades tão diversificadas, em

cada Estado temos oportunidade de ver que há, efetivamente, uma grande potencialidade de crescimento do nosso País e o Mato Grosso, sem dúvida alguma, constitui uma das bases de lançamento do desenvolvimento do nosso País nesse final de século e projetando-se fortemente como um Estado importante para todas as próximas décadas.

Ficou claro que existe um conjunto de opções muito grande para o escoamento da produção do Mato Grosso. Ao todo foram citadas, creio, sete alternativas de corredores. Agora, foi também referida a questão da crise fiscal. Aliás, a União tem sido um tanto quanto madrasta, não apenas porque não tem feito diretamente os investimentos que lhe caberiam mas tem induzido os Estados a que se endividem para fazer aqueles investimentos que deveria ela assumir.

Ora, nós sabemos que a capacidade de endividamento dos Estados é em função do tamanho de suas economias. Isso constitui uma limitação muito grande, para Estados como Mato Grosso, enfrentar problemas que demandam tão elevado volume de investimentos. De modo que é preciso definir, dentro desse contexto, uma escala de prioridade, uma ordenação das prioridades.

Vejo que as opções não são mutuamente excludentes. Não sei que medidas – algumas delas poderiam ser complementares ou compatibilizadas entre si. Não sei qual a hipótese, por exemplo, de uma integração entre a BR-163 e hidrovia a partir de Teles Pires, reforçando ainda mais a função do corredor noroeste no que diz respeito ao porto de Itaqua-tiara.

Foi uma impressão que me ficou e deixaria, talvez, para que Antonio Joaquim, depois, esclarecesse-nos da possibilidade. O Chapadão de Parecis envolve uma produção da ordem de três milhões de toneladas/ano, conforme foi aqui informado. Há o corredor da hidrovia do Araguaia onde também foi falado, creio pelo Subsecretário de Agricultura, um número da ordem de três milhões de toneladas de produção.

Esses dois corredores, parece-me, estão concentrando as atenções, estão se viabilizando de alguma maneira, no caso, pelo forte apoio da iniciativa privada,através do Grupo Imagem, e o outro pela presença da Vale do Rio Doce, no porto de Itaqui, com todo o sistema ferroviário de Carajás, etc.

A questão específica do chamado corredor centro-leste. Ora, ele se configuraria aqui a partir de uma ligação fundamental que seria a do alto Araguaia para Uberlândia. Não foi essa, contudo, a opção adotada para a implantação da Ferronorte. Optou-se pela alternativa do corredor mais ao sul ligando Cuiabá ao Porto de Santos.

Vejam, senhores, que, tendo a alternativa do Triângulo Mineiro – e daí para o Porto de Vitória – a opção foi, mais uma vez, pela concentração espacial da economia. Eu queria chamar a atenção, ao concluir as minhas palavras, para um outro aspecto que foi aqui enfocado: o Estado do Mato Grosso tem projetos que não são estaduais; são projetos interestaduais, são projetos macrorregionais. Digo como nordestino cuja região vem sempre lutando pela imperiosa necessidade de termos em nosso País uma política de desconcentração econômica particularmente de desconcentração industrial.

É preciso que nos organizemos regionalmente; os Estados da região Centro-Oeste também. Isso porque há questões que nos uniriam, como a do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que foi, seguramente, a única grande conquista das regiões mais pobres no processo constituinte e que, no entanto, nesse caso, é administrado pelo Banco do Brasil sem a participação, sem a opinião dos Governadores dos Estados, sem um conselho deliberativo como ocorre no caso da Sudam e da Sudene. Mas é preciso que o Centro-Oeste se una não apenas internamente mas com as outras regiões mais pobres e mais carentes de desenvolvimento mas todas elas amplamente dotadas de potencialidades para que possamos desfraldar juntos essa bandeira da desconcentração da economia.

O SR. *(Não Identificado)* – Senador, permita-me um minuto. O Senador Waldeck Ornelas coloca a questão da BR-163. O destino da hidrovia Teles Pires-Tapajós é o porto de Santarém. O destino da BR-163 também é o porto de Santarém. Quer dizer, não obrigatoriamente teria essa ligação mas, certamente, também seria auxiliar no mesmo destino que é o porto de Santarém.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA – Prezado Senador José Ignácio, meus queridos Senadores Júlio Campos e Jonas Pinheiro, estamos muito felizes por estarmos na sua terra. Estamos muito honrados com a presença desses dois Senadores ilustres, Júlio Campos, um dos principais componentes da Mesa do Senado, um homem de posições definidas e claras, e o nosso companheiro Jonas Pinheiro, um dos principais líderes da agricultura brasileira. Lamentamos profundamente a ausência do Senador Carlos Bezerra, ausente por motivos justos do meu Partido na

capital de São Paulo. No entanto, também ele está preocupado com todo esse conjunto. Sendo assim, através de um projeto, que é o Prodeco, liderado por todos os Senadores do Centro-Oeste, em discussão com o Presidente da República, iremos analisar todo esse conjunto.

Portanto, Sr. Presidente, permita-me discordar da sua posição com relação à vontade política que foi muito bem dita por um dos debatedores. Às vezes, no tom de uma discussão não dá para se perceber com profundidade esse tema que muito nos aflige. Nós, do Centro-Oeste, e creio que o meu companheiro Valdeck Ornelas, que é da região Nordeste, sempre somos considerados excluídos do conjunto. V. Exª está ao lado daquele quadrilátero privilegiado do Espírito Santo, na beirada do Atlântico, e talvez não sinta o drama e o complexo que nós, pequenos, sentimos em relação ao conjunto.

Quando se quer definir um problema bancário brasileiro, e vimos dois exemplos graves, quais sejam, do Banco Nacional e do Banco Econômico, que diz respeito ao Centro-Leste ou à área econômica forte, decide-se rapidamente um problema de R$15 bilhões. Vemos que o problema da hidrovia do Madeira, que resolve grande parte dessa região do Mato Grosso, pedem em torno de R$50 milhões. Portanto, falta vontade política de decisão em torno de pequenos pontos de estrangulamento.

No meu Estado, temos uma ligação que vai de Goiânia até o porto de Santos para levar rocha fosfática da cidade de Catalão até aquele porto. A ferrovia está pronta. São 700 quilômetros, ou seja, para chegar ao porto de Santos, essa rocha fosfática leva 19 dias. Está sendo mais fácil, portanto, buscar essa rocha fosfática lá em Marrocos ou na Flórida, nos Estados Unidos, do que dar seqüência ou consertar um pedaço de ferrovia que liga São Paulo até Goiás. Falta, portanto, essa vontade ou essa capacidade de análise de pequenos problemas, de pequenos gargalos que se resolveriam de um dia para o outro.

Na semana passada, na quinta-feira, estava em Buenos Aires, onde vi uma referência especial ao nosso grande Senador Júlio Campos nessa luta para fazer a integração da Bacia do Prata, na Argentina, que aguarda com ansiedade a resolução desse problema. Poucos milhões de dólares, pouquíssimos, mas que não têm vontade.

Na época do Império ou antes disso, na época da escravatura, vinham os escravos pela Argentina e subiam até o Peru na exploração das minas de cobre. Naquela época já se resolvia o problema. Hoje, não há uma vontade política. Fala-se tanto em Mercosul e não se resolve um problema tão pequeno e de tão rápida solução.

Penso que está faltando vontade política, falta vontade de definir as datas de se resolver os casos. Precisa, ainda, haver alguém forte que execute. Sou Vice-Líder do Governo, quero muito ajudar. No entanto, está muito difícil de ajudar. Portanto, esse é o sentimento do Centro-Oeste. Recebi essa acolhida e a estou devolvendo com entusiasmo, porque também sou apaixonado por essa região. Precisamos fazer um movimento de conscientização dos nossos pequenos problemas que serão solução para o Brasil, tenho certeza disso. Temos pessoas trabalhadoras que não vêm aqui para o Centro-Oeste para procurar praias ou se distrair. Viemos para sofrer, para lutar, para derrubar matas e para plantar com todo o entusiasmo.

É necessário, portanto, haver uma vontade maior de nos entender. Não dá para entender apenas o Centro-Sul, a cidade de São Paulo ou o Centro-Leste, que detém grande parte da nossa economia. Os grandes problemas insolúveis estão dentro de São Paulo. Assim, faz-se necessário criar outras alternativas no nosso Centro-Oeste e no Nordeste, com área de turismo forte, a fim de que possamos melhorar o nosso País. Estarei atento no meu relatório a esse lamento que entendo profundamente, porque estou vivendo aqui, dentro do Centro-Oeste essa questão.

Sei da vontade do Senador José Ignácio para que haja essa integração com o Porto de Tubarão, o principal porto do País, indiscutivelmente, tecnicamente o mais bem situado de todos. Faremos de tudo para acelerar esse processo do corredor centro-leste, especialmente de Goiânia até lá. Tenho certeza, Senador, porque já está pronto o corredor, falta acelerar alguns pontos, diminuir o preço do transporte.

Parece que agregamos muitas cargas. Foi citada aqui a BR-080, que liga grande parte de Mato Grosso e liga até Brasília, que será uma desaguadoura forte dentro do corredor centro-leste. Essa talvez seja a rodovia de mais capacidade de agregação de carga para o nosso corredor centro-leste. A BR-070 também foi ligada, uma novela histórica ligando Mato Grosso até Brasília. Quase todas estão prontas, menos 070, que faltam 110 quilômetros. Grande parte dessa rodovia foi feita com recurso do Estado de Goiás.

Quero, nessa hora, pedir a colaboração de todos para que me mandem mais dados para que enriqueçamos esse nosso relatório. Sr. Presidente, po-

deríamos acelerar um pouco os trabalhos, porque, talvez, o Presidente da República venha aqui, dentro de um mês ou dois, e, quem sabe, esta Comissão já poderia fornecer algo a Sua Excelência, ou a Comissão que está estudando o Prodeco, um programa para o Centro-Oeste, algumas alternativas de aplicação recursos, poucos recursos que dão grande rendimento a essa área.

Então, eu gostaria de propor, depois na nossa reunião interna do Senado, uma sugestão de apresentar imediatamente ao Ministro do Planejamento, que está cuidando do Prodeco, para que S. Exª já forneça ao Presidente da República já alguns dados, e talvez S. Exª nos dê alguma sugestão para imediatamente melhorar ou trazer um alento a esta região. Acredito que o Governo Federal nessa área tem que ser ainda o indutor, por isso que sou a favor da venda da Vale do Rio Doce, porque, assim, grande parte dos recursos da Vale do Rio Doce poderão ser revestidos nesses pontos pequenos que são decisivos para o nosso desenvolvimento.

Agradeço mais uma vez a acolhida que tivemos aqui do Governador Dante de Oliveira, que nos recebeu com tanto carinho e, especialmente, aos dois Senadores aqui presentes pela atenção, pelo carinho e, sobretudo, pelo brilhantismo com que atuam lá no Senado Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Eu gostaria, antes de encerrar, de colocar uma questão que me parece absolutamente importante. Sou de um Estado, o Espírito Santo, que é um pequeno retângulo na costa brasileira com 45 mil quilômetros quadrados, 20 vezes menor que o Estado de Mato Grosso, que tem 900 mil quilômetros, quer dizer, sou de um Estado pequeno, com belas praias, com uma região serrana, um clima magnífico – até o Dr. Roberto Marinho comprou uma propriedade lá em cima –, mas é um Estado que é o órfão da Região Sudeste, que é a região mais rica do Brasil, e o Espírito Santo é o Estado mais desamparado dessa região.

Os senhores sabem quanto, nos últimos 30 anos, a União Federal deu ao Nordeste? Levantamentos feitos, credíveis, dão conta que, para o Nordeste – afinal de contas sempre se falou que era o sorvedouro do dinheiro da Nação, que tudo ia para o Nordeste –, a União deu 11 bilhões e 500 milhões de dólares ao Nordeste nos últimos 30 anos, quer dizer, menos de 12 bilhões de dólares, bem menos que o dinheiro do Proer, para os bancos aqui.

Esse é um fato chocante do qual as pessoas não têm conhecimento mas que, pessoalmente, estou levantando tudo que está se dando para o Espírito Santo nos últimos 30 anos, tudo que se deu a São Paulo, a Minas, ao Rio de Janeiro. Então quero saber. Um Estado como o meu que recebe 36 milhões de reais da União Federal, neste ano, por que ele recebeu 36 milhões quando se fala em Sepetiba com não sei quanto, em São Paulo recebendo mais isso e aquilo. Por isso, situo-me no Senado Federal porque esta Casa é diferente da Câmara dos Deputados. Enquanto a Câmara dos Deputados vota com as suas bancadas, três Estados se juntam e esmagam os demais. Aqui, no Senado Federal, não! São três representantes por Estado e, agora, os senhores terão que conversar conosco.

Situo-me no Senado Federal – e o Senador Mauro Miranda sabe disso – absolutamente sintonizado com os Estados das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Olho muito mais os conflitos regionais do que as questões sociais – e fui para lá justamente para observar esse aspecto. Os conflitos sociais se resolvem se começarmos a olhar para os problemas de natureza regional.

Penso em São Paulo como um país da Europa Ocidental, dentro do Brasil, usando a nossa moeda e falando a nossa língua. moeda e, ainda, achando que somos os vagões da sua locomotiva. Penso dessa forma, trabalho nesse sentido e estou presidindo essa Comissão com essa visão clara de que temos que criar condições para que este País não se fragmente. É um milagre! Um Brasil que viveu tantos repuxões, que passou por tantos períodos difíceis e não se fragmentou.

O milagre da integridade desse Brasil precisa ser mantido com o nosso esforço e com as várias formas de criação de novos pólos de desenvolvimento econômico. Não podemos manter os únicos pólos que existem, puxando para si, como bombas de sucção, quase todos os recursos da Nação. Temos que criar condições para que, além dos poucos recursos que a União, hoje, pode nos dar – e esses recursos são finitos – que tenhamos condições para que a vontade política do Governo Federal tenha espaço para se concretizar, ou seja, precisamos de parceria com a iniciativa privada.

Hoje, a União Federal, os Estados-Membros e Municípios não têm o recurso que possuíam no passado. Esgotou-se o modelo de desenvolvimento e temos que criar condições para enfrentar essa nova realidade, diagnosticando e superando esse problema.

Não somos um país qualquer; somos uma Nação com 600 bilhões de PIB. É só observamos: na

Argentina são 250; no Uruguai são 12,5; no Paraguai são 6. Isso é que dá a dimensão num País com 600 bilhões de PIB formal sem contar os quase 300 de PIB informal. Estamos abaixo da sétima economia maior: os Estados Unidos com 6 trilhões de PIB; seguido das duas Alemanhas com dois trilhões, a Itália com um trilhão e o Brasil com mais de meio trilhão de dólares de PIB. Isto quer dizer que não somos um País qualquer mas, uma Nação expressiva; temos um renda **per capita** muito maior. Se compararmos com a China, por exemplo, que possui o mesmo PIB que o Brasil, porém detém uma renda **per capita** ridícula.

A nossa realidade é a de um País que possui perspectivas; está pronto para atenuar os seus desníveis sociais, regionais e enfrentar as realidades, as suas mazelas, sobretudo, a educacional que vamos correr o risco de virar o século com mais pessoas "fora da pista do que na pista; mais pessoas no acostamento do que na pista", na área educacional. Temos que zelar por esse setor. Se consultarmos, por exemplo, um jornal de grande circulação como **O Globo, o Estado de S. Paulo** e a **Folha de S. Paulo** teremos mais informações do que um pastor de cabras, do século 14, ou um homem do século 16, obtiveram durante todo o período de suas vidas. Confrontamos, assim, a gama de informações que podemos dispor atualmente. A velocidade com que isto aflora na sociedade. Não falamos na escala que perde para a velocidade. Não falamos tanto em escala, mas em velocidades e lentidões num tempo novo em que, primeiro, precisamos deslindar e caminhar nele com muita competência. Esta é uma Comissão que, certamente, hoje, já recolheu muitos subsídios.

Quero agradecer a todos que se pronunciaram. Estou convencido de que foi altamente educativo e informativo o que, hoje, aqui, ouvimos. O Senado Federal deveria fazer isso sempre. O Senador Júlio Campos, inclusive, tem lecionado isso. O esforço que S. Exª tem feito pelo seu Estado é muito grande. Os outros dois Senadores Jonas Pinheiro e Carlos Bezerra são notáveis figuras que honram o Estado de Mato Grosso. O Senador Carlos Bezerra é um homem da maior qualificação tanto que, agora, está em São Paulo, buscando uma solução para o problema do PMDB, naquele local, porque S. Exª é uma figura de grande talento para, como diplomata resolver as suas questões. Foi o Governador desse Estado, possui uma longa história de vida política e uma experiência notável.

Portanto, temos em Mato Grosso os seus Deputados Federais. Aqui está o exemplo do nosso Deputado Antonio Joaquim, também Secretário de Infra-Estrutura. Certamente, a Câmara Federal deve representar muito bem o Estado de Mato Grosso.

Portanto, vamos terminando esta reunião da Comissão, agradecendo ao Governador Dante de Oliveira pela lhaneza e calor humano com que nos recebeu; ao Vice-Governador Márcio Lacerda; ao Sr. Presidente da Federação das Indústrias, o Sr. Carlos Antonio; ao Dr. Antonio Joaquim, Deputado Federal e Secretário de Infra-Estrutura; aos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão; ao Senador Mauro Miranda, Relator da Comissão, ao Senador Ernandes Amorim, 4º Secretário da Mesa; ao Dr. Waldeck Ornelas, brilhante Senador pela Bahia; ao Dr. Aldo Romani, Secretário da Indústria e Comércio; e ao Deputado Estadual Pedro Satélite.

Por último, para passar a palavra a S. Exª, agradecemos ao Senador Júlio Campos, o nosso Vice-Presidente do Senado Federal a quem solicito o encerramento dos nossos trabalhos. (Palmas.)

O SR. JÚLIO CAMPOS – Srs. Senadores, em especial a figura do Presidente dessa Comissão Especial do Corredor Centro-Leste, Senador José Ignácio Ferreira, meus amigos, minhas amigas e Líderes empresariais:

Como Vice-Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, numa deferência especial do Sr. Presidente dessa Comissão Especial cabe-me encerrar essa audiência pública de tanto proveito para todos, nós, membros do Congresso Nacional e, em especial, desta Comissão.

Esta Comissão surgiu de uma luta do Senador José Ignácio Ferreira com a participação de todos de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Tocantins e de Minas Gerais porque entendíamos que estava na hora de viabilizarmos uma Comissão Especial para estudar os problemas da implantação do Corredor Centro-Leste que daria acesso a que nossos produtos fossem encaminhados para o Porto de Tubarão – que é um grande local para a exportação dos produtos brasileiros.

Fiquei muito feliz de participarmos desse encontro com a presença do Sr. Governador do Estado, do Sr. Secretário de Estado e do Governo Matogrossense e dizer a todos que participei com a consciência tranqüila porque, como Governador do Estado de Mato Grosso, em 1983 a 1987, já tínhamos a visão da saída para o Leste brasileiro. Foi no meu Governo que, com muita luta e com muito sacrifício, o Governo Estadual investiu mais de US$450 milhões no setor de transporte, dentro dele estando incluída a pavimentação da BR-070, de Cuiabá; na Barra do Garças, na fronteira com Goiás, com cerca de 450

quilômetros. Na BR-158, ligando Barra do Garças até a entrada para Canarana com cerca de 285 quilômetros. Na BR-163, de Cuiabá a Santarém pavimentei, praticamente, 700 quilômetros de estrada, ligando Cuiabá até a entrada para Colíder e, prosseguindo até Colíder, e um trecho até a Alta Floresta.

Além disso, tive o privilégio de ter na gestão do Presidente João Figueiredo, como Presidente da República e eu, como Governador, a pavimentação da BR-364 Cuiabá-Porto Velho que, hoje, todas essas rodovias – como disse o Governador Dante de Oliveira – pelo excesso de peso dos caminhões estão necessitando, urgentemente, de sua completa restauração.

O Governo do Estado pavimentou por um convênio de delegação e, após concluímos o trabalho, o entregamos ao DNER, que era o órgão encarregado dessa conservação. Lamentavelmente, o DNER sequer instalou os postos de fiscalização, as balanças e sequer as conservou durante esses anos. Se há um pouco de conservação nessas rodovias, isto se deve ao Governo Estadual, ao apoio das Prefeituras Municipais e, às vezes dos empresários que necessitam dessas estradas.

Tenho certeza absoluta de que iremos produzir um grande trabalho. Esta Comissão é pequena. Quando foi criada, o nobre Senador Mauro Miranda, Relator dessa Comissão, bem disse: "Vamos criar uma Comissão pequena com pessoas que queiram trabalhar. Semanalmente, em Brasília, reunimo-nos para discutir assuntos e, agora, essa audiências públicas nos Estados são de real importância para que tomemos conhecimento de que os Estados brasileiros que serão beneficiados com esse Corredor Centro-Oeste nos oferecem de conhecimento e para que possamos viabilizar, realmente, um programa e levarmos ao Poder Executivo que pode tomar essas providências. Tenho a certeza de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso irá receber desta Comissão subsídios importantes para a implantação deste Corredor durante o seu Governo.

Além do mais, o nosso Prodeco – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste –, lançado por idéia dos Srs. Senadores desta região, no encontro promovido pelo Senador Carlos Bezerra, no ano passado, no Senado Federal, e que agora, está tendo frutos no sentido de nos próximos meses termos a presença do Presidente nessa região a fim de lançarmos esse programa que esperamos concluir, como bem disseram os palestrantes aqui, as obras inacabadas. O Senado se preocupa com isso, pois, no ano passado, instalou uma comissão especial, presidida pelo nobre Senador Carlos Wilson, para fazer uma vistoria em todas as obras iniciadas e não-acabadas neste País.

Em Mato Grosso, temos muitas obras que estão incluídas naquele relatório, mas agora, por votação e decisão do Senado Federal, todos os recursos disponíveis serão incluídos no orçamento para a conclusão das obras inacabadas neste País. Nós estamos pensando como os senhores.

E nesta oportunidade eu quero, em nome do Senado Federal, agradecer a todos os senhores pela presença nesta audiência pública e também agradecer à Federação das Indústrias pela gentileza com que nos recebeu na tarde de hoje, através do nosso Presidente, o dinâmico e competente empresário Antonio Carlos Garcia.

Queremos agradecer também aos Senadores Waldeck Ornelas, Ernandes Amorim, Mauro Miranda e ao Presidente desta Comissão, José Ignácio Ferreira, a quem Mato Grosso já muito deve, pois ele, como Presidente da Telebrás, no Governo passado, foi um dos Senadores que viabilizou inúmeros projetos de interesse na área da telecomunicação do Brasil, em especial projetos voltados para Mato Grosso, dentre eles o linhão da telecomunicação, que vai ser inaugurado agora, entre Cuiabá, Sinop e até Alta Floresta; a linha com destino à região do médio norte e a linha com destino ao Araguaia, em que foram investidos no Sistema Telebrás cerca de US$45 milhões, fruto do trabalho do convênio Brasil/Itália. O Senador José Ignácio, então Presidente da Telebrás, nos ajudou priorizando aquela obra.

Senador, V. Exª é muito querido aqui, porque o seu trabalho na Petrobrás já marcou presença em Mato Grosso, dentre eles a autorização para que tivéssemos o telefone celular funcionando há mais de dois anos em território mato-grossense.

Eu, o Senador Jonas Pinheiro e, na ausência, o Senador Carlos Bezerra, queremos agradecer a esta Comissão pela sua presença em Mato Grosso e agradecer também a todos os senhores pela presença nesta audiência pública.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

Está encerrada a reunião.(Palmas.)

COMISSÃO ESPECIAL DO CORREDOR CENTRO-LESTE

5ª Reunião, realizada em 18 de junho de 1996.

Às onze horas do dia dezoito de junho do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala nº 02 da Ala Senador Teotonio Vilela, Anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão do Corredor Centro-Les-

te. Presentes no recinto da reunião os Senhores Senadores Jose Ignacio Ferreira, Mauro Miranda, Gerson Camata, Jonas Pinheiro e Valmir Campelo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos e comunica que a presente reunião destina-se à ouvir as exposições que farão os Senhores Paulo Vivacqua, Diretor-Presidente do Consorcio do Corredor Centro-Leste e Mauro Marcondes, Diretor de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento. Encerradas as exposições o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator, Senador Mauro Miranda. Faz uso da palavra, ainda, o Senhor Senador Jonas Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, secretário da comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – Senador **Jose Ignacio Ferreira,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão do Corredor Centro-Leste, que se destina a promover a atualização e novos estudos da Região do Centro-Leste, reportando-se a uma Comissão semelhante que foi aprovada e executou todo seu trabalho no Senado, em 1985. A Comissão de 1985 cumpriu seu papel e fez um diagnóstico bastante importante de toda a situação multifacetada do corredor de transporte e exportação do Centro-Leste e, também, das áreas adjacentes.

Agora, fatos novos se sobrepuseram, como, por exemplo, a própria privatização da Rede Ferroviária Federal, a iminência da privatização da Vale do Rio Doce, a nova lei portuária, o surgimento das estações aduaneiras. Ou seja, há toda uma realidade nova que impõe uma atualização desses estudos.

Agradecemos a presença dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Gerson Camata, Mauro Miranda e Valmir Campelo e solicitamos que o Dr. Paulo Augusto Vivacqua, Presidente do Consórcio do Corredor Centro-Leste, faça a sua exposição.

O DR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, o Consórcio do Corredor Centro-Leste, que tenho a honra de presidir, é uma sociedade privada sem fim lucrativo, cujo objetivo é gerar empregos em grande número na parte central do Brasil e promover uma mudança no padrão de fluxos migratórios internos do Brasil, em direção a esta região central.

Esta tarefa que exercemos, através desta sociedade privada sem fim lucrativo, que é o Consórcio do Corredor Centro-Leste, na minha biografia, iniciou-se há mais ou menos 20 anos, quando dirigi o Projeto Carajás e, posteriormente, quando presidi a Valec, empresa que fundei, responsável que foi pelo Projeto da Norte-Sul, da ferrovia que, hoje, o Sr. Olacyr de Moraes está construindo – porque projetamos e passamos para ele – e da ferrovia que chamamos Transversal Nordeste, que une o Porto de Suape ao Pico do Papagaio. Pouco depois, dedicamo-nos à dinamização mais específica de ferrovias e portos já existentes aqui, no Sudeste, e que não operavam em conjunto como se fossem um sistema.

Nesse momento da trajetória desses desenvolvimentos, encontramos a seguinte situação – vou fazer uma observação de caráter geral e situar nela as condições atuais do Brasil para concluir enfatizando a importância desse trabalho que estamos e vimos desenvolvendo através dos tempos para o nosso País e para o povo: verifica-se que a população do planeta levou mais de 12 mil anos para atingir um bilhão de pessoas; depois, aduziu mais um bilhão em apenas 100 anos; em seguida, o próximo bilhão foi aduzido em 30 anos, em seqüência, 14 anos, e o último bilhão foi aduzido em apenas 12 anos. Trata-se de um fenômeno exponencial de natureza explosiva, com o qual não sabemos lidar, não temos experiência prévia. Encontra-se em pleno desenvolvimento, aceleradíssimo, atualmente sem controle e que poderá levar, segundo algumas projeções, a população do mundo a 8 ou 12 bilhões em 2050, de acordo com certas hipóteses e medidas que poderão ser tomadas. Isso, em qualquer uma das hipóteses, representa uma população gigantesca, sendo que os países pobres arcam com o grosso desse aumento.

A América do Sul dobrará sua população nos próximos 35 anos, a Ásia, em 34, e a África, em apenas 24 anos, enquanto Europa e América do Norte permanecem razoavelmente estáveis nesse período: cem anos para dobrar a da América do Norte e 1.000 para a da Europa. Portanto, a população dos países pobres aumentará violentamente, e nós estamos em região pobre.

Os seres humanos, por causa disso, se converteram, segundo uma nova ótica, numa nova força geológica. Hoje, o homem é um fator de transformação da superfície da Terra, graças àqueles números. Por exemplo: os reservatórios que o homem criou hoje armazenam duas vezes o volume de água doce dos rios, e a energia que o ser humano consome anualmente corresponde a mil Itaipus funcionando o

tempo todo, sendo igual a quatro vezes a energia solar disponível nas áreas em que são produzidos ou podem ser produzidos alimentos no mundo. O homem se transformou numa força geológica que modifica a face da Terra.

A Floresta Amazônica, segundo cálculos que fizemos na Valec, depois corroborados pelo INPE, acabará em 60 anos. Daqui a 60 anos não haverá mais Floresta Amazônica, às taxas de reflorestamento atuais. Fizemos levantamos via satélite, comparamos a evolução, o INPE fez o mesmo por outros caminhos e os resultados são similares.

Nesse contexto, as populações estão-se dirigindo para as cidades, outra questão importante. Essa grande massa crescente ruma para as cidades. Vê-se que, em 1900, apenas 5% da população vivia em cidades. Hoje, 1996, 45% da população do mundo vive em cidades, e se projeta que, para o ano de 2025, 61%, quase 5 bilhões de pessoas, estarão vivendo em cidades, cidades que estarão em países pobres, não em países ricos, que serão os focos da miséria, da violência e pobreza do mundo, segundo essas projeções.

A humanidade está-se movendo, de forma muito grande, do campo, do interior, tocada por muitos fatores, para as cidades e para outros países. Por exemplo, do campo para a cidade, em 1994, contabilizou-se um fluxo de 30 milhões de pessoas no mundo. E essas cidades, sob o impacto dessas populações, entram num ciclo vicioso de degradação. Esse é um panorama geral. Nessas cidades do Terceiro Mundo, a qualidade de vida, em média, não está aumentando, ela cai debaixo desse impacto.

Nesse contexto imediato – aquela curva populacional mostra que estamos tratando de fatos que estão acontecendo –, surgem também os limites em relação à questão dos alimentos.

Na década de 80, apareceram os limites e eles se mostraram da seguinte maneira: a China, nessa década de 80, passa de maior produtor de grãos, posição que ainda conserva, para o segundo maior importador de grãos do mundo. Durante essa década, em 75 países, a produção de grãos tornou-se menor que o crescimento da população. A população estava aumentando cerca de 100 milhões de pessoas por ano; a produção de terra arável e água doce decresceram **per capita** nessa década; uma nova revolução verde é improvável, segundo seu próprio pai, que esteve aqui, o Norman Borlaug; em 15 países em desenvolvimento a população de grãos per capita caiu mais de 20%. Esse quadro é considerado realista. Esses dados são das melhores fontes, das mais atuais e revelam um quadro dramático para o mundo.

Além disso, a diferença entre os que têm e os que não têm piorou muito recentemente: em 1960, os mais ricos ganhavam 30 vezes mais que os mais pobres; em 1990, essa diferença dobrou, e os 20% mais ricos ganham 60 vezes mais do que os 20% mais pobres. Isso é uma realidade, com relação às parcelas da população do mundo. O fosso está aumentando agora, neste momento. Visitamos os países pobres e constatamos que estão cada vez mais pobres; visitamos os países ricos e, digamos, a diferença aumenta.

Então, estamos vivendo uma situação inédita no mundo; inédita sob vários ângulos: quanto ao tamanho e velocidade de crescimento da população, quanto ao impacto sobre o meio ambiente e quanto à enorme disparidade entre ricos e pobres. São os três fatores importantes da nossa atualidade.

Nesse contexto, o continente sul-americano situa-se de forma, a nosso ver, favorabilíssima, por algumas razões: ele ainda é escassamente povoado; seus países têm uma concentração econômica razoavelmente grande; há uma concentração econômica na sua borda – nordeste, sul, sudeste, e parte da Argentina – e há um vazio central imenso e escassa interconecção interior ou entre as regiões. Trata-se, portanto, de um continente vazio no centro, mais colonizado nas bordas e que não se comunica com o interior, mas o faz muito bem com o exterior, com a Europa e com os Estados Unidos. Uma das razões cruciais para essa situação é a falta de infra-estrutura dentro da América do Sul, interconectando as suas regiões.

O Brasil é aquinhoado com uma enorme mancha vermelha, que é a região do cerrado, muito vazia ainda, ao lado de manchas populacionais grandes. Há regiões menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, com escassa interação ainda entre as mesmas, porque nos faltam transportes adequados.

O custo do transporte interno, como sabemos, é um dos mais altos do mundo, é o dobro do custo do Canadá, da Rússia, da China e 1.6 vezes o custo americano. É alto demais para as nossas longas distâncias. Por isso, o interior fica vazio, apesar de tão rico – a mancha vermelha demonstra a região dos cerrados, que é bem maior do que a maior parte da Europa. É uma região fértil, com água, energia, sol e clima bom, enquanto há, em todo o mundo, escassez crescente de alimentos e de água.

O Brasil chega, pois, na posição atual, de grande escassez, com seu centro ainda praticamente in-

tocado. Cumpre-nos a posse econômica desse centro e a garantia do seu desenvolvimento em benefício dos brasileiros; devemos, portanto, aumentar a sua renda e a oferta de emprego.

O centro do Brasil vale muito e dele poderemos auferir renda alta e emprego, impedindo que continue a acontecer o aprofundamento daquele fosso de renda. Num mundo de escassez, temos, pois, um tesouro. Vamos vendê-lo – perdoem-me a expressão um pouco crua – a preço alto, para benefício dos brasileiros.

Esse é o projeto com o qual o Corredor Centro-Leste e nós procuramos cooperar, quando presidimos antes a Valec e o Projeto Carajás. Procuramos associar à base física do Brasil a sua base populacional. Existe população e base física; temos que somá-las, retirá-las da marginalização e da superurbanização.

Há também que se associar a base física aos mercados, aos investidores, por intermédio de ligações físicas, ligações informacionais – telecomunicações e informática – e por acordos de mercado, acordos internacionais, acordos de comércio, que é o Consórcio do Corredor Centro-Leste faz continuamente.

Assinamos dois acordos desse tipo na semana passada: um, com a Argentina; o outro, com o Uruguai. Trata-se de acordos de promoção de comércio, visando a incentivar os fluxos de comércio entre o centro do Brasil, entre o Brasil como um todo e outros mercados, com o objetivo de beneficiar as populações do País.

Essas minhas palavras poderão ser interpretadas como de um sonhador, de um homem desligado da realidade. Mas estão aqui mais ou menos na boca de um Prêmio Nobel, o Prêmio Nobel da Paz Norman Borlaug, o pai da revolução verde, que esteve no Brasil recentemente e que declarou, sobre a nossa riqueza do interior, sobre a riqueza do cerrado especialmente, o seguinte:

> "Esses problemas que vão emperrar a agricultura no mundo são: o esgotamento de fronteiras agrícolas e a falta d'água para irrigação. E, daqui a 20 anos, o Brasil estará exportando para o mundo alimentos produzidos no cerrado.
>
> Quando estive no cerrado pela primeira vez, no final dos anos 40, tudo era promessa, mas vindo aqui, agora".... reconheceu que o Brasil conseguiu dominar a tecnologia do cerrado e reconheceu que o Brasil está envidando esforços para tirar a região do isolamento, do isolamento em questão de infra-estrutura de transportes.

Portanto, é uma declaração de alta qualidade de uma autoridade incontestável.

Estamos com uma oportunidade de ouro nas mãos neste momento; se se tratava de um País do futuro, como sempre se disse, ele chegou lá. Precisamos nos apropriar desse futuro, porque, se não o fizermos, os outros o farão e o colocarão a seu serviço. E quem são "os outros"? Aqueles países que hoje detêm o grosso da renda do mundo: os países ricos.

Temos que traçar políticas adequadas para gerir um gigante riquíssimo, e somos nós, com essa riqueza, nesse momento em que o mercado chegou a nós, que devemos fazê-lo.

É um momento crítico, desafios graves estão pela frente. Aqueles que sempre detiveram toda a riqueza do mundo querem, de novo, aproveitar essa riqueza para eles. E uma forma de fazer isso é exportar alimentos e minerais do Brasil a preços muito baixos, deixando apenas a erosão e os buracos.

Estou falando numa linguagem um pouco crua, mas que reflete o que sempre aconteceu em muitas regiões do mundo.

Particularizando um pouco a exposição, a Rede Ferroviária Brasileira, que é e será a responsável pela quebra desse isolamento, a menos de ramais menos importantes, fica na costa. Ela tem essa boa penetração que destacamos aqui, que é o Corredor Centro-Leste, assim denominado, que penetra o Brasil até o seu coração, com 1.800 quilômetros de ferrovia.

Projetamos esse Corredor com base na sua existência. Quando presidíamos a Valec, projetamos uma rede de ferrovias. As que mostramos nas transparências se entrosam com esse Corredor e o ligam ao Sudeste, havendo aqui o Projeto Carajás, que faz uma boa ligação desse sistema com os portos de São Luís.

Esse sistema ferroviário que projetamos, entre 1986 e 1990, quem o via o classificava de projeto megalomaníaco e faraônico. Assim, a reação histórica às ferrovias, calcada em **lobbies**, manifestou-se de forma até histérica.

Esse projeto foi realizado, em grande parte, da seguinte forma: conseguimos projetar essa ferrovia e atrair o empresário Olacyr de Moraes para a mesma. Passamos a ele, então, a concessão dessa ferrovia. Colocamos, portanto, no cenário ferroviário, um empresário de primeira grandeza, que hoje toca essa ferrovia.

A Ferrovia Norte-Sul. Conseguimos construir esse trecho inicial e atrair, imediatamente, para cá produtores que, no ano que passou, já exportaram 200 mil toneladas de soja dessa região, que nada produzia, ou melhor, que pouco produzia. Atualmente, conseguimos fazer com que o Presidente Sarney, que considero o patrono dessa questão, se interessasse novamente pela Ferrovia Norte-Sul. S. Exª revitalizou a Valec e admitiu para a empresa pessoa de sua confiança, que está tocando agora com muita energia o projeto da Norte-Sul.

Quanto ao Corredor Centro-Leste, conseguimos viabilizá-lo. Vamos falar um pouco sobre ele em particular.

Em relação a essa ferrovia, estamos, neste momento, num processo de articulação das forças políticas empresariais dessa região, para fazer com que isso aqui aconteça. E tivemos a honra de receber, recentemente, no nosso consórcio, a adesão do Governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, que, há três semanas, assinou sua entrada como um dos patronos políticos do nosso consórcio.

A ruptura das barreiras que cercam essa região está se fazendo através do projeto da Norte-Sul; do projeto do Sr. Olacyr de Moraes, que concebemos na Valec; do projeto do Corredor Centro-Leste, projeto que também dirigimos, e do projeto da Transversal Nordeste, que projetamos.

O objetivo será sempre a criação de milhões de empregos de baixa renda no Centro do Brasil, a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo, a dinamização da indústria mineral, que vai sofrer um baque com a privatização da Vale do Rio Doce – permito-me essa declaração para registro, em caráter pessoal.

É um verdadeiro Carajás para dentro: essas ferrovias levam os minerais de Carajás, que hoje só são exportados, para dentro do País. Essas ferrovias tornarão o Nordeste um sócio do centro. As regiões secas do Nordeste passarão a ter comunicação imediata com a sua adjacência verde e poderão abrigar pólos de produção de alimentos cujos excedentes poderão ser escoados por Suape.

A economia, em relação aos fretes, que essa medida produziria no Brasil seria de mais de US$1,5 bilhão por ano; seria, se essas ferrovias fossem construídas. Portanto, se tais ferrovias existissem hoje, pagaríamos todo esse investimento em um curto espaço de tempo, talvez menos de uma década. O Brasil tem uma das maiores contas de transporte entre os países do mundo. Trata-se de uma economia de grande tamanho, situada entre as dez maiores, e a nossa conta de transporte rodoviário, repito, é monumental. A redução de 20 ou 30% nesse índice representaria a quantia necessária para pagar investimentos a curto prazo.

O Corredor Centro-Leste, de forma mais específica, é composto de algumas ferrovias; uma delas é operada brilhantemente pela Vale do Rio Doce, no trecho que vai até Belo Horizonte. Outras ferrovias da Rede Ferroviária Federal ligam o coração de Goiás ao Espírito Santo, ao norte de Minas, a Brasília. Há dois projetos: o do Sr. Olacyr de Moraes, no seu traçado original, que parte, mais ou menos, de Pirapora, ou Goiânia, para Cuiabá e vai até o Acre. Há a Norte-Sul, o Rio São Francisco e o pescoço ferroviário de longa distância até Salvador. Esse conjunto, em ferrovias de bitola de um metro, amarra vasta região do Brasil à costa do Espírito Santo.

Com a privatização que se verificou na sexta-feira passada, esse vasto segmento ferroviário, essa malha, passou às mãos privadas – inclusive a Vale do Rio Doce – de empresas estrangeiras e de empresas nacionais. Agora, com muito mais dinamismo, apoiará esse projeto global. Os portos do Espírito Santo são muito modernos, e a maior parte deles é privatizada. Esses aqui estão dispostos ao longo de cem quilômetros de litoral. Todos eles, graças ao movimento do Corredor Centro-Leste, estão-se expandindo. Neste momento, estamos iniciando uma campanha para atrair investidores dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Queremos investimentos em um grande porto no Espírito Santo, um porto que pretendemos desenvolver com os empresários do interior. A parte institucional já está concebida, a parte física já, basicamente, constituída; agora vamos iniciar uma campanha em Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Cuiabá e Campo Grande, para angariar investidores. O porto possibilitará o estímulo à produção, ao comércio exterior, à exportação e, portanto, à criação de empregos no Centro do País. Essa é uma das funções que o Consórcio do Corredor Centro-Leste vem desempenhando há cinco anos.

Para dar a V. Exªs senhores uma idéia das dificuldades que foram removidas pelo consórcio, posso falar que, quando começamos, o trânsito entre Goiânia e Vitória era desprezível, o trânsito entre o Triângulo Mineiro e Vitória por ferrovia era também desprezível, porque as administrações das ferrovias não se davam bem entre si, nem os portos, que tinham interesses divergentes.

Organizamos um fórum de harmonização de interesses, um consórcio, que conseguiu, apesar

das grandes dificuldades financeiras por que a rede passava, fazer algo de concreto nesse período. Esse "algo" modificou situações como esta. Por exemplo: em 1990, um empresário queria transportar de Araguari, no oeste de Minas, para Vitória apenas 30 mil toneladas/mês de farelo de soja. Conseguiu a quantidade ínfima de 2.600, o que o fez desistir da operação. Esse sistema transportou no ano passado mais de um milhão de toneladas de grãos, farelo de soja e grãos, apenas com essas medidas de boa vontade entre Companhia Vale do Rio Doce, Rede Ferroviária Federal S.A., o apoio político de diferentes Estados que compõem o Corredor, o apoio dos empresários da Região, um mutirão, e o apoio dos portos do Espírito Santo.

E nós conseguimos reduzir os custos de frete dramaticamente, que são os custos que aprisionam o Centro do Brasil. Os custos originais para esses 1.800 quilômetros por rodovia estavam em US$60,00 por tonelada; por ferrovia, caíram para cerca de US$22,00, adicionando-se sobre esses custos mais US$6,5 de custos de portos, portanto, acarretando uma redução de US$66,00 ou US$67,00 para US$28,00 ou US$29,00, o que é uma redução significativa.

Conseguimos muito com quase nenhum investimento público; na realidade, não houve investimento público. E como conseguimos isso? Em 1991, começamos com uma reunião no Palácio da Liberdade, em Minas Gerais, em que os Governadores dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deram apoio político à constituição desse consórcio.

Esse consórcio é privado, sem fins lucrativos, mas não dispensa o apoio político da região, dos Governadores e Parlamentares da Região, porque as dificuldades envolvendo essas questões são muitas, e sempre foram, inclusive há persistente campanha contra nós, difamatória, que nos persegue há 20 anos e que não cessou até hoje.

Já fomos arrastados a duas CPIs, a uns dez inquéritos, a campanhas de todos os tipos de difamação. Houve dinheiro privado nessa campanha de difamação, porque **lobbies** existem; e o Brasil não tem ferrovias não por ser um país de pessoas pouco inteligentes – somos muito inteligentes; não as tem porque houve um movimento constante, muito competente, em favorecimento do transporte rodoviário, que está terminando neste movimento com a privatização das ferrovias; mas o Governo Federal, apesar dessa privatização, não pode-se omitir de considerar uma grossa fatia de recursos em seus orçamentos para transporte ferroviário, além do rodoviário. Ele tem que corrigir isso no seu planejamento.

Com o apoio desses Governadores – e a esses Estados juntaram-se posteriormente o Tocantins, o Acre e agora a Bahia –, com essa aliança política, com o apoio do setor agrícola, com essa frente parlamentar que mencionei, conseguimos fazer com que tudo isso fosse conduzido, a despeito dos obstáculos, até ao ponto em que estamos.

O ponto em que estamos é aquele em que existe um Corredor Centro-Leste operando, que agora se dinamiza grandemente com os investimentos privados que vão ocorrer graças à privatização, com o Sr. Olacyr de Moraes construindo a sua ferrovia, com a Ferrovia Norte-Sul sendo reativada.

Hoje, as funções vitais desse consórcio são:

– manter e ampliar o apoio político empresarial ao nosso movimento de desenvolvimento para o Centro do Brasil;

– estimular o comércio e investimento entre a Região, o Brasil e o mundo;

– integrar o corredor de transporte ao planejamento regional, no âmbito federal e estadual, fazendo com que haja sinergias em escala cada vez maior;

– incentivar constantemente o aperfeiçoamento dos sistemas de transporte, energia, telecomunicações de toda essa região.

Em suma, o que queremos fazer, e estamos fazendo, é reduzir, cada vez mais, os custos de transporte entre empreendedores do Centro do Brasil e em outras parte do mundo, reduzir os custos porta-a-porta, de forma a expandir, cada vez mais, a penetração desses sistemas que aproximam empresários, aproximam regiões e geram empregos.

Conseguimos, com esse movimento do Corredor Centro-Leste, atrair um considerável volume de investimentos privados para esse sistema. Hoje, os investimentos privados nesse Sistema Centro-Leste contabilizam cerca de US$400 milhões em novos berços de atracação, novos silos, pátios de estocagem, sistemas de armazenamento de todas as ordens, estações aduaneiras de interior, enfim, uma gama enorme de empreendimentos privados caminham constantemente na direção desse Corredor Centro-Leste, e agora se acelerarão dramaticamente com a privatização.

Recebemos o apoio de empresas poderosas, que hoje fazem parte do nosso consórcio, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Rede Ferroviária Federal S.A., a Companhia Docas do Espírito Santo, a Samarco Mineração S.A., a CEMIG – Companhia

Energética de Minas Gerais, a Andrade Gutierrez, a Escelsa – Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, a Ferronorte – Ferrovias Norte Brasil S.A., a Viação Águia Branca, a Valec, empresas que participam do nosso consórcio, dando-lhe o apoio de que necessita.

No entorno de Vitória, desenvolveram-se instalações modelares, como, por exemplo, essas de um dos nossos consorciados, que é a maior estação aduaneira de interior de toda a América do Sul, construída pela Coimex à sombra do desenvolvimento portuário do Espírito Santo. Temos três empreendimentos, ou quatro, desse porte em torno dos portos em andamento. Neste momento, Vitória está desempenhando o papel de uma espécie de centro de comércio internacional portuário para essa região. Temos convênios extraconsórcios com cerca de dezoito entidades; agora mais dois convênios, com a Argentina e com o Uruguai, de promoção de comércio, de trânsito e de troca de informações sobre comércio e investimento. Esse é um trabalho que fazemos de forma diuturna e constante, porque o nosso objetivo não é construir ferrovias, não é construir portos, mas criar empregos no interior do País e, mais tarde, elaborar formas por meio das quais possamos reter a renda no País, não permitindo que esse desenvolvimento, que certamente acarretará erosão, buracos, poluição, não deixe renda em uma escala que nos seja adequada.

Um país que tem a nossa potência tem que ser um país rico, e não um país pobre e conduzido pelos outros. Temos cacife para isso, porque há a nossa população e toda essa nossa vasta riqueza.

Há duas décadas desprestigiava-se o tamanho dos países, ou seja, esse ponto não tinha valor; o que valia era apenas a tecnologia de ponta, porque com ela tudo se resolvia. Está provado que isso caiu por terra. Com a explosão demográfica brutal em países pobres, o mundo precisa é de comida, de roupa, de material de construção. Temos um vasto território, água em abundância e recursos naturais. E isso é que é escasso. O que é escasso hoje é a superfície do globo e não **chip** de computador. O primeiro tem mais valor do que o segundo. Temos que nos imbuir desse conceito e batalhar para que ele, na mesa das negociações, pese, assim como os árabes fizeram, de uma outra forma, quando se apropriaram do seu petróleo. Quer dizer: o petróleo passou a ter valor; não tinha antes. Não estou comparando exatamente uma coisa com a outra, mas trata-se de algo de que podemos falar em uma ocasião como essa.

Estamos promovendo ainda a integração costeira de vários corredores. Criamos associações, por exemplo, entre o porto de Vitória e o porto de Imbituba e suas interlândias, entre esses portos e Montevidéu e Buenos Aires e suas interlândias. Estamos agora expandindo essa idéia para cima. Isso aqui é o óbvio, o ululante. É lógico que um país com longa costa deveria ter esses elos muito bem lubrificados; no entanto, não os tem. Hoje, apesar de ser óbvio e ululante, o trânsito do Nordeste é feito por caminhão, para cima e para baixo. Paga-se um custo exorbitante de transporte, que é drenado da economia do Nordeste. Isso é óbvio, mas o óbvio não é praticado. Estamos agora amarrando empresários de Vitória com empresários da Argentina. Estamos amarrando portos entre si e linhas de navegação coordenadas entre si.

Esse país Nordeste, ao qual nos referimos, importa do Sul 60% do que consome e exporta 77% para lá. E tudo é feito por caminhão. Portanto, ele importa por caminhão, pagando caro, e exporta por caminhão, recebendo barato por sua exportação. Por quê? Esse custo é retirado da economia do Nordeste pela economia do Sul do Brasil. São idéias, tenho certeza, absolutamente óbvias. Porém, o óbvio não foi praticado no Brasil, não porque sejamos um País de pessoas pouco inteligentes, e sim porque os interesses mais poderosos, ligados a um dos módulos de transporte, prevaleceu e mantém até hoje campanha caluniosa e até pessoal contra mim. Volta e meia atribuem a mim nomes que nem vou citar aqui. Na semana passada, inclusive, isso ocorreu. A crítica é permanente. Essas idéias provocam irritação e raiva no País. Hoje, estamos falando isso em um País em que 70% do transporte é rodoviário, quando esse número não poderia passar dos 35%, 36%.

Outra iniciativa que está surgindo – representa desenvolvimento a longo prazo – é uma associação feita com o Peru.

Numa palestra que apresentamos no Clube de Roma, um dos membros do clube mostrou um projeto de sua autoria, que prevê o cruzamento dos Andes, à baixa altura – a apenas 1.100 metros de altura –, pelo norte do Peru. Para os Andes, essa altura é baixa, já que ali predominam alturas de 3.000 a 5.000 metros.

Com esse projeto, ligar-se-ia o interior do país a um porto muito profundo em Bayóvar. Como esse projeto peruano tem o alinhamento da Ferronorte, da Ferrovia do Olacyr de Moraes, que traçamos na Valec, fizemos uma associação com eles, em que lhes transferimos **know-how** ferroviário e portuário. Em-

presas privadas brasileiras fazem isso; a empresa deles é privada. Eles são estimulados por nós a desenvolverem o seu projeto, que será desenvolvido, já que o mesmo coloca a interlândia do Peru e o oeste do Brasil dentro da Bacia do Pacífico, que é a região do Globo que mais cresce economicamente. Nessa região, está o maior consumidor de alimentos do mundo, que é a China. Esse projeto coloca esse grande mercado em contato com as terras do interior da América do Sul pelo lado do Pacífico. É um projeto tem futuro econômico por essa razão; sob o prisma de engenharia, constatamos ser inteiramente viável.

Concluindo a nossa exposição, referimo-nos a duas preocupações. O Governo da Bahia se associou ao consórcio, graças às nossas intenções demonstradas ao Governo de trabalhar também pelo desenvolvimento do Rio São Francisco, que seria mais um parceiro nessa empreitada, já que liga a Região Centro-Leste à malha do Nordeste. Temos a intenção de trabalhar também pelo desenvolvimento da Ferrovia Transversal Nordeste, da qual já falei, que ligará a região verde do Brasil à região seca do Nordeste e que, com alguns ramais, irrigará todo o Nordeste com os produtos dessa região verde e com os minerais de Carajás, ajudando poderosamente a base da economia do Nordeste.

Hoje, a macroestrutura desse consórcio é formada por um Conselho de Governadores Interestadual de Desenvolvimento do Consórcio do Corredor Centro-Leste; por um comitê técnico-operacional, formado por secretários desses Estados, que acompanham de forma mais direta o que estamos fazendo; por uma frente parlamentar, que tem dado apoio decisivo às nossas ações, e por uma associação das federações privadas de toda a região. Há 23 federações de indústria, comércio e agricultura.

Esse organismo é inteiramente privado, suportado por recursos apenas privados. Não somos empresa ou organismo estatal, nem paraestatal; somos um organismo privado, que não utiliza recursos públicos e que, do Poder Público, recebe apoio político. Há nove Estados do Centro-Leste do Brasil que nos apóiam.

Muito obrigado pela atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Agradeço à exposição brilhante do Dr. Paulo Vivacqua, que foi extremamente elucidativa.

Concedo a palavra ao Dr. Mauro Marcondes, Secretário de Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento.

O SR. MAURO MARCONDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores e demais presentes, em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de vir aqui para conversar um pouco com V. Exªs e trocar idéias a respeito dos trabalhos que estamos desenvolvendo no Ministério do Planejamento.

Na minha Secretaria, estão muito centrados no Plano Plurianual e os seus desdobramentos que ocorreram depois que o plano foi aprovado pelo Congresso.

Vou-lhes fornecer uma visão muito rápida sobre a estruturação desse plano, como montamos as principais questões e em seguida passaria rapidamente a falar sobre eixos de desenvolvimento associados com a idéia dos Corredores do Centro-Leste e demais corredores do País.

Quanto à questão do Plano Plurianual, em primeiro lugar, quando o Ministro José Serra nos pediu para pensar na sua estruturação, imaginamos algo que pudesse ser, de fato, o condutor, o orientador da ação de governo. E mais: que pudesse sinalizar para o setor privado e para outras instituições que mencionarei em breve quais eram os investimentos, quais eram as ações importantes do Governo no período de 1996 a 1999.

O Plano Plurianual não é um plano nacional de desenvolvimento; ele orienta a ação de mais longo prazo do Governo. Muito contribuiu para o nosso trabalho o fato de o País encontrar-se num momento propício ao planejamento, pois o processo de estabilidade econômica, de estabilização monetária caminha muito bem, ou seja, não há a névoa da inflação, o que nos permite pensar a longo prazo e acreditar na factibilidade do planejamento.

A elaboração do PPA foi também um fator de retomada do processo de planejamento dentro do Governo Federal. Digo isso porque, na realidade, procuramos utilizar uma metodologia de planejamento estratégico envolvendo todo o Governo Federal, envolvendo bancos oficiais, envolvendo os Estados através de conversas específicas com os secretários de planejamento de todos os Estados brasileiros.

Para se planejar bem, é preciso estabelecer prioridades, porque planejar é estabelecer prioridades, é ser seletivo. Não dá para fazer tudo, temos que ser seletivos. Exercitamos isso ao extremo no começo de 1995 até 31 de agosto, quando encaminhamos ao Congresso Nacional o plano. Com isso, quero enfatizar que o plano, paralelamente a esse esforço de ver os projetos, de discutir com os vários ministérios e com os Estados as ações e os projetos prioritários, também traçou cenários macroeconômi-

cos, levando em consideração a questão social, a questão ambiental e internacional para criar metas realistas e concretizáveis. Um plano que contivesse todas as demandas se tornaria irrealizável e não inspiraria confiança.

Foi um esforço bastante grande o da Secretaria de Planejamento; buscou-se essa seletividade através de ampla discussão com o objetivo de eliminar alternativas que eventualmente levariam a extrapolação de recursos e das capacidades. Tínhamos consciência de que o Estado atual é completamente diferente do Estado do segundo PND, que tinha um poder enorme, uma capacidade de intervenção na economia fortíssima, tinha recursos. Tínhamos que pensar num Estado que fosse indutor do desenvolvimento, e assim fizemos. O plano reúne projetos prioritários e ações prioritárias do Governo. Por isso, o plano se diferencia também do Orçamento Plurianual, que elencava todos os investimentos do Governo.

Procuramos fazer com que o plano tivesse mais "cara" de plano do que de orçamento, embora estejamos trabalhando intensa e estreitamente com a Secretaria de Orçamento Federal através de um processo de discussão conjunta dos objetivos e na discussão da implementação do Orçamento, inclusive utilizando um instrumento da LDO.

Outra questão importante, antes de passar à parte de infra-estrutura, seria a sinalização de parcerias. Diferentemente dos anteriores, esse plano busca sinalizar que projetos e ações poderiam ter parcerias. Que tipo de parcerias? Com o setor privado.

No caso específico de infra-estrutura, isso é claro. Para V. Exªs terem uma idéia, dos 85 bilhões de investimentos em infra-estrutura projetados para os quatro anos, pelo menos 39 ou 40 bilhões viriam do setor privado. Também sinalizamos para parcerias com organismos internacionais.

Fui Secretário de Assuntos Internacionais no Governo passado, e a grande dificuldade que tínhamos naquela ocasião era ter um marco mais geral, para não apenas ficar examinando carta-consulta. Existe um comitê de financiamento externo que estabelece as prioridades do Governo brasileiro em relação aos organismos internacionais. Esse comitê de financiamento recebe uma carta-consulta com os dados do projeto e as informações e aprova aquela prioridade ou não, para dar seqüência à análise dos organismos, tais como Banco Mundial, BID, Eximbank. Naquele momento, sentíamos falta de um marco mais geral, que orientasse a ação da própria Cofiex.

Hoje, até em função dessa minha experiência, buscamos indicar os projetos, as áreas e as ações que seriam passíveis de financiamento internacional. Quando chega uma carta-consulta ao Cofiex, temos clareza de que aquele projeto está inserido numa lógica proposta pelo plano de governo.

Outro assunto relacionado à parceria é o envolvimento dos bancos oficiais, particularmente do BNDES, que, como V. Exªs sabem, financia a longo prazo, tem como meta e objetivo financiar o investimento.

O BNDES participou, assim como os bancos oficiais, da operação de elaboração do PPA. O BNDES tem hoje no PPA um **guideline** para a realização dos seus investimentos, empréstimos, financiamentos ou para a participação do BNDESpar. Por que isso? Citarei um exemplo: ontem, no BNDES, assisti a um seminário em que o Dr. Eliezer falou sobre os eixos de desenvolvimento. Justamente, deram-me a notícia de que duas empresas já estão quase no final da análise para operar a hidrovia do Tocantins-Araguaia, a TCN e a Navebel.

Um fator relevante na concessão do financiamento é o fato de o BNDES saber que é uma prioridade do Governo e que este realmente vai se empenhar em alocar recursos, em conseguir formas de financiar esse projeto tão importante.

Outra questão, mais para investimento na área social, como saneamento e habitação, é a parceria com Estados e Municípios, que definimos, também.

Saindo da área de parceria, a grande novidade no plano quanto ao desenvolvimento regional, que talvez tenha passado despercebida, é a questão de termos sinalizado, em um documento de governo, para os eixos de integração de desenvolvimento, saindo daquela concepção estrita de desenvolvimento dos Estados, para algo que transborda, que é mais amplo.

Assim como o Dr. Paulo mencionou o efeito que tem um corredor para o **hinterland**, também usamos essa outra metodologia, que busca olhar, de forma sinérgica e holística, para todos os investimentos que precisam ser feitos numa determinada região, num determinado eixo de desenvolvimento.

Em resumo, o plano foi concebido dessa forma, ou seja, voltado para a seletividade, a parceria e o desenvolvimento espacial, usando-se a metodologia de eixo, que precisamos aprimorar ainda mais.

Na realidade, gostaria de registrar que os objetivos gerais do plano são os seguintes: eliminação de obstáculos ao crescimento sustentável, com maior eqüidade no País; melhoria da essência do

sistema econômico; redução do custo Brasil; abertura de novas fronteiras de desenvolvimento; integração do País à América do Sul.

Observando esses objetivos mais gerais, foram definidas três grandes estratégias: construção de um Estado moderno e eficiente, redução dos equilíbrios espaciais e sociais e inserção competitiva e modernização produtiva. Como fizemos isso? Definimos essas três estratégias e 24 diretrizes, utilizando a metodologia de planejamento estratégico, em que se discute os problemas, afunilando-os. A partir daí, com as diretrizes e estratégias básicas do Governo para os próximos anos, definimos a questão setorial e passamos à etapa de discussão dos projetos e das ações setoriais. Não o fizemos de uma forma bilateral, ou seja, não discutimos com o Ministério dos Transportes e o Ministério do Planejamento a respeito dos seus projetos e ações à luz dessas estratégias e diretrizes. Na realidade, formamos grupos multissetoriais, no sentido de fazer com que a visão mais ampla do Governo em relação a um determinado conjunto de diretrizes ou estratégias fosse discutida. Cada um fazia a sua exposição e havia um afunilamento.

Em seguida, passamos a uma relação bilateral do Ministério do Planejamento com os setoriais e com os Secretários de Planejamento, para separar, ser mais seletivo ainda, definindo metas, custos e o **funding** dos projetos. Os focos eram os projetos e as ações.

A outra questão fundamental do plano, como mencionei, não pode ser um sonho; deve englobar todas as demandas, porque a necessidade de investimentos deste País é enorme. O plano tinha um compromisso com a consolidação da estabilidade econômica e, portanto, não seria fator de pressão sobre a questão fiscal.

A outra face importante do plano é uma etapa em que estamos trabalhando intensamente e na qual o Congresso Nacional possui um papel fundamental, que é a questão das reformas e, principalmente, da norma dos marcos regulatórios.

Como ressaltei, o plano pressupõe uma parceria muito forte com o setor privado. Se os marcos regulatórios para atuação do setor privado na área de infra-estrutura não estiverem claros, não estiverem dando horizonte para o retorno dos seus investimentos, vamos ver frustrados vários dos projetos. Esse é um ponto importante.

Apresentarei umas transparências relativas aos eixos de desenvolvimento. Vou centrar-me muito mais nos projetos do Centro-Oeste e do Sudeste, dando uma visão geral dos eixos, porque é oportuno.

A questão dos transportes a que o Dr. Paulo se referiu é fundamental para o desenvolvimento. No caso dos cerrados, é a base para reduzirmos, como já foi dito, o custo de produção, porque, se não o reduzirmos, estaremos transferindo renda dos produtores para o setor rodoviário, principalemente, que possui um custo elevadíssimo.

A idéia do plano na área de transportes é a de quebrar a relação que hoje há do País com o transporte rodoviário. Não podemos passar, de imediato, a ter essa relação que o Dr. Paulo mencionou: 70% das cargas no Brasil transportadas por meio rodoviário não poderão passar, imediatamente, para uma outra situação. Todavia, o plano já sinaliza e coloca alguns investimentos muito importantes no sentido dessa ruptura, pois, de fato, o Governo tem que fortalecer a intermodalidade e os outros transportes.

Devemos implantar hidrodovias, que têm que ser uma realidade no País; devemos implantar o Sistema Nacional de Viação, ou seja, deixar na mão da União os transportes, a área que pertence à Federação, o que de fato integra o País e passar para os Estados aquilo que não lhe pertence. Isso já foi aprovado aqui no Congresso.

Com relação à concessão de ferrovias federais, o que vimos com a privatização da malha da rede Centro-Leste, também compartilho com o Dr. Paulo Vivacqua essa visão que muda completamente a relação de desenvolvimento dessas regiões. Nas mãos do setor privado, associada à linha que já é explorada com eficiência pela Vale até o porto de Tubarão e de Praia Mole, temos aí uma mudança substantiva. O Governo aposta nisso e, de fato, já estamos na segunda. A próxima será a malha SR-3, a Sudeste da rede, e, no final do ano, acredito que antes do final do ano, a malha Sul, ficando a malha Nordeste para o próximo ano.

Quanto aos dois conjuntos, concessão de portos e implantação da linha de portos, temos que apostar neles, pois o Brasil tem uma grande aquavia, que é o seu litoral – como o Dr. Paulo mencionou aqui, a pouca ligação que tem o Brasil, na sua longitude, em termos de navios de cabotagem. Isso tem tudo a ver, o problema não é só do setor de cabotagem, mas, principalmente, da questão portuária. Temos que apostar e estamos avançando. Existe o GEMPO(?), que está avançando. É lento, é duro, é difícil, é uma área complicada, mas o Governo está avançando nela.

Temos que trabalhar e acelerar a parte de concessões de portos, porque acreditamos que o setor privado pode operar a custos muito mais baixos, como já demonstra Ponta da Madeira, como já demonstram vários outros terminais privados existentes no País.

A recuperação e modernização da infra-estrutura ferroviária está associada à concessão da rede ferroviária e mais alguns projetos específicos, notadamente o apoio que o Governo tem que dar através de financiamento ao projeto Ferronorte; um projeto de ferrovia no Brasil e em qualquer lugar do mundo custa dinheiro, mais ou menos um milhão por quilômetro; sem o **funding** necessário, sem a fonte de financiamento necessária, não conseguimos avançar. E também podemos prever a Norte-Sul no plano.

No plano, fizemos uma discussão muito grande envolvendo o IBGE, o BNDES, o IPEA. Essa é uma outra questão mais ampla, o ordenamento territorial, um assunto mais complexo, na qual estamos começando a avançar mais.

Na discussão, trabalhamos a definição de eixos internacionais de integração e desenvolvimento. Temos aqui o eixo Norte-Sul, os eixos de integração Oeste, a saída do Pacífico, que inclui a hidrovia do Madeira, a saída para o Caribe, que é uma ligação com a Venezuela e com a Guiana, com Geórgetown, onde existe um porto, os eixos de integração Nordeste, do Sudeste e do Sul.

Mostrando alguns projetos importantes, vou começar com a parte Sudeste. Sobre a questão de eixos de desenvolvimento, na ocasião da elaboração do plano, conseguimos definir esses eixos, muito centrados ainda na questão do transporte. Agora temos um grupo específico, coordenado pela Secretaria de Planejamento, em que estamos realizando um trabalho, um esforço de espacializar nos eixos a infra-estrutura existente em termos de energia, de telecomunicações, e também verificar quais as necessidades de investimento nessas áreas em torno dos eixos. Os eixos foram comandados pelas principais vias importantes de transportes.

Hoje temos a discussão, dentro do Ministério do Planejamento, estamos nessa primeira etapa. A segunda etapa desse trabalho vai ser justamente verificar quais outros investimentos, outras ações das áreas do Governo Federal, Estadual e Municipal têm que ser feitas para a consolidação desses eixos, porque não pode ser simplesmente um projeto de transporte, não se trata apenas de um corredor que leva algo de um lugar para outro. Na realidade, é a desconcentração do desenvolvimento ao longo dos eixos, para não haver concentração em pólos. Não que seja contra o pólo. Esses, em algum momento, são importantes. Mas, na realidade, se conseguirmos avançar na definição e estruturação desses eixos, isso é muito dinâmico, vai depender muito do trabalho, inclusive no caso do Corredor Centro-Leste.

Esse trabalho de articulação que o Dr. Paulo tem feito é muito importante, porque, de fato, congrega, estimula, catalisa o desenvolvimento de uma determinada região.

O que colocamos na parte sudeste – depois falo sobre o centro-oeste, que tem toda uma interligação – é recuperar os principais eixos de transporte, porque, justamente naquele ponto da seletividade, buscamos o seguinte: temos que recuperar o modal rodoviário naqueles eixos fundamentais, porque temos que reduzir o custo. E mais: temos que tirar a carga de cima dessas rodovias, procurando alternativas na ferrovia e nas hidrovias.

Portanto, a privatização, como mencionei, da centro-leste da rede é fundamental para esse eixo, que tem em Vitória a grande ligação, porque ferrovia e porto têm que andar de braços dados.

Temos também a Ferronorte. Esta hoje, na realidade, está vindo pelo Alto Araguaia, interligando-se à rede da Fepasa, que vai ser privatizada. Ontem, o presidente da Fepasa mencionou que a concessão dessa empresa será dada ao setor privado até dezembro deste ano. Não sei, vamos ver. Então, teríamos a rede da Fepasa que se interliga com a SR-3, SR-4 e um grande porto sobre o qual o Governo está pensando em novas bases. Em base de concessão pelo setor privado, seria o porto de Sepetiba, que tem investimentos muito grandes a serem feitos, mas, basicamente, pelo setor privado. Aqui o Governo entraria com dragagem e sinalização na entrada do porto e mais alguma coisa.

Depois, temos aqui um projeto de energia muito importante, que é o gasoduto Brasil-Bolívia, que vai mudar a matriz energética desse eixo sudeste. Na realidade, hoje há uma crise energética brasileira muito concentrada em hídrica e alguma coisa em térmica à base de óleo combustível e mais a parte toda de energia da indústria, que é calcada em óleo combustível. Então, o projeto do gasoduto dá escala a uma melhor exploração de todo o gás natural da bacia de Campos, de Santos. Monta-se uma malha de gasodutos, que hoje já tem a ligação São Paulo-Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-Belo Horizonte-Campos, que já está concluída. Agora, estou na dúvida se já passou de Juiz de Fora. Creio que já chegou a Belo Horizonte. Com o gasoduto que vai até Porto

Alegre, chegando em São Paulo e se interligando, há uma malha enorme de dutos que se interligam com a Bolívia e, pelo sul e aqui pelo norte – vou mostrar neste mapa aqui, que fica mais fácil –, o gasoduto viria e entraria aqui, iria até São Paulo e viria aqui. Pelo norte da Bolívia, ele já é interligado, o campo de Rio Grande, com o norte da Argentina, com os tanques de gás da Argentina. Basta inverter o fluxo de gás que hoje é da Bolívia para a Argentina. Hoje a Argentina tem excedente de produção, poderia inverter. E também está sendo pensado, e já se trabalha privativamente, num projeto para colocar uma termelétrica em Uruguaiana. Com isso, seria fechado o anel de gás do Mercosul com a bacia de Campos, o que é muito positivo.

Verificamos no mapa do Centro-Oeste a ferrovia Ferronorte; inclusive, quando houver o PPA, apoiaremos o Sr. Olacyr de Moraes, no sentido de ele chegar até Alto Araguaia.

Numa parte, temos a influência do escoamento dessa produção que se dará por Sepetiba e, nesta outra faixa, dar-se-á por Vitória. Claro que estamos apostando fortemente na hidrovia do Tocantins-Araguaia. No primeiro momento, como tínhamos restrições de recursos, fizemos a opção de sair de São Geraldo até Marabá, interligando à ferrovia de Carajás; sendo que, em Tocantins, a Norte-Sul, chegando até Estreito. Quando da elaboração do plano, era essa a possibilidade vislumbrada nesse eixo norte-sul.

O projeto da hidrovia do São Francisco tem pouquíssimo recurso, o que nos faz ter a expectativa de que neste ano a hidrovia já comece a operar até Petrolina. Então, teríamos Pirapora. Lá a Vale já está bastante avançada no Projeto Unaí-Pirapora, o que completaria a estratégia de a empresa ter sua participação no consórcio da Centro-Leste, no que tange a carrear cargas que estão em Goiás, boa parte de Minas e no entorno de Brasília para o porto em Vitória.

A hidrovia de São Francisco tem uma ligação ferroviária por Petrolina, onde se faria um transbordo; depois, ter-se-ia a Transnordestina que, neste caso, ligaria até Salgueiro. Desta cidade, haveria a recuperação da malha ferroviária até Suape e, também, de um pequeno trecho até Missão Velha, quando se faria um Y chegando até Fortaleza. Na realidade, nessa parte em que nos encontrávamos, não tínhamos condições de prever recursos para esse tipo de projeto. Dependerá muito do funcionamento da própria hidrovia, pois acreditamos que, se não for possível fazer-se perfeitamente, devemos fazer o razoável para que setor privado tenha a confiança naquele modal. Isso acontece com a hidrovia do Tocantins-Araguaia. Por outro lado, se não se pode fazer as reclusas de Tucuruí, que são muito caras, façamos a hidrovia funcionar todo o ano até São Geraldo, que dista 1.240km de Nova Xavantina. Uma carga sobre o rio Madeira, por exemplo, reduzirá o custo-transporte de 75 para 33km a tonelada. Ocorre que o produtor apropriar-se-á de uma renda, que hoje não possui, pois se perde no custo do transporte quando precisa colocar sua produção no exterior. De fato, mudaremos a pressão de carga em Petrolina quando a hidrovia estiver operando, o que significará, economicamente, a necessidade em primeiro obter-se a concessão da malha do Nordeste e o apoio do Governo, através de financiamento, para a construção dessa ferrovia.

Finalmente, no Norte do País, teríamos alguns projetos importantes. Estou-me centrando na parte de transportes e volto a mencionar: cabotagem é o grande eixo de desenvolvimento do País, ou seja, o litoral é um eixo importantíssimo. Se, de fato, conseguirmos fazer com que os nossos portos operem a custos razoáveis, teremos condições de tirar caminhões da estrada, de tirar a pressão para a recuperação de rodovias. Os Senhores. acompanham aqui no Congresso a quantidade de recursos... Claro que também não vamos, agora, simplesmente fechar os olhos e esquecer o Governo. Não é isso! O que precisamos é de movimentos coordenados: tirar a carga das estradas, reduzir o custo dos transportes no País e, ao mesmo tempo, dar condições para se recuperar essas estradas. Estamos bem avançados na negociação, com o Banco Mundial e com o BIRD, de um bilhão de dólares para a recuperação de rodovias dentro do novo sistema nacional de viação, deste passaríamos uma parte para os Estados. No caso; a Hidrovia do Madeira tem um significado muito importante. Você pode chegar com navios Panamax de cinquenta mil toneladas à Itaquatiara. A hidrovia do Madeira teria toda essa região para escoar por aqui. Temos a ligação com a Venezuela. A hidrovia do Tapajós é, também, uma hidrovia que promete. Na ocasião do plano, a colocamos como estudo porque, de fato, não tínhamos dados suficientes para garantir a sua colocação, dimensão, metas, o que era preciso. Hoje, já estamos mais avançados nessa área e poderíamos pensar, mas são ainda investimentos meio salgados para o nosso orçamento tão combalido.

Senador, quis apresentar em linhas bastante gerais. Penso que no debate poderemos discutir pontos específicos.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Muito obrigado.

Gostaria de agradecer a sua exposição, também muito lúcida.

Encontra-se aqui presente o Dr. Paulo Augusto Vivacqua, que foi o primeiro expositor.

Abro os debates, naturalmente, dando a palavra, inicialmente, ao Sr. Relator, Senador Mauro Miranda.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Sr. Presidente, temos que reconhecer o grande trabalho, o brilhantismo da exposição do Dr. Paulo Vivacqua, um grande técnico, experiente, e hoje também já um político no sentido do desenvolvimento desse País, e também da exposição do outro conferencista, Dr. Mauro, que veio dar aqui uma geral sobre o problema.

Ficamos preocupados porque o Ministério do Planejamento está aqui e é o grande coordenador. Não sei até que ponto, Dr. Mauro, que o Dr. Paulo Vivacqua, com a experiência que tem no instituto, participou da discussão desses corredores, por exemplo. Com quem o Ministério do Planejamento discutiu esse conjunto para ter uma integração dessas ações? Sei que é iniciativa, mas uma empresa privada financiada por um empresa pública, a Vale do Rio Doce, que sustenta esse corredor. Então, onde está o Ministério dos Transportes tanto na exposição do Dr. Paulo Vivacqua quanto na sua? Há uma falta de integração. Depois, teremos cobranças efetivas do poder público na execução desses projetos. O que estou vendo é que está faltando alguém, um grande cobrador. V. Sª colocou muito bem: pouquíssimos recursos vão fazer funcionar a hidrovia do São Francisco, depois, pouquíssimos recursos para fazer funcionar a hidrovia do Madeira.

Tivemos aqui, em nosso Corredor do Centro-Leste, felizmente, agora privatizado e sob a liderança da Vale do Rio Doce, pontos de estrangulamentos pequenos, mínimos, na Serra do Tigre, depois na transposição para Belo Horizonte é uma briga que sempre houve entre a rede ferroviária e a Vale do Rio Doce que dificultava o nosso transporte. Estou achando que está faltando agora um cobrador das ações do Governo, já que o planejamento está bem feito, já que a estratégia do desenvolvimento, tanto por parte do Dr. Paulo Vivacqua, que se percebe muito bem, e da sua também se complementam, mas falta o Governo, quer dizer, há poucos recursos, mas percebemos que com poucos recursos ele seria muito mais eficientes se tivesse algum órgão do Governo capaz de cobrar isso, a exigência da rapidez disso.

Contudo, temos um problema grave, Dr. Mauro, em relação ao eixo nosso de Goiânia até Santos, para levar a rocha fosfática, que fica em Catalão – e eu repito em todo lugar que vou – até o porto de Santos. Aí a Rede Ferroviária Federal, depois a Fepasa, depois um pedaço da rede de chegada ao porto. Para sair de Catalão a rocha fosfática – que vai dar o produto mais importante para a agricultura, o fosfato –, levamos 19 dias. Existem ferrovias prontas e leva-se 19 dias para chegar até lá. Ou seja, é mais fácil buscar as rochas em Marrocos ou na Flórida do que levá-las de Catalão até o porto de Santos.

Percebe-se que, às vezes, não se precisa nem de dinheiro, falta que a pessoa que toma conta disso dê um grito para resolver rapidamente esse problema. Temos as ferrovias já prontas. Acho que está faltando esse elemento do Governo, que seria o grande executivo disso –, será que o Ministro dos Transportes que está fora desse conjunto todo, que não cobra efetivamente essas ações?

Em relação ao rio Madeira, por exemplo, como vimos ontem, quanto tempo levou? Foi preciso pegar dois Ministros e quatro Senadores para irem à hidrovia do Madeira liberar um recurso mínimo, em torno de 30 milhões, para viabilizar toda aquela hidrovia.

Acredito que, nesta hora, devemos saber o que temos que fazer nesta Comissão para que se agilize esse processo e para que se cobre, efetivamente, dos poderes concedentes, do próprio Poder Público, uma ação mais rápida nesse setor.

Dr. Paulo, do seu lado, como iniciativa privada – temos que reconhecer também que ela é iniciativa meio privada, porque na realidade quem sustenta, por exemplo, a grande líder desse processo todo é a Vale do Rio Doce, que financia esse corredor, esse agente privado catalisador desse movimento todo –, qual a sugestão que o Senhor acha que devemos dar? Há iniciativa privada, há o outro lado, mas falta uma coisa que está emperrada na solução desse nosso problema.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Gostaria de aditar, porque, certamente, não foi apenas uma pergunta, foi algo muito mais amplo, que vai ensejar, Dr. Mauro, uma resposta: a realidade que estamos vivendo é a do esgotamento de um modelo econômico, ao mesmo tempo em que se esgotou também – produzindo conseqüências como a própria falência do Estado – a impossibilidade de o Estado, entidade de direito público, investir.

Então, cada dia mais, vai sobrando para o Estado – porque acredito que cheguemos à virada do século com quase nenhuma estatal mais, isso no

mundo todo, até porque a velocidade é hoje a característica desses tempos e não é muito o forte das estatais – uma ação de poder concedente, regulador e fiscalizador e de indutor do desenvolvimento, diagnosticando, até com o auxílio da iniciativa privada também, e produzindo uma visão de logística e, ao mesmo tempo, induzindo os entes privados a atuarem. É o espaço que o Estado detém e vai deter cada vez mais.

Então, V. Sª falou, agora há pouco, por exemplo, na questão da navegação de cabotagem. Podíamos tirar os caminhões da estrada. Sabemos, por exemplo, que os navios **roll-roll**, **roll-on-roll-off**, que faziam a travessia do continente para a Inglaterra, se não acabaram, diminuíram completamente a sua necessidade. Então, estão encostados em muitos lugares aí. Um navio desse encosta no Espírito Santo, levando dois mil caminhões que deixam o cavalo e seguem até o porto de Suape, por exemplo. Lá, entra novamente o caminhão, quer dizer, não usou as estradas.

Isso não é feito por alguma razão, porque os empresários ficam soltos, eles naturalmente podem ter essas idéias, essa criatividade, mas seriam muito melhor ajudados se a União, com o mínimo recurso que tem e com os esforços de planejamento que já fez – planejamento esse que parece devesse ser feito também com a participação da sociedade, porque hoje a sociedade, cada vez mais, vai submetendo o Estado e deixando de por ele ser submetida. Essa é a questão. Ou seja, o que realmente o Estado pode fazer. Ontem colocamos essa questão em Cuiabá, e parecia até que nós achávamos que o Estado devesse fazer muito pouco. Acho que o Estado está necessitando fazer muito mais.

Com relação à referência que foi feita ao Dr. Paulo Vivacqua, apenas vou fazer uma pequena defesa, embora ele não tenha me pedido. Parece-me que esse trabalho que o Estado está fazendo menos do que aparenta, ou menos do que desejávamos – a não ser que se tenha uma explicação melhor – e do que a conjuntura exige, está sendo feito exatamente por entes como esse do corredor.

Nobre Senador Mauro Miranda, não podemos prescindir de alguma forma de sangue para que essa entidade exista. Ela continua sendo privada e tem que ter algum recurso. A Vale do Rio Doce tem o importante papel de indutor do desenvolvimento e, ao estimular entidade assim, que está prestando, a meu ver, um grande serviço ao País e especificamente a essa região do País, ela está fazendo algo muito importante. Não vejo como pudesse existir uma entidade como essa sem esse tipo de ajuda. Ela dará contrapartida a essa ajuda com aquilo que ela produz e com o que foi apontado aqui pelo Dr. Paulo Vivacqua.

Tenho a certeza de que o que se pretende, talvez, colocar é que o consórcio possa fazer muito mais, e aí é que possa ser uma forma de cobrança. Mas acredito que para isso, certamente, o Dr. Paulo terá alguma explicação.

O SR. MAURO MARCONDES – Quero dizer que considero importantíssimo o trabalho do corredor e o trabalho que a Vale está fazendo lá, com o Dr. Paulo. É excelente. Ele é um apaixonado pelo setor. A dificuldade que estou vendo é o Ministério do Planejamento, de uma forma, e nós do Ministério dos Transportes não estamos vendo isso, as grandes definições de política, faltando uma unidade. Possivelmente a Rede Ferroviária Federal deve ter o seu plano de ação diferente, uma dispersão, faltando um coordenador e um cobrador de execução em seguida. Estou preocupado somente nesse sentido. Reconheço o trabalho, pois é excelente, ainda mais colocado na mão de um apaixonado, que é o Dr. Paulo Vivacqua, um entusiasta desse processo.

Vejo uma dispersão imensa de inteligências em vários setores, sem uma coordenação capaz de jogar com mais rapidez. Estamos discutindo demais e acabamos não tendo uma ação conjunta que vai significar mais eficiência para o setor.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Concedo a palavra a V. Sª. e, depois, ao Dr. Paulo.

O SR. MAURO MARCONDES – A questão da articulação é crucial. Na realidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso está buscando de alguma maneira, através das câmaras setoriais, e hoje temos seis ou sete câmaras setoriais, e vou me referir especificamente porque acompanho, dou suporte ao Ministro do Planejamento na Câmara, de Políticas e Infra-Estrutura.

É claro que o problema dos 19 dias é de fato operacional da Rede Ferroviária, pelo que estou entendendo. A Rede opera de forma ineficiente para sair com a rocha fosfática de Catalão para chegar no Porto de Santos. Ela leva 19 dias e, certamente, se tivesse uma outra alternativa – e não existe por causa dos volumes – de um outro modal de transporte, o setor privado que hoje paga esse custo, ele optaria por um outro meio.

O que precisamos apostar é que existe a passagem dessas estruturas que hoje não conseguem, porque ficaram arcaicas ou por que – nos alongaríamos muito aqui – o Estado ficou nessa situação, que

hoje opera de forma tão ineficiente, se conseguimos ser felizes na passagem dessa operação para o setor privado, de fato, acredito fortemente que esses 19 dias vão se reduzir, assim como vamos ver uma mudança radical na malha do corredor Centro-Leste, interligado à Vitória-Minas.

Tenho certeza de que isso muda completamente o próprio processo de desenvolvimento da região. Quer dizer, há questões em que, de fato, falta articulação do Governo. Por exemplo: qual é sempre a nossa proposta? No caso específico do Centro-Leste, tínhamos feito um estudo, no qual o Dr. Paulo Vivacqua deve ter trabalhado, em 1994.

O fato é que houve uma associação de Ministérios, e o Ministério do Planejamento coordenou o processo. Nós envolvemos, numa determinada etapa desse processo, mais de 300 técnicos do Governo. Os projetos que estão aqui no PPA foram negociados e montados em perfeita articulação com o Ministério dos Transportes.

A tendência de todos nós é sermos centrípetos, ou seja, querer atender a tudo, é querer acolher o máximo de demanda. No entanto, nós do Planejamento temos de ser centrífugos, puxar sempre para dentro para de fato manter as prioridades que já estão definidas, ou seja, sermos os mais seletivos possível. Como se faz isso? Não tenho muita experiência nesse assunto, os senhores têm mais do que eu. Mas, vi que na Administração Direta, de fato, tudo conspira contra a seletividade. Você faz o planejamento, todavia o duro é fazer com que o planejamento fale com o orçamento, e que as prioridades estabelecidas no planejamento sejam atendidas.

V. Exª mencionou aqui que precisou de dois ministros, quatro secretários, quatro Governadores para conseguir alocar, de fato, 30 milhões para a hidrovia do Madeira, mais ou menos isso. Essa é uma prioridade absoluta do PPA.

Nós, da SPA, apesar de a nossa equipe ser pequena, estamos fazendo um esquema que chamo de "Cosme e Damião". Sou carioca e, no passado, no Rio de Janeiro, havia aqueles guardas Cosme e Damião que andavam nas ruas. Quero fazer uma dupla de "Cosme e Damião" que cuidará de uma carteira de projeto, cada um cuida de um pedaço do projeto. Essas pessoas, de fato, têm que saber tudo.

Amanhã, de manhã, já está marcada uma reunião. O Rui é da área de transportes e sabe disso. Teremos uma conversa com o Sr. Paulo Fontenele, Subsecretário de Orçamento e Planejamento do Ministério dos Transportes, para saber o que está acontecendo com a hidrovia do São Francisco. Havia muita verba prevista no orçamento para essa hidrovia e estão querendo diminuir esses recursos.

A questão fiscal é muito grave. A situação está complicada, mas não é por isso que vamos fazer cortes lineares ou simplesmente tentar atender a todos. Precisamos de 9 milhões para a hidrovia do São Francisco, e você vai reduzir para 4 milhões. Por quê? O papel do planejador não é só planejar, é também ter compromisso com o que planejou e ser o catalisador da linha de frente. O planejador não pode operar, mas ele tem que ser o cobrador, ele tem que ser, na realidade, aquele que fica estimulando para que as coisas convirjam novamente para as prioridades estabelecidas. É isso.

Estamos começando. Temos um novo sistema chamado BPI – Banco de Projetos de Investimentos, e qualquer projeto de investimento que entrar no orçamento tem que ter as informações cadastradas nesse banco. O que significa isso? Significa que não vou poder mais ter uma linha e um valor só. Vou precisar ter informações sobre aquele projeto. Aquele dinheiro que está sendo colocado, adianta, conclui o projeto.

Hoje, vemos que o orçamento não tem a história do projeto por trás. Então, estamos também trabalhando na área de acompanhamento, nesse sentido. E estamos justamente trabalhando, SOF, Secretaria de Assuntos Internacionais e Secretaria de Planejamento, no sentido de montar um comitê informal de investimento em que vamos olhar todos esses projetos antes de encaminhar ao orçamento. Ajudar nesse sentido.

É difícil, Senador. É um processo longo, no sentido de conformar um Estado que seja mais articulado, que de fato consiga fazer valer as suas prioridades. Senão, não acontece.

Quanto à questão de envolver a sociedade, na Eco-92, foi estabelecido que os países teriam as suas comissões de desenvolvimento sustentado. E o Governo Itamar Franco, por meio de um decreto, criou a Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável. Nós, então, estamos agora tentando e já estamos avançados em implantar essa comissão, que vai pensar o desenvolvimento sustentável, planejar, tentando envolver a sociedade também.

De fato, na elaboração do Plano Plurianual, tivemos prazos bastante limitados, e o processo não pôde absorver a contribuição da sociedade de uma forma mais ampla, muito embora vários estudos, vários trabalhos já tenham sido feitos ao longo dos anos precedentes e que nos ajudaram a pensar o processo do Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Muito bem. Concedo a palavra ao Dr. Paulo Vivacqua.

O SR. PAULO AUGUSTO VIVACQUA – Gostaria de cumprimentar o Senador José Ignácio Ferreira pela iniciativa de ter instalado esta Comissão, que traz à discussão este tema do Corredor Centro-Leste, importantíssimo para o País.

E gostaria de também agradecer a todo um passado do Senador Mauro Miranda em relação a este projeto. O Senador, quando Deputado Federal, empenhou-se de forma extraordinariamente enérgica na consecução de medidas políticas de grande importância para esse Corredor. O Deputado Mauro Miranda foi um dos esteios políticos do início de tudo isso.

Esse Corredor iniciou-se a partir de um movimento do Governador do Espírito Santo de então. Propusemos a ele um projeto, que ele acatou, fornecendo a necessária liderança política na ocasião. E o processo que desenhamos na ocasião foi inovador. Movimentamos a opinião política e o peso político de uma região na solução dos seus problemas regionais. Transformamos uma questão que, antigamente, era exclusivamente ou quase exclusivamente federal – e portanto resolvida num ponto concentrado da autoridade do País –, tiramos esse problema desse nível e disseminamos, descentralizamos o problema, regionalizando-o. Associamos a ele muitos Parlamentares aguerridos, como o Deputado Mauro Miranda, que nos ajudava imensamente, como muitos outros. S. Exª era um dos principais líderes – posso dizer isso aqui e registrar – nesse apoio a nós. Associamos esse projeto a políticos, como o Deputado; a governadores, como os governadores de então, que transformaram a questão numa questão deles, da região. E nós nos oferecemos como instrumento pragmático, operativo, dessa vontade política. E temos procurado agir da melhor forma nesse sentido.

Por exemplo, ainda antes desses episódios, quando tracei a Ferrovia Leste-Oeste, ela tinha um sentido estratégico muito interessante: ligava Pirapora, mais ou menos a Goiânia, a Cuiabá, Porto Velho e Acre; ligava o Rio São Francisco ao Rio Tocantins, ao Rio Araguaia, ao Rio Madeira e ao Rio Paraguai. Ela cruza as cabeceiras de todos esses rios. Essa ferrovia tem que ser restituída ao seu traçado original. O traçado foi modificado. É um traçado competente, sem dúvida, mas é outro. O nosso traçado cruza Goiás pelo seu meridiano, pelo seu paralelo, pelo centro, e é absolutamente essencial que retomemos esse traçado.

Temos discutido isso com a Valec, e as discussões estão adiantadas. O seu Presidente atual, Dr. Luís Raimundo, é altamente sensível a toda essa questão. Ele embarcou de corpo e alma nesses processos, na Norte-Sul também. Isso é uma luta a ser desempenhada agora, uma nova luta.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Permita-me um aparte, Sr. Presidente. O Senador Waldeck Ornelas colocou muito bem esse ponto do desvio dessa rota no sentido de encaminhamento muito mais para o Centro-Sul, para acumular mais economia no Estado de São Paulo, em vez de caminhar no sentido da descentralização do País, prejudicando mais uma vez a nossa Região Centro-Oeste, que teria todas as condições de absorver. Lá já está lotado, o porto de Santos saturado. Então, estava na hora. Mas o que acontece? Todas as forças caminham no sentido da modificação do traçado, prejudicando a nossa região. É ponto fundamental falarmos que estamos sentindo na carne esse problema.

Faz falta, no caso da Ferronorte, de quem o nosso Senador Jonas Pinheiro foi grande idealizador e lutador, a cobrança disso tudo. Há um prazo para que ela fique pronta. Não digo que a culpa é do Governo, mas os nossos Governadores não têm condições de cobrar, porque não foi privatizada, é uma concessão, vem do Governo Federal. Não há prazo. Não fiscalizamos o traçado. Não foi discutido, na hora da concessão, qual o traçado que considerávamos o melhor. Não existe um executor nem um cobrador da eficiência da iniciativa privada. Ela pode executar, mas temos que zelar pelo interesse nacional.

Outro aspecto da colocação do Senador é quanto à eliminação de um Estado importante na produção do País, o Estado de Goiás, do novo traçado. Ela não passa mais por Goiás, fugiu do seu motivo estratégico. Um dos principais Estados produtores de grãos era um dos alimentadores daquele traçado antigo, por isso ela passava por Goiás.

Somos muito gratos ao Estado do Espírito Santo, que investiu, nesse consórcio, pesadas somas em seu desenvolvimento inicial. Fizemos, com recursos do Estado do Espírito Santo, aprovados naturalmente pela Assembléia, pelo Governador, somas pesadas, em estudos de viabilidade dessas ligações até o centro do País, com o objetivo de levar ao Espírito Santo também as cargas, já que o Estado só pode aplicar recursos tendo em consideração também o seu interesse. Mas o interesse maior era realmente a união desses portos tão úteis com o centro do País. Foi um grande apoiador o Estado do Espírito Santo de todo esse processo, com recursos.

A Vale do Rio Doce, como bem colocou o Senador Mauro Miranda, ajudou sempre muito nisso, inclusive pagando a minha aposentadoria – sou aposentado por ela –, quando era uma partícipe do projeto da Valec também, como é agora do Corredor Centro-Leste. Somos muito gratos pela participações da Vale do Rio Doce nesses projetos. Sou um velho funcionário dessa empresa. Possa falar, em benefício da empresa, que esses projetos, como o do Corredor Centro-Leste, aduziram substantivas receitas à Vale do Rio Doce, já que estamos, através da ação desse consórcio, derivando para o Estado do Espírito Santo cargas que não iam para lá. Pelo menos mais 700 mil toneladas/ano de grãos jogamos naquelas linhas, naqueles portos, aduzindo receita aos portos e à própria Vale do Rio Doce. Ela nos ajuda muito e é por nós ajudada, como todos os demais partícipes da rede: as redes, os portos e os privados.

Também devemos muito da nossa sustentação econômica a muitas empresas privadas, como a própria Ferronorte, a Coimex, Andrade Gutierrez, Cemig, Escelsa, Samarco, partícipes do nosso orçamento. Não fora esses apoiadores, realmente não poderíamos estar desenvolvendo essa tarefa, como estamos até hoje. Precisaremos de mais apoiadores porque mais poderemos fazer. Os nossos orçamentos são extremamente limitados ainda.

Outra questão mencionada: a sociedade civil brasileira é muito desorganizada, pouco organizada, ao contrário, por exemplo, do que acontece nos Estados Unidos, na França ou na Alemanha. O Governo tem pouco amparo da sociedade civil. Tudo é o governo.

Com esse corredor, contribuímos para organizar a sociedade civil em torno de um certo projeto. Temos uma sociedade privada, sem fim lucrativo, organizada como sociedade civil, com a intenção de criar empregos no interior. Estamos presentes na economia do País hoje para ajudar o Governo, apoiá-lo, como acontece nos Estados Unidos. Uma das riquezas, uma das forças daquele governo é a grande organização da sociedade civil para resolver problemas. Procuramos fazer isso, contando com o poderoso apoio do mundo político da região e empresarial.

A nossa atividade tem outro componente importantíssimo. Sendo uma sociedade civil sem fim lucrativo, seus projetos são permanentes no tempo, não se interrompem. A cada quatro anos, por exemplo, é muito comum na nossa perversa prática política, a interrupção das coisas. Nosso mundo é assim. É tudo muito interrompido. Os projetos são, muitas vezes, arquivados. A sociedade civil, nesse caso, o Corredor Centro-Oeste, procura manter a continuidade por intermédio do Governo, e tem conseguido. Houve uma mudança recente de Governo há um ano, e todos os projetos continuaram com o forte apoio de todos os que nos apoiavam antes, porque somos apartidários, apolíticos e sempre fazemos algo em benefício de todos.

Para complementar, estamos dando mais um passo nesse momento, organizando a chamada Fundação Centro-Leste, uma entidade com caráter de fundação, que procura estudar e pesquisar as políticas e formas de criação de empregos objetivamente, no centro de um rico país como o nosso. Não se sabe ainda como fazer isso. Mas há que se empenhar, por intermédio dessa fundação, deslindando essas questões.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio Ferreira) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, ontem, a presença desta Comissão em Cuiabá foi muito importante para o conhecimento dos problemas existentes no Centro-Oeste, particularmente em Mato Grosso.

Dr. Paulo, a exposição de hoje tem muito que ver com o trabalho inicial da minha vida. Fui o coordenador do Programa do Cerrado no Estado, o Pólo Centro. Lutamos muito naquela época. Houve muita dificuldade, porque estávamos iniciando nas tecnologias que tiveram efeito no cerrado, principalmente o (?) do arroz, do milho, da soja.

Estamos com alguns problemas na área de tecnologia de soja, mas hoje já se tem, no Estado de Mato Grosso, em todo o cerrado do Centro-Oeste, produtividade igual à americana. Quanto ao milho, está-se produzindo cem a cento e vinte sacas por hectare. Essa produção hoje espanta os produtores americanos. Sempre visito a região de Chicago que produz milho e soja e onde se tem a suinocultura e a avicultura, e a grande preocupação do produtor americano é viabilizar o Centro-Oeste brasileiro. Nos Estados Unidos, em qualquer lugar que se produz, o custo do frete é apenas 4% da receita – tenho dito isso em várias oportunidades –, enquanto que, em alguns lugares de Mato Grosso, está-se produzindo com o frete custando aproximadamente 25% do valor do produto.

Estamos diante de saídas extraordinárias para o Centro-Oeste. Ontem, por exemplo, discutimos muito sobre a Cuiabá/Santarém, sobre o (?)/Tapajós. Discutimos também sobre os Rios Paraguai e

Paraná, e consideramos que a saída mais curta para o Atlântico é o Porto de Tubarão. Mas há o grave problema da falta de conexão da região com Tubarão, a não ser por caminhos tortuosos.

Quanto à Ferronorte, há que se apressar o seu ramal que sai do Alto Araguaia com direção à Uberlândia, porque, sem dúvida, para aquela região, o traçado mais curto é saindo de Cuiabá, onde se chega na ferrovia, vindo para o Alto Araguaia e entrando no sudoeste baiano, naquela vasta região produtora de Goiás, chegando à Uberlândia, onde, com certeza, há maior facilidade de atingir-se o Porto de Tubarão.

Há o trabalho que está sendo feito por intermédio do Madeira/Amazonas, e, há pouco tempo, foram conhecê-lo o ex-Ministro José Serra, o Secretário Geral, Dr. Andrea Calabi, assim como representantes do BNDES e da SUDAM. O Governo, na oportunidade, ficou impressionado com o que será essa hidrovia que está prestes a acontecer.

Não me impressiona, porque hoje o preço da tonelada do produto que sai do Parecis em direção a Roterdã, via Paranaguá, é US$105,00. Partindo também do Parecis, para atingir Porto Velho, pelo Madeira e Amazonas, chegando a Itaquatiara – num percurso de 1.160km de navegação – para em seguida embarcar para Roterdã, o preço da tonelada do produto é US$73,00. É uma diferença enorme! Viabilizará uma região praticamente desconhecida que engloba Rondônia, o Acre e grande parte do Estado do Amazonas, onde está o Humaitá, com quase um milhão de hectares de cerrado à margem dessa rodovia.

Peço, por isso, o apoio do Dr. Mauro, porquanto teremos hoje uma reunião no Ministério de Planejamento para exatamente cuidar de alguns aspectos que ainda estão entravando a utilização dessa hidrovia. O primeiro é um pedaço de estrada, de 200km aproximadamente, dentro do Estado de Mato Grosso, na região do Parecis. Aliás, estamos, aqui no Senado Federal, mudando o traçado da BR-364, inativa em alguns trechos, para que as melhorias atinjam áreas de produção que dão acesso a BR-174, com destino a Porto Velho.

Há poucos recursos, como disse o nobre Senador Mauro Miranda. Dentro da calha do rio Madeira, precisaremos de apenas US$6 milhões para a sinalização do rio. O resto, a iniciativa privada já está fazendo, como o ótimo armazém dentro do porto em Porto Velho e um porto em Itaquatiara. Com certeza, daqui a pouco tempo tomaremos conhecimento que as referências de preço dos produtos agrícolas, principalmente a soja, são Roterdã, Paranaguá e Itaquatiara. Isso porque, além de a produção daquela região ser viabilizada, o prêmio a ser pago, já que esse porto está no Norte do Brasil, para quem faz esse negócio será um pouco mais elevado do que o do porto do Paranaguá.

Em sendo assim, solicitamos o apoio para a viabilização desses recursos da navegação para este ano, uma vez que há já um bom entendimento. No próximo ano lutaremos para a estrada que tornará a região mais viável.

O SR. *(Não Identificado)* – Senador, essa estrada, segundo o Sistema Nacional de Viação anterior, pertencia a Mato Grosso e passou agora a ser federal?

O SR. JONAS PINHEIRO – Exatamente. Eram duas MTs: a que sobe, MT-170; e uma outra que atravessa Mato Grosso, MT-235.

O SR. *(Não Identificado)* – Foi essa que se transformou em federal?

O SR. JONAS PINHEIRO – Sim. Nesses dois trechos, passará a ser federal. O projeto já foi aprovado em duas comissões na Câmara dos Deputados e deve ir a plenário brevemente. Posteriormente, virá para o Senado, onde, por certo, será aprovado. Já estamos estabelecendo uma estratégia para conseguirmos recursos para pavimentar a estrada. Enquanto isso não acontece, o Governo do Estado e a própria empresa que está fazendo o trabalho colocarão recursos próprios para essa obra.

Sonhamos que grande parte de Mato Grosso, principalmente Rondonópolis e Alto Araguaia, que não tem acesso a qualquer desses corredores, venha ter acesso a Tubarão. O caminho natural dessa região é via porto de Tubarão.

Ontem, enfatizei a importância da presença desta Comissão no Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio) – Indago se o Sr. Relator tem mais alguma pergunta.

O SR. RELATOR (Mauro Miranda) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Ignácio) – Quero agradecer a presença dos Srs. Expositores, Drs. Paulo Augusto Vivacqua e Mauro Marcondes, que fizeram deste um alto momento da Comissão, trazendo-nos informações da maior valia. Quero agradecer também a presença importante dos Srs. Senadores, o Vice-Presidente, Senador Jonas Pinheiro, o Sr. Relator Mauro Miranda, os Senadores Gérson Camata, Beni Veras, Ernandes Amorim, Lauro Campos e Valmir Campelo, e dos Srs. Representantes da Vale do Rio Doce, do Governo de Goiás, dos Srs.

Assessores do Senado, Dr. Villas Boas e Marcos Parente.

Nada mais havendo a tratar a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h 34min.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

8ª Reunião, (extraordinária) realizada Em 21 de outubro de 1997, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e sete, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senhor Senador FREITAS NETO, presentes os Senhores Senadores José Agripino, Romero Jucá, Albino Boaventura, Hugo Napoleão, Elcio Alvares, Nabor Junior, Otoniel Machado, Marluce Pinto, Ramez Tebet, Coutinho Jorge, José Ignácio Ferreira, José Roberto Arruda, Osmar Dias, José Eduardo Dutra, Gérson Camata, Jonas Pinheiro e Levy Dias reúne-se, extraordinariamente, a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Vilson Kleinubing, Renan Calheiros, Teotônio Vilela Filho, José Serra, Antonio Carlos Valadares, Emília Fernandes e Ernandes Amorim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01 da pauta: Mensagem nº 171, de 1997. Assunto: Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Renato Navarro Guerreiro, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Otoniel Machado. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 15 (quinze) votos favoráveis.

Item nº 02 – Mensagem nº 172, de 1997. Assunto: Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Luiz Francisco Tenório Perrone, para exercer o mandato de quatro anos como Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Gérson Camata. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 15 (quinze) votos favoráveis. Item nº 03 – Mensagem nº 173, de 1997. Assunto: Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor José Leite Pereira Filho, para exercer o mandato de cinco anos como Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 15 (quinze) votos favoráveis Item nº 04 – Mensagem nº 174, de 1997. Assunto: Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Mário Leonel Neto, para exercer o mandato de seis anos como Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador José Roberto Arruda. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 14 (quatorze) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. Item nº 05 – Mensagem nº 175, de 1997. Assunto: Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Antônio Carlos Valente da Silva, para exercer o mandato de sete anos como Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações-ANATEL. Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Joel de Hollanda. Parecer: Favorável a indicação. Resultado: 14 (quatorze) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. A Presidência concede a palavra ao Senhor Renato Saraiva Guerreiro, para que na qualidade de indicado para o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações- ANATEL, possa fazer ampla exposição em relação as atividades e competências do referido orgão.

Colocadas em discussão as referidas Mensagens, fazem uso da palavra para tecer considerações a respeito dos assuntos abordados pelos respectivos indicados os Senhores Senadores José Agripino, Gérson Camata, Otoniel Machado, Hugo Napoleão, José Ignácio Ferreira, Coutinho Jorge, José Eduardo Dutra e Levy Dias. A Presidência designou como escrutinadores os Senhores Senadores José Ignácio Ferreira e Levy Dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão , a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. – Senador **Freitas Neto**, Presidente, em exercício

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esclareço aos Srs. Senadores que na pauta de hoje consta 5 itens. Mensagens do Poder Executivo nºs 171 a 175/97, indicando 5 nomes para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

A Mensagem nº 171/97 indica o Dr. Renato Navarro Guerreiro para Presidente do Conselho Diretor, sendo Relator o Senador Otoniel Machado.

A Mensagem nº 172/97 indica o Dr. Luís Francisco Tenório Perroni para exercer o mandato de 4 anos como Conselheiro, sendo Relator o Senador Gerson Camata.

A Mensagem nº 173/97 indica o Dr. José Leite Pereira Filho para exercer o mandato de 5 anos como Conselheiro, sendo Relator o Senador Romero Jucá.

A Mensagem nº 174/97 indica o Dr. Mário Leonel Neto para exercer o mandato de 6 anos como Conselheiro, sendo Relator o Senador José Roberto Arruda.

A Mensagem nº 175/97 indica o Dr. Antônio Carlos Valente da Silva para exercer o mandato de 7 anos como Conselheiro, sendo Relator o Senador Joel de Hollanda.

Passarei a palavra aos Srs. Relatores, iniciando pelo Senador Otoniel Machado que relatará o processo que indica o Dr. Renato Navarro Guerreiro para a Presidência da Anatel.

Antes de passar a palavra, gostaria de informar aos Srs. Senadores que a lista de inscrição para perguntas aos indicados está com o Secretário da Comissão.

O SR. OTONIEL MACHADO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Conselheiros, a Mensagem nº 171, de 1997, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República traz a exame do Senado Federal a indicação do Sr. Renato Navarro Guerreiro, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

O art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, em consonância com o que preceitua o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, atribui ao Senado Federal competência privativa para examinar previamente, e por voto secreto, a indicação de nomes para conselheiros da Anatel, dentre eles o do Presidente do Conselho Diretor, conforme dispõe o art. 31 daquela norma.

A Anatel foi criada por força do art. 8º da referida Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, em atendimento aos termos do inciso IX do art. 21º da Carta Magna, com a redação dada pela Emenda nº 8, de 1995, é entidade integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico ou especial, vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.

Consta dos autos da presente mensagem o **curriculum vitae** do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383-A. Nascido em Oriximiná, Estado do Pará, em 15-1-49, o Sr. Renato Navarro Guerreiro fez o curso Primário em Grupo Escolar, terminando o curso Secundário na cidade de Belém do Pará.

Em 1969, prestou Vestibular para o curso de Engenharia, tendo sido aprovado em primeiro lugar. No início de 1970, transferiu-se para o Estado do Rio de Janeiro para fazer o curso de telecomunicações, pois na época não existia tal especialidade na universidade do Pará.

No seu primeiro ano de vida profissional trabalhou na área de radiodifusão educativa, no Programa Nacional da Teleeducação – PRONTEL, do antigo MEC. Em seguida, voltou para o seu Estado de origem, onde trabalhou por cerca de 10 anos, de 1974 a 1984 na Telepará. Foi, então, trabalhar na Telebrás, permanecendo até 1993, quando foi requisitado para o Ministério das Comunicações.

Homem de grande experiência na área onde deverá atuar exibe, além de formação específica em engenharia de telecomunicações, extensa folha de serviços ao Governo Federal, tendo sido Secretário Executivo do Ministério das Comunicações e Secretário de serviços de comunicações daquele Ministério.

O Sr. Renato Navarro Guerreiro se destaca sobretudo por sua marcante atuação no sistema Telebrás, tendo exercido a Presidência dos Conselhos de Administração da Telebrás, da Telepará, Telesp, Telesc e Telebrasília. Atuou também como membro dos conselhos de administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, da Telp, Telebrás dentre outras.

Exerceu, por muitos anos, funções docentes de treinamentos técnicos e participou de visitas, comissões e reuniões bilaterais entre o Brasil e outros países, tais como: México, Espanha, Argentina, Suíça, Inglaterra, Chile, Coréia do Sul, Japão, Austrália, Venezuela, Bolívia e Itália e, em particular, os Estados Unidos, líder inconteste neste setor, além de inúmeros seminários internacionais onde atuou como interlocutor brasileiro, sempre na área de telecomunicações.

Diante da sólida formação e da longa carreira técnica e gerencial exibida na área em questão pelo Sr. Renato Navarro Guerreiro, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão do Serviço

de Infra-estrutura dispõe de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial. Sala das Comissões 21 de outubro de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Após o relatório do Senador Otoniel Machado, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, Relator da Mensagem nº 172/97, que indica o Sr. Luís Francisco Tenório Perroni, para Conselheiro com o mandato de 4 anos.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, do art. 84 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Luís Francisco Tenório Perroni, para exercer o cargo no mandato de 4 anos, como Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações.

Cabe privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha dos conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações.

A Lei nº 9.472, conhecida como Lei Geral de Telecomunicações, criou a Agência Nacional de Telecomunicações e instituiu como órgão máximo um conselho diretor, composto por 5 conselheiros com o mandato de 5 anos. Os primeiros membros do Conselho Diretor, entretanto, deverão ter o mandato de 3, 4, 5, 6 e 7 anos, segundo determina a lei no seu art. 25.

Na mensagem o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica a escolha do Sr. Luís Francisco Tenório Perroni para o exercício do mandato de 4 anos.

O **curriculum vitae** anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Sr. Luís Francisco Tenório Perroni possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual é indicado.

Engenheiro de eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Sr. Luís Francisco Tenório Perroni é especialista em telecomunicações e possui diversos cursos de gerência, administração financeira e aperfeiçoamento técnico patrocinados pela Embratel e pela Intelsat. Na Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro foi Professor-Assistente no período de 1967/1968 e representou o Brasil em Portugal na junta de Governadores da Intelsat, de 1974 a 1976 e de 1979 a 1983, quando foi representante do Brasil no Conselho da Organização In Marsal international maritim comunications organizations?. Participou, também, no período de 1976 a 1997, de atividades da União Internacional de Telecomunicações, representando o Brasil e a Intelsat.

Relativamente à sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar as relevantes funções públicas e privadas que desempenhou: Engenheiro da Telefônica do Brasil, Engenheiro e Diretor da Divisão de Engenharia do Departamento Nacional de Telecomunicações, Dentel, na Embratel, e na Empresa Brasil Império Comunicação foi Chefe do Distrito de Belo Horizonte e da Divisão de Engenharia da Região Sul, São Paulo, além de Superintendente de Operações do Rio de Janeiro e Chefe do Escritório Permanente de Washington e Assistente Executivo do Diretor de Operações Internacionais no Rio de Janeiro. Na Intelsat, foi Vice-Diretor de Relações Externas, Diretor de Planejamento Operacional, Diretor de Vendas e Diretor de Operações.

Atualmente, o Sr. Luís Francisco Penório Perroni é Diretor do Serviço da Embratel, cargo que ocupa desde março de 1995. Essas funções e os cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontram à disposição dos eminentes integrantes do colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação acadêmica do indicado, ficando assim essa Comissão de Serviços de Infra-estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Luís Francisco Penório Perroni para exercer o cargo de Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator da Mensagem nº 173, de 1997, que indica para Conselheiro da Anatel, com mandato de cinco anos, o Sr. José Leite Pereira Filho.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, foi feita indicação, pelo Presidente da República, do nome do Sr. José Leite Pereira Filho.

Após análise da indicação e análise do currículo, Sr. Presidente, é importante salientar não só a formação vivida pelas comunicações do indicado, como também a sua atuação no Ministério da Marinha e na Embratel e que, desde 1990, o indicado é alto funcionário da Divisão de Desenvolvimento de Telecomunicações da União Internacional das Telecomunicações, UIT, com a função principal de assistência técnica aos países em desenvolvimento.

No exercício dessa função, tem acompanhado de perto as reformas estruturais em curso no setor das telecomunicações e dedicado especial atenção

às questões relativas à instituição de órgãos reguladores em diversos países.

Participa como Conselheiro da Comissão de Estudos I, do setor de desenvolvimento da UIT, que se dedica ao estudo de impacto das novas tecnologias nas áreas de regulamentação e comercial. É ainda o responsável pela preparação de seminários sobre os futuros sistemas mundiais móveis de comunicação pessoal por satélite. Na qualidade de especialista e nos serviços móveis da UIT, o Sr. José Leite Pereira Filho é atualmente gerente do Programa 4 do Plano de Ação de Buenos Aires.

A instrução recebida e a experiência profissional evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando assim essa condição de estrutura em condições de liberar a indicação do Sr. José Leite Pereira Filho para exercer o cargo de Conselheiro da Agência de Telecomunicações.

É esse o parecer pela aprovação, Sr. Presidente. Inclusive, gostaria de ressaltar que tive oportunidade de dizer isso ontem à imprensa, quando fui perguntado se a indicação de qualquer um dos conselheiros da Agência Nacional de Telecomunicações teria algum óbice, se eu tinha ouvido falar sobre algum óbice a respeito dessa questão. Tive oportunidade de dizer que não ouvi nenhum tipo de encaminhamento contrário, e isso se dá, sobretudo – faço questão de frisar –, pela qualidade dos indicados, pelos seus currículos e pela transparência desse processo feito pelo Governo Federal.

Portanto, o meu parecer é favorável à indicação.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – A Mensagem nº 174, de 1997, tem como Relator o Senador José Roberto Arruda, e indica o Sr. Mário Leonel Neto para Conselheiro da Anatel com um mandato de seis anos.

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Sr. Mário Leonel Neto está sendo indicado para exercer o mandato de seis anos, nessa linha de que cada um dos indicados tem um mandato temporal diferente, exatamente para que a agência se instale e tenha renovação de acordo com o previsto na Lei nº 4.372.

O Sr. Mário Leonel Neto, pelo currículo apresentado, atende os quesitos que se poderia colocar para o exercício dessa missão. Possui uma formação acadêmica e experiência profissional absolutamente compatíveis com o cargo para o qual é indicado. É Engenheiro de Produção, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; tem cursos de Engenharia Eletrônica, nos Estados Unidos; é Mestre em Pesquisa Operacional e pós-graduado em Finanças, além de possuir vários outros cursos de especialização na área de Análise de Sistemas, Telecomunicações e Informática.

Desde 1994, o Dr. Mário Leonel ocupa cargos na administração pública federal, primeiro como coordenador de estruturas tarifárias e Diretor do Departamento de Tarifas e Preços e depois como Secretário da Secretaria de Serviços de Comunicações responsável pela regulamentação de todos os serviços postais e de telecomunicações no País.

Como Secretário participou e trabalhou da reestruturação do Setor de Telecomunicações, desenvolvido pelo Ministério das Telecomunicações. Um esforço muito bem sucedido como atestam os seus próprios resultados: a criação da agência e atração de capital e a modernização nessa área da economia brasileira.

Trabalhou no Projeto de Lei nº 9.295, a lei específica do serviço móvel celular; trabalhou na própria Lei nº 9.472, que além de regulamentar o setor de telecomunicações criou a Anatel e em vários outros projetos dessa área.

Antes de trabalhar no Ministério das Comunicações, o Dr. Mário ocupou cargos como engenheiro e administrador sempre na área de telecomunicações, notadamente na Embratel, por todas essas razões, pelo seu currículo, pela sua experiência não tenho dúvidas em afirmar que o Dr. Mário Leonel Neto tem todas as qualificações para ocupar o cargo para o qual é indicado na Anatel.

Tive duas preocupações, Sr. Presidente, a primeira foi a de conversar com o Dr. Mário Leonel e dessa nossa troca de idéias e das perguntas que lhe fiz, posso dizer a esta Comissão que além de ter currículo e experiência profissional para ocupar essa missão, o Dr. Mário Leonel tem suas idéias voltadas para a nova concepção que os órgãos de regulamentação devem ter no Brasil.

Pareceu-me absolutamente compatível o desenvolvimento de suas idéias com o que se pretende com o novo modelo gerencial na administração pública brasileira.

Sr. Presidente, ontem à tarde, recebi a informação de que a esposa do Dr. Mário Leonel teria ocupado um cargo, ou seria sócia de uma empresa que teria prestado algum tipo de serviço na área de telecomunicações no Brasil, ou tem interesses na área

de telecomunicações. Pareceu-me, ser da minha responsabilidade verificar a natureza dessas afirmações. Recebi as seguintes informações que me pareceram absolutamente tranqüilizadoras.

Em primeiro lugar, fiquei sabendo que realmente a esposa do Dr. Mário Leonel prestou serviço, há mais de dois anos, a uma empresa de consultoria que se dedicava a buscar oportunidade de investimentos no Brasil. Ela deixou de prestar serviços há mais de dois anos e só depois é que ela e o Dr. Mário se casaram. Não vejo como haver alguma ligação que possa prejudicar a indicação do Dr. Mário Leonel em função dessas circunstâncias, não só pela vida profissional correta, que sempre teve, como pelo seu currículo e também porque a sua esposa não mais presta serviços para uma empresa do setor privado brasileiro que tem ligação com essa área.

Portanto, não vejo, no episódio que chegou ao meu conhecimento ontem – provavelmente deve também ter chegado ao conhecimento de outros Srs. Senadores – nenhum obstáculo, nenhuma vírgula contrária à indicação do Dr. Mário Leonel Neto para exercer o cargo na Agência Nacional de Telecomunicações.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, o meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Mensagem nº 175, de 1997, que indica o Sr. Antonio Carlos Valente da Silva para Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações, com mandato de sete anos, tendo como Relator o Senador Joel de Hollanda, a quem passo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado, Senador Freitas Neto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Técnicos do Ministério das Telecomunicações, na Mensagem nº 175, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, comunica a escolha do Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, para o mandato de sete anos como integrante do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel.

Engenheiro Elétrico, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Sr. Antonio Carlos Valente da Silva, é pós-graduado em Administração e possui diversos cursos na área de telecomunicação, gerência e estratégia. Nas Faculdades Reunidas Professor Nuno Lisboa, foi Professor auxiliar, no período de 1985 a 1987, ministrando as disciplinas de Teoria Econômica e Engenharia Econômica. Representou o Ministério das Comunicações na Comissão de Licitação da União Internacional de Telecomunicações, destinada a seleção de empresas internacionais de consultoria para o desenvolvimento do serviço dois, detalhamento do modelo de reestruturação e privatização do Sistema Telebrás e foi membro de diversas delegações brasileiras em reuniões internacionais da área de telecomunicações.

Foi conferencista em eventos e seminários nacionais e internacionais no período de 1992 a 1997.

Relativamente à sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar as relevantes funções públicas que desempenhou junto ao sistema Telebrás, desde 1975, Chefe do Departamento de Transmissão de Rede Externa da Cetel, em 1984; Chefe do Departamento de Transmissão de Rede Externa, em 1984, Chefe do Departamento de Planejamento da Cetel, de 1985 a 1990; Gerente do Departamento de Planejamento Técnico, da Telerj, de 1981 a 1995; além de Gerente do Departamento Técnico da Telebrás, de 1995 a 1997.

O Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, foi Presidente do Grupo de Telecomunicações do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, em 1995; membro do Conselho de Administração de Telecomunicações do Espírito Santo, em 1996 e Presidente do Conselho de Administração dessa empresa, em 1997.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, merece destaque ainda as atividades de membro das Comissões de Avaliação da União Internacional de Telecomunicações que selecionaram as empresas internacionais de consultoria para o desenvolvimento do Serviço I, criação da Agência Nacional de Telecomunicações e do Serviço II, detalhamento do modelo de reestruturação e privatização do sistema Telebrás e de coordenação das atividades de planejamento técnico da Embratel e das 27 operadoras estaduais de telecomunicações do sistema Telebrás.

Atualmente o Sr. Antonio Carlos Valente da Silva ocupa o cargo do assessor especial do Ministro das Comunicações, com quem tive a oportunidade de manter um diálogo franco e aberto; colhi posições seguras sobre a importância da Anatel, sobre o papel econômico e social que essa agência deverá ter para o desenvolvimento do nosso País, sobretudo no que diz respeito a propiciar telecomunicações de boa qualidade ao povo brasileiro, em condições de competitividade com todas as empresas privadas que atuam no setor, inclusive empresas de caráter internacional e multinacional.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por todo o currículo do Sr. Antônio Carlos Valente da Silva, por todos os serviços que já prestou ao País, ele que tem 22 anos de dedicação às atividades do Ministério das Comunicações, no meu modo de ver, ele reúne todas as condições para honrar o cargo que lhe foi destinado pelo Presidente da República. Em função do seu currículo e das atividades já prestadas ao Ministério das Comunicações, pela competência e eficiência demonstradas ao longo do todo o tempo em que desempenhou cargos no referido Ministério, meu parecer é que tem condições de assumir o cargo de Conselheiro, designado pelo Presidente da República.

Com essas informações acho que a Comissão de Infra-Estrutura já está em condições de deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Muito Obrigado.

Conhecidos os relatórios apresentados pelos Srs. Relatores, informo que, além da leitura proferida por cada um dos Relatores, os relatórios estão distribuídos nas mesas dos Srs. Senadores para que tomem ciência.

Passaremos, portanto, à fase de exposição por parte dos indicados.

Concedo a palavra ao indicado à Presidência da Anatel o Dr. Renato Navarro Guerreiro.

O SR. RENATO NAVARRO GUERREIRO – Sr. Presidente da Comissão de Infra-Estrutura Senador Freitas Neto, Srs. Relatores Senadores dos Projetos que indicam os dirigentes da Anatel, demais Senadores, senhoras e senhores.

Minhas primeiras palavras são para manifestar meu profundo orgulho de estar nesta Casa, no Senado Federal do meu País, diante dos representantes do povo brasileiro, Senadores, para ser inquirido por esses Senadores, perguntado por esses Senadores, com o objetivo de aprovar ou não meu nome para presidir um órgão do meu País, do Governo Federal.

Quando menino, em Oriximiná, jamais passou pela minha cabeça que algo nessa dimensão pudesse acontecer em minha vida. Podem crer os senhores que a emoção me prende as palavras neste momento pelo que representa essa solenidade para mim, independente do resultado que possa ter.

Queria de imediato agradecer aos Srs. Senadores a possibilidade a mim oferecida de participar desta reunião. Quero agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Ministro Sérgio Motta a confiança que em mim foi depositada e em meus companheiros para dirigir a Anatel. Agradeço particularmente ao Senador Otoniel Machado as palavras de carinho, apoio, dedicação e reconhecimento, que muito me tocaram. Pouco tempo tivemos, mas foram profundamente tocantes as palavras colocadas por V. Exª no relatório.

Comandar ou participar do comando da Anatel, no meu País, neste momento, é, para um profissional de telecomunicações como fui e pretendo continuar sendo, uma realização inimaginável e fantástica. Dediquei minha vida toda ao trabalho.

ao trabalho profissional de telecomunicações. Durante todo esse período, realizando tarefas em vários lugares do País, particularmente em meu Estado, Natal, no Pará, tive a possibilidade de contribuir para uma primeira revolução que as telecomunicações proporcionaram ao País; revolução que temos que reconhecer propiciada pela Telebrás e suas empresas, com sua criação a partir de 1972.

Tivemos a oportunidade de interconectar este País com ligações telefônicas das mais simples possíveis, mas tivemos a possibilidade de sair de uma quantidade de telefones inferior a dois milhões e alcançar algo em torno de 17 milhões de telefones, num período relativamente curto, 20 anos. Transformamos a planta telefonia do País, obsoleta, desconectada, com dificuldades de comunicação não só dentro das cidades, mas entre elas.

Na décima planta do mundo, integrada com todos os cidadãos ou a grande maioria dos cidadãos tendo a possibilidade de se comunicar de um lugar a outro do País ou do mundo. Esse trabalho é para mim motivo de muito orgulho.

Também é gigantesca a emoção e o orgulho que tenho de poder ter a possibilidade de participar dessa nova revolução que se inicia nas comunicações do meu País. Com o programa de Governo do Presidente Fernando Henrique, com uma definição clara e política de uma nova dimensão, de um novo papel para o Estado Brasileiro e uma convocação ao empresariado privado, aos capitalistas para que participem desse desenvolvimento do País, especialmente nos segmentos de infra-estrutura, que estão apoiados ou suportados e fiscalizados por esta Comissão.

Estamos vivendo uma nova revolução, no Brasil, no setor de telecomunicações. Uma revolução que tem sido conduzida de forma absolutamente dedicada, denodada, com uma paixão e dedicação incrível pelo Ministro das Comunicações e pela equipe que com ele trabalha no Ministério e nas empresas do Sistema Telebrás.

Estamos realmente tendo o privilégio e, como sempre diz o Ministro Sérgio Motta, com o apoio do Congresso Nacional de transformar as telecomunicações no Brasil. O objetivo é permitir que o nosso País se insira no contexto das nações mais evoluídas e desenvolvidas do mundo com a nova sociedade que surge no contexto das nações.

Precisamos preparar o Brasil para a nova sociedade da informação. Esse é o papel que caberá à Anatel: fiscalizar, definir claramente os objetivos, definir as metas, as regras da convivência de mercado para que os empresários se sintam confortáveis, seguros e dispostos a trabalhar num ambiente de absoluta competição, sem nenhum tipo de privilégio; buscando, por imposições contratuais, oferecer à sociedade brasileira o maior número possível, a maior qualidade possível e o menor preço possível de serviços de telecomunicações. Sabemos que a tarefa é difícil, é uma tarefa árdua, mas todos, dessa equipe indicada para a Anatel, estamos imbuídos do espírito profissional, que norteou nossas vidas até hoje, para conquistarmos o sucesso na nossa gestão, visando a que nossos filhos possam ser beneficiados neste novo País, que, certamente, se engajará no processo de desenvolvimento do mundo, não como um vagão, mas como uma locomotiva, que é o papel que lhe cabe no contexto, no espaço econômico do mundo.

Talvez pudesse discorrer vários e vários minutos sobre o trabalho feito, no Ministério das Comunicações, com relação ao processo de reestruturação, mas queria apenas citar os cinco objetivos que orientaram toda a reestruturação do setor de telecomunicações nesse projeto conduzido no Governo do Presidente Fernando Henrique.

Primeiro objetivo: fortalecer o papel do Estado e eliminar o papel-empresário do Estado. Esse objetivo é conquistado com a criação da Anatel, que terá fortalecido o papel regulador e fiscalizador do Estado brasileiro e com a privatização das empresas federais de telecomunicações, privatização essa que, reconhecidamente, é fundamental para que o Brasil possa, mais celeremente, oferecer à sociedade todos os serviços que ela carece.

O segundo objetivo – aumentar e melhorar a oferta de serviços. É com esse objetivo que a Anatel regulará e fiscalizará os serviços de telecomunicações em todo o País.

Num ambiente competitivo que é uma das premissas, um dos princípios, um dos pilares da reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil, criar oportunidades atraentes de investimento e desenvolvimento tecnológico e industrial para que o setor privado brasileiro possa se engajar e se tornar cúmplice do Governo nesse processo. Não haverá desenvolvimento do setor de telecomunicações se o Governo constituir um órgão regulador, forte, independente mas se o empresariado não engajar, com cumplicidade, no resgate das deficiências de telecomunicações no nosso País. É fundamental que o empresariado privado se sinta seguro em investir num setor tão importante e fundamental como o de telecomunicações. Criar condições para que o desenvolvimento seja harmônico com as metas de desenvolvido social do Estado e, mais ainda, poder resgatar e contribuir, efetivamente, para o resgate das diferenças sociais e regionais do País. Nós temos possibilidade e telecomunicações é um alavancador do desenvolvimento e nós temos possibilidades, com regulamentações específicas, diferentes, – regulamentações que propiciam desafios aos empresários – de contribuir, significativamente, para a redução dos desequilíbrios regionais no País e este é um dos papéis que a Anatel pretende realizar e realizará pela imposição até da própria Lei Geral de Telecomunicações, aprovada pelo Legislativo.

Por último, maximizar o valor de venda das empresas federais de telecomunicações no seu processo de privatização. Nós, brasileiros, todos, construímos um conjunto de empresas muito importante para o País, um conjunto de empresas sólido, um conjunto de empresas profissional, um conjunto de empresas que sempre colocou o interesse do País acima de qualquer interesse mesquinho ou menor e essas empresas que, hoje, nós temos que transferir para a iniciativa privada, com o compromisso da iniciativa privada de resgatar as deficiências e os compromissos que não puderam ser resgatados nesse período de existência das empresas federais de telecomunicações e a Anatel estará atenta e conta com a participação efetiva dos empresários privados e eles poderão ter na Anatel um órgão que lhes dará toda a segurança. Não haverá mudanças de regra durante o jogo. As regras serão estabelecidas antes e todos poderão, com confiança e segurança, acreditar não só nas telecomunicações brasileiras mas acreditar nesse novo Brasil que nós, de certa forma, estamos contribuindo e participando na sua construção.

Eram essas as minhas palavras para os senhores e agradeço por este momento especial – muito especial – da minha vida.

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Francisco Tenório Perroni.

O SR. LUIZ FRANCISCO TENÓRIO PERRONI – Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, Sr. Senador Freitas Neto, Srs. Senadores-Relatores dos processos de indicação dos membros da Anatel, demais Srs. Senadores, senhores e senhoras presentes:

Com muita honra e orgulho, nós tivemos um nome indicado para Conselheiro da Anatel e esperamos poder retribuir a confiança depositada, com muita dedicação, transparência, imparcialidade e probidade.

Iniciando a visão que nós temos das telecomunicações, ela está totalmente alinhada com o espírito e a forma da lei geral e com as ações recentes e as ações planejadas pelo Ministério das Comunicações para as telecomunicações brasileiras.

Nenhuma sociedade pode prescindir de telecomunicações fartas, confiáveis, com custos básicos e disponibilidade rápida. Nenhum setor produtivo progredirá sem essa ferramenta essencial, principalmente agora onde a interdependência da informática e das telecomunicações é cada vez mais acentuada. O mundo, em geral, tem progredido exponencialmente nas telecomunicações. Alguns homens de visão – e eu gostaria de citar, aqui, por exemplo, Artur Clark que deve ser um homem profundamente gratificado.

Artur Clark, em 1945, escreveu um artigo onde ele tem as equações e as maneiras onde os satélites geoestacionários de telecomunicações poderiam funcionar,

...vivi quatro anos nos Estados Unidos como estudante e agora oito anos na Suíça, mas a minha escolha é o Brasil, porque não consigo ver a minha família mudar para outro país, consigo ver a minha família continuando aqui com as suas raízes.

A Anatel é para mim uma ocasião fabulosa de retornar ao meu país, porque tive uma experiência muito boa na Marinha, como oficial da Marinha, durante dois anos fui embarcado, fui oficial do corpo da armada, combatente da Marinha, e, a partir de 1967, o que significa 30 anos agora, tenho trabalhado como engenheiro, passei para o corpo de engenheiros da Marinha, depois saí da Marinha fui para a Embratel, tive uma experiência na Embratel, e fui um felizardo por ter tido também essa experiência no exterior.

Aprendi na Marinha a disciplina, aprendi na Marinha o rigor, as normas estabelecidas e é o que pretendo aplicar na Anatel, que é o ponto crítico, é ponto realmente de estabilidade de toda essa reforma de telecomunicações no Brasil, não só no Brasil mas em todo o mundo, o órgão regulador é o ponto crítico. O que eu prometo a mim mesmo fazer é cumprir todas as determinações, todas as leis aprovadas pelo Congresso Nacional e aplicá-las de maneira honesta, competente e dinâmica.

Apesar do meu afastamento físico do Brasil durante todo esse tempo, tenho acompanhado, à distância, a reforma das telecomunicações brasileiras. Naturalmente não estou a par de todos os detalhes de execução de toda essa magnífica reforma, de tal maneira que vou falar um pouco apenas para recordar aos senhores, sei que praticamente todos aqui entendem profundamente do assunto, do que está acontecendo no mundo nesta área, mas como é a área que tenho acompanhado, por força do meu trabalho na OIT, farei um pequeno resumo sobre o que está acontecendo em todo o mundo em termos de reforma de telecomunicações. Tenho visto de perto essas reformas, tenho projetos na África com 34 países, na Ásia com 11 países, na América Central, então tenho ido a todos esses países, fico mais viajando do que em Genebra de fato, então tenho acompanhado e visto de perto as conseqüências das reformas. Como disse, farei um pequeno resumo. Como todos sabemos essa tendência mundial de reformas das telecomunicações surgiu nos Estados Unidos, em 1963, com o pedido da MCI para fornecer serviço telefônico interurbano em regime de competição com a ATT, também conhecida como **System**(?). Esse processo arrastou-se até 1984, levando à desagregação da ATT com a criação de sete **holdings** regionais chamadas **baby belts**. Uma nova lei de telecomunicações foi aprovada no ano passado, nos Estados Unidos, abrindo todos os serviços à competição. A União Européia aprovou um programa que liberalizará o serviço de telefonia a partir de 1º de janeiro do próximo ano. Adotou um programa com bastantes precauções, com um período de transição de cerca de oito anos. Japão, Austrália e Nova Zelândia são outros exemplos de países que também passaram por reformas do setor de telecomunicações. O Japão saiu de um estado de regulamentação extremamente rígido para a liberalização e do monopólio para a competição. A Austrália adotou, à semelhança do modelo britânico, o (?). A Nova Zelândia adotou o modelo de livre mercado. A América Latina está seguindo a mesma tendência, tendo o Chile lançado o processo de abertura de seu mercado em 1988. O México privatizou a companhia estatal Teomex(?), em 1990, outorgando-lhe uma proteção de monopólio. A Venezuela privatizou o monopólio estatal CANTV(?), em 1991, e a Argentina privatizou a Entel em 1990, criando dois monopólios regionais – a Telefônica de Argentina e a Tele-

com Argentina. Os países africanos têm vulnerabilidades que nós todos conhecemos, estão também reformulando o setor de telecomunicações. O que se observa lá é que há uma grande tendência à criação de monopólios privados. A precariedade do setor de telecomunicações dos países africanos talvez não permita soluções diferentes ou seja difícil conseguilas. Tudo indica que os futuros sistemas de comunicação pessoal via satélite possam, de certa forma, contribuir para o desenvolvimento desses países, uma vez que a infra-estrutura terrestre de telecomunicações é praticamente inexistente.

Excelentíssimos Srs. Senadores, Srªs e Srs., agradeço a paciência com que me escutaram ao fazer esse resumo, principalmente àqueles que conhecem a fundo esses fatos que mencionei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Mário Leonel Neto, indicado para mandato de seis anos.

O SR. MÁRIO LEONEL NETO – Ilustre Senador Freitas Neto, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, ilustres Senadores, Srªs e Srs., foi com muita emoção e orgulho profissional que recebi a indicação do meu nome pelo Senhor Presidente da República para compor o Conselho Diretor da Anatel. Entendo que esse gesto representa o reconhecimento a uma vida profissional totalmente dedicada às telecomunicações do Brasil.

Nesta oportunidade, gostaria também de agradecer ao Senador José Roberto Arruda pelas palavras elogiosas e pela confiança em mim depositada.

Após a minha graduação, há cerca de vinte anos atrás, trabalhei seis anos na iniciativa privada no setor de telecomunicações. Em 1983, entrei na Embratel, onde me aperfeiçoei profissionalmente e muito aprendi sobre o setor de telecomunicações. Em 1994, fui convidado para compor a equipe do Ministério das Comunicações e, desde então, trabalho com afinco pela reestruturação do setor de telecomunicações no País.

Considero que, hoje, essa cerimônia represen um importante avanço no sentido de implementarmos as reformas necessárias no setor de telecomunicações do País. Eu, que acompanhei e participei de perto, nesses últimos três anos, da luta do Ministro Sérgio Motta e de sua equipe, sempre com o apoio desta Casa e do Congresso, vejo, com muita alegria, que estamos em vias de constituir, de fato, a Agência Nacional de Telecomunicações deste País.

Considero que o maior desafio da Anatel vai ser criar um ambiente que propicie a criação e a constituição de uma infra-estrutura nacional que dê suporte a que este País, o Brasil, se insira de maneira bem sucedida na era da informação e no século XXI.

Considero que a lei geral de telecomunicações propicia os instrumentos que possibilitam à Anatel trabalhar neste sentido. Acredito que vamos conseguir alcançar esse objetivo e, mais uma vez, agradeço a V. Exªs pela paciência em me ouvir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Antônio Carlos Valente da Silva.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALENTE DA SILVA – Ilustre Senador Freitas Neto, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Srs. Senadores Relatores, demais Senadores, Srªs e Srs., os últimos meses presenciaram uma alteração radical no cenário de telecomunicações no Brasil, desde a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 8, realizada em agosto de 1995, pelo Congresso Nacional, passando pela aprovação da Lei nº 9.295, conhecida como lei específica, que permitiu que os serviços móveis celulares passem a ser prestados em regime de competição, com as licitações que estão sendo realizadas para a Banda B – que os senhores e todo o País estão tendo a oportunidade de acompanhar. E, finalmente, pela aprovação, em julho deste ano, da Lei Geral de Telecomunicações, lei essa que vai permitir o estabelecimento de um novo modelo institucional para o setor de telecomunicações no Brasil.

Além desses grandes marcos, gostaria de ressaltar também a elaboração de um documento, ainda nos primeiros meses do ano de 1995, e que tive a grande honra de participar como integrante da equipe que elaborou esse trabalho, que foi o Paste. O Paste que, na realidade, é um plano diretor para o setor de telecomunicações, veio preencher uma enorme lacuna que existia em nosso País, não só pelo fato de que muitos desconhecem que o Sistema Brasileiro de Telecomunicações não é constituído apenas pelo Sistema Telebrás. Existem outras empresas como a Companhia Riograndense de Telecomunicações, que é uma grande empresa no Rio Grande do Sul, empresas que estão sob a propriedade de municípios, como é o caso do Município de Londrina, Sercontel, e o Município de Ribeirão Preto, a Sertep, como também temos uma empresa privada, a Companhia Telefônica do Brasil Central, que explora algumas regiões dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, que ficavam normalmente abandonadas quando se considerava as questões de telecomunicações no Brasil.

Ainda, recentemente, tive a oportunidade de ler um relatório internacional elaborado pela OIT, e os números do Brasil são normalmente associados à Telebrás, o que não é de todo verdadeiro, porque essas empresas são responsáveis por cerca de 10% no total de terminais, no atendimento que se faz no Brasil em termos de telecomunicações.

O Paste procurou encarar o Brasil como um todo, considerando o Brasil não só do Sistema Telebrás, mas o Brasil de todas as empresas que prestam serviços ao cidadão. Em segundo lugar, porque constituiu o primeiro documento que integrou outras atividades de telecomunicações não prestadas pelo Estado, como TV a cabo, serviço de **page**, de **trunking**, como outros serviços de valor adicionado, de forma que esses serviços começaram a se tornar claros para a população, para os empresários no sentido de que outras oportunidades de negócio existem, estão disponíveis, além daquelas mais conhecidas em termos de telecomunicações básicas.

O Paste, então, procurou definir algumas metas, mudar o conceito que temos de atendimento de telecomunicações em um determinado país, fazendo com que o setor de telecomunicações passe a ser, efetivamente, um propulsor do desenvolvimento. Sempre associamos a existência de telecomunicações à existência de uma demanda prévia e, em cima dessa demanda prévia, se faz a oferta do serviço de telecomunicações. O Paste teve o grande mérito de considerar que, se fizéssemos uma oferta adequada de telecomunicações, o desenvolvimento ocorreria como conseqüência. E isso aconteceu ao longo dos últimos anos.

Os números que o Sistema Telebrás e as empresas independentes oferecem não deixam margem de dúvida. Saímos de uma densidade telefônica de 8,4%, em 1994, e já, em 1996, alcançamos uma densidade de 10,4% telefone por cem habitantes, que é muito baixa, principalmente se comparada com os nossos parceiros do Mercosul, que tem a Argentina com cerca de 20% e Uruguai com cerca de 18% de densidade.

Isso significa dizer que temos um grande trabalho pela frente. É nesse contexto que a Anatel vai se incluir, e que temos que trabalhar fortemente para que todas as metas, que foram idealizadas pelo Paste, que são boas para o País, passem a constar dos contratos de concessão que serão assinados com os futuros provedores privados. E teremos que fazer mais do que isso, que é controlar o cumprimento dessas metas.

É bom que sei diga que, mesmo sendo o setor predominantemente explorado por empresas do Estado, jamais essas metas foram controladas por qualquer órgão. Se existia uma previsão de que alguma meta poderia ser alcançada, se ela não o fosse efetivamente, praticamente nada aconteceria. Agora, com a atuação da Anatel o que pretendemos realizar é um controle efetivo de todas as metas definidas nos contratos para que, efetivamente, a população possa ser atendida a contento e os contratos respeitados.

Por fim, gostaria de agradecer a indicação do meu nome pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a confiança depositada pelo Ministro Sérgio Motta e também pelas palavras elogiosas do Senador, Relator, Dr. Joel de Hollanda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Feita a exposição pelos membros indicados pelo Poder Executivo, vamos passar à fase de interpelação feita pelos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ AGRIPINO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de referir-me, inicialmente, a uma colocação feita pelo Dr. Renato Navarro Guerreiro, cujo nome é proposto para exercer as funções de Presidente da Anatel, que declarou que o Sistema de Telecomunicações visa corrigir, através de uma ação da Anatel, desequilíbrios inter-regionais, promover e se empenhar para que o empresariado privado invista no setor.

Uma outra colocação feita pelo Dr. José Leite Pereira Filho, que se referiu ao sistema de comunicação pessoal, via satélite. Se fizer hoje uma avaliação do sistema telefônico no Brasil, e aqui foi referido pelo Dr. Antônio Carlos Valete da Silva, sobre o nosso percentual de cobertura de telefones, 10,4% da população, atualmente, contra 18% da Argentina ou do Uruguai, temos muito a fazer no setor e, principalmente, em áreas como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, principalmente Norte e Centro-Oeste.

Tenho informações – gostaria de ver isso confirmado – de que os futuros sistemas de intercomunicação pessoal, via satélite, objetivam os países em desenvolvimento. Todos sabemos que o sistema de comunicação por telefone celular é caro. É muito usado pelas deficiências nos sistemas tradicionais. Penso que, no Brasil, hoje, numa cidade como Natal, a minha capital, a proporção de telefone celular é muito maior do que numa cidade congênere dos Estados Unidos, da França ou de países desenvolvi-

dos, porque é a busca da correção de uma deficiência. Mas, propõe-se que o sistema de comunicação pessoal, via satélite, em futuro próximo, venha a se voltar, até em termos de custos, para populações mais pobres, com menor poder aquisitivo, ou seja, o mercado objetivo são as nações em desenvolvimento.

Gostaria de saber qual é o pensamento da Anatel com relação à implantação desses sistemas futuros? E uma outra coisa que me preocupa: há alguns sistemas que são teoricamente gratuitos ou muito das vezes gratuitos, como o sistema marítimo móvel, que entregue à iniciativa privada, essa vai querer ganhar dinheiro, vai ter o objetivo de lucro. Como é que fica também o serviço marítimo móvel? São preocupações que coloco e gostaria de ouvir a manifestação da Anatel, não sei especificamente através de quem. Em primeiro lugar, a questão da telefonia celular de ponto fixo a ser desenvolvida, num futuro próximo, para regiões como o Norte e o Centro-Oeste, e serviços emergenciais gratuitos que já existem e não sabemos como vão ficar? Essas são as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Dr. Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Senador, essas questões colocadas por V. Exª são da mais alta importância e relevância neste processo de reestruturação das telecomunicações.

Com relação à colocação feita por mim no sentido de desequilíbrios regionais, entendemos que telecomunicações é um instrumento importante para participar, contribuir com a correção desses desequilíbrios; mas, é evidente que outros fatores, outras infra-estruturas e outro tipo de ação governamental e empresarial deverá acontecer na região.

Existe um trabalho feito por consultores internacionais que demonstram que há três exigências para que se invista em determinado país ou em determinada região. A primeira exigência é uma estabilidade...

Então, ao se regulamentar, por tecnologia, estaremos fadados a nos envolver num emaranhado de reformulação de normas sem fim, e não estaríamos efetivamente, contribuindo.

Então, a prestação de serviço de Telecomunicações, se pautará a regulamentação pelo atendimento das necessidades do usuário independentemente, da técnica que ele possa utilizar ou que possa ser utilizada para isso. Então, teremos Serviços Públicos de Telecomunicações entendidos como serviços fixos, como dispõe a lei, serão todos os serviços que estarão atendendo a uma determinada residência, a um determinado cidadão, a uma determinada escola ou hospital, com a disponibilidade de meios para acesso da rede pública de Telecomunicações.

A tarifa que será atribuída a este serviço, independente da técnica que venha a ser usada, será a mesma tarifa se ele estiver conectado por fio, por satélite ou por um meio celular, por exemplo. Então, as obrigações de serviço de atendimento da sociedade, elas terão que ser resgatadas pelos operadores, independente das técnicas que eles utilizem para resgatar esses compromissos.

Não estaremos preocupados com, qual a técnica que será adotada. Cabe a ele a responsabilidade de atender e quando o serviço público em condições previamente definidas pela Agência, inclusive com relação aos custos. O serviço móvel, via satélite, evidentemente, ele tem um outro tipo de mercado que são viajantes internacionais que se utilizarão também fartamente dos serviços, onde haverá outro tipo de tarifação a ser adotado.

Quanto ao serviço móvel marítimo, temos consciência de que há determinados segmentos ou determinadas aplicações do serviço móvel marítimo, que são aplicações absolutamente necessárias para a segurança marítima. E essas aplicações serão preservadas e observadas pela Anatel. Mas, o próprio Sistema que oferece o Serviço Móvel Marítimo como segurança na navegação marítima, ele pode ser usado para outros serviços que não esses de segurança.

A esses serviços não há por que, se impor tarifas especiais. As comunicações que não sejam as comunicações essenciais para o cidadão, serão alocadas, em tese, em princípio, pela Agência, com a liberdade de mercado. Porque poderá haver outros provedores de serviços, mesmo móvel marítimo, em que haja esse regime de competição. Isso, então, será decidido poder essa competição.

As aplicações específicas de segurança, não só, através dos Sistemas Costeiros Nacionais, como através dos satélites do qual o Brasil faz parte, do Consórcio que é o Inasat serão preservados e acompanhados pela Agência, dentro dos níveis de tarifas adequados para a caracterização desses serviços.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. José Leite Pereira Filho, para completar a resposta ao Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. gostaria de complementar a resposta do Dr. Guerreiro, quanto ao Sistema Celular Via Satélite, gostaria de comentar o que pude

observar, primeiro, a nível internacional que é o que está havendo e os estudos que estão sendo feitos. A OIT no ano passado organizou um Fórum Internacional, cujo tema foi, exatamente, este. Esse fórum teve, pelo menos, dois resultados interessantes: um foi a criação de um **memorandum** de entendimento que atualmente tem cerca de 70 signatários, onde os signatários vão discutir as condições de uso desse Sistema.

A primeira exigência é uma estabilidade política do país, a segunda exigência é uma estabilidade econômica do país, e a terceira exigência são meios de telecomunicações adequados para o desenvolvimento da atividade econômica. Então, temos a consciência de que Telecomunicações é um elemento importante para contribuir, mas sozinha, dificilmente, corrigirá os desequilíbrios regionais. Estaremos fazendo com que através de obrigações, de imposições de resgates, a metas de universalização, os operadores possam colocar cada vez mais facilidades, para que se corrijam os desequilíbrios hoje existentes no campo das telecomunicações.

Os satélites de baixa órbita, certamente, se constituirão numa infra-estrutura importante para contribuir nisso.

É consenso hoje no mundo, que a regulamentação de serviços de Telecomunicações não deve se pautar pela tecnologia; deve-se pautar pelo usuário, pelo benefício que causa ao usuário, até por que, a velocidade de absorvência da tecnologia é gigantesca. Então, ao se regulamentar por tecnologia estaremos fadados às condições de uso desse Sistema. Porque, realmente, para que esse Sistema funcione, é necessário que haja facilidade de transbordo de terminais de um País para o outro, sem problemas de Alfândega; que haja facilidade de aprovação técnica dos terminais e outros detalhes desse tipo. Mas eles são sistemas globais. Então, vamos andar com os terminais no mundo inteiro. Este **memorandum** de entendimento, está sendo Secretariado pela UT e é um Fórum bastante adequado para se discutir isso, e se ter o máximo de informação para se tomar decisões e posições.

O Sistema de Celulares por satélites, tem um dado interessante: realmente, do ponto de vista técnico, eles são para complementar o Sistema Terrestre. Porque, o que acontece, é que, dificilmente, o Sistema Celular por Satélite, os que estão sendo propostos, terão condições econômicas e de capacidade de tráfico para concorrerem com o Celular Terrestre.

Só para dar o número, o Sistema de Celular Terrestre tem a capacidade de 10 comunicações simultâneas, permanentes por quilômetro quadrado e por **megahertz** . Ao passo que, os celulares por satélite, em média, os que estão sendo propostos, aí, os chamados **banda straight**, em média é um milhão de vezes inferior a isso, o que significa, que são sistemas para complementar, para atender a áreas de muito pouca densidade populacional. É claro, um País em que a infra-estrutura terrestre é precária como países da África, países menos desenvolvidos, esses sistemas numa primeira fase, até que haja um desenvolvimento, vai, é lógico, efetivamente, substituir o Sistema Terrestre.

Quanto ao Sistema Marítimo, tenho acompanhado de perto, o que tem acontecido no mundo. O que existe, aqui, é uma obrigação do Brasil e dos países em geral, que é a conversão de salvaguarda a vida humana, no mar, que aprovou o Sistema chamado Sistema Mundial de Socorro e Segurança Marítima que terá que ser implementado a partir de 1º de fevereiro de 1999.

Esse sistema é para emergência, para o caso de socorro dos navios, e o País terá que implementar – quem vai implementar isso? A Embratel que é hoje encarregada disso? Ou isso será transferido para um órgão do Governo, ou outra solução? No mundo tenho visto, 3 soluções que estão dando: uma, é uma solução tipo australiana, onde o governo faz um contrato de prestação de serviço, com no caso a Telestra que é uma das empresas, um contrato muito bom, e que com isso a Telestra aprovou esse serviço de Sistema Mundial de Socorro e Socorro e Segurança Marítima.

Outra solução que tenho visto, é o aso, por exemplo, da Bélgica, a Bélgica, simplesmente, transferiu o Serviço Marítimo que era da Belcom, após a privatização da BELCOM transferiu para o Governo. A marinha belga assumiu esse serviço. E tem a solução americana, canadense onde a parte de segurança marítima está com a guarda costeira do governo e a correspondência pública fica com a iniciativa privada.

Então, estas são as soluções que existem atualmente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Lembro aos Srs. Senadores, que o tempo de 4 minutos, destinados aos depoimentos, assegurado igual tempo para as respostas, os Srs. estão sendo sabatinados.

O Senador tem mais 2 minutos para contraditar, assegurado igual tempo para a réplica. O segun-

do inscrito é o Senador Gerson Camata a quem passo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, até para acelerar, vou fazer três perguntas numa só intervenção, e não tenho a intenção de fazer réplica.

A primeira colocação que faço, é que este teatro aqui, hoje, ele significa muito para o futuro do Brasil. Dr. José Leite, Dr. Mário, Dr. Perrone, Dr. Guerreiro, Dr. Antonio Carlos, na verdade, eles estão participando também de uma terceira etapa, na história das Comunicações no Brasil.

A primeira, foi quando Dom Pedro II amigo pessoal de Graham Bell instalou a primeira linha telefônica urbana do mundo, que foi a do Rio de Janeiro. Depois, quando os militares da Escola de Formação do Exército resolveram tirar o Brasil da segregação de comunicação que ele estava e aí surgiram nomes como General Alencastro, Euclides Pontes de Oliveira e tantos outros que formaram toda essa geração que está aqui hoje indo para Anatel. Agora a privatização, essa nova etapa, essa explosão que vai haver nas comunicações do País.

Agora, algumas preocupações que vou colocar. Na futura privatização da Banda "A" e também na Banda "B" se observa uma tendência, que é histórica no Brasil, de se criar dois níveis de unidades federadas, os Estados centrais e os Estados periféricos. Por exemplo, o Espírito Santo vai ficar ligado ao Rio de Janeiro, vai ficar periférico ao Rio de Janeiro; alguns outros Estado ficarão ligados a Minas, periféricos a Minas; outros periféricos a Pernambuco.

Essa tendência que sempre houve vai cada vez tornando o Estado periférico mais periférico e o Estado colonizador menos periférico.

A minha preocupação é que nessa hora esses Estados vão perder poder, vão perder tecnologia, vão perder arrecadação. Tiro pelo Espírito Santo, aonde o Dr. Antônio Carlos é Presidente do nosso Conselho, a Telest – que é a empresa telefônica do Espírito Santo –, o faturamento dela é quase o total da arrecadação que o Governo do Estado tem de impostos locais.

A partir do momento que ela passa a pertencer a uma empresa do Rio de Janeiro ela vai ser, exatamente, um sugador, uma centrífuga que vai tirando capitais do Espírito Santo e levando para o Rio de Janeiro.

Acredito que o ideal seria que cada Estado fosse uma empresa e privatizado uma empresa. Porque aí, até num Estado como o Espírito Santo, cuja economia e cujo número de terminais não é tão grande quanto o Rio de Janeiro, haveria chance de empresas locais participarem e depois o sistema ir crescendo com investimento de empresas locais, sem que houvesse essa drenagem de capitais para fora do Espírito Santo.

A outra pergunta, exatamente, que faço é que acho que futuramente, nos primeiros anos inclusive, a Anatel e o Congresso vão ter que ter muito contato, porque muita coisa nova está surgindo e ainda muita coisa tem que ser regulamentada. Essas novas tecnologias, por exemplo, de celulares fixos, que estão no extremo oriente, na Ásia e que não chegaram no Brasil e que permitiria, com uma rapidez enorme, instalar-se uma enorme quantidade de capitais nas áreas ainda que não estão ocupadas. Se bem que acho que a partir da privatização essa diferença existente começa a ser suprida rapidamente.

Outra pergunta que faria ao Dr. Guerreiro ou talvez ao Dr. Ferrone, tivemos há pouco tempo dias aqui a visita de uma comissão de Senadores alemães. Há uma enorme preocupação na Europa, porque toda regulamentação brasileira foi feita em cima da tecnologia norte-americana. Quer dizer, os americanos ganharam uma enorme reserva de mercado, no maior país da América do Sul, que tem maior condição de crescimento.

Os europeus acham que o sistema GSI(?) ou aquele outro sistema DME(?) deles, poderia muito bem também ser adaptado e usado no Brasil e não se deixar um enorme mercado reservado para os europeus.

A outra preocupação que tenho, talvez uma preocupação que os Srs. também têm, essas transmissões via satélite. Agora um satélite americano fica aqui em cima e nos joga aqui 40, 50 canais de televisão. Não temos condições de cobrar nenhum tributo disso. Quando isso tributado poderia muito bem fazer um fundo para atender, exatamente, as pequenas comunidade que não dispõem nem de telefone, enquanto que as outras dispõem desses sofisticados meios de comunicação.

A outra preocupação também, que é uma preocupação talvez com a ecologia, mas que vai bater na Anatel. Vamos ter a partir desse ano 10 milhões de baterias venenosas sendo jogadas no lixo; são as baterias dos celulares que vão se deteriorando.

O Brasil ainda não tem um sistema de recolhimento e reciclagem. Serão milhões de toneladas de veneno, dependendo de como isso foi jogado no lixo, que vão para os lençóis freáticos e vão provocar um processo, ao longo do tempo, de poluição muito severa dos nossos mananciais de água em todo o País.

Então a criação imediata de um sistema de controle de recolhimento desse lixo, de sua reciclagem, acho também que seria muito importante.

São essas as preocupações que coloco para o Dr. Guerreiro e para os demais membros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Guerreiro.

Compromissos que precisam ser resgatados. A Anatel, como disse o Dr. Valente, imporá essas metas em contratos que serão auditados, fiscalizados e a não-realização dessas metas, o não-resgate dessas metas imporá multas elevadíssimas às empresas, em função do monopólio que exercerão nesse serviço.

A regulamentação americana que adotamos representa uma tendência mundial. Sob o ponto de vista do plano de freqüência da OIT, o mundo é dividido em regiões. Temos regiões que adotam determinados planos de freqüência que não são adotados por outras regiões. Temos a nossa região, a região 2, a região Américas, que tem que obedecer um determinado padrão de planos de freqüência, que é diferente do padrão europeu. A normalização dos serviços obedece a esse padrão, no entanto nada impede que, em determinada circunstância, um determinado país – e isso pode ser feito pelo Brasil – acate uma recomendação e possa estender a aplicação de determinado serviço a outro espaço do espectro que não esteja destinado previamente àquele serviço. Não há imposição alguma. Há a responsabilidade de se fazer aquilo.

Por outro lado, temos a obrigação de tornar o sistema brasileiro o mais econômico possível para o usuário. Temos, então, que adotar determinadas tecnologias, não podendo abrir espaço para todas as tecnologias possíveis do mundo, porque não há ainda no Brasil, não obstante a elevada população, um mercado efetivo de telecomunicações tão grande que permita-nos dispor de inúmeras tecnologias. Temos que fazer determinadas seleções e trabalhar em um mercado livre, mas dentro de um elenco de tecnologias mais compatíveis com a planta que adotamos. Como, em 1989, adotamos um padrão analógico para a telefonia celular, decidimos adotar padrões digitais compatíveis com o analógico, para que não abríssemos mão da planta que estava instalada. Não tínhamos condições de fazer isso, mas se estuda a possibilidade, após a devida regulamentação, em sendo possível, de adotar a tecnologia do sistema europeu, que é o GSM, na faixa de freqüência compatível. Nada é impossível nesse setor, na medida em que destinemos a faixa de freqüência com essa possibilidade hoje.

Programação de satélites. O serviço de radiodifusão é realmente um serviço de difusão de mídia. É talvez o serviço mais complexo no campo de telecomunicações. Não é complexo técnica ou tecnologicamente, mas complexo pelo poder que está envolvido na mensagem que é transmitida à sociedade. Todos sabemos do poder das rádios na época da Segunda Guerra, quer dizer, não só a radiodifusão convencional, mas também as ondas médias, a freqüência modulada, a televisão, enfim, todos os serviços de comunicação de massa são fundamentais para o desenvolvimento democrático de qualquer povo. É por isso que entendemos que há necessidade no Brasil de uma nova lei de radiodifusão, talvez até mais do que uma nova lei de radiodifusão, uma nova lei de comunicação de massa. O objetivo de tal lei não seria regular a tecnologia, porque, como falei há pouco, não há possibilidade disso, mas regular conteúdo, regular responsabilidades, promover o desenvolvimento das culturas regionais que, hoje, na maioria dos casos, são esquecidas por uma padronização, uma uniformização de comportamento, em função da sistemática das redes adotadas no Brasil. Essa é uma preocupação para as redes terrestres e para as redes via satélite e, certamente, a lei geral de radiodifusão, que o Congresso estará apreciando no próximo ano, a ser encaminhada no primeiro semestre, contemplará muito dessa sua preocupação sobre o programa não só nacionais, como também estrangeiros.

Por último, o fundo. Há previsão na nossa lei de criarmos um fundo para estender a universalização além das obrigações contratuais dos operadores. O fundo de universalização, estabelecido na lei geral, terá uma mensagem enviada ao Congresso no próximo mês que contemplará a participação dos operadores, quaisquer que sejam eles, na composição de um fundo que permitirá que a Anatel, na análise de projeto, induza uma universalização ainda mais rápida e com compromissos além dos já existentes nos contratos. O fundo se destinará a isso. Não se destinará ao resgate dos compromissos e das metas já constantes dos contratos. Destinar-se-á a uma extensão daquelas obrigações para atendimento das antecipações, por exemplo, de atendimento não constantes no contrato. A lei reguladora desse fundo está sendo concebida dentro do prazo estabelecido na lei geral.

Quanto às baterias, temos que analisar se será competência da Anatel regular ou não...

gravação com defeito

... quanto às baterias temos que analisar... me parece que talvez... essa responsabilidade... precisa ser de uma forma organizada...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao nobre Senador Otoniel Machado.

O SR. OTONIEL MACHADO – ... diante dessa pergunta... aparecimento de uma série de novas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Senador, refiro-me inicialmente à primeira parte da sua pergunta, às duas primeiras questões com relação ao Cade, à agência e ao TCU.

Na realidade, a própria lei geral, a Lei nº 9.472, já dispõe o espaço destinado à Agência Nacional de Telecomunicações e ao Cade. É evidente que a Agência terá uma responsabilidade muito grande, pois uma das obrigações do Executivo que será exercida pela agência do poder concedente, é evitar abuso de poder econômico, o que significa evitar monopólios, oligopólios, cartéis, enfim, qualquer tipo de ação que vá de encontro, que colida com os interesses de uma competição justa e saudável para a sociedade.

À Anatel caberá instruir o processo de abuso de poder econômico, levantar todas as informações, colocar todas as evidências ou não de eventual abuso do poder econômico por parte de qualquer operador e submeter isso ao Cade, a quem caberá julgar os processos de abuso do poder econômico, como dispõe a lei brasileira.

Com relação ao TCU, esse órgão continuará exercendo seu papel, entendo que talvez com relação às empresas de telecomunicações V. Exª esteja perguntando, em todas as empresas nas quais a União detenha algum tipo de participação, como é de sua obrigação, assim como atuará na fiscalização da Agência, de acordo com a própria legislação brasileira, que impõe que qualquer órgão do Executivo esteja sujeito à fiscalização do TCU.

É, então, mais ou menos dentro desse contexto que a Agência, o Cade e o TCU atuarão.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. ...

O SR. SENADOR – Muito obrigado.

O conceito da interconexão de redes é dos mais importantes para o bom funcionamento das telecomunicações em geral e a lei geral de telecomunicações obriga a interconexão das redes prestadas em regime público e também a interconexão das redes de interesse coletivo. Essa interconexão de rede compreende três conceitos: um conceito legal, um conceito comercial e um conceito tecnológico.

Do ponto de vista tecnológico, é importante que alguém que esteja conectado a certo serviço de telecomunicações possa atingir todos os outros usuários do mesmo tipo de serviço, para que o desenvolvimento da sociedade, para que a troca de informações possa ocorrer de maneira harmônica. Existem, contudo, redes privadas. Um certo banco, por exemplo, pode ter uma rede privada, onde não precise ou exija uma conexão com outras redes. É importante que a agência obrigue que todos os serviços públicos e todos os serviços de interesse coletivo sejam interconectados, e vamos usar todas as nossas ferramentas para que isso ocorra, para que o usuário tenha condições de se conectarem com quem precisa, no momento que precisar.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Guerreiro, que quer fazer mais um esclarecimento a respeito da pergunta feita pelo Senador Otoniel Machado.

O SR. RENATO GUERREIRO – Na realidade, Senador, esqueci de comentar uma segunda questão que V. Exª colocou referente ao papel da Anatel com relação às tarifas.

O princípio de toda lei geral é de competição e livre iniciativa. Toda lei está concebida no sentido de que os serviços serão prestados desta forma, cabendo ao Executivo, exceto naquilo que já dispõe a lei, que é o serviço público comutado de telefonia fixa, estabelecer outros serviços que venham a ser explorados no regime público. Então, só há razão de se falar em tarifa quando o serviço é explorado em regime público. A obtenção de licença para se explorar um determinado serviço no regime público será objeto de um processo licitatório, quando houver uma nova licença a ser concedida, no mais, serão decorrentes das atuais operadoras que terão seus contratos de concessão estabelecidos com as tarifas vigentes. A atuação da Anatel será no sentido de limitar os valores aplicados à tarifa, estimulando a redução de valores pelos operadores. Todos os valores serão fixados quando tarifas como valores máximos, admitindo a redução da tarifa desde que ela não seja discriminatória. A redução de tarifa pode acontecer desde que seja de conhecimento público, todo operador poderá dar desconto a qualquer usuário, desde que este desconto seja publicamente conhecido por todos os usuários para que possa se beneficiar dele. E as eventuais revisões de tarifa terão que contar com uma redução de atualização even-

tual de preço obtido pela produtividade alcançada pela empresa. Então, o objetivo é fixar tarifas máximas, para permitir a redução e, no processo de competição, essas tarifas possam vir a ser reduzidas, jamais admitir elevação de tarifas, revistas sempre considerando um ganho de produtividade que será implícito no contrato das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O próximo Senador inscrito é o Senador Hugo Napoleão, a quem concedo a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. candidatos a Anatel, serei profundamente sucinto, tenho duas perguntas a fazer, até em razão do adiantado da hora. Primeiro, para o Dr. Perroni, vai muito na linha do que o Senador Gerson Camata acaba de definir, com relação ao art. 187 da Lei, em função exatamente do programa de reformulação das empresas do sistema Telebrás. Penso que a Comissão se satisfez com as informações que o Dr. Guerreiro passou a respeito das intenções dos objetivos dos resguardos e acautelamentos. Mas eu queria aprofundar um pouquinho mais ouvindo a sua opinião sobre a questão relativa à Embratel, que, afinal, é, hoje, gestora desse programa altamente bem sucedido, do Programa Brasilsat. Dentro do contexto de reformulação, qual seria a ótica com relação mais especificamente, agora, da Embratel.

E a segunda e última pergunta ao Dr. Antônio Carlos Valente da Silva: que novas tecnologias estariam sendo utilizadas, hoje, para aumentar a densidade telefônica a que fez referência no curso de sua exposição e quais os benefícios que, eventualmente, o usuário que é aquele, afinal de contas, em função do qual o sistema existe, pode contar?

Então, seriam estas duas, Sr. Presidente, e me darei por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Dr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Bom, Senador, com relação à Embratel. A Embratel atua, hoje, num mercado que é extremamente atraente para novos **players**, novos jogadores, novos investidores. Então, a nossa expectativa é de que, não só a Embratel possa ser privatizada de uma forma extremamente favorável e benéfica à sociedade. Essas novas constelações de satélites que estão surgindo a (?), Globosat (?) e tantos outros permitirão que o atendimento de regiões remotas da Amazônia, regiões onde é extremamente difícil e economicamente inviável realizar o atendimento, seja possível, permitirão que esse atendimento se dê.

São essas as grandes vertentes tecnológicas que estão acontecendo e seguramente o Brasil vai tirar proveito de todas as três. A Anatel vai procurar regulamentar não só serviços, como também freqüências, quando cabível, para que essas facilidades tecnológicas estejam à disposição do mercado brasileiro o mais rápido possível e com a maior transparência possível.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – O próximo inscrito é o Senador José Ignácio, a quem passo a palavra.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores candidatos ao conselho diretor da Anatel, na verdade eu estou muito à vontade porque ao longo de todo esse processo – primeiro veio a emenda constitucional, depois veio a lei mínima, depois veio a lei geral – tive oportunidade de percorrer este País e fazer palestras – em vários momentos com o Dr. Renato Guerreiro – a respeito sobretudo da Lei Geral de Telecomunicações, que reputo ser seguramente uma das leis mais completas não só do País, no setor, seguramente é, mas no mundo. Eu não tenho dúvidas de dizer que é uma lei que oferece todas as condições para que os integrantes do conselho diretor, para que a Agência Nacional de Telecomunicações possa desempenhar esse mister que é muito importante. Em Direito Administrativo temos um diferença muito clara entre ato discricionário e ato arbitrário. O ato discricionário é aquele que tem uma borda de legalidade, que é um círculo de legalidade dentro do qual a autoridade exerce a sua função. Ela não pode saltar além desse círculo. Um exemplo muito típico que nós temos é o do chefe do Executivo que nomeia um juiz em lista tríplice. Ele não pode escolher um quarto nome. O arbítrio seria a ultrapassagem desse círculo discricionário. O ato administrativo é sempre praticado dentro desse círculo.

O que nós fizemos na área de telecomunicações foi através da lei geral abrir um espaço de discricionariedade imenso para que a Anatel pudesse desempenhar o seu mister, inclusive com relação a coisas que não podemos visualizar hoje. Essa lei realmente além de ser completa em questões várias – aí se falou há pouco em interconexão –, também abriu espaços para que situações novas possam ser enfrentadas e até situações hoje não visualizadas por nós. Evidentemente estamos criando esse estado regulador. É a opção que nós temos para fazer este País viver a modernidade, para fazer este País viver o seu momento alto dentro da sociedade da informa-

ção, do conhecimento, da sociedade pós-moderna, pós-industrial.

Seguramente, há problemas que eu queria colocar, talvez personalizando na figura do Dr. Renato Guerreiro, para todos, mas estou pressionado pelo adiantado da hora. Vou colocá-los, mas me sinto muito à vontade para felicitar – faço isso com muita isenção – os elaboradores do projeto, reiterar aquilo que tenho colocado em outras ocasiões; ou seja, eles conseguiram que a estrutura contemple todos os grandes temas necessários à regulação do serviço de telecomunicações. Abriram ainda espaços para a Anatel se exercitar caso haja situações não previstas claramente.

Felicito o Ministro, felicito sua equipe e tenho feito isso em várias ocasiões. Estou muito à vontade e absolutamente isento para dizer essas coisas e para distinguir o Ministro que realiza a maior obra de reformatação do Estado brasileiro no seu setor. Seguramente é o Ministro – tenho dito isso em ocasiões anteriores – mais social-democrata e talvez o melhor Ministro deste Governo. Estou muito à vontade para distinguir o Ministro que realiza essa obra de reformatação do País do Ministro político, que toma posições políticas, como tomou em meu Estado e com as quais eu nem sempre estou de acordo.

Portanto, eu estou me colocando muito à vontade porque o assunto tem uma superioridade e uma grandeza imensa.

Eu queria perguntar ao Dr. Renato Guerreiro com relação aos problemas de remuneração da agência. Isso me preocupa muito, ou seja, problemas de remuneração dos membros do conselho diretor e os problemas da ausência de uma cultura regulatória pelas razões que todos nós conhecemos no País. Quer dizer, nós estamos criando um Estado regulador, fiscalizador e vamos naturalmente mergulhar no desconhecido. Nós não temos essa cultura regulatória. Em vários momentos o próprio Ministro Sérgio Motta enfatizou isso. Portanto, nós poderíamos ceder à tentação de não fazer nada diante do desconhecido. Quer dizer, o exercitamento desse poder de regulação e fiscalização para quem não o exerceu rigorosamente porque estava exercendo-o contra si mesmo em momentos anteriores.

Eu me preocupo com a falta de cultura regulatória e com as dificuldades de remuneração. Sou testemunha do esforço – este é um aspecto altamente ressaltável nesta hora – que o próprio Ministro Sérgio Motta fez para encontrar um ente constitucionalmente possível que não fosse só essa autarquia especial. Quer dizer, tentou efetivamente fazer com que nós tivéssemos um ente com desenvoltura absoluta, além até daquilo que se confere à Anatel. Isso não foi possível pelos obstáculos constitucionais. Mas há coisas que vão permitir essa desenvoltura, essa ação do conselho diretor e da Anatel a partir inclusive de detalhes simples, que são notavelmente singulares e inusitados no País – a criação da biblioteca, com aquele seu perfil, permitindo transparência. Eu ando até imitando isso em alguns projetos de lei que propus porque acho que aquilo foi uma criação genial.

Termino colocando essas ponderações para todos, mas principalmente para o Dr. Renato Guerreiro, para ouvi-lo a respeito. Há também uma preocupação que me angustia muito, Dr. Renato Guerreiro. Perquirindo a história do Sistema Telebrás, V. S sabe que quando esse sistema começou a se concentrar e a criar a formatação que tem hoje e que está prestes a se desmanchar, o que ocorreu? Tivemos dificuldades de quadros. Essa é uma terceira e última colocação que faço; ou seja, o que estamos fazendo para a geração de quadros que possam enfrentar essa realidade nova e explosiva no sistema de telecomunicações? Há toda uma competição ampla, aberta e um fluxo imenso de novos serviços, de novas exigências de quadros. Seus quadros estão envelhecendo, estão desidratando e mesmo os quadros novos que nós temos, formados nas escolas, imagino que sejam poucos. Estou vendo o começo desse exemplo no Rio Grande do Sul.

Eram essas as três colocações que queria fazer: a questão da remuneração dos senhores, a questão da ausência de cultura regulatória e a questão dos quadros.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Sr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Bom, Senador, em primeiro lugar eu queria agradecer e fazer minhas as suas palavras pelo reconhecimento do trabalho que realmente o Ministro Sérgio Motta vem realizando. É um trabalho realmente hercúleo. Temos acompanhado e temos estudado as reestruturações dos setores de telecomunicações nos diversos países do mundo e não se logrou fazer em qualquer um deles uma reestruturação de um setor tão complexo como o de telecomunicações numa velocidade tão grande mas com uma segurança também tão grande quanto temos feito no Brasil. Até hoje em todos os procedimentos, em todos os atos do Ministério das Comunicações não há nenhum senão, não há qualquer acusação de qualquer tipo de veleidade, qualquer tipo de comportamento antiético ou até aé-

tico por qualquer profissional daquele Ministério. Erros, certamente os cometemos, mas os que cometemos até hoje não foram de monta a ponto de prejudicar o projeto.

Fizemos isso porque, já entrando na resposta de uma das suas questões, reconhecemos a nossa humildade; reconhecemos que não temos toda a competência do mundo para fazer um projeto de tamanha envergadura. Fomos humildes, sabíamos que não tínhamos essa competência e contratamos para trabalhar conosco profissionais, empresas de consultoria que nos ajudaram a aglutinar e selecionar de todas as experiências havidas no mundo as melhores para que adotássemos no Brasil. Esse espírito de humildade em reconhecer essa falta de competência suficiente para tocar um projeto dessa magnitude foi que permitiu que ampliássemos de forma gigantesca a capacidade técnica do ministério e conquistássemos esse resultado em tão curto prazo. E isso incorporamos na lei e o Congresso Nacional – primeiro a Câmara, depois o Senado – reconheceu a importância. É nosso espírito que não teremos a capacidade, em termos quantitativos, para realizar todas as missões de regulamentação, de atualização tecnológica da Anatel, daí por que a lei prevê a possibilidade de terceirização, de contratação de consultores, de especialistas, para que possamos internalizar no País, com a maior velocidade possível, as experiências que estão sendo vividas em outros países. Não que se repasse para esses consultores ou profissionais o poder de regular. Absolutamente. Tal poder foi dado por lei à Anatel e por ela será exercido. Apenas esses consultores trarão com maior velocidade os subsídios das experiências internacionais para que possamos, com maior agilidade, responder às necessidades. Então, essa cultura regulatória pretendemos compartilhar com os demais países do mundo, inclusive órgãos reguladores do mundo, que já atravessaram uma situação como estamos iniciando agora.

Com relação aos quadros, a nossa expectativa – e temos conversado com várias entidades que atuam no setor de telecomunicações na área de capacitação de recursos humanos e há um envolvimento do próprio Ministério da Educação, preocupado com a necessidade de colocar no mercado um volume de profissionais muito maior. Porque ao contrário do que dizem pessoas contrárias a esse processo de reestruturação, não haverá desemprego no setor de telecomunicações no Brasil. Ao contrário, haverá um volume muito grande de empregos, uma redistribuição dos empregos existentes hoje nas empresas federais com empresas privadas, mas certamente o volume de emprego muito grande acontecerá, e já está acontecendo, só com a telefonia celular, a banda B.

Por último, a remuneração dos membros do conselho. O conselho, como autarquia especial, e seus dirigentes estão sujeitos ao Regime Jurídico Único e a remuneração que nos cabe perceber pela atividade que vamos exercer é a remuneração estabelecida pelo Executivo, baseado na legislação existente e no Regime Jurídico Único. Então, não há possibilidade de se fazer algo diferente do que o Regime Jurídico Único estabelece.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Coutinho Jorge, próximo inscrito.

O SR. COUTINHO JORGE – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma série de questionamentos aqui apresentados pelos Senadores já foram muito bem respondidos pelos componentes da Mesa. Mas eu gostaria, de uma forma bastante sucinta, fazer alguns comentários, aproveitando alguns comentários feitos pelo Dr. Renato Guerreiro.

Não temos qualquer dúvida de que o nosso século presencia – já que se falou em revolução – uma grande revolução tecnológica sobretudo em três grandes setores: telecomunicações, transporte e informática e são esses três setores, interdependentes, que estão viabilizando o que se chama fenômeno de globalização no mundo. Sem eles, o fenômeno não é possível.

O Brasil, por felicidade, está entre os dez maiores PIBs do mundo e precisa se inserir no processo de globalização e o segmento de telecomunicações, sobretudo integrado com a informática, como tecnologia de ponta é fundamental. Lamentavelmente o Brasil, ainda, em relação ao indicador "desenvolvimento humano", conforme publicado recentemente pela ONU, está em 68º lugar, que envolve variáveis de esperança de vida, nível educacional e nível de renda. Mas esses aspectos sociais, por certo, serão realmente corrigidos em tempo pelo próprio Governo, mas, se nos adaptarmos e nos inserirmos no processo de globalização, em que a telecomunicação é crucial.

Agora, quero dizer também em relação à Anatel que a estratégia do projeto de telecomunicação no Brasil é corretíssimo. Como já foi dito, a Anatel é uma entidade fiscalizadora, que vai orientar e definir metas. Pois o grande segredo de qualquer processo de desenvolvimento é definir metas coerentes, corrigir distorções e induzir avanços. E ela fará esse papel de orientadora, de indutora, de alguém que corri-

ge. Corrige o quê? O mercado, que não é milagreiro, mas distorce. E a globalização tem uma contradição: além do desemprego, claro, que será corrigido e médio e longo prazo, o que é muito sério, as regiões atrasadas ficarão mais atrasadas se não houver correção. Isso é lei. Assim ficarão grande parte da África e grande parte dos países da América do Sul. Não tenho qualquer dúvida. Portanto, a correção, o papel indutor, fiscalizador e definidor de metas é papel fundamental da Anatel, tanto que o que o Dr. Renato Guerreiro falou sobre o fundo de universalização, que significa corrigir ausências de atendimento em áreas carentes como a Amazônia. Corretíssimo.

A idéia, portanto, de criar esse fundo, de estender metas que, economicamente e na lei do mercado, seriam inviáveis é o papel fundamental da Anatel, além de fiscalizar e viabilizar, ou seja, maximizar os efeitos da concorrência e minimizar os efeitos negativos do próprio mercado. Este é o papel estratégico, não tenho dúvida.

Por isso não quero mais me aprofundar porque entendo que as questões foram bem feitas e muito bem respondidas. Quero apenas fazer um elogio ao meu conterrâneo Dr. Renato Guerreiro, que conheço muito bem, que foi, de fato, um grande artífice no processo das telecomunicações, sobretudo da telefonia no Brasil: uma grande revolução para fazê-lo estar entre os dez primeiros do mundo e quero dizer que reconheço o trabalho que ele fez no meu Estado, na Telepará durante muito tempo. Portanto, o meu Estado deve à competência, à seriedade do nosso companheiro Renato Guerreiro por tudo que ele fez lá e por tudo que ele está fazendo pelo Brasil e vai fazer muito mais, ao lado dos seus companheiros deste grande conselho. Não tenho dúvida.

Penso que o Brasil realmente caminha para o novo processo de globalização, mas a estratégia básica, crucial, as precondições de telecomunicação são fundamentais para essa incorporação e para que o Brasil, no entender dos grandes pesquisadores de várias universidades e do próprio Banco Mundial, esteja, ainda no primeiro decênio do Terceiro Milênio, entre os seis maiores PIB do mundo ao lado de outros países emergentes como a China, não tenho dúvida, e que a telecomunicação e a estratégia que se implanta no Brasil, utilizando a Anatel como órgão corretivo, fiscalizador e indutor é fundamental.

Então, estamos de parabéns, portanto, pela equipe brilhante, preparada, tecnicamente amadurecida, que terá excesso de responsabilidade, que não é fácil, mas sei que, sob a Presidência e a Direção do nosso caro Guerreiro, ela vai continuar realmente guerreando em favor do desenvolvimento e da felicidade do povo e do nosso País. Parabéns, meu caro Guerreiro, e parabéns a todos vocês. O Brasil ganha muito com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Dr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Bom, Senador, fica suspeito um Senador do Pará... Mas, Senador, eu queria, em meu nome e no de todos que fazem parte desta equipe, agradecer. Realmente, o trabalho será em equipe.

A concepção da Lei Geral de Telecomunicações até nisso foi sábia: constituiu um Conselho que não é um Conselho que vá se envolver no dia-a-dia, mas que fica pensando no estratégico da organização. Foram concebidos cargos de superintendentes executivos que farão o dia-a-dia da Agência, e Conselheiros que deverão trabalhar sempre em colegiado para desenvolver as idéias das coisas futuras que acontecerão.

Eu queria só fazer um comentário adicional ao discurso de V. Exª, no que diz respeito à criação das agências reguladoras. Realmente, penso que o Brasil se insere numa modernidade administrativa com a criação das agências reguladoras, não só a Anatel mas a ANP e a Aneel. E há uma consciência muito grande, no Ministério das Comunicações, do papel que a agência reguladora irá desempenhar e do papel que o Ministério das Comunicações irá desempenhar, tanto que este, com a instalação da Anatel reduzirá os seus cargos de direção em quase 50%. Há uma consciência muito forte do Ministro de que a agência é que estará responsabilizada por uma parte significativa das tarefas do Ministério. Então, há uma redução efetiva do tamanho do Ministério e que permanecerá ainda com esse tamanho, simplesmente porque continuam com o Ministério duas tarefas que, futuramente, num projeto de lei ou em projetos de lei que serão submetidos ao Congresso serão transferidos para a Anatel, que são os serviços de radiodifusão e os serviços postais. Quando essa nova regulamentação desses serviços for aprovada pelo Congresso, a intenção é submeter a regulamentação, a fiscalização e o trabalho indutor do desenvolvimento desses serviços à Agência Nacional de Comunicações, talvez não Anacom, porque fica um nome razoavelmente feio, mas, aí, sim, o Ministério seria reduzido a um órgão formulador de políticas, e, quem sabe, aí integrando todas as áreas de infra-estrutura, para que se possa convergir no País os eixos de desenvolvimento de uma forma organizada em comunicações, transportes e energia. En-

tão, este é o projeto que está sendo desenvolvido no Governo do Presidente Fernando Henrique e que o Ministro Sérgio Motta já colocou no País no setor de comunicações, e os outros Ministérios estão fazendo.

Esperamos, realmente, que caminhemos para isso e possamos ter o Ministério claramente envolvido com a definição das políticas dos grandes interesses sociais. E a Anatel, assim como as demais agências, operacionalizando esses objetivos, através dos contratos de concessão da fiscalização e da indução do desenvolvimento dos setores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, temo que essas sabatinas para apreciação de nomes para as agências reguladoras acabem se tornando uma mera formalidade por parte do Senado Federal, como já é com relação ao Banco Central, à Procuradoria Geral da República e outros que passam por aqui, porque a própria forma que se escolhe para a sabatina, ou seja, sabatinar cinco ao mesmo tempo, na prática, impede qualquer aprofundamento de uma verdadeira sabatina. Na análise dos currículos, todos cinco têm plena capacidade e competência para ocupar os cargos para os quais foram indicados. Como são os cinco ao mesmo tempo, vou centrar minhas perguntas no Dr. Guerreiro, que é o Presidente, naturalmente, podendo ser auxiliado pelos outros.

A primeira pergunta talvez devesse ser endereçada ao Presidente da República, mas vou fazê-la a V. Sª: qual foi o critério para a definição dos mandatos? À primeira vista a impressão que se tem é que o critério adotado foi o da idade, quer dizer, quanto mais jovem, mais longo o mandato. Quero saber se foi esse o critério ou não!

A segunda pergunta, como já foi dito pelo próprio Dr. Guerreiro, a tendência no futuro é a Anatel tratar também das questões relativas à radiodifusão. A Constituição brasileira prevê a criação de um conselho de comunicação social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, em assuntos relativos à comunicação social. Apesar de ter sido aprovada uma lei em 1991 criando esse conselho, até hoje esse conselho não foi instalado. Gostaria de saber como V. Sª vê a relação ou a convivência entre a Anatel – a partir do momento em que ela vai tratar também de questões de radiodifusão, na medida em que seus membros são submetidos à sabatina no Senado – e esse conselho de comunicação social, caso ele venha a ser instalado. Entende V. Sª que a partir daí o conselho passa a ser dispensável? Enfim, como V. Sª vê a convivência entre os dois órgãos, qual seriam as funções dessas duas instâncias?

Já observamos várias vezes, tanto na discussão da emenda que flexibilizou o monopólio das telecomunicações quanto na lei que foi aprovada e também agora a apresentação de números comparativos entre Brasil e outros países, relativos a número de telefones por habitantes. E isto é sempre apresentado não como incompetência, mas como insuficiência do sistema brasileiro. Sempre, toda vez que ouço esses argumentos, procuro demonstrar que também em relação a uma série de outros índices brasileiros, em comparação ao de outros países, a mesma relação se observa. Por exemplo, número de casas com água encanada, número de casas com saneamento básico, número de casas com água na torneira, número de casas com crianças em idade escolar que estão fora da escola etc. Também em relação ao número de telefones por habitantes, existe uma relação entre essa distribuição de habitantes por telefone e a própria distribuição de renda brasileira. Queria saber se V. Sª entende que esse fundo de universalização, que foi criado pela lei, é suficiente para modificar os índices que temos hoje de distribuição de telefone por habitante.

Terceira e última pergunta para o Dr. Guerreiro. Quando discutimos aqui a Lei de Telecomunicações, apresentamos emenda que visava restringir a participação de empresas de comunicação no serviço de telecomunicação. Entendíamos que da forma como ficou a lei existe um risco de que empresas de comunicação ou empresas de televisão virem a abocanhar parcelas importantes nos setores importantes da área de telecomunicações, o que poderia acabar descambando num monopólio. Chegamos a citar o exemplo concreto do Rio Grande do Sul, quando a RBS comprou uma parcela significativa da CRT. Queria saber se V. Sª entende que, da forma como foi apresentada a lei, seria possível evitar esse risco e quais seriam os instrumentos concretos que a Anatel teria, independentemente da lei em si, mas a partir da estruturação da Anatel o que ela teria para evitar isso.

Tenho uma pergunta objetiva para o Dr. Mário Leonel, que não tem nenhuma intenção de constrangimento. Faço-a em função da questão levantada pelo relator. A pergunta é objetiva: sua esposa tem algum vínculo profissional com alguma empresa que atue na área de comunicações? Se não tem, quero saber se já teve e há quanto tempo não tem mais esse vínculo, se deixou de ter.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Guerreiro. (Pausa.)

Tem a palavra inicialmente o Dr. Mário Leonel.

O SR. MÁRIO LEONEL – Agradeço a pergunta e a oportunidade que V. Exª me deu de esclarecer o assunto.

Minha esposa é advogada, especializada na área de direito comercial e, como profissional, à época, foi contratada por uma empresa para prestar um serviço. Esse serviço de assistência profissional teve início, meio e fim. Acabou, inclusive, na época em que ela ainda era solteira. A partir daí, ela nunca mais teve qualquer cliente no setor de telecomunicações e não tem interesse algum nesse setor atualmente.

O SR. – (inaudível), porque se o eminente Senador José Eduardo Dutra me permitisse, examinei essa situação e quero apenas aproveitar para prestar um esclarecimento: fui Presidente da OAB em dois períodos de dois anos e tenho noção perfeita do que é uma relação de patrocínio. Quer dizer, a relação de patrocínio é exercitada pelo advogado com absoluta autonomia, e não vejo como, ainda sendo a sua esposa advogada, isso pudesse comprometê-lo. Honestamente, estou colocando essa questão, porque tenho quase que o dever de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Bom, Senador, vou tentar responder a todas as suas perguntas.

Critério para definição dos mandatos. Na realidade, isso foi resultado da conversa, mantida pelo Ministro, ao convidar cada um dos membros, sobre a possibilidade e as suas expectativas de trabalho. Não é pela idade, porque embora eu não tenha muitos cabelos brancos – aliás os meus azulam ao invés de esbranquecer, porque desaparecem –, não sou dos mais velhos. No meu caso específico, certamente os três anos de mandato foram colocados por causa da coincidência com o período máximo da Presidência da Anatel, porque há uma intenção, um interesse de que o exercício da presidência possa ser cíclico no processo de gestão da agência. Então, o exercício da presidência abriria espaço para um novo presidente e a recomposição do conselho de uma maneira absolutamente tranqüila. Os demais foram avaliados e negociados em função das expectativas de cada um.

Com relação à radiodifusão e, especificamente, à sua pergunta quanto ao serviço de radiodifusão quando incorporado à Anatel e a convivência com o Conselho de Comunicação Social, vejo a Anatel como uma entidade sucedânea do Ministério das Comunicações no que diz respeito à regulamentação e fiscalização de telecomunicações e, posteriormente, de radiodifusão.

Acho que o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, deverá ou não deverá permanecer por decisão do Congresso Nacional. A Anatel é um órgão do Poder Executivo; ela tem uma função executiva de, constitucionalmente, realizar, em nome do Poder Executivo, a quem cabe a regulamentação, a fiscalização e o acompanhamento dos serviços de telecomunicações ou radiodifusão, quando incorporar. Não me parece que o Conselho de Comunicação Social possa, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, exercer essa atividade executiva operativa. Nada impede, no meu ponto de vista, haja uma convivência com os dois órgãos, porque têm funções e missões, acredito, absolutamente distintas. Pode ser que eu esteja enganado, mas a visão que tenho é essa a respeito do Conselho.

Números comparativos com outros países. Na realidade, há necessidade, nos diversos setores da economia e da experiência humana, de se fazerem índices relativos de comparação da situação de todos os países. Acho que, não obstante a distribuição de renda que temos no Brasil ser ainda perversa, o índice de telefones por 100 habitantes razoavelmente pode ser utilizado para comparação. Mas, se não quisermos utilizar o índice, acharmos que 11 telefones por 100 habitantes é um índice bom, a própria demanda, a própria pressão, a própria existência de filas de pessoas interessadas em comprar telefones demonstra que esse atendimento que temos hoje não é bom. Talvez não tenhamos de chegar ao nível dos Estados Unidos, de Nova Iorque, por exemplo, com 70 telefones por 100 habitantes; talvez não tenhamos de atingir o índice da Espanha, de mais de 40 telefones por 100 habitantes, ou da França, de mais de 50 telefones por 100 habitantes. Mas, certamente, a realidade brasileira não é para termos 10,4 telefones por 100 habitantes, e a pressão de demanda, as filas, as reclamações e o grande afluxo de pessoas quando se abrem processos de inscrição para telefones demonstram que há um mau atendimento da demanda. Na nossa estimativa, o Brasil tem demanda para 40 milhões de telefones no ano 2.003, quando alcançaremos uma densidade de 25 telefones por 100 habitantes.

Será uma densidade adequada para o País? Eu, como brasileiro, como cidadão, e até vendo meu filho que está ali atrás, espero que não. Espero que o Brasil do meu filho tenha uma expectativa de distri-

buição de renda muito diferente da que temos hoje e que possamos ter uma economia e uma capacidade de inserção da sociedade no mercado muito maior do que temos hoje. E tenhamos realmente uma necessidade, uma densidade muito maior do que os 25 a que nos propusemos.

Esperamos que a economia e a distribuição de renda avancem a ponto de criarmos um mercado brasileiro com capacidade para absorver 40, 45, 50 telefones, o máximo possível, porque isso certamente dará uma referência muito nítida do resgate do equilíbrio da distribuição de renda no País.

Acho que não só o fundo de universalização será importante para modificar isso, como também as ações já adotadas no Ministério das Comunicações, desobrigando os interessados em ter telefone a ser acionistas da empresa, com a eliminação do mecanismo do auto-financiamento e a redução do preço do telefone. Não que a redução do preço vá criar telefones no dia seguinte – não vai criar –, mas a condição em que os operadores estarão entrando no mercado e adquirindo as empresas estatais de telecomunicações quando privatizadas é a de que o serviço telefônico é um serviço público.

O empreendedor não pode entrar no Brasil pretendendo ter um acionista que compra um telefone antes de tê-lo, para depois ter a linha do telefone. Ele tem que entrar no Brasil sabendo que tem de investir para ter uma planta telefônica e oferecer à sociedade a preços compatíveis com aquilo que é praticado no mundo todo em termos de custo de instalação. Ele não precisa compulsoriamente transformar o usuário do serviço num acionista seu para poder fazer face aos investimentos que tem pela frente, e o fundo de universalização realmente será um instrumento importante para isso e, mais ainda, para o atendimento das pequenas localidades que estão isoladas no País inteiro.

Restrições a empresas de comunicação nos serviços. na realidade, a lei geral de telecomunicações contempla, e os princípios da competitividade e diversidade de controle de empresa devem ser observados em toda a regulamentação da agência. Isso é um comportamento que não é da agência; é um comportamento que o Ministério das Comunicações vem adotando.

Existem formas de fixar limites a essa participação. Pode-se acusar que há formas de burlar, mas é um problema de lei, e quem a estiver burlando deve ser preso por isso. Mas existem regras estabelecidas nos editais que o Ministério tem colocado na rua, especialmente para os serviços de comunicação de massa, como radiodifusão. Agora, nessa semana de TV a cabo, existe claramente colocada a intenção do Ministério de que esses meios de comunicação possam ter diversidade não só de opinião, de informação, mas especialmente de controle, reconhecendo que os serviços de comunicação de massa são importantes e precisam estar explicitadas as diversas correntes de pensamento da sociedade Não se faz necessário um pensamento único e padronizado para o País.

Então, acredito e tenho convicção de que a agência saberá, usando os dispositivos de lei que tem a seu dispor, dentro dos limites a que se referiu o Senador José Ignácio, colocar as restrições adequadas para que haja uma diversidade conveniente e suficiente na prestação dos serviços no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Membros do Conselho da Anatel, não pude participar de todos os debates nesta Comissão, porque, ao lado desta sala, está havendo uma reunião da Comissão de Economia, onde também estamos ouvindo o pessoal da área imobiliária, e, no mesmo horário, está sendo realizada uma reunião do Mercosul.

Mas eu gostaria de participar desta reunião como último orador inscrito, para dizer ao Dr. Guerreiro que as suas palavras nos dão segurança. Confesso ao senhor que, até hoje, eu não tinha a segurança que passo a ter sobre todo o trabalho que realizamos até agora na área da privatização das Telecomunicações.

O Ministro Sérgio Motta veio aqui e fez uma exposição. Quando S. Exª saiu da cadeira e sentou-se em seu lugar – se não me engano – o Dr. Gaspar Viana, este disse "não é nada disso", seguindo outra linha de pensamento completamente diferente.

Nós, que temos a obrigação de votar e de decidir por meio do voto, sempre nos socorremos de alguns companheiros da Comissão que acompanharam de perto o trabalho das Telecomunicações, entre eles o nosso ex-Ministro, Senador Hugo Napoleão, que está ao meu lado, e o ex-Presidente da Telebrás, Senador José Ignácio Ferreira.

Sempre me perguntei se estávamos no caminho correto. Os argumentos levantados para levar esse projeto adiante eram argumentos de várias matizes. Um deles era o de que o País tem a necessidade de se desenvolver e de ampliar as possibilidades de telecomunicações, atingindo uma maior massa do povo brasileiro.

Hoje, de madrugada, quando decolei de Campo Grande, a principal manchete de um jornal de Campo Grande dizia que 91 mil pessoas estão na fila aguardando a chance de obter uma linha telefônica. A matéria dizia que a nossa companhia telefônica, a Telembes(?), não terá condições de atender à demanda, que hoje é reprimida. Não temos dúvida da necessidade de se melhorar esse atendimento à população.

O outro argumento é o de que, por meio das privatizações, haveria também uma entrada de recursos que ajudaria muito na amenização do problema da dívida interna. Esse problema não tem sido provado ultimamente. Há um crescimento da dívida interna. Aqui existem os juros mais altos do planeta, que vão engolindo as possibilidades de se abaixar essa dívida interna com o dinheiro das privatizações. Há exemplos de vizinhos nossos que venderam seu patrimônio e continuam enfrentando esse problema, continuam com uma dívida nas mãos.

Mas confesso que, hoje, ouvindo as suas palavras, eu me tranqüilizei mais. A nossa responsabilidade é muito grande. Eu sempre me perguntava se o Governo estava seguindo a linha correta, se este era o caminho correto, se este era o melhor caminho para o povo brasileiro e para o Brasil de uma forma geral. Confesso que o senhor me deixou mais tranqüilo, porque senti muita segurança nas suas afirmações. Isso é fundamental para a nossa Comissão e para todos os Senadores.

Eu gostaria de fazer uma pergunta final. Considerando que esse mercado, no mundo inteiro, é manipulado por verdadeiros gigantes do setor, existe chance para as empresas brasileiras? Quando falo em empresas brasileiras, não estou falando dos Fundos de Pensão, mas sim da empresa nacional como um todo. Há chances de trabalho? Há chances de concorrer, de competir, não só do ponto de vista comercial, como também do ponto de vista tecnológico?

Gostei muito da sua afirmação de que o Ministério se socorreu dos melhores técnicos que estavam disponíveis e de empresas de assessoria. Há gente preparada no Brasil. Tive conhecimento – confesso que superficial – sobre o laboratório da Telebrás na região de São Paulo, em Campinas.

Quero saber se as empresas brasileiras têm condições disso. Dr. Guerreiro, nos últimos meses, estamos assistindo a uma verdadeira destruição de nossas empresas, que foram adquiridas por empresas de capital estrangeiro. Isso ocorre no mundo inteiro? Este rumo está correto? A nossa bússola indica o caminho correto que devemos seguir?

Na semana passada, li um comentário de um jornalista, no sentido de que, de 256 empresas de condutores eletroeletrônicos, hoje existem apenas cinco.

Eu gostaria que o senhor nos desse uma luz sobre as possibilidades de o capital nacional participar da grandiosidade deste mercado de telecomunicações no mundo todo.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Dr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – Senador, talvez, V. Exª esteja me dando a grande oportunidade, que parecia que me estava escapando nesta reunião, de eu me manifestar sobre essa sua preocupação, que também é nossa.

Antes de entrar na resposta objetiva à sua questão, eu gostaria de recordar que lutamos muito para que, na lei mínima, fosse estabelecida uma restrição ao capital estrangeiro no controle das empresas. Fizemos isso e discutimos muito essa questão com o Congresso Nacional. Foi preciso fazer modificações na proposta durante a discussão, mas foi mantido, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, um direito ao capital das empresas brasileiras no controle das empresas na área de telefonia celular e de satélites.

Hoje, temos o conforto e a absoluta tranqüilidade de que adotamos a medida mais correta. Hoje, está participando do processo de seleção da Banda B um conjunto de empresas internacionais extremamente importantes, mas também há a participação efetiva de empresas nacionais. Não se trata de empresas que necessariamente detêm tecnologia, mas de empresas que detêm capital.

Foi dada às nossas empresas uma dignidade, explicitada pelos princípios da reestruturação quando escrevemos os primeiros documentos sobre a reestruturação do setor de telecomunicações, que era a soberania nacional, não no sentido de fechar ou cercear o acesso às nossas fronteiras, ao nosso País, de capitais estrangeiros, mas no sentido de dar altivez e dignidade ao empresário brasileiro para se sentar à mesa de negociação e exigir condições que ele teria a obrigação e o interesse de exigir, para fazer um contrato de participação em que ele tivesse voz.

Estamos percebendo que a nossa luta, a formulação por nós feita, deu resultados. Hoje, o processo de licitação da Banda B é um sucesso; há a participação efetiva de empresários nacionais, sem

qualquer questionamento, sem qualquer reclamação e, muitas vezes, com limites de participação do capital estrangeiro até muito aquém do que o que foi colocado na lei pelo Legislativo.

Temos convicção de que há um espaço fundamental e importante a ser ocupado não só pelo empresário brasileiro de serviços de telecomunicações, mas também pela indústria brasileira de telecomunicações. As indústrias estão vindo para o Brasil e investindo no Brasil, com linhas de crédito de financiamento colocadas pelo BNDES a níveis absolutamente comparáveis aos financiamentos feitos por organismos internacionais, que têm estimulado as empresas a se instalarem no Brasil. Empresas de porte realmente estão-se instalando no Brasil para fornecer, aqui no País, equipamentos para esse grande mercado que vai surgir.

Na Lei Geral de Telecomunicações, foi estabelecido que o Presidente da República fixará, para os serviços de telecomunicações que vierem a ser explorados no País, limites à participação do capital estrangeiro. Posso-lhes assegurar que realmente há uma determinação por parte do Executivo no sentido de fixar limites para que o capital nacional possa desenvolver-se nesse conjunto e, dentro de três ou quatro anos, possa lançar-se na disputa de outros mercados nesse conturbado e acelerado desenvolvimento do mundo das telecomunicações.

V. Exª pode ter a convicção de que temos a crença de que o empresariado brasileiro saberá e poderá responder adequadamente ao espaço que lhe será dado pela regulamentação e pela determinação do Presidente da República quanto ao limite de participação de capitais nacionais na composição das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Concedo a palavra ao Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS – Dr. Guerreiro, uma das minhas preocupações é que, nessa globalização, está sendo globalizado o mercado, mas não estão sendo globalizados os juros, o custo do dinheiro. Com isso, o empresário estrangeiro tem acesso a um dinheiro baratíssimo, mas o empresário nacional não tem esse acesso.

O empresário brasileiro, recorrendo a créditos dentro do País, não tem competitividade para disputar com um empresário que pega o dinheiro no Exterior, com um custo globalizado. Aqui, os juros não estão globalizados; apenas o mercado está globalizado. Essa é uma grande preocupação.

O empresário brasileiro está numa posição totalmente inferiorizada. Na semana passada, no Senado, fiz um pronunciamento sobre o problema do custo desse dinheiro de consumo em cima de uma matéria publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, que fez uma pesquisa em dez dos principais bancos do Brasil onde se constatou que o custo do dinheiro de consumo é de 218,43% ao ano para uma inflação prevista de 4,5%.

Então, esta é a minha preocupação: qual a possibilidade de o empresário brasileiro competir com essas condições, ele está amarrado, e o outro está solto?

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Com a palavra, o Dr. Renato Guerreiro.

O SR. RENATO GUERREIRO – É evidente que nós, como consumidores, sofremos muito a conseqüência disso.

Entretanto, queria deixar o Senhor absolutamente tranqüilo, porque, nesse setor, no segmento industrial e no setor de operadores de serviços de telecomunicações, o BNDES tem linhas de crédito hoje abertas para inúmeras indústrias, com mais de vinte contatos com indústrias no mundo todo, a juros absolutamente equivalentes aos custos do dinheiro no mercado internacional. Hoje, realmente, há empresas que estão batendo às portas do Bndes para a obtenção desses financiamentos, e há empresas multinacionais que vêm para o Brasil se instalar. Não vou citar nomes de empresas, mas o Senhor pode ter certeza – e talvez até o Presidente ou qualquer outra pessoa do Bndes possa, numa oportunidade, dar esclarecimentos – da demanda que se está configurando, especialmente no mercado de telecomunicações, por esses recursos que estão sendo destinados para aplicação não só às indústrias, às fábricas, mas também àquelas empresas que pretendem obter licenças e operar serviços de telecomunicações, que são juros absolutamente distintos desses que nós, mortais, pagamos como consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Peço aos Srs. Senadores que não votaram que o façam.

Encerrado o processo de votação.

Solicito aos Senadores José Ignácio e Levy Dias que, por obséquio, façam a apuração do resultado.

(Pausa.)

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Exª que votaram 15 Srs. Senadores; há 15 votos. Quer dizer, cada um dos candidatos teve 14 votos. O 15º voto está assim colocado: votou-se favoravelmente ao Dr. Renato Guerreiro, ao Dr. Luiz Francisco Tenório Perroni e ao Dr. José Leite Pereira Filho. Estão em branco

os dois quadrinhos concernentes aos Drs. Mário Leonel Neto e Antônio Carlos da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Freitas Neto) – Então, os resultados foram anunciados pelo Senador José Ignácio, um dos escrutinadores.

Agradeço a presença dos indicados.

Dr. Renato Guerreiro – 15 votos;

Dr. Luiz Francisco Tenório Perroni: 15 votos;

Dr. José Leite Pereira Filho: 15 votos;

Dr. Manoel Leonel Neto: 14 votos; e

Dr. Antônio Carlos Valente da Silva: 14 votos.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h12min.)

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.599-38, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Previdência Social, e dá outras providências".

2ª Reunião, realizada em 20-11-97.

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às quinze, horas, na sala nº 4, da Ala Senador Nilo Coelho, anexo II do Senado Federal, reuniu-se à Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.599-38, de 11 de novembro de 1997, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Previdência Social, e dá outras providências". Presentes os Senhores Parlamentares José Lourenço, Confúcio Moura, João Fassarela, Fernando Zuppo, Nabor Júnior, Elcio Alvares, Esperidião Amin, Vilson Kleinübing e Levy Dias. Por motivo justificado, deixaram de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental a Presidência, exercida pelo Senhor Senador Esperidião Amin,, declara aberto os trabalhos. A seguir a comunicou que, havendo acordo de Lideranças e não havendo quem se oponha a indicação, submete a votação o nome do Senhor Senador Nabor Júnior para Vice-Presidente da Comissão, dando-se como eleito por aclamação. A seguir a presidência concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Lourenço, relator da matéria. Com a palavra S. Exª sugere aos Senhores membros que seja marcada uma reunião da Comissão para às 14:30 horas do próximo dia 25 de novembro do corrente ano, com a finalidade de discutir e votar o parecer de mérito da Medida Provisória. Não havendo objeção, a Presidência convocou nova reunião da Comissão para o dia e horário acima mencionado. Nada mais havendo a tratar a Presidência declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu Joaquim Baldoino de Barros Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.599-38, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Previdência Social, e dá outras providências".

3º Reunião, realizada em 25-11-97.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às quinze, horas na sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, anexo II do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.599-38, de 11 de novembro de 1997, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Previdência Social, e dá outras providências". Presente os senhores Parlamentares José Lourenço, Arlindo Vargas, Confúcio Moura, João Fassarela, Fernando Zuppo, Jofran Frejat, Alexandre Ceranto, Nilton Baiano, Benedita da Silva, Élcio Álvares, Esperidião Amin e Vilson Kleinubing. Por motivo justificado, deixaram de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental a Presidência, exercida pelo senhor Senador Esperidião Amin, declarou aberto os trabalhos. A seguir concedeu a palavra ao Deputado José Lourenço, relator da matéria, para apresentar alguns esclarecimentos. Usaram a palavra na discussão da matéria os Senhores Parlamentares Jofran Frejat, Fernando Zuppo, João Fassarela e Benedita da Silva. A seguir a Presidência concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Fassarela que sugeriu uma reunião da Comissão para às 14:30 horas do próximo dia 26 de novembro do corrente ano, com a finalidade de votar o parecer de mérito da Medida Provisória. Não havendo objeção, a Presidência convocou nova reunião da Comissão para o dia e horário acima mencionado. Nada mais havendo a tratar a Presidência declarou encerrada a reunião. E para constar, eu Joaquim Baldoino de Barros Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que lida e aprovada será assinada pelo Presidente e irá à publicação.

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE
Nº 205, DE 1997

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas as requisições de servidores lotados e em efetivo exercício na Secretaria Administrativa, nas Subsecretarias de Administração de Pessoal, de Administração Financeira, de Administração de Compras e Contratações de Serviços, de Administração de Material e Patrimônio e no Serviço de Protocolo Administrativo, até 31 de dezembro de 1998.

Art. 2º Os casos especiais serão deliberados por esta Presidência.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.581, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20865/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora DULCE INÊS PORTACIO CARVALHO, matrícula 1480, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Taquigrafia, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 25 de novembro de 1997.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.582, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20875/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora ANA CLÁUDIA CEOLIN SILVA, matrícula 1741, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Controle Interno, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 25 de novembro de 1997.

Senado Federal, 01 de dezembro de 1997

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 3.583, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20878/97-4,

RESOLVE dispensar a servidora MARGARIDA MARIA BRITO SILVA, matrícula 4051, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente da Comissão Permanente de Licitação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Compras e Contratações de Serviços, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Advocacia do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 25 de novembro de 1997.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.584, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20915/97-7,

RESOLVE designar o servidor EDUARDO ANTONIO KUP, matrícula 1863, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Bello Parga, com efeitos financeiros a partir de 26 de novembro de 1997.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.585, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20820/97-6,

RESOLVE designar o servidor CYRO PEREIRA DA SILVA PORTOCARRERO, matrícula 1905, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Senadora Emília Fernandes, com efeitos financeiros a partir de 06 de novembro de 1997.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.586, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.° 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20907/97-4,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO GERALDO SOARES CAVALCANTE, matrícula 3911, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Secretaria, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio, com efeitos financeiros a partir de 26 de novembro de 1997.

Senado Federal, 1° de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.587, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e de acordo com o § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 3214, de 1997, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal

de 28 de outubro de 1997, que nomeou **IVO PATARRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, em virtude de não ter tomado posse no prazo estabelecido pelo § 1º do art. 13 da lei nº 8.112, de 1990, com a redação da Medida Provisória nº 1.595-14. de 10.11.97.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.588, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 021.101/97-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLAUCO ROJAS IVO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Emília Fernandes .

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3.589, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

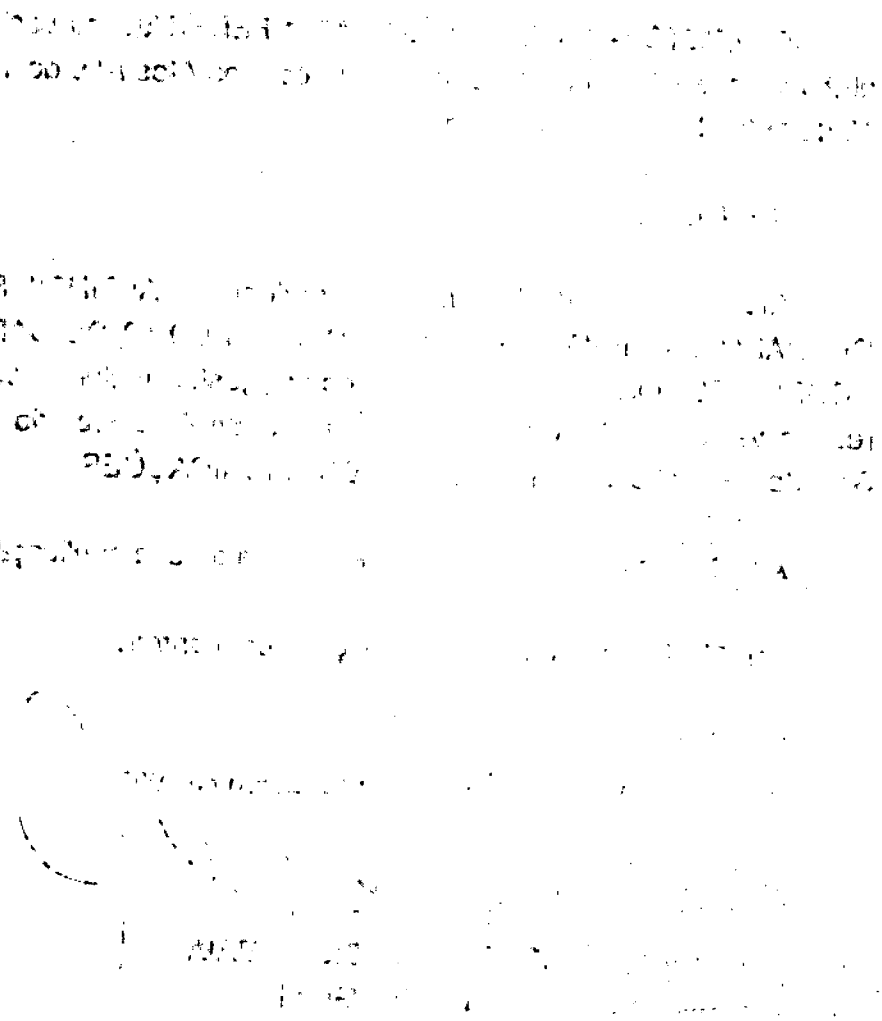
Art. 1º - São designados os servidores ALCINEY SANTOS GRANADO DA SILVA, matrícula nº 2190, e PEDRO DE CARVALHO RODRIGUES, matrícula nº 2192, como gestor titular e substituto, respectivamente, da Carta-Contrato nº 018/97, celebrado entre o Senado Federal e MOBITEL S/A TELECOMUNICAÇÕES.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de dezembro de 1997.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA

1º Vice-Presidente
Geraldo Melo - PSDB - RN

2º Vice Presidente
Júnia Marise - Bloco - MG

1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB

2º Secretário
Carlos Patrocínio - PFL - TO

3º Secretário
Flaviano Melo - PMDB - AC

4º Secretário
Lucídio Portella - PPB - PI

Suplentes de Secretário

1º - Emilia Fernandes - Bloco - RS
2º - Lúdio Coelho - PSDB - MS
3º - Joel de Hollanda - PFL - PE
4º - Marluce Pinto - PMDB - RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Reeleito em 2-4-97)
Romeu Tuma - PFL - SP

Corregedores - Substitutos
(Reeleitos em 2-4-97)

1º - Ramez Tebet - PMDB - MS
2º - Joel de Hollanda - PFL - PE
3º - Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Junior - PMDB - AC
Waldeck Ornelas - PFL - BA
Emilia Fernandes - Bloco - RS
José Ignácio Ferreira - PSDB - AC
Lauro Campos - Bloco - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda - PSDB - DF
Vilson Kleinübing - PFL - SC
Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma
Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sergio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Peres
José Ignácio Ferreira
Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antonio Carlos Valadares
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amim

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Odacir Soares

Atualizada em 12/11/97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL -SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PFL	
1. Elcio Alvares	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas	3. Vilson Kleinübing
4. José Alves	4. José Bianco
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna	4. Coutinho Jorge
PSDB	
1. Lúcio Alcântara	1. Jefferson Peres
2. (Vago)	2. José Ignácio Ferreira
PPB (Ex- PPR + Ex-PP)	
1. Epitacio Cafeteira	1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias	
PTB	
1. Emilia Fernandes	1. Arlindo Porto (afastado por exercer cargo de Ministro de Estado)
PP	
1. Osmar Dias	1. Antônio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:
JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

(ART° 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
ROMEU TUMA	SP-2051/57	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG- 2131/37

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) — SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO — TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 — FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 27/11/97

1.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
SUBCOMISSÃO DESTINADA A EXAMINAR A POLÍTICA DE INCENTIVOS OFERECIDOS ÀS EMPRESAS PELOS GOVERNOS ESTADUAIS

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR OSMAR DIAS
(09 TITULARES E 09 SUPLENTES)
PRAZO: 18.11.97

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	1- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	3- EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PMDB			
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	1- JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
PSDB			
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	1-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP- 3215/16
PPB + PTB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1- JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR- 4059/60

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 17:30 HORAS — SALA Nº 19 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO — ☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255
☎- SECRETARIA: 311-3516/4605 — E-MAIL: dirceuv@sgmsleg.senado.gov.br
FAX: 311-4344 — ATUALIZADA EM: 26.09.97

ANDAMENTO

EM 26.08.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR VILSON KLEINÜBING

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2131/37

(**) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 26/11/97

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-ODACIR SOARES	RO-3218/3219

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS — SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES — TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612 — FAX: 311-4315

Atualizada em: 26/11/97

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	G0-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(**) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) — **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES — **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 — **FAX: 311-3121**

(*) **Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6**
Horário regimental: 5's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 26/11/97

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3- ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 26/11/97

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
ALBINO BOAVENTURA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607 **FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3's feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 02/10/97

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)
PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
JOÃO ROCHA	TO-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (**)	RR-3067/68
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(**) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 11/11/97

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.
Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.
Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.
Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.
Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.
Cármen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.
Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.
Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).
Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.
Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.
Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.
Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.
Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.
Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.
Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.
Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.
A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.
Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.
Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.
Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.
Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.
Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.
Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.
Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.
Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.
Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.
Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.
Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.
Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº. 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997: Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	**Cidade:**	**UF:**	**País:**
Fones:		**Fax:**	

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 31,00
Porte de Correio	R$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 127,60
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R$ 62,00
Porte de Correio	R$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R$ 255,20
Valor do número avulso	R$ 0,30
Porte avulso	R$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº **920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central**, conta nº **55560204-4** ou recibo de depósito via **FAX (061) 2245450**, a favor do **FUNCEGRAF.**

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA DF – CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 352 PÁGINAS